Tese de Doutoramento

[Re] Desenhar os espaços da Universidade pública
Portugal face aos desafios de um ensino superior globalizado

Hermano da Silva Passos

Directora

Prof. Dra. Elena Fernandez Rey

Faculdade de Ciências da Educação
Departamento de Métodos de Investigação e Diagnóstico em Educação

SANTIAGO DE COMPOSTELA | 2015

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

USC
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

DEPARTAMENTO DE MÉTODOS DE INVESTIGACIÓN E DIAGNÓSTICO EN EDUCACIÓN
Facultade de Ciencias da Educación
Campus Vida • 15782 Santiago de Compostela
Tel.: 881 813 841 • Fax: 881 813 866

Dna. Elena Fernández Rey, Profesora Titular de Universidade do Departamento de Métodos de Investigación e Diagnóstico en Educación, con sede na Facultade de Ciencias da Educación da Universidade de Santiago de Compostela, estando en activo e con dedicación a tempo completo

INFORMA E FAI CONSTAR

Que a Tese de Doutoramento realizada baixo a súa dirección por **D. Hermano da Silva Passos** que leva por título **"[Re] Desenhar os espaços da Universidade pública - Portugal face aos desafios de um ensino superior globalizado"**, conta cos requisitos esixidos pola lexislación vixente para ser presentada e defendida publicamente, ante a correspondente Comisión, para a colación do Grao de Doutor en Ciencias da Educación pola Universidade de Santiago de Compostela.

Santiago de Compostela, 5 de novembro de 2015

Asdo.: Dra. Elena Fernández Rey

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

DEDICATÓRIA

AO LADO DE DENTRO DE PORTUGAL

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

AGRADECIMENTOS

À MINHA DIRECTORA DE TESE
PROFESSORA DOUTORA ELENA FERNANDEZ REY

À MINHA MULHER, MANUELA

À PROFESSORA DOUTORA GORETI SOUSA
AO PROFESSOR DOUTOR PAULO GUERREIRO

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

ÍNDICE

		DESCRIÇÃO	PÁG.
		Dedicatória	
		Agradecimentos	
		Índice	
		Introdução	15
		Objectivos gerais e específicos do trabalho	19
1		UNIVERSIDADE, ESPAÇO E CONHECIMENTO	
1.1	-	Resumo do capítulo	25
1.2	-	Introdução	27
1.3	-	Universidade, geografia, sociedade e produção	29
1.3.1	-	A Universidade e a equidade da dimensão geográfica	38
1.3.2	-	A Universidade pública, a [re] organização e a cidadania	45
1.3.3	-	A dimensão da Universidade pública portuguesa na geografia	57
1.3.4	-	A mobilidade da Universidade em contexto económico	66
1.4	-	O espaço para investigação na produção local e regional	73
1.4.1	-	Relação universitária e inovação produtiva em rede	80
1.4.2	-	Transversalidade científica e investigadora	92
1.5	-	Desenho para um modelo orientador de valorização científica	103

1.5.1 - A Universidade pública investigadora nos últimos trinta anos 106
1.5.2 - As infra-estruturas e os novos formatos de comunicação 114

2 A MISSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO FUTURO

2.1 Resumo do capítulo 121
2.2 Introdução 124
2.3 A Universidade pública como elemento alterador na produção 126
2.3.1 A Universidade pública portuguesa e o modelo europeu 141
2.3.2 Uma Universidade pública de excelência adaptada aos novos desafios 150
2.4 A Universidade pública em contexto geográfico local e regional 156
2.4.1 A Universidade pública geograficamente descentralizada 165
2.4.2 A transversalidade do conhecimento científico 173
2.5 Universidade, investigação, desenvolvimento e produção 183
2.5.1 Perspectivas acerca de uma comunicação organizacional adaptada e seu impacto no futuro 193
2.5.2 A relação entre a Universidade e o espaço urbano. A ideia policêntrica do território à escala adaptada 203
2.5.3 O professor universitário e a investigação na produção em micro-espaço geográfico 211

3 O ESPAÇO DENTRO DO ESPAÇO- O ESTADO DA ARTE

3.1 - Resumo do capítulo 219
3.2 - Introdução 223
3.3 - A localização geoestratégica da edificação universitária adaptada 225

3.3.1 O apoio à Universidade em espaços reabilitados 237
3.3.2 O espaço universitário readaptado para a investigação descentralizada 251
3.3.3 Perspectivas sobre uma nova dimensão adaptada e espacial para a Universidade pública no século XXI 258
3.4 Uma visão diferenciada da importância da Universidade pública no processo de desenvolvimento local e regional 266
3.4.1 A relação da Universidade pública com a comunidade e a produção 274
3.4.2 O contributo da descentralização da Universidade pública para contrariar o despovoamento do interor 280
3.5 A Universidade portuguesa e o espaço produtivo europeu 292
3.5.1 A mobilidade no espaço europeu - experiências e atitudes 301
3.5.2 A difusão do conhecimento na componente científica, descentralizada e abrangente 309

4 [RE] DESENHAR O MICRO-ESPAÇO PRODUTIVO

4.1 - Resumo do capítulo 319
4.2 - Introdução 321
4.3 - Universidade adaptada à geografia por apropriação 323
4.3.1 - Gerir a formação e a produção num espaço sustentável 334
4.3.2 - Produção inovadora à dimensão da realidade regional e local 346
4.4 - O desenvolvimento local e regional sustentável através da produção científica da Universidade 353
4.4.1 - A relação do indivíduo com os novos formatos de comunicação e informação no desenvolvimento e investigação 361

	4.4.2	-	A interacção do indivíduo com a Universidade num processo de aprendizagem e de distanciamento físico	369
4.5	-		Recurso para implementação da Universidade descentralizada em infra-estruturas sustentáveis	375
	4.5.1	-	A implementação sustentada da extensão universitária	381
4.6	-		Optimização do espaço local e regional para uma lógica de desenvolvimento endógeno e inovador à escala global	385

5 DESENHO DO ESTUDO EMPÍRICO

5.1	-		Resumo do capítulo	399
5.2	-		Introdução	401
5.3	-		Apresentação do problema	402
5.4	-		Metodologia	404
	5.4.1	-	Justificação da metodologia	407
	5.4.2	-	Público-alvo e amostra	415
	5.4.3	-	Técnicas empregadas	424
	5.4.4	-	Análise de dados	442
5.5	-		Apresentação e discussão dos resultados	443

Síntese e Conclusões 529

Lista de Siglas e Acrónimos 563

Lista de Figuras 569

Lista de Tabelas 579

Bibliografia / Web-grafia

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

INTRODUÇÃO

[Re] Desenhar os espaços da Universidade pública - Portugal face aos desafios de um ensino superior globalizado é um título que traduz uma vontade de alongar tanto quanto possível a ideia, não somente do espaço físico, mas também propor uma forma de estruturar uma relação íntima de colaboração organizada entre a universidade e o espaço geográfico descentralizado.

O nosso trabalho parte de uma análise e levantamento de informação, como qualquer que se pretenda útil, é essencial para a construção de um conjunto de indicadores residentes e investigados que permita um contributo capaz de reconhecer os problemas e de os detalhar por forma a maximizar o factor determinante para o apoio à sua solução.

O desenvolvimento deste trabalho pretende ser fundamental para a geração de novas teorias e formas de encarar os problemas – analisá-los e obviamente, solucioná-los.

É neste âmbito que tentaremos desenhar uma reflexão tão aprofundada quanto possível que permita uma análise acerca da temática e do problema exposto, - “a possibilidade de encarar uma Universidade mais abrangente na sua capacidade de trabalho em parceria com a produção descentralizada”.

Para Eco (1993) a pesquisa poderá ser histórica ou teórica, um pouco pendente do assunto a tratar, sendo essa pesquisa em determinados assuntos entendida como um resultado que terá que ser explicável, explanando um problema que eventualmente poderá ter sido objecto de outras reflexões.

Pretende-se uma metodologia que propõe descrever situações nos vários segmentos comunitários da sociedade portuguesa, com base numa análise dos fenómenos, medindo e determinando as suas consequências sob o ponto de vista das opiniões públicas e específicas, explicando razões e causas para esses mesmos fenómenos.

Tentaremos por isso descrever as características populacionais face ao trabalho possível da Universidade como interlocutor prático e objectivo no processo produtivo, assim como nos proporemos identificar os factores determinantes que se

demonstram e contribuem para a ocorrência desses mesmos fenómenos com base no aprofundamento sério para o conhecimento dessa realidade.

Após as transformações reflectidas nas alterações sociais de 1974, Portugal começou a encarar a universidade dita contemporânea como um factor de relevância e com um papel central no mundo académico na investigação e nos variados processos de produção. Determinou-se então que viveríamos um novo mundo do conhecimento revigorado numa forte e determinada inclusão através da universidade, da ciência e da informação. Não obstante, emerge um novo paradigma económico e produtivo com base no conhecimento através da afluência em massa à universidade em detrimento do elemento do trabalho especializado e da matéria-prima. O ensino universitário português inicia um novo ciclo de existência, transformando-se num factor decisivo para qualquer jovem, quase que um espaço a preencher no seu ciclo de vida, de forma indiscriminada e pouco consensual. Uma questão de hegemonia que deve ser resolvida, parecendo residual, é central, dependendo dela o modo como a universidade poderá assumir a sua legitimidade.

A concentração de espaços de ensino universitário em grandes centros urbanos, assim como a proliferação de privados, obrigam a encarar este assunto de forma preocupante num futuro razoavelmente próximo

Será com base neste pensamento, sobretudo na pesquisa e extensão universitária que propomos se entenda o problema a solucionar como fundamental e contributivo. A universidade tem e terá um papel fundamental para apoiar a solução de questões tão actuais como a crise que se vive intensamente em Portugal, na Europa e no mundo. Seria importante partilhar da ideia que esse contributo não poderá de qualquer forma confinar-se ao espaço geográfico que absorve a universidade e terá que efectivamente abrir a sua componente de investigação ao mundo produtivo de forma desinteressada, estendendo o seu “braço” do saber a um espaço geográfico que normalmente se encontra afastado das malhas que determinam a sua abrangência geográfica.

Imputar á universidade uma responsabilidade directa na promoção da competitividade do país na sua abrangência geográfica, serão transformações que se colocam como possíveis soluções na reorganização e consequentemente na sua dinâmica. Esta problemática coloca á universidade desafios de exigência e de política de desenvolvimento que colide directamente com a actual crise que se vive, não só em Portugal mas também na periferia.

Neste sentido, a universidade terá que ser geradora de dinâmicas sociais que permitam uma abrangência tão eficaz quanto possível no que toca de perto na

relação com o meio social e produtivo, sob pena de se afastar de um universo tão mais importante na actual conjuntura quanto a razão da sua própria existência. Como refere Luísa Oliveira (2000) refere que se assiste hoje á emergência para um novo modelo de desenvolvimento com base em padrões da competitividade e inovação. Para além da relação da universidade com a esfera económica, passamos para um processo transversal ao produtor. Trata-se por isso de imputar á universidade uma responsabilidade directa na promoção competitiva do país, implicando o arrebatamento de novas funções e a transformação das que lhe têm sido tradicionalmente atribuídas.

Não obstante, entendemos que hoje a questão da "função social da universidade" sob o ponto de vista da sua transversalidade relacional com o meio produtivo não se confina somente a uma função meramente economicista, mas arrasta consigo outros valores que vão para além dessa questão.

Resta portanto saber, que tipo de "saber" caberá á universidade transmitir neste contexto a que nos propomos estudar e aprofundar. A verdade é que na actual conjuntura, a teoria de Humboldt não passa do imaginário, a universidade moderna terá que ter efectivamente um papel algo diferenciado, descer do seu pedestal confinado ao sobredimensionamento das suas infra-estruturas e encarar o mundo do na sua figura real.

O Estado terá que efectivamente assumir um papel diferenciado nesta questão que se torna cada vez mais pertinente e cabida numa conjuntura sociopolítica e económica em estado sobremaneira deficitário no que toca á gestão virada para uma lógica de prestação de serviços, numa orientação para a produção em contexto geográfico, descentralizado e adaptado, ao mesmo tempo em que caminhamos para uma anunciada economia do conhecimento.

A universidade, uma das mais importantes fontes de conhecimento, começa a ser pressionada para que os resultados de suas pesquisas tragam para a sociedade impactos econômicos e sociais expressivos. Ora, é com base neste princípio que deveremos entender a universidade na sua variante de produção de massa crítica e de serviço na área da investigação, como uma mais valia para a optimização do espaço produtivo.

Nesta conjuntura, torna-se evidente a necessidade de adaptar este modo de estar da universidade, encarando o futuro como parte integrante da sua vida, como "trabalhador e elemento produtivo" numa sociedade que cada vez mais é global e avaliada segundo parâmetros de resultados produtivos.

No entanto, o importante nesta questão será concluir a relevância da Universidade como um elemento implantado num determinado espaço geográfico e se efectivamente se justifica o sobredimensionamento a ela subjacente.

O campus universitário está para a realidade científica e produtiva na actualidade, como as pirâmides estavam para as necessidades morais e materiais primárias do povo egípsio. E é nesta questão que se travará o nosso debate de ideias quanto a esta realidade que se torna cada vez mais contemporânea e vinculativa.

É neste contexto que entendemos a Universidade como um contributo para a produção local e regional e somente se compreenderá o seu papel se relacionarmos a sua função com o espaço geográfico que a compreende atribuindo-lhe assim um real significado, valorizando a sua função e sem dúvida atrubuir-lhe um papel social investigador. Desta forma e com base no exposto, atribuimos ao presente trabalho de investigação uma organização tão simples quanto possível no sentido de contribuir para uma compreensão organizada abrangente e objectiva.

OBJECTIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DO TRABALHO

Debatemos os **objectivos gerais** na tentativa de responder a questões que consideramos importantes para dar corpo a esta pesquisa atendendo a finalidades que de alguma forma dêem consistência ao trabalho proposto para investigação. Seguem desta forma um pensamento quanto à relação entre a Universidade e o espaço geográfico sob o ponto de vista da transversalidade, seja cultural, intelectual, de excelência ou produtiva.

a) Estudar e analisar a Universidade portuguesa na abrangência da sua função prática através de uma revisão literária tão abrangente quanto possível, tendo em conta os pressupostos de transformação actuais e no futuro.

b) Perceber o entrosamento desta instituição com o espectro social, numa interacção de conhecimentos que nos leve a pensar que estaremos num patamar de avanço para a solução de vários problemas que ao longo do tempo têm vindo a ser pensados, mas efectivamente não se antecipam medidas que proponham a sua solvência.

c) Compreender as perspectivas económicas e políticas que se desencontram dos interesses reais da produção descentralizada e para a qual a universidade na sua componente investigadora e de utilidade pública poderá ser uma mais-valia importante no processo.

d) Investigar no sentido de compreender a universidade como uma variável positiva no desenvolvimento social e económico, partindo sempre do princípio que esta multiversidade será filha da multifuncionalidade e na abrangência ao serviço da sociedade.

e) Pensar nos espaços produtivos e nas variáveis possíveis para a sua sustentabilidade. A geografia e seus elementos de composição serão o centro de pensamento crítico desta temática e supostamente consolidam a ideia de utilidade entre o saber fazer e o aprender fazendo.

f) Estudar enquadramentos sustentáveis numa relação directa entre a Universidade e a entidade comunitária produtiva em contexto geográfico, reforçando sinergias que estendam as responsabilidades e saberes da investigação universitária, com enfoque no micro espaço geográfico e com base em [RE] desenhos adaptados a uma realidade tecnológica de comunicação actual, contrariando o fenómeno emergente da inoperância produtiva, do despovoamento e desertificação.

g) Reflectir acerca do trabalho desenvolvido e suas conclusões tirando o melhor partido da investigação e dos seus resultados, que têm como intensão prioritária, compreender o papel da Universidade no processo de desenvolvimento do espaço geográfico remetido ao anonimato do interior.

No tocante aos **objectivos específicos** Propõe-se nesta investigação colocar a questão acerca da Universidade na sua abrangência na geografia e a importância da investigação no contexto social, de utilidade pública e cidadania. Delineando uma metodologia para um trabalho que, através de recolha de informação permita uma abordagem à organização e procedimentos que envolvem todo o processo, dando uma visão o mais abrangente possível relativamente aos dados que consideramos como mais importantes para o estudo.

Desta forma, este pensamento levanta questões fundamentais de análise e reflexão, propondo como finalidade, abordar algumas questões fundamentais dentro da sua revisão da literatura e do desenho empírico, sendo que, terá esta investigação como objectivos específicos,

a. Avaliar a abrangência geográfica das Universidades portuguesas no seu contributo para o mundo produtivo descentralizado, descrevendo suas características e funcionalidades

b. Investigar comparativamente os funcionamentos e as funcionalidades estruturais das Universidades e ensino superior portugueses sob o ponto de vista geoestratégico.

c. Contextualizar a relação física entre o elemento produtor e a Universidade investigadora em contexto de produção e apropriação, tentando compreender o fenómeno do despovoamento e desertificação.

d. Avaliar uma articulação entre infra-estruturas adaptadas e o espaço geográfico no sentido de responder às dificuldades sociais de optimização produtiva descentralizada.

e) Criar uma estrutura de trabalho consistente para avaliação e explanação de um problema que consiste na compreensão e formulação de questões pertinentes para o estudo.

f) Interpretar e compreender dados e informações estatísticas residentes em plataformas oficiais e do Estado, no sentido de avaliar a relação da Universidade portuguesa e o desenvolvimento local e regional.

g) Obter, através de ferramentas para o efeito, nomeadamente os questionários) a opinião de um público-alvo previamente determinado acerca da importância da Universidade no contexto social, económico e da cidadania.

h) Formular opinião acerca da importância da Universidade como instituição interventiva no processo de desenvolvimento dos espaços

mais afastados do litoral através de um processo geográfico de apropriação.

i) Obter dados suficientes e pertinentes para a elaboração de uma pensamento de actuação da Universidade pública para contrariar um processo de despovoamento e desertificação do interior do país com base na optimização dos recursos e produção.

CAPÍTULO 1

UNIVERSIDADE, ESPAÇO E CONHECIMENTO

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

1.1 RESUMO DO CAPÍTULO

Propõe-se neste capítulo especificar as várias áreas de competência numa abordagem ao conceito de espaço universitário sobredimensionado em contraponto com uma notória visibilidade do avanço tecnológico, assim como elaborar uma análise da universidade actual suas influências sociais, económicas e de excelência, reflectidas no meio social e no acto de cidadania.

Analisar criticamente os espaços actuais dedicados á investigação e aos novos formatos vocacionados para a funcionalidade, numa relação óptima do espaço físico, a geografia e o homem, tendo em conta possíveis desenhos estruturais em ambientes adaptados e sustentados, numa relação estreita com o mundo empresarial, seja local e regional.

Acentuar a mobilidade do mundo científico e de excelência motivada pela universidade ao universo exterior terreno, olhando a investigação e a produção, permitindo variáveis de estudo que se enquadrem em contexto económico e geográfico.

Estudamos por comparação de dados estatísticos ou outros, uma explicação lógica e objectiva para a ineficácia ou ineficiência nas redes universitárias portuguesas, assim como as suas orientações estratégicas que não têm servido as necessidades da economia localizada no micro espaço geográfico.

Tentamos compreender o seu potencial residente sob o ponto de vista da produção tendo em conta os progressos e as rápidas transformações sociais, assentes em variáveis tecnológicas e de comunicação, no sentido da preparação, gestão e evolução produtiva, assente em suportes de investigação científicos e de excelência, tomando consciência do papel importante da ciência e da tecnologia no mundo académico, produtivo e social da actualidade.

Procuramos encontrar através de pesquisa, os formatos que proporcionem uma transversalidade científica e cultural entre a Universidade de excelência e o micro espaço produtivo através dos seus departamentos e centros de investigação, no sentido de consolidar a ideia da necessidade de encontrar pontos de apoio interagidos entre estas formas de produzir. Entendemos o desenho de estrutura ou modelo de tratamento e recolha de dados de forma a proceder a uma avaliação

adequada com base em suportes e estratégias que permitem uma investigação assente em informações credíveis e orientadas em valores cientificamente aceitáveis.

Pretende-se por isso, com esta exposição, contribuir para compreender o desenvolvimento e a evolução da Universidade pública portuguesa nos mais de quarenta anos últimos, sob o ponto de vista da ciência e da infra-estrutura, introduzindo a problemática e fazendo um balanço das questões mais importantes que se colocam a esta investigação.

Tentamos dar uma visão abrangente das possibilidades através de dados residentes, no intuito de analisar informação em cadastro e opiniões, tentando corresponder da forma mais exacta e eficiente aos objectivos do estudo, permitindo a discussão e acompanhamento do trabalho.

1.2 INTRODUÇÃO

A Universidade pública, hoje define-se como um elemento social fundamental para a pesquisa e o conhecimento académico, logo, está sob pressão das sociedades em geral. Trata-se então da necessidade de redefinição de estratégias que permitam uma melhoria substancial da função social destas instituições tão importantes para o desenvolvimento da sociedade contemporânea.

A Universidade continua a ser a única instituição da sociedade onde se podem encontrar reunidas quatro actividades de referência para a sua função social, a pesquisa/investigação, o ensino, a profissionalização e a crítica intelectual, (Delanty 1988). Avaliar estas etapas do "saber" e "saber fazer" será uma fase importante e que poderá nortear uma função adequada das Universidades públicas portuguesas na sua tarefa orientadora e pedagógica para a produção.

Perspectivar um futuro diferente, passando por lhes atribuir uma maior flexibilidade e mobilidade no espectro científico e de investigação suportados numa abrangência geográfica que absorva questões de influência tão importantes como a distância e uma maior flexibilidade dos espaços onde actua, seja nos centros urbanos do litoral, ou no recôndito interior, poderia ser algo que mereceria a nossa atenção.

A actual missão das Universidades públicas adaptadas a uma mudança social e política emergente da transição do século, poderá entender-se como uma forma de conseguir a sua própria adaptação sob o ponto de vista do funcionamento, da gestão e da sua localização edificada.

Inseridas num mundo altamente competitivo, as Universidades terão que encarar novos desafios estruturando a sua organização segundo plataformas mais abrangentes no que toca á integração das suas competências numa dinâmica mais proactiva e descentralizada, no sentido de tornar o mais transversal possível a investigação e a produção, (Campos, 2010).

O modelo universitário, segundo Humboldt, linguista e educador liberal que influenciou fortemente as Universidades europeias e ocidentais, ganhou a sua legitimidade com a ideia de autonomia do saber face á Igreja e ao Estado.

Esse modelo ainda persiste no imaginário de muitos académicos que o têm como verdadeiro formato baseado nesse conceito. Neste modelo (Humboldt), dá a

sensação que a Universidade se transformou numa torre de marfim, em que o dever do Estado era proteger a instituição das influências do exterior, no caso, o poder político e igreja de forma a garantir a absoluta liberdade da procura do saber. Não obstante, a actualidade obriga a uma visão diferente da sua intervenção no meio social e económico do país. Na actual conjuntura o papel da Universidade pública torna-se cada vez mais importante na intervenção social sob o ponto de vista da produção e da abrangência física e geográfica, impondo-se por isso uma relação cada vez mais estreita entre a instituição e o cidadão, independentemente da sua formação e aí sim, parece-nos mais óbvio que o Estado tenha uma obrigação e contribuição importantes no processo, (Amaral, 2005).

Em Portugal poderíamos entender a Universidade no seu segmento científico e de investigação como uma instituição ao serviço das comunidades e principalmente daquelas que se encontram mais afastados do seu espectro geográfico de influência. No entanto, esta é uma questão que se julga não ser convenientemente contemplada pelo processo de Bolonha em curso na Europa e ao qual muitas delas, públicas e privadas já aderiram sem estar devidamente testado, pois não se mostra abrangente nestas questões de apoio ao combate das sucessivas crises que se vão impondo no país.

A lógica da implementação do processo da Declaração de Bolonha tem como objectivo principal a “estandardização pela estandardização”, sem ter em consideração os contextos nacionais e impondo uma hierarquia supranacional de vigilância. Ora, esta questão tenderá a dificultar um processo de alargamento do poder científico da Universidade pública na problemática inerente ao tema que tratamos neste capítulo, ou seja, a abrangência geográfica da Universidade pública portuguesa em contexto de produção (Oliveira, 2010).

1.3 UNIVERSIDADE, GEOGRAFIA, SOCIEDADE E PRODUÇÃO

Le Corbusier (1921), arquitecto, urbanista e pintor francês de origem suíça, define o espaço como a imagem do ordenamento territorial, dando importância vital ao conforto em todas as suas variantes, donde que, poderemos entender a escola como elemento enquadrado. A arquitectura é entendida como ideia de "construção" com elevada abrangência semântica influenciando todo o espaço edificado. No final do século XVIII, durante a revolução industrial, a arquitectura e o design começam a ser artes importantes no processo de desenvolvimento das cidades. Durante o século XX, numa época modernista, inicia uma preocupação virada para a simbiose entre a funcionalidade, a beleza e o conforto, com base nos novos conceitos do design e da arquitectura (Passos, 2009).
De acordo com Neves (1998, p.64),

> «Na relação da Universidade com o espaço, desenham-se os pilares conceptuais da arquitectura e do design. Importa por isso repensar as dimensões e os enquadramentos associados às funcionalidades e aos novos formatos de comunicação, assim como os efeitos e avaliação da arquitectura e do design da actualidade, analisando até que ponto estas variantes se fazem notar na paisagem construída, reflexo de uma alteração espacial. Esta gestão transformou-se num indicador fundamental com vista á integração na Comunidade Europeia, verificando-se assim a construção de mais de 15 Universidades públicas e privadas, após 25 de Abril de 1974.»

Entende-se por isso, que estas atitudes se revestem de uma componente política e de interesses partidários, não revelando qualquer consistência do investimento no tempo, colidindo com a própria ontologia das cidades.
Neste contexto, a ideia de Universidade na actualidade prende-se com aquilo que queremos dela no futuro, com os objectivos culturais, limites geográficos e humanos do próprio país, criando uma relação entre a urbanidade e o território.
A Universidade pública terá que impor-se pela capacidade de integrar uma nova forma de comunicar, de compreender o espaço em que se insere e onde vai

intervir, numa relação com os outros e com ela própria. Assumir as novas tecnologias como forma de aproximação da Universidade com o mundo real e compreender a geografia numa perspectiva de projecto e investigação, será uma das componentes importantes para o futuro das Universidades.

As tecnologias de ponta darão apoio sobremaneira importante ao acesso á informação espacial das sociedades de forma a permitir uma gestão de recursos cada vez mais eficaz, dentro de uma lógica científica e de rigor.

A tipologia da Universidade contemporânea terá que ser baseada num modelo de integração numa sociedade moderna, a sua localização e espaço, seja rural ou urbano terá que ter como fio condutor um novo conceito, a Universidade pública adaptada em ambiente sustentável, (Neves, 1998).

(Bernheim, e Souza, 2008, pág.17), estruturam um pensamento que refere, «Desde as origens, a educação universitária tem perseguido a meta de criar, transmitir e disseminar conhecimento».

O poder político e social tem ao longo do tempo um aliado forte e demolidor que se estrutura dentro das portas daquilo que entendemos como Universidade, ou Campus Universitário, ou seja, aquilo que deveremos julgar como o espaço do conhecimento e da excelência na base do pensamento.

É nesta cumplicidade que se poderá entender muitas vezes as transformações sociais e económicas de um país, porque vislumbramos na Universidade pública o caminho para a governança, ou para a orientação que muitas vezes se centra em princípios académicos e que por si, também falíveis, a autonomia externa refere-se á relação entre o Estado e a Universidade moderna, baseando essa mesma discussão sem partir dos mesmos pressupostos. Ela terá que defender a sua autonomia e liberdade académica que normalmente assenta numa postura social totalmente desinteressada dentro de uma lógica liberal, até porque por princípio se tratará de uma instituição igual a outra qualquer que cada vez mais terá que entrar numa lógica óbvia de concorrência com outras, (Oliveira, 2000).

A Universidade pública vai tendo por isso um papel fundamental na estrutura social, económica e política de um país como Portugal e vulgarmente na Europa, não obstante, erros que se notaram e consequentemente transformaram a história com base em pensamentos e decisões notoriamente académicas e por isso, muitas das vezes, erradas. O debate sobre o papel social da Universidade publica com outros grupos sociais em especial, foi marcado pela afirmação de conceitos apresentados

muitas vezes como dicotômicos, tais como os vínculos e rupturas entre os interesses de grupos particulares e os do conjunto do universo social.

A afirmação da pesquisa e da extensão como práticas estanquizadas ou eliminatórias, até a acusação aos grupos que afirmavam a importância do compromisso com acções voltadas para os sectores populares de buscarem reproduzir na vida universitária os parâmetros políticos populistas que marcam o país há muitos anos. Mas o que nos dias de hoje se poderá entender como ensino universitário começa a tomar formas algo diferenciadas daquelas a que normalmente nos habituaram, (Sousa, 2011).

O privilégio dos grandes espaços e da associação aos sobredimensionamentos geográficos começa a ser posto em causa, como refere Miranda (2007, p. 185),

> «A área da educação, nomeadamente o sistema do ensino superior, vê-se assim compelida a responder e a enfrentar os desafios e as situações emergentes, num processo mutacional que configura novas formas de organização em todos os domínios, nomeadamente na reengenharia dos sistemas educativos, na integração e convergência da realidade e da virtualidade, em novas necessidades educativas e dimensões do ensino e da aprendizagem, que conduzem a novas conceptualizações e modelos organizacionais do ensino superior».

Desta forma, as novas tecnologias, novas arquitecturas e novos designs adaptados, começam a propor soluções de diversidade que se enquadram nos princípios de um novo formato pedagógico e produtivo, com base num pressuposto fundamental, as novas tecnologias e um acelerado sistema de informação/acção, pois as Universidades baseadas na unidade da praxis, na pesquisa e na formação tenderão para uma inversão institucional que desvia o locus da acção, (criação da aprendizagem e do conhecimento) de dentro para fora das suas actuais fronteiras. Encontramo-nos no início deste processo e supõe-se que a revolução da comunicação em rede irá continuar a acelerar dramaticamente este procedimento, (Nelson e Teixeira, 2007).

Ora, em que princípio se poderá assentar uma melhoria das universidades na sua qualidade de ensino, da investigação e essencialmente do seu contributo á sociedade produtiva? - Adaptar as infra-estruturas da universidade para uma segmentação do ensino e da investigação, poderá ser uma realidade, a qual nos cabe compreender e colocar como hipótese. Motivar a apropriação do espaço e

micro espaço local e regional serão factores determinantes para o interesse na produção em comunidade, pois como referem Borracho e Dias (2010, p.49), «todo o agrupamento humano, do mais restrito ao mais vasto, é um conjunto de indivíduos que ocupam um certo lugar no espaço». Donde que, forçamo-nos a entender este raciocínio como um indicador num formato ideal para a objectividade de um possível projecto de produção em micro espaço geográfico transformado numa realidade e inserido num contexto de projecto sob o ponto de vista sociológico que possa permitir novos caminhos para a produção descentralizada dos grande centros urbanos, não confinando essa produção e consequente investigação ao macro exemplo, ou seja a centralização macro geográfica e urbanizada, podendo por isso caber á Universidade encarar este desafio de modernidade e tendência para a abrangência cultural e consequentemente geográfica. E tudo isto poderia ser efectivamente reconhecido na Declaração Mundial sobre o Ensino Superior em 1998 e que mais tarde vem citado por Bernhim & Chaui (2003, p.17) quando afirmam,

> Devido ao escopo e ao ritmo das mudanças, a sociedade cada vez mais tende a fundamentar-se no conhecimento, de modo que a educação superior e a pesquisa actuam hoje como parte fundamental do desenvolvimento cultural, socioeconómico e ecologicamente sustentável dos indivíduos, comunidades e nações, portanto, sendo confrontada a formidáveis desafios e precisa proceder á mudança e á renovação mais radicais que já foi obrigado a fazer, para que a nossa sociedade, que passa hoje por profunda crise de valores, possa transcender meras considerações económicas e incorpore dimensões mais profundas de moralidade e espiritualidade.

Neste sentido, poderá deter-se como referência do texto anterior, a necessidade de pensar que uma visão da universidade, sob o ponto de vista da produção, poderá ser algo diferenciada da actual, atribuindo ao conhecimento e á investigação uma função também economicista e prática no que toca á optimização do espaço geográfico, com preocupações sociais e socioeconómicas, assentes em atitudes e intervenções sustentáveis com base num processo de apropriação.

Poderá ser nesta tendência de apropriação do espaço geográfico que o significado de valor sob o ponto de vista do projecto de vida toma uma forma de adaptação ao meio em que qualquer sujeito poderá criar um formato de acordo com as suas

expectativas, donde que, poderemos tratar este comportamento como o veículo importante para a criação de sinergias em contexto de investigação e produção numa atitude de vivência comunitária, tendo como referencia fundamental, a relação entre o espaço geográfico e o homem, considerando estes valores, factores indissociáveis (Borracho e Dias, 2010).

Poderemos considerar a Universidade ou Campus Universitário, não somente como um elemento que representa o saber e a excelência, mas também como uma estrutura arquitectónica que de toda a forma interfere com a envolvência, seja social, económica ou política. Se nos reportarmos no tempo e no espaço, poderemos verificar que a história da universidade remonta á idade média, segundo os historiadores, século XII, e que a sua intervenção no contexto geográfico tinha na altura somenos importância (Carvalho 1985).

As suas características físicas e estruturais faziam parte integrante do desenho urbano, traduzido muitas vezes na casa do mestre, ou em qualquer sala, igrejas ou espaço onde fosse possível reunir alunos (Passos, 2008).

Havia portanto, uma simbiose do ensino com o meio geográfico envolvente, determinando como menos importante as infra-estruturas, remetendo a maior importância para a transmissão do saber. Faz-se por isso notar que a universidade nasce efectivamente como um elemento directamente ligado á geografia, ou seja, ao espaço geográfico em que se encontrava inserida.

Na Europa, a sua maioria são instituições eminentemente urbanas nascem e instalam as suas infra-estruturas na cidade, desenvolvendo actividades científicas confinadas ao meio mais desenvolvido e consequentemente mais privilegiado no que toca ao desenvolvimento das várias actividades de produção.

Contrariando este princípio que determina o desenvolvimento das cidades, nos Estados Unidos o ensino superior assume características algo diferenciadas, rompem de facto as instalações universitárias longe das cidades, no sentido de diferenciar a ideia europeia do seu funcionamento nas áreas urbanas e localizá-las no campo, longe do seu descontrolo, no entanto e apesar de tanto cuidado, acabaram sendo abarcadas e cercadas pelas cidades que pela inércia acabaram por as absorver no seu próprio desenvolvimento e expansão.

Hoje, a Universidade sobredimensionada, traduzida como uma entidade abrangente sob o ponto de vista territorial que na maioria das vezes se entende como campus universitário, poderá ser um formato objecto de estudo e reflexão no sentido em que o impacto das tecnologias de comunicação, na proliferação das fontes de

informação e nas possibilidades de ensino aprendizagem á distância, torna esta variável geográfica determinante para uma forma diferenciada de ver a instituição e suas potencialidades, tendo em conta que o factor "dimensão" começa a não ser determinante para o processo de compreensão do aprendizado.
Certamente, características de apropriação terão que ser indicadores de motivação para uma produção objectiva num determinado espaço ou micro espaço geográfico, donde que, e segundo Barracho e Dias (2010, p.152)

> O processo de apropriação assume-se como uma actividade ininterrupta que conduz, através de fases sucessivas de aprendizagem e de tomada de consciência, à constituição de pontos de referência que permitem que nos situemos no espaço e nos apropriemos dele.

Ora, esta questão vai de encontro ao princípio básico de que terá que haver um processo de adaptação para que a apropriação do espaço e a relação ambiental possa ser uma realidade, desvalorizando o objecto, remetendo-o para um plano secundário, atribuindo á envolvência do indivíduo a ideia de espaço natural, seu reconhecimento e adaptação á morfologia e ambiente.

Assim, o espaço social e o espaço construído determinam um processo de maturidade na relação do indivíduo com o meio de produção e consequentemente uma cumplicidade entre este e o seu domínio de apropriação, no caso, geográfico e ambiental.
É pensando neste processo de adaptação a um quadro de vida virado para uma perspectiva diferente que se poderá entender um processo de adaptação ao meio com base numa estrutura consolidada da psicologia ambiental.
Segundo Barracho e Dias (2010, p.20) «a psicologia ambiental é o estudo da transacção entre indivíduos e o cenário físico».
Poderá ser com base neste conceito que a concentração, no sentido de entender esta relação "homem vs espaço físico e espaço físico vs homem", ou seja, uma abordagem sumária á psicologia e á sociologia ambiental, como fundamental para o estudo da relação de produção e geografia física e humana, por isso, uma plena interacção entre indivíduos e ambiente físico, no caso o espaço ou micro espaço geográfico.
Poderá ser neste processo que se fará notar o impacto do espaço sobre as pessoas numa relação unidireccional e consequentemente se transformará numa

atitude de apropriação, criando comportamentos e experiências que estimulem a concentração e adaptação do sujeito ao meio, a nível da arquitectura, do design, da paisagem e da ergonomia ambiental, (Barracho e Dias 2010).

Nesta passagem, pretende-se compreender o espaço como um elemento menos fundamental para a questão que cada vez mais se torna uma realidade de discussão, "será a macro Universidade, ou o campus universitário, a actual resposta á relação homem e produção"? Poderemos provavelmente concluir que nem sempre será assim. Campus universitário, poderá confinar-nos um pouco á ideia de grandiosidade sob o ponto de vista físico e de ocupação na geografia, remete-nos para uma ideia tradicional americana com a intensão de designar a área onde se encontra a universidade, (ou college) e suas instalações.

Este conceito poderá remeter-nos certamente para um pensamento de aglomeração de massa crítica humana, sejam, professores, alunos, administração, etc. Ora, esta ideia tipicamente anglo saxónica representa hoje uma ocupação geográfica dedicada á estrutura da universidade que começa a tonar-se um peso económico, quase assustador para as sociedades modernas, não obstante ainda se construírem segundo o conceito anteriormente referido, se não vejamos Universidades modernas na Alemanha, construídas nos anos 1960, como Bochum que foi a primeira a ser fundada depois da Segunda Guerra Mundial, em 1962. É uma das mais jovens e maiores da Alemanha, é também considerada uma das melhores da Europa, sendo a sua estrutura gigantesca. Constança, fundada em 1966 e é a menor entre as seis universidades contempladas pelo programa de excelência do governo alemão em Outubro de 2007. O objectivo dos seus idealizadores era conceber uma "Universidade reformista", que oferecesse novas modalidades de ensino e pesquisa e Ulm, localizada na cidade de Ulm, criada em 1967, no estado de Baden-Württemberg no sul da Alemanha. Referência europeia nos campos da Medicina, Engenharia e Economia. Muga (2006, p.134) diz-nos que «Um objectivo fundamental do desenho para a territorialidade é estimular a apropriação do espaço por parte dos utentes».

Quanto mais influência puder exercer sobre as coisas á nossa volta, mais nos sentiremos emocionalmente envolvidos com elas, mais atenção lhes darão e mais inclinados estaremos a tratá-los com cuidado. Assim, esta reflexão vai certamente de encontro ao facto de a envolvência do espaço edificado, ter que obviamente se entroncar com o espaço envolvente, sob o ponto de vista físico e humano. Todos os

objectos edificados deverão servir e funcionar no sentido de suprir as necessidades do utilizador tendo em conta o seu contexto e a sua finalidade (Hertzberger, 1999).

Na actual conjuntura, supomos que o importante tende cada vez menos a ser a dimensão, (sob o ponto de vista da área geográfica de implantação, seja na planimetria como na altimetria) mas as potencialidades de comunicar através das novos formatos e novos saberes, interpretando uma evolução que incide no essencial na relação da investigação com a produção e o mundo envolvente.

Nas quatro últimas décadas multiplicaram-se as Universidades construídas em Portugal em cidades como Aveiro, Braga, Vila Real e Évora. Estas novas Universidades permitiram um aumento do número de estudantes universitários. No entanto, estaremos perante um equívoco quanto a esta função e nas proporcionalidades das dimensões relativamente á geografia que Portugal ocupa na Europa e no Mundo.

Portanto, a ideia de que estes sobredimensionamentos irão permitir uma projecção internacional assim como uma qualidade sob o ponto de vista da investigação é algo enganador tendo em conta que estas Universidades, pelo seu carácter de centralismo e centralização do saber não têm desenvolvido, entre muitas funções, a de extravasar o sentido da investigação, ou seja, ir para além das portas de entrada, criando uma força não penetrável dentro de uma infra-estrutura em muitos casos megalómana e centralizadora.

O financiamento destas instituições está subjacente a um rácio alunos/docentes ou investigadores que em nada terá a ver com a sua verdadeira função no que toca ao seu papel no acto da investigação. Donde que, e como se poderá comprovar, a dimensão da infra-estrutura não está directamente ligada aos níveis de produção social e da investigação, mas sim á massa crítica humana que actualmente aí reside.

Não obstante, teremos que ter obviamente em conta uma questão que se coloca como deveras importante e que incide nas datas de construção e criação das Universidades públicas mais recentes e que se encontram com uma proximidade substancial ao período politicamente marcante de 1974, o que determina de certa forma uma evolução neste sentido que não acompanha o tempo desde o Estado Novo até á ruptura provocada por esta revolução.

As Universidades públicas e privadas portuguesas foram construídas, na sua grande maioria a partir de meados dos anos setenta, denotando por isso uma vontade de aferir um formato geoestratégico que permitisse uma distribuição

equitativa do saber e da investigação, como tratamos no capítulo 6º desta tese de doutoramento.

No entanto, as Universidades ganham contornos socio-espaciais que estarão directamente ligados ao contexto político, cultural, económico e históricos referentes ao espaço geográfico em que se insere, delimitando por isso a sua influência numa dinâmica que se pretende abrangente e que extravase os limites geográficos e éticos da própria Universidade ou Campus que referimos, provocando desinteressadamente um conflito de interesses ao aluno que se desloca e numa primeira vontade pretende regressar á sua terra de origem (Passos, 2008).

1.3.1 A UNIVERSIDADE PÚBLICA E A EQUIDADE DA DIMENSÃO GEOGRÁFICA

A articulação entre a Universidade pública, ou o espaço que ocupa e o edifício universitário em contexto regional, determina um importante indicador para medir o nível desta relação no processo de aprendizagem e produção, donde que, como refere Carlos (1994, p.46), «a paisagem não é só produto da história, ela reproduz-se com base nos actos do quotidiano do homem numa relação de entendimento e de fazer parte na sociedade, assim como a articulação perfeita na relação diferenciada de cada um».

Quando se pensa numa região determinada pelo sobredimensionamento espacial assim como do seu afastamento dos grandes centros de decisão e urbanos, teremos que pensar num processo transversal a relações, formas de estar e infra-estruturas, no sentido de encarar um processo de apropriação como algo que determine uma boa relação entre o homem e a geografia.

Tentaremos por isso, ao longo deste item de investigação e acerca da equidade da dimensão local e regional, compreender os diversos termos do domínio da geografia, assim como a emergência das Universidades e sua interacção nos conhecimentos articulados com o domínio local e regional.

A arquitectura, o design e o meio ambiente, caracterizam-se precisamente por serem dos principais interessados na disciplina do espaço enquanto geografia, enquanto mundo terreno proporcional, adaptado às nossas necessidades e que por vezes muito mal tratamos. Deveremos considerar diferentes tipos de espaço, tais como, o espaço físico, o espaço perceptivo, e o espaço cognitivo. Estes serão os valores que se aplicarão em áreas de saber e investigação diferentes, poderíamos no entanto constatar que a ocupação do espaço obriga ao pensamento simultâneo destes tipos ou níveis da concepção.

Espaço físico é definido pela perspectiva cartesiana que determina o local e se orienta através de coordenadas traduzindo a localização física do espaço, independentemente da sua grandeza através de uma medida, trata-se por isso de algo concreto, quantificável. Constitui assim uma concepção de espaço como um ambiente orgânico envolvente (Barracho, 2001).

O espaço perceptivo, poderá remeter-nos para a experiência inerente á sua utilização e orientação no ambiente, numa compreensão ao nível da matéria na sua dimensão subdividido nos aspectos físicos, no caso, os objectos e o social, as pessoas ou espaço pessoal, entidade exterior ao indivíduo, de acordo com Hall (1986, citado por Barracho e Dias 1986).

O espaço cognitivo traduz a representação que fazemos do espaço físico, a imagem que criamos do ambiente que conhecemos directa ou indirectamente, (Tolman, 1948).

Tratamos um espaço também importante para este trabalho de investigação, ou seja, o espaço arquitectónico, que como referem Wolfflin e Frankl (2000, p.135) «a essência da arquitectura tem sido frequentemente associada ao espaço e às relações espaciais». Esta doutrina do espaço será, sob o nosso ponto de vista da geografia física e humana talvez mais profundo do que poderemos imaginar, é nele que está subjacente a nossa própria existência e que muitas vezes gerimos muito pouco adequadamente.

Porém, poder-se-á entender a arquitectura como o equivalente artístico do espaço-tempo, e daí podermos analisar a evolução da arquitectura em torno da dialéctica espaço interior – espaço exterior (Muga, 2006).

Neves (1998) concebe o espaço como um dos pilares conceptuais da arquitectura, simultaneamente como criação histórica. Traça então, a evolução do espaço arquitectónico, desde o mítico primitivo e o geométrico Grego, passando pelo divino da Idade Média, o homogéneo do Renascimento, pelo cartesiano, até ao cinético moderno e espaço cibernético actual.

Uma qualquer universidade não é somente a obra arquitectónica em si, tem também uma imagem que marca a presença pela sua óbvia função. Nesta matéria que tratamos, a simbiose nos significados respondem perfeitamente ao conceito de construção da Universidade. Sua edificação depende de um sem número de condicionantes, desde o seu contexto físico a todas as alternativas técnicas, limitações económicas, meio sócio cultural e de enquadramento. As questões plásticas e de componente estética serão abordadas num outro plano dado o menor interesse para a matéria que tratamos.

Importante será reflectir se efectivamente as dimensões dos edifícios universitários públicos da modernidade respondem de forma eficaz ao espaço em que se inserem, ou somente são volumes construídos num espaço qualquer que servem uma política global e abrangente. Desta forma, estaríamos a falar de uma justa

medida, ou seja, uma relação proporcional necessária ao objectivo final de uma definição espacial harmónica e enquadrada sob o ponto de vista social e humano.
Esta proporção não refere somente as questões relacionadas com a métrica, ou seja, a medida numa atitude matemática somente, mas sim todo um contexto que determina a efectiva a lógica dessa mesma construção.
A nova arquitectura e novos designs somente se transformam e se enquadram em contextos ambientais não adversos. As arquitecturas denominadas "modernas" e "pós modernas" colidem neste mundo infindável das funcionalidades, onde ambas se colocam num quadro de referência como sendo eclécticas e multifuncionais. Numa atitude crítica seria importante uma avaliação da construção de hoje, analisando até que ponto estas variantes para intervenção social se fazem notar na paisagem construída.
A arquitectura, que de todas as artes é a mais submetida às condições materiais, económicas e sociais, é também aquela que graças às proporções e às formas geométricas exprime as especulações mais abstractas do pensamento humano.
Os espaços públicos urbanos serão os mais afectados pela crise de dimensionamento na construção. Coloca-se então a questão - não estaremos a projectar nestes espaços as construções sobredimensionadas - Onde incluiremos obviamente a macro construção, o edifício ou conjunto de edifícios que pautem pela polivalência e centralização de funções – Será possível entender estas transformações socioeconómicas assinaladas na era moderna e industrial até aos nossos dias e perante o imperativo científico e social com uma visão renovada ou pretensamente renovada dos espaços públicos (Hautecoeur,1959).
Numa lógica de cultura contemporânea, poderemos assumir uma notória capacidade de movimento e velocidade, que aplicada á técnica urbanística, organiza a cidade de acordo com o princípio geral de que os sujeitos se encontram em contínuo trânsito entre lugares, (Sheller e Urry, 2000).
Em Portugal e após a alteração política de 1974, a organização da cidade, ou do espaço público reflecte também uma crise que serve como recurso aos contornos da participação social, cívica, cultural e mais concretamente através dos ciclos das governações políticas dessas mesmas cidades que por si dependem sempre de orientações políticas de interesse do próprio Estado.
Neste sentido, e tendo em linha de conta toda esta problemática da vida política, as edificações tomaram sempre uma forma de conduzir interesses que por vezes prejudicavam a própria estrutura organizacional dos espaços físicos. Acentuaram-

se estas questões na década de 1980, como que uma necessidade de mostrar publicamente "mudanças", no sentido de uma pretensa integração na Comunidade Europeia.

Não deveremos esquecer que a institucionalização da vida política em Portugal, centrada obviamente em matérias de natureza socioeconómicas formais, assenta também nesta variável da educação como fio de condutas das políticas que se foram vivendo dentro da conjuntura própria de um país em desenvolvimento intelectual e de identidade política. No entanto, a preocupação nas infra-estruturas, porque somente reflectiriam um desenvolvimento socioeconómico visível, pautavam na premissa onde todos os esforços se centravam na construção de infra-estruturas ligadas ao ensino universitário, como sendo e entre outras instituições públicas e privadas, após 1974, foram instaladas em Portugal mais de 15 Universidades públicas e privadas, (Autónoma de Lisboa, Nova de Lisboa, Aberta, Universidade do Minho, de Aveiro, Fernando Pessoa, Lusíada, Beira Interior, etc.), não contabilizando, Politécnicos, Institutos e outras instituições de ensino superior.

Consideremos o facto de essas construções e reabilitações, muitas vezes serem visíveis através de uma aproximação geográfica que nem sempre se afasta do espectro urbano, o que contraria de certa forma a teoria de abrangência que determinou a sua própria construção, não obstante sabermos que grande parte desta edificação assenta na reabilitação de edifícios existentes, no entanto o nosso ponto de vista quanto ao assunto que tratamos mantém-se (Passos, 2008).

Ora, sob o ponto de vista crítico, esta tentativa de Europeização, abordou de certa forma uma modernização do país ao nível intelectual e de investigação, tentando também uma modernização das cidades através da cultura, ou a pressuposta cultura, que em nosso entender teria mais uma intenção política do que propriamente cultural, até com o pensamento na cultura, ou processo de aculturação de um povo que ainda hoje sofre pela incompetência e pretensiosismo de uma conduta inadaptada de políticas e gestão culturais durante mais de quarenta anos.

Para uma avaliação que de todo foi objectiva e de certa forma escassa, á imagem de outras experiências na Europa, conclui-se que não existe a consistência pretendida relativamente ao investimento, seja do ponto de vista económico e social ou cultural, não reflectindo efeitos positivos e sustentados nas vivências económicas das cidades. Mas a relação do edifício Universitário com o meio Urbano, enquadra-se nesta panóplia de problemas que per si ocorrem de políticas

que colidem com a própria ontologia da cidade actual, reflectindo fragmentações e incoerências políticas e de enquadramento, que seguidamente terá reflexos negativos nas questões sociais e culturais.

Entendemos que o importante neste processo de identificação, prende-se com o facto de podermos reconhecer uma definição óbvia para a arquitectura e que juntamente com design nos possibilite um enquadramento ideal para a construção da Universidade pública em contexto, não colocando somente a questão estética e de enquadramento urbano ou até rural, mas com um verdadeiro sentido de oportunidade e de referencia, ou seja, uma construção ou reabilitação útil e adaptada às necessidades locais, sejam de maior ou menor dimensão, geográfica ou cultural.

Colocar-se-á sempre a grande questão da identidade da Universidade de hegemonia que terá de ir de encontro á sua própria legitimidade.

Assim, o grande problema da Universidade pública neste domínio tem sido o facto de passar facilmente por Universidade aquilo que efectivamente não o é, devendo-se a uma desmesurada delegação de funções inadaptadas que lhe foram atribuídas ao longo do século XX e sem uma lógica de articulação (Portoghesi, 1985).

Tendo como exemplo muitos países da Europa, a Universidade somente é assumida como tal a partir do momento em que retém em si a pós graduação e a investigação em condições físicas enquadradas e adaptadas, a fim de permitir responder às exigências contextuais independentemente da dimensão física e humana (Bauman, 2007). A criação de sinergias para a construção física da Universidade em contexto, ou seja, adaptada ao meio e historicamente enquadrada, leva-nos a remeter essa responsabilidade para as arquitecturas, os designs e o ambiente. Pensamos serem estas a três variáveis importantes no processo de construção da Universidade edificada e adaptada (Muga, 2006).

Esta adaptação sob o ponto de vista físico não se poderá isolar das questões relacionais destas variáveis, terão que obrigatoriamente ser articulados valores como, a adequação arquitectónica, os contextos de envolvência, questões físicas e de topografia, acessibilidades, etc. No entanto, o assunto que tratamos refere esta Universidade num formato tão técnico como político e social para um conjunto de valores que propõem uma construção adaptada numa figura física, social e política.

Barata (2004, p.13) refere a este propósito que William Morris (pioneiro do design e da arquitectura modernos, 1834-1896) e cujo pensamento assentava numa visão

da arquitectura como «a investigação das maneiras possíveis de organizar o ambiente construído, desde os objectos de usos à cidade e ao território»
Solá-Morales (2000 p.18) ainda nesta perspectiva, aponta-o também «como o pensador e político que está na base do desenvolvimento da arquitectura do século XX»
Elia (2001 p.81) expressa que na altura e como que um manifesto do movimento modern William Morris afirma que,

> A great subject truly, for it embraces the consideration of the whole external surroubdings of the of the live of mean, we connot escape from it (…), for means the moulding and altering to human needs of the very face oh the earth itself, except in the outer desert

Mas numa perspectiva da nova arquitectura e design, Gropius (1972) determina esta modernidade após a fundação da anteriormente referida Bauhaus em Weimar, este foi efectivamente o grande passo para a modernidade nas artes da arquitectura do design e artes plásticas.
Os princípios para a compreensão da arquitectura moderna determinavam a vontade de alargar a paisagem humanizada que tinha sido desintegrada durante a industrialização. Nesta procura duma arquitectura e design adequados tentaram continuamente atribuir uma abrangência semântica da palavra arquitectura, englobando no seu âmbito, não somente a paisagem mas também o controlo da intervenção humana.
Citado por Barata (2004) Vitrúvio, arquitecto e engenheiro romano que viveu no século I – a. C. refere a arquitectura como uma ciência que deve ser apoiada por uma grande diversidade de estudos e conhecimentos através dos quais ela julga todas as obras de outras artes que lhe pertencem.
Nesta abordagem do autor já poderemos denotar a importância de toda uma série de variáveis que não somente a arquitectura ou o design em si, mas também um sem número de áreas de interesse cientificas, ou não, que terão que obrigatoriamente fazer parte do estudo em questão, numa atitude de transversalidade e interdisciplinaridade, que surgem como dados importantes para a concepção da obra, sendo essencialmente as questões que em nossa opinião teriam que ser compreendidas em três áreas bem transversais e interdisciplinares, a saber, o enquadramento, o contexto e a obra.

Neste sentido, estamos perante novos e difíceis desafios para as Universidades públicas portuguesas face às actuais adversidades e que se avizinham como longas no tempo, dificuldades económicas e financeiras que se poderão alargar sem dúvida para questões de carácter social e de conflito.

As Universidades do Estado terão que interpretar o problema de forma certamente mais abrangente e assente em metodologias eficazes e de missão estratégica, pois compete-lhes intervir na sua resolução que está infligido a Portugal e de certa forma a toda a Europa neste novo século XXI.

Impõe-se uma realidade de enquadramento físico das Universidades portuguesas para que a sua função de equilíbrio social se estenda tanto quanto possível na geografia do país. Ora, a resolução do problema que se coloca na actualidade social e económica do país, também estará directamente ligado ao formato ideal de gestão e abrangência da Universidade pública portuguesa com base no equilíbrio razoável entre o investimento aplicado ao longo dos quase quarenta anos e as necessidades intrínsecas do país.

Entramos um século XXI com desafios que se prendem com a globalização e consequentemente para as Universidades Europeias e certamente para as Universidades públicas portuguesas e isso terá que ver em muito com a sua localização geográfica num plano de estudo geoestratégico (Passos, 2008).

1.3.2 A UNIVERSIDADE PÚBLICA, A [RE] ORGANIZAÇÃO GLOBAL E A CIDADANIA

A Universidade pública portuguesa encontrará no momento, a necessidade de se transformar, tornar-se numa aliada forte às novas correntes inovadoras transversais á compreensão do espaço geográfico mais afastado do seu domínio de conhecimento e da sua ciência investigadora como factor produtivo. Interessa por isso aplicar á Universidade pública a responsabilidade da promoção produtiva.

Como refere Oliveira (2000 p.93), «trata-se de imputar à Universidade uma responsabilidade directa na promoção competitiva do país, o que implica a assunção de novas funções e a transformação das que têm sido tradicionalmente atribuídas». No entanto, como elemento físico que faz parte da geografia e estabelece uma ligação entre a excelência e a produção local e regional, poderá proporcionar ao território uma evolução apoiada na sua intervenção e protagonismo ao nível da quantidade de inovações teórico-tecnológicas, ou seja, uma simbiose estratégica entre a teoria e a prática.

Seriam espaços fundamentais para um tratamento eficaz quanto á evolução e consequentemente á produção. Desta forma, estender todas as características inovadoras das Universidades públicas portuguesas ao processo produtivo descentralizado, poderia sem dúvida estruturar um processo de desenvolvimento e organização mais eficaz e optimizado.

Tal como outras Universidades Europeias, as portuguesas também se encontram perante uma situação de desafio relativamente aos seus modelos de funcionamento construídos ao longo de dois séculos de história.

Muito embora seja notória uma adaptação ao processo, entendemos ainda estar longe dessa viragem fundamental para a sociedade portuguesa, principalmente a que se enquadra no espaço geográfico mais afastado da malha de influência da Universidade.

Portugal encontra palavras-chave, como, “globalização”, “competitividade”, “inovação”, “empreendedorismo” para orientação da ciência e da sua comercialização no século XXI. É efectivamente visível um esforço nesse sentido, no entanto essa forma de encarar o novo conceito de Universidade em sociedade, estrutura-se dentro de um espaço geográfico bem definido e confinado aos grandes

centros urbanos, ou pelo menos a um raio de abrangência da influência universitária demasiado curto para a resolução de alguns problemas que se prendem com o processo produtivo e do desenvolvimento na geografia nacional, ao nível local e regional.

Desta forma, poderemos compreender este problema como algo a superar num contexto de utilidade pública porque a Universidade pública, como tem demonstrado através dos tempos tem uma exemplar capacidade de adaptação (Santos, 2002)

De acordo com Santos (2005) foram identificadas oitenta e cinco instituições universitárias do mundo ocidental, que estando já estabelecidas nos inícios do século XII, ainda hoje existem numa forma reconhecível. Entre elas, contam-se a Igreja Católica, os Parlamentos da Ilha de Man, da Islândia e da Grã-Bretanha, alguns cantões suíços e setenta universidades.

Muitas outras instituições poderosas desapareceram, mas essas setenta universidades (mais de 80% das instituições sobreviventes) persistiram, ocupando ainda alguns dos seus antigos edifícios e desempenhando tarefas semelhantes, com formas de organização e governo análogas desempenhando funções análogas e que funcionam sem interrupções (Santos, 2005).

Hoje, teremos como pertinente a relevância desta Universidade no relacionamento com a comunidade numa perspectiva de valorização recíproca no sentido de repensar a sua verdadeira e necessária função, numa atitude de missão com base em estruturas organizadas e descentralizadas.

O conhecimento inicia um novo formato de abrangência e que se estrutura segundo parâmetros de referência que vão de encontro às necessidades sociais e socioeconómicas que imprimem uma pressão por parte da sociedade em geral relativamente às exigências sob o ponto de vista da oferta formativa, com vista a uma necessidade emergente que se prende com a empregabilidade e valorização do conhecimento como ponte para a produção e consequentemente para resolução de problemas que se colocam na actualidade.

Sendo portadoras do saber e do conhecimento, as Universidade públicas deverão ser chamadas a assumir esta importante atitude social de componente inovadora, fazendo progredir o espírito empreendedor de produção descentralizada citado na Comunicação dos encontros de Outono, Museu Bernardino Machado – Vila Nova de Famalicão (2005), referente aos Novos Enquadramentos do Ensino Universitário em Portugal, donde que, e tal como está subscrito na Magna Charta de Setembro,

1988, onde se refere que os novos enquadramentos do ensino universitário em Portugal, assentam em quatro princípios basilares e fundamentais; a independência ética e científica, tanto perante o poder político como o económico; a indissociabilidade entre o ensino e a investigação para que o ensino possa acompanhar em permanência a evolução do conhecimento científico, bem como das necessidades da sociedade; o respeito pela liberdade na investigação e formação, como dimensão axiológica da autonomia universitária; a universalidade do âmbito da actuação da Universidade, enquanto depositária da tradição do humanismo europeu, expressa na preocupação constante de alcançar o saber universal, no ignorar das fronteiras geográficas ou politicas e na afirmação da necessidade vital do conhecimento mútuo e interacção entre as diferentes culturas».

Este "Processo Europeu" de que falamos e como refere o mesmo artigo, teve como principal objectivo o reforço da cidadania europeia dentro de um novo conceito, associado á ideia de um "cidadão europeu de raiz plurinacional", leva-nos a pensar que a pretensão coexiste com a vontade de unir uma Europa em torno de uma ideia de cidadania una, mas no fundo tem-se mostrado algo desajeitado e pouco eficaz, sob o ponto de vista a igualdade de oportunidades Santos e Filho, 2008). Tem vindo por isso a transformar os jovens quadros dos países mais pobres em potencial mão-de-obra barata dos países mais ricos. A vaga de emigração no continente europeu cresce a um ritmo avassalador. Os jovens atingidos pelo desemprego crescente nos países em crise partem à procura de uma vida melhor e principalmente de um salário condigno. A Austrália é o país de sonho para os jovens irlandeses, mas os espanhóis e os portugueses consideram a América Latina uma referência. Na Irlanda, a taxa de desemprego atingiu os 15%. O cenário para os mais jovens é ainda mais austero, quase um terço está sem trabalho. Em Portugal, o desemprego jovem atinge valores há muito nunca vistos, 37% aproximadamente e em Espanha, jovens confrontam-se com um mercado laboral deprimido e com uma taxa de desemprego juvenil até 50% (Eurostat, 2013).

A universidade pública portuguesa deverá desempenhar um papel fundamental na consolidação do conceito e da prática de responsabilidade social. Precisa, além disso, estar empenhada firmemente em difundir essa mesma responsabilidade pela sociedade. Uma análise ainda que ligeira do ambiente universitário evidencia os inúmeros desafios que a universidade ainda necessita superar para cumprir

efectivamente o papel que a sociedade lhe reserva, pois terá que ser um veículo transmissor do equilíbrio entre o saber e o saber fazer.

A universidade pública portuguesa deverá reforçar a sua intervenção no processo de desenvolvimento na implementação de políticas públicas que privilegiem a produção e optimização dos espaços afastados da sua área de conforto, interagindo com o meio, seja urbano ou rural.

A Universidade pública tem procurado, prioritariamente, adequar-se ao mercado a partir de uma visão meramente utilitarista, pautando-se por princípios e posturas que exaltam o individualismo, a produtividade a qualquer custo e a adesão acrítica ao universo do *"management",* em detrimento do trabalho colectivo que parte através da sua relação directa com a sociedade e que terá que se demonstrar mais assertivo e consequentemente mais interventivo sob o ponto de vista político e social. Não parecendo, ela tem estado distante da sociedade e, salvo raras excepções, não procura romper um visível distanciamento relativamente á sociedade em geral, assumindo uma perspectiva elitista e até um pouco mesquinha, como se situada num mundo particular e privilegiado.

Com uma postura algo arrogante, como se à sociedade coubesse subsidiá-la, sem quaisquer questionamentos ou restrições, a Universidade portuguesa precisa abrir as portas para a cidadania, mobilizando mentes e braços para um debate profundo sobre as nossas desigualdades sociais, sobre a afirmação de valores éticos na condução da vida pública, sobre o conceito de sustentabilidade que deve prevalecer entre nós (Bueno, 2014).

A Universidade, e muito particularmente a pública, precisa incorporar na sua estrutura de prioridades e na definição dos problemas de pesquisa de que se ocupa, as reais necessidades da sociedade portuguesa, fazendo retornar, com conhecimento e resultados práticos, o investimento e a confiança nela depositados, criando e/ou implementando canais de relacionamento com os diversos segmentos sociais. Assumindo uma postura pró-activa e dinâmica, interessada que deve estar em tornar públicos os resultados de seus estudos e pesquisas e em consolidar o processo de relação científica com o meio produtivo, sendo esta uma condição básica para a autêntica cidadania.

Terá, por isso a obrigação de desenvolver com prioridade produtos e processos que minimizem o impacto ambiental e estimulem a parceria com as autênticas organizações do *terceiro sector* que é definido por França Filho (2002, p.10), como

sendo «o conjunto de entidades da sociedade civil com fins públicos e não-lucrativas».

Poderemos considerar uma terminologia sociológica que dá significado a todas as iniciativas privadas de utilidade pública com origem na sociedade civil.

A palavra é uma tradução de *Third Sector*, um vocábulo muito utilizado nos Estados Unidos para definir as diversas organizações sem vínculos directos com o Primeiro sector, Público, o Estado e o Segundo sector, Privado, o Mercado, disponibilizando os seus cientistas, investigadores e educadores de forma a entrar em sintonia com as expectativas das populações mais distantes de si e da sua área de conforto. Deve também comprometer-se com o resgate e a valorização do saber e do conhecimento tradicionais, contribuindo para incorporar as necessidades dos que não têm acesso ao conhecimento científico, mas que poderão contribuir, decisivamente, para o desenvolvimento nacional e a afirmação da cultura residente, seja local ou regional numa atitude de produção, minimizando o processo de despovoamento visível e galopante no interior do país. Necessita assim de reforçar a nossa identidade, apoiando a criação condições para que Portugal possa resistir à tentativa avassaladora de gerir uma cultura globalizada que atenda apenas aos interesses dos países hegemónicos e de corporações que visam unicamente a sustentabilidade do seu próprio negócio (França Filho, 2002).

O tripé básico em que se apoia uma Universidade – pesquisa, ensino e extensão – deve definitivamente contemplar a sociedade e os segmentos menos favorecidos. Atender a este compromisso será, certamente, uma Universidade socialmente responsável (Bueno, 2002).

A grande questão que se coloca á Universidade pública em contexto geográfico, poderá focar-se essencialmente na atitude empreendedora da mesma, segundo critérios bem definidos e que se relacionem com a problemática que gere, ou seja, uma certa apatia para a mudança.

Será nesta organização, necessário que o mundo universitário em contexto geográfico se poderá apoiar e consequentemente assumir uma atitude de mudança, iniciando uma visão geral até aos detalhes, uma perspectiva portanto, *top-down* na abordagem ao problema, como refere Audy e Marosini (2006) «em busca da Universidade empreendedora». Ou seja, uma ideia clara para a importância central da interacção entre as estruturas de transformação, desenvolvidas através de uma atitude transversal á Universidade como portadora do saber e ao espaço local e regional como elemento a desenvolver, com um

alcance *(outreach)* multidisciplinar produtivo com base numa relação estreita entre pesquisa e ensino que poderá ser uma acção adaptável ao processo de produção na geografia global.

Esta ideia de região proposta como referência para reflexão, traduz fundamentalmente a ideia de espaço físico na sua geografia e morfologia, ou seja, trata-se efectivamente da noção do espaço que como refere Corrêa (2001, p.15):

> Está associado a uma porção específica da superfície da terra identificada pela sua natureza seja por forma particular de como o homem ali imprimiu as suas marcas, seja como referencia á simples localização de exemplo ou georreferência.

Em seu tempo, a instalação das novas Universidades públicas em Portugal ganhou contornos socio-espaciais que estão directamente ligados ao contexto económico, cultural e histórico dos espaços que de certa forma a influenciaram e assim, assumiram uma importância vital para o seu desenvolvimento, no entanto, cabe á Universidade pública articular o saber científico e a realidade conjuntural no mais alto aspecto da sobrevivência humana. Neste caso, a sua multiplicidade de funções, suas dinâmicas sociais e específicas terão que se adaptar às realidades de cada região ou espaço geográfico num processo de aculturação e apropriação geográfica.

A localização geográfica da Universidade constitui-se um importante indicador de inter-relação desta com o espaço, independentemente da sua dimensão, sendo o importante analisar a sua capacidade em criar sentimentos recíprocos de pertença que permitam conferir-lhe a territorialidade e desta forma exercer sinergias de cumplicidade entre a instituição e as populações confinadas às pessoas e poder local, estruturando um processo de aculturação e potencialização das relações de forma a dar corpo a um trabalho de equipa e consequente formalização de um resultado positivo na sua prática (Passos, 2008).

Não somente a necessidade da deslocação da Universidade pública na geografia se impõe actualmente, mas também a sua estrutura organizacional que lhe irá permitir encarar novos desafios na sua relação com a sociedade.

A Declaração Mundial sobre Educação Superior para o século XXI, levada a cabo pela UNESCO (1998) em Paris a 9 de Outubro de 1998, reconhece no seu preâmbulo, a importância estratégica da educação do terceiro nível na sociedade contemporânea.

Afirma que há maior consciência da importância fundamental que esse tipo de educação tem para o desenvolvimento sociocultural e económico, e para a construção do futuro, donde que, devido ao escopo e ao ritmo das mudanças, a sociedade cada vez mais tende a fundamentar-se no conhecimento, de modo que a educação superior e a pesquisa actuam hoje como parte fundamental do desenvolvimento cultural, socioeconómico e ecologicamente sustentável dos indivíduos, comunidades e nações. Portanto, sendo confrontada a formidáveis desafios precisa proceder à mudança e à renovação mais radicais que já foi obrigada a fazer, para que a nossa sociedade, que passa hoje por profunda crise de valores, possa transcender meras considerações económicas e incorpore dimensões mais profundas de moralidade e espiritualidade, (Bernheim e Chaui, 2008).

O universo académico terá que envolver-se mais no processo social, económico e cultural com aquilo de mais precioso tem, a ciência e seus resultados que emergem da investigação e do trabalho dos seus investigadores, evitando assim colocar-se de costas para um problema social que efectivamente terá que ajudar a resolver, intervindo activamente no espaço geográfico que ultrapassa os seus limites de conforto, abrangendo todos os aspectos da vida da sociedade, não descurando seu carácter de academia. A universidade desejável é uma instituição que tem o dever e também o privilégio de ser capaz de manter-se no 'fluxo' das mudanças e, ao mesmo tempo, na 'vazante' da reflexão sobre as implicações dessas mudanças e como devem ser dirigidas para um ideal com os desejáveis benefícios de longo prazo (Bernheim e Chaui, 2008). Uma Universidade pública que prima pelos direitos dos cidadãos, sua formação e apoio á produção, nem que para tal se obrigue a uma descentralização de recursos e numa atitude em que os valores democráticos da cidadania serão um imperativo ético e político na sua estrutura de funcionamento, reflecte sem sombra de dúvida uma tarefa de futuro.

O século XX foi fértil em progressos na ciência e na tecnologia, associados á imagem da Universidade pública portuguesa, também ela como percursora de grandes transformações nesta área que tão rapidamente se vulgarizou a alargou de forma abrangente a um mundo generalista e global.

Buarque (1997) refere que o século XX superou todas as expectativas com respeito aos progressos tecnológicos e económicos, mas fracassou na construção de uma sociedade utópica para todos. Permitiu-nos assumir a globalização, pela qual o

planeta Terra deixou de ser conceito académico, e a universalidade passou a ser uma consciência e um modo de vida.

Mas a sociedade, embora pensada como uma aldeia global, leva a ponderar que efectivamente está algo fragmentada e dividida. As tecnologias da informação e comunicação nem sempre são vocacionadas para o melhor caminho no conhecimento e evolução, seja cultural ou de produção. Segmenta-se e vocaciona-se cada vez mais como um utilitário que serve os poderes centralizadores e a riqueza fácil de alguns, se não vejamos casos como a rápida ascensão financeira dos mentores de plataformas de redes sociais como “facebook” e “Google” (entre outras), por exemplo.

Bernheim e Chaui 2008, p.21) Na sua obra mais recente, The World Ahead: Our Future in the Making, afirma:

> O século XX deixou duas amplas transformações que alteraram profundamente nossa visão do mundo: a revolução científica que, mediante descobertas extraordinárias, nos conduziu de uma era de certeza e dogmatismo para um oceano de incertezas e dúvidas; e a terceira revolução industrial, que está transformando radicalmente a sociedade contemporânea por meio de progressos na informática e na telemática, o que paradoxalmente aproximam as nações por meio do fenómeno da mundialização e, ao mesmo tempo, as afasta umas das outras ao gerar desigualdades cada vez mais profundas entre elas, em termos do acesso aos benefícios da globalização, do conhecimento e da informação

Os valores sociais que determinam o papel da Universidade pública deveriam encarar esta problemática como um desafio para uma reestruturação organizacional. Compreendê-la como vector da globalização e transformá-la no mentor no processo de comunicação e apoio á produção.

Ultrapassar estas barreiras, apoiando-se nas transformações provocadas por esta revolução científica, no sentido de estreitar as relações e as metodologias, poderão ser a base de suporte a uma aproximação daquilo que geograficamente está afastado. Este processo faz parte de um conjunto de desafios para o combate à diferenciação social e política para a sustentabilidade, assim como na procura de uma estratégia para a solução, no intuito de evitar, durante o século XXI, um crescendo das desigualdades e uma centralização do poder científico e produtivo.

O apelo ao processo de globalização na actualidade determina-se como sendo aquilo que constitui uma das dinâmicas fundamentais da evolução das sociedades e do mundo contemporâneo. Neste sentido, encontramos uma vocação para a compreensão do conceito de globalização assente em princípios fundamentais da economia, esquecendo porém que esta tendência social passa sobretudo pela compreensão do espaço geográfico, suas diferenciações sociais, culturais e particularmente, suas potencialidades de produção. Pois a globalização a que assistimos estimulada e imposta ao mundo, assenta em princípios económicos e financeiros numa atitude quase que neoliberal, em que os interesses do capitalismo são a base do seu funcionamento (Melo 2002).

Tentar centrar o problema desta globalização no acentuado crescimento nas empresas transaccionais, descentralizando assim a sua área de referência geográfica, tornando-se anónimas e sem um rosto ou até uma localização geográfica de referência, poderá tratar-se por isso de formatos da economia quase anónima, cujo poder decisório se orienta segundo referências de mercado da economia.

Na actualidade, poderemos verificar que este modelo neoliberal de globalização não faz sentido e na medida do óbvio tem degradado a economia europeia e até mundial. Pensadores e grupos da sociedade civil questionam cada vez mais os reflexos desta gestão actual e que se demonstra na maioria das vezes ineficaz e que transporta consigo uma forma errada de ver a globalização (Rivero, 1999).

Uma globalização com um rosto humano é o que pensa Stiglitz (2002), onde cada país deverá assumir a responsabilidade do seu próprio bem-estar e promover um crescimento sustentável.

Com base neste princípio de raciocínio, seria como razoável o pensamento limitado ao espaço geográfico nacional, seus benefícios e suas contradições, encorajando uma disposição interna que funcione organizadamente assente numa estrutura onde o protagonista terá que ser da Universidade pública e suas variáveis orientadoras da ciência e investigação, com propostas que encorajem novos formatos de globalização interna no sentido de contrariar princípios de gestão neoliberais e a exclusão neste reduzido universo geográfico nacional, onde se verifica ainda uma realidade que terá que ser ultrapassada e que coincide com a equidade de oportunidades para as populações e os espaços afastados do litoral, acrescentando á cultura universitária com base numa gestão estratégica efectiva, a responsabilidade social suportada num trabalho de persistência intelectual.

A Universidade pública terá que se comprometer com a sociedade civil, tanto no avanço do conhecimento como na qualidade e desta forma fundamentar a cidadania democrática, independente e justa no sentido de produzir o saber com o rigor e o método que lhe terão que ser conferidos através da pesquisa e da investigação e consequentemente a reflexão em resultados de benefício ao território, seja urbano ou não. Na verdade, esta responsabilidade extravasa a questão da localidade e confere á Universidade pública o direito da apropriação territorial de forma extensiva (Stiglitz, 2002).

A sua missão de extensão colide com o dever de cooperação nas mudanças que se impõem como fundamentais para a optimização na produção dos espaços locais e regionais num universo que se redefine, tanto seja sob o ponto de vista humano, como nos avanços desmesurados das novas tecnologias e globalização que terá que ser aproveitada pelo seu potencial positivo no sentido de consolidar e fortalecer os valores e as potencialidade de cada local ou região.

Neste sentido, impõe-se fortalecer a cidadania e consequentemente revigorar a responsabilidade da Universidade pública na sociedade, não confinando o seu papel á relação com os grandes centros urbanos, tornando a sua função de abrangência da cidadania a todo o território nacional.

Barbosa (2007) refere a importância da Universidade como percussora da missão cívica na sociedade e o seu papel fundamental na formação dos cidadãos através de muitas e variadas atitudes de voluntariado interno num formato transversal à formação cívico-social, contrariando assim a ideia de que teria como papel único na sociedade, a formação profissional dos seus alunos. Refere também no seu estudo a importância das Universidades, no caso Universidades na Galiza, assim como a cidadanização dos seus estudantes, professores e universo humano adjacente e que cobre no estudo empírico de rigor como sejam a educação, o lazer, apoio terceira idade, apoio a pessoas necessitadas, pessoas carenciadas, entre outras actividades que são consideradas importantes na relação da Universidade com a sociedade e certamente com todo o processo de cidadania que se coloca como um desafio e uma obrigação moral e social por parte da Universidade pública, extravasando o seu papel cívico.

Não obstante esta atitude sem dúvida positiva, não deveremos deixar de compreender que tratamos instituições que têm como prioritário a formação dos estudantes numa perspectiva profissional e de futuro, onde actualmente já se enquadram em projectos universitários onde constam protocolos entre as

Universidades e empresas, numa atitude pró-activa de concertação social e na procura dos interesses e necessidades do mundo produtivo, nomeadamente as empresas que representam utilizadores das potencialidades desses jovens académicos, optimizando, também elas, os conhecimentos adquiridos através do tempo académico.

Apesar do esforço, a Universidade pública não deverá aligeirar as suas obrigações sociais e neste conjunto de atitudes e pretensões que demonstram sem dúvida uma vontade própria de apoiar a sociedade civil, não se diluam tão-somente por este propósito, mas que possam ir um pouco mais longe nesta sua intervenção junto da população.

O apoio a esta sociedade que focamos está necessitado de uma abordagem diferente da Universidade e de todo o seu potencial científico e de investigação numa atitude de cooperação e cidadania. Deverá ser entendida como agente da criação de conhecimento, a ela terá que ser atribuída a missão ou o encargo de responder prioritariamente a esses objectivos e dentro das várias funções de que está incumbida, nomeadamente, função cultural, investigação, formação, inovação, etc., é-lhe atribuída uma função de relevo importantíssima e que na actualidade se torna de necessidade extrema, a função sociocomunitária, sendo que, independentemente da sua autonomia, a Universidade pública está enraizada na comunidade, donde que, a atenção que terá que dispor quanto às suas necessidades de desenvolvimento integral permita satisfazê-las dentro do círculo da natureza que lhe é própria.

Boaventura e Almeida, (2008, p.62), referem que,

> A Universidade não é hoje a organização única que já foi e a sua heterogeneidade torna ainda mais difícil identificar o que é. Os processos de globalização tornam mais visível essa heterogeneidade e intensificam-na. O que resta da hegemonia da Universidade é o ser um espaço público, onde o debate e a crítica sobre o longo prazo das sociedades se pode realizar com muito menos restrições do que é comum no resto da sociedade. Este cerne de hegemonia é demasiado irrelevante nas sociedades capitalistas de hoje para poder sustentar a legitimidade da Universidade. É por isso que a reforma institucional se tem que centrar nesta última.

Esta questão de certa forma tem-se arrastado ao longo do tempo e que efectivamente caracteriza a Universidade pública e sua heterogeneidade como

sendo algo á parte, onde lhe são permitidos, pela sociedade capitalista alguns devaneios que se traduzem normalmente em reflexões críticas que em pouco ou nada se reflecte no meio social sob o ponto de vista da resolução de problemas.
Efectivamente a Universidade pública terá que enfrentar num futuro próximo uma questão fundamental quanto à sua envolvência no acto de cidadania, ou seja, contrariando a afirmação anterior. O que resta da sua hegemonia é o facto de ser um espaço público onde o debate e a crítica sobre o longo prazo das sociedades se pode realizar com muito menos restrições do que é comum no resto da sociedade, e terá por isso que enfrentar um terreno mais abrangente e prestar os seus serviços naquilo que efectivamente domina, ou seja, a ciência e a investigação, estas ao serviço da produção na geografia mais afastada, tal como temos vindo a referir ao longo desta dissertação.

1.3.3 A DIMENSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA PORTUGUESA NA GEOGRAFIA

O espaço físico da Universidade pública em Portugal poderá remeter-nos para um pensamento que, segundo Muga (2006, p.59):

> Assenta na perspectiva cartesiana que define o espaço pelo sistema de coordenadas, sem qualquer determinação qualitativa e reduz a essência das coisas á *res extensa* que pode ser descrita em termos quantitativos, como sendo, o volume do vazio – metros cúbicos – limitado pelas paredes, piso e tecto de uma sala, por exemplo.

Esta questão leva-nos para um pensamento adaptado às necessidades da Universidade como local do saber, algo redutor relativamente ao espaço que cada um poderá ocupar numa determinada geografia, independentemente da sua finalidade tanto na aprendizagem como científico.

O pensamento descrito por Muga (2006) poderá transmitir-nos uma ideia de espaço que em nosso entender logrará tornar funcional algo físico que ocupa uma determinada área. Será com base neste princípio que poderemos tornar a nossa ideia de utilidade do espaço da Universidade pública, ou seja, contrariar de certa forma e medida em concreto, o pensamento de que a Universidade terá que ser um espaço sobredimensionado, traduzido num campus, para que o princípio da transmissão do conhecimento se possa tornar uma realidade. O espaço perceptivo que falamos traduz-se na ideia da utilização, ou seja, da utilidade que esse mesmo espaço nos poderá fornecer sob o ponto de vista da finalidade e sua orientação no ambiente.

Neste espaço perceptivo poderemos considerar duas dimensões, como sejam, a dimensão física e a dimensão social, estaremos portanto perante duas variáveis importantes quanto ao funcionamento do espaço que consideramos de partilha de saber. Como refere Muga (2006 p.60) «a essência da arquitectura tem sido frequentemente associada ao espaço e às relações espaciais». Porém, esta questão poderá ser fundamental para a compreensão da função do próprio espaço, sua aplicação e finalidade.

A Universidade pública portuguesa estrutura-se dentro de parâmetros que em muitos casos passam pela reabilitação, principalmente nos espaços que se inserem dentro do espectro urbano o que demonstra em nosso entender uma visível preocupação na inserção da Universidade sob o ponto de vista físico e do desenho de enquadramento, em contexto de linguagem ao nível do design e da arquitectura adaptados.

Encontramo-nos por isso, perante tendências e qualidades opostas. Por um lado a propensão para a organização, a ordem e a simplicidade, em oposição á disposição para a dissolução, a desordem e a complexidade.

Arnheim (1988), refere quanto a esta questão como conciliar a simplicidade e a complexidade ao nível das qualidades perceptivas do desenho ambiental.

Seria por isso importante entender que a necessidade do espaço físico para a utilização, no caso a Universidade, tem sofrido através dos tempos alterações substanciais no que toca á necessidades da área de ocupação que a definem como instituição. Esta importância do espaço como espelho do ordenamento territorial, permite-nos visualizar o equilíbrio formulado pelo volume, pelo acesso e pelo conforto, transformando-se estas variáveis como dados importantes na ideia de ocupação do espaço geográfico e na sua relação com o ser humano.

Com esta forma de projectar e estudar os contextos de dentro para fora, conforme defendeu Corbusier (1977) poderemos entender a escola como elemento arquitectónico enquadrado e levemente instalado, dando prioridade á sua função e cabimento lógico no espaço de pormenor.

A proporcionalidade dos espaços tem sido uma matéria que através dos anos não se tem tido em conta no que toca a instituições como as escolas ou instalações que sirvam o ensino e o saber. Preocupações de afirmação política e de liderança social têm sido os principais factores para a construção destas edificações, ou seja, a escola em sido entendida como um edifício, mais um edifício que se enquadra no espaço tendo em conta valores estéticos e de enquadramento, mas como referimos, deverão ainda hoje marcar a passagem por este ou aquele político, esta ou aquela política ou, forma de estar na moda social.

Temos, através dos tempos confinado a ideia de construção da escola ao facto de assegurar a liberdade dos movimentos, obrigando-nos a defender o nosso espaço, delimitando-o, como refere Neves (1998), o espaço está presente em todas as acções do homem, tal como essas mesmas acções têm implicações com o espaço. Por analogia, refere também que a acção humana está directamente ligada ao

espaço disponível para as suas acções e movimentos no quotidiano, seja na normal circulação ou nos momentos mais estáticos, como no trabalho por exemplo. O mesmo se trata naquilo que poderemos chamar de habitáculo, ou espaço de resguardo, o que o mesmo autor refere como sendo os dois conceitos de espaço fundamentais para a vivência, a estreiteza e a amplitude, serão por isso dois classificativos deste lugar que denominamos como sendo o "espaço vital".

É esta necessidade de se mover, ou até de ter o seu espaço, assegurando a liberdade dos seus movimentos, que assenta esta variável no reconhecimento do homem como ser autónomo e introvertido na sua cultura e princípios de autonomia numa atitude geopolítica assente numa clara antropogeografia, ou seja na geografia humana. O espaço é portanto algo que nasce com o homem, faz parte dele, responde às suas necessidades de privacidade. Constrói por isso um mundo dentro do próprio mundo. Com todas as limitações de grandeza ou riqueza, este homem de que falamos lutou sempre pelo espaço, pela geografia, pelo conforto, pela envolvente, transformando-o de todo imprescindível e por isso parte integrante da sua vida e da sua razão de viver.

No entanto esta questão do espaço e sua consequente ocupação e como refere Muga (2006, pág.92) «transporta-nos para outras dimensões do pensamento. A palavra arquitectura lidera acima de tudo o verdadeiro conceito de construção». Com elevada abrangência semântica, englobando não somente a paisagem, ou seja, o espaço, suas edificações, cidades, fábricas, etc., mas também tudo o que faz parte destas estruturas que as tornam funcionais e vivas.

A palavra arquitectura nasce da conjugação dos termos Gregos: argé, que significa o começo, o princípio, o primeiro e tekton que significa construir, edificar, assim, a arquitectura é responsável pelo desenvolvimento dessa construção. No entanto, construir define-se como uma atitude de projecto, uma actividade inerente ao processo de elevar uma ideia ao seu estado físico.

É no final do século XVIII, durante a revolução industrial que o termo, "construção" passa a englobar as actividades inseridas no sistema tradicional habitualmente associadas ao conceito de arquitectura.

No tempo da revolução industrial, a sociedade adopta as artes urbanas como ponto de reflexão e consequentemente uma referência para a explosão urbana com base numa atitude normal para o momento, novas descobertas, novos-ricos, novas cidades e estéticas, novos valores e necessidades. Nesta questão fundamental para o desenvolvimento, não somente a arquitectura, mas também o design

ganham prestígio, começam a ter um papel fundamental para o desenvolvimento da sociedade, seja sob ponto de vista técnico e de organização, ou mesmo estético. Barata (2004 pp.17) refere que:

> Essa forma marcadamente humana e social de se entender a "arte de bem construir" estendeu-se também às noções de design e de designer. O facto de o significante da arte criativa que se refere á concepção de todo o tipo de objectos se ter fixado na palavra inglesa design indicia a origem do conceito. A noção de design indicia a origem do conceito. A noção de design implica que a formalização quer de um edifício, quer de um objecto comum – uma peça de mobiliário, uma capa de um livro, ou um utensílio de uso diário –, envolve uma atitude analítica e crítica da mesma natureza, uma consciência da forma do objecto ou do edifício que se pretende desenvolver. A actividade do design, tal como é percepcionada actualmente, consiste na racionalização das formas em utensílios úteis no decurso diário da vida humana.

Estas disciplinas da arte de construir que assumem uma importância vital na natureza e que segundo Barata (2004), despoleta a discussão sobre a natureza e a importância do desenho e da arquitectura no meio social, ao procurar estabelecer relações interdisciplinares entre a arte e os mais diversos campos de experiência humana.

A Revolução Industrial e todas as assimetrias sociais e humanas que transportou, nomeadamente na Inglaterra que foi o primeiro país a sentir estas adversidades, confrontando-se com todo o tipo de desigualdades humanas, problemas ambientais e uma desmesurada ocupação do espaço geográfico, não se respeitando minimamente as questões ambientais, numa vontade eufórica de construção centralizada nas cidades e um abandono incontornável do campo, inicia nesta fase de vida da Europa, entre 1830 e 1860, uma reflexão mais profunda acerca das questões relacionadas com a arquitectura, o desenho e o meio físico envolvente.

Valorizam-se então, ao longo deste século, processos legislativos que obrigam a um planeamento urbano estudado e organizado, ou pelo menos, melhor organizado, adquirindo importância no tempo.

Começamos a verificar neste tempo, a existência de preocupação estética na arquitectura como forma de atingir também a ideia de saúde social, de equilíbrio do espaço físico, dando a noção da arquitectura como arte social numa atitude de

intervenção no meio físico, pois cada um reage ao edifício ou ao objecto de forma diferenciada, no entanto o importante é que estas duas artes em conjunto com o ambiente interajam positivamente.

Durante o século XX verificam-se novas atitudes perante a cidade ou urbe, a preocupação com valores que se relacionam com a funcionalidade têm como objectivo a criação de mais conforto na vida das pessoas. Estamos perante uma modelo modernista, onde na arquitectura a funcionalidade se sobrepõe ao adorno e o desenho assume um papel de referência na construção de elementos utilitários e do quotidiano. No entanto, as preocupações quanto às adaptabilidade destes conceitos modernistas á construção escolar ainda se encontram num ponto de pouca relevância, a relação da escola com o território é fundamental num sistema educativo integrado. Neste contexto, o território ocupa um lugar por excelência para os serviços socioculturais a oferecer ao próprio indivíduo, sendo esta relação fundamental para o seu desenvolvimento, mas também do próprio meio social, permitindo uma interacção de aproximação e consequentemente um processo de aculturação sadio e de interesse a ambas as partes, completando um ciclo de aproximação entre o residente e o espaço, incorporando progressivamente esta relação de enriquecimento.

Desta forma, a escola e o território partilham conhecimentos e interesses num formato de aprendizagem mútua e de valor cultural que se vai validando no mundo real. Mas neste processo de aculturação e tomada de conhecimentos, a escola será efectivamente a principal responsável, centrando-se na necessidade de uma compreensão metacognitiva que permita ao indivíduo dispor de ideias de interesse para o meio e para as finalidades, adaptando as suas próprias representações aos factos reais.

Nesta ideia de relação entre a escola e o território será fundamental assumir a necessidade da transformação dos recursos existentes assim como a criação de outros diferentes. Aqui, todos os estudantes, professores e investigadores terão a possibilidade de ser protagonistas da mudança, da criação de novas formas de produção e de recursos, no sentido da evolução da própria comunidade, inserida no espaço territorial.

A escola terá que fazer parte integrante do meio envolvente, criando sinergias de forma á criação de “pontes de conhecimento” que extravasem a sua própria estrutura física, as suas paredes limite, que muitas vezes escusam a intromissão da realidade exterior e desta permitam a existência de redes de comunicação e de

cooperação numa atitude de socialização, assumindo uma parte significativa da formação em aspectos de aculturação, perfilando o equilíbrio entre o estável e o dinâmico no processo da construção da identidade deste território de que falamos.
Propõe portanto a definição de uma articulação transversal de todas estas variáveis assentes em recursos educativos e planos de intenções que permitam um enquadramento de projectos e uma optimização de recursos entre a escola e o meio social do espaço em questão, estruturando uma linguagem comum entre jovens, famílias, professores, administradores, associações, estruturas produtivas e cidadãos em geral.
É com estes agentes formativos no espaço geográfico no qual, cada elemento tenta a todo o custo cumprir a sua função elaborando os seus fins e os meios necessários para os atingir, socializando os seus membros e castigando os não respeitadores das normas. Somos portanto, impelidos ao individualismo que a todo o custo resiste á regras impostas pelo colectivismo, onde se aplicam e manifestam preferências múltiplas, mutáveis, mas influenciadas, tanto pela divulgação e publicidade comercial como pelas políticas públicas.
No entanto, impõe-se aqui o direito cultural e esse é assumido primeiramente pela "colectividade", pelo pequeno núcleo residente num minúsculo espaço geográfico. Reflectir acerca de uma possível abordagem dos sistemas culturais e científicos que incorporem um tipo de perspectivação geográfica num processo de globalização das sociedades contemporâneas inseridas num contexto de cultura e investigação localizada e protagonizada pela escola, criando estratégias de articulação, á luz das mais recentes transformações da cultura contemporânea.
No panorama actual, os elementos no espaço, as arquitecturas, os designs e os ambientes, assumem um papel fundamental para o equilíbrio entre o homem, o espaço e a sua topografia. Neste contexto, o espaço intervém sobremaneira no universo da criatividade e consequentemente dá respostas às necessidades pedagógicas e sociológicas numa perspectiva de concepção e funcionalidade.
A ideia de evolução do mundo e do universo remete-nos para a reflexão acerca do significado de "espaço" que notoriamente obriga a transformações no conceito de construção e desenho das "coisas" que farão parte integrante deste novo desafio no acto de construir através da arquitectura. Estamos portanto perante um fenómeno provocado pelo tempo e exigências do próprio homem no que toca á sua capacidade de fruir um "belo" associado ao conforto, protagonizados pelos novos conceitos do design e da arquitectura, que a cada momento impede uma definição

precisa dos contornos em que esse mesmo espaço intervém nestes universos que irão cada vez mais actuar no futuro dos homens e das cidades (Barata, 2004).

A geografia, tida como a ciência da extensão constitui sempre um modelo de referência para a filosofia do espaço e na relação que ele provoca com os homens. Em teoria, e no que toca ao processo aprendizagem, a relação entre a universidade e a abrangência provocada pelo domínio do seu espaço ocupado com a comunidade, gera uma interacção e um processo de aculturação mútuo, intimamente ligado á população escolar (Lechalas, 1986).

O homem não é mais do que um elemento do conjunto. Assim, uma geografia exaustiva deveria estudar o ambiente e o espaço concreto com as suas diferentes particularidades, suas especificidades, das quais o homem faz parte, Por definição, a geografia interessa-se em primeiro lugar ao espaço. Mas ele é vago, ou talvez plural, natural, humano, técnico, industrial, administrativo, agrícola, urbano, rural, árido, continental, terrestre, marítimo, é um espaço que é primeiramente cartográfico, hierarquizado antes de ser sociológico. A geografia transcende o social no sentido que ela o considera como um elemento entre outros e não como um todo a estudar. A sua proximidade epistemológica não diz apenas respeito á sua relação com a sociologia. Ela tem também relações com uma outra disciplina, também interessada pela questão do espaço: a ciência económica, (Barracho, 2001).

Como referimos no início deste capítulo, a citação de Corbusier, “o exterior é sempre um interior”, define-se como determinante nesta ideia de espaço e da sua importância sob o ponto de vista físico e humano, pois a dimensão do espaço assim como a sua utilidade é entendida segundo dois pontos de vista distintos

O espaço é visto então como uma entidade exterior ao indivíduo, ele é o fora por oposição ao dentro. Mas Corbusier (1981) quando refere que o exterior é sempre um interior quererá dizer exactamente o contrário, segundo entendemos, para este arquitecto, terá que existir uma simbiose entre estes dois ambientes para que se complementem e proponham o ideal para a vivência humana (Fischer, 1992).

Segundo Lewin (1973) poderemos então considerar o interior a extensão do exterior e com base neste princípio, poderemos concluir que construir uma realidade que é como estar dentro sentindo-nos como estar fora, mantendo sempre a independência física entre a pessoa e o meio ambiente e mostrar o papel estruturante do espaço como um campo de valores.

Com base neste princípio de pensamento, tendemos a compreender que a relação da arquitectura construtiva com o ambiente e as vivências é fundamental para uma sobrevivência em partilha e saudável.

O ambiente físico que o homem constrói, como seja, uma casa, uma ponte ou até uma estrutura universitária, não deixa de ser um fenómeno físico social e de intervenção. Existe nesse mundo construído uma influência própria de uma vivência social com seus defeitos e suas virtudes e que se reflecte também na nossa relação com os outros.

Nestes espaços, independentemente da sua localização geográfica, assim como as pessoas que neles vivem, criam-se sinergias e hábitos que por vezes se traduzem em guetos de propriedade e legislativos que nos inibem de olharmos para "fora" pensando que somente existe o "dentro". Neste espaço que referimos e sobre o qual reflectimos, tendo em conta a matéria que estamos a tratar, importa notar que em Portugal, as Universidades públicas não se encontram disponíveis para o exterior, para a vida urbana, para a investigação ao serviço do público em geral, numa abordagem social. Reproduzem-se departamentos num circuito fechado criando uma comunicação interna encerrada em si mesma. As arquitecturas são megalómanas, os designs inadaptados, as localizações desenquadradas (Barracho e Dias, 2010).

Uma abordagem psicossocial do espaço, relacionada muitas vezes como um modelo causal da relação homem-espaço, põe em questão a ideia que o ambiente induz um comportamento como se de um estímulo mecânico se tratasse. Ao contrário, ela considera a relação ao espaço como um sistema de interdependências complexas em que o seu valor é determinado pela percepção e avaliação subjectiva de um local como objecto. Não se trata de "inventariar uma correspondência estrita entre tal característica do espaço e o seu efeito sobre o comportamento, mas de precisar os processos pelos quais os dados da situação espacial, que são também económicos, culturais e sociais, determinam as atitudes (Fisher, 1992).

Não poderemos expressar opiniões sem que para isso se atribuam as respectivas responsabilidades sociais, assim como as conjunturas económicas e políticas. Sabemos que a formação e investigação científicas são factores importantes no desenvolvimento social. De salientar que este tema tem sido abordado sobremaneira durante este trabalho de investigação. A grande questão e como já

foi referido no parágrafo anterior *"a Universidade portuguesa, fecha-se em si mesma"*, logo, não está minimamente preparada para um mundo competitivo.

Impõe-se por isso uma actuação orientada e comprometida da parte da Universidade, para a valorização do que é directamente importante para o desenvolvimento social assente na investigação, disponibilizando á sociedade o que ela efectivamente necessita, a formação de cidadãos com base na descentralização da Universidade em espaços adaptados.

1.3.4 A MOBILIDADE DA UNIVERSIDADE PUBLICA EM CONTEXTO ECONÓMICO

A Universidade pública deverá ter como papel fundamental da sua existência a consolidação e responsabilidade que lhe compete nos valores fundamentais que caracterizam a contemporaneidade. Como todas as Universidades continua a ser o repositório da sabedoria com grande força social através destes mais de quinhentos anos de existência, conferindo-lhe estatuto máximo na variante académica.

Consideramos que o importante nesta questão é entender o porquê destes espaços destinados á Universidade como instituição e compreender a razão da dimensão que eles ocupam na geografia. Em que medida por isso, essa dimensão ou até sobredimensionamento se poderá considerar uma variável importante no histórico desta instituição que normalmente determina a evolução intelectual e científica de um país, no entanto propomo-nos reflectir acerca da dimensão e o quanto ela condiciona a mobilidade, retendo em si inúmeros princípios de funcionamento, não permitindo o contributo para o reforço da acessibilidade para a maioria dos cidadãos, participando assim numa discussão pública mais activa e participativa.

À Universidade pública cabe um papel de elevada responsabilidade, alterar a sua postura e alterar as estratégias de cumplicidade e negócio, orientando-se para a defesa dos interesses públicos, nomeadamente aqueles que de uma forma ou de outra não conseguem aproximar-se da sua área de influência (Melo, 1994).

Desta forma, cabe á Universidade pública colocar toda a sua logística de aprendizagem e investigação no caminho da promoção do desenvolvimento do espaço afastado da sua zona de conforto, numa atitude sustentada num modelo de sociedade abrangente e organizado sob o ponto de vista social e territorial.

As zonas urbanas sobre dimensionaram-se e o restante território, referimos obviamente o território do interior que se desertificou demograficamente, cuja consequência incide essencialmente na centralização do poder decisório.

A exclusão da periferia do território, provocou um processo de despovoamento e inoperância produtiva que transforma o país num espaço geográfico dividido entre “uns e outros”.

A descentralização poderia ser um objectivo que nunca aconteceu e isso é algo que nos preocupa a todos. A Universidade pública terá um papel fundamental neste

ponto que consideramos indispensável para uma descentralização policêntrica e abrangente ao território de forma a abarcar a competência de todas as pessoas, com maior atenção às populações do interior.

A gestão das Universidades públicas tem sido, ao longo dos anos, transversal às decisões do poder e por consequência não tem estimulado o diálogo para a compreensão da necessidade da sua descentralização sob o ponto de vista geográfico, remetendo funções essenciais ao espaço urbano, limitando assim a sua indispensável função social, adaptando-se ao mercado e produção a partir de uma visão centralizadora e individualista (Santos e Filho 2008).

É num processo de apropriação que a Universidade pública terá uma aproximação á sociedade e ao território como espaço informal estabelecendo através das relações que se mantêm entre os indivíduos organizando uma gestão de actividades que se mantêm em função nesse mesmo espaço que referimos, que, como referem Barracho e Dias (2010, p.40):

> As funções da territorialidade são variadas; na vida quotidiana elas podem facilitar a organização e a gestão das actividades de um dado espaço e permitem desenvolver a utilização de mapas cognitivos que orientem os comportamentos dos indivíduos pela relação que estabelecem com esses locais.

Com efeito, esta questão da territorialidade e da sua relação directa com a localidade poderá estruturar a aproximação entre o espaço e o indivíduo, criando cumplicidades e relacionamentos cognitivos e com efeitos de confiança mútua e coesão de grupo e concludentemente um potencial relacionamento entre o investigador e o produtor.

É cada vez mais evidente que não podem existir ideias sem território e que qualquer território potencializa conteúdos estratégicos políticos. As investigações feitas sobre o modo de apropriação espacial permitiram uma melhor compreensão dos problemas da exclusão social, da esgotabilidade energética e matérias-primas e da contaminação planetária. Evoluíram as concepções sobre a paisagem e modificou-se também a imagem da natureza. Esta metamorfose levou a abandonar pontos de vista mecanicistas do território, (Rodrigues, 1993).

Poderemos constatar que o território assim como a territorialidade são partes integrantes de um processo de relação entre o homem e o ambiente, num mútuo respeito e certamente tirando o partido que este nos oferece de forma natural.

A Universidade pública poderá ter como função essencial, neste domínio, o apoio á comunidade sob o ponto de vista da optimização dos recursos, sejam naturais ou humanos. Deveremos entender como recursos naturais, tudo aquilo que o espaço geográfico nos oferece em potencial e tirarmos o máximo partido para a exploração e benefício da comunidade. Os recursos humanos são transversais às populações locais e regionais, seus saberes e suas potencialidades no conhecimento do espaço e sua apropriação sociogeográfica.

Desta forma, a Universidade pública portuguesa terá um papel fundamental neste processo de desenvolvimento e optimização do espaço através do seu braço científico e investigador, ou seja, sua capacidade científica para se estender até esse espaço tendo como objectivo um processo de adaptação cuja finalidade não será mais do que o desenvolvimento local e regional. Poderão cumprir, em representação do Estado, a ligação entre os seus centros de investigação, o poder local e as populações de forma a contrariar o acentuado crescimento de despovoamento do espaço geográfico remetido ao interior do país.

Actualmente as parcerias entre as Universidade e as empresas constituem um universo demasiado reduzido para que possamos indicar que o caminho será o mais adequado. Estes protocolos elaboram-se e desenvolvem-se segundo plataformas de proximidade das Universidades e as empresas e como temos vindo a referir, dentro do espaço geográfico de conforto das próprias Universidades.

Esta contiguidade geográfica não tem alterado em quase nada o problema, pelo simples facto de que estas parcerias entre as Universidades públicas a as empresas, normalmente dão-se na sua maioria entre estas e empresas de média e alta intensidade tecnológica e na sua maioria multinacionais. No entanto, as empresas portuguesas não vêm neste relacionamento com as Universidades uma mais-valia acentuada pois o caso que tratamos está fundamentalmente ligado às potenciais PME's (pequenas e médias empresas) que poderão operacionalizar nos espaços geográficos mais afastados da urbe e em parceria com o espectro científico e de investigação universitário.

Através da sua mobilidade geográfica, a Universidade pública poderá ter um papel fundamental para a contenção da conjuntura. Nesta medida, o despovoamento que se avizinha imparável no contexto, terá que ser objecto de uma estratégia que de uma forma ou de outra o obrigue a diminuir ou até parar, pois como referiremos em capítulo mais á frente os dados disponíveis durante os últimos trinta anos não são

de todo animadores. Para tal, a Universidade pública poderá ter um papel fundamental neste processo.

Wenger e Snyder (2000, p.9) desmontam de certa forma esta teoria através do conceito da comunidade prática que assenta na «reunião de pessoas unidas informalmente – com responsabilidades no processo - por interesses comuns na aprendizagem e principalmente na aplicação prática do aprendido».

Desta forma, e segundo os autores, trata-se de pessoas ou grupos de pessoas que não somente se reúnem com base em algumas características próprias mas também porque aprendem, constroem e fazem uma gestão eficaz do aprendido, donde que, na ideia que temos vindo a debater ao longo deste capítulo, o facto da Universidade pública entrar neste círculo de difusão de conhecimento, sua aplicação e consequentemente atrair os seus efeitos ao nível da investigação e do processo cognitivo, poderá transformar em produção e atrair as pessoas residentes, principalmente os mais jovens.

Quando remontamos a esta reflexão da ideia de braço da Universidade pública, lembramos a comunidade de práticas, em que o processo de aprendizagem se torna fundamentalmente num fenómeno social e é colocado no contexto da experiência vivida e da participação no mundo. Assenta por isso na aprendizagem como parte de um processo amplo que coloca os indivíduos como participantes activos na vida prática da comunidade, caracterizando a participação social como processo de aprendizagem (Wenger, 1998).

Com base neste principio, entendemos como fundamental para este item de investigação reflectir acerca do desenvolvimento socioeconómico em ambiente favorável e sustentado com fundamental incidência nos espaços geográficos com maior necessidade de apoio nesse sentido, permitindo aos académicos uma vivência com as realidades sociais, protagonizando um envolvimento misto entre as populações e a produção com base numa optimização clara do espaço geográfico através deste “braço da Universidade” que poderá ser elaborado transversalmente à extensão e que permitirá aos académicos e cientistas beneficiar as comunidades locais e regionais, tomando conhecimento dos problemas sociais e preparando para uma integração no mercado.

A extensão da Universidade pública, no caso que tratamos, permitirá certamente uma relação directa entre esta e o produtor no sentido de superar as assimetrias sociais que residem actualmente no interior do país de forma a criar práticas

académicas que a tornarão transversal a si própria e as entidades locais e regionais no seu propósito e necessidade de desenvolvimento.

Wenger (1998) utilizou o termo *comunidade prática* que determinava um conjunto de pessoas que partilhava um determinado interesse, ou até um problema, num assunto referente a uma comunidade demarcada. Neste domínio as pessoas teriam que interagir segundo um problema ou objectivo determinado.

Tomando este princípio como exemplo e não como objectivo, verificamos que o nosso assunto partilha em alguns pontos fundamentais com este princípio de *comunidade de prática* de Wenger (1998), sem que para isso se fundamente nas suas normas de orientação, mas somente nos seus princípios para a resolução de um problema detectado num espaço local e regional e que se prende com o processo mais virado para a produção assente em uma parceria de interesse entre a Universidade pública e a comunidade produtiva, numa partilha de proveitos e conhecimentos com base na descentralização geográfica da variante científica e de investigação da Universidade pública, reunindo esforços para uma finalidade em comum.

Como poderemos verificar ao longo desta investigação, a revolução da informática e telemática (TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação), vêm a reduzir de forma acentuada os custos de transmissão, de comunicações e processamento/ armazenamento de dados. No entanto esta é uma questão que abraça todas as sociedades assim como todas as suas variantes de comunicação, nomeadamente, a Universidade, no caso a telemática que poderá atingir mercados globais nas áreas do ensino e na investigação.

Nesta questão Singer (2001), coloca-nos perante uma situação de impasse quanto ao pensamento da função e determinação da Universidade pública no contexto social e económico, quando refere que a mudança corrente do papel da Universidade é, acima de tudo, determinada pelo declínio da missão cultural.

A ausência de clareza quanto á verdadeira função da Universidade no presente e no futuro remete-nos para uma dúvida quanto á sua finalidade na sociedade. A estrutura da Universidade contemporânea portuguesa está mudando rapidamente, e nós ainda temos que entender o que exactamente essas mudanças vão dizer-nos no futuro. Quase se poderá afirmar que entramos numa nova etapa para a Universidade, havendo a necessidade de esta se adaptar a uma estrutura de funcionamento diferenciado da actual, seja sob o ponto de vista da funcionalidade e gestão, assim como na sua estrutura económica e financeira (Melo, 2008).

A clareza da função da Universidade pública começa a ser colocada em dúvida, iniciaremos provavelmente um novo ciclo que cada vez mais implica uma cumplicidade da Universidade numa nova era e um desempenho diferenciado do actual, talvez mais virada para a função social e de abrangência no território.

Sob o ponto de vista histórico, a Universidade pública tem tido um exercício demasiado virado para si mesma, esquecendo porém que a sua função social não passará somente pelo facto de a entendermos como uma instituição que está ligada directamente ao Estado-Nação, pelo que, cada vez mais, as universidades se transformam em empresas transnacionais, e a ideia de cultura está a ser substituída pelo discurso da "excelência" (Kerr, 2005).

Numa primeira análise isso não nos parece particularmente uma atitude prejudicial, no entanto, sob o ponto de vista económico não devemos abraçar este apelo tecno-burocrático muito rapidamente. Entendemos esta nova Universidade de excelência como uma empresa impulsionada pelas forças de mercado, e, como tal, está mais interessada em margens de lucro do que em pensamento.

Leituras exortam-nos a imaginar como pensar, sem concessões à excelência corporativa ou recorrer a nostalgia romântica dentro de uma instituição em ruínas. O resultado é um apelo apaixonado para uma nova comunidade de pensadores (Readings, 1996).

A referencia a esta Universidade de excelência, traduz o seu papel na sociedade como alguém que se torna cúmplice de um processo económico, ou melhor, um processo de globalização económica assente num progressivo alargamento da teia de circulação da informação e das actividades comerciais, atirando a Universidade para uma espiral de interesses e contraditória quanto á sua verdadeira função, ou seja, o pensamento.

Relativamente a esta questão e que se prende com a proposta de alteração à lei de autonomia da Universidade, 108/88, onde são apresentadas no projecto do CRUP (Concelho de Reitores das Universidades Portuguesas), os seguintes princípios básicos de referência - Autonomia Cientifica; Autonomia pedagógica; Autonomia Organizacional; Autonomia Administrativa; Autonomia Financeira; Autonomia Patrimonial.

Entendemos como importante referir alguns, (entre outros) pontos que a referenciam e propõem como impulsionador para promover e garantir a sua flexibilização no sentido de fluidizar estruturas, ideias, hábitos, metodologias, procedimentos e meios no sentido do enriquecimento e capacidade de

contextualização, combatendo uma elevada diversidade de problemas, independentemente do facto de se tratar de um pequeno país como é Portugal. Esta Lei expõe que no quadro da Legislação do ensino Superior a adequação da Universidade a uma gestão moderna.

Para nossa referência entendemos abordar o primeiro dos vários princípios expostos nesta proposta de alteração que se enquadram, entre outros, na autonomia científica, que deve ser entendida como a capacidade de as Universidades, livremente definirem, programarem e executarem a investigação e demais actividades científicas. Desta forma e tendo como referência para o nosso trabalho de investigação, entendemos que a autonomia científica orienta o enquadramento do nosso trabalho no sentido de dar corpo a projectos da Universidade pública num formato descentralizado e optimizador do espaço geográfico de se distancia da sua área de conforto, promovendo uma cultura científica abrangente, enriquecedora e de utilidade pública, incentivando um espírito crítico no sentido de uma apropriação da cultura científica ao serviço da produção local e regional.

1.4 O ESPAÇO PARA A INVESTIGAÇÃO NA PRODUÇÃO LOCAL E REGIONAL

Actualmente, o processo de globalização gera dinâmicas que contribuem para a evolução das sociedades. Quando falamos em evolução, encaramos esta terminologia como algo fundamental para a estrutura deste trabalho de investigação e que encerra em si, a possibilidade teórica da relação directa entre os elementos do espaço geográfico numa perspectiva local e também global.

Confrontamo-nos nesta questão da globalização com duas variantes de raciocínio, ou seja, o pensamento entre o que entendemos como local e como global, assim como tudo o que possa encontrar-se relacionado com esta temática sob o ponto de vista da geografia como forma da integração dos espaços mais afastados das zonas urbanas.

Mas em que cenário se enquadra esta globalização que referimos? – Para tal poderemos reflectir acerca de um pensamento de Giddens (2000, citada por Melo, 2002, pp.89-90) «a modernidade é por inerência globalizadora – e uma pergunta – "mas o que é exactamente a globalização e qual é a melhor maneira de conceptualizar o fenómeno?".

Poderemos entender a sociedade como um sistema organizado ao longo do tempo e do espaço e que a globalização nestes tempos modernos se deve essencialmente ao processo de "*streching*" (alongamento/distanciação do espaço), articulando-se em rede através do globo terrestre. Partimos do princípio que efectivamente, e neste contexto nos confrontam com a necessidade da criação de novos formatos de comunicação que permitam uma efectiva aproximação geográfica. Na actualidade o ponto de partida de uma análise sociológica já não poderá ser uma sociedade considerada uma entidade fechada dentro das suas fronteiras mas ter de ser, necessariamente, a complexidade das relações entre instâncias locais e instâncias de interacção que se estendem ao conjunto no globo terrestre (Melo, 2002).

Lograremos pensar que, "dar um salto" cada vez mais rápido entre o espaço local e o espaço global se torna decerto mais uma realidade, o que em certa medida irá de encontro aos princípios orientadores desta investigação, não obstante termos que entender esta questão da aproximação ou distanciamento geográfico como uma

referencia importante no processo e que obrigatoriamente envolve um problema sociológico, tratando efectivamente as mobilidades, sejam de pessoas, objectos, informação, entre outros, tentando demonstrar que a convicção, por vezes manifestada através de um limite geográfico em mapa, por exemplo, circunscrevendo efectivamente um interior, aquilo a que poderemos chamar de sociedade, não passará de uma falácia epistemológica e que contraria todos os princípios de uma sociedade da era da globalização e das suas realidades práticas, unindo de certa forma o local e o global Urry (2000).

Nesta análise que refere o local do global, muito se tem escrito, no entanto segundo (Carvalho 2005) «contesta-se que o global se oponha ao local e defende-se que o processo de interdependência pode, em certas condições, favorecer particularismos e regionalismos».

Entendemos a questão colocada importante, por ir de encontro ao desenvolvimento do nosso trabalho de investigação e que colide com a ideia de regionalismo e o processo de desenvolvimento local e regional assente na problemática da regionalização tendo efectivamente entroncado com a importância da Universidade pública no processo, assunto que trataremos mais adiante.

Procuramos porém, compreender a possibilidade de este espaço local que temos vindo a referir se opor a um estado de globalização ou enquadramento global, colocando certamente os seus princípios culturais e de conduta em causa, porém e no caso que tratamos como força da investigação não entendemos como resultado um desaparecimento de culturas locais em detrimento da força de uma cultura de desenvolvimento, tendo em conta que a Universidade terá como papel fundamental, a preservação da cultura local acrescentando um esforço no sentido de apoiar o desenvolvimento local através do seu potencial científico e de investigação.

A Universidade exerce um papel amplamente reconhecido para a criação e difusão de novos conhecimentos no sistema económico. O avanço e exigência das empresas na produção e inovação têm obrigado a uma intervenção das Universidades no seu conhecimento científico e inovação. Desta forma, entendemos que o papel das Universidades públicas portuguesas tem sido de importância maior, no entanto a resposta confina-se ao espaço geográfico do litoral do país, remetendo o interior para um anonimato que nos últimos quarenta anos se tem notado como algo negativo no processo de desenvolvimento desta parte da região do país. Importa por isso obviamente pensar aqui na importância dos efeitos da proximidade geográfica da Universidade pública para o desenvolvimento local e

regional e compreender a importância da interacção entre o espaço como potencial e a Universidade no sentido de inovar novos incentivos para o desenvolvimento e travando por isso, o despovoamento.

Tal como tem vindo a ser confirmado por alguns autores como Nelson (1959) e Klevorik (1995), entre outros, as Universidades representam uma fonte de conhecimento muito importante para as actividades inovadoras (I&D) das empresas, especialmente na indústria em que o desenvolvimento científico da investigação universitária sugere a inovação dessas empresas, será importante compreender e estender essa postura possível a outros espaços do país, nomeadamente o interior.

O quadro 01.001, mostra, embora de forma não exaustiva, uma visão do esforço que as Universidades públicas do interior do país exercem sobre a problemática da relação social que em muitos casos se torna contraditória, tendo em conta um processo de despovoamento e desertificação do interior do país e que embora o esforço destas instituições, não tem sido uma realidade, continuando todo o resultado da Inovação e Desenvolvimento a estar centrado no litoral.

O referido quadro, obtido através da SIR (SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS), Ranking Ibero – Americano SIR 2011, direcciona uma série de indicadores que compõem o ranking e pretende evidenciar aspectos relativos à dimensão, desempenho, impacto e internacionalização da investigação científica das Instituições de Ensino Superior Ibero – Americanas. Tivemos por isso a necessidade de evidenciar dados relativos à Produção Científica (PC), posicionamento no Ranking (IBE) e Qualidade Científica Média (QCM) no sentido de podermos levar a cabo uma leitura algo comparativa relativamente às Universidades públicas portuguesas e o seu desempenho neste domínio, tendo verificado por comparação, aquelas que melhor evidenciam o seu trabalho I&D são precisamente as Universidades do Litoral, não obstante os níveis de Qualidade Científica (QMD) do Interior não deixar de ser menos relevantes.

Tabela: 01.001

Ranking Ibero-Americano SIR 2011 Universidades públicas portuguesas

Universidade (pública)	Produção Científica			
	IBE	PC	PC%	QCM
Universidade do Porto	14º	9.477	12,9	1,3
Universidade Técnica de Lisboa	15º	9.264	12,8	1,2
Universidade de Lisboa	27º	5.730	9,7	1,1
Universidade Nova de Lisboa	36º	4.251	10,6	1,2
Universidade de Coimbra	28º	5.530	11,1	1,2
Universidade de Aveiro	29º	5.414	9,7	1,2
Universidade do Minho	45º	3.957	12,2	1,4
Universidade do Algarve	91º	1.697	6,9	1,0
Universidade Trás-os-Montes Alto Douro	118º	1.188	15,2	1,1
Universidade de Évora	133º	975	15,6	1,1
Universidade da Beira Interior	135º	891	21,4	1,0
Universidade dos Açores	192º	505	16,6	1,0
Universidade da Madeira	203º	441	16,6	0,6

Fonte: Elaboração própria. Dados obtidos através da SIR (SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS), Ranking Ibero – Americano SIR 2011.

Legenda: PC: Produção Científica - **PC%**: Produção Científica % - **IBE**: Classificação no Ranking – **QCM**: Qualidade Científica Média

A importância da investigação académica universitária para o sistema económico destaca-se pela relação da Universidade e o local a desenvolver ao nível das actividades económicas a do seu potencial, seja humano ou natural, estabelecendo condutas de projectos conjuntos que envolvam pesquisadores, académicos e residentes. Mas teremos que destacar a importância desta Universidade pública que referimos como um apoio e promoção do desenvolvimento local e regional, atribuindo-lhe competências na área da produção e tendo em conta que esse tema é um dos propósitos desta tese de doutoramento.

A concepção filosófica de espaço de Souza Júnior et al. (2006) era entendê-lo como elemento indispensável à compreensão da realidade, associando-o, assim, a uma condição de experiência dos objectos relacionados directamente ao estudo da geografia. De acordo com Corrêa (1995, citado por Souza et al. p.99) Lefebvre, define o espaço como o «lócus da reprodução das relações de produção».

Desta forma, poderemos entender o espaço que referimos como algo que terá que se relacionar com a sociedade na sua dinâmica de produção. No entanto, esse processo produtivo, somente fará sentido se efectivamente se verificar a inclusão da população, compreendendo e adaptando as culturas locais e regionais.

Será portanto nesta perspectiva que iremos entender a relação entre os espaços e a sua proximidade geográfica, compreendendo por isso as culturas diferenciadas e ajustadas a cada homem e sua relação com o espaço e a geografia.

Já Santos (1997a, p.81) chama a atenção dos geógrafos para a importância do espaço e da sua relação com a sociedade, evocando a necessidade de compreender as suas dinâmicas, sugerindo que, «se a geografia interpretar o espaço humano como facto histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada á da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem».

Ora, tendo este princípio orientador como mote para reflexão, poderemos entender que muito embora esta intenção de investigação tenha como objectivo também o espaço geográfico como suporte para o desenvolvimento local e regional, no sentido de criar riqueza, não deveremos esquecer porém, a relação e estreiteza do homem com esse mesmo espaço geográfico sob o ponto de vista emocional e da afinidade, dando algum significado ao conceito de espaço mais abrangente e racional tendo como referência a paisagem, a sua configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas de conteúdo. Refere Santos (1997b, p.19), «a evolução que marca a etapa do processo de trabalho e das relações sociais, marca também, as mudanças verificadas no espaço geográfico, tanto morfologicamente, quanto do ponto de vista das funções e dos processos».

Entendemos também como relevante a afirmação de Souza et al. (2006, p.101), quando, a propósito da essência do espaço geográfico através da dialéctica e nos diz, «o espaço é produzido pelas relações sociais subordinadas de produção que sustenta a sociedade – sua infra-estrutura económica, a partir da qual se erguem as superestruturas ideológicas, políticas, jurídicas, culturais, etc.». Ora, este ponto de

vista interage com o propósito da nossa investigação no sentido de orientarmos toda a proposta de utilização e reutilização das infra-estruturas dos espaços locais e regionais por forma a respeitar os princípios de estreitamento relacional da Universidade pública na sua variante de investigação e o espaço geográfico local, não transformando mas reabilitando, (Santos 1997).

Julgamos que terão que concentrar-se os novos formatos de investigação no espaço e micro espaço geográfico no sentido da descentralização, dando lugar a uma investigação mais aproximada dos que estão afastados dos centros urbanos. Estamos efectivamente a viver uma revolução industrial concentrada numa explosão de diferentes produtos, variados serviços, formas inovadoras de produzir e acima de tudo, a outras formas de mostrar e distribuir, com base em tecnologias actualizadas que passam pela informática e a robótica e que permitem uma melhoria substancial da qualidade de vida.

Hoje, cada vez mais se atribui á ciência uma forma suprema de conhecimento em detrimento de outras como sejam a religião, a arte e a filosofia. Neste sentido a investigação incorpora uma nova forma de estar na evolução e propomos que se estenda no espaço geográfico de maneira a tornar essa mesma descoberta que tanto tem maravilhado o mundo, em algo de realmente útil e produtivo, retirando do anonimato os espaços e as populações que se remetem á ignorância da própria ciência.

O relatório da OCDE de 1987 atribui às Universidade dez funções fundamentais: “educação geral pós secundária; investigação, fornecimento de mão-de-obra qualificada; educação e treino altamente especializados; fortalecimento da competitividade da economia; mecanismo de selecção de empregos de alto nível através da calendarização; mobilidade social de filhos e filhas das famílias operárias; prestação de serviços á região e á comunidade local; paradigmas de aplicação de políticas nacionais (ex.: igualdade de oportunidades para mulheres e minorias raciais); preparação para os papéis de liderança social (Santos 1995).

Destas funções expressas no documento, poderemos enquadrar no nosso trabalho duas de importância maior, que sejam, “investigação” e “fortalecimento da competitividade da economia”, pois serão, (certamente em conjunto com as restantes), aquelas finalidades que mais se enquadram nos objectivos do trabalho desta tese de doutoramento.

Poderão estas duas funções enquadrar-se na determinação da Universidade pública portuguesa e que colidem com a temática que tratamos, ou seja, uma

Universidade pública descentralizada sob o ponto de vista da investigação e da produção.

Construir massa crítica que pretenda valorizar projectos sustentáveis que extravasem a Universidade sob o ponto de vista da geografia e cruzem saberes numa atitude estratégica e de conveniência para o desenvolvimento dos potenciais produtivos locais e regionais numa flexibilidade e organização adequadas, são objectivos inerentes a esta reflexão acerca de uma possível proposta de trabalho.

Tentamos enquadrar num cenário possível, um novo conceito de funcionamento da Universidade pública em articulação com a sociedade, assumindo um estreitamento e uma interacção com a produção em ambiente adaptado e sustentável. Estaremos portanto, perante uma Universidade pública com uma investigação orientada á resolução de problemas dos agentes que geograficamente se afastam da sua área de conforto e que reforçam a ideia de um trabalho que contribui sobremaneira para o desenvolvimento e optimização desses mesmos espaços com base na transferência de conhecimentos e na experimentação.

Implementar um estreitamento da relação entre a Universidade, o poder local e regional e as populações, através do desenvolvimento científico e tecnológico aplicando políticas de sustentabilidade ambiental, racionalizando a utilização de recursos, sejam materiais ou humanos e desta forma ter como referencia de gestão a descentralização, responsabilização e valorização dos seus meios de forma a ultrapassar dificuldades actuais no que toca a questões socioeconómicas que se avizinham agravar e tendem a agravar no futuro próximo.

1.4.1 RELAÇÃO UNIVERSITÁRIA E INOVAÇÃO PRODUTIVA EM REDE

Os desafios da sociedade de informação caracterizam-se pela quantidade e rapidez na sua implementação, o que por um lado se transforma na capacidade humana de se comunicar, assim como uma maior eficácia na relação deste que entendemos como um mundo global e por outro uma visível desumanização da sociedade.

Concebemos alguns pontos que consideramos importantes para reflexão, nomeadamente o facto de, dentro deste espectro social da informação podermos encontrar algumas assimetrias éticas, colocando em causa a qualificação associada à automação, ou seja, um aumento substancial do desemprego, um défice na comunicação interpessoal e grupal, a invasão do nosso espaço de privacidade, entre outras questões, também elas pertinentes (Werthein 2003).

Também em contexto Werthein (2003 p.1) «lutar contra os aspectos perniciosos da tecnologia virtual, acusada de disseminar na sociedade a utilização de um simulacro de relacionamento como substituto de interacções face a face, e contra a alegada usurpação pelo capital do direito de definir a espécie de automação desejada, escolha que tem conduzido a um processo que desqualifica trabalhadores, amplia o controlo gerencial sobre o trabalho, intensifica actividades e corrói a solidariedade».

Embora o autor se refira a esta questão da problemática que envolve o avanço das TIC no que toca á sua influencia na vida das pessoas há alguns anos atrás (2003) e todos reconhecemos que nesta matéria a evolução chega a ser assustadora, é igualmente visível que a legislação, no seu avanço quanto á protecção dos valores que defende e alertas, não tem sido proporcional à velocidade do progresso das potencialidades desta ferramenta da era moderna, no entanto, teremos que viver com ela sob pena de diluirmos a nossa influencia no mundo como seres humanos que somos.

Os sistemas de inovação têm criado condições de relação entre as Universidades públicas, os governos locais e regionais e as empresas, no entanto, esta relação tem-se mostrado insuficiente no sentido em que, como temos vindo a referir, não resolve os problemas de fundo, nomeadamente no interior do país. A chamada "incubadora" tem sido nos últimos tempos o caminho encontrado para estreitar este

relacionamento no sentido de implementar a inovação, não obstante esta relação seja muito mais dirigida á empresas.

O mundo está em constante transformação, que assenta numa revolução tecnológica e informacional, que por inércia têm vindo a afectar sobremaneira os impactos nas economias e políticas das organizações.

O que procuramos efectivamente é que essa transformação permita articular a Universidade e o espaço geográfico mais afastado, num processo educativo, científico e produtivo, ampliando uma relação de trabalho e produção. Este fluxo poderá estabelecer uma troca de saberes sistematizados, académico e popular e terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade local e regional, a democratização do conhecimento académico e a participação efectiva da comunidade na actuação da Universidade pública.

A actual diversidade de canais de comunicação e de formatos para a expressão, contorna momentos de alguma confusão, no entanto estimula a novas aventuras nesse sector que poderá dar incentivo e consistência a esta proposta de trabalho, donde que, as tecnologias de informação e comunicação, (TIC), serão parte integrante de reflexão neste estudo para a consistência da ideia de inovação e projecção para o futuro.

As Universidades públicas poderão ser observadas como pontos de referência na reconstrução de uma sociedade produtiva, bem como promotoras de inovação no desenvolvimento micro económico do país no seu interior. Este sistema económico que falamos estará directamente ligado a um processo de inovação que terá como estatuto central a ciência e investigação em contexto de produção. Terão portanto uma importância decisiva nesta questão.

Entendemos importante para orientação reflexiva nesta questão de inovação, uma abordagem à perspectiva da tripla hélice como referência inspiradora para esta parte do trabalho e que Henry Etzkovitz em meados dos anos de 1990 designou como um modelo de inovação com base na relação de três variáveis fundamentais, como sejam, Governo – Universidade – Indústria, e que através da relação transversal entre estes actores sociais, será possível criar sistemas de inovação sustentáveis e duradoiros. Segundo o autor, poderíamos desta forma criar um ambiente de inovação resultante das experiências e das relações entre ciência, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento das Universidades, indústrias e governo.

O final do século XX caracteriza-se por novas directrizes que são assumidas pelo ensino universitário tendo em conta as transformações da sociedade, que cada vez

mais se determina como sendo mais aberta ao mercado e agressiva. Para isto, muito tem contribuído as redes sociais e uma acentuada expansão do conhecimento que por sua vez propõe novos formatos de trabalho, comunicação e produção, obviamente. Teixeira (2009, p.66) aborda a questão da globalização como uma alteração dos sistemas económicos e hábitos de consumo, afirmando,

> Numa época de globalização, em que da conectividade das nações resulta a brusca mudança de rumos, de políticas públicas e de cenários económicos, faz-se indispensável entender o papel do desenvolvimento local, sempre realizado com as características de sustentabilidade, exigidas pela sociedade da informação e do conhecimento.

Nesta pequena reflexão, o autor, traduz uma ideia que entendemos como importante para o processo de desenvolvimento local e regional, donde que, é notória a preocupação de compreendermos a necessidade de uma transformação no sistema económico assente na sua interacção caracterizada por uma nova configuração, passando a ser regulado pelos mercados e não pelos governos.

O século XXI tem sido marcado pela abordagem á globalização e neste sentido a abrangência geográfica dos espaços mais remetidos ao interior terá que passar necessariamente pela cooperação entre as Universidades públicas e os sistemas produtivos e consequentemente por uma optimização e adaptação das infra-estruturas em ambientes sustentáveis, correlacionando uma aliança competente entre o mundo do conhecimento e o mundo da produção.

As Universidades em geral e muito particularmente as públicas são entendidas como pontos de referencia na propagação e implementação da ciência, reflectindo por isso um consequente desenvolvimento económico do país. Têm-se ampliado ao longo dos anos, incluindo um acentuado interesse na inovação que se transforma num ponto de exemplo para o desenvolvimento das sociedades modernas, envolvendo as Universidades neste debate.

A perspectiva da tripla hélice (TH) de Etzkowitz e Leydesdorff (1997) defende que a Universidade tenderá a desempenhar um papel na sociedade de relevância e de inovação.

Esta perspectiva difere de alguma forma de outros sistemas na inovação como os de Lundevall e Nelson (1988,1993) que consideram o papel da empresa como

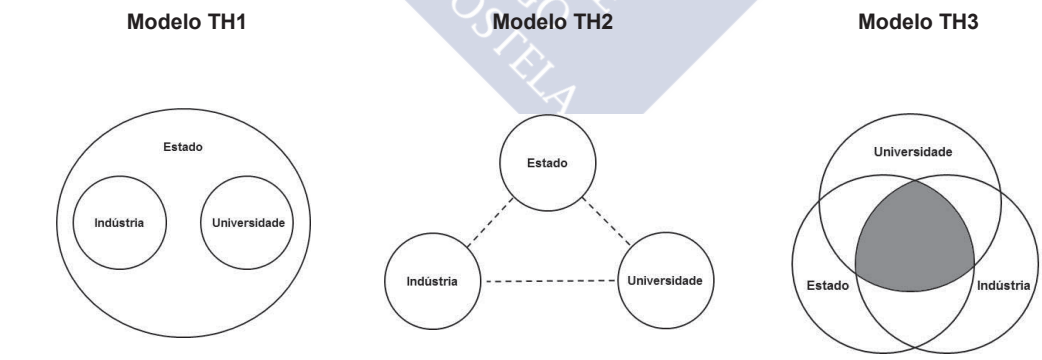
fundamental para o desenvolvimento do processo de inovação, bem como o modelo, segundo o qual o Estado é o actor privilegiado (Chaves, 2009).

O modelo tripla hélice revela uma relação entre estes diferentes actores, (Estado, Universidade e Indústria), no entanto tal conjugação de valores implica uma transformação interna de cada uma delas. No que toca á Universidade, esta terá que combinar o ensino com a investigação.

Chaves (2009) refere também que a evolução dos sistemas de inovação levou a diferentes configurações das relações entre as Universidades, a Indústria e o Estado, veja-se: no modelo TH1 da Figura 01.001, o Estado rodeia a Universidade e a indústria e dirige as relações entre eles, por exemplo a ex. União Soviética e outros países então socialistas; no modelo TH2, há uma separação entre esferas institucionais, com fortes fronteiras entre si (ex. Suécia e EUA, por oposição à nova função da Universidade. O modelo TH3, gera uma infra-estrutura de conhecimento que ultrapassa as esferas institucionais, cada uma tomando o papel da outra e com organizações híbridas, surgindo nas estruturas de interface. A maior parte dos países está, presentemente, a tentar transitar para o modelo TH3.

Figura: 01.001

Modelo Tripla Hélice - Etzkowitz e Leydesdotff



Fonte: Elaboração própria. Adaptada

Legenda: Redes Trilaterais e organizações Híbridas

Atendemos a verificar que no modelo TH3, poderá ser gerada uma premissa, (representado a cor) que corresponde á transversalidade das entidades descritas e que permitirá a criação de sinergias de impacto nas três variáveis que tratamos, nomeadamente a Universidade, as empresas e o estado, donde que, o resultado dessa fusão poderá permitir atingir um grau de liberdade de acção da parte da Universidade através de iniciativas trilaterais na criação de empresas ou iniciativas que incentivem o desenvolvimento numa economia integradora e circunscrita á realidades sociais e necessidades do mercado nacional baseada no conhecimento e nas alianças estratégicas entre estes actores sociais.

Neste sentido, este método gera dinâmicas e estratégias que permitam atingir os objectivos através de sistemas de inovação, do conhecimento e da investigação, passando a Universidade a ter um papel importante e fundamental no processo, fornecendo a investigação e massa crítica inovadora Etzkowitz (1997).

Chaves (2009, p.21) refere,

> Existem quatro processos relacionados com as mudanças na produção, troca e uso do conhecimento que o modelo tripla hélice identificou: Transformação interna de cada uma das hélices (por exemplo, alianças estratégicas entre empresas); Influência de uma esfera institucional sobre a outra no processo de transformação; Criação de novos laços e redes trilaterais, institucionalizando estruturas de interface; Efeito torcido destas redes institucionais nas suas esferas inicia e na sociedade.

Assim e de forma crescente a Universidade enquadra-se numa relação directa com o mercado e transversaliza o conhecimento como uma mais-valia para a produção numa atitude de relação e empreendedorismo.

Com base neste suporte de ideias e configurações para um projecto inovador e avançado para a Universidade no século XXI, o método de triple hélice e segundo Etzkovitz (2010), este modelo deixou de ser uma metáfora para passar a ser um modelo que na verdade já era uma teoria que tinha sido extraída de uma prática que já existia efectivamente. No entanto, aqui poderá levantar-se uma questão que se considera importante, os tempos de actuação destes três actores sociais terá que ser coordenado para que o resultado seja efectivamente visível, donde que, terá que ser dada oportunidade a um espaço de consenso no sentido de dar corpo a um projecto comum, numa atitude pró-activa e de inovação, pois esta trata um

processo contínuo, não permitindo um ponto final quanto a este processo de inovação baseado na teoria do triple hélice, trata-se por isso de um processo sem fim. Quanto a esta questão da inovação, Chaves (2009) refere que tal como a própria definição do conceito, a inovação terá que ser contínua. A pesquisa reflectirá sempre novos formatos de actuação. É importante por isso ressaltar que não existe um modelo específico, em qualquer parte poderá existir um modelo diferente, assente num processo de aprendizagem pela experiencia de cada um, pelo facto de ter a elasticidade suficiente de se adaptar á realidade de cada caso.

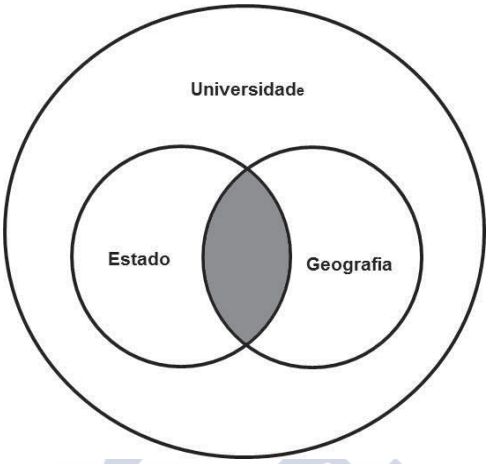
A finalidade desta metodologia assenta no essencial em analisar os pontos fortes e fortalecer os fracos através de uma real transversalidade de ideias.

A evolução deste método (triple hélice), assim como a sua flexibilidade será uma referência para o nosso trabalho de investigação.

Neste propósito, entendemos ser possível a criação de uma nova etapa que vá de encontro ao assunto que temos vindo a tratar. A intervenção do espectro investigador da Universidade pública no desenvolvimento produtivo local e regional. Através da adaptação desta metodologia entendemos ser possível criar linhas orientadoras que permitam desenhar uma estrutura, também ela flexível, de forma a chegar á problemática que na actualidade vem sendo criada no país, com maior incidência no seu interior, como poderemos certificar mais á frente no nosso estudo. Desta forma, com base nos problemas associados a uma crise iminente que se desenvolve sistematicamente, impõe-se a criação de acções correctivas de uma envergadura que seja abrangente e determine objectivos concretos.

Figura: 01.002

Representação gráfica inspirada no método Triple Hélice de Etzkowitz e Leydesdotff



Fonte: Elaboração própria

A Figura 01.002 pretende que, inspirados no método TH3 (triple hélice) de Etzkowitz, nos possamos concentrar no problema e de certa forma tentar propostas de solução com uma metodologia algo idêntica sob o ponto de vista da estrutura, do desenho e funcionamento das instituições, pese embora estas se identificarem de forma algo diferenciada. Permitirá também a criação de efeitos híbridos quanto a organizações locais, no entanto, essas serão reflexo da colisão coordenada entre o poder local representativo do Estado e os potenciais recursos naturais e humanos sob a coordenação do elemento científico e de investigação da Universidade pública com o objectivo comum de estruturar um ambiente inovador e empreendedor constituído por estes elementos que referimos, Universidade, Estado e Espaço geográfico, sendo os efeitos e resultados deste trabalho coordenados pela Universidade pública, remetendo o papel do Estado (poder local) a investidor através de apoios e constituição de regras e medidas regulamentares que em colisão com os potenciais da geografia reflectirão resultados produtivos.

A reflexão expressa através da figura 01.002, pretende envolver as variáveis principais como sendo, a Universidade pública, o Estado e o Espaço geográfico assim como o resultado do trabalho decorrente da fusão destas variáveis a que

chamaremos “efeitos de colisão na produção local e regional do micro espaço geográfico”, tal como temos vindo a referir durante o capítulo e que traduzirá a ideia da optimização do espaço geográfico remetido principalmente ao interior do país no sentido da produção e consequentemente do equilíbrio populacional sob o ponto de vista da problemática reflectida na imigração populacional do interior para o litoral.
Esta visão do problema e a sua consequente resolução, tal como o modelo triple hélice TH3, gera uma infra-estrutura de conhecimento e produção que efectivamente ultrapassa as esferas institucionais, forçando certamente a sua participação no processo e culminando com a formação de espaços produtivos, motivando por isso a apropriação, tendo como referencia central o desenvolvimento local e regional endógeno, centrando na relação do poder local institucional e o espaço, ou micro espaço geográfico o controlo da produção, visando por isso o aumento da eficiência dos factores de potencial produtivo com base na criação de grupos de produção que surgirão da iniciativa dos agentes locais de modo a reter os valores que aportam aos espaços referenciados e as entidades partilhadas, como sendo a Universidade pública e o espaço geográfico produtivo, (Passos, 2008 e Barracho e Dias 2010).

A **Universidade pública** terá que ser abrangente e coordenadora, através do seu espectro investigador, de excelência e dos recursos, no sentido de atribuir mais-valias às potencialidades do espaço geográfico mais afastado dos centros urbanos e do litoral através da detecção e verificação das potencialidades locais e regionais, donde que, a relação local com a Universidade pública poderá ter como objectivo o desenvolvimento que se levará a cabo através de processos de relação com o potencial local e a investigação, numa conexão de conjunto com as populações locais que envolvam necessidades e anseios similares, no caso, a comunidade, bairro, distrito, município, associação de municípios, região ou outros, e que procurem melhorias na sua qualidade de vida e do objecto para produção, usando como suporte para alavancagem a Universidade pública como conceito, e a investigação como uma realidade, que poderá optimizar as potencialidade locais, mesmo que na hierarquia geográfica seja reduzida. Poderão assim identificar-se com as suas competências, criando meios fomentadores desse mesmo potencial.
As políticas de desenvolvimento local protagonizadas pela Universidade pública, ou pela sua orientação, poderão ser os meios para atingir determinados objectivos numa atitude pedagógica, científica e orientada para a investigação.

O **Estado** representado através dos seus agentes do poder local e regional, deverá assumir o papel de motivador e impulsionador do seu desenvolvimento junto dos actores sociais e em parceria com a Universidade pública para que o espaço local assuma o seu próprio desenvolvimento levado a cabo através de um adequado planeamento territorial.

Caberia ao Estado, em parceria com a Universidade pública e as regiões, travando a resignação e o determinismo das populações com base na consciencialização das potencialidades locais e regionais, construindo, juntamente com os parceiros, formatos de gestão das suas competências no sentido de erradicar a pobreza e proporcionar as condições de produção e emprego, evitando assimetrias de rendimentos que cada vez mais se fazem notar na relação do interior e o litoral do país. O Estado não poderá beneficiar sobre os rendimentos locais, mas sim motivá-los e incentivar a sua divulgação e abrangência através de estruturas administrativas e legislativas adaptadas ao efeito, prevenindo e supervisionando o potencial e necessário sucesso, não obstante o papel da Universidade pública ser fundamental neste processo sob o ponto de vista da construção e investigação.

O balanço custo benefício em favor da comunidade local seria fundamental para a evolução do processo com base numa acção adequada da parte do Estado, a quem caberia o controlo de variáveis referentes às necessidades das localidades, sejam económicas, infra-estruturais, dimensão dos custos sociais e outros.

A **Geografia**, mesmo que reduzida terá que obrigatoriamente se identificar com as suas potencialidades criando meios fomentadores desse mesmo potencial. As políticas de desenvolvimento local protagonizadas pela Universidade pública, ou pela sua orientação, deverão ser esses meios com base numa atitude pedagógica, científica e orientada para a investigação.

Neste caso, como em outros, a Universidade pública não terá que se impor pela dimensão ou até pela imposição das suas infra-estruturas, mas sim numa atitude de empreendedorismo social, desenvolvendo projectos sociais e estimulando os projectos locais, orientando-os com um formato sério e empreendedor.

Será importante referir a necessidade da criação da interacção Universidade / Localidade / Espaço geográfico, no sentido da criação de sinergias para despertar interesse por parte do Estado e governos no sentido da criação de segmentos Universitários para a contribuição da formação de um ambiente institucional

favorável ao desenvolvimento de uma capacidade de inovação e promoção do desenvolvimento local e regional, como poderemos verificar mais á frente, (cap. 6).

Num contexto de globalização hegemónica, os espaços menores sob o ponto de vista geográfico, nomeadamente áreas do interior, rurais, locais, ou outras, são objecto de desafios fundamentais e de transformações que se reflectem na dinâmica do mundo actual. A resposta a recentes necessidades apela a olhares diversos e de algum modo comprometidos com a inovação e a preservação, numa atitude pró activa com incidência social, económica e territorial.

Arte, ciência e técnica impõem-se na mesma medida correspondente á evolução conjuntural em todas as áreas, sejam de alta ou baixa densidade, observadas como mais ou menos produtivas e exploradas. E é neste jogo entre o global e o local onde a economia se mostra plural.

A política promove-se como participada e a cultura revela-se transversal no quadro em que se terá que repensar as opções para o desenvolvimento local, sob o ponto de vista social, económico e cultural. Contudo, o desenvolvimento local e regional tem sido estudado como possível solução á incapacidade das políticas públicas centralizadas, tentando dar resposta á exigência social, numa atitude pró activa dos indivíduos sociais e responsáveis em solucionar estes problemas.

A grande questão que se coloca nesta conjuntura e panóplia de ideias, refere a necessidade da identidade sob o ponto de vista da arquitectura e do design, integrados num espaço determinado e subjacente às suas dimensões e sob este ponto de vista interessa entender qual a verdadeira função de um espaço para que estas políticas possam efectivamente ter forma e conteúdo.

Será um esforço no sentido de fomentar o entendimento que teremos que ter perante esta situação do espaço geográfico destinado para envolver todos estes itens conjunturais, políticos, económicos e sociais. Numa ideia de arquitectura, design e enquadramento haveremos que ter visão para que esta implementação do conceito da Universidade descentralizada para a investigação se transforme numa realidade efectiva.

Para uma melhor compreensão desta problemática, forçamo-nos a pensar que tratamos o espaço geográfico num “patamar” algo diferenciado do conceito de região, tal como refere Cabugueira (2000a p.104), «esta tem de ser definida de uma forma mais restrita, não resultando as restrições de factores associados à dimensão, mas a razões de contiguidade: os elementos que a compõem têm de localizar-se necessariamente de forma contígua».

Entendemos por isso que o autor, Cabugueira (2000b p.104), nos tenta demonstrar a diferença entre os conceitos de "região" e de "espaço", definindo este último, «como um conjunto de dados económicos localizados, podendo as localizações ser dispersas, porque o que dá unidade ao espaço são as suas características e a natureza das relações de interdependência»

Estes dois conceitos, não somente se definem como iminentemente diferentes mas também determinam a diferença das finalidades desta tese de doutoramento que de certa forma pretende que as duas definições tenham, também elas, conotações algo diferenciadas.

A Teoria da Polarização ao nível local, procura o desenvolvimento económico e que segundo alguns autores, como, Adam Smith, David Ricardo, Artur Lewis, John Hicks, etc., Silva et al. (1999) refere que, acerca destes teóricos, os quais têm um elemento comum, ou seja, a definição de espaço e região, donde que, em todos os autores anteriormente citados verificamos a preocupação de um amostragem quanto ao conceito de espaço e região. Todos chamam a atenção para o facto de que as disparidades espaciais nos níveis de vida, num elevado número de países desenvolvidos, em vez de diminuírem, atendendo à aplicação de políticas regionais, aumentaram ou, pelo menos, estagnaram.

Pouco tempo depois, reforçaram essa análise, sustentando que a política de pólos de desenvolvimento ficou aquém do esperado na dinamização das periferias, gerando mesmo, frequentemente, efeitos perversos, dado que os efeitos negativos induzidos *(polarization effects ou backwash effects) se sobrepuseram aos efeitos positivos (trickling down effects ou spread effects*). (Santos, 2002).

Neste sentido, a Universidade pública terá no futuro um papel fundamental e de crucial importância no interior do país, mais concretamente nos espaços locais ou regionais que se afastam do espectro urbano, onde efectivamente a crescente dificuldade em distribuir espacialmente o crescimento, dada sua inexistência ou insuficiência (Santos, 2002).

A teoria dos polos de desenvolvimento está em contexto de desenvolvimento não-equilibrado, em contraste com uma outra teoria denominada desenvolvimento equilibrado que se baseia na existência simultânea de empresários e administradores de todos os níveis que se empenham em gerir todo um amplo e complexo parque industrial, contrapondo com um desenvolvimento não equilibrado que assenta numa estrutura de pensamento diametralmente oposta, ou seja um formato de desenvolvimento que adopta uma política de programação da economia

subdesenvolvida Um desenvolvimento com base num processo que se propaga através de impulsos económicos desequilibrados entre as unidades produtivas localizadas local e regionalmente (Perroux e Schumpeter, 1967; 1985).

É com base nesta teoria, baseada no conceito de unidades activas de produção e sua influência no espaço económico, mostrando os efeitos gerados pelas indústrias motrizes dentro desse mesmo espaço, que interpretamos como por hipótese sendo polos de produção local. A questão fundamental para o desenvolvimento local e regional prende-se com uma evolução da ciência regional no decurso das décadas de 1970-1980, que arrastaram consigo uma ideia de natureza territorial no sentido de, como cita Santos (2013, p.3) «articular estreitamente a abordagem territorial às dinâmicas de desenvolvimento»

1.4.2 TRANSVERSALIDADE CIENTÍFICA E INVESTIGADORA

A Universidade pública na actualidade depara-se com o desenvolvimento de dinâmicas transversais que se prendem essencialmente com a sua dependência financeira do Estado.

Nos últimos anos mantem-se um formato de Universidade orientado exclusivamente para uma vertente mercantil e assente numa plataforma virada para um negócio que culmina com a entrada do sistema universitário privado e que de certa forma condiciona a verdadeira função da Universidade pública, precisamente porque o Estado diminui as contribuições financeiras de forma substancial, remetendo ao ensino privado a função de investigação, o que, como pensamos, não determina objectivos de utilidade social e transforma este fenómeno num total desinvestimento na Universidade pública.

Santos e Filho (2008, pp.22-23) referem

> A descapitalização da Universidade pública transforma-se num fenómeno global». Este converte-se num pensamento que vai de encontro a uma crise que atinge proporções quase que catastróficas que se agravaram na última década e, segundo os autores se devem a uma crise financeira do Estado e os programas de ajuste estrutural, alargado praticamente a toda a Europa.

Santos e Filho (2008, p.24) referem que «a globalização neoliberal da economia veio aprofundar a segmentação ou dualidade dos mercados de trabalho entre países e no interior de cada um».

Ora, também esta globalização e abrangência da franja científica veio permitir uma fuga de cérebros (*brain drain*) assim como a subcontratação (*outsourcing*) para serviços altamente avançados, o que danifica de certa forma a massa crítica residente com base na emergente imigração, seja interna ou para outros países da periferia. Estaremos portanto, perante um novo formato de funcionamento da Universidade pública como produção de massa crítica e excelência no seu sentido de utilidade pública, reflexão e filosófica, incentivando a uma pressão produtivista, retirando-lhe a sua função como promotora das dinâmicas sociais nas variantes

humanista e cultural. Citam Santos e Filho (2008, p.28) «Do mesmo modo, a maior autonomia que foi concedida às Universidades não teve por objectivo preservar a liberdade académica, mas criar condições para as Universidades se adaptarem às exigências da economia».

Poderemos depreender que, desvirtuar a verdadeira função da Universidade pública, transformando-a num serviço de consumo em detrimento do seu verdadeiro papel de cidadania, (não obstante Portugal e o resto da Europa viverem uma massificação no acesso ao ensino superior), a Universidade depara-se com novos desafios que implicam uma renovação sob o ponto de vista da sua utilidade social, tal como referimos anteriormente, as últimas décadas envolveram profundas mudanças nas Universidades, principalmente as públicas porque a sociedade assim o impôs através da demonstração das sua necessidades assim como a relação desta com as entidades que a circunscrevem, como sendo os governos as empresas e várias instituições, numa missão virada para o desenvolvimento económico e social num processo de democratização.

Foi portanto este processo de democratização do ensino superior que em parte, ainda hoje contribui para um fenómeno de desertificação e despovoamento, levando os jovens do interior a fugirem tanto quanto possível para o litoral e estrangeiro na procura de um futuro mais promissor. E será com base neste propósito que poderemos entender a Universidade pública como factor de equilíbrio entre a excelência e a produção e que no caso que tratamos, essa produção esteja vocacionada para a resolução de alguns problemas sociais que temos vindo a tratar ao longo deste capítulo, a saber: a desertificação do interior do país, o despovoamento e a produção nesses espaços geográficos quanto à optimização das suas potencialidades, respectivamente. Como referem os mesmos autores Santos e Filho (2008, p.25) «Por sua vez, nalguns países centrais as alterações demográficas dos últimos trinta anos contribuem também para o abrandamento da pressão democrática pelo acesso à Universidade». Na Europa, hoje, domina a ideia de que entramos já num período de pós-massificação e que se assenta numa opinião que pretende legitimar a mercantilização.

Em Portugal, como em alguns países menos desenvolvidos da Europa, embora continue uma procura no ensino universitário, deparamo-nos com alguns bloqueios a montante da Universidade e que se centram no ensino secundário, reflectindo por isso uma das taxas de abandono mais elevadas da Europa, pois como poderemos verificar nos dados correspondentes às taxas percentuais referentes abandono

precoce de educação e formação, total e por sexo em Portugal, conforme expresso na Tabela: 01.002 e na Figura 01.005 e 01.005.1, poder-se-á verificar ainda uma acentuada taxa de abandono por parte dos jovens portugueses após o ensino secundário, com menor peso no feminino e que em muitos casos nem chegam ao escalão do 12º ano que lhes proporciona a entrada na Universidade, mantendo-se pelo 9º ano e seguindo o ensino profissional ou até iniciando de imediato no mundo do trabalho.

Tabela: 01.002

Taxa (%) de abandono precoce de educação e formação em Portugal Total e por sexo

Ano	Total	Feminino	Masculino
2006	**39,1**	46,6	31,3
2007	**36,9**	43,1	30,4
2008	**35,4**	41,9	28,6
2009	**31,2**	46,1	26,1
2010	**28,7**	32,7	24,6
2011	**23,2**	28,2	18,1
2012	**20,8**	27,1	14,3

Fonte: Elaboração própria. Dados, INE e PORDATA (2013)

Segundo informação de *European Comission Education & Training* (2012). Portal da União Europeia, apesar dos progressos verificados na redução do abandono escolar precoce e no aumento de licenciados na Europa, as disparidades permanecem acentuadas, pondo em risco o cumprimento dos objectivos definidos para 2020: a taxa de abandono escolar precoce desceu e situa-se agora em 13,5% (em 2010 era de 14,1% e de 17,6% em 2000). Em 2011, na União Europeia, 34,6% das pessoas na faixa etária dos 30-34 anos tinham um diploma, contra 33,5% em 2010 e 22,4% em 2000. Em Portugal, a taxa de abandono escolar precoce tem vindo a descer de forma acentuada, com o apoio do FSE às políticas públicas de

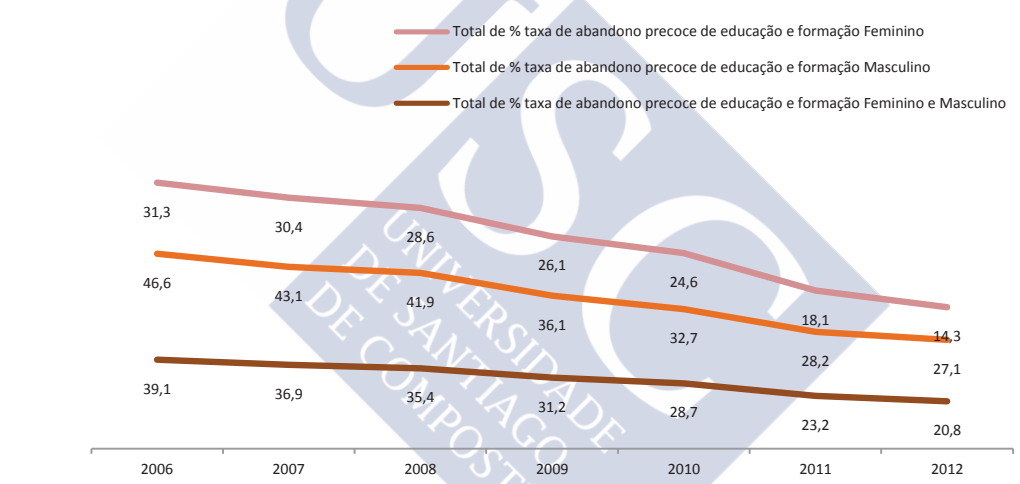
educação, formação e inclusão social: em 2000 a taxa era de 43,6%, em 2010 de 28,7%, encontrando-se agora nos 20,8%.

No entanto, apesar dos evidentes esforços de redução, Portugal ultrapassa ainda em muito o valor de referência, situado nos 10% até 2020.

No que respeita à taxa de conclusão do ensino superior, Portugal (26,1%) encontra-se abaixo da meta global de 40%, apesar dos progressos efectuados, se tivermos em conta que em 2000 apresentava uma taxa de 11,3%, e em 2010, 23,5%.

Figura: 01.002a

Taxa (%) de abandono precoce de educação e formação em Portugal Total e por sexo



Fonte: Elaboração própria. Dados INE e PORDATA (2013)

Teixeira (2009) aponta cinco elementos críticos quanto ao processo de mudança das Universidades aos desafios da renovação que em síntese demonstramos, como sendo; uma gestão adaptada, necessária e adequada ao enquadramento da conjuntura e uma direcção incorporada envolvendo os diversos departamentos académicos; minorar as distâncias entre a Universidade e as necessidades socias desenvolvendo mecanismos que permitam uma aproximação como sendo, centros de pesquisa interdisciplinares, ambientes de inovação, etc.; diversificar as fontes de

financiamento para a sustentabilidade da variante investigadora da Universidade; a incorporação e estímulo de todos os intervenientes activos, (professores, alunos, funcionários, gestão, etc.) da Universidade no processo de transformação; Criar uma visão com base numa cultura integrada e empreendedora.

Neste contexto e confinante a estas questões poderemos enumerar algumas etapas para que o processo de inovação da Universidade como entidade pública ou bem público, ou seja, a activação de centros de investigação transversais às necessidades sociais de relevância e deslocalizadas das áreas de conforto dos campus e consequentemente incentivar o estímulo a essas prioridades com alocação de recursos necessários, criando incentivo á inovação gerando valor económico local e regional, incentivando motivos de residência e empreendedorismo com base nas oportunidades.

Se entendermos esta questão da Universidade pública do futuro e suas funções que assentem numa visão de inovação e empreendedorismo, poderemos aprofundar mais um pouco o seu papel no futuro social e de cooperação com o desenvolvimento do país naquilo que consideramos os pontos frágeis, nomeadamente a optimização das potencialidades produtivas em espaço geográfico remetido ao esquecimento e consequentemente á desertificação e despovoamento, localizados essencialmente no seu interior.

Propomos uma reflexão acerca destes parâmetros anteriormente citados, atribuindo a cada um dos pontos referidos por Teixeira (2009) um nível de importância que melhor se enquadre no nosso trabalho de investigação.

Desta forma, pretendemos encontrar as palavras-chave que nos permitam ter uma visão, ainda que não exaustiva da problemática, mas que atribuam indicadores orientados a uma reflexão coerente.

Entende-se que tem como objectivo transmitir a necessidade de a Universidade pública assumir um papel de relevância na sociedade portuguesa e sobretudo se determinar como fundamental no seu desenvolvimento, expressando, através de cinco linhas de orientação este pensamento que visa propor alguma reflexão acerca do assunto e que se prende com os desafios da renovação da Universidade, não obstante a valorização da faceta do empreendedorismo como força importante neste processo de mudança que importará a transferência de resultados obtidos para a sociedade, visando a geração de valor económico, por meio de empresas que produzam os bens ou serviços decorrentes e de políticas que permitam

também que os académicos se transformem em empreendedores, gerando novas empresas e oportunidade (Teixeira, 2009).

Ora, tomando como nosso este pensamento e tentando no possível retirar as mais-valias exequíveis para enquadramento do nosso objectivo de estudo, será possível ajustar este propósito numa ideia de visão de uma Universidade pública empreendedora e descentralizada, envolvida portanto, numa rede de comunicação que lhe permita a presença no espectro produtivo sem que para isso necessite do peso de uma estrutura física gigantesca e demolidora.

A propósito desta ideia de empreendedorismo poderemos pensar no conceito como uma oportunidade de alavancar as necessárias mudanças e transformações da ordem dominante e que não se tem mostrado eficaz no que toca aos nossos propósitos, ou seja, o contributo para o desenvolvimento social e económico dos espaços mais carenciados de apoio.

Falamos efectivamente de «uma Universidade pública descentralizada na sua componente investigadora, empreendedora e sustentável» conforme refere Teixeira (2009, pág. 68). Com base neste princípio, o autor estabelece algumas linhas orientadoras ou conceitos no sentido de estruturar ideias para uma Universidade arrojada e com necessidade de renovação que resumimos em frases-chave orientadas ao nosso propósito e enquadramento

Tabela: 01.003

Linhas orientadoras para o relançamento da função da Universidade pública

Conceito	Propósito	Enquadramento
Gestão coesa e descentralizada	Gestão objectiva e coesa, focada nos resultados, com base no trabalho de especialistas e investigadores qualificados e comprometidos com as necessidades no propósito	Implementar serviços numa gestão baseada no conhecimento e nos sistemas de informação. Estreitamento das relações entre o investigador universitário e o produtor, motivando a produção e a empregabilidade
Cultura empreendedora	Trabalho produtivo, empreendedor e integrado em sistemas funcionais e na procura de novas oportunidades na produção local e regional	Criar a selectividade orientada para os nichos de oportunidade do consumo, encaminhando a Universidade pública para um paradigma empresarial sob o ponto de vista da gestão e conduta, desenhando um mercado integrado, rentável e objectivo
Articulação com a sociedade	A interdisciplinaridade como foco de sustentabilidade, articulada com a sociedade, desenvolvendo acções com a comunidade	Proporcionar vivências numa potencial sociedade de informação e sua capacidade de viajar no tempo, transformando o mundo da competitividade económica com base numa investigação e pesquisa de excelência. As novas tecnologias fundem potenciais factores de incentivo e apoio á produção descentralizada.
Solução de problemas	Assumir os riscos necessários para a resolução de problemas numa atitude descentralizada pró-activa e empreendedora	Estruturar estratégias que permitam antecipar problemas apoiadas em segmentos de gestão articulada com a gestão local e o produtor de forma adequada, procurando soluções adaptadas e de comum interesse
Base de financiamento	Envolvimento dos actores sociais e recursos públicos privados ou públicos na perspectiva do interesse para o sistema produtivo da comunidade	Apostar no capital humano e no conhecimento como condição de criatividade, desenvolvendo uma economia de produção local centrando esforços na empregabilidade através da sustentabilidade e nas aptidões cognitivas

Fonte: Elaboração própria. Adaptado de Teixeira (2009)

A Tabela 01.003, parte do princípio da criação de cinco conceitos básicos sobre os possíveis desafios da renovação da Universidade pública em Portugal face aos desafios que já se encontram implementados no sistema e que traçamos em linhas orientadoras de pensamento, como sendo; gestão coesa e descentralizada; cultura empreendedora; articulação com a sociedade; solução de problemas e base de financiamento. Isto remete-nos para um pensamento da gestão e consequente descentralização da Universidade pública cujos factores determinantes culminam em propósitos e enquadramentos por nós pensados e propõem a criação de orientações para o funcionamento de uma Universidade pública decentralizada e empreendedora (Teixeira, 2009).

As mudanças da Universidade pública, nesta abrangência na geografia propicia um processo de mudança que se demonstra como uma capacidade de renovação por parte desta, não somente á capacidade de adaptação a uma sociedade que oferece ferramentas em potencial de comunicação, como á necessidade que em conjuntura actual ela terá que intervir sob o ponto de vista da produção e na resolução de problemas conjunturais, como sejam as várias crises, não somente na área da economia mas também e essencialmente na descaracterização do próprio território nacional que se desertifica e despovoa no seu interior a cada ano que passa, como poderemos verificar e certificar mais á frente.

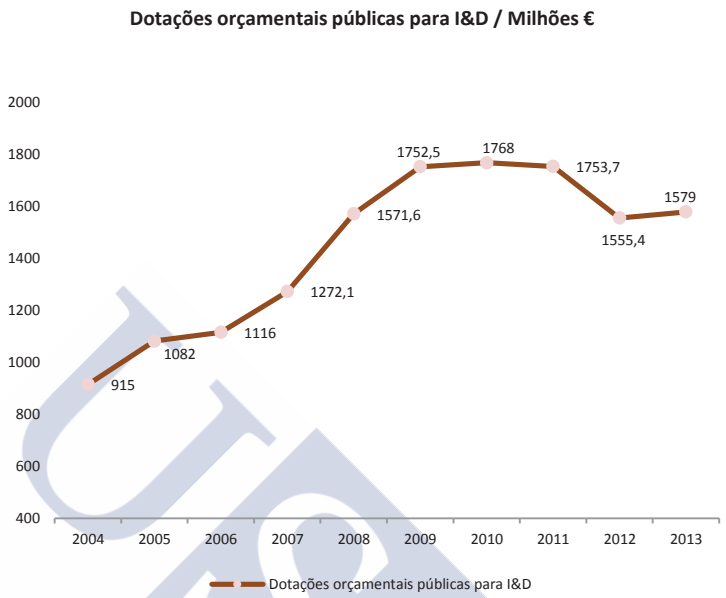
Na última década os desenvolvimentos sociais e políticos têm vindo a colocar muitos desafios às Universidades públicas em Portugal e na Europa, como referem, Santos e Filho (2008, pág.33) «a situação é quase de colapso».

Existem efectivamente problemas estruturais. Embora a Universidade pública, que continua a ser uma instituição por excelência do conhecimento científico, se tenha tornado um alvo fácil da crítica social. Desta forma, temos verificado que nesta última década se começaram a alterar significativamente as relações entre conhecimento e sociedade e em alguns casos, em Portugal a comercialização entre estas duas variáveis começa a ser uma realidade efectivamente, no entanto não tem contribuído de todo para a resolução do problema que nos propomos tratar nesta tese de doutoramento.

Figura: 01.003

Dotações orçamentais públicas investigação e desenvolvimento (I&D) M€

Ano	Dotações orçamentais públicas (I&D) / M€
2004	915
2005	1082
2006	1116
2007	1271,1
2008	1571,6
2009	1752,5
2010	1768
2011	1753,7
2012	1555,4
2013	1579



Fonte: Elaboração própria. Dados, DGEEC/MEC, PORDATA (2013)

A figura 01.003 permite-nos verificar o mecanismo de apuramento do montante das dotações orçamentais para I&D – GBAORD – e consiste na identificação do financiamento público previsto em cada ano no orçamento do Estado para actividades de ciência, tecnologia (C&T), de Investigação e Desenvolvimento (I&D). Assim, são considerados nestes exercícios, os montantes inscritos no Orçamento do Estado para os organismos públicos executores e/ou financiadores de actividades de investigação e desenvolvimento que nos últimos dez anos o investimento público na investigação e desenvolvimento (I&D) reconheceu um progresso evolutivo e equilibrado, não obstante seja visível um decréscimo a partir de 2011 que tem a ver com uma crise económica eminente e que se faz sentir em Portugal e em parte, também na Europa.

(Bessa 2012, p.1), em declaração á agência LUSA durante a apresentação do 8º Barómetro Internacional do Financiamento à Inovação (2012), realizado em Lisboa, refere que Portugal está entre quatro países do mundo mais generosos nos

incentivos ao financiamento da Investigação e Desenvolvimento (I&D), mas a crise está a levar a algum recuo nos sistemas de apoio. As empresas portuguesas têm dependido essencialmente de financiamento próprio ou de crédito bancário para incentivarem as suas actividades de I&D, remetendo os incentivos do estado para 19% dos investimentos das empresas nacionais.

Refere também Bessa (2008) nas mesmas declarações que se nós formos mais selectivos (no apoio à investigação) talvez consigamos continuar a apoiar a sério as actividades que são mais importantes e que dependem mais desses apoios.

Neste contexto entendemos como pertinente esta alusão ao processo de incentivo á investigação em Portugal e às suas assimetrias, continuando a reflectir acerca do pouco interesse demonstrado á produção deslocalizada do espaço geográfico remetido ao interior e que sofre as consequências do afastamento dos grandes centros urbanos.

A figura 01.004 dá-nos uma mostra tão actualizada quanto possível (2012) desta realidade, em que o Estado se transforma no menor investidor na Investigação e Desenvolvimento relativo ao PIB nacional, segundo dados fornecidos pelo INE, com 0,1% comparativo a 0,7% das empresas e 0,6% do ensino superior, onde deveremos encaixar a Universidade pública como um dos maiores investidores na área.

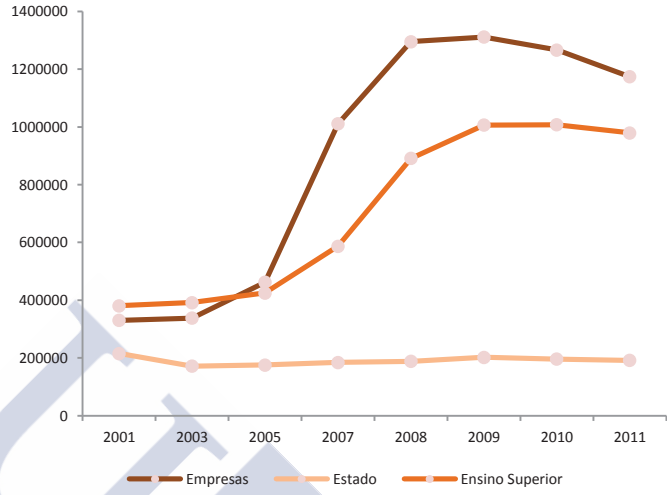
Com base nestes dados disponíveis, caber-nos-á reflectir acerca da necessidade de inverter estes papéis quanto ao propósito da nossa investigação, o Estado demonstra-se incapaz de liderar esta aposta da investigação descentralizada que, como refere Santos (2002, p.220), «a questão fundamental para o desenvolvimento regional deixou de ser a capacidade da região para atrair novos projectos, para ser a das capacidades das regiões para gerar internamente as condições de transformação das suas estruturas produtivas».

No entanto, esta insuficiência terá que ser ultrapassada através de atitudes transversais no processo de investigação e inovação conjuntamente com a Universidade pública, criando condições de desenvolvimento local a regional endógeno visando o aumento da produção baseado na optimização produtiva dos espaços locais e regionais descentralizados através do trabalho desenvolvido pela transversalidade de conhecimentos entre os agentes locais e a Universidade de modo a possibilitar a retenção dos valores adicionados no contexto.

Figura: 01.004

Despesas em actividades de investigação e desenvolvimento (I&D) por sector de execução (Milhares de €)

Ano	Empresas	Estado	Ensino Superior
2001	330.310,7	215.518,9	380.648,5
2003	338.038,1	172.045,2	391.797,4
2005	462.014,9	175.552,3	425.187,3
2007	1.010.790,0	184.474,9	586.964,8
2008	1.295.099,0	188.316,4	891.265,8
2009	1.311,069,6	202.527,9	1.006.331,9
2010	1.266.296,1	196.287,9	1.007.649,1
2011	1.173.728,4	192.011,6	979.309,4



Fonte: Elaboração própria. Dados, DGEEC/MEC e PORDATA. (2013)

A figura 01.004, reforça a ideia que o Estado é possivelmente o elemento transformador que menos investe na investigação e desenvolvimento (I&D) e cujos valores expressos referem o total do investimento em I&D do ensino superior pelo facto de haver disponível um valor específico na Universidade pública, não se prevendo, (dada a conjuntura económica e social), um alargamento destes números. Impõem-se por isso novas formas de ver e analisar o problema, que, conforme temos vindo a tratar neste trabalho de investigação se prende com o facto de, a Universidade pública passar a ter um papel de fundamental importância no processo transversal de coordenação entre os espaços geográficos remetidos ao interior e o potencial produtivo, local e regional.

1.5 DESENHO PARA UM MODELO ORIENTADOR DE VALORIZAÇÃO CIENTÍFICA

A Universidade pública portuguesa deverá estar preparada para um pensamento de remodelação da sua atitude para com a sociedade, promovendo projectos e comportamentos que se dirijam ao exterior, construindo uma atitude científica sustentável, para Contadora (2014, p.8):

> A educação é o cimento da construção do desenvolvimento humano sustentável. É preciso elaborar estratégias e programas de educação relacionados com o ambiente que abranjam tanto o ensino escolar como a educação informal, que adoptem a perspectiva de vida e educação permanente a ser desenvolvida pelos poderes públicos, o sector produtivo, o comércio e as comunidades locais

O que traduz um princípio simples para o desenvolvimento sustentável envolto no meio ambiente, na economia e na sociedade.

Pensamos que será neste propósito que haveremos sempre que orientar o nosso pensamento num objectivo que está directamente ligado ao conceito de Universidade descentralizada, ou seja, uma instituição que se estende e se dedica simultaneamente ao ensino, à pesquisa e à extensão e que de certa forma termina sendo uma simbiose entre os vários modelos que vincam a personalidade de ensino universitário na Europa, como sendo o modelo de multiversidade protagonizado por Kerr (1982), quando salienta que só quem vive a realidade de uma Universidade pode perceber o quanto a sua estrutura contempla as proposições ideais dos modernos autores da administração.

É nesta Universidade descentralizada e contemporânea que se estruturou o pensamento de três modelos de Universidade que de certa forma influenciam o actual exemplo de Universidade moderna: o inglês, o francês e o Alemão (Serrão 1983). O formato inglês, mais inspirado no perfil humanista, tipicamente virado para o ensino e a procura da excelência localizada numa cultura geral e humanística, o modelo francês, algo mais técnico e profissionalizante e o modelo alemão, assente numa filosofia de investigação e pesquisa científica, privilegiando a biblioteca como espaço determinante para a formação.

Neste contexto poderemos atribuir alguma consistência ao conceito de multiversidade de Kerr (1982) em que o mesmo acresce neste conjunto, os valores que orientam o modelo da Universidade Americana, que acentua as relações desta com a comunidade em que se encontra inserida, seja local, regional, nacional ou até internacional.

A Universidade pública está desenhada para um modelo que se encaixa na investigação e excelência, colocando os seus conhecimentos para fora dos seus limites geográficos confinados aos campus, como temos vindo a tratar neste trabalho de investigação, no entanto, nem sempre esse percurso se direcciona no sentido que muitas vezes se mostra mais necessitado. Também a este propósito Kerr (1982) nos transmite o seu pensamento quanto ao conceito de multiversidade citando, a multiversidade é uma instituição inconsistente, não é apenas uma comunidade, mas várias. Seus limites são imprecisos, uma comunidade deveria ter uma alma, um singular princípio impulsionador, a multiversidade tem várias delas.

Emerge por isso a ideia de um novo conceito num formato de procedimento da Universidade pública na relação com o meio social e a geografia física e humana, dentro de uma esfera económica do espaço local e regional, que poderá ser aplicado não somente no país como na Europa. Um modelo portanto com base num funcionamento e cujos princípios residem essencialmente no sucesso económico proporcionado pela inovação e aproveitamento das novas tecnologias.

As Universidade europeias procuram actualmente adaptar-se ao novo contexto conforme as exigências da sociedade que vemos como actual e estamos ainda longe de poder descortinar o resultado deste processo (Cabrito 1994).

Não obstante a data desta reflexão, ainda se assegura como sendo actual, pois a realidade é que a Universidade, principalmente a pública, ainda tem um longo caminho para atingir aquilo que entendemos como a sua verdadeira utilidade na abrangência geográfica.

Ainda a este propósito de redesenhar a Universidade pública no sentido de uma valorização científica e útil no espaço nacional, atendemos ao mencionado por Santos e filho (2008 pág. 38), quando referem que «a Universidade pública tem vindo a ser caracterizada por um efectivo alheamento no que toca, por exemplo á crise financeira».

Apreendemos por isso que o envolvimento, com base na sua capacidade reflexiva e crítica, poderá certamente contribuir para o apoio ao desenvolvimento de um projecto nacional, porque sem ele, corremos o risco de debilitar o sistema e como

consequência a Universidade pública deixar de ter consistência na sua abrangia e difusão da excelência sob forma de produção.

Esta questão torna-se algo importante e pertinente num possível desenho de projecto para a Universidade pública que enfoque a sua intervenção no espaço geográfico nacional e que vá de encontro á linha de força orientadora no tema que tratamos.

Nesta problemática poderemos incluir um processo das políticas do país com uma orientação neoliberal que tem vindo, nos últimos anos a tomar conta da estrutura decisória e percursora das orientações económicas e sociais. A Universidade pública, reflexo destas políticas, começa a ficar algo debilitada no que toca às prioridades de pesquisa e formação em praticamente todas as áreas científicas e muito particularmente a projectos de desenvolvimento tecnológico que em Portugal, estas alterações provocadas pelas políticas neoliberais se têm manifestado nos últimos anos e o seu impacto ainda está por definir.

Neste cenário que não se mostra nada animador para a aplicação de directrizes que permitam um projecto nacional e que através da Universidade pública estude um desenho possível para descentralização universitária nas suas variantes da investigação e produção que optimizem os espaços locais e regionais sob o ponto de vista da produção, teremos que remeter essa responsabilidade para a própria Universidade pública, que em consonância com o Estado e o potencial detectado produzirá efeitos de colisão na produção local e regional do micro-espaço geográfico que obviamente serão traduzidos nos propósitos a que se destina este trabalho de investigação.

1.5.1 A UNIVERSIDADE PÚBLICA INVESTIGADORA NOS ÚLTIMOS QUARENTA ANOS

É com base no modelo Humboldtiano que entendemos a ideia de Universidade moderna. Trata-se por isso de uma referência clássica acerca do conceito, associado à formação da Universidade de Berlim em 1910.

Esta noção de Universidade moderna que então estava ligada à igreja e passa a ligar-se ao Estado num processo que decorre da grande crise académica que consubstancia a ideia da necessidade profunda de um novo saber científico e que emerge da necessidade na transformação das funções da Universidade que muitos autores referem como sendo a primeira grande revolução académica.

A relação das Universidades portuguesas e a investigação mantém-se estável e deficiente até aos anos 1970, altura em que se dá a revolução de 1974, como refere a este propósito Agudo (1967, p.127) «investigação ligada ao ensino vive, em Portugal, sobretudo da dedicação de alguns professores e que a estrutura universitária era pouco apropriada às exigências da pesquisa científica». A verba que o país destinava para I&D era manifestamente insuficiente (0,3% do PIB) em 1964, assim como a percentagem dessa verba consagrada à investigação para o ensino superior, nesse mesmo ano, foi de apenas 8% do total destinado à investigação. O dado disponível do investimento produto interno bruto, (PIB), em Portugal no que toca ao I&D, mostra-se a partir de 1982, conforme figura 01.008 e que por comparação o investimento em investigação no ensino superior e muito particularmente nas Universidades públicas não se mostra animador, comparativamente às empresas, ao Estado e entidades privadas.

Assim, a Universidade pública portuguesa terá que assumir um papel de maior relevância neste processo e contribuir com o seu potencial de excelência para o desenvolvimento do espaço geográfico do interior potenciando os seus recursos.

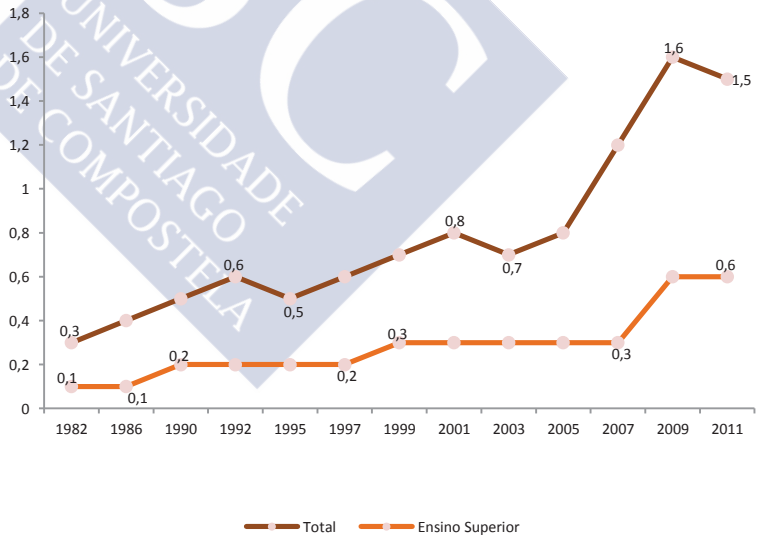
Desta forma, apreendemos como relevante uma análise profunda quanto ao cenário que o quadro seguinte nos mostra e compreender que as mudanças no investimento destinado ao desenvolvimento e investigação (I&D) nas Universidades públicas necessitam de um formato que incorpore nestas, a responsabilidade de ver para além do espaço que ocupa no seu campus, confinada às suas paredes e estruturas de subserviência política.

Não obstante a informação disponível não ser a mais pertinente no tempo quanto a esta matéria, poderemos através do quadro abaixo verificar que de 1982 a 2011, 0,1% de um total de 0,3% do PIB em 1998 e 0,6% de um total de 1,5% do PIB em 2011. Desta forma, o investimento total em I&D nacional foi-se afastando do ensino superior, dando prioridade, como já referimos anteriormente, desse investimento a outras instituições, nomeadamente, empresas, Estado e instituições privadas sem fins lucrativos, quando o resultado desse investimento devesse ser o oposto, pois pensámos que somente a Universidade pública poderá conduzir uma investigação que contrarie a realidade geográfica do país.

Figura: 01.005

Despesas em actividades de investigação e desenvolvimento (I&D)
% do PIB 1982 - 2011

Ano	Total	Ensino Superior
1982	0,3	0,1
1986	0,4	0,1
1990	0,5	0,2
1992	0,6	0,2
1995	0,5	0,2
1997	0,6	0,2
1999	0,7	0,3
2001	0,8	0,3
2003	0,7	0,3
2005	0,8	0,3
2007	1,2	0,6
2009	1,6	0,6
2011	1,5	0,6



Fonte: Elaboração própria. Dados INE-BP - Contas Nacionais Anuais. DGEEC/MEC - Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN) – PORDATA - Última actualização: 2013-06-17

Estamos efectivamente perante uma realidade que, como poderemos certificar no trecho anterior já se arrasta no tempo e a reposição real começa a ser uma incerteza quanto ao futuro, tendo em conta que vivemos uma crise iminente e quando foi possível não se procedeu a um investimento objectivo na investigação e desenvolvimento (I&D) no ensino superior, cujos reflexos e resultados poderiam minimizar um "estado de coisas" que se transforma numa realidade resultante de um problema que se localiza no tempo e na geografia.

Não se conseguirá travar o processo de desertificação e despovoamento do país, confinando o espaço geográfico real e produtivo a aproximadamente 1/3 do continente num tempo real que ultrapassa os mais de quarenta anos de democracia. Mas não foi notória uma estagnação abrangente a toda a estrutura universitária, pelo menos no que toca ao acesso ao ensino superior, e foi entre os anos de 1974 e 1977 que em Portugal se dá a grande transformação no acesso ao ensino universitário, passando o número de inscritos nas Universidades e ensino superior de 56.910 para 86.119 e consequentemente um aumento gradual até aos dias de hoje. A partir de 1985 inicia-se um período de efectiva massificação no ensino superior, o número de estudantes relativos à população em idade entre os 18 e 22 anos passa de 18% em 1990 para 37% em 1995 (OCDE, 1997). Dados recolhidos no IV Congresso Português de Sociologia. Contributo para um debate sobre o futuro da Universidade em Portugal. Desenvolvimento económico, comercialização da ciência e composição dos saberes académicos: Desafios à Universidade.

O ensino superior, e muito particularmente o ensino universitário português tem passado por profundas alterações que de certa forma se têm reflectido no processo de desenvolvimento e prática social.

Após 1974, deparamo-nos com uma substancial massificação do acesso ao ensino superior assim como o facto de ter encarado as alterações em substancia na Declaração de Bolonha. Estas serão portanto razões mais que suficientes para afirmar que nas três últimas décadas, a Universidade pública sofreu uma transformação avassaladora. Falta-nos por isso avaliar se estas mudanças se reflectiram em algo que poderemos considerar, como positivo.

A procura do ensino universitário nos últimos anos permitiu a abertura e criação de instituições de ensino superior universitário que nem sempre responderam convenientemente á necessidade de competências científicas que permitissem um

processo de evolução claro quanto á componente da investigação, com prioridade e obrigação à Universidade pública.

No entanto a esta massificação e de certa forma desorganização na selecção também se poderão justificar as taxas elevadas de insucesso e abandono académicos, como referem Almeida e Vasconcelos (2008, pág. 24) «Com prejuízos claros em termos individuais, familiares e sociais».

Neste sentido, entendeu o Estado, criar alguns parâmetros de avaliação que julgou pertinentes das instituições de ensino superior, utilizando uma metodologia de avaliação através da Lei nº 38/2007 de 16 de Agosto, intitulada Regime Jurídico de Avaliação do Ensino Superior, passando a avaliar a qualidade das instituições nos seguintes aspectos: o ensino ministrado (nível científico, metodologias de ensino, aprendizagem e avaliação); qualificação do seu corpo docente e a sua adequação à missão da instituição; o contacto dos estudantes com actividades de investigação desde os primeiros anos; a valorização económica das actividades de investigação e de desenvolvimento tecnológico adequadas á missão da instituição; a integração em projectos e parcerias nacionais e internacionais; a prestação de serviços á comunidade; o contributo para o desenvolvimento regional e nacional adequado á missão da instituição; a acção cultural, desportiva, artística e, designadamente, o contributo para a promoção da cultura científica; a captação de receitas próprias através da actividade desenvolvida; a informação sobre a instituição e sobre o ensino ministrado.

Através desta Lei e no entendimento do governo, pretende-se assegurar uma melhoria da qualidade das instituições do ensino superior em Portugal e muito particularmente da Universidade pública, assegurando assim, a informação suficiente que demonstre á sociedade em geral a qualidade e quantidade do desempenho destas instituições através de uma entidade externa aos interesses ministrados.

Não obstante a avaliação e suas variáveis, poderemos constatar que o Estado e o governo criaram efectivamente uma hierarquia de orientações que permitirão avaliar a Universidade como um corpo, no entanto, esta Lei não abarca as necessidades sociais que extravasam as paredes da Universidade ou Campus.

A Lei citada, embora pretendendo dar maior autonomia às Universidades públicas e ao ensino superior em geral, deveria ser mais direccionada para a função da Universidade como elemento social, vocacionado para a produção e optimização dos recursos, ou seja, remete o interesse das instituições para um regime de

competição interna e entre si, descurando o bem público e consequentemente o importante apoio ao espaço social e geográfico fora da sua abrangência que muito necessitada de excelência na intensiva procura de solução para este problema, apesar de toda uma retórica de maior autonomia das instituições, tem-se observado uma maior interferência do Estado que se manifesta, por exemplo, sob a forma de contractos baseados na performance (Amaral, 2008).

Esta reflexão Apresenta-se como suporte para a ideia de que cada vez mais a Universidade se concentra na sua prestação sob o ponto de vista dos objectivos, porque a sua sobrevivência depende deles efectivamente, sendo obrigada a esquecer porém a sua função social e de construção, o que *per si*, não responde às verdadeiras necessidades do país no que toca á sua fragilidade social, que entendemos como fundamental para o nosso estudo e se destaca nos espaços mais afastados fisicamente da abrangência geográfica da Universidade pública.

Quanto à introdução de mecanismos de regulação pelo mercado e a competição de instituições autónomas nesse ambiente poder gerar comportamentos que se afastam da prossecução do bem público, o que cria, eventualmente, a necessidade de alteração do modelo de gestão das instituições do ensino superior. Desde há mais de quarenta anos a esta parte que a Universidade pública e o ensino superior em geral tem sido pensada a partir de um paradigma que poderíamos designar como sendo o da adaptabilidade, tendo como orientação pedagógica o ensino superior a partir do interior, o que nos leva a ponderar na necessidade de alterar esta postura de convivência com o meio social externo aos princípios de funcionamento da estrutura interna da instituição, ou seja, o pensamento universitário terá que reformular a sua missão sem obviamente propor como mote deste trabalho uma nova ideia de ensino superior universitário ou até uma nova narrativa sobre as Universidades públicas e seu funcionamento, mas sim, uma visão diferenciada da Universidade pública quanto á sua relação com o mundo exterior, forçando por isso a égide de um modelo com uma atitude de maior empreendedorismo e de relevância social (Amaral 2008).

O investimento na investigação apoia a seu desenvolvimento no sentido da criação de sinergias que permitam uma evolução equilibrada e sustentável, por isso, a aposta nesta variável tão importante para o desenvolvimento do país se torna um factor deveras importante.

Naturalmente, quando falamos de investigação, associamos certamente a um processo que implica, não somente uma atitude académica, mas que envolve

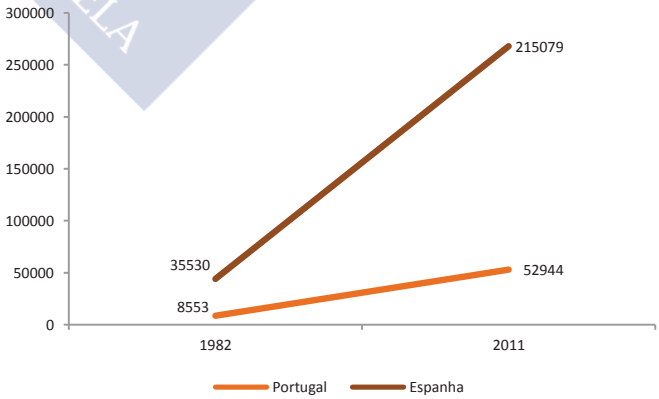
resultados, principalmente numa conjuntura actual, onde uma crise económica se impõe, mas acima de tudo na procura de resultados que contribuam para um combate a essa crise, obviamente.

Num passado relativamente próximo que se enquadra nestes últimos trinta anos, Portugal nem sempre acompanhou os grandes momentos de evolução no que toca à ciência e tecnologia, no entanto, hoje já não poderemos fazer a mesma afirmação quanto a esta questão. A produção científica processa-se a um nível global, acompanhando um processo de evolução que cada vez mais coexiste com a globalização numa convergência de ideias na procura de um resultado para um objectivo comum, o qual também tem o contributo do nosso país neste processo de evolução europeia. Num valor global da UE27 em 2011, segundo dados da OCDE, com 2.577.330 pessoas, Portugal contribuiu com 52.944, correspondente a aproximadamente 2% do total. No entanto e comparativamente, se analisarmos os dados correspondentes a Espanha, verificamos que relativamente ao mesmo total, Espanha contribuiu com um universo de 215.079, correspondente a 8,3% do total, tendo efectivamente em conta as devidas proporções dinâmicas e humanas de cada país.

Figura: 01.006

Pessoas - total (ETI) em actividade de investigação e desenvolvimento (I&D) 1982 / 2011 Quadro comparativo Portuga / Espanha

Ano	EU 27	Portugal	Espanha
1982	..	8.553	35.530
2011	2.577.330	52.944	215.079



Fontes: Elaboração própria. Dados Eurostat/OCDE e PORDATA (2013)

Como poderemos verificar na figura 01.006, a linha evolutiva entre os dois países tende a um desenho mais acentuado por parte da Espanha, o que permite destacar o processo de causa e efeito, ou seja, o envolvimento de Portugal no procedimento de investigação ainda é traduzido como algo ténue e de investimento reduzido e que, não obstante o esforço no sentido de minorar os impactos destes resultados no contexto, se reflecte obviamente nos resultados assim como nas consequências decorrentes desse défice na investigação.

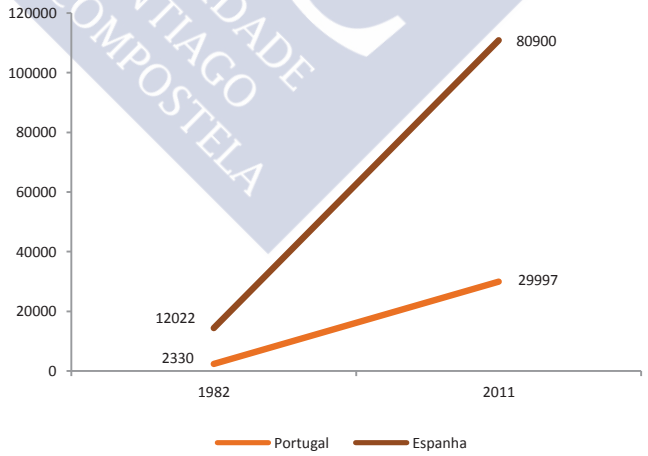
Sabemos porém que o nosso objectivo tem uma maior incidência nos efeitos da investigação (I&D) no ensino superior, com maior relevância para a Universidade pública que sabemos ter fundamental importância no estudo.

O estudo a que nos propomos tem como objectivo a Universidade pública portuguesa e consequentemente todo o ensino superior em Portugal, por isso será importante analisar os dados referentes a esta variante tendo como orientação comparativa Portugal e Espanha.

Figura: 01.007

Pessoas total (ETI) em actividade de investigação e desenvolvimento (I&D) 1982/2011 no ensino superior Quadro comparativo Portugal / Espanha

Ano	EU 27	Portugal	Espanha
1982		2.330	12.022
2011	2.577.330	29.997	80.900



Fontes: Elaboração própria. Dados. Eurostat, OCDE e PORDATA (2013)

Como é possível apurar numa leitura apurada, na figura 01.007 que separa o investimento levado a cabo pelas instituições de ensino superior (IES) em Portugal

e Espanha, o cenário é praticamente o mesmo, (comparativamente à figura 01.006), sob o ponto de vista evolutivo, donde que, independentemente da dimensão dos dois países vizinhos, infere-se que Portugal terá que investir muito mais na investigação, (I&D) e pesquisa para se enquadrar na média europeia.

Neste contexto propõem-se novos desafios à Universidade pública portuguesa, tendo em conta a dimensão geográfica do país, assumirem o modelo que lhes irá conferir a função de "Universidades de investigação vs. Universidade de ensino".

A Universidade pública portuguesa foi sujeita a algumas mudanças nos últimos anos, principalmente no que toca à sua relação com o exterior, assunto que, como temos vindo a referir, se transformou numa necessidade quanto à prática de uma relação importante relativamente a esta com o mundo de produção, principalmente aquele que se encontra mais afastado do litoral, ou seja, o interior do país, pormenor que tenderemos a incluir numa outra função, também ela importante, da Universidade pública com base no estímulo para a transferência de conhecimentos entre a Universidade e actores externos.

A Universidade relaciona-se com as funções que a ciência académica deve conseguir cumprir na sociedade contemporânea onde, para além da criação do novo conhecimento, se espera que possa contribuir decisivamente nas respostas a problemas concretos, na dinâmica económica dos territórios e na capacidade inovadora das empresas.

Não obstante, poderemos retirar daqui algumas elações no que toca ao assunto que tratamos e que se direcciona para a optimização do trabalho investigador e simultaneamente produtivo das Universidades públicas através dos seus investigadores e cientistas, o que poderá dar alguma consistência á ideia anteriormente transmitida acerca de uma possível readaptação do modelo triple hélice de Etzkowitz e Leydesdorff (1977).

1.5.2 AS INFRA-ESTRUTURAS E OS NOVOS FORMATOS DE COMUNICAÇÃO

Actualmente seria impensável referir comunicação sem pensarmos nos novos formatos de interacção comunicacional entre os humanos, dentro de um processo que poderemos pensar como socialmente global, não obstante esta questão da globalização poder ser discutida dentro de um número variado de contextos e enquadramentos.

No actual contexto económico e organizacional, os sistemas e as tecnologias de informação desempenham um papel sobremaneira preponderante, sendo por vezes a grande dificuldade residente na gestão desse mesmo recurso tecnológico enquadrado nas várias áreas de relacionamento, sejam culturais, de negócio ou outros.

As inovações tecnológicas de informação e comunicação enquadradas nas chamadas arquitecturas abertas com base em estruturas informáticas associadas à internet estabeleceram processos em rede e transformaram as sociedades num mundo a que actualmente chamaram de um mundo global que se acentua e ganha espaço social a partir dos anos 2000, através de uma contínua e acelerada mudança. Por isso todas as instituições, independentemente da sua função social atravessam uma fase de novas realidades e novos factores sociais que incidem numa competição dentro do contexto económico global.

Estamos perante novos desafios e competitividade que obrigam a uma outra visão das instituições, nomeadamente da Universidade pública a da sua abrangência no espaço geográfico nacional dentro daquilo que na actualidade se chama de mercado electrónico. Ora, segundo Cunha (2007 p.46), «Um mercado electrónico é uma plataforma tecnológica na internet que permite por em contacto uma comunidade de compradores com uma comunidade de vendedores tendo por objectivo a troca de informação sobre produtos e serviços». Entendemos a pertinência desta definição de “mercado electrónico” como uma oportunidade de compreendermos a importância desta variável do negócio de forma mais abrangente e socialmente aberta.

Certamente que os mercados electrónicos assentam em estratégias que têm como finalidade abrirem novas oportunidades de negócio. Consideremos esta finalidade

como uma ferramenta que em certa medida se poderá aplicar de forma mais abrangente, atribuindo-lhe a importância necessária ao nosso objectivo.

Não obstante, não pensamos os mercados electrónicos como tratar-se de um negócio, mas sim de um formato que nos permita criar premissas para a implementação de uma estratégia que vai de encontro aos nossos objectivos e que são a optimização do micro espaço geográfico no seu potencial produtivo, assim como ajudar a travar o processo de desertificação e despovoamento do interior do país.

Trata-se por isso da criação de estratégias que indiciem na criação de modelos entre as Universidades públicas e os espaços locais afastados das suas áreas de conforto e por isso mais deficitários de apoio estratégico e científico para o seu desenvolvimento e criação objectiva de riqueza.

Os ambientes interactivos, que poderão ser presenciais e até virtuais propõem-se à reformulação de EI (Espaços Interactivos) para a criação de condições de partilha de informação estratégica e científica à semelhança de comunidades de prática (CdP) (Wrenger, 1998).

Consideramos que o importante neste processo não será propriamente o princípio de funcionamento e objectivo, mas no essencial tivemos em conta o conceito, ou seja, estes espaços interactivos serão considerados importantes no sentido em que servirão de espaços readaptados que permitam a comunicabilidade através das novas tecnologias disponíveis, como poderemos verificar mais adiante.

Gasparetto (2006), a este propósito, refere que a necessidade de disseminação e ampliação do conhecimento humano impôs o surgimento de várias opções de medias electrónicos que tornam possível o acesso a um mundo de informações outrora jamais imaginado, como, por exemplo, o ensino à distância por videoconferência, internet, etc. A simplicidade desta reflexão acerca das novas tecnologias permite-nos um pensamento quase básico acerca do assunto pois as novas tecnologias de comunicação e informação, permitem um diálogo constante, rápido e eficaz entre as partes interessadas num determinado assunto. Ora, estas redes de relacionamento e de interesse para o nosso estudo, mostram-se fundamentais no desempenho e relacionamento que se pretende entre a Universidade pública e a área geográfica que se afasta da sua área de conforto.

As instituições de ensino superior, com maior responsabilidade ajustada às Universidades públicas deverão passar por ciclos de transformação, fortalecendo os laços com o meio social, acompanhando as grandes mudanças tecnológicas que

se mostram fundamentais para a melhoria no desenvolvimento dos espaços remetidos ao distanciamento e consequentemente ao desconhecimento do seu próprio potencial.

A internet como meio de informação e comunicação em rede, assume-se como uma infra-estrutura fundamental na redefinição das representações existentes acerca da sociedade da informação e actualmente configura-se como ferramenta fundamental e prioritária na investigação científica.

Enquadrado num conhecimento sociológico, esta ferramenta de comunicação e informação define-se como ferramenta estruturante de um conjunto alargado de domínios socioculturais, económicos e políticos na actual conjuntura.

Temos como referência neste nosso estudo a possibilidade de comunicação e formação à distância cujos protagonistas no processo serão as populações e a Universidade pública através dos seus recursos humanos e de excelência. Pensamos por isso que a possibilidade da comunicação e formação à distância poderá ser uma realidade cada vez mais presente neste estudo para um relacionamento eficaz entre estas instituições portuguesas e a comunidade produtora, não obstante ainda na actualidade a credibilidade sobre o desempenho profissional e laboral que caracteriza este estilo de formação continue dividido entre as pessoas.

O "Universia**"**, a rede de universidades presente em 23 países ibero-americanos, e o "**trabalhando.com"**, uma comunidade laboral formada por uma ampla rede de sites associados, lançaram o 1º inquérito de **Emprego de 2013.** Trata-se de um estudo realizado com o objectivo de conhecer as intenções da comunidade educativa universitária em relação à **formação a distância**.

Neste estudo verificou-se que 57% dos estudantes portugueses nunca tinha frequentado um curso ou formação à distância e somente 19% o fizeram. No entanto o mesmo estudo revela que 24% dos universitários ponderam o facto de poder considerar possível recorrer a esta metodologia.

Salientamos como importante que a falta de adesão a este tipo de formação se prende com o facto de grande parte dos inquiridos, 48%, considerarem que este tipo de formação transmite uma imagem laboral negativa sob o ponto de vista social, no entanto, uma parte significativa dos inquiridos, 34%, é renitente ao processo, pelo facto de entender que a falta de contacto pessoal com o docente não dá credibilidade ao tipo de formação. No entanto, 16% dos inquiridos revela falta de condições económicas e 2% limitações tecnológicas.

Outros indicadores importantes que consolidam este nosso estudo têm a ver com a credibilidade deste sistema de comunicação em rede de uma for ma geral no meio académico universitário, quando 77% dos inquiridos consideram que é desvalorizada aquando da procura de emprego assim como 37% considera que a qualidade académica deste tipo de ensino não tem a qualidade suficiente.

Consideramos importante esta referência de dados de inquérito fornecida pela Universia que é uma rede de universidades de língua espanhola e língua portuguesa. É formada por 1242 universidades parceiras de 23 países ibero-americanos que representam 15,3 milhões de professores e estudantes universitários, no sentido de nos ser possível ter uma visão, ainda que não exaustiva acerca da credibilidade da formação e informação em rede, no entanto o objectivo deste nosso trabalho de investigação, não obstante considerar estes indicadores de referência importantes, infere num pensamento algo diferenciado atendendo a que, embora fundamentais para o processo, as TIC são entendidas como o relacionamento humano basilar para a finalidade e o sucesso do trabalho.

Tenderemos a pensar que a ideia de *e-learning* poderá ser uma referencia a este trabalho de investigação, no entanto e sabendo que este processo de ensino á distância caberá efectivamente na compreensão da proposta, revela-se como fundamental a finalidade se estruturar através do contacto Universidade / comunidade de forma presencial com apoio de ferramentas on-line que permitam um contacto simultaneamente personalizado e através das TIC como poderemos verificar ao longo deste estudo.

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

CAPÍTULO 2

A MISSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO FUTURO

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

2.1 RESUMO DO CAPÍTULO

Compreender aquilo a que hoje se chama de geração Europa, contrapondo com as condições físicas, sociais e económicas de cada país será fundamental para a abordagem crítica do fenómeno. As práticas políticas são actualmente diferentes e poderão obviamente ser postas em causa questões relacionadas com o sucesso de um projecto global que pretende de certa forma equilibrar valores e não mais do que alterar a estrutura dos cursos universitários sob o ponto de vista metodológico e administrativo, princípios e aprendizagens comuns de forma a possibilitar a mobilidade europeia e a equidade de valores.

Caberá aqui referir que os espaços e as condições físicas na sua componente estrutural não serão de facto o valor mais importante deste processo de transformação, mas sim o aproveitamento de uma abordagem tecnológica que permitirá avançar a ideia da revolução na entidade universitária como uma central de ensino e de relacionamento em contraponto com a possibilidade de uma relação em tempo real no processo de aprendizagem e de desenvolvimento das sociedades mais deficitárias, sob o ponto de vista da economia, como será o caso de Portugal.

Por isso, o Processo Bolonha terá todo o interesse em ser considerado neste contexto, não pelo seu formato estrutural e de alteração orientadora, mas sim pela oportunidade de revolucionar a estrutura da Universidade pública na sua funcionalidade de princípios éticos e de relação com o mundo produtivo no micro espaço geográfico. Este capítulo pretende de certa forma explorar a hipótese de integração, não somente do aluno universitário, mas também da instituição protagonizada pelos seus investigadores na conjuntura social de produção, retirando esses valores humanos do espaço protegido da muralha que circunscreve o “campus universitário” e se obrigaria a remeter a sua sabedoria de excelência para o espaço e micro espaço geográfico produtivo, no seu sentido prático e da produção da riqueza.

Tentaremos fazer referencia tão aprofundada quanto possível a todas as variáveis que envolvam as transformações no ensino universitário e as consequências implícitas á estrutura da universidade em Portugal e na Europa, confrontando a Universidade pública portuguesa face aos novos desafios e às profundas mutações,

nomeadamente, uma visível procura do ensino superior como suporte aos desafios sociais e profissionais, com uma abertura óbvia da universidade ao espaço Europeu, assim como a abrangência do processo de aprendizagem sob o ponto de vista da investigação e a utilidade pública. Enquadrar os pressupostos de Bolonha no estreitamento da relação com o mundo empresarial e do trabalho, no sentido do equilíbrio entre a produção do saber universitário e o sistema económico e social, apelando às variadas missões da Universidade como elemento transmissor do saber, dando importância á componente da missão científica e profissional como elemento fundamental para a produção no micro espaço geográfico, no sentido de criar lógicas de transversalidade entre a missão científica da Universidade pública e a sua missão profissional. Construir uma interdisciplinaridade entre conhecimentos científicos e não científicos que permitam uma abordagem socioeconómica ao nível do conhecimento local e regional de forma a interpretar um desenvolvimento sustentável e consistente.

Compreender a comunicação entre as universidades portuguesas, na perspectiva de orientar uma investigação adaptada às necessidades e potencialidades de produção local, com base em ajustamentos no que toca a sistemas de comunicação organizacional, serão possibilidades para uma conclusão e tentativa de criação de um formato que permita a organização dos espaços e suas funções determinadas, impondo uma estrutura física e adaptada a uma perspectiva de futuro no sentido de consolidar uma relação forte entre as infra-estruturas possíveis, inerentes ao micro espaço geográfico, assim como as perspectivas de produção e optimização da rentabilidade local.

Pretendemos neste capítulo, de certo modo explorar tanto quanto possível uma observação ajustada às realidades existentes de forma a permitir propostas aprofundadas no que toca a uma relação íntima entre as realidades político-sociais e as infra-estruturas residentes em cadastro, ou seja, regular o sistema científico e de investigação aos espaços, com base em infra-estruturas adaptadas e inseridas em contexto geográfico, sem agredir a paisagem e respeitando os princípios básicos da história e cultura locais.

Desta forma, estudar o cadastro e as suas capacidades de adaptação a projectos inovadores, conjugando a realidade física com as novas tecnologias e interagindo com o mundo da produção seriam objectivos de uma realidade a curto prazo.

Propõe-se neste capítulo de investigação reflectir acerca da inércia que se tem verificado ao longo dos anos e que assenta na base de um processo cultural

fechado sobre si mesmo que tem minimizado o conhecimento e a tecnologia desenvolvidos nas Universidades públicas portuguesas de forma a garantir o serviço que deveria prestar á produção local e geograficamente localizada, no sentido de apoiar os vários segmentos de actividade social. Compreender se efectivamente as medidas desenvolvidas pelo processo de Bolonha podem ou poderão em futuro próximo colmatar estas lacunas que nos confrontam com a necessidade de uma gestão eficaz de equipamentos e infra-estruturas no sentido da optimização.

Retribuir ao professor universitário a liberdade de discutir e ensinar sem programas pré-definidos mas sim em projectos que reflictam uma orientação ou linha produtiva, visando a produção e microprodução em tempo útil, suportados na sua própria investigação em parceria com as instituições inseridas em contextos locais da micro geografia, que por norma de orientação social não tem, actualmente, qualquer relevância no contexto político e económico do estado.

Comparar atitudes e comportamentos das Universidades nacionais e europeias, seja no estado político, social, económico ou de orientação pedagógica, permitirá uma análise tão profunda quanto possível, propondo uma atitude proactiva, relativa ao fenómeno associado á produção e consequentemente á necessidade de uma "revolução" descentralizadora do mundo da investigação universitária.

2.2 INTRODUÇÃO AO CAPÍTULO

Os desenvolvimentos políticos e sociais dos últimos anos têm vindo a colocar à Universidade desafios exigentes na sua missão. Esta Universidade que falamos, apesar de ser a instituição por excelência de conhecimento científico vai-se transformando num alvo cada vez mais assertivo da crítica social, isto porque de forma acentuada a relação entre o conhecimento científico e a sociedade, impõe-se como uma referência orientadora de forma a criar novas concepções.

Valorizar a ciência e a pesquisa começa a ser uma referência na cultura das Universidades e na economia de qualquer país. As solicitações levadas a cabo por governos e empresas começam a avolumar, pois inicia uma tomada de consciência que este trabalho desenvolvido nas Universidades em geral e muito particularmente nas Universidades públicas, faz parte de um processo de desenvolvimento do país incontornável na modernidade. Oliveira (2000, p.107) refere,

> Actualmente, confrontamo-nos com aquilo a que de forma algo *sui generis* consideram a "Universidade de Investigação" com base em Centros de Investigação e que assumem a ideia de uma certa autonomia científica, administrativa e financeira, funcionando dentro das infra-estruturas da Universidade, concorrendo portanto a projectos no mercado aberto com empresas e instituições de consultoria.

O futuro tenderá a uma Universidade pública com características mais centradas no processo produtivo associado a uma sociedade do conhecimento disponibilizando-o com base no seu uso de forma competitiva e assente essencialmente nas inovações tecnológicas, não obstante, podermos pensar que neste contexto o conhecimento produzido nas Universidades públicas entrará num círculo competitivo onde a apropriação dos privados terá também ela uma palavra a dizer.

Singer (2001) afirma que hoje vivemos um mundo onde as Universidades interagem com a comunidade, onde o que sabemos é mais importante do aquilo que possuímos, transformando estas Universidades em algo de muito importante para o desenvolvimento da produção no patrocínio da riqueza, da tecnologia e das artes. Morgado (2009, p.46) cita,

> Nas últimas décadas do século XX por condicionalidades várias, o Estado revelou-se inoperante no que tocava a uma relação estreita entre a Universidade pública e a sociedade em geral, criando desta forma regulamentações que remetiam as suas responsabilidades para a sociedade e para o mercado, estruturando uma gestão das instituições num formato de "regulação mercantil".

A missão da Universidade pública portuguesa no futuro poderá remeter-nos para um pensamento de gestão do saber algo diferenciado do actual, transformando-se num elemento produtivo onde o conhecimento e a informação poderão funcionar como um reforço da responsabilidade social da Universidade pública, somente através dessa responsabilização ela poderá lutar eficazmente pela sua legitimidade (Santos e Filho, 2008).

2.3 A UNIVERSIDADE PÚBLICA COMO ELEMENTO ALTERADOR NA PRODUÇÃO

Neste início de um novo século, as mudanças nas instituições são cada vez mais complexas e constantes, donde que, tal situação implica decisões firmes na sociedade e nas organizações. O processo de informação determina celeridade nos juízos do panorama socioeconómico em que actualmente se enquadra a sociedade portuguesa, encaminhando-nos para um avanço desmesurado da ciência num mundo de incertezas e desconfiança relativamente às lideranças e às decisões.

Relativamente a esta questão da importância da Universidade como elemento alterador, ou da mudança na produção, entendemos estar directamente ligada ao facto de todos os elementos sociais e humanos se encontrarem em dois "patamares" para a compreensão de tal desencontro de vontades.

Este choque com o futuro que poderá descrever-se como a tensão arrasadora e a desorientação causadas aos indivíduos ao submete-los a excessiva mudança num curto espaço de tempo, circunscreve certamente uma visão algo realista da problemática em questão, ou seja, a que ponto crítico ou não as Universidades públicas portuguesas estarão preparadas, sob o ponto de vista da sua gestão para encarar a necessidade de intervenção pró-activa e dinâmica na sociedade, não somente na área do conhecimento científico e investigador mas também na economia, ajustando e apoiando as políticas deficitárias de competência que temos vindo a sentir nos aproximadamente quarenta anos últimos, (Santos e Filho, 2008).

Efectivamente esta mudança da Universidade pública de atitude social poderá ser encarada como algo de estranho num corpo geográfico como Portugal, no entanto e como referência orientadora, determinamos que se trata de um assunto a ter em conta de forma a nortear o nosso trabalho de investigação.

Nesse sentido, a propósito deste choque com o futuro e a capacidade de o encarar de uma forma natural, passará pela criação de um sistema educacional que na sua própria estrutura demonstrasse os impactos de um novo mundo do ensino, criando uma transversalidade entre o universo escolar e de aprendizagem, no caso, o ensino superior universitário, e os actores sociais. Com base neste pensamento, julgamos também que encarar a função da Universidade pública no futuro com uma visão virada para a compreensão das necessidades sociais, aplicando o seu

espectro do saber científico ao serviço de uma produção descentralizada, será efectivamente um pensamento acerca de um futuro que se avizinha incerto e problemático (Toffler, 1987).

Nas últimas décadas as transformações no ensino universitário foram marcadas pela sua mercantilização como já anteriormente referimos, envolveram por isso transformações nos processos de conhecimento e na sua contextualização social numa atitude de mudança irreversível, até porque tudo o que se passou anteriormente quanto á relação da Universidade com a sociedade não foi propriamente uma época de ouro, ou se foi, foi-o somente para alguns. Desta forma os autores colocam algumas variáveis importantes para um enquadramento da Universidade com o universo social no sentido da pesquisa, da formação, da extensão e da organização a fim da criação de condições para a democratização do bem público universitário, ou seja, contribuir realmente para a definição e solução dos problemas sociais (Santos e Filho, 2008).

Propomos que a Universidade pública entenda que a sua sobrevivência somente será uma realidade no futuro se ela própria se envolver na problemática social o quanto possível, no sentido de permitir uma envolvência para a promoção de alternativas na resolução de uma crise circunscrita a várias áreas da sociedade, nomeadamente nos espaço geográfico mais afastado da sua área de conforto, sendo este o assunto que se aborda neste trabalho de pesquisa.

Vivemos um momento de discussão e redefinição da Universidade pública e de quanto ela contribuiu e contribui para a formação do homem ao longo dos anos. Mas o importante em nossa opinião e como refere Ristoff (1999) para assumir o mundo das novas ideias é necessário ter a clareza de que toda a transformação social só é possível por meio da educação. E a educação precisa de ser um processo constante de ensinar, criar e aprender sobre a cultura e os seres humanos, reside no facto de compreendermos a Universidade para além das suas actuais e formais competências, onde a ciência e as tecnologias associadas à excelência serão determinantes para a inclusão dos recursos universitários públicos na problemática da sociedade actual, ou seja na construção de um novo formato para a gestão dos recursos universitários no que toca ao seu potencial e na sua relação com a sociedade e o meio geográfico.

Na história, a Universidade surge nos conventos, por obra dos judeus e muçulmanos assim como na filosofia clássica dos gregos, passando a ser um instrumento da criação do saber que serviria o mundo e que surgiu entre o fim do

feudalismo dogmático e a consolidação do liberalismo capitalista, evoluindo principalmente na segunda metade do século XX, onde se notou o seu período de maior crescimento, não somente como instituição implementada, como também um desenvolvimento acentuado no número de Universidades associado a uma massificação no número de alunos, professores e gestores. No entanto, este período também se marca pelos piores motivos, a acomodação, retirando à Universidade o papel de interventora na sociedade, passando a ser o suporte para o estabelecimento da carreira de professores, encaminhando uma tendência para um percurso docente mais vocacionado para a política e carreirista, onde os interesses pessoais se sobrepõem aos interesses institucionais, numa clara influência da sociedade imediatista e materialista, que ainda fazem parte da dinâmica da Universidade pública neste início do século XXI, desta forma poderá ter que alterar completamente a sua postura, impondo-se por isso uma nova realidade. A velocidade das mudanças estruturais da sociedade e a complexidade macro ambiental arrastam consigo a Universidade numa crise instituída e civilizacional, obrigando-a a encarar problemas que terá que solucionar.

A economia baseada no conhecimento exige efectivamente um elevado capital humano e um empenho da parte da Universidade pública no sentido da criação da eficiência na proposta de produtos e serviços, transferindo capacidades cognitivas para a produção, micro produção e empregabilidade assim como na optimização do espaço geográfico descentralizado e desviado dos grandes centros urbanos, acentuando uma função eficaz e optimizada.

A sobrevivência da Universidade passa por três ideias fundamentais - Sociedade da informação; economia do conhecimento e inovação da gestão. Entendemos pois que, entre outras, estas variáveis são fundamentais para que a Universidade em geral e muito particularmente a pública da actualidade, que consolide a ideia da sua importância no processo produtivo, procedendo a uma alteração na postura relacionada com o mundo exterior, optimizando as tecnologias da informação e da comunicação disponíveis, assim como assimilar outros formatos de gestão (Buarque, 1994).

A construção de uma modernidade social subordinada à ética e à sustentabilidade, passa pela mudança e adaptação da Universidade, assumindo a sua própria existência como uma referência para encarar os embates do século XXI. Desta forma, a necessidade de uma reflexão introspectiva da Universidade (Santos e

Filho, 2008) principalmente a pública, poderá colidir com a importância de uma substancial mudança na sua atitude e gestão.

Tendo como ponto de partida para nossa discussão as variáveis expostas no parágrafo anterior e deixando de parte a base deste item de investigação, entendemos pertinente uma abordagem mais detalhada acerca de cada uma destas variáveis e tentaremos por isso compreender cada um destes pontos que consideramos importantes e que implicações terão no sentido de entender a potencial alteração do processo produtivo, tal como temos vindo a referir.

Quanto à ***Sociedade da Informação e comunicação*** associado ao processo produtivo e promoção do trabalho de desenvolvimento da Universidade pública portuguesa poderemos considerar que esta começa a ocupar um espaço importante e a fazer sentido na era da modernidade.

A Universidade pública poderá, na nossa perspectiva, que ter em conta um novo cenário no contexto de uma sociedade do conhecimento digital e terá que aproveitar tanto quanto possível, pois o mundo da actualidade confronta-se com mutações sociais que se deslocam no tempo a uma velocidade estonteante, confrontando-nos com uma configuração de paradigmas sociais e civilizacionais.

Actualmente a automação e a informatização dos processos produtivos obriga todos sem excepção a uma rápida adaptação, sob pena de nos encontrarmos fora do mundo visível e real. Afirmarmos hoje que vivemos numa sociedade do conhecimento e da informação é algo que já não necessita de esclarecimento adicional, a Universidade em geral e principalmente a pública, terá como obrigação alimentar e sustentar essa mesma sociedade do conhecimento, suportando assim uma tarefa algo particular.

A questão que se prende com a globalização e toda a influência que as tecnologias de ponta têm na sua implementação e que toca em todos os pontos humanos e sociais, prepara-nos efectivamente para uma nova ordem no sentido de criar condições para uma aprendizagem e domínio do conhecimento mais abrangente sob o ponto de vista humano, preparando-nos para um diferente ordenamento das sociedades e consequentemente do mundo. Costa (2002, p.1), a este propósito, refere,

> A globalização é a mundialização dos mercados com novas exigências e factores de competitividade, está sempre presente nos acontecimentos em qualquer parte do

mundo e em tempo real, numa atitude de circulação e apropriação da informação, ficando excluídos todos aqueles que não conseguirem mobilizar os seus recursos.

No contexto, entendemos que nesta questão da relação social com os inovadores formatos de informação e comunicação, a Universidade pública deverá criar sinergias de cumplicidade com as tecnologias digitais no sentido de aceder a outras formas de distribuição e acesso ao conhecimento, ampliando a sua performance no domínio de competências específicas, evitando assim correr o risco da exclusão digital nesta sociedade que cada vez mais se determina como global.

Nos últimos anos, o fraco crescimento da economia, levou a que muitos portugueses optassem por refazer as suas vidas. Actualmente em Portugal é cada vez mais claro que, para uma economia mais competitiva tem de concentrar grande parte dos seus recursos no campo da inovação tecnológica e no desenvolvimento de formatos diferenciados de comunicação com o mundo produtivo. Poder-se-á levantar a questão acerca do incentivo ao investimento nessas mesmas tecnologias. Nos dias que correm a inovação tecnológica abrange diversas áreas, desde a robótica há electrónica, passando pelo meio ambiente e acabando na indústria mecânica, no entanto entendemos que a facilidade na comunicação determina um ponto de viragem para as finalidades que colidem com a produção, ou micro produção em espaço geográfico do interior, tal como temos vindo a referir.

As taxas de utilização do TIC pelos jovens portugueses são das mais elevadas entre os países europeus. Chegou-se a esta conclusão após a divulgação dos relatórios do Instituto Nacional de Estatística de 2010 e da Agência para a Sociedade do Conhecimento (UMIC), os resultados indicaram que entre os jovens dos dez aos quinze anos, 91% utilizam internet. Destes jovens, 96% utilizam computador e 92% têm acesso ao computador em casa. Registou-se ainda um aumento de utilizadores de mais de 24% desde 2005.

Para além dos relatórios do INE (2010) e da UMIC (2010), foram ainda realizados inquéritos através do projecto EU Kids Online (2009) e um estudo por parte da OCDE (2010) que consistiu numa pesquisa europeia sobre usos seguros da internet o de novos media por jovens (*Programa Safer Internet Plus*), concluindo que Portugal vem em quinto lugar, entre vinte e três países, relativamente ao número de contactos que os jovens têm nas redes sociais.

Os dados de 2009 do Programa para Avaliação Internacional de Estudantes realizado pela OCDE mostram que 54% dos jovens portugueses usam o correio

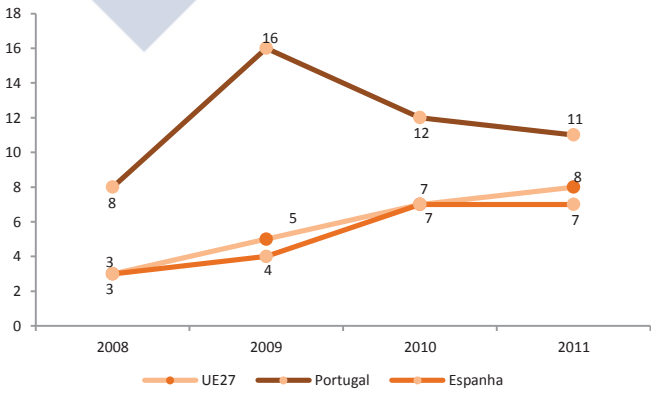
electrónico para falarem entre si entre outros assuntos trabalhos relacionados com a actividade escolar, o que os coloca numa posição de destaque em relação aos jovens dos outros países da UE.

Estas familiaridades com as tecnologias de informação e comunicação (TIC) em Portugal têm-se desenvolvido sobremaneira nos últimos anos, transformando-nos num dos maiores consumidores da Europa, se não vejamos dois exemplos, que embora pareçam distantes na finalidade, indicam esta afirmação como apreciável. Na última actualização de dados de 5 de Janeiro de 2013 através do Instituto INE (2013) a proporção de declarações fiscais de Imposto sobre Rendimento de pessoas Singulares (IRS) entregues *on-line* no Continente português, estabelece-se nos 82,6%. No entanto, e na tentativa de fiabilizar estes dados contextualizando-os no cenário europeu (UE27), e por comparação, verificamos que também nas taxas de penetração na população de banda larga móvel no Estados Membros da União Europeia - Serviços dedicados a dados, no quarto trimestre de 2011, Portugal se encontra bem posicionado, tendo 11 utilizadores por 100 habitantes, contrapondo, numa visão geoestratégica, com a Espanha, que se posiciona com sete utilizadores por cem habitantes, também na mesma data e com base nos dados de resultados do mesmo levantamento, conforme expressa a figura 02.001.

Figura: 02.001

Penetração na população de banda larga móvel Serviços dedicados a dados 4º Trimestre de cada ano, Número de utilizadores activos por 100 habitantes

Ano	EU 27	Portugal	Espanha
2008	3	8	3
2009	5	16	4
2010	7	12	7
2011	8	11	7



Fonte: Elaboração própria. Dados, COCOM, DG INFSO e Comissão Europeia (2012)

Na sociedade actual, o conhecimento digital se renova e se expande de uma forma quase imparável e ao mesmo tempo se complexifica num contexto de contradições sem precedentes da civilização humana, onde julgamos estar perante dados que permitirão pensar que Portugal e o cidadão português, tal como as Universidades poderão ser também eles, responsáveis pela competitividade, sendo capazes de se movimentar neste fenómeno da globalização, dominando a relação entre eles e com os outros, seja a nível cultural ou produtivo e este procedimento em nosso entender terá que nascer através das nossas Universidades e em particular as públicas.

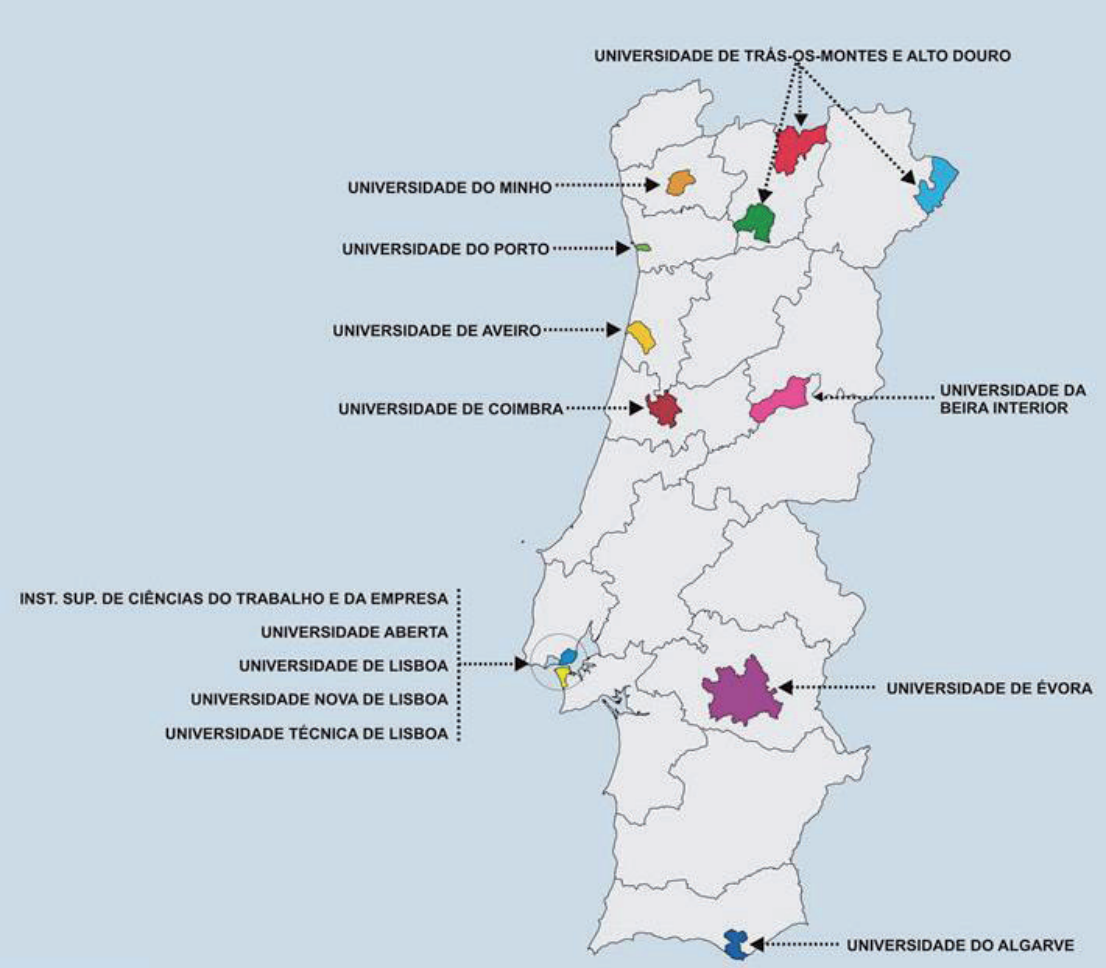
Quanto à ***Economia do Conhecimento***, há uma necessidade de atribuir à Universidade pública, para além dos seus usos de ensino e investigação, também tarefas que impliquem uma maior abrangência nas suas atribuições de funcionalidade, nomeadamente prestação de serviços directamente dirigidas para a comunidade, pois perante a constatação do ensino superior em Portugal nas última três décadas teremos que reflectir acerca dos caminhos que se poderão traçar para as instituições do ensino superior e qual o seu papel no desenvolvimento na economia do conhecimento.

O ensino superior em Portugal tem sido palco de mudança no trajecto dos últimos trinta anos. Enquanto nos anos sessenta, o panorama institucional era reduzido a quatro Universidades públicas sediadas nas cidades universitárias de Lisboa, Porto e Coimbra, a paisagem dos anos 1990 evidencia uma diversificação institucional marcada pela coexistência de Universidades e de Institutos Politécnicos, uma multiplicação de centros de ensino superior e de polos descentralizados por todas as cidades do país e uma concorrência crescente de instituições públicas, privadas e cooperativas (Carneiro, 1998).

A questão que se poderá eventualmente colocar é se na actualidade, o mundo académico não estará não somente massificado em termos de procura mas também em termos de oferta. No entanto as questões problemáticas ainda não deixaram de existir, como sejam a desertificação e despovoamento do interior do país. As figuras seguintes que nos permitem ter uma visão abrangente da distribuição das infra-estruturas do ensino superior universitário e politécnico, público e privado no território nacional, tal como sua evolução.

Figura: 02.002

Localização geográfica do ensino superior universitário público. DGES, Direcção de Ensino Superior Ministério da Educação e Ciência



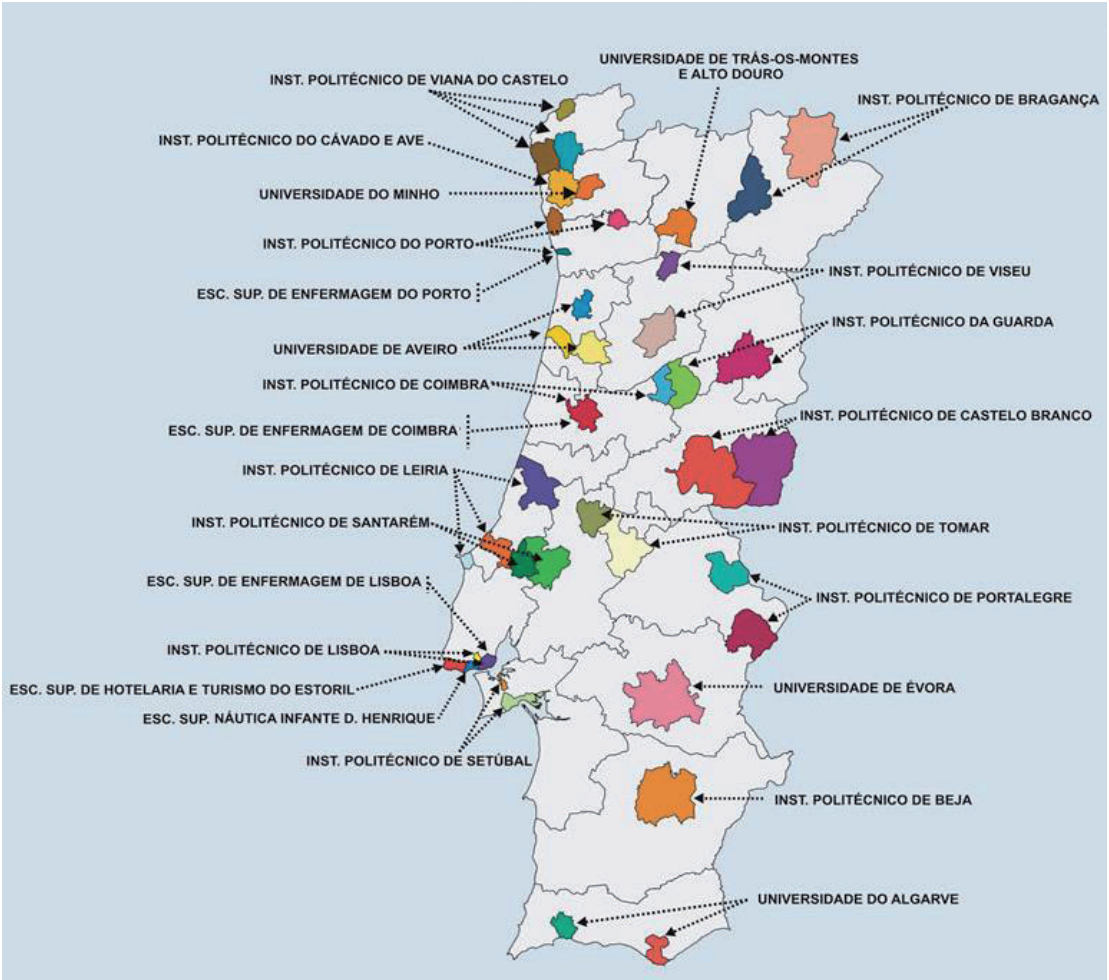
Fonte: Elaboração própria. Dados, http://www.dges.pt

Não obstante, e como temos vindo a referir, ser visível uma tendência na geografia para a centralização do ensino universitário se deslocar para o litoral do país, poderemos verificar que nos mais de trinta anos últimos se apurou uma tendência para uma democratização do ensino universitário através de uma redistribuição das infra-estruturas, no sentido de, na altura, corrigir problemas do despovoamento e outros que estavam directamente ligados à economia e desenvolvimento do interior do país.

Importa por isso avaliar a evolução do ensino superior, não somente universitário mas também em outras variáveis de ensino público, como e ensino superior politécnico, conforme mostra a figura 02.003.

Figura: 02.003

Localização geográfica do ensino superior politécnico e universitário público. DGES, Direcção de Ensino Superior - Ministério da Educação e Ciência



Fonte: Elaboração própria. Dados, http://www.dges.pt

Como se torna visível na figura 02.003, nos últimos quarenta anos Portugal desenvolveu uma rede de substancial dimensão, relativamente ao espectro de infra-estruturas dedicadas ao ensino superior politécnico que segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo que visava proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolvendo a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar dos conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de actividades profissionais. O ensino efectivamente criado em 1977, como ensino superior de curta duração.

Ao ser criado em este ensino tinha em vista a formação de técnicos de nível médio que deixou de ser realizada com a extinção do ensino médio a seguir a 1974.

Em 1979, passou a designar-se ensino superior politécnico associado ao universitário, não obstante, e na prática a diferença entre os dois subsistemas do ensino superior ter acabado por se tornar muitas vezes subtil e apenas teórica, uma vez que o ensino politécnico se tem afastado da sua finalidade original e aproximado do ensino universitário (DGES, 2013).

Em relação ao ensino universitário, essencialmente, hoje em dia as principais diferenças do ensino politécnico são o facto de este não conferir o grau de doutor, de não dar formação em certas áreas tradicionais do saber (como a medicina e o direito), de ter maior prevalência de cursos superiores de curta duração (antigos bacharelatos e novas licenciaturas) e ter frequentemente regimes de acesso em que é dada preferência às candidaturas de âmbito regional.

Existe uma visível evolução e proliferação de Institutos Politécnicos que cobrem praticamente toda a área geográfica do país. Importa por isso avaliar as trajectórias ao longo do tempo deste ensino superior, quais as finalidades e o seu papel numa economia do conhecimento (DGES, 2013).

Através do Decreto-Lei n.º 271/89 de 19 de Agosto que aprova o Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo, determina que pelo importante significado e relevante interesse público do ensino superior, torna-se necessário que também neste domínio se criem condições para o desenvolvimento de iniciativas privadas que, correspondendo a interesses socialmente válidos, possam enriquecer o quadro desse nível de ensino em Portugal.

Determinava também que motivos históricos, fundamentalmente de natureza cultural, não proporcionaram, o aparecimento e desenvolvimento de iniciativas de significativa expressão no âmbito do ensino superior particular e cooperativo.

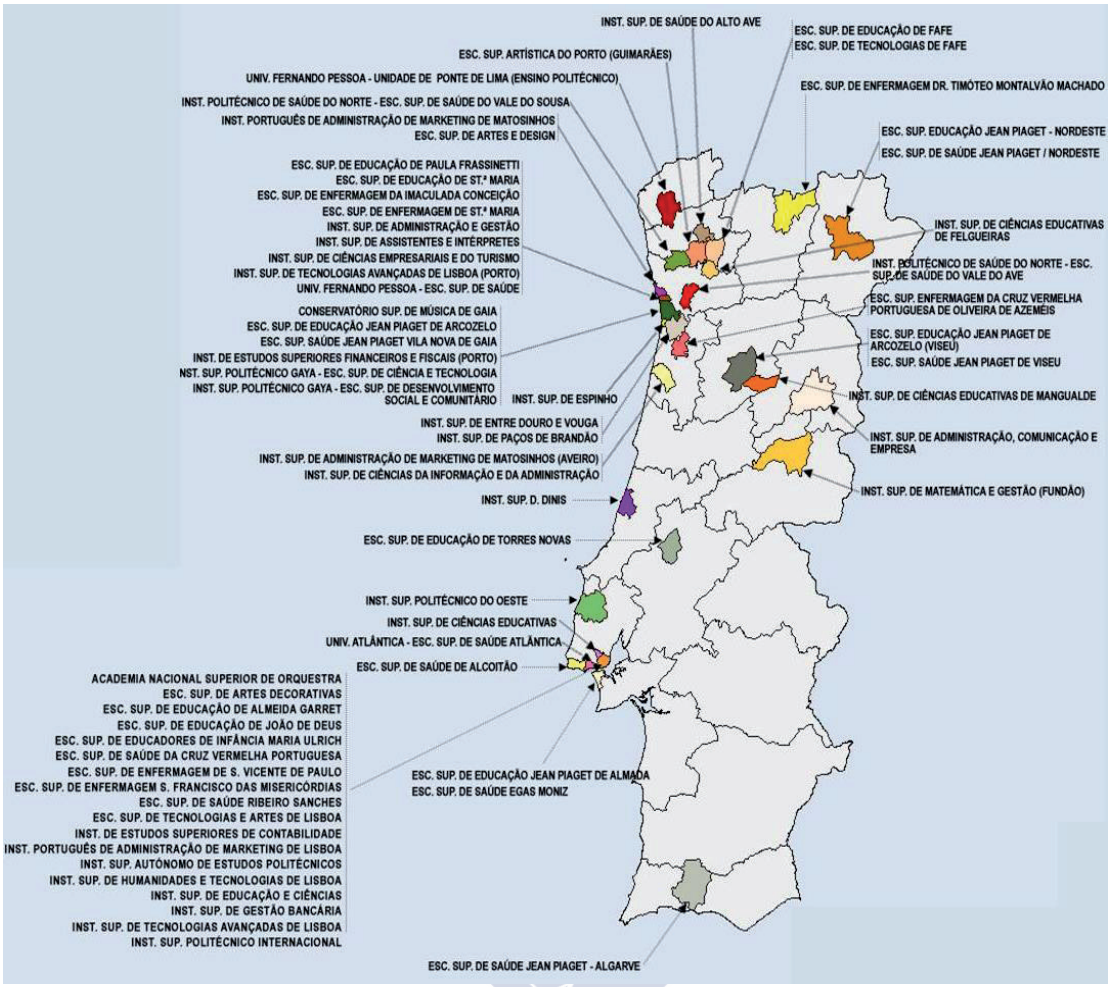
Com excepção da Igreja católica, o Estado tem assumido tradicionalmente a responsabilidade pela criação de instituições de ensino superior. No entanto, num mundo em acelerado processo de mutação, as instituições particulares ou cooperativas de ensino superior, porque oriundas da iniciativa social, poderão e deverão, decididamente, dar o seu contributo para um contínuo desenvolvimento e aperfeiçoamento do saber, assim elas se empenhem em criar e dinamizar projectos que correspondam às necessidades de modernização e desenvolvimento científico e cultural do país. Por outro lado, também a este nível urge criar condições de expressão da liberdade de aprender e de ensinar e do exercício do direito do cidadão a escolher a sua via educativa, princípios que, consagrados na Constituição da República Portuguesa, devem perpassar em todo o sistema educativo.

Claro que, não obstante as "boas intensões da Lei", confrontamo-nos com uma situação de proliferação de ensino superior privado e do Estado que antes de mais, se tem demonstrado um nicho e oportunidade para o negócio. O que de forma alguma poderá ser colocado e causa, ou até contrariado numa sociedade democrática e capitalista. No entanto, o resultado tem-se demonstrado catastrófico sob o ponto de vista das necessidades, ou seja, o território nacional confina-se a aproximadamente 1/3 do seu espaço real, independentemente dos esforços que se tem vindo a desenvolver no sentido de evitar uma emigração acentuada das populações do interior para o litoral.

O espelho demográfico do interior de Portugal tem vindo a ser discutido e encarado com extrema preocupação por estudantes e investigadores de várias áreas do conhecimento, como Morais (1964); Marques (1985; Candeias at al. (1996), onde já é possível observarmos uma população envelhecida e uma taxa de fecundidade de 1,37 por mulher. Muitos debates têm analisado as consequências para a sustentabilidade do Estado social que prevê, em 2030, uma população que, com mais de 50 anos de idade poderá representar 50% da população nacional, contrapondo os actuais 38% e na qual uma em cada quatro pessoas terá mais de 65 anos, a verdade é que os desafios demográficos não parecem fazer parte activa da agenda política do país e as Universidades públicas do Interior continuam sem cumprir a uma das suas missões fundamentais.

Figura: 02.004

Localização geográfica do ensino superior particular e cooperativo. DGES, Direcção de Ensino Superior Ministério da Educação e Ciência



Fonte: Elaboração própria. Dados, http://www.dges.pt

Se verificarmos atentamente os mapas anteriores, figuras 02.002, 02.003 e 02.004, conclui-se que Portugal é um dos países da União Europeia que maior cobertura terá de ensino superior, incluso politécnico e universitário distribuído no seu espaço geográfico por quilómetro quadrado, donde que, e numa lógica de abrangência geoestratégica, não deveríamos colocar o problema do despovoamento. Estaremos provavelmente com uma dificuldade de gestão de recursos e necessidades ao nível da produção e do potencial produtivo de cada espaço geográfico regional do país

que, tem levado as políticas sociais e económicas a centralizar de forma "leviana e inconsistente" todo o investimento na excelência e produção científica no litoral do país, não obstante termos consciência que independentemente das lacunas, esta problemática poderá apresentar, c abe-nos reconhecer que as instituições de ensino superior, enquanto organizações, têm revelado óptimas métricas em avaliações internas e externas, como teremos oportunidade de verificar mais à frente e durante o desenvolvimento deste trabalho, o que efectivamente lhes tem dado uma acentuada capacidade de sobrevivência, com base numa gestão eficaz e socialmente incisiva do conhecimento.

Entendemos que a avaliação do ensino superior universitário em Portugal se define como um segmento que, pela natureza da sua actividade poderá suportar uma maior eficácia na gestão do conhecimento, pois traduzirá o seu saber em actos concretos que permitam a optimização de uma determinada organização dentro de um contexto real e adaptado.

Eiriz, Simões e Gonçalves (2007, p.164), em nota conclusiva, referem que «após uma análise recolhida através de questionário constatou-se que a falta de motivação das pessoas a partilhar o seu conhecimento é obstáculo aos agentes de investigação do ensino superior, sejam universitários ou do politécnico».

Depois de uma análise factorial dos dados que dentro destes obstáculos tornam-se relevantes a variável da liderança da própria organização que deverá implementar sistemas que comuniquem claramente os benefícios de gerir o conhecimento, concebendo o reconhecimento nas pessoas, de forma a estas partilharem o seu próprio saber.

Desta forma, entendemos concluir que esta postura terá que alterar-se de forma a construir uma relação eficaz entre o produtor e o investigador, aliás como se tem mostrado a linha orientadora deste nosso estudo.

A comunicação também se torna relevante como veículo a esta questão da gestão e economia do conhecimento, pois através dela poderemos incentivar a transmissão e absorção deste conhecimento de forma eficaz e permanente, como referem Eiriz, Simões e Gonçalves (2007, p.164) «a disposição dos espaços físicos, o desenho dos canais de comunicação e a estrutura organizacional devem ser facilitadores da gestão do conhecimento, incentivando a tradução desse conhecimento em acções concretas e rentáveis para a organização».

Ora, entendemos igualmente este factor da comunicação como fundamental para que o processo de produção e relacionamento entre o saber científico representado

pelo ensino superior e muito concretamente pela Universidade pública e o produtor, independentemente do distanciamento físico e humano consigam eficazmente a transmissão do conhecimento e consequentemente de saberes fundamentais para o desenvolvimento do processo produtivo.
A organização, através dos seus recursos também se demonstra como um factor determinante para a produção com base numa organização sedimentada, sendo para isso necessário a criação de apoio da tecnologia e dos sistemas de informação compatíveis com a gestão do conhecimento através de recursos organizacionais, (Eiriz, Simões e Gonçalves, 2007).
A conjugação dos recursos, sejam humanos ou tecnológicos serão parte integrante de um processo de desenvolvimento para uma comunicação assente numa partilha do conhecimento em espaços físicos virtuais.

Quanto à **Inovação da Gestão**, a Universidade pública poderá reorientar-se para ser um instrumento dos sonhos deste século, saltando da certeza à dúvida, do materialismo aos valores culturais, da evolução teórica das ideias, da modernidade técnica à modernidade ética, da utopia dos meios à utopia dos fins, do nacionalismo dependente a um cosmopolitismo diversificado, da prioridade à economia para uma preferência ao desenvolvimento sustentável.

É constatável que, segundo este pensamento a Universidade do futuro terá que se reestruturar, criando mecanismos que lhe permitam uma mudança de gestão de facto. A saída das suas portas de defesa terá que tornar-se uma realidade, assim como o contacto com outras experiências na transmissão do saber, principalmente àqueles que por norma não têm qualquer contacto com a excelência do ensino superior e consequentemente os seus resultados práticos (Buarque, 1994).
Esta visão do ensino universitário e muito concretamente o público, poderá colocar-se na vanguarda do apoio à produção e optimização dos seus valores intrínsecos a cada espaço geográfico que extravasa o seu espaço de conforto, aceitando desafios e dificuldades, consolidando a sua verdadeira razão de existir com base no conhecimento e imprimindo a qualidade de apoio ao desenvolvimento sustentável.
Moritz (2004) refere que a Ciência Administrativa vem recomendando a utilização de ferramentas de gestão estratégicas e de inteligência competitiva nas instituições e no caso a Universidade pública incluída, enfrentando assim os desafios que se colocarão num futuro próximo e que incluirá a Universidade pública em cenários que poderão ser adversos à sua própria existência.

Não obstante, poderemos pensar que a segunda metade do século XX foi um período de grande crescimento para as Universidades portuguesas que em toda a Europa revelam um crescimento notório, a avaliar pelo número físico de instituições de ensino superior, assim como a massificação do número de estudantes. Poderemos quase afirmar que se tratou efectivamente do "tempo da Universidade", no entanto, durante os últimos anos do século XX essa realidade transformou-se naquilo que hoje poderíamos chamar de pesadelo para todo o ensino superior em Portugal que acabou mergulhado na sua própria crise. No entanto, a inovação da gestão das Universidades e do ensino superior em geral, (incluindo público e privado, tendo em conta que a problemática é de todo abrangente no contexto), torna-se um factor importante para a integração da Universidade num processo de renovação e actualização. Desta forma, a inovação transformar-se-á numa base competitiva das organizações e da sociedade, obrigando a alterações no padrão e nas metodologias ligadas á investigação. E essa alteração assenta no essencial, nas tecnologias associadas aos padrões de gestão, como por exemplo, ao nível da produção, o aumento da velocidade de informações e de decisões, o ambiente do ensino a distância (EaD), que actualmente está a modificar radicalmente as relações entre pessoas e instituições, os *chats*, o ambiente virtual de ensino aprendizagem (AVEA), as videoconferências, os laboratórios de Gestão, entre outros (PDI/UFSC, 2009), são estas as tendências da Universidade e ensino superior para o futuro que cada vez se avizinha mais próximo, associadas ao empreendedorismo e ao espírito empreendedor como grande opção do futuro que dirige as suas competências para o raciocínio acerca da inovação com base na criatividade, numa independência assente na inteligência e na excelência ao serviço do desenvolvimento comunitário e regional, alargando o mercado de trabalho e a vontade na residência valorizada pelo surgimento de novas unidades de comércio, de indústria e de serviços no interior do país, porque na verdade é este o problema que tratamos neste trabalho de investigação.

2.3.1 A UNIVERSIDADE PÚBLICA PORTUGUESA E O MODELO EUROPEU

Quase poderíamos afirmar que as Universidades públicas em Portugal e na Europa estão a atravessar um período de transição paradigmática que se prende com a modernidade e a sua adaptação a ela. Estamos por isso, perante uma problemática que atinge não somente a Europa, mas também todo o mundo.

Santos (2011, pag.1) refere «a universidade está a ser confrontada com perguntas fortes para as quais não forneceu, até ao momento, mais do que respostas fracas». Pensamos que efectivamente a Universidade Europeia e muito concretamente a pública portuguesa, que arrasta com ela a responsabilidade representativa intelectual e científica do Estado e das populações, se encontra precisamente nesta encruzilhada de desafios e decisões às quais também não consegue dar respostas, nomeadamente o facto de pensarmos se a Universidade actual, numa conjuntura que encerra em si uma série de problemas, entre eles a incerteza quanto aos projectos europeus, incluso o processo Bolonha, o qual começa a demonstrar algumas fragilidades face a uma crise económica e financeira que actualmente abala os modelos sociais de grande parte dos países da EU e coloca em causa a capacidade das Universidades entrarem num debate sobre modelos de desenvolvimento e paradigmas civilizacionais.

A responsabilidade dos modelos que se vão implementando na Europa levam-nos a crer que como cita Santos (2011 p.5) «sabemos que nunca agimos sobre o futuro; agimos sobre o presente à luz das nossas previsões ou visões do que será o futuro».

Com base nesta visão do presente e do futuro, com a qual concordamos em absoluto, levar-nos-á à necessidade de uma reflexão profunda acerca deste assunto que em muitos casos é caracterizado por actos advindos irreversíveis que poderão reflectir resultados irreparáveis.

Tenderemos a reforçar a ideia da importância da Universidade pública como o veículo do consenso das ideias e das profundas decisões num futuro global e enquadrado numa atitude de união e transversalidade das Universidades europeias no geral, encarando o século XXI como um desafio a enfrentar, não obstante a procura de uma Universidade diversificada e empreendedora que transforme um

futuro diferente para a sua função no seu posicionamento no mundo da aprendizagem num formato competitivo, traçando caminhos de transformações dinâmicas e de mudança estável face a uma concepção inovadora de gestão e pesquisa que consigam fazer colidir as suas ideias em contextos institucionais específicos e em ambientes descentralizados da sua realidade física, seria um objectivo que entendemos como a melhor forma da Universidade pública estender o seu "braço do saber" e excelência e consequentemente introduzir uma outra forma de intervenção social.

Marcando esta realidade relativamente às Universidades públicas portuguesas, temos como referencia o espectro da globalização, na qual se integra o Processo de Bolonha que se propõe como sendo uma área europeia de ensino superior com base num projecto a que chamam de "Europa do Conhecimento" e que sem dúvida tem deixado alguns indícios tímidos de mudança, na esperança de tornar a Europa mais competitiva no mercado da excelência mundial.

No entanto, o Processo de Bolonha, que em Portugal abrange praticamente a totalidade do ensino superior, incorre em alguns riscos que se têm vindo a demonstrar de certa forma pertinentes no decorrer do processo, como uma excessiva padronização que bloqueia o desenvolvimento, a inovação e em certa medida a "personalidade e carácter" que são características que assinalam a notabilidade das Universidades europeias (Santos, 2008).

Analisando este processo de Bolonha com o ensino superior num universo globalizado tenderemos a pensar num conjunto de variáveis que condicionam e complexificam todo o sistema.

Tentaremos confrontar este processo de Bolonha inserido num contexto da globalização que por tendência e circunstâncias se torna cada vez mais uma realidade incontornável sob o ponto de vista político, económico, social e cultural e que, como refere Morgado (2009, pág. 39):

> Na verdade, ao invés de conseguir a desejável integração harmoniosa das economias e uma maior unidade política, social e cultural no mundo, a globalização tem, em muitos casos, contribuído para "impor" determinados padrões e estilos de vida, no sentido de estimular o consumo e a competição desenfreada entre instituições e trabalhadores e para acentuar, de forma dramática, a percepção das desigualdades que continuam a grassar no planeta.

Numa reflexão ao citado, algo abrangente quanto à constituição Europeia, vem no essencial e em teoria propor uma equidade de direitos com base numa pretensa estratégia de unicidade geopolítica. Mas relativamente á matéria que tratamos, ou seja, a transversalidade da política cultural, esta terá um papel decisivo nos efeitos e dinâmicas da globalização, nomeadamente na área de investigação que independentemente do esforço, não prolifera na Europa e muito menos em Portugal (Morgado, 2009).

Nesta conjuntura, deparam-se as Universidades portuguesas com diferentes formatos de gestão que obrigará a gerar fontes de receita para uma sobrevivência no espaço europeu que cada vez mais se torna competitivo, criando sinergias estratégicas para fontes alternativas de financiamento, assumindo o sentido de globalização cultural Europeia num formato transversal e interdisciplinar, gerando o mais possível emprego científico, evitando assim a fuga de valores da investigação científica, que comparativamente á União Europeia demonstra um défice acentuado. Por isso, numa previsão para os próximos anos e admitindo uma taxa de crescimento mais ou menos equilibrada, Portugal apresentará em teoria, um avanço substancial no tocante à Investigação.

Confrontamo-nos por isso, com outras necessidades nos espaços universitários, suas adaptabilidades e suportes tecnológicos que não necessitam de infra-estruturas sobredimensionadas, pelo que, o financiamento destas instituições não terá que ser consequentemente a optimização dos recursos residentes independentemente da dimensão geográfica ou política desse mesmo espaço.

Neste sentido, o Processo de Bolonha poderá apoiar este desenvolvimento de um ensino Universitário localizado, assente na teoria de uma Europa social, enquadrado por exemplo, num modelo de ensino e comunicação virtual, assente numa rede de aprendizagem orientada por professor ou tutor num ambiente interactivo, criando processos de adaptação e consciencialização da sociedade em geral.

Estruturar um projecto educativo eficaz torna-se fundamental para a consolidação de um ensino deste tipo, associado a um corpo docente preparado e competente.

Um país como Portugal tem que estar preparado para enfrentar uma situação de "competição" no sentido de fortalecer e conseguir em tempo útil a fuga de uma periferia Europeia que se revela não somente na localização geográfica mas também no seu poder competitivo.

Os países Europeus evitam desta forma o encerramento sobre si mesmos, ficando a ideia da construção de um estado uno com base numa moeda única e regras bem definidas no sentido da gestão económica e social e de uma geopolítica Europeia que permita a equidade dos direitos, seja humano ou sociais. No mínimo tratar-se-ia desta intenção, não obstante muitas dúvidas quanto á distribuição do poder decisório.

Mas o fundamental neste contexto de união, assenta no nosso ponto de vista na acção cultural e na intervenção das instituições públicas consubstanciadas na política cultural como tema fundamental na matéria de transversalidade. As políticas culturais têm um papel decisivo na gestão dos efeitos da dinâmica de globalização cultural para analisar em cada situação concreta, designadamente, nos balanços entre as tendências para a uniformização e diversificação.

Portugal, não sendo um país central, encontrará maior dificuldade em integrar-se na política cultural da Europa, isto tendo como visão uma crítica sob o ponto de vista geográfico. No entanto, torna-se fundamental analisar a definição dos objectivos da política cultural na União Europeia.

Encontramos ainda na Europa uma manifesta impotência no que toca á investigação protagonizada pela Universidade, por exemplo relativamente aos Estados Unidos da América, devido á qualidade dos seus centros de pesquisa e de elite científica e industrial que se reflecte na capacidade das suas próprias Universidades. Impõe-se por isso que na Europa se criem estratégias de investigação em cada um dos países Europeus, nomeadamente Portugal que nessa matéria está muito aquém dos restantes.

A Europa recorreu a modelos de modernização, nomeadamente na Universidade, ou mais concretamente nas orientações do ensino superior, isto é, no cumprimento de funções pelos actores e pelas instituições para garantir a integração social comum ao espaço geográfico definido por todos aqueles que farão parte integrante do mundo Europeu com a capacidade de adaptação às mudanças efectivamente necessárias.

Em Portugal como na Europa e no mundo assistimos á chamada “descapitalização da Universidade pública”. Este fenómeno que se faz sentir mais concretamente na União Europeia, tem como obvia função a tentativa das próprias Universidades gerarem receitas de sobrevivência, pondo em cima da mesa as suas ideias e os frutos da sua investigação, combatendo num mercado do ensino aberto e sem referências do Estado. Encontram-se portanto, as Universidades Europeias numa

situação que obrigará á criação de estratégias de mercado que porão em causa a sua própria existência e sobrevivência. No entanto, as Universidades públicas deparam-se ainda com um outro problema de concorrência que está actualmente a ser apadrinhado pelas classes políticas, as Universidades do sector privado. No entanto obrigamo-nos a uma comparação com a vizinha Espanha e porque geograficamente se aproxima e onde esta gestão e controlo gozou de maior êxito que em Portugal, não obstante o fenómeno se fazer sentir em toda a Europa. Verifica-se portanto um acentuado crescer do ensino superior não Universitário, virado para o mercado de trabalho.

As Universidades na actualidade tentam responder a este desafio social com mudanças estruturais e criação de outras variáveis de ensino a fim de criar sinergias estratégicas para fontes alternativas de financiamento no mercado, que por exemplo nos Estados Unidos é uma realidade. Hoje no mercado do ensino Universitário nos Estados Unidos o financiamento não ultrapassa os 50% do seu orçamento global. Por exemplo, em Portugal, começam a criar-se fundações ligadas ao sector privado, criadas pelas Universidades públicas a fim de gerar receitas através da venda de serviços, alguns dos quais (cursos de especialização) competem com os que se devem prestar gratuitamente (Santos e Filho, 2008).

Algo preocupante será também a obsessão acerca da confrontação das Universidades Europeias com as Universidades dos Estados Unidos, mas a verdade é esta comparação se torna quase que inadequada tendo em conta que tratamos duas culturas, diria, totalmente diferentes. Corremos sem dúvida o risco de emular uma cultura de gestão que eventualmente nos poderá até prejudicar e cair no erro de nos sentirmos estrangeiros no nosso próprio espaço geográfico.

Numa perspectiva crítica importa numa primeira análise criar um fio condutor de ideias que una todos os aspectos envolvidos de forma a criar uma separação entre a governação, a gestão e a investigação em espaços de raciocínio separados. Dar principal importância á investigação será de todo o caminho a percorrer para uma Europa unida sob o ponto de vista da união e do conhecimento e desta forma ficarmos com uma visão integradora a fim de excluirmos o risco de tomar medidas avulsas e nunca mais nortearmos um caminho que obrigatoriamente terá que ser "comum numa Europa comum" (Ferreira, 2011).

As preocupações tal como as intenções terão que ser globais, quando pensamos numa universidade portuguesa, teremos que pensar logicamente num ensino

Universitário Europeu sem correrrmos o risco de sermos demasiado ambiciosos, mas termos acima de tudo o sentido do conjunto e da globalização cultural.

O mundo académico tem necessidade urgente de adaptação ao sistema comunitário da Europa num formato transversal e interdisciplinar, não esquecendo porém a sua realidade e dentro destes contextos comuns de gestão se adaptar e criar formatos que vão de encontro aos problemas emergentes do nosso país.

Neste sentido, e como anteriormente referido a democratização do ensino superior traduziu-se numa expansão em certo ponto desmedida desta população Universitária, que de certa forma não foi acompanhada com a mudança de infra estruturas e de condições que permitissem uma optimização séria e de conveniência para o país.

Estamos perante um mercado de pessoas (Ferreira, 2011), de trabalhadores de elevada qualificação. Formados pelas Universidades que exigem um alto grau de conhecimento para integrar um espaço europeu do ensino superior.

Portugal tem (na proporção) mais instituições Universitárias e de ensino superior, (Universidades e Politécnicos), que alguns países da Europa. No entanto a massa crítica das Universidades é deficitária, necessitam de ser capazes de atrair o interesse da Indústria fazer investigação de ponta para o sector privado.

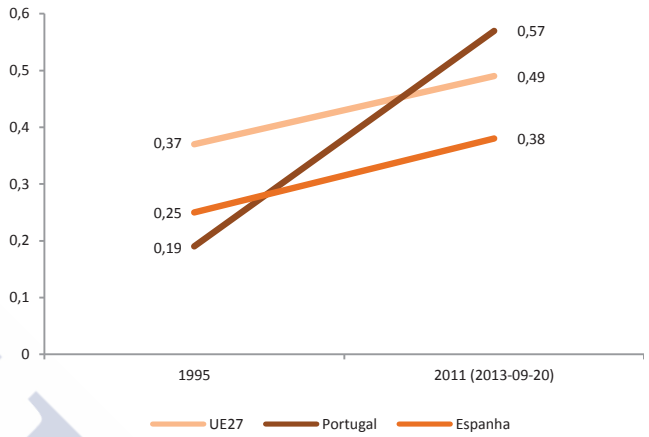
Sugere-se portanto a criação de uma Universidade de elite, capaz de atrair os melhores cientistas, criando níveis de investigação de elevada qualidade no intuito de fomentar uma competitividade do mercado do ensino superior na Europa assim como uma optimização da transferência do conhecimento das Universidades em acordo transversal com as empresas e o mundo do trabalho.

Nesta matéria a grande questão será sempre o tipo de financiamento para a investigação. No entanto somente se consegue uma Universidade de elite com base num financiamento sólido e numa confiança na prática das Universidades, independentemente de serem públicas ou privadas, criando mecanismos de fiscalização e de controlo que permitam a distribuição dos financiamentos numa base da competência.

Fig. 02.005

Despesas em actividades de Investigação (I&D) em % do PIB (Produto Interno Bruto) por sector de execução Rácio %

Ano	EU 27	Portugal	Espanha
1995	0,37	0,19	0,25
2011	0,49	0,57	0,38



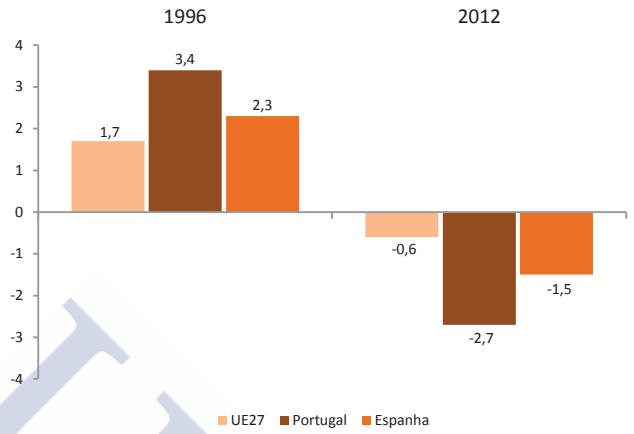
Fontes. Elaboração própria. Dados, Eurostat, OCDE, INE e PORDATA (2013)

A figura 02.005, demonstra-nos um avanço acentuado de Portugal no que toca ao rácio de investimento em actividades (I&D) de investigação – 1995: 0,19% e 2012 0,57%, relativamente ao rácio do PIB da União Europeia – 1995: 0,37% e 2012: 0,49%, confrontado com a evolução do rácio em Espanha – 1995: 0,25% e 2012: 0,38%, donde que se verifica efectivamente, uma maior evolução 1995/2012 (actualizado em 2013). Não obstante, esta evolução do PIB "per capita" em Portugal se demonstrar relativamente abaixo destes dois elementos comparativos, (EU e Espanha), sabendo que uma acentuada descida das taxas reais do PIB em 2012 (PORDATA), nomeadamente -0,6% na EU, -1,5% em Espanha -2,7%, e em Portugal, perspectivando-se maior descida nos próximos anos, o que obrigará obviamente a uma diminuição relativa e abrangente á EU no que toca ao investimento e desenvolvimento (I&D), conforme nos mostra a figura 02.006.

Figura: 02.006

Taxa de crescimento real do PIB - % (1996 - 2012)

Ano	EU 27	Portugal	Espanha
1996	1,7	3,4	2,3
2012	-0,6	-2,7	-1,5



Fontes: Elaboração própria. Dados, Eurostat, OCDE, INE e PORDATA (2013)

Os dados expressos na figura 02.006, salientam uma tendência para uma descida acentuada da taxa do crescimento real do PIB e que se reflecte obviamente no investimento em investigação em toda a Europa – 1996: 1,7% e 2012: -0,6% - na proporção, um decréscimo acentuado em Portugal – 1996: 2,4% e 2012 -2,7%, comparativamente a Espanha – 1996: 2,3% e 2012 -1,5% demonstra por isso, e na proporção, um maior decréscimo de Portugal no crescimento real do PIB relativamente à Europa (UE) e ao país vizinho que temos vindo a tomar como termo de comparação, devendo-se a situação, entre outras variáveis, também à conjuntura económica no país e na Europa em geral.

No entanto os dados referidos demostram um acentuado aumento da variável na despesa do investimento em actividades de investigação (I&D) relativamente ao PIB nacional e que termina em 2011 com um substancial avanço relativamente à média europeia e a Espanha.

Neste campo de actuação, Portugal teve um comportamento algo louvável, não obstante e no decorrer deste processo de investigação doutoral, os resultados não serão de todo os ideais para a resolução de problemas para o seu enquadramento na conjuntura económica europeia, assim como na resolução dos problemas

básicos do país e que em nossa opinião se reflectem nas áreas geográficas distantes dos grandes centros urbanos, sendo por isso, o nosso ponto central de investigação.

Desta forma as Universidades teriam que competir saudavelmente entre si e demonstrar um trabalho sólido e consistente nas matérias de investigação atraindo para cada uma delas, não somente o investimento público mas acima de tudo o privado. As Universidades portuguesas necessitam alterar as suas mentalidades, colocar de lado o conservadorismo e as metodologias menos práticas abrindo o meio académico ao meio industrial. Mas isso impõe uma disposição antecipada para a mudança, oferecendo mais do que actualmente coloca à disposição dos estudantes, mas para isso e como foi referido, teria que existir um trabalho mais próximo com o mundo empresarial, transformando as Universidades em instituições mais práticas e abertas ao mundo exterior principalmente para aqueles que geograficamente se situam mais distantes da sua área de conforto.

Tem-se desenvolvido nos últimos anos em Portugal a comunidade científica que tem derivado de trabalho Universitário, ou mais ou menos integrados em Universidades. A expansão da ciência em Portugal dependerá da capacidade de intervenção dos próprios cientistas, no reforço á consolidação e expansão do emprego científico. No entanto, a falta de emprego nesta área em Portugal tem determinado algumas lacunas quanto ao nosso papel na Europa, a interpretação de mobilidade não significará o enriquecimento de outros países em desfavor da riqueza científica de Portugal. Em teoria tem aumentado o número de jovens que “fogem” de Portugal por não encontrarem um emprego científico no seu país de origem. Encontramos portanto aqui um fenómeno de contradição, sendo Portugal um país carente e até dependente nesta área da ciência (Gago, 2011).

2.3.2 UMA UNIVERSIDADE DE EXCELÊNCIA ADPTADA AOS NOVOS DESAFIOS

Também através da Universidade e da excelência, o mundo tem progredido sobremaneira ao nível da tecnologia e da ciência, no entanto este avanços científicos e tecnológicos não têm surtido grandes efeitos quanto á exclusão de grandes parcelas da humanidade e de forma alguma as assimetrias sociais ao nível da pobreza, da desigualdade e da exclusão.

Lopes (2006, p.43) deixa-nos uma reflexão acerca de uma visão do desenvolvimento escrito por Sedas Nunes, em 1964, onde citava «a necessidade de baixar o globalismo às realidades locais e regionais, convergindo outras formas de determinar os problemas com base em variadas investigações, aceitando a revelação das situações incómodas, esclarecendo-as».

A detecção de problemas a um nível local e regional torna-se imperativo e desta forma, a Universidade na sua variante de investigação e científica terá um papel fundamental para a consolidação desta ideia que remonta no tempo a uma data longínqua relativamente à actual, sendo efectivamente facilitada pelas actuais condições de comunicação. Tal como Santos (2011) nos alerta, através de algumas questões, para o facto de a Universidade pública, no século XXI se confrontar com desafios e temas que poderão colocar em causa a sua própria identidade se não assumir um papel preponderante na sociedade do desenvolvimento. Desta forma, como poderá a Universidade adaptar-se a um mundo globalizado, em que o Estado cada vez mais é uma entidade com menos potencial subsidiário, num contexto supostamente globalizado e em que medida esta Universidade que falamos se tornará sustentável? Esta questão poderá remeter-nos para um pensamento da reconstrução de uma Universidade pública mais abrangente e global, o que colide com a essência da sua função e a remeterá para uma concorrência que em certa medida será desleal e inconformada, ou seja, poderemos eventualmente pensar que também numa Universidade pública, globalizante e inserida num contexto social algo diferenciado do actual, poderá também impor-se, de forma a transformar-se numa entidade auto-sustentável.

No entanto, as tecnologias de informação e comunicação poderão ser um forte elo de ligação das Universidades ao mundo real, social, ou académico,

contextualizando a Universidade a uma realidade que provavelmente lhe retirará um estatuto identitário não conformista e crítico, provavelmente focando-se no seu ensino, sendo esta uma questão que porá em causa a independência de pensamento dos seus professores, estudantes e investigadores, provocando impactos no seu resultado final incitando a uma competitividade interuniversitária em detrimento da excelência, transformando-a num negócio e nunca num bem público.

A possível transnacionalidade da Universidade neste mundo dito global, remete-nos para a dúvida da sua verdadeira função, onde nos confrontamos com o processo de Bolonha subjacente a um ponto de referência para que esta questão seja entendida como algo importante no contexto da verdadeira utilidade da sociedade local. Refere Santos (2011, p.3) a este propósito:

> Existe alguma contradição entre a nossa enfase no desenvolvimento cultural e social e a ênfase de alguns políticos europeus e de think-tanks poderosos no desenvolvimento económico e a contribuição da Universidade para a competitividade dos negócios europeus? Que razão levou a que alguns dos melhores esforços reformistas fora da Europa (por exemplo no Brasil) a adoptarem o slogan: *"nem Bolonha, nem Harvard"*.

Esta questão torna-se pertinente quando pensamos que este propósito de globalização poderá efectivamente colocar em causa a identidade cultural de cada país, não obstante seja uma realidade á qual não teremos qualquer hipótese de fuga possível, pois ela por si é arrastada pela própria evolução do processo de comunicação avançado e protagonizado pelas inovadoras tecnologias de comunicação, encurtando as distâncias na relação entre os povos.

Ao longo dos tempos e da evolução natural, às Universidades públicas em Portugal foi concedida uma autonomia decerto acentuada e que comparativamente a outras instituições do Estado não tem qualquer comparação.

Santos (2011, p.3) enuncia «O lado negativo desta autonomia foi o isolacionismo social, a falta de transparência, a ineficiência organizacional, um prestígio desligado das realizações académicas». Neste contexto de pensamento, efectivamente a Universidade pública portuguesa encontra-se desligada da realidade política e social do país. Compreende-se por isso, a necessidade de encontrar no processo de Bolonha a chave para esta questão. No entanto, os resultados não são, até á

data, e em nossa opinião nada satisfatórios, pois bloqueia aquilo que poderemos entender por incentivo á diversidade e inovação, pelo facto de, em si, concentrar uma abrangência castradora da diferenciação cultural e de princípios. O mesmo autor, Santos (2011, p.3), a este propósito refere se «será possível promover a transparência, a mobilidade e o reconhecimento mútuo, preservando a diversidade institucional e cultural?». Sobre esta visão do problema, percebe-se que institucionalmente, o processo de Bolonha, no seu conteúdo, estimula a mobilidade efectivamente, no entanto, pela sua rigidez institucional, limita o reconhecimento e no essencial não trará mais-valias à Universidade pública como instituição livre e intelectualmente percursora de um encaminhamento democrático e diversificado do saber e da criatividade.

Neste assunto pensamos um formato da Universidade moderna que de todo privilegia a excelência e que na actual conjuntura política e social terá que obrigatoriamente criar hierarquias com base na estrutura financeira de cada país e neste cenário Portugal, entre outros países, sairá a perder. Tenderemos portanto a enquadrar cada país em função do seu potencial económico, desequilibrando assim a balança da produção científica e da excelência.

Ratzel (1982) refere que Humboldt, sustentou a ideia de não haver um efectivo e apoiado ensino universitário sem investigação e consequentemente uma autonomia académica. No entanto, a Universidade do século XXI terá que encarar uma outra forma de actuar, com base numa extraordinária capacidade de processamento da informação baseada nas actuais e futuras tecnologia de informação.

Num dos assuntos levantados por Santos (2011) este menciona que a Universidade pública assenta, sob o ponto de vista histórico, em três pilares de regulação social moderna - o Estado, o mercado e a sociedade civil, não obstante o peso que cada um destes pilares ter sido assumido ao longo do tempo, expondo a Universidade às variações do mercado.

Analisa-se este assunto como uma forma de compreender a própria sobrevivência da Universidade em geral e muito particularmente a pública, numa sociedade que cada vez mais se torna competitiva, no entanto o autor levanta também uma questão que apreendemos como pertinente e que assenta no facto de ser, ou não, o Processo de Bolonha uma resposta criativa a exigências neoliberais, unidimensionais ou, pelo contrário, uma maneira de as impor através de um processo europeu transnacional que neutralize a resistência nacional (Santos, 2011). Com base neste pensamento e regressando à reflexão em página anterior,

poderemos compreender que o tópico se mantém e nos remete para o pensamento se efectivamente o processo de Bolonha não será uma resistência á liberdade científica e criativa das Universidades envolvidas.

Neste caso de Bolonha que se limita a um tratado aprovado em 1999 e que termina com a unificação do espaço único europeu no que toca ao ensino superior tendo envolvido um complexo e longo processo, que segundo alguns autores Boaventura, (2011); Lima (2008); Antunes (2005) consistiu em distinguir o que existe de positivo na possibilidade de docentes e alunos num espaço europeu comum e com o mesmo sentido de oportunidades. No entanto este assunto visto e aprofundado, não sendo efectivamente o caso que mais interessa para esta investigação poderemos, através de uma análise superficial concluir com os resultados disponíveis que o Processo de Bolonha apresenta são menos sucedidos sob o ponto de vista académico, como referem Palácios e Sousa (citados por Machado, 2010). No entanto o alemão, da Universidade de Leipzig na Alemanha. Machado, (2010) entende que numa perspectiva tecnocrata de Bruxelas, as estatísticas melhoram e o défice público diminui, o que sob o ponto de vista de resultados seria óptimo.

A Universidade, hoje, confronta-se com uma série de variáveis sociais, políticas e económicas que colocam em causa as suas competências, incluso o seu importante papel nas questões relacionadas com a formação da cidadania, porque em nossa opinião se está cada vez mais a afastar dela e a envolver-se numa actuação da prestação de serviços, enquanto mão-de-obra qualificada, adulterando a sua verdadeira dimensão que certamente se induz na variante cultural e de utilidade pública, não na variante politico-utilitarista como temos vindo a verificar.

Gomes (2011) refere relativamente á gestão das Universidades públicas portuguesas segundo orientações da “agenda política escondida” do Regulamento Jurídico das Instituições do ensino Superior (RJIES), três pressupostos fundamentais: a mercadização progressiva dos serviços educativos da Universidade; a alteração do modelo institucional do governo assente em princípios de participação cidadã e serviço público, por outro assenta em princípios de eficiência e de adaptação à economia e á empregabilidade; alteração da cultura colaborativa que constitui o modo de produção do conhecimento universitário por uma cultura da concorrência.

Na base desta problemática, a CRUP – Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, denota uma visão que em certa medida colide com esta postura do

Estado e que em comunicado de Lisboa / 07 de Novembro de 2012 face ao OE (2013), Orçamento de Estado para 2013, refere «situação que, ao comprometer a qualificação dos portugueses, inibe o desenvolvimento económico do país e afecta gravemente o bem-estar dos seus cidadãos».

A Universidade portuguesa, o ensino superior em geral e muito particularmente o ensino superior público, serão efectivamente afectados no que toca ao paradigma subsidiário que tem vindo a ser ponto de referencia da actualidade no país e de certa forma na Europa da União. Ora, esta questão transforma toda a ideia de objectivos para o futuro do ensino superior em Portugal.

De facto, a Universidade do século XXI, deverá ser uma instituição que valorize o seu próprio potencial dentro de contextos variados e que tenha um papel preponderante no desenvolvimento da sociedade.

Como referido no documento de trabalho que suportou a análise do conselho de reitores, subordinada ao tema "As Universidades portuguesas no centro da mudança" CRUP (2012), cita:

> A reindustrialização e a ampliação dos serviços transaccionáveis, afigura-se como um processo crítico para a Europa, com especial relevo para Portugal e para os restantes países do sul (…) a qualidade dos recursos humanos e a ancoragem em estruturas de investigação aplicada, exigida por este desafio, coloca as universidades no centro das estratégias de desenvolvimento, independentemente do espaço geográfico a que se dirigem.

É notória a preocupação da Universidade no que toca á sua intervenção para o desenvolvimento do país sob o ponto de vista da abrangência geográfica, o que está directamente vocacionado para a temática desta nossa investigação, no entanto teremos que reflectir, não somente na estratégia mas também nos resultados dos últimos quarenta anos que nortearam a gestão das Universidades públicas portuguesas, sobrevalorizando por vezes esta preocupação que se transformou num problema real e abrangente ao território nacional.

Neste mundo cada vez mais global, á Universidade cabe uma tarefa que se associa à inovação e competitividade, o que nos leva a pensar que, sendo a sua importância fundamental para o desenvolvimento social e económico das sociedades e muito particularmente da sociedade portuguesa, o investimento no ensino superior ao nível da investigação e na ciência se torna fundamental para

esta questão. Por isso esta é a responsabilidade da nossa geração. Como refere Nóvoa (2012, p.1),

> Hoje. Porque Amanhã já será tarde. Não vale a pena fazermos de conta que sabemos o que não sabemos, que podemos o que não podemos. Mas é preciso que alguém faça o que tem de ser feito. Ou damos agora o passo que ainda falta – depois da formação, depois do conhecimento, conseguir que a formação e o conhecimento sejam decisivos na organização da sociedade, da economia e do trabalho – ou voltaremos muitas décadas atrás, a um país ao qual nenhum de nós quer regressar.

2.4 A UNIVERSIDADE PÚBLICA EM CONTEXTO GEOGRÁFICO LOCAL E REGIONAL

A interacção entre as Universidades e a sociedade está a mudar. Entendemos que o processo de globalização, assente nas tecnologias de comunicação, altera por completo a relação entre a produção e a investigação.

Os projectos sustentáveis levados a cabo pelas Universidades públicas e que se estendam ao espaço geográfico fora da sua área de influencia e conforto através de iniciativas conjuntas, sejam publicas ou até privadas, poderão minorar as assimetrias sociais vigentes assim como também proporcionar uma melhoria de qualidade de vida de uma qualquer comunidade ou região, reforçando-os localmente, acentuando uma articulação de valores entre eles tal como a capacidade da comunicação através de sistemas de informação levados a cabo pelos segmentos estratégicos, sendo eles a *Universidade,* o *Estado e as Populações*, tornando estas três variáveis como actores hábeis dentro de um processo de transformação sustentável, forçando o mercado a compreender através de iniciativas abrangentes, privadas ou do Estado num contexto onde a ideia de sustentabilidade surge como um requisito básico para sobrevivência das Universidades no mercado da competitividade e no desenvolvimento (Pires, 2004).

O espaço geográfico local e regional surge como centro de muitas preocupações porque é crescente o seu visível despovoamento e desertificação, notas que trataremos mais á frente.

Consideramos importante que sob o ponto de vista local a interacção da Universidade com o potencial do espaço geográfico afastado dos centros urbanos se transforma numa fonte importante para a actividade de desenvolvimento e produção,

A proximidade geográfica é certamente uma variável importante neste processo de relacionamento no sentido do estímulo para a produção local e regional, não obstante a necessidade de criação de agentes de relacionamento entre as partes.

Dentro deste contexto de produção, é consensual que a Universidade em geral e muito particularmente a pública exerça um papel preponderante para, através do seu conhecimento contribuir para o desenvolvimento dos sistemas económicos dada a importância da sua capacidade de pesquisa que aproveitada no sentido da

relação com o produtor poderá potenciar certamente os resultados através de projectos e objectivos comuns, com base no potencial de cada região efectivamente (Barracho e Dias, 2010).

Na realidade a proximidade geográfica transforma-se num elemento importante para o desenvolvimento local e regional no que toca ao potencial de produção com base na investigação científica, não obstante entendermos que esse formato terá que ser contrariado pelo simples facto de que a realidade portuguesa nessa matéria remete a Universidade pública para um nicho de concentração do espectro científico que se situa no litoral e obviamente todo o tecido empresarial e de produção se torna pouco abrangente, principalmente no que toca ao interior do pais. Nesta questão, que se centra no progresso para a produção regional com o apoio e cumplicidade do segmento de investigação e científico da Universidade pública poderá, em nossa opinião, incentivar o desenvolvimento local que, como poderemos verificar aparece actualmente, no centro de várias preocupações, ao nível da produção e da vontade de residência por parte das suas populações, principalmente das camadas mais jovens que por tendência optam pela emigração e imigração para o litoral e estrangeiro relativamente ao interior do país (Sartre e Berdoulay, 2005).

No entanto e tomando este propósito como centro de preocupações, Sartre e Berdoulay (2005, p.110), referem:

> O desenvolvimento local aparece hoje no centro de várias preocupações científicas e profissionais, pois o estatuto do local mudou. De simples território passivo, que recebe acções e políticas concebidas no seu "interesse" num nível superior, tornou-se a condição – ou uma das condições – para o surgimento de um espaço onde se produz um encontro gerador de desenvolvimento em todas as escalas.

Ora, atendendo como exemplo o exposto, este nos remete para uma reflexão acerca da importância da produção local e regional, onde tenderemos a pensar que cada vez mais se podem verificar preocupações das entidades sociais, nomeadamente as Universidades na deslocação do seu "corpo" cientifico e de investigação aos espaços geográficos mais distanciados da sua área de conforto, a fim de dar sentido a uma evolução que nos últimos aproximadamente quarenta anos não se conseguiu transformar em Portugal e certamente por analogia em outros países da Europa.

Pensamos a este propósito que Portugal ainda é um país decerto centralista e essa consequência é vivida intensamente, pois após 1974 Lisboa e Porto foram sempre as regiões que se mantiveram com um forte desempenho social e económico, não obstante Lisboa ser constantemente o centro das grandes decisões.

Desta forma, entendemos que numa visão de futuro, Portugal terá que ver o investimento e a produção com maior profundidade e abrangência dentro dos seus limites geográficos, não limitando todo á capital, sob pena de remeter grande parte do pais fora do processo de desenvolvimento, confinando-o ao vazio, como temos vindo a verificar durante os últimos anos com o encerramento e centralização de grande parte das instituições ligadas à economia e de recursos, não obstante a responsabilidade de suportar estas despesas públicas serem efectivamente abrangentes a todo o território nacional.

Abordamos aqui uma questão fundamental no processo de evolução do país e que, tendo sido um projecto que se arrasta há dezenas de anos não passa de uma intensão, se não vejamos a tabela 02.001.

Tabela: 02.001

Tabela de dados comparativos de investimento por Distrito
Contas nacionais anuais (2013)

DISTRITO	INVESTIMENTO	POPULAÇÃO	ÁREA (Km2)	% POPULAÇÃO	Per Capita INVESTIMENTO	% INVESTIMENTO
Lisboa	8.215.000.000 €	2.135.992	2.802,85	21,6	3.846 €	35,07
Porto	1.482.000.000 €	1.781.826	2.331,70	18,0	832 €	6,33
Braga	1.186.000.000 €	831.368	2.706,11	8,4	1.427 €	5,07
Setúbal	1.852.000.000 €	788.459	5.214,06	8,0	2.349 €	7,91
Aveiro	938.000.000 €	713.578	2.801,01	7,2	1.315 €	4,00
Santarém	936.000.000 €	475.344	6.718,35	4,8	1.969 €	4,00
Leiria	260.000.000 €	459.450	3.505,78	4,6	566 €	1,11
Coimbra	1.938.000.000 €	441.245	3.973,73	4,5	4.392 €	8,27
Faro	396.000.000 €	395.208	4.996,79	4,0	1.002 €	1,69
Viseu	849.000.000 €	394.927	5.009,79	4,0	2.150 €	3,62
Viana do Castelo	71.000.000 €	250.273	2.218,84	2,5	284 €	0,30
Vila Real	1.637.000.000 €	223.731	4.307,47	2,3	7.317 €	6,99
Castelo Branco	0 €	208.069	6.627,47	2,1	0 €	0,00
Guarda	656.000.000 €	173.716	5.535,31	1,8	3.776 €	2,80
Beja	381.000.000 €	161.211	10.263,32	1,6	2.363 €	1,63
Évora	1.020.000.000 €	173.408	7.393,46	1,8	5.882 €	4,35
Bragança	1.551.000.000 €	148.808	6.598,55	1,5	10.423 €	6,62
Portalegre	59.000.000 €	127.018	6.084,34	1,3	465 €	0,25
Totais	**23.427.000.000 €**	**9.883.631**	**89.088,93**	**100**		

Fontes: Elaboração própria. Dados Eurostat, INE e PORDATA (2013)

O abismo criado pela assimetria no investimento no espaço geográfico nacional do interior, com predominante importância para a capital, onde se encontra fortemente enraizada a tendência centralista do Estado e que determina a propensão migratória que se tem verificado nas últimas décadas e a qual tem sido difícil contrariar no sentido de minorar a lógica do investimento per-capita (P.C.), conforme esclarece a tabela 02.001.

Neste sentido, poderemos verificar uma tendência para um desenvolvimento maior na zona centro do país, principalmente na capital, Lisboa, onde se situam todas ou quase todas a sedes de instituições fundamentais para o desenvolvimento, o que permite uma maior oportunidade de negócio tendo em conta a proximidade com o poder social, económico e político, que se complementam com a maior oferta de serviços públicos ao nível das infra-estruturas, nas áreas dos transportes, saúde e educação.

Figura: 02.007

Localização geográfica das sedes dos Distritos de Portugal Continental enquadrados na mancha de regiões, conforme Tabela 02.001



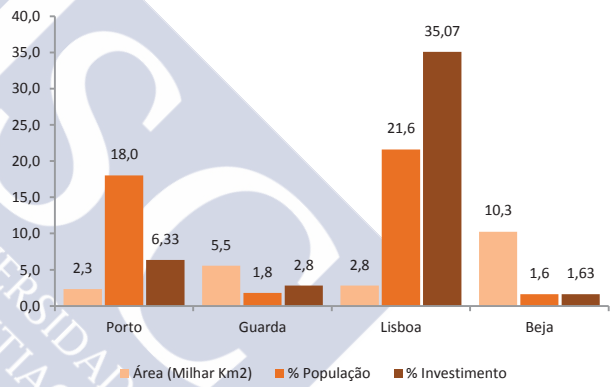
Fonte: Elaboração própria

É visível, sob o ponto de vista da geografia, expressa na figura 02.007 e com base na tabela 02.001 que o centro do país, com maior incidência em Lisboa, usufrui de um maior investimento que em certa medida desfavorece distritos como Portalegre, Bragança ou Guarda entre outros, o que permite concluir que parte desta gestão reflecte os efeitos das últimas décadas quanto á desertificação e o despovoamento que certamente limitam as potencialidades de um país que "*per si*" já é geograficamente reduzido, comparativamente a outros parceiros europeus.

Figura: 02.008

Dados referentes aos níveis geográficos e percentuais por distritos relevantes Litoral e Interior

Distrito	Milhar Km2 Área	% População	% Investimento
Porto	2,30	18,00	6,33
Guarda	5,50	1,80	2,80
Lisboa	2,803	21,60	35,07
Beja	10,263	1,60	1,63



Fontes: Elaboração própria. Dados. INE e PORDATA (2013)

Com base na figura 02.008, poderemos concluir que a realidade do investimento em Portugal se encontra longe de uma verdade que por norma poderá favorecer uma equidade no desenvolvimento das regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, onde o investimento e a proximidade com os investidores cedem em certa medida a uma evolução natural e equitativo.

Aleatoriamente, escolhemos para comparação e com base na figura 02.008, quatro distritos do Interior e Litoral, que delimitam e comprovam a discussão que tem vindo a ser abordado ao longo desta tese. Pretendemos por isso relacionar e comparar dados importantes para a análise do caso, se não vejamos que, com base nos

dados fornecidos na figura 02.008, poderemos verificar que os Distritos de Lisboa e Porto aglutinam o maior número de habitantes do país (continente), 18,0% e 21,6% comparativamente ao total de 9.883.631 de habitantes e na proporção um substancial investimento de 6,33% e 35,07%, confrontado a um investimento global de 23.427.000.000€ comparativamente a dois distritos do Interior do país, nomeadamente a Guarda e Beja, com 1,8% e 1,6% do mesmo total de habitantes assim como 2,8% e 1,63% de investimento relativo ao mesmo valor.

Ora, numa lógica de raciocínio e tendo então os dados referentes ao número de habitantes por região poderíamos considerar um equilíbrio até que algo coerente numa análise quantitativa e por comparação. Não obstante esta não ser a base do nosso trabalho, pois abordamos uma dúvida que consideramos fundamental, ou seja, a problemática da desertificação e do despovoamento do interior do país, para a qual esta assimetria que se nota nos dados anteriormente referidos não responde de todo se tivermos em conta uma variável importante no processo em estudo, a área geográfica que cada um destes distritos ocupa no território Nacional.

Os Distritos da Guarda e de Beja ocupam uma substancial área geográfica do país, 5.5353 Km2 e 10.263 Km2 (ver figura 02.008) e comparativamente a um total global de área geográfica Nacional de 89.089 Km2.

Estes dados levam-nos a reflectir num tema que se tem vindo a arrastar no país nas últimas quatro décadas – o que nos leva a não contrariar efectivamente este problema que impele as populações, principalmente as mais jovens, do interior para o litoral? – Obviamente um abandono do interior do país no que toca ao desenvolvimento e á produção que em primeira análise será o que mais interessa ao estudo em questão.

No centro desta discussão e com o intuito da criação de condições para que a Universidade pública fortaleça um papel preponderante e dinâmico no processo de desenvolvimento local e regional entendemos compreender a conjuntura social e política que cobre o país e em certa medida toda a Europa, como explicaremos mais á frente neste trabalho.

A Universidade no espaço geográfico e no futuro, em contexto político, cultural e histórico nas funções que exerce, poderá assumir uma importância singular na dinâmica dos processos de desenvolvimento local e regional, articulados com a utilização desses espaços, tendendo a ocupar uma posição fundamental e empreendedora a nível das tecnologias, da inovação tecnológica, de produção,

ciência e cultura, não obstante a valorização fundamental neste processo de mudança assente no desenvolvimento socioeconómico.

Midlej e Fialho (2000, p.2) referem relativamente a este assunto, «às Universidades cabe atribuições de articulação entre saber científico e a realidade, no mais amplo aspecto da sobrevivência da espécie humana. A multiplicidade de funções exige das instituições universitárias sua adequação a dinâmicas sociais específicas de cada localidade».

Face ao exposto, cabe-nos depreender que a responsabilidade da Universidade pública é algo abrangente no território sem que para tal seja necessário a sua extensão sob o ponto de vista físico, cabendo-lhe por isso o papel de difusora da ciência e do conhecimento adaptado, junto daqueles que mais necessitam, nomeadamente os que estão fora do seu alcance geográfico, o que vai de encontro aos nossos propósitos de trabalho de investigação.

Desta forma, a articulação entre a Universidade pública e o contexto local e regional impõe-se como elemento determinante para que a inter-relação entre estes dois factores se consolidem e confiram à Universidade a sua territorialidade, independentemente de esta se fazer representar fisicamente ou não, permitindo a transversalidade de conhecimentos que por inerência se traduzirão em produção.

Sob este ponto de vista é importante o papel da territorialidade que por sua vez apreende os processos identitários locais e regionais, criando um estreitamento nas relações do homem com o espaço. Midlej e Fialho (2012, p.8) referem,

> O uso do território objectiva a formação socio espacial e determina o arranjo espacial dos objectos e equipamentos necessários á organização das relações entre os indivíduos e destes com as instituições presentes no lugar, reunidos “numa mesma lógica interna todos os seus elementos: homens, empresas, instituições sociais e jurídicas e formas geográficas.
>
> .

A noção da importância do subespaço torna possível um pensamento acerca deste objecto para discussão do conceito de local ou até de região. A utilização do território em todo o seu potencial é um assunto que tem vindo a ser tratado com alguma leviandade em Portugal, não obstante os esforços da parte dos residentes nesses mesmos espaços.

Articular numa lógica de produção e optimização da geografia, ou espaço geográfico, no sentido de libertar as regiões, para que estas se estendam na esfera

do território nacional sem que se aprisionem a um segmento administrativo centralizado, poderá favorecer efectivamente o território afastado dos centros urbanos do litoral, ou o que chamaremos de "subespaço" local e regional, no sentido em que, sob o ponto de vista do relacionamento poderá tornar-se abrangente na relação com a produção e o negócio. Uma relação de pertença territorial articulada entre a Universidade e o contexto local e regional, determina que a localização geográfica se transforma num indicador de importância vital no que toca à inter-relação entre as variáveis que temos vindo a tratar, como sendo, o local ou região, o Estado e o potencial produtivo.

Materializar esta ideia de espaço geográfico em contexto de produção, remete-nos para questões que transformam variáveis fundamentais para análise, como seja o facto de encontrar um ponto de equilíbrio entre a função da Universidade como entidade interventora e protagonista de uma tarefa de bem social e o espaço local e regional como objecto de estudo e detentor de potencialidades para a produção em cada um dos espaços geográficos em estudo.

Desta forma, e orientados por Midlej e Fialho (2012, p.2) quando referem que «Estudar uma região significa penetrar num mar de relações, formas funções, organizações, estruturas, etc. com seus mais distintos níveis de contradição», cabe-nos remeter à Universidade pública esta análise estruturada na ciência e na investigação de forma a estudar apropriadamente uma relação de comunicação que permita uma abrangência no espaço geográfico assente numa ideia de local ou região.

2.4.1 A UNIVERSIDADE PUBLICA GEOGRAFICAMENTE DESCENTRALIZADA

Fundamentalmente os mais recentes formatos de comunicação e transmissão de dados assentes em plataformas credíveis poderão transmitir a confiança, estabelecendo outros padrões no fenómeno da globalização da comunicação, donde que, tenderemos a pensar que no actual contexto uma Universidade descentralizada é efectivamente possível e uma mais-valia para as populações que se encontram mais afastadas da realidade social e económica do país. O tema da prestação social da Universidade, em si, tem sido alvo de discussões infindáveis, sempre à volta das questões da autonomia, do financiamento ou da qualidade do apoio social prestado.

Num momento em que as universidades portuguesas têm de competir entre si, a nível europeu e mesmo global, com recursos escassos, o diagnóstico foi fácil de efectuar tendo em conta o problema que tratamos e que incide na necessidade de uma relação mais próxima e transversal ao meio social e económico que circunscreve a própria Universidade, conciliando este ensino de excelência com as potencialidades e produtores locais e regionais.

Orientar os projectos de investigação simultaneamente para os papéis geradores de conhecimento produtivo, assentes na investigação e aprendizagem através das pessoas e construindo um outro perfil no que toca à prestação de um serviço público através de uma maior abertura por parte da Universidade, poderá transformar-se no reforço e sintonia entre o conhecimento e as competências que são trabalhadas nas Universidades através dos seus elementos de formação e investigação enquadrados nas várias áreas do saber e daquilo que é exigido nos mercados de trabalho. Assim, poderá ser suportada a ideia essencial, mais do que nunca, de mapear a empregabilidade e saídas profissionais com base na existência de órgãos universitários de investigação que apontem tendências e necessidades de competências para o futuro nos vários sectores económicos que caracterizem os espaços locais e regionais.

É ainda essencial investir na aplicabilidade prática da investigação, de forma à obtenção de resultados em termos da evolução da produção, conciliando o papel

da Universidade como centro de inovação, gestão científica e de conhecimento com a prestação de serviços de formação.

Vivemos numa fase em que o poder político reflectido nos Estados e nos governos se depara com o facto importante da fraqueza política que, como refere Innerarity (2010, p.232) «a política local fica travada pela exterior, os processos de globalização configuram novos espaços regionais».

Este pensamento remete-nos para um formato de ideia política do espaço geográfico, sua gestão e configuração, considerando por isso a importância e sua relevância na gestão do processo de desenvolvimento com base na optimização da produção dos espaços locais e regiões que até à data têm sido remetidos ao silêncio dos tempos e das vontades políticas.

Teríamos provavelmente que repensar a interdependência entre as instituições e o Estado de forma coordenada em formatos de cooperação que permitissem uma gestão local e regional, apoiando o Estado na empreitada que lhe tem sido particularmente difícil, colidindo com o desempenho das tarefas públicas e delegando na Universidade pública, como organização de excelência, o papel de mediador no sentido de evitar um decurso de fragmentação e descoordenação com os vários actores intervenientes no processo de descentralização.

Quando atribuímos à Universidade pública a responsabilidade de coordenação do processo, tenderemos a referir que a ideia de região teria que ser pautada como uma solução emergente, independentemente do formato físico e administrativo que lhe possamos atribuir.

A noção de região dá-se na história do Império Romano, aquando da sua necessidade de descentralizar o poder tendo em conta a grande diversidade cultural, social e geográfica e desta forma acentuar a segmentação do espaço geográfico reflectindo uma evolução e enriquecimento de todo o território, permitindo uma funcionalização mais eficaz do poder.

Será pouco provável que consigamos falar deste aspecto relacionado com as regiões e consequentemente com a produção local na geografia, sem abordarmos o processo de regionalização levada a cabo em Portugal, reflexo da integração no espaço comunitário que por si exigiu uma abertura de forma adaptada e uma compreensão plena do processo de globalização e que na actual conjuntura poderemos constatar que o quadro de atribuições e competências ao nível do micro espaço geográfico institucional assim como as suas capacidades técnicas e científicas, têm-se revelado insuficientes para fazer face á complexidade desta

questão relacionada com a regionalização administrativa impondo-se como condição necessária para o desenvolvimento socioeconómico integrado e sustentado do espaço geográfico nacional mais sujeito ao despovoamento e desertificação.

Neste contexto e segundo Barracho e Dias (2010), Portugal não somente integra o grupo de regiões mais desfavorecidas da União Europeia, como é também um dos Estados membros com maior desequilíbrio entre as suas regiões, acentuando o facto de ser visível o desequilíbrio demográfico, tal como temos vindo a referir ao longo deste trabalho, caracterizando-se como sendo um dos pontos fracos de Portugal no que toca ao desenvolvimento.

Para reforço desta problemática, os números são claros, um terço da população portuguesa vive nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, acentuando o fenómeno de litoralização que se tem notado no país nos últimos quarenta anos, tendo como consequência o despovoamento visível acentuado pelo facto de, 85% da população portuguesa viver no litoral do país, donde que, também como consequência, os riscos de movimentação das populações do interior para Espanha e desta para outros países da Europa, começa a ser algo ameaçador e evidente. Esta deslocação na geografia é, quanto a nós, uma consequência de má política estratégica e geográfica assente na falta de investimento no interior profundo do país, contrariando assim respostas fundamentais no processo de construção e consequentemente o abandono das camadas mais jovens do interior, empurrando-as para o litoral e para o estrangeiro, como já anteriormente referimos.

Mas a grande questão que colocamos e que constitui uma das preocupações deste trabalho de investigação, pretende saber, em que medida a Universidade pública, na sua possível mobilidade científica e de investigação, poderá ser fundamental para contrariar um processo tão complexo como este, e qual a relação que esta poderá consolidar a uma ideia transversal de apoio á produção neste espaço geográfico que se traduz em quase dois terços do território e se encontra remetido ao anonimato e abandono sob o ponto de vista do investimento na componente física e humana.

Não consideramos ser basilar uma análise profunda ao processo de regionalização Portugal Continental, o qual está previsto na constituição da República Portuguesa, desde 1976, após 1974. Porém e como citado na Constituição da República portuguesa, Cap. IV do Tít. VIII da Parte III (Tribunal Constitucional) Lei Nº 9.649, de 27 de Maio de 1998. Esta reforma viria a ser sucessivamente adiada, pelos

vários governos de diferentes cores políticas que se sucederam. Apesar disso, o movimento regionalista em Portugal é forte, principalmente nas áreas do Porto, de Setúbal, do Alentejo e do Algarve, dado que uma grande parte da população se sente muito prejudicada pelo inegável centralismo reinante no país, a partir de Lisboa, que ao longo dos anos tem feito crescer as assimetrias no território português, nomeadamente entre o Norte e o Sul, o Litoral e o Interior de Portugal, sendo este último o caso mais grave, já que uma extensa faixa de território português, mais próxima da fronteira com Espanha, enfrenta graves problemas de desenvolvimento, envelhecimento e diminuição da população, e encontra-se em risco acentuado de desertificação. A divisão administrativa do território português de modo a potenciar as características específicas de cada região, bem como a coesão e identidade nacional, tem uma longa história de vinte séculos. Este transforma-se numa variável importante na problemática e que poderá em certa medida responder a problemas de centralidade que se vêm arrastando ao longo dos anos.

Temos vindo a tratar este estudo nos formatos assentes em assuntos relacionados com a geografia física e humana, ou seja, a micro geografia e que envolvem como subtema os desequilíbrios espaciais. No entanto, convém compreender que a nova geografia, denominada também como teorética ou quantitativa que é suportada no estudo sobre analise do espaço utilizando de quantidade, no caso números, e analisando-os de acordo com “pontos”, ignorando o lado social e humano diário, mas somente observando os factos de acordo com os dados obtidos. Esta Nova Geografia surgiu durante a década dos 1950, impulsionada pelas transformações causadas na Segunda Guerra Mundial ao nível científico, tecnológico, social e económico.

A geografia em análise, ou corrente, como é chamada nos suportes de informação actuais, buscou superar os supostos “erros” existentes na Geografia Tradicional e os procedimentos metodológicos da Geografia Regional, é portanto baseada na busca de um rigor maior na aplicação da metodologia científica, diferente do que era dito na geografia tradicional, então entendida como uma ciência singular, devendo possuir métodos próprios.

Na geografia teorética, os métodos científicos são comuns a todas as ciências, e comporta uma metodologia científica como o paradigma para a pesquisa na geografia que importa por si a necessidade de maior rigor e exactidão na verificação das hipóteses tal como para a formulação das explicações nos

fenómenos geográficos que poderemos entender também como potenciais dos próprios espaços geográficos a nível humano e de produção.

O geógrafo Christofoletti (1985) refere que existem métodos científicos para a pesquisa geográfica, tendo como objecto de estudo a organização espacial com abordagem na observação empírica analisando efectivamente os seus valores, utilizando técnicas estatísticas e outros meios que são influenciados por uma economia neoclássica, ou seja, um pensamento da produção de potencial local e regional com base no princípio da microeconomia tratando os factores fundamentais da produção com base nos recursos naturais, faculdades físicas e intelectuais dos seres humanos que intervêm no processo produtivo. Barracho e Dias (2010) a este propósito referem relativamente ao espaço como recurso organizacional e produtivo, que este comporta uma infinidade de potencialidades, incluso a capacidade de podermos intervir nesse mesmo espaço, ordenando-o ou reordenando-o, e daí tirar o partido evidente para o bem-estar e a qualidade de vida dos indivíduos ou organizações.

Desta forma, compreender o espaço geográfico como um potencial pertencente, não pensando somente nesse espaço, mas também nas pessoas que o habitam e em certa medida criar as condições necessárias ao seu potenciamento sob o ponto de vista da produção, traduz uma ideia de optimização e de incentivo á apropriação e residência. No entanto, essa tarefa terá que transformar-se numa atitude orientadora e pedagógica, pois não somente envolve critérios rigorosos de análise como uma investigação profunda, e neste aspecto o papel da Universidade pública, na sua potencial capacidade científica e investigadora será sobremaneira importante e fundamental.

Neste contexto existem, segundo Moro (2003), algumas reflexões que têm levado a estabelecer determinados conceitos básicos em geografia que permitem tomar conhecimento acerca da apreensão do objecto de estudo, no caso o espaço ou espaços geográficos, como sendo, a sua localização, a extensão, a causalidade, a complexidade, o dinamismo, a conexão e a globalidade territorial. Neste propósito e no sentido de ter como objecto de estudo a dinâmica do espaço ou micro espaço local e regional, entendemos serem necessários os itens anteriormente referenciados para uma análise mais pormenorizada e equitativa relativamente ao assunto em questão.

Na abordagem ao tema do território nacional, poderemos considerar que segundo Moro e Passos (2003; 2008), o enfoque regional estuda os aspectos do território a

partir de uma escala concreta. Seja mundial, zonal, continental, estatal ou local, esta poderá ser considerada em duas direcções, como sendo, a região, com base num âmbito político ou administrativo, e a regionalização do território, esta ajustada á diferenciação de áreas e á especialização de actividades humanas tendo em conta a escala de análise.

Neste contexto poderemos analisar a problemática de forma prática e objectiva, obviamente adaptada à realidade nacional e tendo em conta as assimetrias que temos vindo a relatar ao longo deste trabalho de investigação residentes na realidade do país criando limites que vão de encontro à solução de problemas e que combatam as suas questões fundamentais.

Portugal é um país que suporta o peso da história que normalmente acompanha as diversidades da sua própria existência. Desta forma, temos contornado esta nossa investigação no sentido da compreensão das potencialidades locais e regionais do micro espaço produtivo, analisando em que medida a Universidade pública terá que envolver-se no processo.

A Universidade tem efectivamente uma missão que se traduz na sua abrangência científica e do saber. Quando afirmamos que esta terá que se deslocar na geografia, não queremos transmitir a ideia que essa deslocação seja exclusivamente suportada na sua composição física, ou seja, daremos ao longo deste trabalho de investigação maior importância na capacidade à sua função e menos á sua composição em termos de infra-estruturas.

A instalação de uma instituição universitário ou de ensino superior qualquer, num determinado local e dada a sua natureza, terá que ter em consideração uma série de variáveis que tornam exequível a sua função e que assentam em determinados aspectos sob o ponto de vista material e social, suportadas em impactos sociais económicos e históricos que permitam um processo normal de apropriação e territorialidade.

A Universidade pública na actualidade encontra-se perante desafios na criação manifesta de infra-estruturas adaptadas e que extravasem o espaço Universitário do Campus numa relação de intimidade com o meio social, colocando toda a investigação possível e preferencialmente alargada ao serviço da produção e desenvolvimento económico do país.

Confrontamo-nos por isso, com outras necessidades nos espaços Universitários, suas adaptabilidades e suportes tecnológicos que não necessitam de infra-estruturas sobredimensionadas, pelo que, o financiamento destas instituições não

terá que ser consequentemente a optimização dos recursos residentes independentemente da dimensão geográfica ou política desse mesmo espaço.

Um espaço construído, reconstruído ou recuperado que conjuntamente com a arquitectura determine o enquadramento e a função, com base em ideias, adaptações e proporcionalidades, inspirados na arquitectura e design subjacentes ao próprio ambiente e geografia local, assentes nos espaços adaptados.

Neste sentido, o Processo de Bolonha poderá apoiar este desenvolvimento de um ensino Universitário localizado, assente na teoria de uma Europa social, enquadrado por exemplo, num modelo de ensino e comunicação virtual, ajustado a uma rede de aprendizagem orientada por investigador ou tutor num ambiente interactivo, criando processos de adaptação e consciencialização da sociedade em geral.

Estruturar um projecto educativo eficaz torna-se fundamental para a consolidação de um ensino deste tipo, associado a um corpo docente investigador preparado e competente. Um país como Portugal tem que enfrentar uma situação de "competição" no sentido de fortalecer e conseguir em tempo útil a fuga de uma periferia Europeia que se revela, mas não somente na localização geográfica. Emergem expectativas relativamente á Universidade, espera-se que esta seja capaz de responder às necessidades de formação na área exterior ao seu espaço de ocupação geográfica através da interacção com as entidades que mais necessitam do seu apoio, desempenhando um papel essencial como fonte orientadora de suporte ao crescimento económico das regiões menos favorecidas, através de actividades de investigação e desenvolvimento (I&D) que promovam a optimização das potencialidades locais e regionais.

Tomando como exemplo este nosso trabalho, poderemos talvez afirmar que esta questão relacionada com a optimização da geografia desocupada e despovoada do nosso país e que se remete ao interior, está invariavelmente dependente da investigação e pesquisa, tal como as grandes questões que estão ligadas á nossa existência, sejam na área da saúde, da genética, da conquista espacial, etc. Esta é efectivamente uma realidade que faz parte integrante do nosso quotidiano e que vem comprovar a importância da investigação universitária como fundamental neste processo de desenvolvimento que infelizmente não tem sido tida em conta, provavelmente em detrimento das políticas e da mediocridade dos seus interlocutores.

Retomando o papel das Universidades e muito particularmente das Universidades públicas neste contexto, entendemos esboçar algumas referências, como sendo o desenvolvimento local e suas habilidades como condição necessária no mundo da produção, atribuindo ao problema uma série de circunstâncias adequadas, enfatizando as capacidades de criação de futuros mercados de trabalho.

Refere Cândido (2004, p.11) a propósito do processo aprendizagem através da pesquisa como fomento de produção «O principal entretanto, não é somente abrir as portas para o mercado de trabalho, mas capacitar futuros e actuais profissionais para serem, eles mesmos, capazes de se tornarem produtivos, empreendendo por conta própria novas propostas e novas formas de trabalho». Esta será uma referência reflexiva acerca da importância da Universidade como elemento de motivação do empreendedorismo contemporâneo capaz de encontrar formas de produção com base nas potencialidades materiais e humanas de cada espaço geográfico que referimos.

As mudanças dos países da Europa são iminentes, vertiginosas e de alguma forma inquietantes. As Universidades não podem perder tempo na sua função social, terão que deixar de estar viradas para a sua autonomia e na situação que se julga aparentemente confortável e fora de risco. Transforma-se numa realidade que a Universidade pública deverá repensar os seus conteúdos científicos e de investigação, rever estratégias e métodos de intervenção social adaptando-se às mudanças estruturais e articular a sua excelência, encontrar por isso formas empreendedoras de relacionamento com o meio social e económico, recorrendo aos meios humanos e tecnologias disponíveis, independentemente das proximidades geográficas, levando a informação e formação certa às pessoas certas, nos momentos certos e nos locais certos, através das infra-estruturas e a excelência disponíveis e suficientes.

2.4.2 A TRANSVERSALIDADE DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, é uma das bases que fundamentam a existência da Universidade como instituição de bem público. Por isso a transversalidade do conhecimento científico e não científico se transforma numa variável fundamental para que a sua função social seja suportada na excelência.

Caraça (1931, p.31) refere que, «as Universidades Populares devem auxiliar todas as iniciativas particulares com os mesmos objectivos e ir ao encontro de todas as aspirações culturais das massas trabalhadoras, tentando sempre satisfazê-las». Mesmo sendo este princípio de pensamento descontextualizado no momento em que vivemos e que demonstra uma aceleração no tempo, o autor vem apontando que o ensino de excelência terá tendência para a evolução se for de encontro às necessidades das pessoas, não cristalizando a sua função social, de metodologias e de ensino, recusando-se a ser um obstáculo ao progresso, contribuindo para a emancipação da humanidade, obtendo assim os resultados de um esforço comum, orientado para os mesmos princípios de concepção.

As Universidades terão que unir esforços no sentido de partilhar o saber científico e serem capazes de produzir com outros actores sociais massa crítica e excelência, redireccionando os saberes académicos numa partilha entre a Universidade e o espaço que a circunscreve.

De uma forma geral, as Universidades, independentemente de serem públicas ou privadas deverão ter em conta o início de um processo de revisão da formação que faculta, sob pena de começarem a estar desfasadas da realidade social e se confrontarem com mutações sociais que se dão de forma acelerada e quase incompreendida pelos actores envoltos num paradigma civilizacional. Costa (2001, p.3) refere,

> O novo paradigma da competitividade baseia-se na circulação e apropriação da informação e do conhecimento em tempo útil. Ficam progressivamente excluídos todos, a todos os níveis (empresas, regiões países), que não forem capazes de

> mobilizar os seus recursos humanos, os seus conhecimentos e competências. O papel da Universidade neste novo quadro é evidente.

O anteriormente referido remete-nos para um espaço-tempo em que a competitividade se torna fundamental, tal como a importância da abrangência geográfica da Universidade no que toca á apropriação e da necessidade cada vez mais acentuada de partilhar saberes, comprometendo-se assim com valores de solidariedade social. Costa (2002, p.4) afirma também que,

> A mundialização dos mercados e a hegemonia de uma visão mercantilista neoliberal são uma ameaça para as universidades, que não podem estar sujeitas apenas aos interesses do mercado, elas têm uma função social e cultural muito mais rica e complexa, têm responsabilidades de antecipação em relação ao mercado (hoje determinado pelo curto prazo) e envolvem valores e saberes afastados dos meros interesses económicos.

Na obrigatoriedade, cabe-nos concordar com a afirmação, teremos que repensar a sua verdadeira função da Universidade no geral e muito particularmente da pública, a sua transversalidade ao mundo exterior, num apoio que passa pela partilha do seu saber científico, estendendo-o a um espaço mais abrangente e esquecido, vítima de políticas neoliberais que centralizam toda a sua atenção em valores de macroeconomia e que como se tem verificado se centram no litoral.

Para uma melhor análise crítica da problemática, tomamos como referência de medida o poder de compra (PPC) per-capita (IpC) das populações anexas às várias áreas geográficas (municípios) do país acentuando as diferenças entre o espaço geográfico e a riqueza que este produz disponíveis nos dados do INE (Instituto Nacional de Estatística)

A Percentagem de Poder de Compra (PPC) é um indicador derivado do valor per Capita (IpC) e pretende avaliar o grau de concentração do poder de compra nos diferentes territórios, tendo em consideração que as áreas de maior ou menor poder de compra no território nacional dependem, não só da distribuição do poder de compra per capita pelo país, mas também da distribuição espacial da população residente.

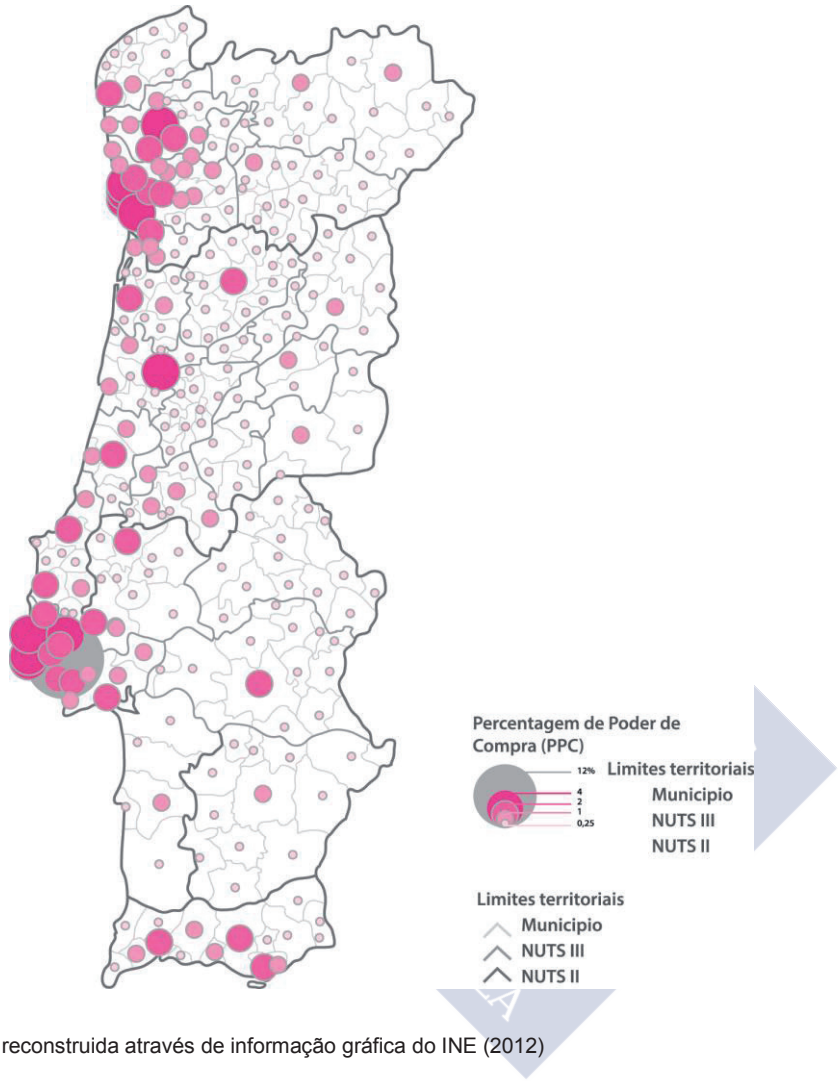
Conforme poderemos verificar no mapa da figura 02.009, as sub-regiões de Lisboa e Porto representam perto de metade do poder de compra no território nacional,

28% e 14%, respectivamente, tendo em conta também a península de Setúbal que acumula 8% desta realidade.

Não obstante, as duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, apesar de acumularem 52% do poder de compra nacional também encerram em si 44% da população, 27% na área metropolitana de Lisboa e 17% na área metropolitana do Porto.

Figura: 02.009

Percentagem de Poder de compra (PPC) por município, 2011



Fonte: Imagem reconstruida através de informação gráfica do INE (2012)

Dos 308 municípios portugueses, cerca de 7% (22 municípios) e 20% (63 municípios) concentravam respectivamente, 50% e 75% do poder de compra nacional, donde que, poderemos concluir que o poder de compra se concentra efectivamente nas áreas associadas á dimensão urbana e territorialmente concentrada, principalmente na zona do litoral, como temos vindo a constatar no decurso deste trabalho de investigação, e como é graficamente perceptível através do mapa da figura 02.009.

Conforme os indicadores, é conclusivo que Portugal, durante os últimos quarenta anos é um país que concentra o seu investimento e riqueza ao litoral remetendo o interior ao anonimato sob o ponto de vista do investimento e da riqueza.

Torna-se decerto inoperante o perfil de Universidade empreendedora tal como a conhecemos, não obstante sabermos que nesta sociedade do conhecimento encaramos uma Universidade formadora que divulga uma nova forma de negócio e que este assenta na transacção de novas competências ao nível do conhecimento e da inovação gerando um novo formato de economia entre ela e um mundo empresarial, suportadas no negócio da investigação e da educação académica.

Costa (2001) desenvolve uma teoria que determina de certa forma aquilo que entende como sendo a Universidade do futuro, ou pelo menos, como deverá ser.

A Universidade deverá desempenhar um papel central no debate sobre as grandes mutações sociais que estamos a viver, devendo-se adaptar a outros factores de transformação, contribuindo para uma evolução da sociedade no sentido do progresso e desenvolvimento humano.

Uma visão abrangente da função social da Universidade sob o ponto de vista da protecção no que toca ao desenvolvimento, poderá ser encarada como uma forma de se identificar com a sua própria importância, não se deixando arrastar pela ideia de uma instituição pública, demarcando-se de políticas centradas em interesses que nem sempre fazem parte da sua verdadeira função.

Os desafios de mudança que se colocam hoje á Universidade e a recomposição de saberes que exigem são, na sua essência os mesmos que marcam a emergência da “Universidade moderna”, há cerca de 200 anos.

A realidade é que não poderemos entender a complexidade social e suas transformações sem que para isso não tenhamos que envolver a Universidade como elemento fundamental nessas mesmas transformações que por sinal exigem a sua presença transversal á sociedade e às suas necessidades tendo como finalidade determinante uma missão científica, pedagógica, profissional, social, comunitária e cultural.

É neste contexto e no conjunto destas missões que entendemos a obrigatoriedade da função da sua função, face a novas expectativas relativamente às necessidades sociais e ao contexto socioeconómico cada vez mais baseados no conhecimento.

O desenvolvimento económico passa efectivamente pela intervenção da Universidade como elemento mediador entre o valor da economia e o caminho para o atingir.

Desta forma e numa atitude transversal, ela terá que abarcar outras áreas do conhecimento e da formação, valorizando o saber e a empregabilidade com base na investigação orientada ao apoio científico e técnico especializado, numa atitude transversal às problemáticas que usualmente ficam longe da sua zona de conforto, convertendo espaços e infra-estruturas para uma finalidade comum ao interesse do país e muito concretamente ao interesse do espírito inovador que poderá propor novos formatos de governança e de produção, envolvendo todos num objectivo comum.

A Magna Carta Universitatum (1988) subscrita pelas Universidades Europeias, a propósito das comemorações dos novecentos anos da Universidade de Bolonha, proclama que os Povos e os Estados devem, mais do que nunca, tomar consciência do papel que as Universidades serão chamadas a desempenhar numa sociedade em procura contínua de transformação e internacionalização, e enuncia os princípios basilares que devem, no presente e no futuro, sustentar a vocação universitária. Princípios que são nucleares ao próprio conceito de Universidade, são portanto eles, em quatro traços fundamentais: a independência ética e científica, tanto perante o poder político como o económico; a indissociabilidade entre o ensino e a investigação, para que o ensino possa acompanhar em permanência na evolução do conhecimento científico, bem como das necessidades da sociedade; o respeito pela liberdade na investigação e formação, como dimensão axiológica da autonomia universitária; e a universalidade do âmbito de actuação da Universidade, enquanto depositária da tradição do humanismo europeu, expressa na preocupação constante em alcançar o saber universal, no ignorar das fronteiras geográficas ou políticas, e na afirmação da necessidade vital do conhecimento mútuo e interacção entre as diferentes culturas.

Tomando como referencia a universalidade do âmbito de actuação da Universidade, registamos um propósito que toca efectivamente na principal linha de orientação desta tese de doutoramento e que notoriamente remete para a Universidade a responsabilidade de gerir, não somente o seu espectro de actuação, mas também exaltar as suas fronteiras até ao espaço mais recôndito e afastado de si e dos seus propósitos e políticas.

Portugal, na sua geografia física e humana terá que alargar os horizontes e transversalizar a sua função científica e empreendedora, não reduzindo a sua função social à necessidade imperiosa no tocante aos índices de competitividade na Europa com vista aos objectivos determinados pela estratégia de Lisboa, mas

também assumir a responsabilidade duma realidade local que traz, arrastada por uma crise política e económica, um processo de rotura do país consigo próprio e com a cegueira política que nunca se lhe permite uma visão clara dos problemas internos em particular. Certamente estes problemas de identidade e suportabilidade de uma vida sustentada, remete os portugueses para um pensamento simples e que ao longo dos tempos de história deste país tem sido quase que a terapia eficaz para um problema que é transversal e abrangente á nossa dimensão geográfica: a emigração. Hoje, os valores dessa doença são substancialmente mais assustadores. Mariano (2010, p.1) descreve desta forma o novo cenário da emigração nacional:

> Verifica-se uma tendência ao aumento da população emigrante com menos de 29 anos de idade, enquanto o ritmo de emigração da população mais velha tende a manter-se constante; a taxa de crescimento da emigração permanente é superior à da emigração temporária; na emigração permanente, verifica-se uma quase paridade entre os dois sexos, enquanto a emigração temporária permanece essencialmente masculina; a emigração de trabalhadores qualificados tende a crescer mais do que a dos trabalhadores não qualificados.

Na actualidade, são sobretudo jovens quadros técnicos e científicos que procuram oportunidades de enriquecimento profissional no estrangeiro, o que em certa medida reflecte uma inegável evolução do país nas áreas da ciência e investigação, no entanto e convenhamos, começa a ser um investimento pouco eficaz sob o ponto de vista do lucro, como mais á frente poderemos verificar.

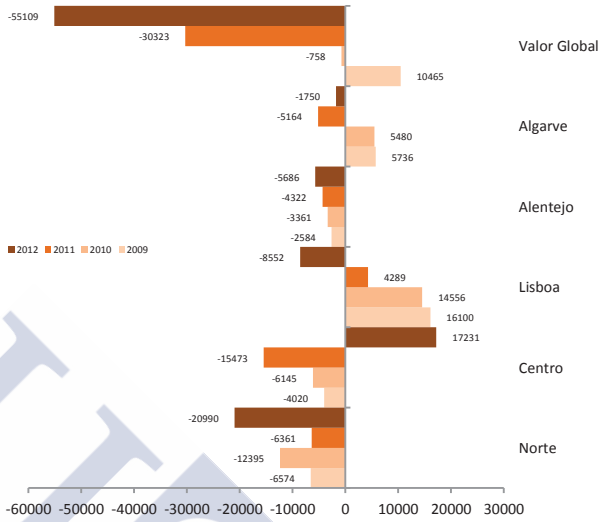
Quando se refere que a emigração de trabalhadores qualificados tende a crescer mais do que os trabalhadores não qualificados, remete-nos a um pensamento que por si, se centra no papel da Universidade e esta, obrigatoriamente não poder confinar-se ao processo aprendizagem, seja científico ou de investigação, sob o risco de encobrir fragilidades de convivência entre o estado e a Universidade na sua função empreendedora (Mariano, 2010).

Tomando como referencia as componentes de crescimento demográfico em Portugal verificamos que nas regiões que compõem o espaço geográfico determinado pelo continente de 2009 a 2012, as taxas de crescimento efectivo da população foram negativa.

Figura: 02.010

Componentes de crescimento demográfico, Portugal Continental NUTS II – 2009 - 2012

	2009	2010	2011	2012
Global	**10465**	**- 758**	**- 30323**	**- 55109**
Norte	- 6574	- 12395	- 6361	- 20990
Centro	- 30323	- 6361	- 15473	- 17231
Lisboa	16100	14556	4289	- 8662
Alentejo	- 2584	- 3361	- 4322	- 5686
Algarve	5736	5480	- 5164	- 1750
Açores	-	-	-	-
Madeira	-	-	-	-



Fontes: Elaboração própria. Dados INE e PORDATA (2013)

A figura 02.010 permite-nos ter uma visão algo abrangente da situação do país quanto a esta questão da emigração nos últimos anos com base nas componentes de crescimento demográfico e que vem agravar a problemática do despovoamento do interior do país e das zonas mais afectadas pelo subdesenvolvimento, como sendo o interior Norte, Alentejo e Algarve, sendo este último reflexo de oportunidades sazonais o que determina algumas assimetrias sob o ponto de vista da coerência estatística.

Grande parte desta emigração, como anteriormente referido, deve-se a uma fusão de duas novas categorias tipo de emigrantes, como sejam, aqueles que saem por razões de sobrevivência, confrontados com uma crise visível e aqueles que saem através de multinacionais cuja oferta de emprego se localiza fora do país, ou até aqueles que saem através de programas de investigação, bolsas de estudo entre outros, porque em Portugal lhes é impedida a evolução de uma carreira profissional ou oportunidade profissional condizente com a sua formação académica.

Estamos portanto perante um movimento emigratório de quadros qualificados, remetendo assim a responsabilidade para a incapacidade dos governos

portugueses para o desenvolvimento do país, mas Marques (2010, citada por Mariano, 2010), quando refere que esta realidade migratória é altamente dinâmica e está sempre em movimento, o que entende a autora que é bom para os portugueses serem apreciados e reconhecidos no exterior. Aliás opinião partilhada por Oliveira (2010), quando opina sobre o assunto, afirmando que só quem nunca saiu de Portugal pensa que não tem valor. Estamos em pé de igualdade com os nossos colegas europeus. Cabe-nos discordar de tais opiniões, no sentido em que esse é o pensamento que tem subsistido durante os últimos quarenta anos em Portugal, donde que, as Universidades portuguesas geram a excelência e esta, não encontrando recursos e apoios no seu país vêem-se forçados a residir e construir um futuro mais sólido em países estrangeiros, o que aliás, estes de todo agradecem, pois não gastaram quaisquer recursos e tiram o partido produtivo da excelência reconhecida mundialmente sem qualquer custo, isto porque o cenário político e económico do nosso país em tudo ou nada se alterou após a revolução do 25 de Abril de 1974.

Em síntese, durante o regime do Estado Novo, Portugal fornecia aos países do mundo, mão-de-obra não qualificada que em tudo dignificou Portugal e a partir dos anos 1970/80, passou a fornecer mão-de-obra altamente qualificada com o esforço de todos os portugueses e que infelizmente em grande parte não regressou, para que o nosso país tire os óbvios dividendos do investimento, cabe-nos por isso, discordar sobremaneira com o afirmado no parágrafo anterior.

Acreditamos porém, que a geografia sob o ponto de vista físico e humano associado à transversalidade científica produzida pelas Universidades públicas portuguesas poderá ser uma referência nesta lacuna social que nos tem envolvido num emaranhado de incertezas, pois segundo Barracho e Dias (2010, p.49) a propósito do espaço organizacional,

> A avaliação dos espaços de trabalho é um utensílio importante para uma melhor compreensão das relações entre o comportamento e o ambiente de trabalho e, permite ainda determinar, quais os efeitos criados pelo contexto ambiental no seio do qual se exercem determinadas funções.

Neste contexto de pensamento, e embora os autores façam a referencia ao espaço circunscrito a uma área de trabalho restrita, permite-nos abordar este tema de uma

forma mais abrangente e compreensível quanto ao espaço geográfico e suas potencialidades como recurso importante de uma qualquer organização.

Entendemos poder criar-se um sistema de ensino universitário público mais abrangente que promova a I&D articulada e transversal com o interior do país, (no caso, aquele que mais suporta as assimetrias sociais da economia), gerando um espaço de coesão social de onde possam emergir ideias capazes de conceber e desenvolver o território na sua capacidade de produzir em espaço local e regional.

2.5 UNIVERSIDADE, INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO

Cada vez mais, as sociedades necessitam de se manter competitivas. Vivemos numa economia global, onde os consumidores impõem um ritmo acelerado ao nível das exigências em todos os sentidos associado a um avanço extraordinário dos suportes de informação e novas tecnologias. Os novos e mais eficazes modelos de trabalho permitem uma maior aproximação das pessoas e ideias.

Desta forma, julgamos impor-se uma aposta definitiva no conhecimento, tendo como suporte essas mesmas tecnologias, possibilitando um ritmo de desenvolvimento das sociedades, podendo envolver todos os espaços na geografia sem excepção.

Cardoso (2005, pág. 94) expõe que «o desenvolvimento das sociedades assenta pois crescentemente na criação, difusão e utilização do conhecimento». Este conceito, quanto à forma de entender o desenvolvimento social se enquadra sobremaneira na nossa ideia relativamente à função e responsabilização da Universidade na evolução das sociedades em toda a sua plenitude, através da aprendizagem de indivíduos, organizações e regiões.

Na base desta nossa discussão desenvolve-se uma proposta para a necessidade de criar sinergias que difundam o desenvolvimento e o crescimento económico das regiões e muito concretamente as que nas últimas décadas têm sido remetidas ao isolamento e esquecimento tal como a criação de emprego no espaço geográfico que tratamos e que se centra no interior do país é, então, essencial promover o alargamento do capital humano que pressuporá uma maior envolvência junto das pessoas e das comunidades potencialmente produtivas, integrando-as numa sociedade contemporânea, transformando assim a função complementar das Universidades numa partilha de conhecimento (Cardoso, 2005).

As Universidades medem-se também pela sua produção científica, o qual não podemos de forma alguma esquecer, e esse trabalho científico terá que se reflectir na organização e produção social sob o ponto de vista do crescimento e enriquecimento cultural e intelectual, pois essa avaliação terá que ser “quantificada” através do impacto dessas mesmas actividades de investigação no meio social e

humano, seja sob o ponto de vista da cultura, da produção, cidadania entre outras varáveis importantes no processo.

Quando abordamos o papel da Universidade na sociedade portuguesa tendemos a enquadrá-la num contexto lógico de mudança numa época actual de transformação, seja ao nível da atitude humana, como num avanço tecnológico quase que imparável, no sentido de promover a inovação e a sustentabilidade, não obstante estarmos confrontados com um acentuado desequilíbrio das finanças públicas que tem vindo a ser uma questão central para o impedimento do avanço do trabalho de evolução das Universidades públicas, na relação que deveriam ter com o espaço circunscrito à sua área de influencia.

Com a adesão à União Europeia, Portugal através dos recursos que entretanto absorveu, não conseguiu implementar uma organização produtiva e de estruturação do território de forma equilibrada e sustentada, tarefa que em tempo real se confinou a quarenta anos, tornando visível um investimento em linhas de intervenção em áreas de infra-estruturas territoriais que pouco ou nada contribuíram para a resolução da problemática em questão.

Nos últimos anos a Europa caiu numa espiral que provocou uma queda da produção económica, o que reflectiu uma recessão visível e que nos assola ainda hoje, perspectivando-se ainda durante algum tempo.

Melo (2002) entende que Portugal e a sua economia acaba assim por ser um elemento que perde neste processo que sempre se pretendeu global não conseguindo travar uma economia de bens transaccionáveis que são fortemente dependentes do crédito externo assim como o desvio das indústrias onde se verifica uma mão-de-obra mais barata, como seja a China e os países europeus de leste, o que reflectiu consequências catastróficas na actual conjuntura social, introduzindo no problema uma variável que se tem tornado pertinente, ou seja, o aumento substancial de novos emigrantes, como já tivemos oportunidade de referir anteriormente, pois só entre 2007 e 2011 verificamos cerca de um milhão de emigrantes, sobretudo jovens quadros licenciados, reflexo de uma reduzidíssima oferta de emprego.

A fraca aposta na inovação, na tecnologia e na confiança dos agentes públicos, entre eles as Universidades, tenderá a desacreditar num regresso ao empreendedorismo e na confiança no futuro porque o resultados do crescimento económico abaixo de 1% e a pressão fiscal que se fez notar até 2009 desde a introdução do euro em 2001, levaram à eliminação de milhares de pequenas e

médias empresas responsáveis por 70% dos postos de trabalho associada a uma desmotivação eminente no empreendedorismo (Cabugueira, 2000).

Neste cenário entendemos concluir que as vantagens competitivas das Universidades estão directamente ligadas á sua capacidade de produzir e dominar as ferramentas tecnológicas disponíveis no mercado (Simon, 1997), numa atitude empreendedora e cumprir de forma mais capaz a sua missão na pesquisa, na extensão e na tecnologia entendendo-a como elemento fundamental para a evolução socioeconómica do espaço geográfico no seu todo e não no particular.

O avanço científico e tecnológico tem envolvido a humanidade numa forma de compreender as coisas algo diferenciada de há uns anos atrás, não somente diferenciada como também mais abrangente sob o ponto de vista da compreensão, ao ponto de alterar toda a estrutura das organizações de produtos e serviços, gerando-os em escala, ou seja, vendo o negócio de produção numa perspectiva de espaço geográfico e consequentemente a relação entre as distâncias.

A Universidade tem efectivamente um papel fundamental neste processo, fornecendo massa crítica no sentido de criar estímulos por forma a gerar uma dinâmica de produção através da excelência e da investigação. Tem pois, como objectivo demonstrar como e com que estratégia terá que tornar-se mais empreendedora numa atitude de pró-actividade socioeconómica num trabalho de esforço em função das necessidades do país e muito concretamente do país real, que, queiramos ou não faz parte de um mundo cada vez mais, economicamente global.

As Universidades, como todas as organizações são envolvidas pela globalização da economia, pela evolução tecnológica e o aumento da exigência em qualidade pelos consumidores (Antunes, 2005), pois actualmente as Universidades começam a explorar essas mesmas tecnologias como forma de formação à distância, entrando num mercado competitivo que anteriormente somente cabia às empresas. Na actualidade já competem também pela excelência ao nível dos alunos e docentes, porque estão efectivamente envolvidos num mundo cada vez mais global, onde as fronteiras geográficas passaram a ser um menor problema, obrigando as Universidades a gerirem as suas funções como um negócio, obrigando-as a uma atitude tão agressiva quanto a qualquer empresa ou instituição. A principal característica da Universidade sob o ponto de vista da produção e da sua entrada num mundo competitivo assenta na compreensão em profundidade das características do empreendedorismo e consequentemente do seu papel no

processo de desenvolvimento socioeconómico, o que obrigará a um novo desenho organizacional que lhe confere a agilidade e a flexibilidade necessárias para um desempenho elevado (Rodrigues e Tontini, 1997).

Ora, sendo este trabalho de investigação a base de uma ideia quanto á possibilidade de compreender uma nova e acrescida função social da Universidade pública na sua responsabilização na economia, nomeadamente a criação de uma estrutura organizacional abrangente no território, num processo de apropriação e territorialização, cabe-nos por isso rejeitar a ideia que a Universidade pública seja entendida como uma qualquer empresa ou instituição com fins lucrativos e sim um elemento social que apoie o Estado na criação de uma base geradora de efeitos de colisão na produção local e regional do micro espaço geográfico, conforme referimos no capítulo anterior.

Pazeto (2005, pág. 488) cita, «a universidade, na condição de uma das instituições especializadas no contexto da produção do conhecimento e da realidade social, não estabelece interlocução sistemática entre formação, mundo do trabalho e desenvolvimento da sociedade».

Neste contexto, o interesse entre o conhecimento e o trabalho, ou seja, entre a Universidade e o sector produtivo decorre efectivamente da centralidade das pessoas numa relação conjunta, visando por isso uma produção sustentável em espaços sociais de conveniência. Salienta assim a necessidade de um estreitamento de relação entre a Universidade e o sector produtivo numa atitude de parceria, não obstante e na actualidade o que se verifica é tão-somente a subordinação, em detrimento da produção de conhecimentos, de formação e relações de interdependência.

O tema que tratamos requer uma atenção algo minuciosa e continuada, pois implica uma relação aprofundada entre o trabalho e o conhecimento, no caso, a Universidade na sua variante de investigação e o espaço geográfico no seu potencial de produção, não obstante e como referem Frantz e Silva (2002, p.492) menciona,

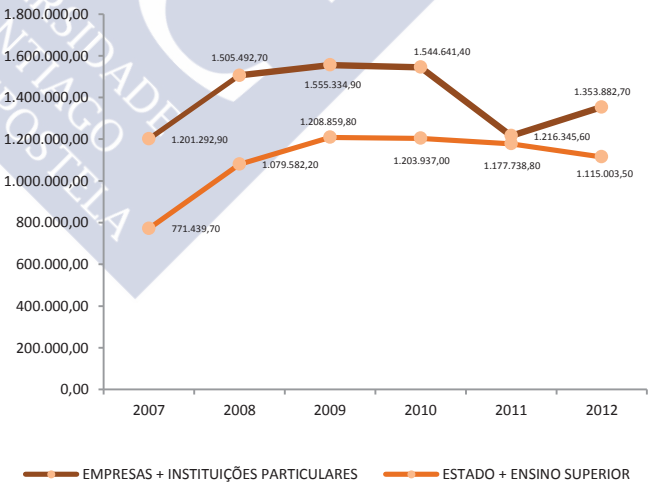
> O contexto social, político e cultural sempre pressionou a Universidade a cumprir funções que nem sempre lhe são próprias e que ao abrir-se para as solicitações, a Universidade criou um novo senhor controlador – o mercado. Este completamente dominado por monopólios e, em muitos aspectos desregulado, impõe interesses nocivos ao carácter universal da ciência.

Esta realidade expressa a mercantilização da Universidade e consequentemente da ciência, no seu espectro de investigação e produção se encontra refém de um processo neoliberal que de certa forma e como refere Oliveira, (2004, p.246) "a mercantilização da ciência está em curso no momento, fazendo parte do processo neoliberal imposto á Universidade". Cabe-nos por isso concordar com tal abordagem do problema, pois encontramo-nos perante um desvio da verdadeira função da Universidade na sua componente intelectual e de investigação, remetendo este princípio para o interesse privado em detrimento dos interesses sociais e económicos da comunidade através dos resultados da sua investigação e na utilização da massa crítica em prol dos interesses de uma mercantilização do saber e saber fazer. A realidade é demostrada pelo investimento das entidades privadas na investigação e desenvolvimento (I&D) comparativamente às entidades do Estado, inclusive a Universidade, conforme se confirma na figura 02.011.

Figura: 02.011

Despesas em actividades de investigação e desenvolvimento (I&D) por sector de execução

Ano	EMP + I.P.	EST + E.S.
2007	1.201.292,9 €	771.439,7 €
2008	1.505.492,7 €	1.079.582,2 €
2009	1.555.334,9 €	1.208.859,8 €
2010	1.544.642,4 €	1.203.937,0 €
2011	1.216.345,6 €	1.177.738,8 €
2012	1.353.882,7 €	1.115.003,5 €
2013	-	-
2014	-	-



Fontes: Elaboração própria, Dados, DGEEC/MEC – PORDATA (2013)

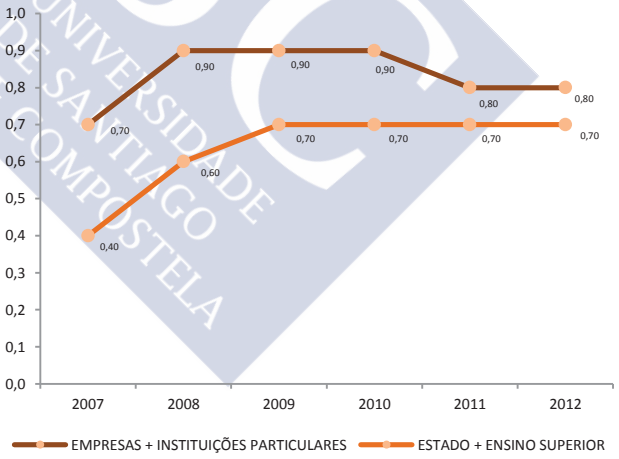
Legenda: EMP+I.P. – Empresas + Instituições Privadas / EST +E.S. – Estado + Ensino Superior

Se observarmos a figura 02.011, sob o ponto de vista da análise de investimento em investigação e desenvolvimento (I&D), verificamos que, conforme temos vindo a afirmar durante esta investigação, nos últimos anos a responsabilização do Estado e as Universidades quanto a este assunto tem-se diluído, o que em certa medida comprova a mercantilização da investigação em Portugal, desresponsabilizando as Universidades públicas em concreto duma tarefa que em toda a medida lhe compete liderar dentro de um processo não somente de qualidade como também de quantidade, no entanto e como se poderá verificar, esta competência tem-se agravado devido a uma crise iminente e que tem afectado sobremaneira o Estado, notando-se acentuadamente a quebra em 2011 comparativamente á evolução do investimento desta matéria através das empresas e instituições particulares.

Figura: 02.012

Despesas em actividades de investigação e desenvolvimento (I&D) em % do PIB (Produto Interno Bruto) por sector de execução

Ano	EMP + I.P.	EST + E.S.
2007	0,7	0,4
2008	0,9	0,6
2009	0,9	0,7
2010	0,9	0,7
2011	0,8	0,7
2012	0,8	0,7



Fontes/entidades: DGEEC/MEC – PORDATA (2013)

Legenda: EMP+I.P. – Empresas + Instituições Privadas / EST +E.S. – Estado + Ensino Superior

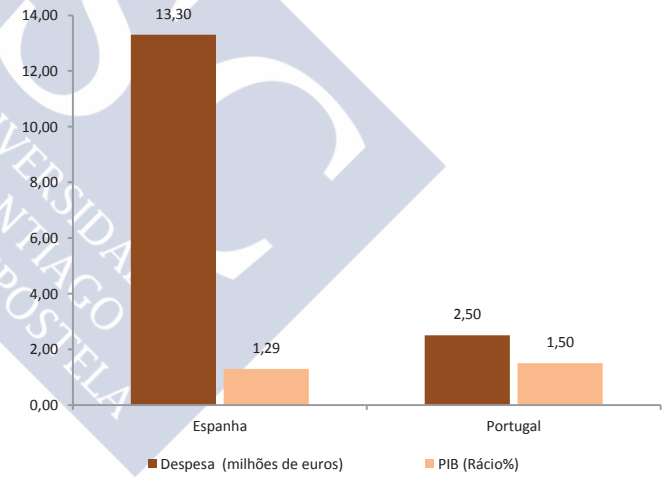
Relativamente ao produto interno bruto (PIB), também é notória a discrepância nos valores comparativos relativamente ao investimento na investigação e desenvolvimento (I&D), conforme mostra a figura 02.012.

Portugal encontrava-se até 2012 bastante abaixo de uma média europeia no tocante a esta área de investimento, se não, vejamos por comparação à vizinha Espanha que em 2012 inclui um total de investimento em PIB, um rácio de 1,29%, com uma despesa aproximada 13,3 milhões de euros e com Portugal com um rácio do PIB a 1,50% e um investimento de aproximadamente 2,5 milhões de euros, conforme poderemos confirmar na figura 02.013.

Figura: 02.013

Dados de referência comparativos de despesa em I&D (Milhões de Euros) e rácio (%) do PIB entre Portugal e Espanha (dados provisórios em 2012)

	Despesa (€)	PIB (%)
Espanha	13.284.208	1,29
Portugal	2.468.886	1,50



Fontes: Elaboração própria. Dados, Eurostat, OCDE, DGEEC/MEC, INE e PORDATA (2014)

A Universidade pública portuguesa poderá ser um dos principais actores nesta transformação que se impõe no panorama da investigação portuguesa, não obstante se notar nos últimos anos uma vontade acentuada de mudança neste cenário, com uma aposta clara na investigação. No entanto, esta mudança não

responde aos problemas que tentamos esmiuçar, ou seja, a problemática do espaço geográfico do país que se encontra "abandonado" pelos interesses dessa mesma investigação e ciência que em primeira análise é protagonizado pela Universidade pública que continua a ser uma realidade agravada no tempo.

As transformações nas últimas décadas foram sobremaneira acentuadas e profundas, sendo reflexo de uma mercantilização do ensino universitário e superior em geral, não se verificaram grandes alterações a esse respeito. Verificaram-se mudanças na estrutura dentro das próprias Universidades que pouco ou nada afectaram na sociedade em geral. Como referem Santos e Filho (2008, p.45)

> A resistência tem de envolver a promoção de alternativas de pesquisa, de formação, de extensão e de organização que apontem para a democratização do bem público universitário, ou seja, para o contributo específico da Universidade na definição e solução colectiva dos problemas sociais, nacionais e globais.

Esta referência ao conjunto parece-nos pertinente no sentido que vai de encontro aquilo que entendemos como sendo um dos papéis importantes da Universidade, muito particularmente a pública. Desta forma e como os autores acentuam, a Universidade pública não poderá nunca ausentar-se de um problema social do qual é em substância responsável, pelo simples facto de a excelência ser um dos pilares da sociedade sob o ponto de vista da sobrevivência e da produção.

A Universidade está, em nossa opinião, e perante o histórico de há quarenta atrás numa situação de desresponsabilização de um lado social que terá que servir os interesses, não somente dos seus estudantes, ou da sua estrutura, mas também daqueles que se encontram em situação de distanciamento, ou seja, aqueles que não fazendo parte integrante do mundo académico, fazem parte do país e que muito provavelmente serão pais e irmãos desses académicos que por oportunidade, valores ou outros constrangimentos esquecem as suas origens.

A Universidade pública terá que efectivamente emergir da sua posição defensiva e combater uma crise decorrente que não se estende somente no campo socioeconómico mas muito mais no campo intelectual quase que ofuscado por um Estado cada vez mais neoliberal e que entende a crise de um país como sendo uma situação normal de sobrevivência, em que a Universidade vai perdendo no tempo a sua hegemonia. Porém, levanta-se aqui uma outra questão - que tipo de saber caberá á Universidade da actualidade transmitir e para que finalidade se

encaminhará o conteúdo da sua investigação que segundo a actual conjuntura terá que se transformar em algo mais sustentável e produtivo.

Não será boa ideia a união da investigação pura e aplicada, pois tal traria consequências nefastas para a Universidade e para a ciência. O que aqui se procura é efectivamente um compromisso entre estas duas variáveis, atribuindo às Universidades a investigação pura numa procura da verdade, no entanto esta deveria incluir uma componente prática, incentivando assim, uma fórmula que considera eficaz, ou seja, "formação pela investigação".

Este conceito, ou ideia de aprendizagem e formação através da investigação, leva-nos a compreender que apesar de tudo, o modelo de Humboldt concebe uma Universidade algo independente do Estado, o que em certa medida não responde de forma efectiva à nossa proposta, na qual pensamos que a Universidade pública, embora com toda a sua independência intelectual, representaria o Estado em toda a sua plenitude, no entanto traria mais-valias e uma maior abrangência geográfica no que toca à investigação e sua aplicabilidade, assim como ao seu princípio empreendedor, donde que, as habilidades e competências profissionais não assentarão na esfera do saber científico, mas poderão incorrer dos modelos tradicionais do "saber fazer" na sua intangibilidade.

É nesta simbiose entre o "saber científico" e o "saber fazer" que visionamos a resposta para o nosso problema da abrangência geográfica da Universidade pública respondendo às questões que ao longo deste trabalho de investigação temos tratado e que é também centrado na ideia de uma concepção de ciência, ou saber científico, (Hohendahl, 2014).

Arriscaríamos a dizer que está em curso um outro formato de produzir ciência e esta reflectir inovadoras formas de produção com base em processos de avanço tecnológico, nomeadamente, a partilha de saberes com outros actores sociais através de tecnologias actualizadas ligadas aos novos formatos de comunicação, à robótica, etc. Logo, as Universidades terão que encontrar formas de, em conjunto com as instituições e apoiadas numa visão do espaço tão abrangente quanto possível estruturar uma diferente concepção da ciência, principalmente no que se refere aos efeitos práticos do saber dando lugar a um saber científico inerente às novas tecnologias e através disto conseguir contribuir sobremaneira para a optimização do espaço geográfico remetido ao esquecimento, desertificação e despovoamento, como trataremos mais à frente.

Conforme Rodrigues e Tontini (1997, p.39) citam, «o processo híbrido reconhece, que a tecnologia atingiu um tal nível de sofisticação que é contra produtivo separá-la da ciência. A produção e transferência de tecnologias tornam-se uma base para a Universidade».

Esta relação entre a ciência e a tecnologia obrigará a estratégias estruturais sob o ponto de vista de planeamento, testando a sua capacidade de organização, produção de conhecimento e geração de produtos que tenham efectivamente um impacto social, político e económico na sociedade.

A Universidade pública portuguesa poderá gerar uma nova habilidade de produção, criando através de um modelo híbrido que integre diversas funções de investigação e recursos que estabeleçam durante um processo de diversificação entre a tecnologia e a ciência que em consciência dificilmente se poderão separar.

Assim, a produção e transferência de tecnologia, a que Rodrigues e Tontini (2000) chamariam de quarto elemento, tornam-se numa nova base para a Universidade, como algo novo a ser agregado à sua missão, criando assim uma nova Universidade empreendedora.

2.5.1 PERSPECTIVAS ACERCA DE UMA COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL ADAPTADA E SEU IMPACTO NO FUTURO

O futuro da comunicação e seus impactos na sociedade através de tecnologias cada vez mais rápidas e integradas, levam a que o conceito de presença e distância se altere profundamente e as formas de ensinar e aprender também.

É difícil prever o futuro, porque ele não se desenvolve linearmente e a evolução das tecnologias de comunicação antecipa por vezes a nossa imaginação, o que transforma por completo todas as ideias e os projectos que não ocorram no momento, por isso, será cada vez mais importante para as pessoas, as instituições e os países Moran (2004).

A comunicação, em certa medida, tornar-se-á mais complexa porque tendencialmente se afastará do espaço físico da tradicional sala de aula e poderá diluir-se em espaços que muitas vezes não necessitarão mais do que um quadro interactivo, motivando assim presenças virtuais.

O professor tenderá a uma função algo mais importante e que assentará na gestão e mediação da informação, o que obrigará a uma maior flexibilidade do seu saber tornando-o mais abrangente e estender-se-á a todos os espaços sociais numa geografia que embora afastada se tornará mais próxima, donde que, as organizações passarão a um processo que integre tecnologias avançadas com projectos pedagógicos inovadores para que qualquer pessoa possa aceder ao processo aprendizagem com base nestas tecnologias de comunicação virtual, independentemente se este processo de aprendizagem seja meramente académico ou até de aprendizagem profissional.

Moran (2004, p.33) indica que,

> A aprendizagem será realizada, não pela decoreba, mas sim pela participação em projectos organizados em torno de problemas e que levem a descobertas pelos alunos de conhecimentos novos. Buscar-se-á mais o equilíbrio entre a aquisição de competências necessárias para sobrevivência no mundo moderno.

Neste ponto, o autor toca sem dúvida no assunto fundamental e que complementa em parte este trabalho de investigação, ou seja, a utilização das tecnologias de

comunicação no desenvolvimento do processo produtivo através da excelência da Universidade e produtor, numa relação quase que docente-discente, não obstante tratarmos de finalidades algo diferenciadas, onde o objectivo é efectivamente determinado pelo processo produtivo em espaço geográfico remetido ao interior do país. Não será fácil prever qual será o verdadeiro papel da comunicação online ou até qual a influência que este inovador formato de comunicação terá no futuro. Poderemos provavelmente ter a possibilidade de utilizar uma forma diferente de difundir uma mensagem através de um meio que tem a vantagem de conjugar texto, imagem e som numa só estrutura que estará ao alcance de todos, em qualquer lugar á distância de um simples clique.

Estamos perante uma revolução da informação que no tempo se vai encorpando e tomando formas muitas vezes assustadoras atendendo à sua velocidade e capacidade de armazenamento de dados, transmitindo-os com a mesma velocidade com que os retém, revelando-se assim uma das grandes características da modernidade (Sodré, 2002).

Daltoé (2014) afirma que se a indústria se centrou na mobilidade espacial, a informação centra-se na velocidade virtual, na anulação do espaço pelo tempo, gerando novos canais de distribuição de bens e a ilusão da ubiquidade humana. Esta abrangência na comunicação afirma-se através de uma evolução tecnológica que avança ao minuto e que nos transforma em reféns de uma “arma” comunicativa que obriga à cumplicidade entre as partes, por muito que isso custe a “uns e a outros”, esta é efectivamente uma visão do futuro e que é visível todos os dias da nossa vida. Campus é um conceito de espaço Universitário que por norma se situa em zonas urbanas que marcam não somente uma etapa da Universidade mas também um momento político e social protagonizado pelo poder. Na actualidade este sobredimensionamento da Universidade terá que provavelmente ser repensado. Os avanços tecnológicos poderão ser o fio condutor de um novo formato pedagógico e de comunicação assente em plataformas digitais. As necessidades de comunicação rápida e contemporizada obrigarão a uma reformulação das infra-estruturas Universitárias ao nível da arquitectura e do design que actuem em ambientes adaptados (Passos, 2008).

É importante pensar-se numa Universidade inserida no contexto europeu e com base numa realidade interpessoal que propõe também um outro tipo de Universidade, virada para o debate, a cidadania e individualidade, num espaço vocacionado para a funcionalidade numa relação óptima entre esse mesmo espaço

e o factor humano, assente numa arquitectura e num design com argumentos capazes de assegurar uma ergonomia e ambiente transversais a uma tecnologia actual.

Uma relação íntima entre a Universidade e o mundo empresarial terá que ser uma realidade, no sentido de absorver vantagens competitivas em que a cooperação interinstitucional e o trabalho em parceria possam ser um todo. As empresas seriam envolvidas nas políticas sociais e contribuiriam para a formação direccionada de mão-de-obra qualificada. Neste propósito, as Universidades terão futuro assente numa plataforma de cumplicidade e organizadas em rede, numa atitude independente e pedagógica, motivados e sob a responsabilidade do mundo real, obrigando á mobilidade, ao universo exterior terreno, num trabalho de investigação e produção (Ribeiro, 2011).

Repensar estruturas e procedimentos torna-se fundamental para uma Universidade aberta ao mundo exterior tendo como suporte os grandes desenvolvimentos tecnológicos, propondo a criação de produtos inovadores e serviços numa relação estratégica e inteligente, de forma a competir com um mundo em evolução que gira á volta de uma explosão Universitária para a ciência nos países do Oriente e de Leste Europeu.

Uma geração nova emerge na Europa, chamam-lhe a “geração E”. Rodrigues, L. C. e Tontini, G. (1997) abordam uma identidade para o velho continente Europeu, sem fronteiras nem preconceitos, mas infelizmente desconhecem a história, logo estão alheios a políticas globais, concentrando-se numa actividade de culto individual, valorizando a realização e estimulação, com a responsabilidade da sua própria formação e possível mobilidade.

Para que tudo isto seja uma realidade dever-se-á assumir a Universidade adaptada, reflectir acerca de uma gestão que poderá colocar em causa os actuais formatos de ensino e de convivência académica, que em substituição nos proponha uma Universidade virtual, em consonância com as adaptações das arquitecturas e os design’s. Será pertinente repensar os espaços e os enquadramentos nesta conveniência da evolução tecnológica tornam-se importantes as dimensões e a geografia distanciando-se da cidade, dar oportunidade àqueles que se encontram mais afastados da biblioteca e dos professores, porque a Universidade cabe dentro do nosso bolso, acompanhando-nos no tempo e na geografia.

Figura: 02.014

TecMinho – Plataforma Centro de E-learning
Instalações da faculdade Engenharia da Universidade do Minho - Guimarães



Fonte: Elaboração própria

Neste conceito de espaço universitário e conforme na mostra a figura 02.014 que representa a uma associação de direito privado sem fins lucrativos, tendo tido como promotores a Universidade do Minho e a Associação dos Municípios do Vale do Ave, e estabelecida em 1990.

Enquanto interface da Universidade do Minho, esta entidade tem como missão a valorização e a transferência de conhecimento para o tecido empresarial e demais actores económicos e sociais, contribuindo para a inovação, o empreendedorismo e o desenvolvimento das competências das organizações e das pessoas.

As Universidades também se poderão fazer representar num enquadramento físico diminuto e alargar-se na geografia, tanto quanto possível Porto (2004). As tecnologias emergentes de informação e comunicação estruturam uma forma de relacionamento e compõem um sem número de variáveis na organização das instituições às quais as Universidades também não se poderão alhear, tendo que assumir uma relação estreita e necessariamente adaptável às tecnologias como uma forma de orientação organizacional.

Pretendemos compreender as tecnologias nas organizações e no caso em concreto nas Universidades públicas portuguesas e nesta questão Crowston e Malone (1994) expõem três grandes linhas de força que poderão apoiar na compreensão deste fenómeno e que em primeira análise no dão alguma orientação no sentido da compreensão da problemática.

Tabela: 02.002

A relação das tecnologias nas instituições universitárias e organizações
Perspectivas de Interacção entre Tecnologias de Informação e as organizações

Imperativo Tecnológico	As novas tecnologias de desenvolvimento exercem efeitos determinantes sobre o desenvolvimento humano sob o ponto de vista da estrutura organizacional nas variáveis, económicas, políticas e sociais. As tecnologias da informação e comunicação (TIC) são as responsáveis pela realidade interactiva na comunicação nas instituições, (no caso, Universidades públicas)
Imperativo Organizacional	As pessoas exercem forças no sentido de provocar as mudanças organizacionais, incluindo as tecnologias de informação e comunicação (TIC) Prescrição do tipo de tecnologia às necessidades estruturais de cada instituição ou organização
Perspectiva Interacionista	Equilibrar o que as novas tecnologias proporcionam relativamente às necessidades das instituições e organizações, regenerando uma estrutura tecnológica socialmente inovadora

Fonte: Elaboração própria. Dados, Crowston e Malone (1994).

Não deixa de ser importante para o problema que tratamos reflectir acerca destas notas sintetizadas e inspiradas no artigo de Porto (2004) e que reflectiram um quadro para análise expresso na tabela 02.002 que, em certa medida tenta demonstrar a importância e ao mesmo tempo as condicionantes da tecnologia nas organizações, no entanto, algo nos obrigará a reflectir acerca das três grandes variáveis que Crowston e Malone nos colocam em 1994.

O ponto de vista de Castells (1999) este refere que as tecnologias alteram a vida dos homens e de acordo com a sua ideia, a inovação tecnológica condiciona, e não determina, os modos de viver e pensar da sociedade. Da mesma forma que a sociedade condiciona o desenvolvimento da tecnologia, dependendo dos usos que faz dela.

Quaisquer das variáveis em síntese expostas na Tabela 02.002 induzem a uma só conclusão - as tecnologias da informação, são uma variável constante, independentemente do seu posicionamento de importância no processo de interacção e transformação.

As Universidades, como outras instituições terão que ter em conta esta condicionante que referimos. A tecnologia não é mais do que uma condicionante sem que para isso seja uma determinante para a sociedade, nos últimos quase quinze anos essa opinião poderá ser algo subjectiva tendo em conta a importância deste espaço de tempo no processo de transformação e evolução das ferramentas disponíveis nesta variável ligada à comunicação e que se determinam como sendo as ferramentas que, cada vez mais estreitam uma sociedade cúmplice e em rede que suporta a veracidade de uma globalização tecnológica que não conseguiremos visualizar no futuro, certamente.

Sampler (1998) entende que a utilização das tecnologias de informação passou por momentos distintos nas últimas décadas e foram esses momentos tão díspares e ao mesmo tempo com objectivos tão diferentes que, segundo o autor se traduzem em formas diferenciadas de compreensão.

Um dado que consideramos importante na reflexão é exactamente a velocidade com que as novas tecnologias condicionaram este assunto, assim como uma análise tão realista e rigorosa quanto possível, pois entre 1994 (aquando da nota do autor) e 2014, constrói-se um abismo quase assustador nesta realidade da comunicação e que reflecte exactamente o quê, relativamente às perspectivas de comunicação organizacional adaptada e seus impactos no futuro? – Reflecte uma incerteza, na medida em que neste espaço de tempo já assistimos a uma evolução quase inimaginável na comunicação e no armazenamento de dados e informação disponíveis e acessíveis a qualquer um de nós.

Tabela: 02.003

A relação das tecnologias nas instituições universitárias e organizações
Perspectivas de tecnologia de informação e organização

Perspectiva Organizacional	Utilizado no início da informatização das organizações e consideradas como ferramentas de produtividade e controlo, sendo as organizações a determinar as suas finalidades.
Perspectiva Tecnológica	A popularização das tecnologias dentro das organizações revelam-se um instrumento importante para os negócios, transformando-se em ferramentas fundamentais para as organizações sob o ponto de vista estrutural.
Perspectiva Emergente	As organizações subsidiam pela utilização das tecnologias no sentido da sua adaptação e alteração, alinhando essas tecnologia com o negócio dessas organizações criando oportunidades de negócio interno e externo.

Fonte: elaboração própria. Dados, Sampler (1998)

A perspectiva "emergente subsidiária" nos parece aquela que se adapta a um formato conjunto elaborado por Crowston e Malone (1994) e Sampler (1998) e que em certa medida se adaptam e partilham da mesma opinião quanto à verdadeira influência das tecnologias nas instituições, entre as quais a Universidade.

Moura (2004) refere que as novas tecnologias são uma aplicação pura da ciência, tendo em conta que está directamente ligada aos relacionamentos sociais, económicos e técnicos, determinando políticas de funcionamento das próprias instituições. Ora, se entendermos esta visão do problema como uma verdade prática, poderemos concluir que as tecnologias vão influenciando de certa forma a gestão da vida das pessoas no seu quotidiano e na resolução da sua relação com os outros. Os últimos anos vêem demonstrado que numa medida acima daquela que estaríamos à espera, as tecnologias de comunicação se vão transformando no elemento "neutro da família", sendo parte integrante das relações e das convivências.

Pretendemos que seja vincada a ideia de que vemos as tecnologias de informação e comunicação (TIC) como uma evolução que faz parte duma relação com os indivíduos e que poderá gerar aspectos positivos ou negativos, no entanto seremos

forçados a considerar a importância que estas tecnologias têm no processo de desenvolvimento das sociedades.

A perspectiva interacionista conforme exposto na Tabela 02.002 e emergente na Tabela 02.003, leva-nos a reflectir no facto de actualmente estarmos a repousar sobre uma evolução na sociedade sob o ponto de vista tecnológico que se demonstra extremamente avançada e que aponta para uma etapa da pós-modernidade e da mesma forma esta vem influenciando as tecnologias.

As organizações, entre as quais estão as Universidades como instituições importantes neste processo evolutivo e de relação com as tecnologias da actualidade, terão impactos que se reflectirão conforme a sua predisposição para tal, segundo os interesses e a forma de ver o futuro e os contextos.

As Universidades, como organizações, terão como desafio determinar o grau de transformação que aceitarão assumir num processo evolutivo assim como a contribuição das tecnologias para o desempenho da sua finalidade e objectivo na sociedade num contexto onde a evolução das tecnologias de informação condiciona a necessidade da deslocação das entidades, transformando num sistema interactivo em permanente funcionamento em todas as áreas do saber e saber fazer em domínios que abrangem todas as áreas, sejam culturais ou comunicacionais.

Porto (2004) defende uma relação equilibrada entre tecnologia e organizações numa perspectiva interacionista conforme Crowston e Malone (1994), ou emergente conforme Sampler (1998) tornando clara a relação de influência das organizações sobre a tecnologia numa perspectiva profissional assente em dinâmicas sociais que caracterizam a sociedade em rede.

Nóvoa (2013), refere que o modelo de Universidade Humboltiano a que todos aderimos, inventado na Europa e desenvolvido nas Universidades Norte Americanas a partir do século XIX e que posteriormente e em certa medida é “devolvido” à Europa e ao resto do mundo, entre as duas guerras (anos 1930 / 1940) que assenta na relação da aprendizagem e na pesquisa, nos últimos 30 ou 40 anos mudou quase tudo nas nossas Universidades, menos a pedagogia.

São praticamente mudanças nas nossas Universidade sob o ponto de vista pedagógico. Este assunto também se centra no problema do futuro da Universidade como transmissora do saber e consequentemente a necessidade de alterar as estruturas organizacionais do funcionamento e dos formatos da relação da Universidade com os alunos.

É surpreendente que as Universidades tivessem mudado tanto em tantas áreas, ou seja, tenham alterado e mudado sob o ponto de vista científico de carreiras de responsabilidade social, mas no que toca às orientações e estratégias pedagógicas se encontre esteja exactamente igual.

Ora, entendemos que a responsabilidade social da Universidade e muito concretamente a Universidade pública, tendo em conta que teremos que entender também a privada numa variante mercantilizada e numa lógica do negócio, tem-se fechado dentro de regras estruturais e de gestão egocêntrica que em certa medida esquece quase por completo que a sua influência científica extravasa o espaço geográfico de sua localização.

A ideia de construção de Universidades, independentemente da sua dimensão, não passa pela construção de salas de aula, isso é um conceito ultrapassado, pois como refere Nóvoa (2012):

> As salas de aula vão deixar muito brevemente de existir, este é um conceito que irá desaparecer na ideia de construir uma Universidade, pois não sendo de outra forma, serão mesmo os alunos que nos obrigarão a alterar este conceito.

É sem dúvida evidente que quem pensar o contrário, estará a incorrer num erro quanto a este pensamento. Os alunos da actualidade, relacionam-se entre si e com o conhecimento de forma quase que imediata, as bibliotecas são transportadas dentro do "bolso", transformando o conhecimento e a pesquisa em algo totalmente acessível.

Esta temática da informação e formação transporta-nos para a matéria que trata esta tese de doutoramento e com o qual seremos obrigados a concordar.

Reforça por isso a ideia da transversalidade do processo aprendizagem e construtivo da Universidade na sua responsabilidade social e que em certa medida responde àquilo que entendemos ser uma função fundamental e moderna da Universidade pública, valorizando o conceito do estudo, da partilha de saberes e produção do conhecimento aproximando os ambientes científicos dos ambientes de ensino e formação através da criação de espaços pedagógicos e de trabalho.

Impõe-se uma nova forma de trabalhar a ciência que irá tocar em muitos formatos da existência da própria Universidade pública, na forma como o ensino vai ser transmitido, passando pela concepção física das próprias Universidades, inclusive as bibliotecas serão quase que portáteis, andarão por isso dentro dos nossos

bolsos. As universidades trarão dentro de si algo que permita um estreitamento da relação entre a cultura científica e a cultura profissional. Teremos que ter em conta a aprendizagem para além do campus universitário com uma ideia da mobilidade atribuindo uma formação que não se esgota no espaço universitário mas que vai muito para além dele (Nóvoa 2012).

2.5.2 A RELAÇÃO ENTRE A UNIVERSIDADE E O ESPAÇO URBANO. A IDEIA POLICÊNTRICA DO TERRITÓRIO À ESCALA ADAPTADA

A construção de uma Universidade impõe-se como uma forma de estabelecer a relação entre a proporção e a cidade, ou seja, o campus universitário, pela sua dimensão exerce sobre a cidade um discurso expressivo, não somente pelo espaço que ocupa, mas também por aquilo que ela representa sob o ponto de vista humano e científico. No entanto, o tempo e a evolução têm-nos demonstrado que essa relação se transforma em algo sobredimensionado quando se impõe no espaço, de tal forma que absorve a realidade da própria cidade, pela simples razão que esta Universidade que falamos não cria raízes que consolidem esta relação entre os homens a ciência e a investigação num espaço urbano determinado que ao longo das últimas décadas funciona como um ponto de passagem daqueles que em certa medida a utilizam como um momento de reflexão e aculturação e de seguida se desviam e vão de encontro a novas aventuras.

A Universidade pública ocupa na cidade um espaço a que normalmente chamam de espaço público e esta ideia de espaço público está estreitamente ligada à realidade da própria cidade assim como aos valores da cidadania. No entanto, a heterogeneidade do espaço urbano levar-nos-á a encarar uma disposição espacial e a espessura que inferem num sobredimensionamento que permite uma infinidade de oportunidades que normalmente os espaços mais afastados não proporcionam, gerando uma cultura histórica da cidade e que, como refere Innerarity (2006, p.110) «no tamanho da população, na densidade das edificações e a mistura dos grupos e das funções sociais, na descomunal justaposição de pobres e ricos, novos e velhos, nativos e forasteiros, tudo isso faz da cidade um lugar de comunicação». As cidades são entendidas como estruturas organizacionais inovadoras e portadoras dos meios de informação, cultura e política, são o estereótipo comum da modernidade, descritas como espaços que provocam uma enorme quantidade de emoções intensas em que a Universidade é parte integrante, que fazem parte de uma cultura tipicamente urbana, ou seja, uma convivência com outros que não fazem parte do nosso quotidiano e que por conseguinte não interferem na nossa intimidade, mantendo o distanciamento suportável.

Serão somente estas características das cidades que levam as populações a retirar-se por vezes do seu habitat para encontrar oportunidades que lhes permitam ver um pouco mais á frente? – Provavelmente porque a cidade e seus recursos, a sua economia, organização e política, determinam uma visão diferenciada da vida nos espaços que vão um pouco além do conceito de cidade efectivamente, gerando dinâmicas e relações funcionais que rompem com os princípios e os esquemas administrativos, tal como referem Borja e Ventayol, (1992).

As redes de cidades adquirem um papel estratégico consolidando assim um modelo urbano policêntrico que pretende estimular o potencial de desenvolvimento dos diferentes núcleos inter-relacionados para uma melhoria global dos territórios.

A Universidade pública portuguesa terá que se identificar com esta forma de ver o problema que constitui uma ameaça na conjuntura política e económica do país através da descentralização do seu espectro de investigação e ciência no sentido de uma abordagem a um modelo capaz de assegurar condições de desenvolvimento mais equilibrado no apoio às regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, transformando-os em espaços mais prósperos e competitivos com potencial para interagir e de participar activamente na economia nacional e internacional, tal como temos vindo a referir.

As Universidades portuguesas reflectem também elas, um pouco a sua influência, pela localização na geografia, a concentração quanto ao efeito da abrangência. Uma resposta pouco satisfatória nesta questão, principalmente as Universidades investigadoras que potencialmente se situam no litoral do país, o que em grande medida se reflecte nas políticas locais e regionais, e consequentemente no ordenamento do território, donde que, de certa forma quase poderemos pensar em ideia de marginalização

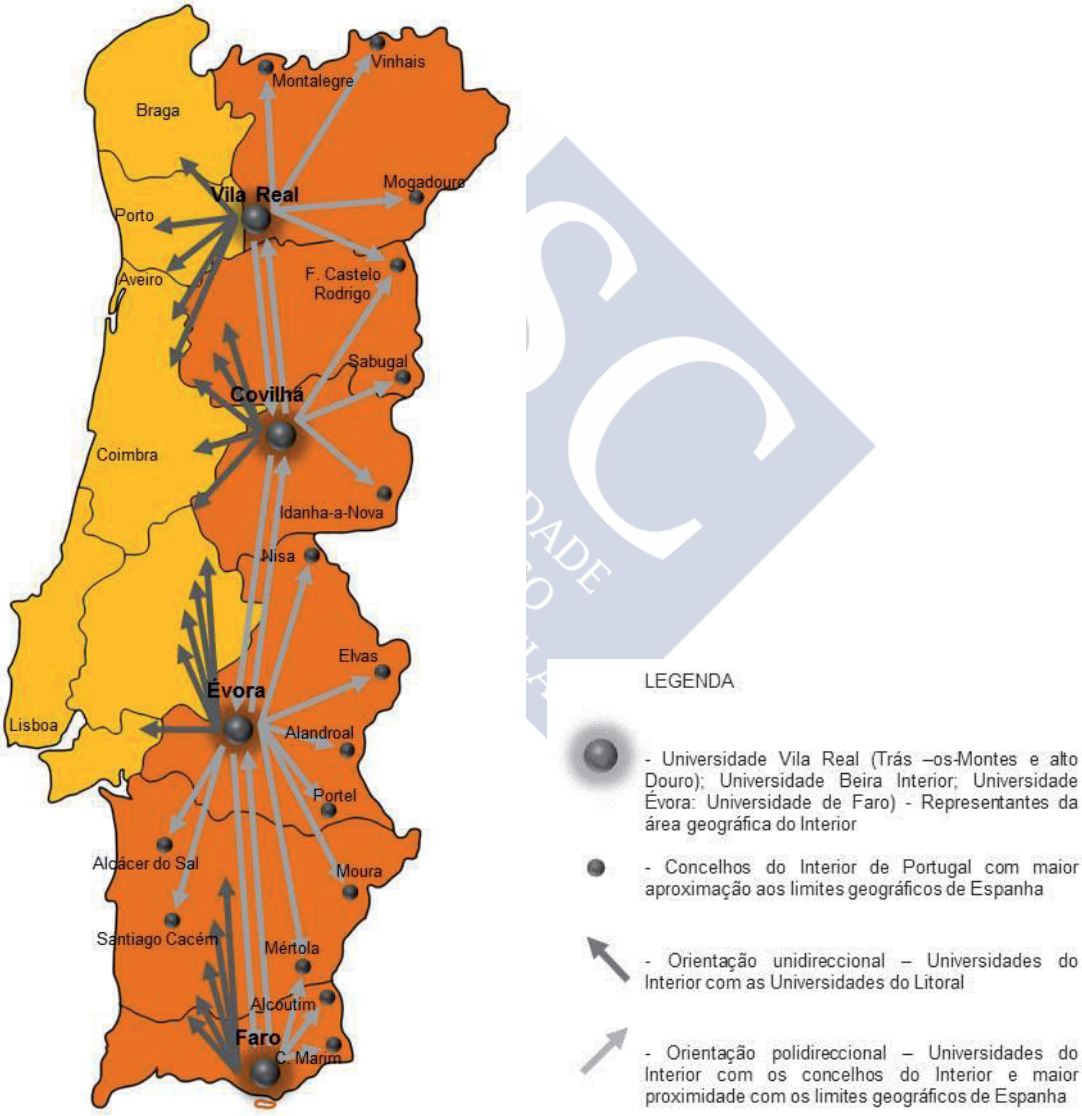
Se entendermos o policentrismo como uma ferramenta para a organização do território e por sua vez nas cidades, e estas serem os polos de formação das redes interurbanas, poderemos verificar que existirá sempre uma tentativa de abrangência no território, transformando a distância como variável importante no processo de organização e abrangência geográfica e desta forma procurar reduzi-la tanto quanto possível, valorizando assim a diversidade territorial numa atitude de apropriação e territorialização (Barquero 1995).

Carmo (2008, p.777) refere que «nesta óptica, é a distância, mais do que a proximidade que surge como variável a gerir, procurando reduzi-la a difíceis complementaridades capazes de, só por si, valorizarem a diversidade territorial».

Neste sentido entendemos que o argumento quanto ao policentrismo deverá dar atenção às questões de relação de proximidade estabelecidas entre o meio urbano e o território periférico, no caso entre a Universidade e os espaços e micro espaços geográficos do interior do país.

Figura: 02.015

Localização e fluxo de aproximação das Universidades do Interior do país com base na escala do território e o policentrismo territorial



Fonte: Elaboração própria

Com base no princípio do policentrismo e numa perspectiva para a compreensão do fenómeno, entendemos, através do mapa figura 02.015 demonstrar que a comunicação e o movimento que a Universidade pública permitirá com base neste princípio e raciocínio, poderão inverter a história que se tem demonstrado inevitável relativamente aos espaços que embora periféricos, são vítimas do esquecimento e da inevitável desertificação e despovoamento (Carlos, 1996).

A realidade relativamente a esta questão - "da não existência de população produtiva" - em quase dois terços do território nacional é visível e certificada nos dados fornecidos pelas instituições acreditadas. O princípio do policentrismo, como temos vindo a referir, nos permite ter uma visão abrangente da adaptabilidade de um raciocínio de pensamento e adaptá-lo a um facto concreto, não obstante esta questão obrigue a uma reacção e interesse nacionais, seja ao nível governamental como das instituições. Reagimos como que na tentativa de encontrar um recurso que se afigura cada vez mais difícil e que desde os anos 1980 não tem sido encontrado um caminho que conduza a uma solução e na nossa perspectiva devido a interesses que ultrapassam o próprio problema, e se prendem com uma visível inoperância do ordenamento do território consagrado na Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 48/98), o Sistema de Gestão Territorial organiza-se num quadro de interacção coordenado em três âmbitos: nacional, regional e municipal. Para cada um destes está prevista a elaboração de uma série de planos. O PNPOT, que é um programa nacional, enquadra-se no primeiro âmbito, em conjunto com outros planos. Ao nível regional estão previstos os PROT (Planos Regionais de Ordenamento do Território), alguns dos quais ainda em fase de conclusão, como é o caso do PROT para o Alentejo

O Conselho Nacional Europeu de Ministros em 1999, responsáveis pelo planeamento e desenvolvimento regional, institucionalizaram no seio da União Europeia os princípios gerais para uma política de ordenamento territorial assente na ideia de policentrismo, realizados no âmbito do ESDP (1999).

Não sendo objectivo desta ideia ajustar à realidade do nosso problema, temos consciência que se focaliza na relação da estrutura do estado e da sua partilha com a sociedade e com a geografia, entendemos a problemática de forma análoga e adaptável ao mesmo princípio, não obstante se tratar de relacionamentos diferenciados. No entanto, a visão da adaptabilidade poderá ser entendida como ajustável, donde que, o policentrismo se transforma num veículo transportador do contributo para a solução e não para o problema. Nesta perspectiva, entendemos

fundamental a concentração num objectivo que se enquadre nos interesses nacionais e que estruture uma plataforma de conexão e de integração dos espaços que permita, não somente intensificar os índices de desenvolvimento socioeconómico ao nível do espaço geográfico afectado, ou seja, o interior na sua substancia, como a sua integração no mercado de produção nacional e internacional.

Compreender o problema ao nível da estrutura humana, leva-nos a um outro patamar que por vezes nos escapa e que se direcciona, não somente para as potencialidades dos espaços mas também para as pessoas, ou seja, a ideia de concentrar uma das possíveis resoluções do problema através de um conceito policêntrico teria como objectivo, no essencial, incentivar através da construção científica e de investigação protagonizada pela Universidade pública, à retenção das pessoas no seu espaço residual, contrariando a inércia que é visível através dos anos e que não se vislumbra no tempo e no espaço a sua solução.

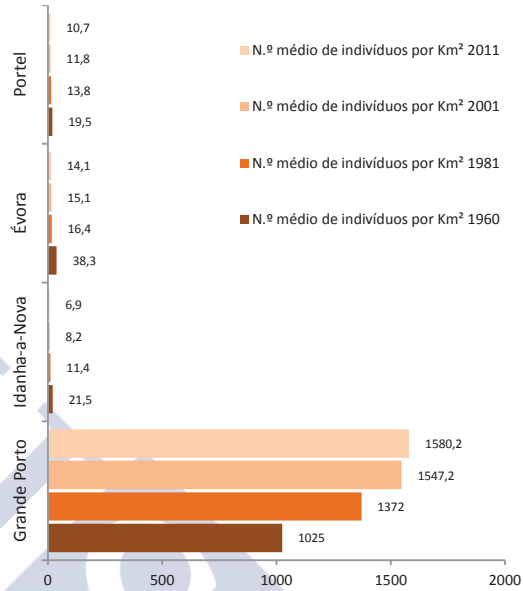
No pressuposto de compreender o fenómeno, entendemos assimilar a realidade da questão, observando os dados fornecidos, nomeadamente quando seleccionamos espaços urbanos do litoral, do interior e do interior mais afastado que nos permitam ter uma leitura alargado e o histórico de um problema que como temos vindo a referir ao longo deste capítulo, não abona em nada o desenvolvimento do território nestas áreas geográficas tão afectadas pelo abandono.

Desta forma, e face a um conjunto de dados que por si já explicam a finalidade, conforme a figura 02.016, procedemos á selecção referida tendo em conta um centro urbano do litoral, um do interior centro e dois do interior mais profundo, nomeadamente, Grande Porto, Idanha-a-Nova, Évora e Portel, conforme poderemos verificar o gráfico da referida figura.

Figura: 02.016

Densidade populacional segundo os Censos
Número médio de indivíduos por Km2 – Dados 1960-2011

Localidade	Nº médio de indivíduos por Km2				Área Km2
	1960	1981	2001	2011	
Grande Porto	1025,6	1372,0	1547,2	1580,3	815
Vila Real	126,7	124,7	132,5	136,9	379
Mogadouro	25,8	20,2	14,8	12,5	761
Coimbra	333,1	435,0	464,8	449,0	319
Covilhã	131,3	109,7	98,1	93,2	556
Idanha-a-Nova	21,5	11,4	8,2	6,9	1416
Grande Lisboa	879,2	1373,7	1409,6	1483,6	1377
Évora	38,3	39,5	43,3	43,3	1307
Portel	19,4	13,8	11,8	10,7	601



Fontes: Elaboração própria. Dados, INE, PORDATA (2012)

Conforme é visível no gráfico da figura 02.016, depreendemos uma acentuada estagnação no número de residentes desde 1960 até à actualidade com maior preeminência no interior, o que determina a ideia consolidada de que os esforços para contrariar o fenómeno do despovoamento foram poucos ou até poderíamos afirmar que, "nenhuns", e que se vão agravando durante o percurso do litoral para o interior, se repararmos por exemplo que relativamente ao centro urbano do Grande Porto se verifica uma acentuada subida de indivíduos residentes de 1960 a esta parte, 1025 indivíduos/Km2 até 2011 de 1580 indivíduos/Km2, comparativamente ao centro urbano de Évora que contrariamente, tende a uma descida significativa no tempo, 38,3 indivíduos /Km2 em 1960 para 14,1 indivíduos /Km2 em 2011 e na mesma proporção municípios mais reduzidos na geografia como Idanha-a-Nova e Portel, conforme referido no gráfico.

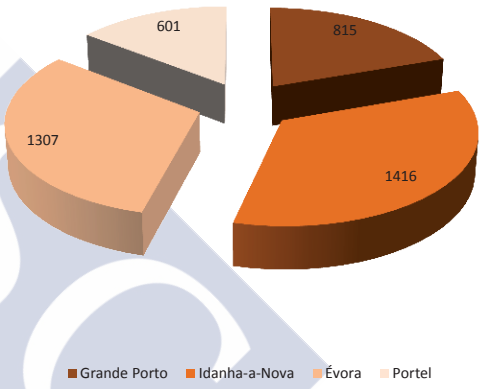
Seria importante também, envolvermos esta questão numa outra e não menos importante variável, que é o espaço geográfico que em cada uma destas áreas

administrativas ocupa no território nacional e neste contexto poderemos sugerir uma reflexão quanto à sua importância no desenvolvimento do país (Carmo, 2008).

Figura: 02.017

Número de indivíduos por Km2 em áreas pré definidas como exemplo Grande Porto, Idanha-a-Nova, Évora e Portel

Localidade	Nº médio de indivíduos por Km2				Área Km2
	1960	1981	2001	2011	
Grande Porto	1025,6	1372,0	1547,2	1580,3	815
Vila Real	126,7	124,7	132,5	136,9	379
Mogadouro	25,8	20,2	14,8	12,5	761
Coimbra	333,1	435,0	464,8	449,0	319
Covilhã	131,3	109,7	98,1	93,2	556
Idanha-a-Nova	21,5	11,4	8,2	6,9	1416
Grande Lisboa	879,2	1373,7	1409,6	1483,6	1377
Évora	38,3	39,5	43,3	43,3	1307
Portel	19,4	13,8	11,8	10,7	601



Fontes: Elaboração própria. Dados. INE e PORDATA (2012)

Tomando como referencia as figuras 02.016 e 02.017, poderemos verificar a inversão da proporcionalidade entre a área geográfica ocupada e o número de indivíduos residentes, independentemente do escalão etário.

Sendo o concelho de Évora com menor nível de indivíduos (43,3 indivíduos /Km2), verifica-se uma maior influência geográfica, 1307 Km2, relativamente, por exemplo ao Grande Porto, 815 Km2. No entanto essa proporção não é de todo equilibrada como poderemos verificar no quadro em geral e a nível nacional. O que decerto vem confirmar a teoria de que Portugal é um dos países da Europa com maior desaproveitamento geográfico e que independentemente das preocupações levadas a cabo ao longo dos últimos 40 anos, o problema manteve-se e até em grande parte se agravou, Rodrigues et al. (2011),

No entanto, o que importa reter nesta informação é que tendo em linha de conta o afirmado anteriormente, numa ideia de policentrismo adaptada e tomando-a como uma possível variável orientadora do processo, poderemos concluir que a aproximação das Universidades públicas do interior do país aos espaços e micro espaços geográficos, numa atitude de construção poderá criar um modelo em certa medida alternativo áquilo que é a realidade hoje, ou seja, a concentração da ciência e do saber em torno da macro Universidade, ou Campus (Carmo, 2008).

2.5.3 O PROFESSOR UNIVERSITÁRIO E A INVESTIGAÇÃO NA PRODUÇÃO EM MICRO ESPAÇO GEOGRÁFICO

A aproximação dos professores universitários feita através da exploração das redes paralelas poderá fornecer-lhes instrumentos importantes para um processo de comunicação conjunto através de reflexões e práticas, mas fundamentalmente, na partilha de recursos para fundamentarem projectos que efectivamente em outros tempos não eram possíveis.

Seria talvez impossível dissociar o papel do professor universitário de uma actualidade tecnológica que em certa medida assombra aqueles que se escondem atrás da incapacidade de acolher esta evolução da comunicação e transmissão de dados emergente e assumidamente suporte do futuro, considerava Vieira (1718, citado por Nóvoa (2011, p.1)

> O tempo, como o mundo, tem dois hemisférios: um superior e visível, que é o passado, outro inferior e invisível, que é o futuro. No meio de um e outro hemisfério ficam os horizontes do tempo, que são estes instantes que imos vivendo, onde o passado se termina e o futuro começa.

Neste contexto, Nóvoa (2011), refere que pensar o futuro é um exercício arriscado e por vezes fútil, tendemos no entanto a pensar sempre o que irá acontecer depois na tentativa de controlar aquilo a que muitos chamam de destino.

Na actualidade, as Universidades representadas pelos seus docentes e investigadores, terão que olhar o futuro como uma fase da vida científica importante a ultrapassar. Os tempos e os novos formatos de comunicação entraram no nosso quotidiano e em certa medida influenciaram a pedagogia moderna que se tornará determinante durante o século XXI. Refere também Arendt (1972), que as teorias modernas da educação que vêm do centro da Europa e que consistem numa salgalhada surpreendente de coisas sensatas e de disparates, as quais contribuíram para revolucionar de alto a abaixo o sistema do ensino sob a bandeira da educação não deixam de ser uma realidade palpável, no entanto e não obstante a severidade da abordagem ao tema, não podemos deixar de pensar que o papel do ensino em Portugal como em quase toda a Europa, e muito concretamente o

ensino universitário, não deixa qualquer dúvida quanto à sua intensão de formatar uma nova educação, baseada na proliferação de instituições públicas e privadas que por vezes esquecem a sua verdadeira função sob o ponto de vista social, que assentou na preocupação do cumprimento dos indicadores, esquecendo porém a importância da Universidade no desenvolvimento socioeconómico e na excelência, desviando-se da sua verdadeira missão que é a aprendizagem, a investigação ao serviço da produção, para se dedicar às questões básicas da sociedade e da competição.

Concordar com esta visão da educação e muito concretamente da educação universitária, é algo que em certa medida nos transporta para um pensamento mais profundo e que se reflecte no facto de entendermos que o ensino em geral e muito objectivamente o ensino superior universitário se encontra num patamar de transformação e compreensão da razão da sua própria existência, sendo que Portugal é o reflexo desse desnorte de identidade, pois numa fase de consignação do próprio exercício da sua verdadeira e fundamental função, transforma-se numa entidade subserviente aos desejos de uma Europa mais evoluída e sem problemas como os que actualmente de Portugal e alguns países da Europa se debatem.

Cumprir objectivos é algo que ainda na actualidade se verifica no ensino universitário português e que se esconde atrás de uma manta de retalhos, a que chamam “Processo Bolonha” que é claramente um uma reestruturação do ensino superior voltada para o mercado, definindo-se como chave para promover a mobilidade e empregabilidade dos jovens formados.

No entanto não poderemos esquecer que este projecto tenta solucionar um puzzle social cujas peças terão que “encaixar” para que se torne um sucesso e muitos países têm o seu sistema de ensino público e privado de tal forma desestruturado e assimétrico que poderão ter sérias dificuldades neste processo de adaptação.

O Tratado de Bolonha poderá ser entendido como um mandato externo, resultado de uma profunda reflexão, tendo em conta a necessidade de importantes alterações nas Universidades portuguesas e europeias, sendo incidentes, não somente ao nível pedagógico e estrutural, mas também ao nível das infra-estruturas para uma reforma educativa com intenções, políticas e sociais que convergem, como já foi referido, na mobilidade possível num espaço comum, que assenta na teoria de uma Europa social.

Mas, o futuro para implementação desta reestruturação em Portugal passa por algumas variáveis importantes no que toca ao procedimento, nomeadamente, a

criação de metodologias que prometam uma franca e séria acessibilidade a alguns conhecimentos fundamentais para uma linguagem também ela comum e de interesse Europeu.

Estabelecer regras de leitura comum para formações no espaço Europeu, estipular perfis de formação correspondentes aos vários ciclos da formação Universitária, definir mecanismos para garantir qualidade e relevância às formações são, entre outras, algumas questões que se poderão colocar quanto ao sucesso nesta implementação de excelência de uma formação superior e Universitária para o espaço social Europeu.

Relativamente a este propósito e dentro deste contexto, qual será a função do professor universitário no futuro? A Universidade pública na actualidade já funciona como uma organização administrativa e inserida num universo mais competitivo dentro de um mercado capitalista e que é avaliada segundo indicadores de produtividade e estruturada por estratégias e programas de eficiência organizacional com base nos objectivos como se fora uma outra empresa qualquer.

Daqui poderemos talvez depreender que as Universidades portuguesas quaisquer que sejam, são actualmente avaliadas segundo padrões que são completamente alheios ao conhecimento e à formação e desenvolvimento intelectuais, donde que, a necessidade de uma organização de recursos impõe-se nesta azáfama de produção com objectivos e padrões completamente alheios às finalidades da função do professor e consequentemente, este, terá que imprimir nos alunos exigências que fogem aos limites das finalidades intelectuais.

Estaremos provavelmente perante um perfil diferenciado do papel do professor investigador universitário e nesta perspectiva do problema, estaremos na presença de um professor também, executor com uma função cada vez mais vocacionada para a preparação da aprendizagem, organização e recepção de informação, orientador de grupos de trabalho.

Nesta perspectiva, entender o papel do professor universitário como um elemento importante no processo de produção e desenvolvimento do país, ou pelo menos no espaço territorial que menos tem sido objecto de preocupação e que temos vindo a acentuar ao longo deste trabalho.

O professor como transmissor de saber terá que ser revalorizado, no sentido em que, e como refere Teixeira (2014) quando declara que o papel do professor passou de instrutor para diagnosticador, cooperador, estrategista, guia, amigo e colega do aprendizado.

Não necessitaremos de ir mais além nesta questão para verificarmos que o futuro da Universidade representada pelos seus professores e investigadores terá que passar pela aproximação no terreno, ou seja, o estreitamento da relação entre o saber e o saber fazer.

Formador e formando obrigar-se-ão a uma relação mais virada para a produção no interesse dos dois, encontrando-se ambos num processo de maturação e de aprendizagem constante com base na experimentação e aproximação ao mundo real, num aproveitamento máximo dos vários saberes e das transformações através de uma diagnose contínua protagonizada pelo professor investigador, auxiliando para o descobrimento dos talentos e das potencialidades, não somente sob o ponto de vista humano mas também científico Trentin (2013).

No entanto esta variação e transversalidade na relação docente/investigador e discente/produtor, poderão desenvolver um modelo de ensino virtual e que responda às necessidades do processo de aprendizagem em comunidade que permitirá centrar a aprendizagem no discente/produtor e no seu esforço.

As infra-estruturas requeridas centram-se na capacidade deste sistema ser flexível e decerto não sendo necessário um investimento avultado em infra estruturas sob o ponto de vista de recursos, seja na área da logística ou humanos.

Assim, o discente poderá levar a cabo a sua aprendizagem sem que para isso tenha que se deslocar a onde quer que seja, portanto tudo independentemente do local onde se encontre, evitando muitos possíveis constrangimentos (Teixeira, 2014).

A importância desta metodologia de ensino e investigação, poderá de facto criar motivos de interacção no sentido em que qualquer aluno poderá estar integrado numa rede de aprendizagem que poderá estar a ser gerida por um professor ou tutor, no caso de estudos avançados criando de forma virtual um ambiente totalmente de conjunto e aprendizagem mutua e interactiva, partilhando e construindo o conhecimento de forma colaboradora, dispensando infra estruturas físicas e humanas ao nível de uma Universidade correspondente, não deixando por isso de incluir a comunidade académica digitalmente.

Desta forma, a procura deste instrumento de trabalho e de aprendizagem estará directamente ligado ao avanço tecnológico e ao futuro e será portanto cada vez mais procurada pelas instituições de ensino superior, sejam públicas ou privadas, permitindo o acesso do ensino Universitário em função das disponibilidades de vida das pessoas, reduzindo substancialmente os custos em instalações e infra-

estruturas às instituições e consequentemente ao Estado, permitindo também a estes discentes estarem enquadrados numa evolução realista e dos nossos dias, ou seja, o mundo digital.

Certo será que para este processo de desenvolvimento pedagógico seja uma realidade, impõe-se um processo de adaptação e consciencialização de algumas camadas intelectuais e da sociedade em geral para compreensão da importância da inclusão digital nos processos da transmissão dos conhecimentos em rede, assim como a inclusão de "campus" virtuais através de portais virtuais que permitam uma vida académica normal sem que para isso o estudante tenha que desestruturar a sua vida profissional ou até pessoal com qualquer dificuldade que seja (Teixeira, 2014). Mas convenhamos que este processo não se remete para uma actuação simplista sob o ponto de vista pedagógico e de infra-estruturas. Estaremos sempre dependentes de um projecto educativo consistente, diria até, mais consistente que os actuais projectos educativos e que fosse devidamente certificado, com uma oferta de áreas de investigação e reconhecidos como importantes sob o ponto de vista das necessidades sociais. Um corpo docente preparado para este tipo de ensino, assim como o estudo prévio de umas instalações físicas adaptadas e inseridas em contextos reais e exequíveis.

A relação directa entre estas metodologias e novos formatos de aprendizagem com o Processo Bolonha deverão ser encaradas naturalmente, como refere Teixeira (2008, p.2) «Esta nova modalidade de ensino aprendizagem vem colocar a tónica principal na centralidade do estudante».

Assim, o professor investigador universitário não pode mais entender-se como um mero transmissor de conhecimentos, mas antes como um facilitador do processo de aprendizagem levado a cabo pelo estudante. Por sua vez, o processo de aprendizagem constrói-se agora em colaboração, no seio de uma comunidade virtual. Esta nova realidade vem obrigar os professores a uma maior disponibilidade face às necessidades dos alunos, bem como um esforço mais significativo, dado o aumento da intensidade da relação professor estudante, ou investigador produtor.

Esta transformação das sociedades em geral, sob o ponto de vista daquilo que mais lhes toca, "a cultura", traz riscos que poderão e deverão ser transformados em mais-valias de interesse para a transformação do ensino Universitário actual que envolve algumas questões problemáticas, como sejam a necessidade de criação de infra estruturas que respondam de forma eficaz a uma necessária solução que evite a construção de elementos edificados de concentração humana muitas vezes em

números arriscadamente exagerados, permitindo aquilo a que poderemos chamar supostamente a "Universidade investigadora *on-line*".

Para um país como Portugal que em muitas áreas que não somente a área geográfica, se situa na periferia da Europa, a mudança impõe-se como condição para um enquadramento "dentro do tempo". Por isso, teremos que estar preparados para enfrentar esta situação de "competição" no sentido de fortalecer e conseguir em tempo útil a fuga dessa lateralização europeia através de um estreitamento de relação física, geográfica e humana no sentido entender o país como um todo e não como o "litoral" e o "interior".

CAPÍTULO 3

O ESPAÇO DENTRO DO ESPAÇO – O ESTADO DA ARTE

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

3.1 RESUMO DO CAPÍTULO

Numa análise mapeada das universidades portuguesas verifica-se uma estratégia de localização que comporta interesses sociopolíticos que pela maioria dos casos se submetem aos grandes grupos económicos, sociais e culturais dominantes. No entanto, as Universidades da actualidade e que se alojam nos tradicionais "campus universitários" já denotam algumas preocupações sob o ponto de vista da organização e da estrutura de implantação na geografia, começa-se por isso a dar maior ênfase á simplicidade edificada, assim como a independência geográfica das suas faculdades, o que se poderá comprovar actualmente em países tão díspares como a Escócia e a Espanha, entre outros. Mas na actualidade teremos que encarar um ensino superior suportado numa investigação proactiva e dinâmica atribuindo maior funcionalidade, adaptando o edifício, ou espaço edificado às novas tecnologias, atribuindo-lhe uma maior flexibilidade no que toca ao processo aprendizagem e às suas próprias orientações pedagógicas, no sentido de criar entendimentos no discurso construtivo com a comunidade onde eventualmente se inserem.

Estas mudanças entendidas como necessárias no desenho do espaço ou micro espaço físico, implicam uma compreensão diferenciada do conceito da utilidade da Universidade numa estratégia para um padrão da sua extensão, sob o ponto de vista da investigação ao serviço da produção local e regional.

Os edifícios universitários na actualidade implicam um investimento elevado, principalmente no que toca á sua componente de investigação, ou seja, quanto às áreas e os equipamentos correspondentes, impondo-se por isso, a criação de outros formatos para a instalação de espaços universitários edificados.

A readaptação de um imóvel a uma reutilização poderá criar uma relação de intimidade com a potencial comunidade local ou regional assente num diálogo diferente e optimizado, obviamente sem retirar o valor da preservação em contexto no meio, seja urbano ou rural numa perspectiva sociocultural e numa tentativa de integração no espaço geográfico, adequando-o a uma outra função como imóvel reabilitado, adaptado ou reconstruído, respeitando as características morfológicas relativas á sua função original.

Definir o ponto que determina uma visão desenquadrada e menos referida no Processo de Bolonha, antevê precisamente o divórcio entre as filosofias de funcionamento a as infra-estruturas residentes necessárias, donde que, o número de estabelecimentos de ensino universitário em Portugal se centra nas grandes urbes e são entendidos como Campus universitários, confinados a uma geografia limitativa e egocêntrica, denotando dificuldade em atingir a dimensão real dos meios de produção inseridos numa micro geografia.

Criar condições para que as Universidades, no seu papel de excelência e no que toca á investigação através dos seus actores activos se descentralize e mobilize, terá que ser determinante para a minimização das questões sérias como a economia local e regional e consequentemente combater a desertificação e despovoamento dos ambientes do micro espaço regional.

O crescimento da procura na formação superior tem sido uma realidade que nem sempre funciona como sendo um mote para a evolução das sociedades e mais concretamente o fenómeno da sociedade portuguesa. Existe também a outra face da questão que por vezes não se revela satisfatória, determinando algumas condicionantes á evolução, provocando o despovoamento do micro espaço geográfico mais carenciado de apoio científico, que obviamente terá que ser dado pela componente de investigação universitária que paradoxalmente tende a conservar um quadro disciplinar tradicional.

Mais que um espaço Europeu, Portugal terá que preencher um “espaço dentro do seu próprio espaço”, no sentido de criar a sua riqueza e auto-sustentabilidade. Investigar para encontrar soluções ou indicadores com base no empenhamento efectivo organizacional a partir de uma atitude diferenciada, procurando um melhor desempenho e uma produção efectiva no micro espaço de produção de forma transversal e em conjunto com a variante de investigação universitária descentralizada.

Um país como Portugal, com um delineamento geográfico reduzido, 10 milhões de habitantes e limitado na criação de produtos de excelência que permitam uma exportação em grosso, terá que encarar outras formas de representar fisicamente a Universidade, transportando-a para que a sua representatividade física seja efectivamente adaptada e eficaz.

A geração Europeia tem demonstrado que as fronteiras estão cada vez mais abertas a uma relação entre os vários países da Europa. Encontramo-nos realmente perante uma nova forma de estar no mundo e muito particularmente do

"mundo Europeu". Esta transversalidade estará provavelmente a colocar em causa alguns valores que se têm cultivado através dos tempos neste velho continente e que num futuro universitário, ditado pelo processo de Bolonha, os jovens Europeus poderão estar em qualquer espaço sem que para isso tenham que se sujeitar á aprovação administrativa. No entanto, essa questão, actualmente ainda não passa de uma vontade ou até intenção. Os resultados, não têm sido nada animadores, tal como uma crise económica que tem vindo a impor-se nos últimos anos, penalizando os países mais frágeis economicamente, entre estes encontra-se Portugal. Antecipar uma análise mais aprofundada acerca desta questão, que envolve uma possível transversalidade cultural e de produção, ligando o mundo universitário ao tecido empresarial e de produção, independentemente da sua localização geográfica e assente numa transferência de conhecimentos efectiva, serão alguns dos pressupostos a ter em conta neste item de investigação. Encontrar por isso uma orientação, com base numa investigação eficaz, formatos com recursos sustentáveis e assentes em factos objectivos e realistas que permitam criar interacção entre a Universidade, na sua componente de investigação e o espaço local ou regional produtivo, aproveitando tanto quanto possível as novas tecnologias e os novos formatos de comunicação. Criar por isso uma ponte entre o saber e a riqueza produzida através de uma relação pedagógica entre o investigador e o produtor, valorizando a ciência e a cultura de uma forma eficaz e transversal, no sentido de atestar competência científica e de excelência da Universidade, através de critérios qualitativos e quantitativos de produção.

Não deverá, neste item de investigação, ser fundamental comprovar a necessidade de uma reestruturação da Universidade como elemento social, ou até como uma empresa, mas sim a difusão tão abrangente quanto possível do conhecimento na sua componente científica associada a um processo de gestão produtiva descentralizada e abrangente.

Suportado num pensamento crítico, este item de investigação consistirá numa análise profunda acerca da contribuição da actual universidade portuguesa para a produção no país real, através da investigação e dos seus investigadores de forma abrangente, contribuindo para o seu efectivo desenvolvimento no espaço, macro e micro geográfico possível.

Desta forma, comparar ideias e formatos actuais poderá ser uma variável importante a considerar para o processo, no sentido de encontrar caminhos facilitadores que consolidem a ideia da transformação e da investigação científica

da Universidade, transformando-a num elemento importante para a produção com abrangência geográfica.

Não obstante, o factor "produção" não terá que ser determinante para a Universidade e sim para o espaço geográfico produtivo, advindo desta Universidade que referimos, somente o apoio da investigação na sua capacidade de, em sentido crítico e de excelência decidir, de forma a estreitar o melhor possível uma interacção de conhecimentos dentro do espectro produtivo, tornando indispensável que o ensino e pesquisa sejam colocados em patamares de equivalência e obviamente complementaridade efectiva.

3.2 INTRODUÇÃO AO CAPÍTULO

A relevância para a compreensão da localização geográfica das Universidades públicas portuguesas sob o ponto de vista estratégico, leva-nos a compreender os interesses políticos, económicos e culturais com na sua complexidade edificada no que toca à influência na geografia e sobredimensionamento das suas infra-estruturas instaladas, sua funcionalidade, evolução arquitectónica e do design, estudando as possibilidades de formatos inovadores, readaptando espaços edificados que poderão também eles ser descentralizados e utilizados no interesse público dando espaço a outras estruturas de comunicação e de relação na optimização do espaço geográfico menos favorecido.

O século XXI irá trazer uma visão algo diferenciada da Universidade pública no que toca à sua intervenção no espaço geográfico a na responsabilização social e económica, tendo por base a relação do investigador com o produtor no desenvolvimento do processo de aprendizagem através das tecnologias de informação e comunicação.

A abordagem a um mundo globalizado tenderá a caracterizar uma Universidade física diferenciada da actual, tornando-a abrangente na geografia e responsável pela convergência entre o produtor e o produto numa atitude pró-activa na construção de uma realidade nacional, como refere Innerarity (2006).

Conhecer a história da Universidade na sua evolução morfológica permitirá ter uma visão do seu futuro através de um modelo distinto, no entanto mais abrangente e conhecedor dos problemas sociais, relacionando-os com os espaços de forma inovadora e empreendedora, acentuando a necessidade da sua existência através da produção de conhecimentos (Banham e Muga, 1976; 2006).

A relação da Universidade e a comunidade irá impor-se segundo um princípio da evolução tecnológica criando formatos e estratégias de aprendizagem e ciência que terão que acompanhar os tempos da actualidade deixando o Estado numa situação algo embaraçosa, pois comprovadamente tem-se demonstrado ao longo dos tempos o menos competente na matéria. Tratar-se-á por isso de uma questão de sobrevivência da Universidade como elemento social inovador, científico e empreendedor, (Kumar, 1997).

Segundo Gomes (2008), a importância da localização geoestratégica da representatividade da Universidade estrutura-se segundo um programa de interacção social que passa por três fases distintas, sendo a interacção em si o relacionamento entre as entidades detectadas e a sua influência no espaço.

3.3 A LOCALIZAÇÃO GEOESTRATÉGICA DA EDIFICAÇÃO UNIVERSITÁRIA ADAPTADA

Quando falamos de Universidades, é conveniente pensar em instituições cuja obra no tempo não se afastam tanto de nós como á primeira vista poderá parecer, pois são organizações relativamente recentes. Apenas cinco são anteriores ao século XIII, como sejam, Salermo e Bolonha em Itália, Montpellier e Paris em França, e Oxford na Inglaterra. Nesse mesmo século criaram-se várias Universidades na Europa (Palência, Salamanca, Sevilha, Coimbra, Cambridge entre outras).

Campos (2010) constata a possibilidade de as Universidades citadas, tal como todas que ao longo do tempo se têm vindo a construir em função das necessidades reais de cada país e cada cultura, estão enquadradas dentro destes parâmetros como estruturas do ensino superior actualmente relacionadas com quatro tipos distintos de Universidades que, de maneira mais ou menos acentuada, influenciaram as diversas unidades universitárias hoje existentes, como sendo Universidades de «Colleges», tipo Oxbridge, denominadas como forma de indicar abreviadamente as velhas universidades de Oxforde e Cambridge, com alunos vivendo em comunidade.

Em reflexão e com base num pensamento de evolução e histórico, poderemos analisar as Universidades de Faculdades, divididas em cátedras, reminiscência da reforma napoleónica da Universidade francesa, as Universidades de tipo alemão, estruturadas em Institutos científicos independentes, com a característica dominante de dar prioridade à investigação, as Universidades americanas de departamentos, herdeiras das tradições britânicas e alemãs, mas que se individualizaram por terem adquirido características próprias, as Universidades de «CcMleges» são exemplos típicos das universidades de «Colleges» as de Oxford e Cambridge, onde, ainda hoje, mais de metade dos estudantes vive nos Colleges.

É visível que as Universidades, durante séculos, desenvolveram um sistema de comunicação que lhes permitiu a criação de comunidades cuja relação entre o aluno e o mestre é estreitada numa aproximação física permitida pela apropriação do espaço e geografia (Campos, 2009).

As peninsulares e as latino-americanas adoptaram os moldes da reunião de Faculdades, tão desligadas umas das outras que, sem inconveniente aparente,

podem ficar também separadas por distâncias de muitos quilómetros. Na actualidade a Universidade ou outra qualquer entidade, comunica-se a uma distância ilimitada e a uma velocidade admirável no que toca à evolução da ciência ao nível do seu carácter interdisciplinar da investigação científica, de uma rápida absorvência dos conhecimentos através de equipamento científico muito sofisticado, dispendioso e de desactualização muito rápida.

Nos últimos anos iniciou-se por toda a parte uma atitude tendente a transformar a Universidade, de modo a torná-la capaz de satisfazer os anseios e as aspirações da sociedade tecnológica. A verdadeira explosão dos conhecimentos, que se vinha observando cada vez com maior intensidade, associada ao progresso da técnica e ao crescente acesso de estudantes ao ensino superior foram já de si pressões muito fortes. No entanto, também se reconheceu que as Universidades não deviam mais ficar isoladas e indiferentes às circunstâncias do ambiente que as rodeava, porém, precisavam de estar atentas a esses problemas para os evitar ou procurar equacionar e resolver. Viu-se ainda que a Universidade devia actuar em relação estreita com os planos de desenvolvimento económico e social.

Mas o que nos prende a esta questão da abrangência geográfica da Universidade assim como a estratégia da sua localização é efectivamente a sua capacidade de comunicar com o mundo.

Como refere Innerarity (2006, p.89) «vivemos num mundo em segunda mão e é, fundamentalmente, aos meios de comunicação que nós devemos esse facto. Os meios de comunicação constituem uma verdadeira mediação universal, fornecem a matéria da nossa realidade».

Devemos, de facto, esta capacidade de nos deslocarmos no tempo e no espaço às inovadoras tecnologias de comunicação, tal como temos vindo a referir ao longo deste trabalho e essa importância traduz-se numa aproximação quase imediata, ao contrário do que acontecia há poucos anos, quando era impensável esta percepção do mundo que hoje temos, donde que, a questão que se coloca quanto à Universidade e ao seu papel de elemento comunicador – será que a sua localização tem importância maior no novo contexto universal? – Provavelmente, essa variável deixou de ser tão importante quanto nos parece em primeira vista, porque na realidade a percepção que temos do mundo e das coisas deve-se essencialmente aos meios de comunicação. Cada vez mais o conhecimento é suportado naquilo que ouvimos falar, ou aquilo que lemos através desses meios de comunicação. Assim, a consistência da nossa afirmação que na realidade, a nossa

localização geográfica sob o ponto de vista físico, não passa de dados de georreferencia confinada às coordenadas geográficas de longitude e latitude, será de todo uma realidade.

Innerarity (2006, pp.90-91) cita «que, compreender o mundo contemporâneo exige ter-se compreendido previamente o modo como os meios de comunicação constroem a realidade». Efectivamente, esta questão remete-nos para uma realidade no mundo que em certa medida nos permite ter uma imagem mais real quanto possível dele.

No que toca à realidade das Universidades para o futuro, vai permitir enquadrar a problemática no facto da ascensão ao ensino universitário, se tornar em certa medida quase que universal, assente numa proporção elevada de interessados. Desta forma, entendemos a Universidade do futuro como uma instituição que subministrará formação de forma extensiva à maioria da população, ao longo de toda a vida e acessível em toda a parte do globo. Estamos por isso, perante uma alteração substancial do conceito de Universidade que em certa medida contraria a antiga, onde somente alguns tinham acesso.

Questionamos se provavelmente será necessário um outro modelo de Universidade, caracterizada pela globalização, que poderá servir de forma geograficamente abrangente a todo o momento, com a possibilidade de dar respostas às solicitações em tempo útil e isso prende-se com a geografia, ou melhor, com uma simbiose perfeita entre a geografia e a tecnologia.

A Universidade que abordamos como tema, não poderá ser igual sob o ponto de vista da dimensão, será efectivamente maior, muito maior. No entanto essa dimensão não será medível na escala física, mas sim na capacidade de comunicar, será porém uma instituição que terá que se adaptar a mecanismos mais flexíveis, impondo-se como um desafio para uma dimensão diferenciada da Universidade e muito particularmente a Universidade pública.

A proximidade geográfica da entidade física em possível estudo poderá fomentar interacção de informação que, como temos vindo a referir suscitará estímulos no relacionamento entre a investigação e o objecto de produção, permitindo uma partilha de resultados dentro do mesmo espaço físico e geográfico.

Neste contexto, poderemos analisar com maior ênfase a importância da compreensão dos problemas e potencialidades de produção de cada espaço geográfico em estudo, principalmente em áreas mais distanciadas da influência geográfica da Universidade pública.

O futuro da Universidade pública propõe-se como um elemento de relação com o meio físico e humano para um papel amplamente reconhecido para a criação e difusão de novos conhecimentos no sistema económico. Esta responsabilidade é certamente extensiva à sua função como expansora dos conhecimentos necessários para o fomento das actividades de produção e inovação adjacentes aos espaços geográficos fora do alcance das suas instalações. Santos e Almeida filho (2008, p.75) referem,

> A Universidade do século XXI será certamente menos hegemónica, mas não menos necessária que o foi nos séculos anteriores. A sua especificidade enquanto bem público reside em ser ela a instituição que liga o presente ao médio e longo prazo pelos conhecimentos e pela formação que produz, assim como pelo espaço público privilegiado de discussão aberta e crítica que constitui.

Este conceito, ou melhor, esta ideia de funcionamento remete-nos para um pensamento que vai de encontro ao estudo do problema desta investigação, sabendo que no seu domínio territorial a Universidade pública terá que ser abordada de forma diferente, mais abrangente e menos preocupada com a estrutura física que nos últimos anos tem sido o seu sentido de estar na sociedade. Ela deverá de facto estender-se no espaço geográfico através da sua sapiência do seu saber, mas acima de tudo, na sua capacidade de investigação.

A relação que temos vindo a debater, embate em duas variáveis fundamentais para o seu desenvolvimento e compreensão, por um lado a Universidade e mais concretamente a pública e por outro a geografia, confinando a ideia da aproximação tão maior quanto possível.

O espaço geográfico trata, numa primeira análise algo de intangível, que poderá ser alterado ou transformado, mas nunca poderá ser deslocado, sendo este o receptáculo de todas as coisas, capaz de ser preenchido, sendo que segundo Muga (2006), a ideia de espaço traduz-se na inter-relação das coisas que o compõem, sejam construídos pelo homem ou naturais, e a sua percepção faz-se através de dois factores fundamentais, a distância e a direcção, cujo significado depende da existência de um referente, o observador.

Neste contexto que entendemos como mote inspiratório para a reflexão acerca da compreensão da macro Universidade no espaço geográfico, tenderemos a citar a

importância da sua implantação, assim como a justificação da dimensão física do elemento e sua influência política, económica e social.

Este espaço geográfico que referimos tem efectivamente um carácter cognitivo, atribuindo uma identidade a um nível urbano através da interacção social, ou forma de vida comum, assegurando uma considerável importância política e cultural que assenta em estruturas maioritariamente determinadas pela actividade humana.

Não devemos entretanto esquecer que dentro desta vivência humana existe um mundo global que diariamente evolui e se encontra suportado em meios de comunicação que encurtam a dimensão geográfica, independentemente da distância a que o observador se encontra.

Actualmente assiste-se a uma profunda mudança social nas áreas da cultura e das tecnologias que em certa medida estão a transformar aquelas que são consideradas como instituições tradicionais, entre elas as Universidades públicas que continuam a ser o principal centro de ensino superior em todo o mundo, bem como o principal repositório de sabedoria. No entanto, as críticas que prevalecem levantam dúvidas sobre o futuro da universidade como uma instituição reproduzida numa entidade física, considerando a resiliência dessas instituições e sua capacidade de mudar para atender às necessidades da sociedade. As Universidades passarão por grandes mudanças organizacionais e físicas essencialmente.

Nas discussões sobre o seu futuro, pouco foi dito acerca da forma como essas mudanças afectarão seu esboço espacial, ou seja, a sua implantação no espaço geográfico determinado pelo assunto em discussão mesmo que as características físicas de uma universidade devam complementar e reforçar sua missão.

O desenvolvimento da missão da universidade, principalmente no mundo ocidental assim como a sua missão tem determinado a arquitectura básica nos protótipos dos projectos da universidade desde a Idade Média.

Com base nesta revisão, entendemos interessante rever o histórico do desenho, identificando as principais características da sociedade contemporânea que retracta o seu impacto sobre a estrutura institucional e espacial da universidade que se mostra no desenvolvimento e ordenamento.

As Universidades desenvolvem-se para atender às necessidades da sociedade urbana para formação profissional, no entanto não tinham edifícios próprios nem que permitissem uma permanência do ensino, por exemplo no que toca às áreas da medicina e do direito civil, onde se desenvolviam a partir de edifícios existentes na

geografia que em geral eram demasiado reduzidos para as necessidades. Donde que, por carência estrutural, ou seja, de infra-estruturas, elas dividiam-se pela área urbana entre vários edifícios, localizados em diferentes partes.

Este sobredimensionamento da Universidade, principalmente a pública, estava muito directamente ligado à evolução do número de alunos de ensino superior, o que levou à construção de edifícios agregando e concentrando em si as actividades universitárias em um único local. Cobban (1992, p.35) refere que «a criação de estruturas permanentes marcou o estabelecimento da Universidade como uma instituição independente».

Entendemos esta afirmação como mote de reflexão e verificamos as suas consequências na actualidade e a realidade na geografia de Portugal. Se tomarmos atenção à história e evolução física e estrutural das Universidades portuguesas, verificamos que tendeu a uma concentração dos edifícios em mega-estruturas, tal como no resto da Europa e um pouco por todo o mundo em geral, o que em certa medida e como já referimos, tendo em conta o objecto de estudo desta tese de doutoramento, a Universidade pública deveria estender-se na geografia no sentido de criar forças de apropriação territorial.

Merton college, Oxford Collegs, construído em 1264 em Oxford, foi provavelmente o primeiro edifício a ser produzido como Universidade e que deu como referencia para mais tarde se construírem estes edifícios tipo para Universidades na Inglaterra com base numa estrutura arquitectónica fechada dentro de si própria, onde residia tudo o que fosse necessário para professores e alunos, desde estudar até rezar.

Segundo Hashimshony (2006) e Haina e Turner (1990) existem várias razões que levaram à construção deste tipo de edifício para o colégio inglês, principalmente a influência do claustro do mosteiro que poderia ser composto por um edifício ou vários (Oxford Collegs) que na altura garantiam a protecção que era uma das preocupações principais de então, no entanto um objectivo era fundamental nesta construção que se fechava em si mesma, a capacidade de vigilância de forma centrípeta, ou seja, todos poderiam vigiar todos com base numa disciplina centralizada e de rigor.

Sob o ponto de vista da arquitectura e do desenho, estas Universidades vão perdendo esta postura social, no sentido em que a Igreja, então detentora e dominante deste privilégio, permitiu às Universidades europeias maior flexibilidade e uma maior aposta na investigação com base numa atitude mais moderna e interventora na sociedade.

A Universidade Humboldt de Berlim, fundada por Wilhelm von Humboldt, em 1809, no qual padrões modernos de liberdade académica foram precursores e por isso é pioneiro e representante dessas tendências, não obstante as alterações na arquitectura e no design não fossem algo significativo ou até inovador.

A Universidade americana desenhada por Thomas Jefferson na Virgínia (Charlottesville) em 1917 pretende um ambiente académico mais aberto à sociedade, distribuindo as áreas temáticas académicas individualmente entre si, atribuindo-lhe em certa medida a autonomia como área científica.

Trataremos como fundamental para a mudança, a ideia de "campus", (campo) que descreve o distinto carácter físico das Universidades americanas que inicialmente aparece como a ideia de conotação com a faculdade e que posteriormente passa a ser entendida como um todo, ou seja, a Universidade como um conjunto de edifícios a que chamariam de campus universitário, na tentativa de atribuir um caracter de independência à própria Universidade.

De acordo com Campos (2010) "campus" resume as distintas qualidades físicas do colégio americano, mas também a sua integridade como uma comunidade auto-suficiente e sua expressão arquitectónica dos ideais educacionais e sociais.

Esta tipologia foi mais tarde adoptada por muitos arquitectos para campus em todo o mundo.

No início do século XX o ensino universitário ampliou substancialmente, assim como as infra-estruturas, principalmente no que toca à criação das faculdades e áreas departamentais, tal como o alargamento visível das solicitações ao ensino superior, tendo em conta que o grau académico se transformou num factor importante de ascensão profissional, logo começa-se a verificar um acréscimo em larga medida de candidatos ao ensino superior, donde que se verifica um incremento significativo de construção de infra-estruturas universitárias, tal como já anteriormente referido. A título de exemplo, nos anos 1960 na Grã-Bretanha foram construídas seis novas Universidades.

A multiversidade transforma a complexidade das Universidades, tanto sob o ponto de vista organizacional como espacial.

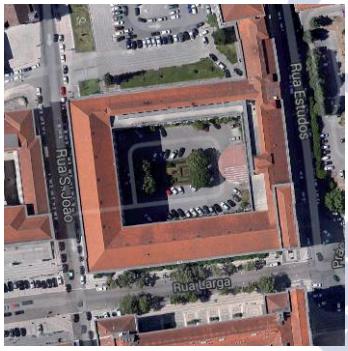
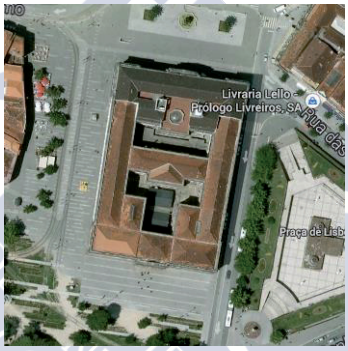
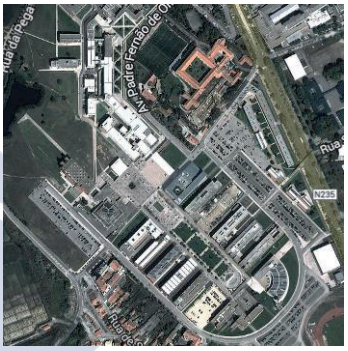
As dimensões dos Campus Universitários sobre dimensionaram-se, o que obrigou a um processo de comunicação mais difícil, donde que a necessidade de alterar o espaço que a Universidade ocupava na geografia se transformou numa realidade e exigência, passando por isso a necessitar de novos projectos, no sentido de apoiar a sua própria organização, optando pela construção de mega-estruturas, quase que

modificando a Universidade transformando-a numa organização estruturada no princípio de movimentação da cidade em todas as suas variáveis de funcionamento e administração, como cita Banham (1976, p.217) «um grande quadro no qual todas as funções de uma cidade ou parte de uma cidade estão alojados, tem sido possível pela tecnologia actual do dia».

O que poderemos constatar com a história das megas construções que representam os campus universitários, pela sua dimensão em muitos casos descomunal, descaracterizaram a cidade por razões que se prendem com a noção de escala que lhe retira a capacidade de se adaptar às necessidades da flexibilidade urbana.

Figura: 03.001

Quadro de figuras comparativo da evolução arquitectónica e do design urbano dos Edifícios Universitários, do século XIII à actualidade

Edifício simples	Campus	Mega-estrutura
		
Merton College, Oxford - (1264)	University of Virginia, Charlottesville – (1817)	University of Essex, Colchester – (1963)
		
Universidade de Coimbra – (1290)	Universidade do Porto – (1911)	Universidade de Aveiro – (1973)

Fonte: Elaboração própria. Dados, Consultado: https://www.google.pt/maps.pt

Como se pode verificar no quadro de imagens comparativo, através da fig. 03.001, a evolução das infra-estruturas arquitectónicas e de design dos edifícios universitários vão-se alterando no tempo, conforme referimos nos parágrafos anteriores e que partem da ideia de edifício fechado e egocêntrico do século XIII, passando pelo conceito de campus universitário com início no século XIX e se arrasta até à actualidade, onde começamos a verificar as megas construções que incorrem de uma teoria megalómana e que se depara com um problema, o qual, e em nossa opinião não contava com uma evolução rápida e eficaz dos processos de

comunicação, tratamento e processamento de dados que tendem a aumentar o seu domínio na área da aprendizagem e investigação.

Sob o ponto de vista geoestratégico, as Universidades públicas portuguesas necessitam de um fluxo de comunicabilidade com a comunidade que não será possível através das infra-estruturas existentes e que não contribuem obviamente para a resolução do problema que tratamos. Donde que, ter uma visão algo mais abrangente na adaptabilidade da Universidade sob o ponto de vista físico teria que ser uma preocupação fundamental para um futuro que se avizinha próximo.

Existe a necessidade de redefinir o papel da Universidade no sentido de esta criar formatos de aprendizagem e ciência de forma a atender às necessidades sociais no tempo actual, as quais o Estado não tem capacidade de responder de forma eficaz, no entanto e como resultado desta mudança, existem exigências que lhe são colocadas que não terão somente a ver com a sua estrutura organizativa interna, mas também com a capacidade de estender o seu braço do saber ao exterior, ou seja, fora dos limites, da sua área de conforto.

Provavelmente o equilíbrio entre a investigação e o ensino numa perspectiva puramente académica sofrerá alterações se entendermos que o espaço físico poderá ter uma importância vital sobre como estes funcionamentos serão no futuro, ou seja, por um lado o papel do professor como elemento importante na passagem do saber e por outro, a sua importância no processo social do saber fazer, numa perspectiva clara de abertura à comunidade.

O crescente aumento da população estudantil assim como a sua diversificação irá obrigar a que a Universidade tenha outro tipo de requisitos que não somente os actuais nomeadamente a sua estrutura física e a sua localização geográfica. É nesta dispersão geográfica que a Universidade terá que se movimentar e encontrar opções que não sejam suportadas em infra-estruturas de elevado porte, cujas implicações financeiras serão insuportáveis não somente na sua construção mas acima de tudo na sua manutenção.

Numa perspectiva geoestratégica, poderemos considerar a Universidade do futuro como um princípio de interacção distanciada na geografia na possibilidade do contacto constante através das tecnologias, tal como temos vindo a referir ao longo desta nossa descrição do problema. Estaremos então a falar de uma Universidade virtual, ou ensino à distância?

Kumar (1997) refere que, enfatizando o lado informal da Universidade com as suas características inerentes e com base no senso da comunidade que se reflecte no

espírito universitário que advém em grande parte através dos espaços físicos e que estruturam uma relação de equilíbrio onde poderá ser consolidado, através da simbiose entre estas duas variantes, ou seja, o espaço universitário e a tecnologia virtual e desta forma ser possível uma solução para o futuro.

A este propósito consideramos que as tecnologias por si só, não têm o condão de resolver o problema da assimetria social e económica que está adjacente à questão das necessidades do interior do país no que toca aos seus problemas de optimização produtiva. Através da ligação entre estas duas variáveis e a optimização dos recursos existentes com base nos segmentos científicos e da investigação da Universidade, criando fluxos de comunicação entre a excelência e a produção.

A localização geoestratégica para a implementação de um qualquer edifício que sirva a Universidade na sua variante de investigação e descentralização da excelência, circunscreve-se a uma actuação que não sendo necessariamente construída, desenvolve-se segundo alguns parâmetros no decurso de três fases muito concretas consideradas como fundamentais, Gomes, 2008).

Como primeira fase, acentuamos o conhecimento assente na investigação prévia de vários aspectos, sejam, físico, psicológico, social e cultural do meio onde a localização geográfica da infra-estrutura se insere tendo em conta a sua finalidade;

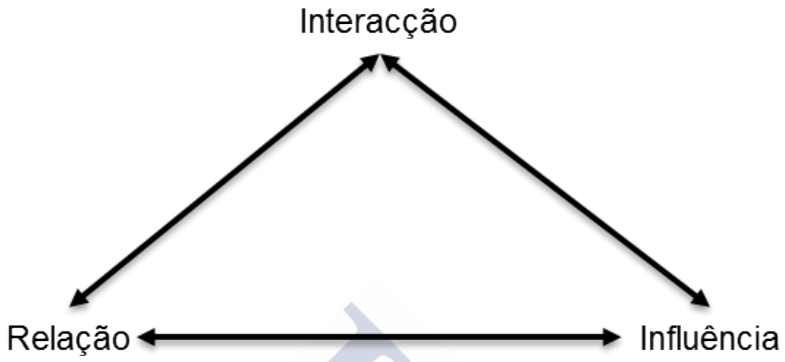
A relação do conforto com a finalidade, ou seja a condição existencial/espacial e o reconhecimento social, suas necessidades e potencial.

Como segunda fase, encaramos a relação entre estas variáveis e sua convivência de relacionamento é reconhecida numa tese como a de Gomes (2008, p.34), conforme a figura 03.002 representa e que interpreta as variáveis básicas e específicas para um determinado espaço arquitectónico que, no caso que tratamos que, como refere Gomes (2008, p.33)

> O arquitecto deve ser consciente da dimensão e do compromisso do acontecimento dialógico na esfera social e cultural do indivíduo. A sua actuação comprometida por essa realidade contribuirá para solidificar o fundamento arquitectónico e permitirá, paralelamente, a aproximação de uma resposta mais adequada.

Figura: 03.002

Fluxograma de Interacção Social por Frederic Munné (1995)



Fonte: Elaboração própria. Dados, Munné (1995)

Com base na leitura da Figura 03.002 poderá verificar a identificação, segundo Gomes (2008) uma referência projectual e de actuação arquitectónicas com base nas várias entidades comunicativas que sustentam as infra-estruturas ao serviço de uma determinada função.

Como terceira fase, deveremos ter em conta a infra-estrutura em utilização, assumindo como referencia as necessidades nas possíveis respostas que elas poderão dar aos utilizadores ou usuários com base na informação das várias áreas científicas envolvidas.

3.3.1 O APOIO À UNIVERSIDADE EM ESPAÇOS REABILITADOS

Portugal em 2013 concentra no continente nove Universidades, sendo que, os dados referentes á Universidade de Lisboa incorporam toda a área da grande Lisboa onde se lecciona ensino universitário público representado pelas Universidades de Lisboa, Técnica, Nova de Lisboa, ISCTE, Academia de Força Aérea, Academia Militar e Instituto Superior de Segurança Interna e aproximadamente 197.000 alunos universitários inscritos (informação provisória), entre homens e mulheres (PORDATA e INE, 2014) distribuídas na geografia do território português.

Com base neste universo académico universitário poder-se-ia afirmar que nas próximas dezenas de anos, Portugal é um país que sob o ponto de vista das infra-estruturas não teria que se preocupar, independentemente das assimetrias e oscilações da massa demográfica.

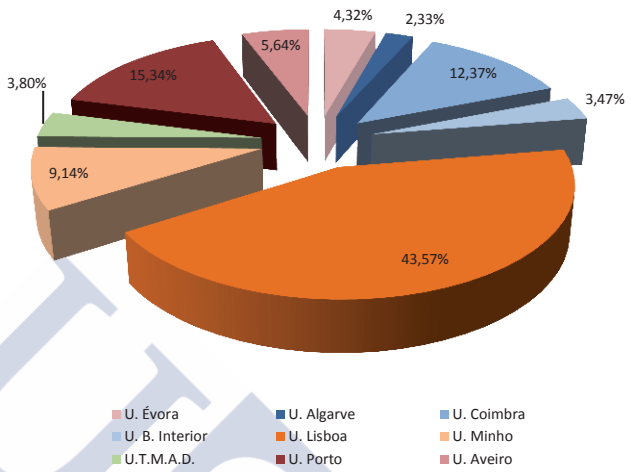
Estes dados analisados de forma superficial dir-nos-iam que muitas questões abordadas não fariam qualquer sentido e que no tocante a infra-estruturas, os campus universitários que referimos, acrescidos dos Institutos politécnicos, ensino superior público e privado tal como poderemos verificar no capítulo anterior, responderia de forma eficaz ao problema que tratamos, seja a desertificação e o despovoamento do país, confinando-o a 1/3 da sua área geográfica localizada no litoral, restando uma grande parcela do interior como problema a resolver e que se tem vindo a agravar no tempo.

No entanto, em que medida esta questão se poderá resolver sem que para tal seja necessário e impreterível um investimento elevado e em certa medida incompreensível. Comparando valores de número de discentes por Universidade, poderá em certa medida dar-nos uma visão, ainda que não exaustiva da dotação de espaço por estudante.

Figura: 03.003

Quadro de referencia das percentagens de alunos universitários distribuídos no território relativos a N=187.034 (dados INE – Censos 2011)

Universidade	Alunos	%
U. Évora	8086	4,32
U. Algarve	4354	2,33
U. Coimbra	23139	12,37
U. B. Interior	6494	3,47
U. Lisboa	81496	43,57
U. Minho	17104	9,14
U.T.M.A.D.	7109	3,80
U. Porto	28699	15,34
U. Aveiro	10553	5,64



Fontes: Elaboração própria. Dados, INE (2012)

A figura 03.003 mostra a distribuição de alunos pelas várias Universidades públicas do país, denotando uma maior incidência no número de alunos nas Universidades do litoral (assunto que temos vindo a referir ao longo deste trabalho), sendo estas muitas vezes suportadas em edificações sobredimensionadas e que iniciam um processo de carência com base na falta de alunos, reflexo de uma crise e um desinteresse no ensino superior que assola praticamente toda a Europa e muito particularmente Portugal.

O problema do despovoamento e desertificação do interior do país tenderá a assumir uma dimensão maior do que o previsto se nessa questão não forem tomadas medidas que o contornem.

Será importante neste processo, uma aproximação do espectro universitário na sua vertente científica e de investigação à geografia do interior do país no sentido de, por um lado, estudar e propor formatos da sua optimização e pelo outro, a criação de sinergias que incentivem a estadia das camadas mais jovens a esses mesmos espaços num processo de apropriação.

Os resultados da Figura 03.003 demonstram que a Universidade pública não consegue chegar ao público que geograficamente mais se afasta do litoral e essa é uma questão que dificilmente se resolverá na actual conjuntura económica do país, sob pena de, as actuais infra-estruturas se transformarem em espaços quase inoperantes e sem solução de rentabilidade em tempos próximos.

Quando abordamos a Universidade física como um edifício funcional, provavelmente estaremos a assumir a volumetria como um elemento menos importante neste processo de transformação. Processo esse que colide com as transformações nestes últimos anos com a necessidade de pensarmos numa Universidade mais humana e menos física, ou seja, a arquitectura não ser mais do que um elemento mediador interactivo entre o espaço geográfico e os homens envolvidos nos projectos fundamentais para a mudança.

Gomes (2008, p.31) cita «é fundamental considerar-se que o espaço e o homem são indissociáveis e que se constituem como um intrínseco processo dialógico».

A pertinência desta reflexão remete-nos a um pensamento relacionado com a interacção entre vários aspectos que ultrapassam a dimensão, ou seja o "tamanho" das coisas, sejam elas materiais ou até imateriais, terão que ter efectivamente uma função social eficaz e de ir ao encontro dos objectivos para que foi criada.

Nesta interacção dialógica a que a autora se refere e que é distribuída entre os aspectos técnicos, lógicos e éticos, prevalecem as dimensões histórica, social e cultural, sendo consideradas intrínsecas neste processo de relação entre o homem e a condição espacial, devendo ter-se em conta que este e o espaço influenciam significativamente a forma como ele actua inserido em determinado contexto social em que a actuação dentro desta realidade será fundamental para a interacção e compreensão das potencialidades desse mesmo espaço e assim determinar um processo de apropriação sob o ponto de vista da arquitectura do design e da sua capacidade de adaptação.

Neste propósito concentrarmo-nos na edificação existente e, que como temos vindo a referir ao longo desta investigação, estão inseridos em espaços geográficos que se encontram distanciados das áreas de influência das Universidades públicas. Cabe-nos por isso analisar edifícios públicos já existentes e pensar numa possível transformação segundo as necessidades actuais da população pelo facto de estarmos a propor novas formas de comunicação da investigação na geografia.

É sem dúvida um princípio que nos permitirá atingir objectivos sob o ponto de vista do projecto que envolvem uma funcionalidade conjunta, ou seja, a necessidade de

transformação de um imóvel ou infra-estrutura para uma função pré-existente adaptada a uma realidade que faz parte do nosso tempo.

O nosso intuito quanto a esta questão da reabilitação na funcionalidade do edifício público representativo da Universidade, torna-se pertinente no sentido em que a proposta assenta na reabilitação em algo pré-existente e que já teve em si uma função, mantendo a relação equilibrada desse edifício com o espaço exterior, sendo que, a pré-existência não é de forma alguma uma limitação áquilo que pretendemos como objectivo. Ora, os possíveis efeitos das mudanças institucionais na estrutura física das Universidades, ou até na representação das mesmas, poderá assentar em protótipos de arquitectura básicos suportados nas possíveis mudanças que estão afectando o ensino no geral e muito particularmente as Universidades, sendo estas as maiores instituições de ensino do país.

Numa abordagem algo realista, o projecto de uma Universidade que vá de encontro aos espaços remetidos ao distanciamento e em certa medida ao "esquecimento" social e económico deverá relacionar-se com a sua capacidade de actuação e acima de tudo com a sua finalidade como objectivo.

No caso em estudo, o objectivo fundamental para a minimização do problema incide na optimização do património residente e preferencialmente disponível. Se não, vejamos que só para o ano lectivo 2011/2012 foi declarado pelo MEC (Ministério da Educação e Ciência) através da Resolução do Conselho de Ministros nº 44/2010 de 14 de Junho e da Portaria nº 30/6014 de 5 de Fevereiro, o encerramento de 297 escolas do ensino básico, entre as quais uma grande parte residentes em edifícios que traduzem uma política imposta pelo período do Estado Novo em Portugal.

Esta arquitectura mediou entre os anos de 1926 e 1974, altura em que se dá a revolução do 25 de Abril de 1974, não obstante a ideologia oficial do Estado Novo realçasse a ignorância de um povo, e obtivesse formas eficazes de combater o analfabetismo, (de forma diminuta é certo) e paralelamente criar mecanismos para contrariar aqueles que se mostravam contra o regime.

Em 1931 foram criados os então chamados "postos de ensino" na tentativa de minorar o número de analfabetos. No entanto e curiosamente os docentes de então não gozariam do nome de professores mas de "regentes escolares" que eram escolhidos segundo os critérios em certa medida dúbios.

Sem se aperceberem na altura, os promotores dos espaços construídos para as escolas, chamadas então de "escolas primárias" foi estruturada um plano que sob o

ponto de vista do design e da arquitectura se encaixou naquilo que ainda hoje se entende como essencial para uma estrutura escolar de 1º ciclo. Certamente nada disso teria acontecido se efectivamente a capacidade para a compreensão pedagógica de então tomasse consciência que estariam a criar instrumentos que iriam contrariar toda a política e mudar o rumo da história.

Nas políticas das obras públicas, o Estado Novo, protagonizado por Salazar e o ministro da educação na altura, Duarte Pacheco (Engenheiro), implementa um modelo de sociedade que pressupõe a construção de uma nova organização do estado que iria assentar na ideia de "ordem", isto é, ordem nas finanças pelo equilíbrio do orçamento, ordem nas ruas e nos espíritos, pelo reforço dos poderes do estado. Neste sentido, o Estado deveria ser omnipresente, passando a controlar todos os sistemas organizativos e todo o território nacional.

Na supervisão do governo, Salazar implementa através dos seus ministérios medidas de reorganização das diferentes áreas políticas que lhe permitam assegurar o controlo de todas as áreas de actividade pública e privada.

Foram assim, criadas ou recriadas as estruturas de gestão desses ramos de actividade, como as juntas, os grémios ou as federações, para reforçar o corporativismo e a institucionalização do Estado.

Nas políticas de obras públicas, Salazar e Duarte Pacheco criam aquilo a que denominaram de “Plano de Reconstituição Económica” com um limite de validade no tempo de 15 anos e também neste contexto se elaboram planos gerais de urbanização para todas as sedes de concelho, tendo-se iniciado o processo pela criação, em 1938, da "Comissão de Fiscalização dos Levantamentos Topográficos Urbanos” e é nesta altura que poderíamos distinguir três períodos da arquitectura do Estado Novo, entre 1930/1933; 1933/1938; 1938/1940, conforme poderemos verificar na Tabela 03.001 seguinte,

Tabela: 03.001

Os três períodos da Arquitectura da Rede de Equipamentos no Estado Novo

1930 / 1933	Entrega por adjudicação directa de obras a arquitectos Lançamento de concursos públicos pela acção pontual e pouco metódica de alguns gabinetes ministeriais (escolas, correios, etc.)
1933 / 1938	Início do processo de arranque do Estado Novo com a reorganização do MOPC (Movimento de Obras Públicas e Comunicações de forma a dar resposta aos muitos projectos que iriam construir as redes de equipamentos públicos no território Nacional
1939 / 1940	Criação estrutural da propaganda do regime, envolvendo todos os arquitectos do regime, transformando-se numa primeira imagem arquitectónica e artística do Estado Novo

Fonte: Elaboração própria. Dados, Arquitectos (2014)

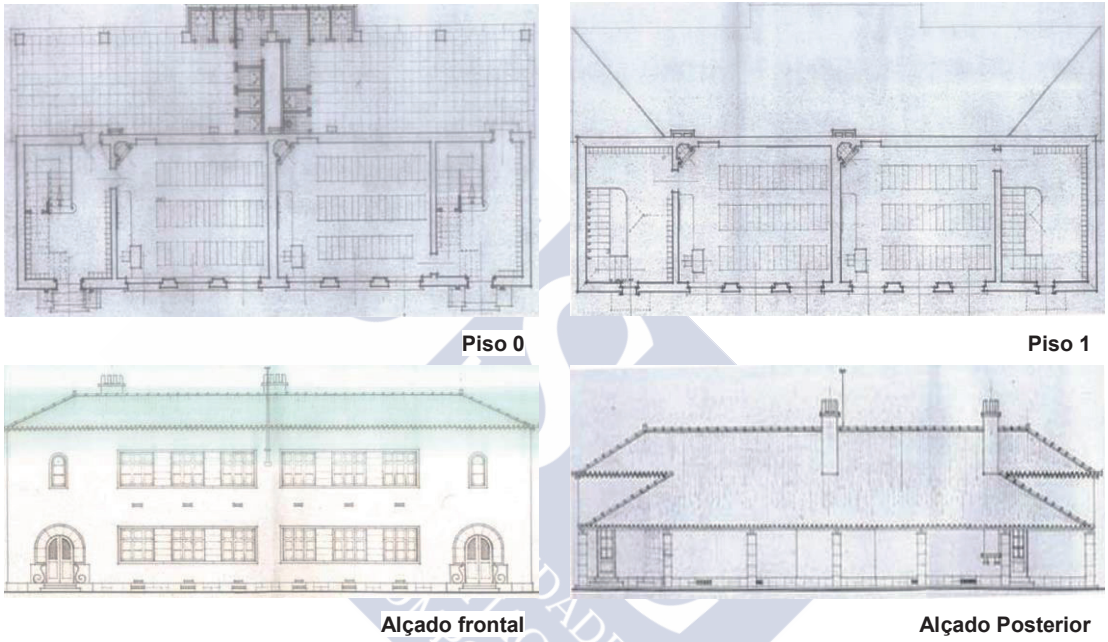
Enquadrar a arquitectura na época do Estado Novo em Portugal e a importância do MOPC, Ministério de Obras Públicas, Transportes e Comunicações no processo, expressa uma linguagem que em certa medida nos remete para a discussão sobre a relação do Estado de então com o arquitecto, sendo este um criativo, cúmplice com os movimentos modernos das artes decorativas, com a tradição clássica e que na altura contrariava todos os princípios de funcionamento dos organismos que tinham como principal objectivo o controlo e para isso a simplicidade assim como a redução da complexidade seria eventualmente o melhor caminho para a relação estreita entre o arquitecto e o governo.

Duarte Pacheco, determina a construção de Escolas Primárias segundo padrões simples e com uma arquitectura orientada suportada em materiais e de design idênticos, traçando assim projectos tipo, regionalizados, como poderemos verificar nas Figuras 03.004 e 03.005, pondo fim aos projectos pontuais realizados pelos arquitectos da DGEMN, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais que era o Serviço Central do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território do Governo de Portugal, com as atribuições de

salvaguarda e valorização de património arquitectónico e de instalação de serviços públicos.

Figura: 03.004

Escola Primária (actualmente 1ºcíclo) de quatro salas tipo granito Douro



Piso 0 **Piso 1**

Alçado frontal **Alçado Posterior**

Fonte: Elaboração própria. Dados, http://www.monumentos.pt

Segundo uma tipologia em certa medida coerente, Duarte Pacheco propõe construir uma rede de escolas, uniformizadas por região, que obedecesse aos critérios pedagógicos e higienistas da época. São projectados 44 variações de 9 tipos diferentes que em certa medida correspondem a uma tipologia que se enquadra num formato que ainda actualmente respondem às necessidades essenciais para o processo de aprendizagem primária, não obstante nos remeterem a uma história que em nada abona o regime de então.

Os esquiços da Figura 03.004 demonstram uma das variáveis de protótipos dos projectos levados a cabo no tempo do Estado Novo para a construção das escolas

primárias com base em “projectos tipo regional” de acordo com a Memória do "Anteprojecto do Plano Geral de Tipos - Regionais de Escolas Primárias Oficiais a Construir em Série" redigida por Guilherme Rebello de Andrade. Ambos tinham experiência neste tipo de programas e representavam a arquitectura qualificada de Lisboa e do Porto. Em ambos os casos, os projectos reflectem as características regionais, mas também o gosto romântico pela forma, no caso de Raul Lino, e a racionalidade granítica, no caso de Rogério de Azevedo.

Estas escolas levaram a todo o território português a arquitectura culta, estabelecendo um estereótipo formal da nova arquitectura portuguesa, principalmente com as propostas da região norte. A entrada de Carneiro Pacheco, em 1936, para o Ministério da Educação Nacional iria consolidar e ampliar a ideia de que o melhor veículo para transmitir as propostas sociais do Estado Novo seria a educação.

Figura: 03.005

Escola EB1 (Actualmente Escola do 1º Ciclo) de Chaves



Fonte: Elaboração própria. Dados, http://www.monumentos.pt

Como poderemos verificar através da fig. 03.005, a edificação projectada na altura e que tinha como finalidade no essencial, a funcionalidade arquitectónica ergonómica e de fácil controlo, características que pelo traçado do desenho são efectivamente visíveis, estas escolas seriam o reflexo do encerramento do Estado Novo na construção da sua própria imagem. Nas construções liceais, o processo é semelhante, sendo os concursos para os liceus nacionais de Beja, Coimbra e Lamego e as suas propostas programáticas e formalmente modernas.

De seguida é preparado um novo plano, denominado "Plano de 1938", para a construção de dez liceus, sendo os projectos elaborados pelos arquitectos da junta, Francisco Assis e José Costa e Silva, que reduziram a resposta ao programa com soluções esquemáticas e linguagem uniformizada.

Figura: 03.006

Liceu Nacional de Beja (actualmente Escola Secundária Diogo de Gouveia)



Fonte: Elaboração própria. Dados, http://www.monumentos.pt

Inaugurado em 1936, o Liceu Nacional Diogo de Gouveia, conforme nos demonstra a Figura 03.006, foi uma das primeiras e mais puristas obras do modernismo português, destacando-se pelo despojamento ornamental aliado às formas que o uso do betão permitiu explorar e pela assimetria da planta, determinada por questões de funcionalismo prático.

Figura: 03.007

Liceu Nacional de Viana do Castelo
(actualmente Escola Secundária Sta. Maria Maior)



Fonte: Elaboração própria. Dados, http://www.monumentos.pt

Em 1934 é permitida a construção o Liceu Nacional de Viana do Castelo, Figura 03.007. Esta obra demorou 10 anos a terminar. O edifício foi implantado no terreno pertencente à casa dos Quesados, Funcionando a partir de 16 de Outubro de 1946. Canto, (2004, pág. 72-73) refere,

> Em 1930, o arquitecto Luís Cristino da Silva apresentou ao Ministério da Instrução Pública o projecto do novo edifício do liceu de Beja, numa solução que se caracteriza pelo "internacionalismo" e o "funcionalismo", seguindo as normas

construtivas e programáticas da escola moderna, estabelecidas pelo concurso público.

Referimos este exemplo de edifício com características algo diferenciadas da típica escola primária pelo facto de constituir um passo pioneiro no modernismo que sob o ponto de vista do edifício escolar se começa a estender para além dos grandes centros urbanos que na altura se confinavam a Lisboa e Porto.

Estes edifícios e bens públicos são únicos nos espaços onde estão inseridos, fazem efectivamente parte deles, tornando-se únicos, caracterizam pois a particularidade de um espaço, seja urbano ou não.

Se reflectirmos sobre esta questão, estes elementos arquitectónicos influenciaram no passado e influenciam no presente o traçado e o desenho dos espaços onde se inserem marcando de alguma forma o território.

É esta herança que se distribui por todo o país que nos obriga a uma questão fundamental – que fazer com todo este património? – Como reutilizá-lo?

Estes edifícios que em grande parte são particulares terão provavelmente que assumir funções algo distintas daquelas para as quais foram projectados, não obstante a grande quantidade se estabeleça nas zonas urbanas de Lisboa e Porto, no entanto o nosso propósito foca-se precisamente em infra-estruturas que se localizam bem longe das áreas urbanas de referência, nomeadamente o interior do país, estabelecendo uma relação directa entre três variáveis fundamentais para o estudo, a Universidade pública, as infra-estruturas disponíveis residentes e a problemática da produção local e regional.

Cabe à parte do nosso trabalho analisar as diferentes características do edifício e obras públicas existentes, no sentido de possibilitar novas funções sem alterações profundas mas que simultaneamente sejam fundamentais para uma funcionalidade conveniente da infra-estrutura. Mas o importante, será estabelecer uma relação óptima entre as soluções possíveis, a revitalização, o redesenho e que tudo seja transformado com o mínimo de descaracterização e demolição.

No assunto que tratamos torna-se fundamental que as infra-estruturas edificadas disponíveis, não somente permitam uma recuperação patrimonial como uma reabilitação sob o ponto de vistas da utilidade, conservando-os tanto quanto possível sob normas eficazes e com assento legal.

Desta forma a Direcção Geral do tesou e Finanças do Ministério das Finanças de Portugal criou o Programa de Gestão e Inventariação do Património Imobiliário

Público (PGI) que assenta na publicação do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de Agosto, que veio disciplinar o regime do património imobiliário público, tendo em vista a eficiência e o bom aproveitamento dos recursos públicos e a sua conformidade à actual organização do Estado, a Resolução do Conselho de Ministros nº162/2008, de 24 de Outubro, aprovou o programa que «promove o estabelecimento de medidas e procedimentos de coordenação, não apenas a eficiência na administração dos bens imóveis do Estado mas também a adequação da gestão imobiliária às orientações da política económica e financeira, global e sectorialmente definidas».

Uma das tarefas principais do Programa de Gestão e Inventariação do Património Imobiliário do Estado (PGPI) tem como objectivo inventariar de forma geral os elementos constitutivos do imobiliário público no sentido de permitir uma mais adequada gestão desse mesmo património assim como tomar conhecimento ao pormenor das quantidades e tipos. Desta forma, foi criada uma plataforma electrónica denominada (Sistema de Informação dos Imóveis do Estado (SIIE), tal como uma outra importante directiva neste sentido do imobiliário do Estado através da Resolução do Conselho de Ministros nº162/2008 e com destaque para o Decreto-Lei nº24/2009 de 21 de Janeiro que dá corpo, através da portaria nº293/2009, de 24 de Março, ao financiamento das operações de reabilitação e de conservação dos imóveis do Estado.

Pedro, Vilhena e Paiva (2009) descrevem uma metodologia de desenvolvimento de um modelo adoptado para a aplicação e experimentação na avaliação do estado dos imóveis pertencentes ao Estado de Portugal que permitem estruturar critérios de avaliação quanto ao estado e nível de anomalias que afecta cada elemento funcional, sendo eles, - consequência da anomalia na satisfação das exigências funcionais - tipo de extensão do trabalho necessário para a correcção da anomalia - relevância dos locais afectados pela anomalia - existência de alternativa para o espaço ou equipamento afectado.

Tratando de uma avaliação algo idêntica ao trabalho que desenvolvemos, ou parte dele, consideramos que a finalidade sob o ponto de vista da funcionalidade e do estado dos espaços que pretendemos adaptados, poderão beneficiar de uma análise idêntica, ou seja que consista na avaliação de anomalias em comparação com as finalidades que pretendemos atribuir aos imóveis com base em critérios, como poderemos verificar na Tabela 03.002.

Tabela: 03.002

Hierarquia de regras para avaliação da gravidade do estado de conservação dos imóveis

Regras	Significado
Estado de conservação sem significado	Estado de conservação que em condições aceitáveis de utilização imediata, necessitando de pequenos trabalhos de intervenção.
Estado de conservação com necessidade de intervenção ligeira	Estado de conservação que obrigam a alguns trabalhos de conservação, limpeza e substituição
Estado de conservação com necessidade de intervenção acentuada	Estado de conservação que prejudica o uso e conforto necessários para a finalidade, necessitando de obras de conservação e restauro
Estado de conservação com alguma gravidade	Estado de conservação que coloca em risco os utentes do imóvel quanto à saúde e segurança
Estado de conservação com muita gravidade	Estado de conservação que impede a operacionalização, necessitando de obras de conservação e restauro profundas com ausência de infra-estruturas básicas

Fonte: Elaboração própria. Dados, Laboratório de Engenharia Civil (2009)

Uma avaliação do estado de conservação dos imóveis não funcionais ou inoperacionais do Estado em que a situação geostratégica poderá ser considerada óptima ou adequada comparativamente à sua essência construtiva, na tentativa de não descaracterizar a sua origem sob o ponto de vista arquitectónico, de design e enquadramento, seria uma das possíveis orientações no sentido de dar corpo a um projecto de implementação física do habitáculo que poderá ligar a Universidade pública ao espaço geográfico distanciado da sua abrangência científica e de investigação (Pedro, Vilhena e Paiva, 2009).

3.3.2 O ESPAÇO UNIVERSITÁRIO READADAPTADO PARA A INVESTIGAÇÃO DESCENTRALIZADA

Importa atribuir à Universidade pública a capacidade de se se reinventar, de se concentrar na inovação, o grande desafio do século XXI, o de mudar o sistema de valores que está por trás da economia global, de modo a torná-lo compatível com as exigências da dignidade humana e da sustentabilidade em défice para que esta se alastre no espaço e na geografia.

Os modelos de crescimento económico na Europa começam a gerar grandes desequilíbrios e um deles coincide exactamente com o espaço ocupado. Pela simples razão da necessidade de obtenção de "poder" de status social e económico, Portugal tem sido uma vítima desse mesmo procedimento social que em cada momento se nota de forma substancial e inequívoca.

Importa referir que a qualidade das infra-estruturas de apoio à investigação permitem atribuir à Universidade uma maior competitividade no mercado no que toca à recolha de competências e a criação da excelência. No entanto, para que possamos compreender estes atributos será de todo conveniente envolver a sua finalidade e abrangência sob o ponto de vista da conveniência e da dimensão. Tudo isto terá que ter em linha de conta uma particularidade fundamental para o pensamento da real necessidade das infra-estruturas e sua importância no contexto, independentemente da dimensão e do seu objectivo e será fundamentalmente a sua capacidade de se alargar na geografia, confundindo-se com a paisagem. Como refere Rodrigues (1993, p.24) a propósito da análise de sustentabilidade que faz a uma pequena escola superior de ensino universitário com o nome de Escola Superior Gallaecia (ESG) que reside estrategicamente numa pequena vila a Norte de Portugal (Vila Nova de Cerveira) e que se estrutura segundo uma comparação que se esbate nas diferenças sociais e culturais entre regiões e cidades,

> Por todo o percurso se nota que, a escola se mistura na realidade prática da vida: alguns jovens estão à volta de um min tractor que funciona a gaz metano; um pequeno grupo, junto do apiário, entretém-se a estudar a polinização das abelhas; junto ao estaleiro oficinal estão três jovens a fazer comparações entre vários

> insectos, para um estudo sobre biónica. E mais adiante, um grupo de quinze estudantes põe de pé uma estrutura construtiva que servirá como estábulo de animais.

Importa aqui reparar que independentemente da conveniente infra-estrutura associada a tecnologias tão actuais quanto possível, que por si formam uma excelente unidade estrutural que se traduz num discurso participativo, assente numa sólida base de conhecimentos científicos e que procura respostas simples para a resolução de problemas complexos, requerem necessariamente uma componente humana e de contacto, assídua e participativa.

O espaço físico estrutura-se num conjunto de valores que colocam em evidência, não somente esse mesmo espaço mas também a sua finalidade numa relação refinada do entendimento sobre o quanto a configuração espacial afecta as relações de trabalho assim como a interacção e a troca de experiencias que directa ou indirectamente influenciam o desempenho e os resultados.

Neste sentido e tendo em conta a finalidade do nosso trabalho de investigação, pretende-se encontrar uma relação directa e objectiva entre a Universidade, o espaço geográfico e as infra-estruturas, muito concretamente a arquitectura, pois como referem Escudeiro et. al. (2011), a arquitectura estrutura-se como variável actuante no espaço, afectando directa ou indirectamente os usuários no sentido de permitir as suas acções em processos de adequação às práticas do ensino, da transmissão de conhecimentos e investigação com base num estudo e planeamento desse espaço e infra-estruturas adjacentes, cuja resolução poderá ser colocada, qualquer que seja a escala e edificações em uso ou desuso, articulando dados de naturezas distintas para viabilizar a programação de acções futuras.

Esboça-se a necessidade de reorganizar o espaço físico na intensão de uma estrutura corporativa descentralizada assente em grupos de trabalho num âmbito espacial ao nível da escala local, ou seja, a derivação de estruturas descentralizadas baseadas em grupos de trabalho e segmentos de importância, cuja gestão terá que fluir sempre na Universidade pública ou privada (Escudeiro et al., 2011).

Numa perspectiva de trabalho, investigação e produção, os espaços deverão ser concebidos a sua oferta quantitativa, ou seja, segundo critérios ligados à geometria, ao dimensionamento, ou outras variáveis directamente ligadas à sua estrutura mas também segundo aspectos qualitativos com base em interdependências entre os

espaços sob o ponto de vista topológico como sendo, as relações entre o edifício e a sua envolvência, seja arquitectónica ou da topografia no sentido de permitir maior eficácia na relação entre a Universidade e o local ou região.
A este respeito, Escudeiro et al. (2011, p.5) refere que,

> Os edifícios actualmente são compreendidos com um valor social de interacção; a configuração espacial dos ambientes de trabalho desempenham um importante papel para a performance das actividades realizadas; o espaço físico tem sido tratado como a ferramenta mais importante para induzir mudanças de cultura, acelerando projectos inovadores e incrementando o processo de aprendizagem.

Na actual discussão valerá a pena pensar numa perspectiva da arquitectura e do design. A sociedade de hoje exerce uma grande pressão sobre as Universidades e muito particularmente as públicas e isso tem forçado a ideia da necessidade da criação da redefinição de estratégias no sentido de minimizar os problemas sociais que temos vindo a referir ao longo desta investigação.
Actualmente é necessário encarar e enquadrar a Universidade numa perspectiva diferente tornando-a mais flexível no que toca ao espaço e à geografia, alertando para uma gestão mais virada para um público algo diferenciado.
Actualmente as mudanças sociais e de política do ensino têm provocado alguns pensamentos que indiciam um redesenho da Universidade pública no sentido de estruturar outras estratégias, principalmente no relacionamento desta com as comunidades. Campos (2010) refere que o impacto destas mudanças no desenho do espaço físico da Universidade tem motivado um intenso trabalho científico, onde são estudados quais os espaços da Universidade que devem estar preparados para o cumprimento destas habilidades, quais as alterações necessárias, que regimes de exploração devem ter esses espaços, que padrões de conforto devem proporcionar aos utilizadores e também que influencia pode ter a qualidade do espaço físico nos resultados e na produtividade dos seus utilizadores.
Não obstante a importância destas propriedades torna-se importante referir também a variável social que terá que caracterizar a abrangência da Universidade na geografia e desta forma abordar o problema de forma algo diferenciada no que toca ao espaço ocupado pela instituição tal como seu interesse no contexto geográfico em que se insere, independentemente da dimensão física (Scheidemantel, Klein e Teixeira, 2004).

Quando abordamos o tema da deslocação física da Universidade, teremos que compreender a extensão como uma variável fundamental para a compreensão do processo, e referi-la como uma ligação da Universidade na sua componente de excelência e investigação ao cidadão afastado geograficamente e residente num espaço privilegiado de produção.

Scheidemantel, Klein e Teixeira (2004), afirmam que a extensão universitária é imprescindível para a democratização do acesso a esses conhecimentos, assim como para o redimensionamento da função social da própria Universidade, principalmente se for pública.

Retira-se desta afirmação que, conforme temos vindo a referir, a Universidade terá que se descentralizar no sentido de se afirmar sob o ponto de vista da utilidade pública. A grande pergunta que se poderá colocar é - de que forma, com que infra-estruturas e recursos? - Será a extensão física da Universidade o melhor formato para que a sua utilidade e intervenção social sejam eficazes?

Como Scheidemantel, Klein e Teixeira (2004) referem, afirmar-se-ia que a extensão universitária influencia e é também influenciada pela comunidade ou espaço local em que está inserida pois permite uma lógica troca de valores e saberes e citam «a extensão universitária deve funcionar como uma via de duas mãos, em que a Universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade e também aprende com o saber dessas comunidades».

É nesta perspectiva que se poderá entender Campomori (2008) quando atribui à Universidade do futuro um quarto pilar para a sua relação com o meio em que está incluída, ou seja, a cultura numa perspectiva de compreensão e inclusão no meio em que está inserida sendo capaz de abrigar resistência, liberdade, cidadania e socialização entroncando assim com a excelência e relevância social.

Na conjuntura e vislumbrando o futuro da Universidade, esta poderá encarar as possíveis soluções que assentam no confinamento da entidade no espaço geográfico, não sendo necessário a sua extensão física mas sim científica e humana, tornando essa intervenção realidade através de infra-estruturas residentes e desta forma o conhecimento ser tão afastado quanto possível da Universidade de forma a se tornar abrangente na geografia num processo de territorialização apropriação.

Inspirados em Scheidemantel, Klein e Teixeira (2004) na sua abordagem ao planeamento e execução de actividades de extensão da Universidade pública nas comunidades, seleccionamos cinco pontos de referência que consideramos

importantes para o relacionamento da Universidade pública e a comunidade, numa atitude de potencialização da produção local e regional, tal como refere o quadro 03.003, optimizando os recursos de infra-estruturas residentes.

Tabela: 03.003

Dados de referência para a potencialização relacional Universidade-comunidade

Ponto de referência	Significado
Levantamento	Conhecimento da realidade da comunidade em que a Universidade está inserida
Serviços	Prestação de serviços e assistência à comunidade
Investigação	Integração do ensino-pesquisa-extensão
Interacção	Integração na Universidade na comunidade através da optimização de infra-estruturas residentes
Produção	Tomada de conhecimento da comunidade Universitária da problemática local e regional, actuando na busca de soluções

Fonte: Elaboração própria

A Tabela 03.003 descreve alguns pontos em contexto de produção local e regional e compreende sinais fundamentais, como sendo, a tomada de conhecimento da realidade local através de um levantamento exaustivo das suas necessidades e potencialidades, assim como, até onde a Universidade pública poderá intervir na sua variante de conhecimento e investigação.

Num processo de levantamento, importa adquirir informação quanto a infra-estruturas existentes e disponíveis que permitam centralizar contactos e meios de comunicação no a fim possibilitar uma relação informativa e pedagógica entre as equipas de investigação, apoio e Universidade.

A prestação de serviços à comunidade consiste no resultado de trabalho que se liga tecnicamente aos representantes da Universidade, ou seja, os investigadores, docentes e discentes assim como a comunidade, local ou região, no intuito de medir esforços e resultados.

O processo de investigação interage através de um método de aprendizagem que envolve a extensão da Universidade e o produtor num processo conjunto de pesquisa e partilha de conhecimentos e experiências.

A interacção de investigação correlaciona-se entre a Universidade, o investigador e a comunidade, ou elemento produtor, que no caso de resume ao potencial local e regional e o residente ou produtor. A relação entre estes três elementos fundamentais partilha de uma variável comum, ou seja, o potencial produtor de uma determinada área geográfica não pertencente à zona de influência da Universidade, pública ou até privada e assim, nesta partilha de conhecimentos e experiências entre o produtor e a Universidade poderão conjuntamente actuar no de forma a encontrar soluções de optimização do espaço num processo construtivo e de desenvolvimento.

A produção reflecte-se na busca de resultados práticos e objectivos que reforçam um trabalho conjunto entre o investigador e o produtor num determinado espaço geográfico no caso que tratamos, o interior do país, no intuito da optimização e produção.

Importa referir que ao nível das infra-estruturas, não poderemos omitir a importância do suporte a todo um trabalho de desenvolvimento que se estrutura na base do contacto entre os intervenientes activos, no caso o espectro de investigação da Universidade e o produtor, o que leva a uma necessidade de olhar esta extensão universitária de forma algo diferenciada daquilo que entendemos hoje como a “extensão universitária”, onde o investimento em infra-estruturas excede por vezes as necessidades assim como as possibilidades, sob o ponto de vista económico e social.

A reabilitação dos edifícios de interesse para o desenvolvimento destes planos e cujas potencialidades para projectos interactivos resulta do interesse que eles possam ter, sob o ponto de vista da utilidade, para as finalidades pretendidas, demonstra-se uma solução em tudo pertinente.

Com o tempo e ao longo dos anos os espaços habitados cresceram impondo morfologias própria que se foram adaptando e desenvolvendo no tempo segundo as características de cada um desses locais independentemente da sua localização

geográfica, caracterizados por uma identidade própria, acompanhando o desenvolvimento social e económico que em grande parte dos casos se enraizaram fortemente com os lugares e as pessoas.

Como anteriormente tivemos oportunidade de verificar, exemplificando a construção das escolas primárias do Estado Novo, estas foram sendo executadas com os materiais e os meios próprios à época e aos lugares, transformando-se em testemunhos físicos da cultura do passado.

Hoje, muitos desses edifícios encontram-se devolutos, muitas das vezes factor de deterioração ambiental, transformando a sua destituição em algo vulnerável, onde a manutenção deixou de ser uma prioridade, não restando muitas vezes mais do que a derrocada e demolição (Delgado, 2008).

Fernandes e Mateus (2011, p.205) citam «A terceira vaga traz consigo um modo genuinamente novo baseado em energias renováveis e diversificadas (…) com inteligência e um mínimo de sorte e a civilização emergente pode tornar-se mais sã, sensata e sustentável».

Encontramo-nos perante uma visão efectiva do século XXI, onde a sustentabilidade conduzida pela reabilitação deverá ser uma realidade, até uma prioridade na actuação para o futuro da reconstrução e no caso que tratamos, transforma-se de fundamental importância pelo facto de todo o nosso estudo integrar como essencial a reabilitação para a apoio físico à comunicação no processo de produção e optimização do espaço geográfico distanciado do meio urbano e muito concretamente do litoral do país.

3.3.3 PERSPECTIVAS SOBRE A NOVA DIMENSÃO ADAPTADA E ESPACIAL PARA A UNIVERSIDADE PÚBLICA NO SÉCULO XXI

A Universidade do futuro será uma das instituições que terá que deter uma infra-estrutura capaz de responder às necessidades da formação dos futuros empreendedores. As transformações que cada vez são mais acentuadas, determinam as mudanças do mundo actual, reflectem e impõem uma nova identidade a todas as instituições humanas. Como refere Grande (2001, p.5) «A Universidade, por isso, terá que ser, mais do que hoje, o local onde se constrói o novo conhecimento científico, que permuta com outras instituições produtoras de ciência, e difunde para a sociedade que o utiliza».

O futuro da Universidade como é vista hoje e que se determina como sendo um espaço sobredimensionado e dominador, terá que aumentar o seu diálogo com outras instituições e alargar-se na geografia, no sentido de aceder a uma intervenção activa no desenvolvimento que não terá somente a ver com a sua evolução mas também com a participação intensificada na problemática nacional que ocorre do subdesenvolvimento do interior do país e da sua estagnação.

O problema que se logrará eventualmente colocar, assenta no facto de, como conseguiremos avaliar uma revolução iminente que está directamente ligada às tecnologias da informação e a sua interligação em rede, qual a sua influência na dimensão da Universidade pública sob o ponto de vista físico e sua abrangência na geografia. Algo que não poderemos omitir e que se remete ao facto de esta "revolução" ser inevitável, tal como todas as alterações que ela irá impor, muito particularmente na Universidade.

Agre (2001, p.363) cita,

> Que sejam abolidos os *campus*, a sala de aula e a biblioteca, e a troca de informação e pesquisa transcenderá as limitações artificiais da geografia. Os alunos serão expostos aos melhores professores, as comunidades intelectuais alcançarão os ideais cosmopolitas do Iluminismo em tempo real, e a rigidez da época de tijolos e concreto, lápis e papel, giz e palestras entrará em descrédito de uma vez por todas. Essa é a promessa, e as grandes tradições milenaristas do Ocidente propiciam o anúncio, a compreensão e o anseio que ela encerra.

A pertinência, ou impertinência desta afirmação ou conjectura, remete-nos a um pensamento que se entronca com a realidade palpável no que toca à abrangência da relação da Universidade com todas as instituições, no sentido de melhorar a sua performance na contribuição para uma substancial benfeitoria da forma como conectam e interagem com a diversidade de conhecimento e consequentemente a produção.

Ainda relativamente a esta questão, seria importante pensar acerca do papel da Universidade há uma década atrás e por comparação à de hoje.

Agre (2001) retractava acerca deste assunto quando abordava as tecnologias de informação e comunicação em rede e estas ampliavam estímulos, ou seja, padronizar todos os locais da Universidade em que ocorra a mesma actividade e interligá-los para que se possam fundir de alguma forma útil, transformando-se assim num único lugar de prática social.

Naturalmente e no nosso tempo, esta é uma realidade palpável e observável, o que nos leva a pensar que provavelmente o espaço físico deixa efectivamente de ser um entrave a esta evolução inovadora que se traduz na comunicação em rede.

Na área da investigação e pesquisa e no facto da possibilidade da interligação entre as entidades pesquisadoras, relembramos Agre (2001) quando faz a alusão às faculdades ocultas que como refere, são sob muitos aspectos, mais visíveis aos olhos dos pesquisadores dos campus físicos onde eles organizam seus locais de trabalho.

Pensando acerca deste assunto Agre (2001, p.366) expõe «O mundo da pesquisa tem assim uma estrutura matriz: num eixo estão o campus e no outro, as comunidades de pesquisa».

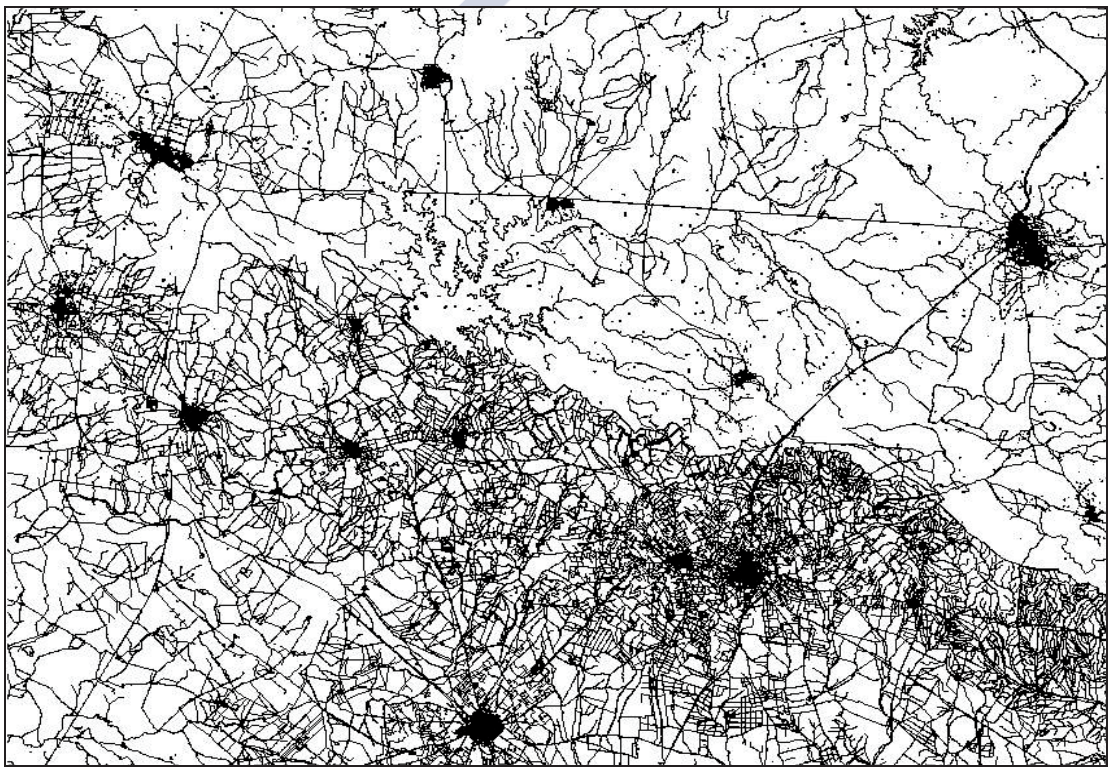
Inspirados nesta reflexão, desejámos enquadrar este pensamento no contexto da intensão deste trabalho de investigação onde queremos colocar em discussão se essas faculdades invisíveis se poderão transformar em algo mais observável sob o ponto de vista físico e descentralizado, contrariando assim uma centralização da investigação, adaptando infra-estruturas ao nível da arquitectura e do design, reabilitando de forma sustentável edifícios públicos devolutos que se encontram estrategicamente localizados na geografia.

Expomos então um espaço que além de ser adaptado propõe uma nova dimensão física para a extensão da Universidade pública ou até privada, tal como temos vindo a referir ao longo do trabalho.

Qualquer espaço geográfico, independentemente da sua posição hierárquica no território, seja localidade, aldeia, vila ou cidade possui elementos que o representam e em certa medida são os únicos recursos caracterizadores e retransmissores da singularidade desse mesmo espaço, tendo uma crucial importância no desenho e na estrutura do seu traçado.

Figura: 03.008

Planta topográfica vectorial
Localização da dispersão construída no espaço interior – Distrito de Beja



Fonte: Elaboração própria. Dados, a partir da cartografia disponível em: https://www.google.pt/maps/preview

A figura 03.008 retracta uma visão de pormenor visível pela dispersão urbana em escala quanto ao distanciamento, não somente do litoral relativamente ao interior como temos vindo a referir, mas também o interior entre si numa distribuição espacial assimétrica das populações e das infra-estruturas.

Segundo Miranda et al. (2009, p.7),

> Os padrões de ocupação do território continental português alteraram-se significativamente ao longo do último século. No lapso de seis décadas, Portugal passou de uma sociedade essencialmente rural a uma sociedade predominantemente urbana. Esta profunda modificação da base económica e cultural e da organização social do país foi acompanhada pelo acentuar da secular concentração litoral das actividades e da população. Movimento a que correspondeu um progressivo recuo do povoamento das áreas rurais, em especial das mais interiores, ainda que acompanhado do reforço das principais cidades médias.

A fragmentação da proximidade dos espaços geográficos, tal como poderemos verificar na figura 03.008, afectam notoriamente a paisagem e um consequente afastamento entre as áreas urbanizadas não metropolitanas, dificultando uma articulação entre si e os espaços rurais envolventes.

Segundo Campos (2011), existe uma forte dispersão geográfica no interior do país ao nível das infra-estruturas, dos equipamentos e económicas de grau mais qualificado, o que infere num desajustamento na distribuição do território e nas infra-estruturas colectivas tal como nos serviços de interesse geral, face à alteração estrutural das procuras sociais. Neste contexto, o autor salienta que o estudo "Europa 2000" mediante a execução de acções concretas de cooperação entre os Estados-membros da União Europeia relativamente ao ordenamento do território e desenvolvimento urbano demonstra que a ocupação das áreas dispersas é efectivamente um fenómeno generalizado no âmbito europeu, o desenvolvimento urbano assenta em padrões mais compactos e desta forma uma tendência para o afastamento. No entanto é visível uma diferença significativa entre os vários países da UE tendo em conta a condição social e económica de cada um em particular e certamente Portugal se encontra algo afastado da generalidade dos países.

Não obstante, o Decreto regulamentar nº11/2009, de 29 de Maio, permite-nos perspectivar algumas alterações num futuro a médio prazo quanto a esta situação. Neste facto será o ajustamento de alguns perímetros urbanos que em muitos casos se encontram desajustados e na abordagem que tratamos poderão travar em certa medida as descontinuidades urbanas e a ocupação dispersa.

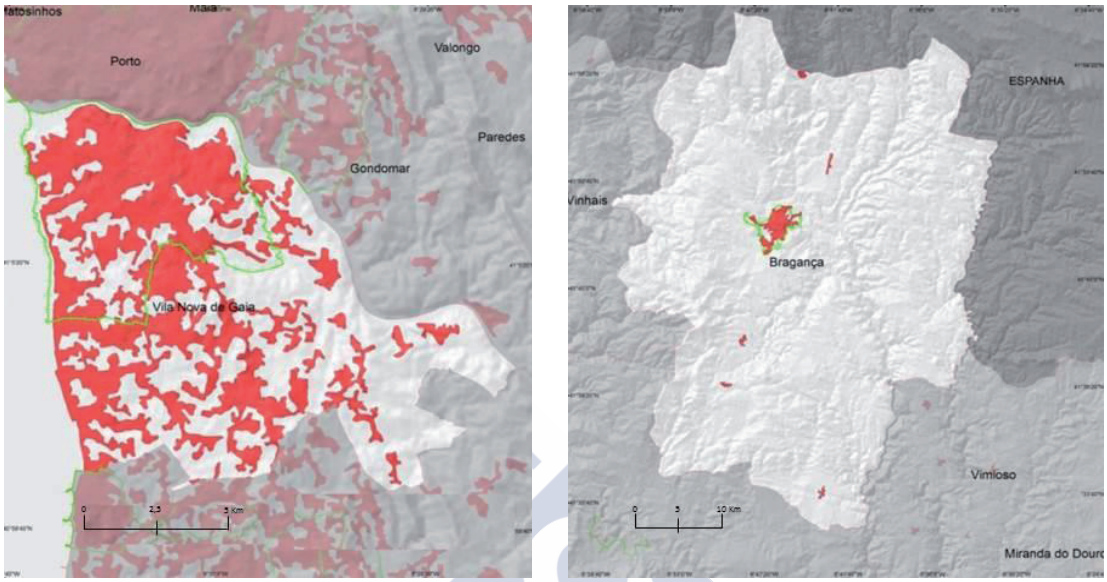
Nesta matéria e como é possível analisar no extracto topográfico em escala cartográfica, representado na Figura 03.008 e agregando o assunto que tratamos à realidade do território nacional, poderemos verificar que aqui reside também um problema de apropriação dispersa na geografia, com maior incidência no interior. As formas de ocupação do território nas políticas actuais pretendem um ordenamento do território mais eficaz e em certa medida propõem uma maior controlo da expansão urbana, o que em princípio poderá dosear uma posse do território mais eficaz e equilibrada, na medida em que contém e controla a expansão urbana dando maior atenção aos espaços distribuídos na geografia do território e como refere Costa, et al. (2011a) quanto às formas de apropriação urbana, à evolução dos perímetros urbanos e dinâmicas de apropriação no sentido de promover uma maior coerência entre as práticas da gestão territorial ao nível dos municípios e a atribuição da importância a indicadores ao nível da análise espacial, Sistemas de Informação Geográfica (SIG), no intuito de permitir uma maior e melhor monitorização do território nacional.

Nos últimos anos em Portugal e no que concerne à forma e utilização do território a atenção tem vindo a ser maior, no sentido em que pauta a uma preocupação relativamente à compactação e dispersão urbana. Estas preocupações decorrem da atenção dada ao desenvolvimento urbano a que Costa et al. (2011b) denomina de «desenvolvimento sustentável».

A fim de consolidar esta ideia de ocupação do território e a sua dispersão no tempo, procuramos encontrar exemplos que nos permitam evidenciar padrões de utilização existentes. Costa, et al. (2011c) referem que em geral e de 1990 até 2006 verifica-se uma maior densificação, (índice de densidade de ocupação e expansão) assim como a irregularidade dos polígonos urbanos, conforme se poderá verificar na figura 03.008, onde se expõe dois exemplos de conselhos, Vila Nova de Gaia (Porto) e Bragança sendo notória a tendência de densificação e índice de expansão entre 1990 e 2006.

Figura: 03.009

Formas de Ocupação dos concelhos de Vila Nova de Gaia e Bragança



Concelho de Vila Nova de Gaia **Concelho** de Bragança

Fonte: Elaboração própria. Dados Equipa FURBS, Forma Urbana Sustentável (2011)

Legenda: Áreas Urbanas Limites de Cidade

É notória a evolução da urbanização e a forma como a apropriação do território se processa, tanto no litoral como no interior conforme expressa a figura 03.009, referentes a exemplos como Vila Nova de Gaia e Bragança, esta última do interior e que tendo em conta as escalas referidas é evidente a diferença nesta evolução constatada de 1990 a 2006, onde se pode verificar um maior índice de expansão e ao que segundo a equipa FURBS (2011), citada por Costa et al. (2011d, p.3), considera «índice de compactação» que nos casos expressos na figura como exemplo, se mostra irregular na comparação dos polígonos urbanos do interior e do litoral.

Na base deste conceito de dispersão urbana assenta a realidade do nosso estudo e que no essencial pretende compreender o facto da utilização do território e em certa medida entroncar o papel da Universidade pública com esta problemática, no sentido de apoiar e optimizar o espaço mais retirado dos centros metropolitanos,

contrariando assim a inércia tem implicações que no desenvolvimento do país ao nível da produção e do despovoamento, sendo estas, entre outras, duas importantes variáveis condutoras deste trabalho de investigação.

O problema que aqui debatemos prende-se com o facto de compreendermos tão melhor quanto possível a importância da presença da Universidade em contextos de terreno que se encontram fora da sua abrangência geográfica e que por razões de logística lhe são impressas diferenças de competitividade que se reflectem no distanciamento físico e geográfico relativamente aos grandes centros urbanos e à dimensão geográfica (Mourão e Barbosa, 2006).

Mourão e Barbosa (2006, p.52) referem que «poderemos condensar as definições de competitividade territorial como a qualidade de um espaço quando reúne políticas e condições locais que sustentem um nível elevado de rendimento *per capita* e respectivo crescimento».

Efectivamente esta é uma das condições importantes que, independentemente da localização geográfica do território nos traduz aquilo a que lograremos chamar de optimização do espaço, no entanto Portugal nos últimos quarenta anos induziu num erro que consideramos factual e que assenta na circunstância de "empurrar" toda a sua economia e esforço produtivo para o litoral encontrando-se de momento à mercê de uma economia egocêntrica e incapaz de resolver problemas do espaço que compõem o país, remetendo o interior para a desertificação e o despovoamento. Entre outros, também poderemos considerar este propósito e que se prende com a relação da ciência, a Universidade pública e o território.

Nóvoa (2014) refere que o nosso país nunca estruturou um projecto objectivo para uma cultura escolar científica. Procuramos sempre as oportunidades que fomos aproveitando e ajustando, esquecendo a necessidade de uma visão estratégica nesta matéria. Cita também, Nóvoa (2014, p.4), «Portugal precisa ter uma visão sobre a democracia, o desenvolvimento e a integração na Europa e no mundo globalizado, e de unir dois pilares fundamentais: o conhecimento e o território, a ciência e a sociedade, as Universidades e as empresas».

Com base nesta abordagem e tendo como referencia o nosso propósito a relação entre o conhecimento, o território e as Universidades definem uma triangulação que poderá atingir os objectivos quanto às perspectivas de uma relação sustentada entre a responsabilidade da Universidade pública e o desenvolvimento local e regional, suportados certamente em infra-estruturas adaptadas.

A tendência para a construção de um formato adaptado de Universidade institui-se segundo parâmetros mais virados para a inovação tecnológica na comunicação, tal como temos vindo a referir ao longo deste trabalho.

A nível técnico o mundo da pesquisa e da ciência te vindo a desenvolver serviços em rede de banda larga e outras tecnologias que em certa medida facilitam o pensamento para uma evolução que também terá um peso significativo para a Universidade e sua tarefa no espaço geográfico que referimos, pois a sua força na abrangência é centrífuga permitindo uma informação rápida assim como uma gestão de base de dados de dimensões impensáveis. Havemos por isso e por obrigação, pensar na comunicação em rede como uma pertinência do futuro na gestão da relação e aproximação da Universidade com a comunidade local e regional (Agre, 2001).

No entanto, pensemos em que medida poderemos criar um método métrico e espacial para a Universidade, ou melhor, para a representatividade da Universidade neste contexto de troca de saberes sem qualquer proximidade física sob o ponto de vista das infra-estruturas, tendo obviamente em conta áreas que necessitam da relação mais aproximada com o espaço físico da Universidade, como por exemplo algumas áreas das artes como a dança, o teatro, ou até a utilização de alguns equipamentos laboratoriais e tecnológicos mais sofisticados, etc.

Não obstante, neste trabalho de investigação, tratamos no essencial, uma relação de aproximação e de partilha dos conhecimentos no sentido de contribuir para uma maior optimização nos aspectos de produção dos espaços mais dispersos e remetidos ao interior na geografia de Portugal, o que em certa medida aproxima os recursos humanos e de excelência das Universidades públicas com o potencial local e regional que vimos a referir ao longos dos capítulos anteriores.

Desta forma, a relação e estreitamento de colaboração entre as Universidades públicas e os poderes locais e regionais apoiadas nas tecnologias de comunicação, transformam-se num factor fundamental para o desenvolvimento coerente de apoio mútuo e consequentemente na aproximação de esforços para que possamos olhar o interior do país de uma forma mais integrada, povoada e competitiva.

3.4 UMA VISÃO DIFERENCIADA DA IMPORTÂNCIA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

A universidade pública, sendo património da sociedade, deveria dar-lhe respostas concretas para que esta solucione, em parte (ou no todo) os problemas de produção e apoio às regiões mais afastadas da área de conforto. Uma dessas formas é através da extensão ou a sua representação adaptada.

Analisando Ribeiro (2006), em princípio, as actividades de extensão devem ser fruto da sintonia da universidade com questões de relevância sociais, económicas e culturais, tal como vimos a desenvolver ao longo deste trabalho de investigação.

No entanto a consistência das respostas que podem ser oferecidas à sociedade depende do grau de envolvimento da universidade com essas regiões ou localidades. Desta forma, incentivar a integração e a articulação dos grupos de pesquisa, dos departamentos de investigação, dos professores e dos alunos, estimulando a formulação de actividades de extensão de carácter amplo, prático e objectivo, em áreas de grande interesse social, como sendo a produção dos potenciais das regiões, poder ser uma forma de ampliar as fronteiras da responsabilidade entre a universidade e a sociedade.

Na actualidade deparamo-nos com algumas questões quanto ao papel da Universidade pública inserida numa sociedade baseada no conhecimento. Hoje, torna-se necessário que ela se transforme num pilar fundamental para o processo de inovação e na liderança de sistemas de desenvolvimento nacional através de atitude inovadora (Ferreira e Leopoldi, 2013).

É visível que actualmente as Universidades em geral e muito particularmente as públicas estão a passar por uma fase em que a sua responsabilidade social e política se transforma num assunto emergente no que toca ao conhecimento com base num processo de mudança a que Etzkowitz (2008) chama de “segunda revolução académica” adicionando a função de desenvolvimento económico e social na missão da Universidade que começa a notar-se em muitos países.

Nesta matéria Ferreira e Leopoldi (2013) argumentam que a Universidade após a segunda revolução académica pode, e deve ser, uma Universidade empreendedora contribuindo para o desenvolvimento regional.

No que toca à importância que se lhe confere neste assunto, estaremos sempre perante uma ideia de espaço onde a polissemia da palavra permite variadas significações anexas a várias áreas do conhecimento, no caso, a geografia será a área a tratar mais convenientemente. Nesta perspectiva, Silveira (1990, p.28) refere que,

> O Espaço, como espaço social, produto da acção humana, uma natureza socializada que, por sua vez, interfere no processo social não apenas pela carga de historicidade passada, mas também pela carga inerente de historicidade possível de ser construída, na medida que é instância de determinação no movimento do real, de transformação deste último, em outras palavras, de determinação na História a ser construída.

No estudo que tratamos, abordamos esta questão tendo como referencia as mudanças que consideramos fundamentais e que seriam provenientes da acção humana, onde a Universidade terá um papel fundamental como preconizadora das transformações necessárias do cenário que historicamente necessita de ser construído.

É a este espaço social que o autor se refere e em cuja acção humana interfere na modificação do processo social levada a cabo pelo homem através de um cenário construído.

Por analogia, poderemos quase que ter como referencia o território português ao longo destes últimos quarenta anos, em que essa mudança se demonstrou quase que inversa a esta teoria, pois os valores construídos alteraram-se para um cenário deserto e despovoado e sem perspectiva no tempo de se alterar.

Neste contexto obrigamo-nos a pensar no processo de regionalização que, como referem Midlej e Fialho (2005), a percepção da diversificação dos lugares implica um desenvolvimento de técnicas com utilização dos recursos disponíveis em determinados lugares, será por isso o início do processo de regionalização. Assim, e com base neste pensamento, poderemos observar a importância da segmentação do território como aquilo que consideramos relevante para o desenvolvimento local e regional, não obstante e ser fundamental a intervenção da Universidade pública e sua territorialidade num conjunto de valores e atitudes que terão como resultado a reorganização e consequente optimização destes mesmos espaços e regiões.

Quando se fala de espaços geográficos ou regiões e cujos limites poderão ser determinados através de suportes cartográficos, apreendemos como tema recorrente a globalização, ou o mundo global se assim o percebermos e que certamente nos remete para o pensamento do território e na influência que a Universidade poderá ter, seja como elemento construído ou somente como influência intelectual.

Segundo Midlej e Fialho (2005, p.186), a Universidade na sua construção ou instalação tem implicações institucionais a ter em consideração que, entre outros, passam vários aspectos como infra-estruturais, sociais e históricos da região, isto porque, como o autor refere, «esses espaços detêm a representatividade política e económica e concentram os sectores mais dinâmicos de influência no seu entorno, podendo gerar um fluxo multidimensional do "vivido" territorial pelos membros daquela localidade, criando a sua territorialidade».

Na sua implementação, a Universidade ou a sua extensão poderá estabelecer um conjunto de interesses que confinem razões que justifiquem a sua presença em determinado local sob o ponto de vista da preponderância numa atitude política e económica sem se tornar num aparelho ideológico do Estado, cujos interesses se sobrepõem aos interesses da evolução e implementação do saber científico criando uma dinâmica relacionada com os processos de desenvolvimento adaptados aos problemas e potenciais de cada espaço ou região em concreto, criando forças no processo de desenvolvimento relacionados a questões específicas dos diferentes espaços e desta forma, orientar todos os esforços nesse sentido e assim, esta extensão da Universidade determinará uma posição fundamental nesta dinâmica que coagirá a uma atitude geoestratégica e socioeconómica que em tudo abona em favor da região que como referem Midlej e Fialho (2005, p.186) «com multiplicidade de funções, o que lhe exige adequação a dinâmicas sociais específicas, criando sentimento recíproco de pertença, no processo endógeno de influências».

Concordando com os autores, verifica-se que numa perspectiva da influência geográfica, poderá a Universidade ter em determinado local ou região a actuação que contribuirá para a sustentação das suas acções cabendo-lhe a função inerente de ser transversal a algumas variáveis importantes no processo, ou seja, o saber científico, a investigação e a realidade, obrigando-lhes por isso a tarefa de conferir substancia e consistência à ideia de uma Universidade descentralizada e capaz de estrar inserida em realidades abrangentes ou particulares com base nas práticas de um conjunto de experiências sociais vividas pelo homem.

A discussão que envolve as instituições inseridas em contexto local e regional no intuito de obter resultados conduzidos ao seu desenvolvimento, reduz em certa medida a problemática, não obstante não solucionar, em nosso entender, os problemas da educação do ensino superior sob o ponto de vista estrutural.

Por vezes poderemos questionar qual o formato da extensão de Universidade pública que melhor poderá servir o desenvolvimento local e regional que se afasta do litoral do país e o remete a uma desertificação e despovoamento sem resolução à vista, sem que para isso implique custos elevados adicionais e em certa medida contrarie a implementação de infra-estruturas sobredimensionadas. Optamos pela reabilitação de espaços não habitados pertencentes ao erário público, conforme referido em anteriores capítulos e que faremos alusão posteriormente. No entanto desenvolvemos uma teoria que confronta esta ideia com a dimensão geográfica, ou seja, em que medida teremos que exercitar a possibilidade da subdivisão do país em regiões ou espaços geográficos que permitam uma maior e pormenorizada visão métrica do problema.

Levantamos por vezes as dúvidas quanto ao processo de regionalização que auscultou as populações no ano de 1998 e o qual foi rejeitado não tendo no entanto a melhor atenção dos portugueses, conforme poderemos verificar mais adiante neste trabalho de investigação. Sendo o processo de regionalização a divisão de um determinado espaço geográfico em menores áreas e se passam a chamar regiões que por si apresentam particularidades próprias e características de cada um desses espaços ou regiões sob o ponto de vista sociais e económicas.

Em Portugal a constituição da Republica portuguesa de 1976 já prevê a regionalização, não obstante e por razões meramente políticas esse seja um tema que tem vindo a ser adiado por todos os governos ao longo dos anos, o que vem trazendo algumas assimetrias e descriminações, principalmente das regiões do interior que por força das circunstâncias tem sido esquecido no processo de desenvolvimento, reflexo de um visível desinvestimento nestas regiões do país e que se tem verificado sobremaneira nos aspectos fundamentais da evolução das várias áreas da produção e do aproveitamento das suas potencialidades, independentemente da sua dimensão ou das suas características.

Associando este tema ao nosso propósito, Richard (2014) refere que a geografia não especifica um modelo único de região, classificando-as em várias modalidades da ordenação geográfica a que Pinchemel (1997) chama de lógicas: «lógica natural,

lógica de homogeneidade ou de uniformidade, lógica de polarização e lógica territorial».

Nesta perspectiva poderemos tornar ambígua a realidade da concepção de espaço, sendo que, segundo o autor, o conceito de região se divide em três realidades irredutíveis, conforme a Tabela 03.004.

Tabela: 03.004

Distinção clássica de tipos de regiões que se referem a realidade irredutíveis segundo Pinchemel

Distinção	Descrição
Homogénea	Conjunto, cujos elementos constitutivos se parecem mais entre eles do que com aqueles situados nas regiões vizinhas
Geográfica	Combinação particular de características físicas e sociais
Administrativa	Bem delimitada e refere-se à ideia de uma transferência ou partilha de competências políticas

Fonte: Elaboração própria. Dados Pinchemel (1997)

Com base na leitura da Tabela 03.004, tomaremos como mote de orientação e atribuir à questão um conceito de ambiguidade no contexto da geografia não conferindo à ideia de região uma dimensão física em particular mas sim uma combinação de características físicas e sociais. Apoiamo-nos portanto na geografia física e humana no sentido de institucionalizar porções do espaço nacional aplicando políticas de produção sectoriais apoiadas pela Universidade pública na sua componente de investigação e recursos, no sentido de tornar esses mesmos espaços produtivos dando competências às instituições regionais.

Se entendermos que regionalizar segundo Richard (2014, p.12) será «dividir as parcelas do espaço nacional, visto que nós consideramos que essas porções constituem espaços de acção mais pertinentes; delimitar parcelas de espaço homogenias; dar competências às instituições regionais», concluiremos portanto

que nesta perspectiva a intervenção da Universidade pública no espaço geográfico poderá ser de maior utilidade, no sentido em que, tal como o regionalismo valoriza a defesa de particularidades sociais e culturais assim como a identidade das regiões como refere Richard (2014).

Neste contexto, os benefícios resultantes da regionalização estruturam-se num factor essencial de democratização assente numa administração periférica ao Estado numa atitude participativa e democrática com aproximação às populações no sentido de estimular a residência, principalmente no interior do país.

O processo de regionalização do país poderá efectivamente não ser uma condição necessária nem suficiente para o desenvolvimento, mas é inquestionável que a sua existência conseguirá minorar o trabalho organizativo e de apoio das Universidades no terreno, seja para a sua optimização ou até a apropriação, circunscrevendo o problema a um determinado espaço geográfico dando a importância na dimensão económica, cultural e ambiental, independentemente do formato administrativo e de gestão que lhe possam atribuir, desde que, como resultado introduza de forma coerente, a premissa da descentralização.

O que efectivamente se trata neste trabalho de investigação está directamente ligado a um processo de abrangência necessário para o objectivo da resolução do problema, pese embora, entre outras soluções, a regionalização seja uma via para a sua resolução que pretende uma maior dinâmica de desenvolvimento de acordo com cada espaço territorial atribuindo maior importância ao interior do país.

No que toca ao desenvolvimento das regiões fora do espectro urbano e do litoral debatendo-se com o problema de afirmação na sociedade de produção, torna-se necessário atingir uma plataforma superior de competitividade através de massa crítica que permita equilibrar o potencial local e as debilidades da sua própria existência, independentemente de se tratar de uma região ou localidade institucionalizadas ou não, dando por isso uma maior importância ao seu potencial produtivo ministrado e orientado pela Universidade pública.

Simões, Santos e Rato (2000, p.23), citam,

> Os principais obstáculos no caminho da melhoria do padrão competitivo da Sub-região e da qualidade de vida dos seus habitantes se encontram, em grande medida, no domínio do imaterial: na reduzida capacidade de iniciativa, criatividade e inovação, na ausência/insuficiência de cultura técnica e científica, em modos de

> intervenção e procedimentos do tecido institucional, em suma, na capacidade institucional instalada

Não tratando neste trabalho de investigação das políticas macroeconómicas e regionais, entendemos este ser um princípio de raciocínio que permite tornar a questão mais abrangente, e compreender que é pertinente reflectir acerca do assunto, ou seja, em que medida actualmente as infra-estruturas serão o mais importante no desenvolvimento produtivo local e regional, sabendo que os actuais formatos tecnológicos nos permitem uma aproximação no relacionamento técnico e humano, numa atitude inovadora, (Simões, Santos e Rato, 2000).
Campos (2010, p.61), refere a este propósito que,

> Com o E-learning o uso do espaço físico, que decorre dos novos modelos de ensino e aprendizagem, é substancialmente diferente. O espaço que conhecemos com dimensão física, que usamos e ocupamos, transforma-se em espaço virtual, sem dimensão física palpável, táctil ou sensível aos sentidos humanos.

Com base na citação de Campos (2010), levanta-se uma questão que se torna fundamental para a compreensão teórica quanto ao futuro da Universidade do século XXI sob o ponto de vista das infra-estruturas, ou como se poderá compreender uma Universidade cujo espaço físico, pura e simplesmente não existe. Rifca e Jacov (2006) referem que a maioria dos estudos nesta matéria aponta para uma evolução com base em modelos diferenciados, uns com maior predominância do espaço físico sobre o espaço virtual. Será por isso pertinente verificarmos que não obstante a evolução dos espaços virtuais, estes também se complementam com o espaço físico no sentido de dialogar e encerrar um círculo de comunicação e aprendizagem, independentemente da forma e da dimensão desse mesmo espaço, pois como é visível o tema que tratamos não colide com a anulação do espaço como forma de contacto e do processo aprendizagem, mas sim de uma coligação amigável entre estas duas variáveis importantes para o desenvolvimento local e regional, sob o ponto de vista da produção e optimização.
Desta forma, temos desenvolvido uma ideia ao longo deste trabalho que vai de encontro ao conceito de espaço disponível como uma necessidade complementar ao processo, encarando uma extensão da Universidade do futuro como a complementaridade destas duas variáveis, ou seja, as infra-estruturas de rede

associadas ao espaço físico disponível, conforme temos vindo a referir ao longo deste trabalho, donde que, o desempenho entre estes dois espaços da representação da Universidade (físico e virtual), obrigarão a uma condição essencial para a implementação desta noção de valorização e responsabilização da Universidade como actor principal da dinâmica de produção e da relação necessária entre a investigação e o potencial produtor inseridos em contexto geográfico.

Valenti (2005) é de opinião que o grande problema actualmente se encontra no formato de Universidade que agora terá que ser levado a cabo sob o ponto de vista das infra-estruturas e construção. Ora, tratando no caso de espaços representativos da Universidade pública, ou até privada, este terá que confinar-se a instalações imobiliárias residentes, sejam edifício públicos desocupados, ou outros espaços que pertençam ao Estado, donde que, esse é um problema que não se coloca como poderemos ver mais à frente.

O importante no contexto, consideramos, é efectivamente e que se prende com a visível afastamento ao nível do conhecimento e da produção, que, como referem Simões, Santos e Rato (2000, p.30),

> Um dos traços que melhor caracteriza o sistema sub-regional de inovação, analisado na dupla perspectiva de oferta de serviços estratégicos de apoio à actividade produtiva e da procura empresarial de factores de renovação competitiva baseado na inovação tecnológica e organizacional, é, sem dúvida, o acentuado afastamento entre a esfera de produção de conhecimento, nomeadamente o sistema de C&T, e a esfera produtiva.

Não obstante o discurso dos autores se dirigir no essencial à relação da produção e o mundo empresarial, julgamos pertinente verificar que toda a caracterização se baseia num factor comum e que colide com os recursos da inovação tecnológica e suas potencialidade no processo de comunicação, permitindo uma aproximação do saber científico e de investigação ao espaço geográfico mais afastado dos centros de decisão sem que para tal necessite de um avultado investimento em infra-estruturas edificadas e todos os derivados essenciais para o seu funcionamento.

3.4.1 A RELAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA COM A COMUNIDADE E A PRODUÇÃO

A Universidade pública obriga-se no futuro a uma tarefa de responsabilização social e que se confinará a uma aproximação estratégica e de apoio à comunidade e agentes de produção através do seu potencial científico e humano.

As extensões universitárias enquadradas no processo de produção para o desenvolvimento local e regional, tendem para um desenho organizacional mais flexível com recursos humanos mais profissionalizados, propondo-se a um modelo do futuro, mais eficaz e menos burocrático (Rocha, 2008).

As Universidades públicas, nesta questão, têm vindo a mudar de atitude e a adaptar-se tanto quanto possível.

Há trinta anos atrás era impensável um discurso virado para as práticas de gestão do marketing ou da produtividade, como nos refere Jesuíno (1990), que considera o primeiro passo da Universidade o cumprimento de objectivos, ou sua definição que por sua vez se propagam ao ensino e à investigação. Não obstante, considera o autor que poderá existir um terceiro objectivo, a prestação de outros serviços à comunidade. Gera por isso qualificações que lhe permite obter uma posição vantajosa no mundo do trabalho tal como uma abrangência geográfica fora do seu espaço de conforto, permitindo maior intensidade na investigação com contrapartidas para a instituição.

Numa abordagem que irá de encontro à finalidade deste trabalho, resulta como oportuno a referência do autor no que toca à prestação de serviços à comunidade e entende-se esta variável como algo determinante para a definição de objectivos que terão que passar obrigatoriamente pela relação da Universidade com a comunidade respondendo às necessidades de um futuro que “já começou”.

A Universidade portuguesa e principalmente a pública, deverá ter que desempenhar uma tarefa importante na consolidação do conceito e da prática de responsabilidade social que irá para além daquela que actualmente exerce, ou seja, não somente investigar, entre outras finalidades, mas também aplicar essa investigação ao serviço da comunidade que, em certa medida se distribui pelo território nacional, incluso o interior e não somente ao mundo empresarial circunscrito geograficamente ao litoral.

Inspirados no pensamento de Jesuíno (1990, p.6) «Considere-se em primeiro lugar a definição de objectivos. Tradicionalmente consistiam no ensino e na investigação científica. Mais recentemente surge um terceiro objectivo, a prestação de outros serviços à comunidade».

Os serviços à comunidade não limitam a relação desta com o mundo empresarial que usualmente se centra no litoral do país, mas também a uma comunidade mais desfavorecida do conhecimento científico para o qual a Universidade poderá dar um apoio sem dúvida importante e produtivo, sendo esta a conjuntura que suporta este trabalho de investigação.

A importância de uma Universidade para a comunidade e a produção, referimo-nos obviamente à sua extensão no sentido de possibilitar a formação com base no saber científico assim como na sua aplicação prática através do corpo de recursos humanos, investigadores e cientistas.

Desta forma, a extensão universitária vista numa perspectiva mais humana e menos física poderá possibilitar a divulgação do produtor ou cidadão, ocupando um lugar decerto privilegiado na produção e optimização dos espaços mais afastados de si, no sentido de possibilitar a superação das dificuldades e desigualdades sociais que cada vez mais se acentuam, principalmente no interior do país.

Como refere Santos e Filho (2008, p.52), «A área de extensão vai ter no futuro um significado muito especial».

Este significado especial relata uma função abrangente, inovadora e empreendedora incluindo a Universidade pública num projecto global, onde o seu corpo de recursos científicos e de investigação se estende na geografia do país, na defesa da diversidade cultural e de produção, junto das comunidades locais e regionais. No entanto, a extensão que aludimos necessita da liberdade de participar dos problemas como das soluções sem terem que obrigatoriamente ser orientadas para actividades de negócio rentáveis convergindo num apoio solidário e de cidadania para a resolução dos problemas que tenham como objectivo a rentabilização do espaço português em geral, cobrindo certamente aqueles que estão mais necessitados de apoio.

Nesta perspectiva, a extensão e sua importância no contexto possibilita a formação através da expansão do espectro científico da Universidade num objectivo que assenta na tentativa da superação das desigualdades sociais e económicas, que, tal como temos vindo a referenciar, não somente frisam a diferença entre as

populações do litoral e interior como cria adversidades entre elas e consequentemente aprofunda um abismo que cada vez mais se salienta.

Mendonça (2007) afirma que poucos são os que têm acesso directo aos conhecimentos gerados pela Universidade pública e que a extensão universitária é fundamental e imprescindível para a democratização do acesso a esses conhecimentos assim como o reconhecimento da função social da própria Universidade, principalmente a pública, isto na tentativa de solucionar problemas de alguma gravidade na sociedade portuguesa, nomeadamente a falta de capacidade de uma política de sobrevivência sustentada e que apoie as populações do interior do país a uma atitude participativa e emancipadora.

Também Sousa (2001) aponta para que a extensão universitária se transforme num instrumento necessário onde o seu produto, nomeadamente a pesquisa e o ensino estejam em certa medida articulados entre si e que tenha a capacidade de se aproximar o mais possível do cidadão, formando-o, no sentido de incentivar à territorialização dentro dos limites geográficos da sua residência.

Esta possível relação da Universidade pública com a comunidade através da sua extensão incorpora a necessidade do respeito pela cultura daquilo a que poderemos chamar de comunidade, local ou região, tratando-se obviamente como factor determinante as pessoas. E nesta conjuntura, destacamos, entre outras, as vantagens que consideramos importantes na relação da extensão universitária com a comunidade, conforme Tabela 03.005 em baixo e que revelamos como linhas orientadoras para o reconhecimento das vantagens desta extensão que falamos.

Desta forma, inspirados em Sousa (2001) entre outros pontos, detalhamos alguns dados importantes que expõem e orientam este ponto de vista.

Tabela: 03.005

Quadro de valores e actividades da extensão universitária em contexto local e regional

Valores	Descrição
Conhecimento da realidade da comunidade, local ou regional	A extensão universitária, através do seu espectro científico e de investigação terá uma visão em local mais abrangente e real do problema
Prestação de serviços e assistência à comunidade	A extensão universitária poderá prestar melhor assistência científica e técnica à comunidade através do conhecimento das potencialidades locais
Integração no ensino-pesquisa	A apropriação da Universidade através da sua extensão possibilitará a aproximação ao residente num processo pedagógico e de interacção
Integração da Universidade na comunidade	Incentivando o processo de apropriação/territorialização a Universidade poderá impor a sua presença através dos seus recursos humanos e científicos
Actuação com base na problemática local	Após a tomada de conhecimento dos problemas, a Universidade/extensão agirá conforme as necessidades para a optimização da produção local e regional

Fonte: Elaboração própria. Dados, http:// www.ufmg.br

A Tabela 03.005, manifesta uma visão que, em nossa opinião, incorpora a relação da Universidade na sua extensão com a comunidade, no entanto a valorização feita ao factor humano no seu potencial de relacionamento com ela transforma-se em valor acrescentado. Donde que, as pessoas e seu relacionamento inerente possibilitam a uma eficácia advinda delas em detrimento da valorização física no que toca a infra-estruturas, não obstante esta ser em certa medida importante. No entanto o actual estado no avanço das tecnologias de informação e comunicação permite-nos reflectir a esse respeito e enquadrar esta importância da Universidade e a comunidade num contexto algo de mais potencial, numa atitude pró-activa e de relacionamento humano e pedagógico com as populações.

A viabilidade de um processo com base num projecto integrado deste género, passará efectivamente por um desenvolvimento sustentável e estimulado pelo Estado, obviamente num relacionamento estreito com a Universidade pública em primeira instância, estruturando projectos que tenham como finalidade integral a

melhoria de certos aspectos da vida das pessoas residentes desses espaços geográficos que referimos, medidos pelo impacto que estas acções conjuntas exercem sobre as comunidades.

A Universidade através dos seus agentes observará localmente os défices e os potenciais locais no sentido de gerar riqueza através de orientações técnicas e científicas criando inter-relação entre todas as entidades produtoras (ou potenciais produtoras) num determinado espaço geográfico, local ou regional que se reflectem na troca de experiencias entre os académicos e os residentes na comunidade, propiciando uma melhor compreensão da realidade no que toca às suas dificuldades específicas.

Esta será a forma mais eficaz de promover a interdisciplinaridade que permite a troca de conhecimentos assim como a reformulação de conceitos tendo em conta a importância da extensão universitária e sua relação com a comunidade, seja local ou regional pois, sem esta variável a Universidade pública ficará sempre ausente dos espaços que em certa medida necessitam dela e obviamente não falamos da sua condição de presença física ou de publicidade, mas da sua importância científica e de investigação.

Não obstante no que toca à abrangência da Universidade na geografia, tendemos a repensar o conceito, ou seja, não rejeitando o actual modelo. É conveniente que esta se estenda na sua função social num exercício de criatividade, reinventando-se. Confirmando este propósito Luckesi et al. (1998, p.5), afirmam,

> Não queremos uma universidade desvinculada, alheia à realidade onde está plantada, simplesmente como uma parasita ou um quisto. Ser alheia, desvinculada ou descomprometida com a realidade é sinónimo de fazer coisas, executar ensino, onde o conteúdo como a forma não diz respeito a um espaço geográfico e a um momento histórico concretos. Em outros termos, é verbalizar "conhecimentos", "erudições" sem uma paralela visão do contexto social, real e concreto.

Sendo em muitos casos o anterior citado uma realidade que ainda se vive na actualidade, a Universidade pública portuguesa já não se fecha em si, no entanto e neste capítulo, muito teremos que corrigir na sua conduta de promotor do saber em sociedade, independentemente da sua localização geográfica, compreendendo as realidades envolventes, tendo em conta as assimetrias sociais que nas últimas décadas têm sido uma realidade.

Actualmente e como teremos oportunidade de verificar ao longo deste trabalho, muitas têm sido a alterações relacionadas com o uso das novas tecnologias aplicadas às actividades pedagógicas.

Nesta questão e segundo abordado por Campos (2010) a título de exemplo, cerca de 50% das Universidades dos Estados Unidos da América já participam em projectos onde a componente *online* tem uma importância maioritária em face da outra componente, constituída por aulas presenciais.

Somos certamente um país que apesar de todas as contrariedades, se tem mostrado algo empreendedor no que toca à utilização de novas tecnologias, óbvia consequência do investimento global, público e privado, na despesa em actividades de investigação e desenvolvimento (I&D), ou seja 1,36% do PIB em 2013, comparativamente a 2,2% do total global da União Europeia e cujas fontes são Eurostat, OCDE, INE, PORDATA (2013) conforme temos vindo a referir e iremos detalhar mais adiante.

A opção de comunicação em rede como forma de contacto e aprendizagem à distância começa a ser uma opção que poderá num futuro próximo vir a revolucionar a aproximação da Universidade aos espaços mais afastados da sua área de influencia, e neste sentido começa a dar os primeiros passos. Interessa por isso apreender em que sentido é que esta variável, fruto da modernidade tecnológica, poderá influenciar a relação da Universidade e seu espectro científico, por exemplo, no interior do país, onde certamente as questões relacionadas com a logística se transformam numa preocupação quase que diminuta. Entende-se desta forma, que na actualidade poderemos colocar a comunicação em rede num plano de extrema importância no processo de relacionamento com os agentes envolvidos em projectos comuns e de interesse para a comunidade.

3.4.2 O CONTRIBUTO DA DESCENTRALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA PARA CONTRARIAR O DESPOVOAMENTO DO INTERIOR

O despovoamento no interior do país encontra um lugar-comum - o desinteresse no espaço político e a desvalorização do fenómeno durante estes últimos quarenta anos. Em que medida por isso se poderá minorar um problema que não vislumbra solução no tempo e espaço dada a conjuntura desfavorável, reflexo de políticas sociais e económicas sustentadas por incapacidades conjunturais que são cada vez mais visíveis na governança do país.

Apostar nas pessoas e em estratégias que as orientem no sentido da estabilidade geográfica e nos objectivos poderá ser uma possível solução para minorar o problema. Ora, o desenvolvimento dos territórios têm sido objecto de maior atenção nos últimos anos, transformando-se numa questão mal resolvida a nível nacional, nomeadamente pelas instituições do poder.

Ramos (2012) vem referindo que a partir dos anos 70 do século XX a mudança na conceptualização do desenvolvimento com a introdução da multidimensionalidade, impondo métodos de intervenção participativos ao nível da escala que na geografia parte do todo ao local territorial, envolvendo todos os agentes no processo de aculturação, poderá partir da Universidade até à população residente.

O território português tem sido ao longo dos anos um espaço de migrações e de mobilidade espacial que se circunscreve ao resultado da problemática ligada às condições que geram efeitos e tendências para a transacção territorial, não somente dentro do país como em toda a Europa, com uma maior abrangência nas camadas mais jovens, tal como temos vindo a verificar na sociedade portuguesa. No entanto refere Ramos (2012, p.64),

> O que faz com que os fluxos migratórios devam ser entendidos á luz dos novos padrões da sociedade actual; maior mobilidade das pessoas, abolição das fronteiras do espaço Schengen e novas formas de migrações, cada vez mais temporárias, circulares e repetidas.

Estas variantes de desenvolvimento e mutação sociais têm vindo a demonstrar que Portugal acaba por ser em certa medida vítima deste processo de globalização,

onde a vulgarização migratória permite aos jovens uma maior mobilidade tal como uma mundialização mais dinâmica do que os fluxos de IDE - Investimento Directo Estrangeiro em áreas diversas, com maior acento nas áreas da ciência e da tecnologia.

Nesta relação, o processo de migração confrontado com o desenvolvimento é efectivamente complexo e impõe um estudo quanto aos seus impactos económicos, sociais e demográficos (Ramos, 2012). A importância destes impactos deveriam ter sido tidos em conta em países mais pequenos, como Portugal, por exemplo, onde o processo de globalização em curso, entronca obviamente com a migração como forte forma de combater a instabilidade geográfica das populações, principalmente aquelas que se encontram mais debilitadas, que residem no interior do país e que em certa medida são parte integrante no fenómeno.

Cabe na temática desta investigação e procura encontrar caminhos que contrariem esta inércia reflectida na sua desertificação e despovoamento ao nível local e regional, o qual, certamente merece lugar na reflexão científica.

Seria incómodo esquecer porém, que por força das circunstâncias, pertenceremos sempre a um mundo cada vez mais global sob o ponto de vista da economia, o que afasta a hipótese de nos tratarmos como um espaço territorial em separado neste universo tão global mas que no entanto as diferenças sociais e económicas são ainda demasiado acentuadas e o abismo entre os “grandes” e os “pequenos” é sem dúvida cada vez mais visível e para esta aproximação da conjuntura, a globalização electrónica e financeira tem-se demonstrado a prova mais evidente, como apresenta Ramos (2012) na sua abordagem sobre a cidade global, cujo conceito tem como origem a relação com os impactos causados sobre as metrópoles do primeiro mundo, (ou aqueles mais avançados no desenvolvimento económico) pelo processo de globalização da economia, desencadeado a partir do final dos anos 70, como refere Carvalho (2000, p.71),

> As transformações na economia mundial teriam conduzido a uma crise da centralidade económica daquelas metrópoles que perderam o controlo sobre as actividades industriais, porque as empresas por elas responsáveis, favorecidas pelo desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e informação, passaram a dispor de maior flexibilidade para escolher os lugares de menor custo para suas sedes.

Concordando com a citação de Carvalho (2000, p.71), poderíamos atribuir toda a concentração necessária para um movimento circulatório da economia que já não teria que ser residente em grandes centros urbanos de decisão na medida em que esta flexibilização de abrangência geográfica seria uma realidade.

Quanto aos pontos fundamentais do sistema de gestão com base na descentralização, seria uma possibilidade organizada da economia de apoio ao espectro geográfico afastado dos grandes centros decisórios, tal como acontece actualmente.

Esta Europa cada vez mais global e em certa medida mais desigual, estrutura-se também em resultados de fluxos migratórios que se reflectem num conjunto de relações desiguais entre as nações que a compõem, provocando assimetrias no rendimento e no bem-estar social que certamente influencia as direcções migratórias, ou seja, Portugal sendo um dos países mais pobres da Europa tende ao despovoamento e consequentemente à desertificação, não só interno, do interior para o litoral, como em grande parte para outros países ditos mais ricos (Ramos, 2012).

Ao longo destes últimos quarenta anos em Portugal não foi possível travar este fenómeno, não somente pelo desinteresse das populações do interior com efeitos na estabilidade de residência geográfica, como também uma visível falta de objectivos para o futuro, situação provocada pelo desinteresse político no investimento para o território, na ineficácia das instituições universitárias e de ensino superior aproximadas, nomeadamente, Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Interior, Évora e Algarve que não conseguiram no seu conjunto criar sinergias que incutissem nas pessoas destas regiões a “vontade de ficar”, como mais á frente teremos oportunidade de expor, tratando o assunto com mais pormenor e dados padrão.

Entre outros aspectos, o nosso trabalho de pesquisa centra-se em torno do fenómeno que determina o declínio das áreas do território português de baixa densidade populacional e que resulta da perda de capacidade para o desenvolvimento local de forma sustentada, onde a Universidade pública, através dos seus recursos, de excelência e investigação, deveria ter um papel de crucial importância no sentido da estratégia e da liderança e assim contrariar um ciclo no país que se orienta cada vez mais para as dinâmicas de migração e do transnacionalismo que tem provocado um factor de mudança económica e social na actualidade, sem que para isso perca o controlo da agenda de pesquisa científica.

Na análise do problema em questão será tão melhor compreendida quanto mais dados disponíveis possamos ter acerca do fenómeno e assim podermos alcançar efectivamente a importância da Universidade pública no processo. Santos e Almeida (2008) sugerem um pensamento em nossa opinião equilibrado, referindo que se torna fundamental que a Universidade alargue mais as suas potencialidades ao exterior, não reduzindo as suas vantagens ao mercado e que possa desenvolver espaços de intervenção que consigam equilibrar os interesses de ambas as partes circulando na sociedade, também numa atitude de apoio àqueles que de alguma forma necessitem, independentemente dos proveitos ligados ao mundo empresarial do conhecimento científico, poder-se assim criar um equilíbrio entre a procura fundamental, realizada sem interesse directo comercial com vista ao negócio e a pesquisa aplicada sujeita ao ritmo empresarial. A investigação direccionada, segundo os autores centra-se no que é relevante e permite autoridade a quem terá que decidir, possibilitando de forma célere a obtenção de resultados úteis permitindo uma interacção com o espaço em que poderá inserir-se, tendo como fundamental e importante o resultado, fruto da pesquisa como sendo essencial para toda a estrutura tecnológica ao nível da comunicação de apoio aos vários projectos, assumindo importância para o trabalho da Universidade na exploração desse potencial e sua finalidade.

A Universidade no enquadramento social deverá entender que a produção de conhecimento epistemológico e socialmente privilegiado assim como a formação de elites, deixaram de poder assegurar por si só a legitimidade a partir do momento em que perdeu a supremacia mesmo no desempenho destas funções e teve de as passar a desempenhar num contexto competitivo. Para além disso Santos (2008, p.61) refere, «A luta pela legitimidade permite ampliar o potencial destas funções, complementando-as com outras onde o vínculo social seja transparente» Pensamos ser este um mote para ponderarmos uma Universidade pública, (ou privada), vocacionada para um pensamento mais abrangente na geografia, onde o ensino aprendizagem não se direcciona unicamente para a excelência mas também para o apoio à produção, estudando e pormenorizando o potencial de cada região ou lugar, pois é nesta conjuntura e com base neste pensamento que entendemos uma das suas facetas quanto á utilidade pública, independentemente das infra-estruturas ou influência geográfica, desprendendo-se do capitalismo educacional, assumindo formas mais densas da responsabilidade social em demandas que, sobretudo são provenientes de grupos sociais dispersos na geografia e que não

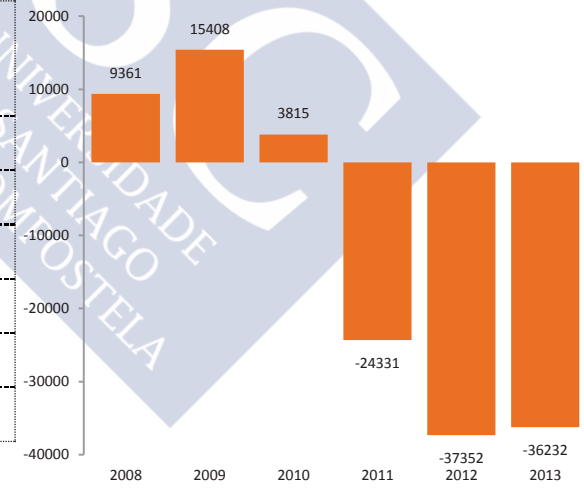
têm poder para as impor, nomeadamente as que se encontram fora da visibilidade do poder político.

O contributo da Universidade pública, no sentido de contrariar a motivação das populações nos movimentos, ou fluxos migratórios, que se têm vindo a acentuar nestes últimos anos e assim reduzir um evidente despovoamento do país e muito concretamente do seu interior, implica actos de empreendedorismo e de missão que se traduzam em resultados concretos quanto a este fenómeno, como se confirma na Figura 03.010 (INE, 2013), onde a deslocação da população tem diminuído quanto à variação migratória nos últimos anos devido a uma situação de conjuntura económica essencialmente.

Figura: 03.010

Variação (populacional, natural) migratória, Portugal NUTS II – 2008 / 2013

Ano	Variação Populacional	Variação Natural	Variação Migratória
2008	9 675	314	**9 361**
2009	10 465	- 4 943	**15 408**
2010	- 758	- 4 573	**3 815**
2011	- 30 323	- 5 992	**- 24 331**
2012	- 55 109	- 17 757	**- 37 352**
2013	- 59 988	- 23 756	**- 36 232**



Fonte: Elaboração própria. Dados, INE (2013)

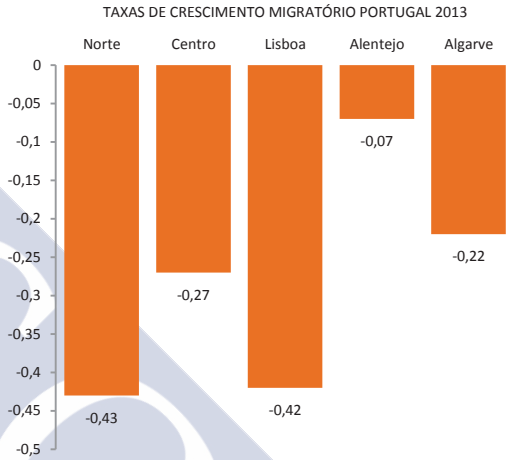
Face à diminuição do fluxo migratório em Portugal nos últimos anos, o que em certa medida reflecte alguma instabilidade na optimização e territorialização das regiões mais remetidas ao interior, a Universidade no seu papel de educadora e investigadora tenderá, por obrigação, a encontrar soluções que contrariem os números de variação migratória com maior incidência nas regiões Norte, Centro e

Alentejo, onde é notório a instabilidade populacional nos anos 2008 a 2013 (INE, 2013), conforme refere a Figura 03.011.

Figura: 03.011

Taxas de crescimento migratório (%), Regiões de Portugal NUTS II – 2008 / 2013

Ano	Região				
	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
2008	- 0,28	0,12	0,33	0,15	1,23
2009	- 0,20	0,16	0,37	0,21	1,27
2010	- 0,35	0,08	0,29	0,10	1,14
2011	- 0,17	- 0,32	- 0,05	- 0,05	- 1,14
2012	- 0,45	- 0,27	- 0,41	- 0,16	- 0,24
2013	- 0,43	- 0,27	- 0,42	- 0,07	- 0,22



Fonte: Elaboração própria. Dados, INE (2013)

Como é possível verificar na Figura 03.011, a taxa de crescimento migratório expressa um valor negativo em praticamente todo o território nacional, com maior incidência no Norte e Lisboa, - 0,43% e - 0,42% respectivamente, mantendo-se negativo em todo o país no ano de 2013. Trata-se por isso de uma paragem da mobilidade populacional, nacional e estrangeira que aliás se vem a notar em toda a Europa e que reflecte os resultados de uma crise económica que se acentua desde 2008.

Nenhum tipo de migração é imune a efeitos sociais, seja para os que chegam ou para os que recebem, pois fala-se de valores culturais e de princípio que regem as influências das movimentações migratórias positivamente. Estes resultados se reflectem também no número de residentes em cada região e na sua devida proporção na riqueza e na oportunidade.

Desta forma, o interior de Portugal não tem sido objecto de movimentações populacionais pela falta de desenvolvimento e oportunidades de riqueza que não foi proporcionado e devidamente implementado ao longo das últimas décadas.

Como é sabido os fluxo migratórios são o objectivo das populações que procuram em certa medida interesses económicos e de conforto, o que agrava o problema que tratamos, e no qual incluímos a co-responsabilização da Universidade em geral e muito particularmente a pública, esta por razões de compromisso óbvio.

A Universidade, a produção e a formação começam a ser aspectos que em certa medida se compõem e criam laços de transversalidade e interdependência entre os espaços e as instituições, nomeadamente a Universidade pública.

É visível o problema, e como menciona Castro (2013), o interior do país pode perder um terço da população em trinta anos. Com base nas previsões de tendência para a evolução do índice de fecundidade em Portugal e com o défice migratório, como expusemos anteriormente, em poucos anos o interior do país que traça uma transversal que se estende dos Trás-os-Montes ao Alentejo, poderá sofrer uma quebra populacional substancial. Segundo o autor, 35% é a percentagem de habitantes que aquela zona se prepara para perder até 2040 se não ocorrerem taxas de natalidade e fluxos migratórios que compensem este fenómeno que nos remete a uma previsão para alguns concelhos do interior que já viram a sua população ser reduzida de noventa mil habitantes em 1950, para quarenta mil em 2010, preparando-se para registar apenas vinte e seis mil habitantes em 2040 e destes apenas três mil e quinhentos serão menores de idade (Castro, 2013).

O fenómeno de despovoamento do interior do país não se prevê que tenha uma solução natural. Será necessário que se implementem políticas de investimento e de gestão da geografia, o que não está a ser tido em conta pelos órgãos do poder, aliás verifica-se exactamente o contrário. A exclusão de serviços básicos destas regiões, como sendo, o encerramento de escolas, tribunais, hospitais, entre outros serviços fundamentais para o exercício da cidadania, leva-nos a crer que o problema terá tendência para se agravar, remetendo o funcionamento do país a um terço da sua área geográfica, ou seja, o litoral que sob o ponto de vista político incide na centralização do poder, logo facilita os actos decisórios. No entanto vem-se demonstrando através do tempo que o património do país começa a definhar e as políticas centralizadoras demonstram o empobrecimento que cada vez é mais

notório e que mais tarde trará sérias consequências, principalmente no que toca à sua identidade.

Castro (2014, p.1), quando questionado relativamente ao assunto referente ao despovoamento do interior do país assim como a sua magnitude a nível nacional, acentua quanto ao envelhecimento da população, emigração e a população em idade fértil e relativamente à visão do Estado quanto a esta problemática observa o seguinte,

> Como há obsessão económica e financeira, tudo aquilo que implica despesa é rejeitada. Por exemplo, as políticas que estão a ser tomadas de estrangulamento das universidades e politécnicos afectam sobretudo as instituições do interior. Contudo, são os pólos mais importantes de fixação de população no interior. Portanto estas políticas são extremamente danosas. As políticas sociais que estão a ser tomadas têm um impacto muito mais negativo do que positivo.

Esta reflexão coincide com a nossa matéria de investigação e torna em certa medida clara a compreensão quanto ao problema e nos remete para a ideia de que a Universidade será um elemento mediador e de equilíbrio em todo este processo através da sua pertinência baseada em regras bem definidas e com objectivos bem delineados, sejam cooperativos ou corporativos.

A Universidade protagoniza actos diferenciados e nem sempre em bases científicas políticas e sociais com a consistência necessária e objectiva. O conhecimento e a produção através do trabalho são formas do reconhecimento social e da integração, sendo esta uma das instituições mais qualificadas e especializadas no contexto da produção e do conhecimento integrados na realidade social.

O que suporta a coexistência entre a Universidade, o conhecimento e o trabalho estará directamente ligado à relação que estas variáveis têm com o ser humano, tendo em conta a produção em determinados espaços sociais (Pazeto, 2005). Esta relação dinamiza formas de conexão que permitirão evoluir no sentido da cooperação entre a Universidade e o mundo do trabalho, a qual não alcançou até ao presente que, como refere Pazeto (2005, p.489), «um estágio que aponte perspectivas de reciprocidade e de avanços entre conhecimento e trabalho, principalmente no que se refere às funções da Universidade frente ao desenvolvimento da sociedade».

A importância da Universidade, principalmente a pública, em contexto geográfico e de produção será notória e fundamental para que o contributo da sua descentralização seja uma base importante no combate ao despovoamento do interior e consequentemente à sua desertificação.

Estaremos perante uma proposta de dinâmicas do ensino universitário assente em variantes tão díspares relativamente à sua normal função e finalidade que poderão gerar conflitos dentro do seu interior não somente ao nível intelectual como cultural, desafiando os padrões normais da sua formação ao nível da institucionalidade social, no entanto a fundamental importância do conhecimento científico e tecnológico torna-se a charneira ideal para que este trabalho de interacção seja um sucesso e permita que a Universidade se aproprie das potencialidade locais e regionais e desta forma se permita através dos seu recursos e competências elaborar um trabalho de cooperação em conjunto com as localidades e regiões.

Nesta relação entre a Universidade e o local ou região, tratamos efectivamente de questões algo complexas mas que por princípio poderão envolver-se em dinâmicas da produção no mais diversos contextos, desde que o trabalho, o conhecimento e a produção interajam com base na formação, que será levada a cabo através da Universidade e seus “braços do saber e saber fazer” ou extensões, como mais á frente abordaremos em pormenor (Pazeto, 2005).

Com base neste princípio, algumas exigências se prendem com a problemática da intervenção da Universidade em contexto, nomeadamente o que se torna comum à instituição e ao mundo da produção e do trabalho, ou qual o formato possível para uma relação que articule a produção e o processo de formação e aprendizagem. Em suma, estamos perante uma nova forma de intervenção da Universidade como elemento mediador e coordenador de um processo aprendizagem com consequências directas na optimização do produto e consequentemente uma relação adequada e eficaz entre ela e o produtor.

Entendemos ser este um formato para a compreensão do problema, também ele objectivo quanto à questão que se prende com o despovoamento do território, no entanto, o tema que temos abordado acerca da regionalização e a sua relação directa com o despovoamento tem demonstrado que nos últimos anos as opções políticas quanto ao ordenamento do território não têm servido os interesses globais do país mas somente políticos centralizados no litoral, o que contraria o processo de regionalização e consequentemente uma coerente segmentação do território de forma a uma gestão eficaz e equitativa.

Numa perspectiva crítica, a Universidade como elemento mediador, orientador e polarizador para uma atitude baseada no desenvolvimento policêntrico numa relação de proximidade estabelecidas entre o meio urbano e o território periférico, ou seja, entre a sua extensão e o interior do território, como já tivemos oportunidade de referir no segundo capítulo deste trabalho de investigação, poderá ser um elemento mediador e transversal de forma a minimizar tanto quanto possível este distanciamento que afecta sobretudo a apropriação geoestratégica do território.

Nesta medida, provavelmente o desenvolvimento policêntrico poderá travar o despovoamento do interior e garantir o descongestionamento dos grandes centros urbanos, contrariando assim o centralismo político e administrativo vigente e desproporcionado.

Segundo Rodrigues, Moreira, Raposo e Maia (2011), o despovoamento do interior debate-se com uma situação quase que catastrófica sendo o terceiro pais com um interior mais despovoado da Europa ficando assim atrás somente da Itália e Turquia, sendo que, também as questões sociais, ecológicos e culturais, serão também as causas para o despovoamento. Esta situação também se deve a um dado importante e que se nota em quase todo mundo, um crescente aumento da população urbana e que relativamente a Portugal neste processo de despovoamento se notará uma tendência para um aumento alargando-se a pequenos concelhos e cidades, tais como Portalegre, Guarda entre outras, pois o processo de despovoamento começa a tomar dimensão mais abrangente na geografia dando consistência à litoralização que nos últimos anos se vai acentuando.

O investimento financeiro nas zonas do interior, seja ao nível das empresas públicas ou privadas e não obstante o modelo de desenvolvimento destas regiões centrava-se essencialmente na agricultura. Desmoronou-se a partir dos anos sessenta tendo em conta as péssimas condições de vida que oferecia às pessoas. Até à data não se verificou um modelo sustentável que protagonizasse o equilíbrio entre produção e conforto amparados com base em infra-estruturas adequadas.

Organizar um modelo sustentável será um caminho viável e credível, no entanto será necessário estrutura-lo para que se adapte e adeqúe às problemáticas e aos potenciais de cada localidade ou região, sem que para isso tenhamos que pensar que, por exemplo, que a agricultura é a solução para o problema da desertificação que obviamente está directamente ligada ao despovoamento.

O solo será provavelmente um dos poucos patrimónios que nos resta, a sua saturação será inevitável em poucos anos se pensarmos que é ali que está a solução para o problema.

As opções de política de desenvolvimento Europeu assim como os seus resultados que neste problema em concreto se mostraram ineficazes e catastróficos, leva-nos a pensar que teremos que traçar também vários submodelos no sentido de responder pontualmente aos problemas que se mostram diferenciados na geografia criando condições para uma estrutura de competitividade aproveitando as infra-estruturas residentes, criando condições para uma outra visão de mercado (Raposo, 2011).

As Universidades serão motores extraordinários de desenvolvimento porque são referenciais de confiança sendo uma vantagem para este espaço geográfico de interior estar associado à investigação através da Universidade, no entanto, esta não tem sabido implementar essa segurança junto dos investidores e das populações, não obstante "aqui e ali" alguns casos de sucesso.

A decisão desta problemática do despovoamento, por si, não se resolve somente com as instituições locais, (Mourão, 2011), nomeadamente as autarquias, municípios e outras instituições legais, o problema terá que ser entendido e estudado através das organizações universitárias de proximidade ou outras e sua capacidade de investigação e na solução para uma sustentabilidade democrática (Rodrigues, 2011), propondo-se soluções integradas através de projectos interdisciplinares, estimando o emprego e investimento local e regional nas suas potencialidades com base nas características e tendências das populações, o que de momento não acontece dado o envelhecimento e a instabilidade da estrutura etária, o que não se combate com políticas pontuais e levadas a cabo por entidades não competentes, mas sim pela Universidade de forma transversal.

O investimento e empreendedorismo da Universidade poderá ser uma das soluções através da sua investigação e *Spinofs*, investindo realmente nos seus jovens investigadores (Raposo, 2011).

Rodrigues (2011) refere que teremos que entender o terreno sob o ponto de vista da paisagem e de base, no sentido de perceber as potencialidades de cada espaço, independentemente da sua localização ou até da sua estrutura demográfica.

Concordando com o citado, julgamos que o importante será encontrar soluções que envolvam a investigação nas potencialidades de riqueza nesses espaços da

geografia do território português e esse trabalho terá que ser liderado pela Universidade e seus recursos de excelência.

3.5 A UNIVERSIDADE PORTUGUESA E O ESPAÇO PRODUTIVO EUROPEU

Compreender a Universidade portuguesa inserida no contexto europeu transporta-nos para a ideia de que a globalização é uma realidade de facto, no entanto dentro dessa realidade poderemos estar perante vários acontecimentos, entre eles a necessidade de Portugal definir a sua identidade, ou seja, de que forma as características de um país como o nosso podem ser desafiantes para o resto da Europa (Pazeto, 2005).

Segundo a Fundação para a Ciência e Tecnologia, (FCT) (2014, p.1/9), «Portugal tem um sistema de Investigação e Inovação (I&I) completo, mas é necessário resolver as suas fragilidades e maximizar o seu potencial, principalmente no que diz respeito à transferência de conhecimento para a actividade económica». Esta reflexão colide com os propósitos deste trabalho de pesquisa no que toca à importância do vector de investigação e massa crítica na potencialização da economia e produção no espaço geográfico com menor visibilidade no plano económico e social.

Grilo (2014, p.2) reforça a ideia da qualidade da Universidade portuguesa e sua função na Europa Comunitária, afirmando que «Portugal tem uma excelente Universidade e que esta pode mesmo ser um produto de exportação. Não se confundindo com mercantilização».

Xavier (2013, p.250) cita «acredito que algumas características da experiência portuguesa, da sociedade portuguesa (e, em geral, das sociedades do sul da Europa) devem ser activamente mobilizadas para a construção de uma Europa melhor, mais interessante e mais inclusiva».

No contexto de uma Europa mais inclusiva pretende-se associar também um crescimento inclusivo. Portugal como outros países menos ricos da UE poderão usufruir desta variável importante sob pena de não conseguir respeitar as regras básicas para um desenvolvimento económico sustentável devido a uma diminuição substancial da mão-de-obra europeia e que também se deve a uma evolução demográfica desequilibrada assente num aumento de pessoas inactivas profissionalmente. Por isso, leva a que essa população seja custeada pelas camadas em idade produtiva, o que reflecte uma crise económica de certa forma

abrangente a toda a Europa estabelecida acima dos 21% de desemprego jovem (Comissão Europeia, 2011). Está por isso confrontada com grandes desafios socioeconómicos que afectam significativamente o seu futuro, devido a um aumento de interdependências culturais e económicas, envelhecimento e mudanças demográficas, exclusão social e pobreza, integração e desintegração, desigualdades e fluxos migratórios, o crescente "*digital divide"*, um decrescente sentido de confiança nas instituições democráticas e entre cidadãos dentro e fora de cada país, importa comparar as políticas dos vários países europeus no sentido de melhor compreender o problema. Em Portugal seria decerto importante que essas competências fossem abrangentes ao potencial de cada um dos espaços em análise, no sentido de desenvolver conhecimentos quanto à capacidade e potencial das pessoas e da geografia, sendo esta a que mais se afasta do litoral e que se tem vindo a mostrar objecto do nosso estudo (Passos, 2008).

Segundo o Gabinete de Promoção do Programa Quadro de I&DT (2015) partilhar pontos de vista sobre o futuro da Europa no sentido de entender, analisar e construir sociedades inclusivas, inovadoras e reflexivas, parte do pressuposto quanto ao potencial de ideias sobre o seu futuro e muito objectivamente de cada país em concreto.

Adoptando o princípio que uma sociedade europeia inclusiva e aberta, acessível a todos os grupos e que tem como linha condutora o estímulo à participação, não obstante as diferenças e experiências, no sentido de oferecer oportunidades iguais, cada vez mais se verifica uma Europa dividida e cuja globalização não consegue balizar as ideias e as potencialidades que cada país pode proporcionar para um todo, medindo-se pelo potencial económico e capacidade de sobreviver no mundo, o que deixa Portugal numa situação efectivamente desfavorecida, cuja inclusão se torna cada vez mais difícil numa chamada globalização que obriga à participação concorrencial agressiva e injusta, não obstante as experiências do tempo acabem por ser uma valia para ele e em certa medida para a Europa enquanto união que, entenda-se, poderá correr o risco de se tornar demasiado monolítica, ou seja, demasiado dependente entre si. Também Lourenço (2001) trata o tema numa abordagem económica de pressão, isto é, as forças mais relevantes da Europa são aquelas que maior partido tiram duma economia actual e que em certa medida condiciona o seu próprio destino, descaracterizando a sua identidade, colocando em causa aquilo que hoje

entendemos como globalização assim como o paradigma de sua realidade. Melo (2002, p.24) cita,

> Em termos mais precisos a globalização atingiu, ao longo do último século e, mais ainda, ao longo da última década, níveis de extensão, aceleração, intensidade e aprofundamento que, para além de terem gerado a voga de uso da palavra, justificam que se diga que estamos a viver a era da globalização mesmo se, em rigor, esta sempre existiu.

O mesmo autor (Melo, 2002) opina ainda sobre a globalização, referindo que se trata de um processo de evolução dinâmico a partir do momento em que existem grupos, seu relacionamento no espaço geográfico e cuja leitura se reflecte na cartografia e na sua história, sendo a globalização, de uma forma mais genérica, uma parte integrante da história da humanidade, que ao longo do último século, e reflexo de uma evolução tecnológica quase desenfreada, atingiu um nível de aprofundamento sem precedentes na história das sociedades humanas, distribuindo-se por três dimensões fundamentais, económica, política e cultural.

Dimensão económica, baseada em áreas produtivas autónomas com o progressivo alargamento da capacidade de circulação no globo terrestre através da evolução dos transportes que reflectiu um substancial aumento das actividades comerciais, ultrapassando as várias etapas da história nas várias "revoluções" – agrícola, demográfica, transportes, urbana, etc. A revolução industrial (finais do século XIX, início do século XX) impõe um radical alargamento da escala geográfica relativamente à actividade económica que é notoriamente impulsionada, para além da evolução tecnológica, também pelas duas guerras mundiais. Unificação de uma economia global, permitindo a implementação de um sistema uno de funcionamento da actividade económica à escala mundial, criando dinâmicas que se desenvolvem dentro de um sistema de economia mundial.

Dimensão política, as guerras mundiais são o primeiro grande passo para a emergência de uma ordem política mundial. Pela primeira vez torna-se possível o extermínio da raça humana através da bomba atómica, situação que virá a ter consequências políticas e ideológicas. As armas nucleares são ainda hoje um ponto fundamental para as políticas mundiais. O processo de globalização mundial emerge com a criação de organizações políticas no sentido de estruturar equilíbrios entre os Estados e a então chamada "Guerra Fria" protagonizada pelos e Estados

Unidos e a Rússia (URSS) na tentativa de impor equilíbrios geoestratégicos e que deixaram uma ferida profunda em todo o mundo, no entanto abre um caminho para o avanço do processo de globalização e para a construção de uma nova ordem política global, o que nos permite actualmente pensar num cidadão criado através de uma dinâmica também ela global.

Dimensão cultural, a globalização cultural é a extensão planetária dos meios de comunicação social de massas com disponibilidade universal, abrangendo um domínio de pessoas cada vez mais ampla. Trata-se por isso de um fenómeno sustentado e acelerado até ao limite de uma tendencial exaustão. O local e o global são lugares comuns interdependentes e indissociáveis no quadro de uma dinâmica abrangente e de globalização. Neste sentido o local e o global não se opõem em termos lógicos, conceptuais ou político ideológico, o local é global e o global é local.A globalização cultural reflecte uma evolução em curso que não se entende como fechada nem um processo de supressão das diferenças mas sim da sobredeterminação dessas mesmas diferenças, transformando-se na forma democrática de se exprimir, tal como na parte integrante do acontecer do mundo actual e terá que ser descoberta no contexto de uma análise mais pormenorizada das dinâmicas do processo de globalização (Melo, 2002).

Portugal faz parte do espaço europeu que mais tem sido afectado pela crise que se arrasta há alguns anos a esta parte, donde que, a Universidade portuguesa, tal como as restantes da Europa procuram uma nova concepção da ciência através da recomposição e dos saberes académicos a partir de uma abertura nas experiências e a mobilidade como factor determinante para a sua sobrevivência dentro de um pensamento e reflexão sobre o seu papel na economia e na sociedade do conhecimento europeia (Ribeiro, 2011).

Oliveira (2000) refere que estaremos perante uma nova geração da ciência como elemento produtivo através de uma recomposição das funções e dos saberes académicos e que neste método de trabalho, a Universidade terá que protagonizar o processo produtivo com outros actores sociais e num formato diferente, tendo esta que encarar no futuro a possibilidade de mudanças estruturais óbvias, contrariando assim a definição que ao longo do tempo excluía tudo que em certa medida a ameaçava Este modelo afasta-se cada vez mais da actualidade devido à massificação do ensino e à apropriação da função de investigação das Universidades que também se deve à emergência das tecnologias, que permitem a

ligação e comunicação entre estes lugares onde se produz o saber, atribuindo-lhes novos formato cognitivos e sociais, como a autora, Oliveira (2000, p.100) cita,

> Um número crescente de indivíduos tornou possível uma disseminação do conhecimento académico pela sociedade, constituindo o suporte de um novo modo de produção do saber que já se confina ao mundo académico: está nos laboratórios públicos, na indústria, nas empresas, em centros de investigação ou nos gabinetes de consultoria, enfim, onde quer que aqueles indivíduos desenvolvam a sua actividade.

A intervenção intelectual da Universidade nos espaços fora da sua zona de conforto, enquadrada na responsabilização social e política também contribui em certa medida para a construção de um quadro de inovação científica, pois como referem Trentin e Locatelli (2013), estes novos cenários, que se têm vindo a desenvolver no sentido da evolução social e económica e que em certa medida se devem a avanços científicos e tecnológicos, são por vezes oriundos de projectos e pesquisa, o que produz uma forma de dispor o conhecimento científico à comunidade, permitindo-lhe o cumprimento da sua função.

Desta forma, Oliveira e Velho (2009) defendem que a incorporação dos conhecimentos científicos na evolução do saber, valoriza a função da Universidade sob o ponto de vista social e que se reflecte na sua transferência, desenvolvendo a ideia da sua presença como agente de progresso, que de resto cimenta o conceito de que, as grandes alterações na estrutura académica e na comercialização da pesquisa é o início de um novo contracto entre a academia e a sociedade, partindo do princípio que a evolução da Universidade indica às pessoas e ao espectro social em geral uma direcção alicerçada no conhecimento dentro de uma economia global, onde a inovação estrutura uma competitividade baseada no conhecimento científico e tecnológico, sobressaindo assim os resultados da pesquisa académica como fonte de novos saberes que em parceria com outros elementos, sejam empresas ou particulares geram em si desenvolvimento (Martin e Etzkowitz, 2000).

As Universidades na Europa encontram-se actualmente face a desafios que, segundo Pinto e Amaro (2014, p.12) «é a chamada terceira missão da Universidade» pois traduz aquilo a que poderemos compreender como sendo uma Universidade empreendedora, aquela que consegue transpor os seus muros de "defesa" e abrir-se ao seu espaço envolvente apoiando o desenvolvimento dos

territórios através da ligação com outros actores relevantes, ou seja, aqueles que consideramos importantes neste processo de investigação.
Ainda Pinto e Amaro (2014, p.17) concluem,

> A visão linear da Inovação, que considera este fenómeno como consequência quase natural do esforço em I&D, é actualmente substituída por modelos que tentam compatibilizar os vários interesses e esforços de actores do lado da Oferta e da Procura, tendo em atenção a natureza sistémica do seu relacionamento e as redes que se estabelecem.

As Universidades assumem neste contexto novas atitudes no sentido de, não somente criar valor humano na excelência, mas também tornar fundamental transferir essa capacidade para o meio social, potenciando a produção e a criatividade produtiva, mesmo que estes valores se encontrem distantes da sua geografia de abrangência.
Trentin e Locatelli (2013, p.94) consideram que «A inovação vem ganhando destaque como instrumento de desenvolvimento particular, regional e nacional».
A criação de oportunidades para contribuir em avanços na sociedade com vista à apropriação de conhecimento, o progresso científico e tecnológico através da pesquisa e protagonizadas pela Universidade, contribuirão certamente para um avanço da sociedade naquilo que se poderá considerar mais frágil porque o seu potencial produtivo que até à actualidade não se tem demonstrado como uma variável indispensável no que refere à problemática em questão (Trentin e Locatelli, 2013). Também Pinto e Amaro (2014, p.12) consideram que «A inovação é um fenómeno muito estudado, devido ao seu carácter essencial no crescimento económico».
A sociedade assume as consequências dos impactos da inovação e dos efeitos que esta produz, pois se tal não acontecesse esse processo seria inofensivo e sem qualquer significado, é por isso peremptório que a inovação implica a capacidade de ser ousado, criativo e empreendedor (Calmanovici, 2011).
O empreendedorismo torna-se um sentimento de utilização de recursos associados à criatividade e desta forma incentivar a maximização de resultados sob o ponto de vista da produção. Segundo Dolabela (2008, p.23) «o empreendedor é alguém que sonha e busca transformar o seu sonho em realidade». Parecendo em primeira análise uma forma algo romântica de ver a problemática da produção, não deixa de

ser uma realidade que no assunto que tratamos como tema de investigação, obriga a um retracto do empreendedor como sendo um agente importante no processo de desenvolvimento da sociedade, buscando de forma íntima e inovadora a dinâmica produtiva de uma determinada organização, grupo de indivíduos, região ou qualquer espaço geográfico (Magina, 2011).

Importa debater qual o papel das Universidades na sociedade e da economia na Europa tal como a eficácia do seu desempenho, pois como é referido no relatório da Comissão das Comunidades Europeias, CCE (2003, p.2), «O crescimento da sociedade do conhecimento depende da produção de novos conhecimentos, da sua transmissão através da educação e da formação, da sua divulgação pelas tecnologias da informação e comunicação, utilização de novos serviços ou processos industriais», o que se traduz na vontade de construir uma Universidade europeia próspera e sólida.

Da mesma autoria CCE (2003, p.5), as Universidades na Europa, entre as quais, as portuguesas assentam numa estrutura económica que, juntamente com a sociedade do conhecimento combina quatro elementos «a produção do conhecimento, essencialmente pela investigação científica; a sua transmissão através da educação e da formação; a sua divulgação com as tecnologias da informação e da comunicação; e a sua exploração através da inovação tecnológica».

O aparecimento de novos formatos de produção, transmissão e exploração dos conhecimentos que se interligam em redes e que permitem um processo de relacionamento abrangente e rápido surgem como forma de simplificar a associação de um número inclusivo de intervenientes, gerando pontos de intersecção entre a investigação, a educação e a inovação, transformando a Universidade num elemento efectivamente gerador de massa crítica.

A Universidade entre outras vocações é uma instituição que está virada para a investigação, movendo-se dentro de um espaço jurídico, económico e político, distribuindo as variáveis que a mobilizam, ou seja, na sua área civilizacional e social, sendo que, a sua extensão cultural é inata e permanente e a social depende do crescimento e exigências ligadas directamente à sociedade precisamente porque a sua envolvência com o universo socioeconómico da produtividade em certa medida, também ela se obriga a ter influencia no evolução de Portugal e na Europa Comunitária em geral (Andrade, 2010).

Segundo o Concelho de Reitores das Universidades portuguesas, CRUP (2003), o papel que as universidades europeias podem desempenhar no desenvolvimento da sociedade do conhecimento tem sido repetidamente sublinhado, atribuindo-lhes uma função de produção e transferência de conhecimento capaz de conceber elevados níveis de inovação e de competitividade, num mundo cada vez mais aberto e globalizado. Esta perspectiva resulta também da linha de rumo adoptada recentemente pela Comissão Europeia. O conjunto dos países da União Europeia definiu alguns objectivos que deverão ser atingidos em 2020 e que resultam maioritariamente do bom desempenho das instituições de ensino superior e de investigação científica.

Lamas (2006) aborda estes objectivos no pressuposto da integração da Universidade do conhecimento como um desafio do século XXI e que em certa medida toca a todos os países da Europa e de alguma forma do Mundo contextualizando a problemática central do seu contributo para o progresso na sociedade actual, onde a globalização se impõe como uma realidade incontestável, sendo que, segundo Lamas, (2006,p.3),

> É um facto, as fronteiras e as distâncias físicas deixam de ter o impacto que detinham anteriormente; o comércio externo ganha um peso significativo no rendimento nacional dos diversos países; as sociedades civis nacionais ultrapassam o seu campo de acção tradicional e estão, hoje, activas em qualquer parte do mundo, as emergentes tecnologias de informação e comunicação estão presentes no nosso dia-a-dia e evoluem a uma velocidade exponencial.

Desta forma e na visão do autor, entende-se este fenómeno como a consequência de uma abertura visível do acesso à educação tal como uma elevação dos níveis educacionais dos povos europeus e muito concretamente em Portugal. Reflexo também de um maior e mais facilitado acesso à informação no sentido de qualquer pessoa usufruir dela a uma velocidade vertiginosa, tal como refere Giddens (2000), após quinze anos da invenção do PC (*personal computer*) já existiam cinquenta milhões de utilizadores, o mesmo número que ouvintes de rádio nos Estados Unidos após quarenta anos da sua existência, não obstante no mesmo país serem necessários somente quatro anos para os mesmos cinquenta milhões usarem as plataformas da internet com regularidade. Também Giddens (1999) opina que tudo isto se insere num fenómeno de globalização onde se torna visível a razão que leva

ao reaparecimento das identidades culturais em várias partes do mundo, não sendo as respostas encontradas somente nas histórias culturais dos países e dos povos, mas também nas tendências globalizantes provocadas pela capacidade do mundo criativo se aproximar através da evolução e da comunicação a um ritmo estonteante, o leva a crer que os chamados Estados-Nação iniciam um visível declínio.

Santos e Touriñán (2000, 1997, citados por Lamas, 2006) acentuam um novo conceito, "o Glocal", saído da junção de duas expressões, "think global" e "act local" onde as instituições, entre elas a Universidade, se deparam com uma nova necessidade, a de pensar e traçar políticas globais no contexto local onde estão inseridas, ajustando e adaptando as suas linhas de acção às particularidades, especificidades e realidades locais.

É imperativo balancear integração e adaptação local e, inevitavelmente, deste equilíbrio depende o sucesso.

3.5.1 A MOBILIDADE NO ESPAÇO EUROPEU - EXPERIÊNCIAS E ATITUDES

A mobilidade no espaço geográfico europeu prende-se com o alargamento da globalização e na possibilidade da circulação livre na Europa. Desenvolveu por isso um processo que permitiu uma maior abrangência cultural entre os países residentes. A coabitação com esta diversidade admitiu nestes últimos anos a interculturalidade com base na mobilidade institucionalizada pelos governos dos países da UE. Como refere Ramos (2013, p.343),

> A pluralidade cultural constitui uma característica fundamental das sociedades contemporâneas, nomeadamente europeias. Em Portugal, como na Europa e no resto do mundo, os fenómenos migratórios adquiriram uma importância crescente. Estes fluxos migratórios colocam em contacto o "mesmo e o outro" e uma grande diversidade de culturas e identidades está na origem de numerosas representações sociais, de estereótipos, de preconceitos e de discriminação, colocando desafios às populações autóctones e migrantes, à comunicação e às relações interculturais e, ainda, às práticas e políticas públicas, a diferentes níveis.

Segundo o mesmo autor, Ramos (2013), a mobilidade das populações encontra-se no centro das atenções dos estados que compõem a UE, estruturando novos desafios às políticas das sociedades do século XXI nas culturas e nas pessoas. Pode estar-se perante um paradigma distinto ao nível da investigação, da formação e da intervenção no domínio das relações interculturais, o que poderá colocar algumas questões relativamente aos povos e o seu relacionamento cultural no que toca às identidades e aos conflitos.

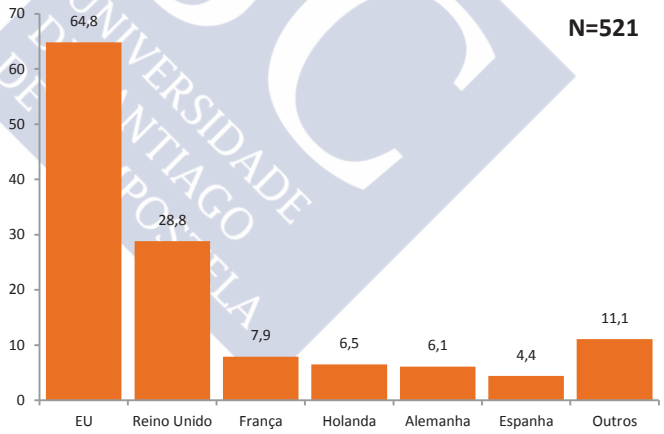
A este propósito, embora não generalizando e centralizando o trabalho de investigação nas Universidades, Delicado (2008, p.109) refere «A circulação de investigadores é considerada um vector fundamental para a produção de ciência, contribuindo para a acumulação e transferência de conhecimento». A mobilidade coabita com a condição antecipada de ideias e saberes que proporcionam um processo de aprendizagem adequado e interventivo. No entanto, esta questão da mobilidade através da ciência e seus protagonistas transforma-se no essencial

numa troca de ideias produzindo o conhecimento que por consequência se transforma no elemento necessário ao desenvolvimento e produção. A autora (Delicado, 2008) questiona o facto de este fluxo científico na Europa e no mundo não ser efectivamente equitativo, ou seja, existirem países que acolhem um maior volume de investigadores estrangeiros e outros que consequentemente os perdem, como por exemplo Portugal. Este é um reflexo de uma maior atracção que os sistemas científicos estrangeiros exercem sobre os investigadores portugueses devido às conjunturas favoráveis de acolhimento no país de destino e por conseguinte, as condições menos propícias à actividade científica no país de origem no que toca a factores de atracção, comprovado através de um estudo da OCDE como refere a Figura 03.012.

Figura: 03.012

Distribuição dos investigadores portugueses no estrangeiro por país de acolhimento EU (2005)

União Europeia	Investigadores Portugueses %
	64,8
Reino Unido	28,8
França	7,9
Holanda	6,5
Alemanha	6,1
Espanha	4,4
Outros	11,1



Fonte: Elaboração própria. Dados OCDE (2005)

Conforme podemos verificar na figura 03.012, os investigadores portugueses distribuem-se de forma geral pelo espaço geográfico da UE acentuadamente em países de maior proximidade geográfica, com maior destaque para o Reino Unido,

(28,8%), França (7,9%) Holanda (6,1%, Alemanha (6,1%) e Espanha (4,4%), donde que, se poderá verificar um nível de atracção a esses países (Delicado, 2008).

Neste fenómeno social relativo à mobilidade de quadros altamente qualificados e a sua retirada para países da periferia, fundamentalmente, constata-se que parte de uma crise económica visível, toca de perto a ciência e tecnologia. No entanto esta mobilidade pode de alguma forma ser benéfica para a melhoria de condições e equilíbrio na Europa, se não no Mundo, se entendermos a questão sob vários pontos de vista. Por um lado se enfatizarmos a mobilidade como um percurso natural importante à economia do conhecimento, por outro lado se olharmos para esta realidade como resultado de roturas sistemáticas nos modelos políticos e económicos dos vários países (Comissão Europeia, 2008).

Solimano (2008) a este propósito menciona que se tem verificado um aumento substancial da mobilidade de cientistas e investigadores portugueses, incentivado por políticas neoliberais e que entroncam numa posição entendida como fundamental para as carreiras científicas, incentivando estes profissionais altamente qualificados à circulação de um mundo que já é global.

Brandi e Solimano (2001, 2008) abordam a teoria sobre a mobilidade científica no sentido de vincar a ideia de que esse intercâmbio de investigadores e cientistas gera efeitos positivos para todos os países envolvidos. Como Western (2008, p.141) expõe que «Este pressuposto baseia-se na definição de conhecimento como algo compreendendo elementos intangíveis, tais como a tecnologia, a criatividade e a inovação que, por sua vez, integram um processo contínuo de aquisição, incorporação e transformação». Assim, a mobilidade científica transforma-se num movimento dinâmico de investigadores entre países, incutindo a circulação de conhecimentos e consequentemente a sua internacionalização (Araújo, 2007).

Nesta perspectiva e na óptica deste trabalho de investigação seria importante ter em conta os resultados de uma massa crítica que eventualmente trabalhasse no sentido de atingir objectivos no seu próprio país, ou seja, no seu país de origem, o que hoje não acontece tendo em conta as razões que levam os investigadores a abandonar a ideia (Moreira e Araújo, 2012).

Nesta questão, a Comissão Europeia (2008) alude que assistimos hoje a um discurso tendencialmente assertivo sobre as condições objectivas da Europa para potenciar a concentração de capital humano e manter a centralidade nos domínios da inovação científica e tecnológica. A mobilidade na UE faz parte de um projecto político que envolve 27 países e aproximadamente 500 milhões de habitantes

distribuídos por 26 línguas, com características e identidades culturais obviamente diferentes e que se transforma num grande desafio político e social no sentido da interculturalidade, ou seja, à coabitação intercultural (Ramos, 2013).

Ramos (2013, p.352) cita «A globalização e a mobilidade das populações proporcionam o contacto de grande diversidade de culturas e identidades. Vêm colocar desafios às populações autóctones e migrantes e às relações interculturais exigindo um novo paradigma na pesquisa e intervenção».

O mundo contemporâneo em geral e, mais concretamente o europeu, obriga-se a uma convivência entre culturas, ou seja, tem como objectivo a interculturalidade que se propõe como sendo a ligação, no plural e no particular, tendo em linha de conta o processo dialéctico entre as pessoas numa atitude de reconhecimento da identidade e da identificação da sua diferença e nesta pluralidade e diversidade cultural através da mobilidade pretende-se a revalorização das identidades e cidadanias, obtendo daí a oportunidade de fortalecer as competências dos indivíduos no sentido de enfrentar as diversidades de forma positiva e participativa, (Ramos, 2013). Delors et al. (1996) acentua na necessidade de adoptar a diversidade e a multipertença, assim, a educação universitária na multiplicidade assume como um princípio activo de enriquecimento cultural e cívico das sociedades contemporâneas. As estruturas de emprego progridem paralelamente à evolução das sociedades, nomeadamente no que toca a novos formatos de produção abrindo a necessidade das capacidades intelectuais em todos os níveis de produção. No mundo do trabalho é notório um aumento das exigências, o domínio das tecnologias torna-se evidente, dando vantagem àqueles que as compreendem e dominam. As Universidades vêem-se obrigadas a conceder mais espaço à formação científica e tecnológica, enquadrando assim a réplica da actualidade, ou seja, dar resposta às exigências de um mercado mais tecnológico e de especialidades mais vocacionadas para a gestão complexa (Delors et al. 1996).

A Universidade torna-se um veículo fundamental neste processo de transformação social e que em certa medida preenche o espaço dos benefícios da mobilidade. Assim, e com base na informação da DGES (2008) a mobilidade transnacional dos indivíduos permite à sociedade europeia beneficiar com estes efeitos, valorizando-os cultural e profissionalmente. Este engrandecimento beneficia as capacidades de adaptação e permite um aumento de flexibilidade no que toca à mudança. A declaração de Bolonha propôs-se à criação da área europeia de ensino superior

promovendo a mobilidade dos cidadãos, alargando assim os horizontes dos jovens na procura de emprego.

A livre circulação de professores, investigadores e estudantes no espaço europeu assume uma grande importância sob o ponto de vista social, político e socioeconómico e assenta nos princípios da Declaração de Bolonha que tem por finalidade um objectivo deveras ambicioso que é promover a acessibilidade universal ao ensino superior, garantindo o fluxo de pessoas pelas Universidades europeias (DGEEC, 2008).

Estará a Europa perante uma geração que se sente confortável com as potencialidades da mobilidade e que poderemos encarar como uma realidade que afectará certamente as próximas linhagens, ou não. Sonham, pensam, sentem e falam em Inglês, Francês, Português ou Castelhano. Trabalham ou estudam em qualquer país, viajam como os pais nunca imaginaram viajar. A Nacionalidade já não lhes diz muito. Estamos perante a geração europeia e também do mundo. Encontramo-nos em convívio directo com uma vaga de pessoas muito mais virada para as tecnologias, em constante comunicação e extremamente bem informada. Nesta fase da modernidade as alterações são quase diárias, o que hoje é uma realidade, amanhã poderá não ser, o que hoje é inaceitável, amanha será natural. Esta é a fase tecnológica e independentemente de as forças políticas e sociais estarem ou não predispostas à mudança, provavelmente, eles nos obrigarão a mudar. Mas a descaracterização da sociedade poderá iludir, pois estes jovens, da mesma forma que são actualizados, também são altamente influenciáveis e dependentes. Esta geração está a reinventar a identidade do velho continente onde se situa a Europa, que para eles já não tem fronteiras. Sem pensarmos nas cimeiras, acordos, tratados e outras formas de nos entretermos, teremos que assumir que esta é a linhagem que vai construir a Europa (Passos, 2008).

A este propósito, Rodrigues (2007, p.28) refere,

> São poliglotas, multiculturais, viajam como nunca, trabalham onde calha. Os jovens adultos estão a reinventar a identidade europeia. Para os que contam menos de 35 anos, as fronteiras, as relações, os estudos e a carreira têm agora a dimensão de um continente. Discreta mas aceleradamente, nasceu uma nova geração na velha Europa.

Esta nova fase está desinteressada do sistema político, encaram a participação social integrando grandes causas, em organizações não-governamentais que lutem contra problemas instaurados no mundo, sejam fome, guerra, poluição, etc. Sente-se uma certa ambiguidade na construção da Europa. Quando a União Europeia se começou a desenhar, havia que estabelecer compromissos. Hoje faz-se um balanço e verificamos que o preço a pagar é demasiado elevado (Passos, 2008). Wolff (2002) opina acerca do assunto transmitindo que na identidade europeia o que as novas gerações estão a construir é mais cultural do que política. A integração económica esteve sempre á frente dos interesses dos governos, esquecendo-se uma particularidade importante, as pessoas, as mesmas que hoje ainda não sabem bem o sentido desta união de facto, sendo os jovens os mais afectados. Estes jovens adultos Europeus assumem uma diferença de valores, sendo que, este momento da história parece claramente portador de vontades mais autocentradas, que tendem a privilegiar orientações mais individualistas, consubstanciadas na defesa dos interesses pessoais, ou seja, atribuem grande importância á realização, dando valor á estimulação.

Rodrigues (2007) aborda o tema referindo que, tendo uma grande abertura de espírito, esta nova fase é ao mesmo tempo extraordinariamente individualista, tentando a todo o custo realizar-se pelo prazer e pelo poder. Bolonha e a integração das novas orientações do ensino superior pretendem efectivamente isso, uma revolução na Europa. A formação deixa de ser um processo estático, uma lista de cadeiras a cumprir dentro de cada instituição, propõem-nos um modelo de ensino em que o aluno é o principal responsável pela sua formação (Santos, 2008).

Numa abordagem ao tema Morgado (2009) refere que a mobilidade no Processo Bolonha é o mais sonoro e mais aclamado dos objectivos identificados com este processo de mudança. A Europa aumentará a mobilidade interna, alargando os territórios da circulação do conhecimento, abolindo fronteiras na difusão dos saberes independentemente do local em que se encontre, implicará assim a construção de comunidade europeia de docentes e alunos que entre si partilham vontades e resultados de aprendizagem.

Á luz de todas estas transformações que são muito conhecidas segundo a visão de quem critica e de quem é a favor poderão concluir que neste percurso a Universidade tem vindo a ser posta perante exigências contrapostas mas com o efeito convergente de desestabilizarem a sua institucionalidade actual, contando porém com uma pressão provocada pelo mercantilismo da educação Universitária

das próprias empresas que funcionam como consumidores e co-produtores do conhecimento científico, tudo incide numa pressão que tem como intenção reduzir a responsabilidade social da própria Universidade, de produzir conhecimento científico por ela inventado (Passos, 2008).

Santos (2008) entende que a Universidade é actualmente uma entidade com forte componente territorial que é notável aquando da criação do conceito de "Campus". Essa territorialidade, combinada com o regime de estudos, torna muito intensa a co-presença e a comunicação presencial. Ora, as tecnologias de comunicação e informação poderão por em causa esta territorialidade se entendermos estes instrumentos de comunicação como elementos de tratamento pedagógicos. É por isso possível estar-se perante um fenómeno relativamente ao "estar presente", a ser substituído por um outro conceito de aprendizagem que é o "estar *on-line*", instituir assim um impacto que implicará num futuro muito próximo alguma reflexão, na tentativa de encontrar caminhos que confiram uma gestão que porá em causa os actuais formatos de convivência académica e em substituição nos ofereça também a Universidade virtual.

Nóvoa (2014) refere que a importância da reflexão proposta acerca deste assunto poderá remeter-nos para a questão do impacto sob o ponto de vista da gestão destas potencialidades residentes, que nem sequer se poderá colocar em causa se estão presentes ou não, pois elas estão presentes e bem perto de nós. Não se pretende sugerir uma visão pessimista do uso destas tecnologias por parte das Universidades, antes pelo contrário, a ideia é negar uma inércia provocada pela visão de que a Universidade poderá ficar orgulhosamente parada na roda do tempo e assim não potenciar estas oportunidades jogando-as a seu favor. A sua evolução em Portugal demonstrou-se muito rápida durante as duas últimas décadas comparativamente a outros sectores será talvez a que mais evoluiu, eventualmente a mais incisiva dentro de todo o sistema educativo. Toda esta implementação não gerou somente qualidade, se em muitas Universidades, sejam públicas ou privadas, as melhorias são acentuadas através dos tempos, noutras os padrões académicos desceram, e os resultados em termos científicos, técnicos, culturais e profissionais, são actualmente piores.

Quanto a esta questão Passos (2008) refere que com as novas políticas de ensino abrangentes e em que o espaço geográfico se alargou de tal forma que abrangeu a Europa e o Mundo, poder-se-ia dizer que a Universidade já não é do Porto, de Londres, ou de Santiago. A Universidade emergente da actualidade, tal como todo

o formato de comunicação e transmissão de saber, passou a ser um "epifenómeno planetário", no sentido do macro e do micro, do grande público e do individual que acompanha todas as nossas deslocações no tempo e na geografia. Com as tecnologias a Universidade irá de encontro aos públicos com novos formatos de aproximação, o tempo mudou e nós teremos que mudar com ele, todo o mundo é composto de mudança, estamos perante um tempo que nos determina um singular modo de possuir. Passamos da idade de "ter" para a idade "aceder" em qualquer lugar, a qualquer hora, de qualquer modo, da forma que entender.

Também as arquitecturas e os design's da modernidade terão que se adaptar, repensar as áreas e os enquadramentos. Terão agora a possibilidade de respeitar o ambiente e a organizações dos espaços, dando-lhes um significado, interpretando o meio envolvente dando sentido a um sem número de entidades que relacionadas entre elas possuam um significado, uma finalidade numa apropriação.

Nesta descentralização pela conveniência da evolução tecnológica teremos que repensar as dimensões e a geografia, afastarmo-nos da cidade, dar oportunidade aos que estão mais afastados da biblioteca e dos professores, porque a Universidade cabe dentro do meu bolso, acompanhando-me no tempo e na geografia (Barracho, 2001).

3.5.2 A DIVULGAÇÃO DO CONHECIMENTO NA COMPONENTE CIENTÍFICA, DESCENTRALIZADA E ABRANGENTE

Às Universidades, na actualidade, são colocados desafios que se baseiam num papel mais activo no meio social, mais concretamente nos espaços onde se inserem. Lamas (2006, p.7) cita,

> O ensino, a investigação e a transferência de competências, conhecimentos e tecnologia para a sociedade devem ser constantes e direccionados a cada momento, para as necessidades e lacunas existentes de modo a contribuir efectivamente para o desenvolvimento humano sustentável.

O conhecimento científico e tecnológico considera-se um dos principais motores de desenvolvimento económico, social e cultural das sociedades modernas. Transformou-se por isso num dos pontos-chave para a inovação e competitividade das economias emergentes, fazendo parte integrante da vida das pessoas (Pereira et al. 2004). Segundo Magalhães (2006), no actual contexto de modelo sociológico, a produção científica e do conhecimento, a sua difusão e distribuição transformam-se. A globalização intensifica. Na Europa sujeitam-se a um processo de massificação e de democratização do acesso ao ensino superior que vive uma identidade desequilibrada que se difunde em variáveis tão diversas como, educação terciária, pós-secundária, educação fundada na investigação, educação vocacional, etc. requerendo por isso uma reflexão que perspective a educação que sobreviva às mudanças operadas no seu ambiente organizacional. Lamas (2006) transmite a ideia da importância da Universidade na relação desta com a sociedade no sentido da abertura que os seus recursos focam relativamente ao meio ambiente em que se insere, sendo desta forma parte integrante de um sistema directamente ligado à sua própria organização na área do conhecimento. Rodrigues (1996) acentua o emergir da Universidade através da sociedade da qual os seus membros fazem parte e nela se diluem transportando para o seu interior as várias perspectivas e valores. Para Touriñán (2004) a relação entre investigação e comunidade universitária é vital para o sistema ciência-tecnologia-sociedade e meditizadora do desenvolvimento tecnológico. É nesta relação entre a Universidade

e os seus interessados que se reveste de importância e requer uma gestão eficaz que para Rodrigues (1998, p.60) «A Universidade só será competitiva se desenvolver mecanismos de ligação permanente à sociedade que lhe permitam o exercício de modalidades vivas de modernização»

Neste contexto a necessidade de uma relação de proximidade entre a Universidade e a sociedade aparece como sendo uma solução para a sua existência, perdendo a ideia que então a sua tarefa seria unicamente o ensino e a investigação, envolvendo-a mais acentuadamente no papel económico e social (Lamas, 2006). Para Clark (1993) a relação entre a Universidade e o meio social caracteriza-se por uma profunda cumplicidade para que ambas tenham a capacidade de responder às suas necessidades, caso contrário provocará um desequilíbrio de insuficiência institucional efectivamente. Assim e na actual conjuntura, baseada em formatos que já não respondem às exigências e que são firmadas em procedimentos tradicionais não conseguem responder, ou se tornam inadequadas. Magalhães (2006) refere «desde os anos 80 do século passado que o ensino superior tem vindo a ser pensado a partir de um paradigma que poderíamos designar como sendo o da adaptabilidade.» Criar uma missão efectiva para a Universidade como elemento de intervenção social, sendo que a sua sobrevivência, em certa medida depende desta medida de reorganização, construindo também um formato novo de cidadania (Magalhães, 2006).

Stoer (2004) neste enquadramento do problema e que envolve a missão da Universidade do futuro, no sentido de compreender a sua função de cidadania e perspectivando que a identidade do ensino superior na Europa do conhecimento deveria ser articulada através da relação social em rede, promovendo a excelência através do conhecimento, das tecnologias e da flexibilidade.

Nesta composição as instituições de ensino superior e a construção europeia estão intimamente ligados. Impera por isso a urgência nesta dupla tarefa de produzir e difundir conhecimento, atender às diferenças culturais e identitárias e dar uma nova centralidade à educação superior, redefinindo-a e valorizando-a num processo de globalização eminente, com base em regiões que assumem o papel de novas unidades políticas decisórias do seu destino.

É importante a irradiação do conhecimento que representa a disseminação de algo, num ambiente ou num espaço e poderá entender-se como um processo que facilita e transporta o conhecimento científico através de métodos que, inseridos no sistema social permitam a sua divulgação (Roger, 2003).

Relaciona-se com a inserção no mercado de trabalho de recursos humanos e outros com formação universitária especializada em diversas áreas científicas através de processos de comunicação que permitem aos intervenientes partilhar informação.

Numa abordagem ao assunto Pereira (2006) refere que, o processo de difusão encerra em si vários conceitos, entre os quais estão a inovação, a comunicação, o tempo e o sistema social. A teoria da difusão das inovações tenta expressar como as novas ideias e práticas são difundidas através de uma comunidade ao longo tempo. No caso a difusão poderá caracterizar-se em três componentes algo distintas, (1) ocorre ao longo do tempo (2) os indivíduos não adoptam as inovações instantaneamente, antes pelo contrário, passam por diversos estágios no processo, (3) quando as características da inovação, da organização e dos indivíduos afectam o rácio de implementação.

Neste sentido e quanto à divulgação do conhecimento científico, Laufer (2008, p.788) cita,

> A importância de disseminar o conhecimento científico e tecnológico se faz cada vez maior. A apropriação desse conhecimento por parte da sociedade é uma necessidade óbvia para a população em geral, mas resulta muito mais óbvia e natural para aqueles que se dedicam de forma profissional à investigação, ao ensino e à comunicação nas diversas áreas da ciência e a tecnologia.

Como expõe Machado (2005), nos últimos anos o acesso aberto, ou seja, a disposição livre e publica através da internet a publicações científicas, de forma a permitir qualquer usuário a sua utilização e salvaguardando o respectivo direito à propriedade intelectual tem sido sobejamente desenvolvido e utilizado pelas organizações. Machado (2005, p.3) cita «a partilha do conhecimento tem sido a base da inovação e da produção de novos conhecimentos. As modernas tecnologias de informação e comunicação proporcionam ferramentas inovadoras para o intercâmbio do conhecimento a nível global e em tempo real».

Esta partilha do conhecimento inclui obrigatoriamente a Universidade que, como referencia Morgado (2014, p.1), é «um espaço de conhecimento, de ideias e ideais, de criatividade, mas que interage aberta e criticamente com a sociedade que a rodeia», donde que, assume uma série de responsabilidades que embora possam contrastar, esta terá que criar formas de as compatibilizar colocando em prática

estes objectivos e valores. Torna-se por isso importante obter a opinião da sociedade no sentido de detectar as suas exigências ou necessidades enquadrando-as numa conjuntura actual de declínio económico e escassez de recursos, pelo que se terá que encarar a Universidade como uma instituição com um papel fundamental para a evolução da sociedade no tocante ao facto encarar uma nova realidade com base em novos pensamentos, assumindo assim a responsabilidade de participar na prosperidade cultural e económica, transformando este empenho em valor, ou seja, em produtos, soluções, empregos e riqueza (Morgado, 2014).

Ribeiro e Magalhães (2014), a propósito da questão que envolve as responsabilidades sociais da Universidade no espectro geográfico em que está inserida, referem que deverão ser perspectivadas em variadas dimensões, nomeadamente, ao nível da promoção social e cultural, desenvolvimento sustentável e económico e preparar-se através de compromisso para o século XXI como uma forma de acordo a assumir perante o tecido social e educacional, dos quais faz parte integrante. Reforçando esta ideia da responsabilidade social da Universidade, Ribeiro (2013, p.1) cita,

> A responsabilidade social universitária é uma temática que tem vindo a ganhar cada vez mais relevância nos debates acerca da educação superior (…) foi possível constatar que as Universidades direccionam seus esforços para quatro dimensões do desenvolvimento: social, cultural, sustentável e económico.

Este papel da Universidade também poderá desenvolver a pro-actividade no sentido da promoção da cidadania através de acções criativas capazes de construir e desenvolver oportunidades economicamente sustentáveis (Ribeiro e Magalhães, 2014).

Esta problemática exige um comportamento que, como temos vindo a referir ao longo deste trabalho de investigação, englobe algumas variáveis importantes neste processo de desenvolvimento para a equidade, nomeadamente, a globalização, desigualdade social, o desenvolvimento sustentado, os riscos ambientais, incluso a ciência e tecnologia (Gerogen, 2008).

Santos (1999) encara este tema da Universidade no meio social e o facto de cada vez mais esta se confrontar perante exigências da sociedade, contrapondo com uma notória falta de apoio por parte do Estado. Desta forma, a posição do autor

relativamente às Universidades nas sociedades contemporâneas, projecta-se numa solução radical quanto às dificuldades que a instituição universitária vem sofrendo face á rigidez funcional e organizacional que possui. Propõe por isso a passagem da «ideia da universidade à universidade de ideias» Santos (1999, p.165). Pires (2004) reforça a ideia de Santos (1999) quando acentua que este avalia a variáveis da crise de legitimidade da Universidade pública é agravada pela deliberada descapitalização, pela conversão das tecnologias da informação e da comunicação em instrumentos pedagógicos que questionam a relação tradicional professor/aluno, pela tendência para ver o ensino superior como uma mercadoria qualquer e pelo facto de os caminhos escolhidos para enfrentar a crise não responderem de todo às questões mais complexas que ela envolve.

Para Ribeiro e Magalhães (2014) a responsabilidade social da Universidade não se confina à área da educação somente, abrange efectivamente outras áreas da reforma do Estado como sendo a política e a economia. Se até então o Estado era um elemento centralizador no que toca às políticas sociais, hoje a sociedade civil, através das organizações começa a intervir, intensificando um cenário mais virado para discussão acerca das responsabilidades sociais incluindo certamente a Universidade (RSU), pois como referem os autores Ribeiro e Magalhães (2014 p.138),

> A universidade constitui espaço de formação académica, profissional, de produção do conhecimento, e é também *locus* irradiador de valores de cidadania, geralmente com o objectivo de promover o desenvolvimento, seja orientado para a promoção social, para a sustentabilidade ou para a economia.

Neste sentido, poderemos entender a Universidade como um elemento social e terá que ultrapassar os limites da sua finalidade onde tendencialmente se confina á produção do conhecimento, ao ensino e ao trabalho científico, vocacionando-a também para uma tarefa de desenvolvimento da cidadania no sentido de dar respostas aos problemas sociais no que concerne ao crescimento da economia e da qualidade de vida (Macedo, 2005).

Santos (1994) refere que a Universidade em geral e mais concretamente a pública, encara um novo formato para a produção da ciência, deixa por isso de ser um lugar privilegiado da produção do saber científico e passará a partilhar com outras entidades e actores sociais, desenvolvendo-se uma série de desafios sob o ponto

de vista estrutural e, como consequência, uma alteração profunda nos saberes académicos, por forma a encarar outras responsabilidades sociais.

Para Herrera (2009) esta responsabilidade reflecte um novo perfil quanto à relevância social. A RSU cria efectivamente uma "ponte" entre o conhecimento nas suas variáveis predominantes, como sendo, científico, tecnológico, humanístico e artístico e as carências que na geografia se poderão remeter ao espaço local, regional ou nacional onde o objectivo é responder às solicitações com eficácia e adequadamente sob o ponto de vista estratégico, no sentido de assumir um compromisso social no envolvimento das pessoas e entidades na gestão social e política no desenvolvimento do processo, não se alheando das grandes transformações que ocorrem no mundo, principalmente quanto a um processo de globalização. Trata-se por isso de uma instituição que, sob o ponto de vista da gestão se reflecte nas alterações políticas, culturais, económicas e tecnológicas do tecido social que tem vindo a reflectir da sua parte um maior empreendedorismo, reflexo de, segundo Clark (2006), incutir na Universidade uma gestão mais autónoma auto-suficiente, menos dependente da tutela do Estado, assumindo assim uma sustentabilidade institucional, reforçando um novo carácter organizacional, não obstante manter um modelo de gestão virado para comunidade.

O tempo deixou de ser uma variável tão importante quanto isso na transformação das instituições e a este propósito a Laureate International Universites e Zogby Analitics (2014) realizou um estudo em mais de 37 instituições da rede, distribuídas por 27 países, obtendo a perspectiva de, aproximadamente 21.000 estudantes sobre o ensino superior do futuro. Para os inquiridos as Universidades deverão assumir como prioritário na sua função social a acessibilidade, a flexibilidade, a inovação e o foco de empregabilidade, o que determina a análise expressa na Tabela 03.006.

Tabela: 03.006

Perspectiva sobre a Universidade e o Ensino Superior do Futuro
21.000 Estudantes inquiridos em 27 países e 37 Instituições universitárias

Dimensões	A Universidade do futuro %
Acessibilidade	43% Vai oferecer conteúdos online na maioria dos cursos e mais de 59% afirma que a média social vão ser um meio preferencial de aprendizagem. Para mais de 68% é um dado adquirido que as universidades vão ter bibliotecas online gratuitas onde os estudantes terão a possibilidade de aceder a material do curso que frequentam, livros e outros instrumentos de referências.
Flexível	42% Acreditam que grande parte dos cursos leccionados vão ser disponibilizados em todos os horários, seja diurno ou nocturno e 44% entende que deverá oferecer horários flexíveis à medida de cada estudante
Inovadora	(54%) Que ofereça cursos que fomentem o trabalho de equipa entre estudantes, com ênfase em projectos de grupo. 43% acreditam que os estudantes devem ter a oportunidade de ter apoio personalizado ou tutorias online
Foco na Empregabilidade	61% Construirá os seus cursos com especialistas do mercado nas diferentes áreas e 64% prevê que os cursos vão ser oferecidos em várias línguas. Mais de 70% afirma que habilidades para empregabilidade devem ser ensinadas nos cursos que frequentam

Fonte: Elaboração própria. Dados, Laureat International Universities (2014)

A Tabela 03.006 demonstra que a perspectiva que os estudantes e jovens projectam na Universidade do futuro quanto á sua finalidade social e económica entronca com uma necessidade de pensar uma sociedade que assenta na formação e que seja capaz de responder às assimetrias sociais através da excelência e da realização pessoal.

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

CAPÍTULO 4

[RE] DESENHAR O MICRO ESPAÇO PRODUTIVO

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

4.1 RESUMO DO CAPÍTULO

A Magna Charta Universitatum, subscrita pelas Universidades Europeias e traçada em 1988, não obstante possíveis desacordos, servirá de referência para nortear este capítulo de investigação na nota que faz ao facto de assumir o futuro da sociedade, na sua quase total dependência, no desenvolvimento cultural, científico e técnico, protagonizado pela Universidade sob o ponto de vista do conceito e da utilidade pública. Logrará esta Universidade, assegurar então uma logística que lhe permita equilibrar a relação directa entre a aprendizagem e a produção de forma transversal às necessidades e á geografia, em ambiente sustentável. Precisará por isso, no quotidiano e no futuro apostar numa formação permanente em parceria com o mundo produtivo através da sua componente científica e de investigação, permitindo assim uma consonância entre si e o local. A actividade de investigação levada a cabo nas Universidades terá que acompanhar a evolução das necessidades e as exigências do conhecimento científico aplicando-as na vida prática e em local, sob o ponto de vista da produção e optimização do espaço.

É neste espaço público e numa tendência de apropriação que os elementos produtivos e de investigação se deverão propor actuar, concebendo a natureza e os seus actores sociais como recurso á produção, ampliando a visão social e económica da constituição do micro espaço geográfico.

Estudaremos a intervenção da Universidade no mundo da produção e optimização de recursos, sejam humanos ou naturais, numa atitude de apropriação, ou se quisermos, dominação/apropriação como território, Implementando neste espaço a necessidade de posse dos recursos naturais por parte dos actores sociais, no sentido da criação de condições de sobrevivência, estruturando este espaço, ou micro espaço, fisicamente como um habitat em forma de colectividade e assim, incentivar a residência combatendo o despovoamento.

Com base em estudos de dados estatísticos, será estruturada uma base de trabalho que irá permitir um domínio do conhecimento, por comparação, dos funcionamentos das Universidades públicas portuguesas e europeias, encaminhando assim uma análise crítica e construtiva no sentido de avaliar novas propostas emergentes para a possível criação de processos que premeiem acções

que constituam uma base comum entre os sujeitos e as suas produções, sendo o centro de investigação/investigadores universitários o suporte para esta relação, espaço/produção.

4.2 INTRODUÇÃO

Colocar-se-ão aqui algumas questões pertinentes no que toca ao funcionamento da universidade como veículo de apoio ao mundo produtivo, não obstante, e ao nível da intenção, esta questão possa ser uma realidade que ao longo dos tempos não se tem vindo a sentir. Tentar-se-á provar que os procedimentos actuais neste assunto e que assentam num diálogo pouco consistente entre a Universidade pública e o mundo produtivo.

Comparar e tomar conhecimento das realidades será uma variável fundamental para transformar a ideia em realidade física e palpável sob o ponto de vista da verdade do mundo em crise em que actualmente vivemos e de certa forma contribuir para que esta realidade se transforme objectivamente, isto é, a criação de uma verdadeira ponte produtiva entre a investigação universitária e os nichos de oportunidade em espaço e, ou micro espaço rentável e produtivo que permita uma relação íntima e unificada, entre o investigador e o produtor, gerando assim sinergias e cumplicidades para a produção efectiva, assente numa universidade descentralizada e aproximada do factor de produção, ou seja, a produção directa assente numa Universidade pública á dimensão e adaptada á realidade local.

Com base no princípio da interacção social, deverá ser expressa a relação íntima e intimista da massa humana com os actuais meios de comunicação, assim como as novas tecnologias, norteando o processo de transformação.

As infra-estruturas que se permitirão fazer a ligação, ou seja, *"a ponte",* não se confinam ao facto de exigir um contacto directo e físico com a universidade em si, ou até com o campus universitário, donde que, nesta matéria a relação do indivíduo com o edifício poderá confinar-se ao seu entendimento como um objecto simbólico de sua utilização como um elemento que interage com a sua dinâmica de vida, num formato de apropriação, ou até de territorialização.

Afirmar esta questão da localização geoestratégica da universidade, ou melhor, do "braço investigador da universidade", contraria o actual sistema socioeconómico referente a actividades decisivas nesta área tão importante, donde que, a descentralização torna-se imperativa no processo e obriga a uma visão diferenciada quanto às potencialidades das várias geografias.

A base de apoio de dados estatísticos serão suportes fundamentais para uma comparação tão isenta de subjectividade quanto possível numa dicotomia de análise, seja qualitativa ou quantitativa de forma a contar com a evolução tecnológica num processo de aceleração e transformação nas infra-estruturas e nas relações sociais e económicas.

Estudar-se-á uma comunidade prática e em parceria com a universidade investigadora que consolide interesses comuns no processo de ensino e de aprendizagem, com base numa aplicação do aprendido em local e numa coerente gestão do conhecimento, serão orientações objectivas deste capítulo.

A universidade como motor de investigação nesta ideia de comunidade produtiva referencia-se como um elemento orientador numa atitude formadora e de complemento no que toca á optimização na produção e na relação do aprendizado com o espaço geográfico em questão.

Propor uma relação assente no contacto, físico e virtual, trará a possibilidade de reconhecer a resolução dos problemas, detectá-los através de práticas produtivas investigadoras. A intervenção sustentável no que toca á optimização do espaço local, obrigará ao desenvolvimento de uma lógica de produção e de economia á escala adequada, e desta forma, planear uma acção para um desenvolvimento sustentável com base na inovação que "*persi"* poderá ser desenvolvida através de um conjunto de variáveis e formatos de orientação assentes nas novas tecnologias.

É neste patamar de intenções que a universidade se traduz numa potencial aliada da investigação, seja através do seu corpo de recursos humanos como no seu potencial ao nível das infra-estruturas, criando desta forma, parcerias de interesse local e potenciais produções de qualidade e inovação.

As adaptações e adaptabilidades deverão sustentar a ideia de organização como objecto de apoio às necessidades básicas funcionais no intuito de permitir atingir objectivos determinados na estratégia da organização.

Neste sentido, o espaço organizacional influencia de certa forma o comportamento do indivíduo em contexto de aprendizagem e de trabalho, donde que, a representação da universidade investigadora deverá ser parte integrante do contexto geográfico edificado, numa atitude centralizadora motivando a permanência no lugar, reforçando assim a ideia de apropriação e o combate claro ao despovoamento e desertificação.

4.3 UNIVERSIDADE ADAPTADA À GEOGRAFIA POR APROPRIAÇÃO

Numa postura de apropriação, a Universidade é abrangente na geografia. Altman (1975) aborda este conceito quando designa um local ou área geográfica ocupada por pessoas que fazem parte integrante dele, transformando-o em certa medida na sua propriedade, tendo como princípio de actuação a marcação dos seus limites através de métodos que são tradicionais, personalizando o espaço e desta forma individualizando socialmente o lugar.

Ferreira (2007) revela-nos que o espaço como modelo social e analisado num enquadramento teórico, ou seja, algo produzido em sociedade, aborda as determinações e regras para produção através dos agentes locais em associação com grupos de acção, no caso que estudamos, a Universidade. O espaço geográfico é certamente um produto social criado para ser utilizado no intuito de se projectar no contexto social e consequentemente estar sujeito às transformações inerentes do trabalho como meio de produção, seja através das pessoas, do Estado ou das instituições (Ferreira, 2007). Contudo, Lefébvre (1979) afirma também que o espaço deverá ser considerado como uma força produtiva, donde que, o seu domínio confere uma posição na estrutura económica. Lefévbre, (1979, p.52) cita «mesmo quando uma parte do espaço não tem conteúdo, seu controlo pode gerar poder económico, porque pode ser preenchido com algo produtivo, ou porque pode precisar ser atravessado por produtores», depreendendo por isso que o espaço físico e geográfico é efectivamente uma força produtiva do processo. Portugal debate-se nas últimas décadas com o fenómeno da incapacidade de transformar o interior do seu território num elemento com capacidade produtiva, não obstante, Midlej e Fialho (2012, p.172) referirem a este propósito,

> A instalação de uma instituição universitária em determinado lugar ganha contornos socio espaciais pela incorporação do contexto económico, político, cultural e histórico do seu entorno nas funções que exerce, assumindo importância singular na dinâmica dos processos de desenvolvimento, articulados com a utilização dos espaços regionais.

No que poderemos compreender relativamente ao processo de apropriação da Universidade nos espaços ou micro espaços locais e regionais e segundo Midlej e Fialho (2012), a Universidade tendencialmente poderá vir a ocupar uma posição fundamental na diligencia desses mesmos espaços, optimizando-os através do seu espectro científico e das dinâmicas de comunicação implementando processos de inovação, nomeadamente tecnológica permitindo assim um plano estratégico para o desenvolvimento socioeconómico, além de desempenhar uma pluralidade de funções em termos de formação académico-profissional e investigação.

Poderemos contar neste contexto de apropriação do espaço como referência de produção e valorização do território na geografia física e humana (Passos, 2008). Como expõe Suertegaray (2001) o espaço geográfico expressa-se suportado por um conjunto de conceitos e potencialidades diferenciados, entre os quais, a paisagem, o território, o lugar e o ambiente e, neste contexto, a geografia física e humana sempre procurou compreender a relação destas variáveis com o homem, partindo-se do princípio que a geografia é uma área do conhecimento que no tempo demonstrou a preocupação para a compreensão do relacionamento entre o Homem e o meio em que está envolvido numa estrutura lógica de ciências naturais e sociais. Segundo Santos (1997) o espaço geográfico constitui um sistema de objectos e acções que se transformam numa simbiose indissociável que ao longo do tempo se vai transformando através da intervenção humana que pelas acções se altera e dá lugar a uma natureza artificial, imergindo daí um “bem comum”, adaptado e redesenhado conforme as necessidades físicas, humanas e sociais.

A propósito do conceito de espaço como “bem comum”, Innerarity (2006, p.198-199) cita,

> A exigência de se trabalhar para o bem comum e de levar em consideração os efeitos que nele têm as acções praticadas parece, além disso, desacreditada numa sociedade de mercado livre em que cada um tem o direito de procurar satisfazer os seus próprios interesses.

Mais, Innerarity (2006) face a todas estas dificuldades para a compreensão do problema, supõe-se ser possível encontrar medidas objectivas para a determinação do bem comum como conceito, com base num compromisso de interesse de todas as partes envolvidas, no caso, a localidade ou região, determinada por um espaço geográfico e a Universidade no seu espectro científico e de investigação, não

obstante se levantar a questão fundamental para o assunto, tal como refere Off (2001) elevando a tese acerca de quem serão os favorecidos com o chamado "bem comum", ou seja, as contrapartidas dos benefícios de uma comunidade ou espaço geográfico após se traçar o *trade-off* dos vários objectivos sociais em análise, ou seja, as prioridades, os meios pelos quais se pretende atingi-las, procedimentos, etc. a fim de se estabelecerem acordos e orientações para a tomada de decisões. Este "bem comum" arrasta consigo uma ambiguidade que não deixa de ser positiva, obrigando portanto a uma construção social bilateral contrariando assim a uma política de procedimentos unilateral, excluindo qualquer egoísmo individual dando espaço ao "bem do conjunto" e desta forma, transversalmente articular as partes para a construção de uma comunidade produtiva num determinado espaço geográfico (Innerarity, 2006).

Numa reflexão acerca do território, Ratzel (1989) trata esta questão a partir de uma concepção que enaltece a dominação-apropriação tal como refere a história da geografia e do território (Santos, 1986). Prende-se acima de tudo com a relação do homem com o poder. Donde que, a ideia de território está directamente ligada ao domínio exercido dentro de uma determinada área geográfica, ou seja, a ligação directa a uma geografia política é parte integrante deste fenómeno, analisando o conceito de território através de uma perspectiva analítica e ligada à ideia de poder sobre um determinado espaço e seus recursos.

Segundo Suertegaray (2001) este conceito indica que sob o ponto de vista da análise teremos que privilegiar a ideia de dominação-apropriação sobre o espaço permitindo tratar de territorialidades como forma de coexistência de grupos, isto é, uma relação directa entre as pessoas e o território em si, no seu aspecto físico e de recursos naturais num processo de apropriação que, e como cita Suertegaray (2001, p.6) «Nestas territorialidades, a apropriação faz-se pelo domínio de território, não só para a produção mas também para a circulação de uma mercadoria».

Do território ao lugar, no caso, ao espaço geográfico mais reduzida na escala local e implica a sua compreensão através das necessidades existenciais como sejam, localização, posição, mobilidade, interacção com objectos e pessoas e a partir daí dar corpo a um espaço geográfico produtivo conjuntamente com as populações através de acções que reflictam a produção, expressando relações de ordem objectiva em articulação com as subjectivas, dando força ao lugar em contexto da geografia física e humana (Santos, 1997).

A relação entre o indivíduo e o espaço geográfico existe numa atitude dinâmica no sentido deste assumir um determinado comportamento e se adaptar a ele no aspecto físico, donde que, tenderemos a afirmar que o indivíduo se adequa a ele através de um universo de referencias e acomodações que motivam comportamentos de apropriação-territorialização (Reffatti, 2001). Fischer (1997) quanto à apropriação aborda a relação do indivíduo com o lugar numa atitude de posse assente num processo psicológico de interacção entre as partes, de forma a protagonizar a ocupação de um determinado espaço geográfico por um indivíduo, grupo ou entidade, sendo a apropriação o efeito da relação através do controlo desse espaço nas transformações e mudanças da sua organização, estruturando-o, onde o indivíduo ou grupo determina um modo de sua utilização, dependendo de vários factores, como sendo, individual, institucional e social.

A apropriação não se limita somente às características do espaço geográfico, necessitando porém de um processo gradual de adaptação, o qual será determinado pelo tempo que o indivíduo ou instituição irão dispor para a implementação dos seus valores culturais, antes não incluídos, no caso que tratamos, ou seja, o ensino universitário na sua variante de investigação para a produção local e regional num processo essencialmente de relação humana, no sentido de criar a diversidade numa atitude de personalização, sendo desta forma uma possibilidade de expressar a apropriação (Reffatti, 2001).

Na actualidade este processo com base numa adaptação eficaz incute-nos a ideia de alguma facilidade no sentido da aproximação num mundo cada vez mais global e em contacto. Colomb e Bazzo (1998) defendem que a tecnologia hoje é parte integrante da vida do ser humano ao ponto de ser praticamente impossível vivermos sem ela, no entanto alertam também para o facto não nos devermos reduzir a um simples objecto da tecnologia, obrigando-nos a passar por cima de algumas questões de elevada importância que são fundamentais para a sobrevivência humana, sendo estes alguns aspectos que nos levam a entender a necessidade de reflectir acerca da utilização destes suportes criados pela ciência tendo como referencia os valores humanos. A este propósito Zarth et al. (1998, p.35-36) refere que, «a tecnologia é o instrumento mais adequado para se impor uma dominação e controle sobre a natureza e sobre a sociedade» e que o progresso tecnológico, de certo modo se constitui em estratégia do desenvolvimento capitalista, não necessariamente vinculada às necessidades básicas da população tornando-se um factor ideológico pelo facto de irradiar a ideia

de que ele representa o caminho do bem-estar social para todos os seus segmentos. Importa reflectir acerca dos conceitos que proporcionam e apoiam o desenvolvimento da investigação nos espaços que actualmente se demonstram como fundamentais para o progresso com reconhecimento e como alternativa para as necessidades locais, tal como os desejos numa atitude de entendimento para o uso do espaço local e sua apropriação através de um modelo organizacional consistente e objectivo (Passos, 2008).

Silva (2005), quanto a esta questão, opina que o modelo organizacional terá que compreender a sua relação com os contextos onde actua, tendo como finalidade entroncar os processos com as actividades de produção dando desta forma "corpo" às variáveis organizacionais da gestão.

Nesta matéria a Universidade em conjunto com as instituições locais e as pessoas terá uma tarefa de apoio ao desenvolvimento e á produção local atribuindo enfoques diferenciados no que toca à intervenção (Rodrigues, 2000).

Tabela: 04.001

Caracterização de novas abordagens para a produção local e regional, tipologias ou formas

Foco / Ideia	Natureza da intervenção
Processos	Redesenhar os processos de negócio visando a diminuição dos custos associados
Acção	Criar redes segmentadas de focos produtivos atribuindo responsabilidades pela sua gestão
Formação	Promover a autoformação através da experiência incentivando a evolução na produção
Delegação	Delegar de responsabilidades, valorizando os intervenientes activos na produção
Produto	Proceder a um acompanhamento de todas fases do processo produtivo, procurando a qualidade
Processos	Supressão de actividades que não oferecem valor acrescentado, redesenhando os processos produtivos

Fonte: Elaboração própria. Dados, Manual de Gestão, Executive Digest, (1997), Executive Digest, (1996)

Na Tabela 04.001 transmite algumas ideias para a concepção de um modelo de orientação com base em acções que visam definir, com ou sem formalização, directrizes estratégicas, identificando um conjunto de competências através das habilidades, capacidades, aptidões e conhecimentos obtidos individual ou colectivamente no sentido de encaminhar estrategicamente as expectativas (Silva, 2005). Neste processo e numa atitude de apropriação, a Universidade na sua extensão e conjuntamente com o potencial humano tenderá a captar recursos como estratégia para a ampliação de riqueza no âmbito local articulando múltiplas áreas do saber assim como habilidades técnicas para desenvolvimento de projectos (Prates et al, 2006). Com base nestas variáveis que consideramos importantes, entende-se como fundamental um processo de apropriação geográfica no espaço através da Universidade como instituição promotora de novas formas de conhecimento acrescidas a uma relação afectiva e cognitiva na utilização desse

mesmo lugar que poderá ser considerado uma «relação no espaço como espaço vivido», como menciona Reffatti (2001, p.27).

É possível considerar uma caracterização da Universidade conjuntamente com o espaço geográfico numa atitude de apropriação se tivermos em conta a abordagem ao tema segundo Fischer (1994) quando refere que nas relações com um espaço geográfico, independentemente da sua dimensão, sempre nos deparamos com uma organização humana muito orientada a factores de aprendizagem.

Também se determina através de um conjunto de regras sociais num espaço produzido pelo homem que apresenta características materiais e funcionais que o satisfazem individualmente ou em grupo num conjunto de interacções sociais que se realizam dentro de um determinado ambiente, segundo uma estrutura da arquitectura e do design consolidada.

Possibilita a observação de interdependências entre o espaço e a estrutura social que culturalmente e relativamente a uma instituição como a Universidade terá que determinar junto da comunidade a dinâmica entre a estrutura social e espacial, sem interferir nas questões culturais e humanas que orientam o espaço sob o ponto de vista dos princípios. A este propósito Tylor (1979) caracteriza esta ideia de cultura como um conjunto de linhas orientadoras pelos quais se instituem as formas de vivência no que toca a crenças, sejam morais, costumes, hábitos e outros, reflexo de rotinas sociais e de cumplicidade entre os seus intervenientes, determinando assim um modelo cultural. No entanto, Fischer (1994) caracteriza o espaço como um espelho da cultura mas também um condicionador, considerando condição determinante e indispensável as componentes, como sendo o espaço e o tempo, adquirindo a sua própria linguagem dentro de um conjunto de valores e orientações sociais, permitindo a cada cultura particularizar a sua conduta considerada na relação com o sistema de valores.

Nesta ideia de apropriação que temos vindo a referir e que se confronta com os princípios e valores culturais de um determinado espaço, enfatiza a relação da Universidade como instituição e o espaço de intervenção. Segundo Fischer (1994) a apropriação transforma e caracteriza o lugar através de relações baseadas nos afectos, o que transforma o processo numa técnica fundamental para a intervenção nesse lugar, realizando de acordo com as necessidades e aspirações uma estruturação desse mesmo espaço, avaliando o tipo de necessidades de um contexto que permita uma apropriação que vá para além do que é determinado pelo próprio espaço em questão, ou seja, criar um processo de adaptação para uma

relação pré-determinada incutindo novos valores culturais e científicos implementando novos formatos de organização. Hall (1979) destaca três tipos de organização conforme a capacidade do espaço adquirir determinadas formas, como veremos no quadro 04.002,

Tabela: 04.002

Estabelecimento de mecanismos de apropriação do espaço segundo Hall (1960)

Organização	Mecanismos
Fixa	A estrutura edificada constitui a essência da organização da actividade humana.
Semifixa	Os equipamentos estruturam o espaço
Espaço em bruto	Distâncias instituídas pelos indivíduos nas suas relações e actividades

Fonte: Elaboração própria. Dados, Hall, E. T. (1960)

Segundo Hall (1960), a organização fixa caracteriza-se como uma forma estruturada e sem possibilidades de se alterar, ou seja, baseada nas volumetrias e nas infra-estruturas edificadas que somente poderão ser reabilitadas ou adaptadas não possibilitando qualquer alteração estrutural ao nível da sua localização geográfica e que, em certa medida, caracteriza o mundo ocidental. A organização semifixa determina os acessos e a viabilidade dentro do espaço e podem ser transferidas em função das oportunidades ou até das necessidades. Esta característica de funcionamento local do lugar permite uma reorganização do espaço em função das actividades que lá se levem a cabo. Toda a organização dos espaços no processo de apropriação considera Hall (1960) deverão ser o que não obrigue o indivíduo a adaptar-se mas que esse processo de adaptação seja levado a cabo pelo próprio, ou seja, determine as possibilidades de adaptação que esse

espaço oferece, tratando-se portanto de o poder transformar ou não, cumprindo assim uma premissa importante no processo de apropriação.

Tendencialmente a apropriação de um espaço ou lugar remete-nos a um pensamento, direccionando o discurso, remetendo o tema aos valores psicológicos e a complexidade que eles transmitem, como Reffatti (2001, p.64) descreve,

> Considerando o modo como são usados os diversos tipos de espaço e os sentimentos que neles se manifestam, compreender-se-á o valor psicológico dos lugares. Assim, a diversidade dos factores característicos de cada contexto, resultando num processo complexo, é que determinam a relação do indivíduo com o espaço.

Assim, a influência que qualquer indivíduo exerce sobre o espaço ou lugar, tende a criar elos de ligação e relações, tanto sociais como no contexto arquitectónico. Cada espaço, através da sua organização e da distribuição dos elementos, adquire um significado que por sua vez determina um comportamento de se adaptará aos princípios orientadores desse mesmo espaço ou lugar (Reffatti, 2001).

Numa outra perspectiva e provavelmente com uma visão futura Heeter (1992) antevia como fundamental que neste processo de apropriação tenhamos em conta o universo virtual na construção de novos paradigmas de comunicação.

Também nos obriga a pensar em tudo o que se vem afirmando quanto a esta questão da apropriação e territorialização, refazendo algumas ideias e pensamentos quanto ao conceito de lugar e a sua distância na geografia. Acolhendo novos formatos comunicacionais, plurais e multiformes num território virtual não georreferenciado que nos conduzirá a uma reconstrução mental nos formatos da comunicação dentro do espaço geográfico com consequências na compreensão científica entre a ficção e a realidade.

Não obstante a aproximação ser uma realidade através destas tecnologias, estes métodos podem dar lugar a outras formas de poder e de dominação que como cita Frias (2001, p.6) «estes novos paradigmas podem indiciar a instituição de novas formas de poder e de dominação que poderão constituir a base de um movimento "colonizador"».

Na opinião de Bittarello (2008) nesta questão teremos que reflectir acerca da separação entre os espaços reais e os virtuais entendendo este último como algo que terá que se assumir como fundamental para a aprendizagem e percebido como

uma ferramenta que estando inserida num universo do ciberespaço nos oferece as possibilidades de explorar, recriando a realidade de cada local ou região com base nas experiências, através de um processo de aprendizagem inovador.

As Universidades, tal como o ensino superior em geral, por razões óbvias estão neste processo de mudança. E porque se relacionam com a história, a comunidade académica tem sido o protagonista nesta conjuntura de mudança relativamente ao desenvolvimento das tecnologias, tendo uma influência decisiva no estabelecimento de novos hábitos quanto à sua utilização e exploração, pois serviram como interlocutores principais na criação desta nova realidade (Simon (1997).

Simon (1997 p.1) menciona,

> Um outro motivo determinante pelo qual as Universidades são e serão profundamente afectadas pelo fenómeno em questão é um facto muito simples: a informação é, talvez, o insumo mais importante e mais palpável em torno do qual se situa o próprio conceito da Universidade. De fato, de uma forma um pouco simplificada, mas ainda assim bastante precisa, a razão de ser da Universidade é a criação e a descoberta da informação (através da pesquisa), a sua transmissão (através do ensino e das actividades de extensão) e o seu registro (através da produção de publicações que são colectadas em bibliotecas). Ora, se aceitarmos que a revolução em curso vai afectar tudo que está ligado ao conceito da informação, é forçoso concluir que as próprias Universidades serão profundamente afectadas pelo processo.

Seremos obrigados a reflectir na nota do autor (Simon, 1997) e na sua credibilidade, não obstante a distância temporal até à actualidade ser significativa, pois nesta questão dos avanços tecnológicos e da comunicação em rede, a evolução chega a ser estonteante, no entanto, a importância da tecnologia da informação (TI) nas estratégias das organizações contemporâneas, entre elas as Universidades, ser assumida como uma realidade e, como refere Melo (2008), as TI são actualmente um dos maiores desafios que as organizações modernas terão que enfrentar num mundo em constante contacto onde as estruturas entram numa competição desenfreada e utilizada como recurso estratégico para uma obtenção de vantagem competitiva. Albertin (2004) refere que as organizações têm utilizado as tecnologias como uma ferramenta poderosa na área empresarial, afirmando-se como uma estratégia na competitividade. As instituições passaram a planear numa

perspectiva de futuro com base nas potencialidades das TI. Porter (1996) no entanto aborda o tema da utilização destas técnicas como sendo uma estratégia para a criação de uma posição algo valiosa, envolvendo um conjunto de actividades diferenciadas.

A Universidade, aquando do desenvolvimento do seu processo de apropriação no espaço geográfico que em certa medida pretende redesenhar na sua estrutura organizacional e produtiva, não pretenderá confinar a sua disponibilidade científica somente ao potencial assente nas tecnologias. Laurindo (2002) a este propósito reflecte, afirmando que o conceito de tecnologias de informação é certamente mais abrangente do que os processamentos de dados, ou da informática de rede em geral. Ele envolve também aspectos humanos importantes nos procedimentos e nas organizações, podendo-se eventualmente definir a tecnologia da informação a fim de obter vantagens competitivas através da utilização de informações em todas as suas formas, envolvendo aspectos humanos, administrativos e organizacionais.

4.3.1 GERIR A FORMAÇÃO E A PRODUÇÃO NUM ESPAÇO SUSTENTÁVEL

No tempo, as ciências humanas sofreram transformações sociopolíticas, económicas, culturais e espaciais integradas e adaptadas a um cenário mundial. Zanatta (2007) refere que os paradigmas estabeleceram os seus princípios teóricos e deram prioridades a determinados valores no sentido de justificar cientificamente essas transformações. Na geografia humana pós-moderna e quanto à produção científica, Claval (2001, p.46) reconhece,

> Há mais similaridades do que parece à primeira vista, entre os geógrafos atraídos pela fenomenologia e aqueles que abraçam a causa radical, pois os dois grupos consideram que os factos sociais diferem dos factos naturais. O que é fundamental para os geógrafos de inspiração humanista ou radical não é a distribuição espacial dos fatos sociais, mas a maneira como as pessoas vivem nos lugares onde residem ou os que visitam, deles extraindo uma experiência.

Muitos aspectos de análise são apresentados através do tempo no sentido de compreender as transformações do espaço geográfico tal como orientar o trabalho da educação geográfica para a cidadania crítica, requerendo a cooperação entre a geografia cultural e humanista e a geografia social marxista na tentativa de investigar o mundo do homem e as geografias da mente, como refere Jackson (2003). No entanto, dissociá-la da cultura local significa algo pouco plausível. O termo foi introduzido pela primeira vez na geografia alemã através de Friedrich Ratzel em 1882 e se denominava “Antropogeografia”, analisava as culturas, civilizações e seus fundamentos culturais na diversidade, adoptando uma análise etnográfica e política através dos seus aspectos materiais na sua relação com o espaço geográfico, atribuindo a esta relação homem/espaço uma componente essencialmente política.

Segundo Claval (1995) - Ratzel (1882) estrutura o conceito da geografia humana criando em sua volta um conjunto de seguidores que entenderam o ambientalismo como algo a considerar e que já tinha em conta a mobilidade populacional e as condições de assentamento humano.

Zanatta (2007) faz constar que no inicio dos anos 1980 o processo cultural na geografia, interessado num pensamento pós-moderno refere questões fundamentais, como psicológicas e ontológicas das pessoas, admitindo que a cultura está directamente ligada ao sistema de representações, de significados e valores, criando uma identidade que se revê nas construções do espaço geográfico e que têm uma leitura própria, admitindo que a cultura no seu sentido antropológico mais amplo representa todo um formato estipulado de existência de uma sociedade que não se confina somente a uma vida limitada aos seu produtos físicos e materiais, mas também a todo um sistema cultural como, valores morais, éticos, hábitos e significados expressos nas práticas sociais. Corrêa (2003) refere a este propósito que tal conceito é independente da visão fundamental, na qual a cultura é vista segundo o senso comum e dotada de poder explicativo. É defendida também uma visão estruturalista, na qual a cultura faria parte da principal organização, sendo determinada pela base. O mesmo autor Corrêa (2003) passa a ideia de cultura como sendo vista num reflexo, uma mediação e uma condição social, não tendo poder explicativo, necessitando até de ser explicada. Barreto e Monastirsky (2010, p.307) acerca da possível análise sobre a dialéctica entre cultura e território, citam,

> A cultura é uma forma de interpretar a organização do território a partir dos símbolos, das crenças, das experiências, das identidades criadas, e da representação que se tem do mesmo. A dialéctica contribui para a compreensão dos fenómenos em sua totalidade, entendendo-os como parte de uma realidade dinâmica, a qual está em constante transformação, sendo um processo sócio histórico.

Barreto e Monastirsky (2010) abordam esta dialéctica como uma forma de pensar as contradições que acontecem nas sociedades, por exemplo, rural e urbana, nas relações sociais, compreendendo esta realidade como algo em constante mudança, atribuindo ao sujeito a importância de fazer parte integrante do processo de transformação e não lhe conferindo o papel de mero espectador, criando sinergias entre o homem e o espaço e as relações sociais, onde se produz história de diferentes culturas que se complementam e permitem assim relações sociais entre os indivíduos num determinado espaço geográfico numa forma de expressão

dialéctica onde se compreenda que nesse mesmo espaço não há algo acabado, mas sim que está sempre em constante mutação.

Karl Marx (citado por Barreto e Monastirsky, 2010) estrutura um pensamento da sociedade a partir de um materialismo dialéctico, referindo que para a compreender, a história dos homens deve ser analisada e estudada em conjunto com as questões materiais como segmento fundamental para a sua vida, deixando de fora a experiência e a cultura que eles manifestam dentro do seu grupo. Segundo Bottomore (1983) o materialismo dialéctico encaminhou o materialismo histórico no sentido do economicismo, partindo do princípio que a tecnologia produtiva terá uma eficácia real.

É importante que possamos compreender as relações que se fazem presentes dentro de um determinado espaço geográfico, seja na sua amplitude micro ou macro. Poderemos compreender que para além da sua estrutura económica existe uma identificação do indivíduo com esse mesmo espaço numa partilha de relações e que em conjunto permite uma compreensão efectiva do território em que está inserido (Barreto e Monastirsky, 2010).

É neste contexto que entendemos o espaço geográfico como o próprio objecto de análise e que terá leitura através da iniciativa cartográfica que ao longo dos tempos se transformou num importante instrumento de gestão com uma dupla função, simbólica e prática, como se pode verificar através da leitura expressa na figura 04.001, sendo que, a informação geográfica mapeada simbólica determina informação e orientação cartográfica com os registos da intervenção humana assente na organização, nas acessibilidades e na implantação volumétrica existente, a informação geográfica mapeada prática, permite uma visão do espaço sem qualquer intervenção humana, dando oportunidade a uma gestão da sua morfologia equilibrada e sustentada (Passos, 2008).

Figura: 04.001

A cartografia como instrumento de gestão do espaço geográfico
Objecto de análise

Extracto de elemento geográfico simbólico



Extracto de elemento geográfico prático



Fontes: Elaboração própria. Dados, Exemplos gráficos de suportes mapeados geográficos (sem escala) cujas finalidades determinam as funcionalidades, seja simbólica (somente informativa), ou prática (desenho de pormenor para elaboração de projecto ou qualquer tipo de intervenção.

A representação do espaço geográfico em mapa ou carta topográfica, a partir do início do século XX (Midlej e Fialho, 2012) identifica-se como expressão de vontade política e é utilizado como instrumento de propaganda e fins militares.

Tendo como referência a revolução industrial, o poder dos Estados começa a ser avaliado através do seu desenvolvimento produtivo em série e em locais que eram determinados transversalmente ao estudo analisado em configurações espaciais que se transformam em instrumentos fundamentais para a divisão dos Estados e Regiões, determinando limites e administrações (Barreto e Monastirsky, 2010).

Também a geografia física e humana nos remete para um "patamar" do conhecimento social mais alargado e abrangente, sensibilizando-nos para a sua importância na detecção das assimetrias da relação entre aquilo a que poderemos chamar de interioridade. A este propósito, Serrão (2006, pp.1/4) expõe,

> Qual a realidade que se esconde, hoje, por detrás da expressão, tão utilizada como imprecisa, de «Interior»? A diversidade de discursos que o invocam e a variedade de contextos em que o fazem dificultam qualquer tentativa de definição. Apesar disso, parece legítimo afirmar que a «interior» e a «interioridade» se associam basicamente três elementos: uma **situação** (subdesenvolvimento), uma **causa** principal (isolamento e dificuldades de acesso às áreas mais dinâmicas, localizadas no litoral) e uma **consequência** particularmente grave (a desertificação, considerada nas suas várias componentes). Envolvendo estes três elementos surge um discurso marcado por uma cultura de fatalismo e de apelo à intervenção assistencialista do Estado.

Passos (2008) entende que a marginalidade geográfica das regiões do interior retracta-se nestes últimos anos num desinteresse total da parte do poder do Estado e reflectiu-se num abandono persistente das populações, com maior incidência naqueles que pelo seu capital escolar, cultural, ou mesmo económico, abandonaram o interior, contribuindo para a situação deficitária e desequilibrada do ponto de vista da riqueza que hoje se vive em Portugal, acentuando o despovoamento agravado por uma crise profunda do sector agrícola.

Ferrão (2006) reforça a ideia de que este processo de despovoamento do interior rompe os equilíbrios ambientais socioeconómicos, gerando um círculo vicioso que conduz ao agravamento das situações de subdesenvolvimento, assim «questiona, «Será esta a imagem do interior adequada aos dias de hoje? (…) é que o grande problema do interior, hoje, é ter sido interior ontem» (pp.2/4).

A marginalidade socioeconómica deverá ser combatida sendo criadas condições propícias à consolidação dos intervenientes, sejam individuais ou colectivos, associativos ou privados, entre outros, traçando desta forma um caminho mais promissor, tanto no ponto de vista analítico como do ponto de vista da formulação de políticas para «reconstruir o interior e destruir a interioridade» Ferrão (2006, pp. 2). Em que medida a Universidade pública poderá influenciar o território no sentido de eliminar esta interioridade. Santos e Paixão (2008) levantam a discussão acerca da relação entre o poder local e o conhecimento académico com base na produção a partir da interacção entre a Universidade e a sociedade baseando a discussão na interdisciplinaridade e na diversidade, valorizando o saber social como um pressuposto de desenvolvimento, remetendo essa responsabilidade para as práticas e teorias das tecnologias de informação e conhecimento, no entanto o

processamento entre esse conhecimento e a relação da Universidade com a sociedade transforma-se num problema quanto ao processo de apropriação dessas tecnologias nas comunidades. Nesta questão, Santos e Paixão (2008, p.773) expõem,

> A universidade disserta, apropria-se, transforma, ou ignora os saberes produzidos na comunidade? O conhecimento produzido pelas pesquisas académicas retorna aos indivíduos que fazem parte da comunidade local? (…) Como ocorre o processo de construção do conhecimento a partir da relação entre Universidade e sociedade, identificando a interacção entre o saber local e o conhecimento produzido na Universidade e formas de apropriação do conhecimento académico para a resolução de questões sociais.

Prates, et,al. (2006) enunciam e destacam a necessidade de articular as várias áreas do saber para a execução de projectos que conduzam a um processo de produção viável e transversal a objectivos e devida avaliação no sentido de captar recursos para o desenvolvimento local e regional. Oliveira (2000) na conjuntura social e económica acomoda a questão no facto de assistirmos à emergência de um novo modelo de desenvolvimento que se enquadra na inovação e que se evidencia pelo facto de estreitar condições na relação da Universidade e a indústria localizada no interior do país, não obstante o crescimento económico com base na ciência e na investigação. Campos (2010) a este respeito refere que o final do século XX trouxe uma quase obrigação de perspectivar o ensino superior numa atitude mais vocacionada para a funcionalidade assim como uma maior flexibilidade tanto ao nível da abrangência como ao da gestão no intuito de atender a um público mais abrangente e diferenciado, no entanto, impõe-se uma gestão de recursos que permita equilibrar factores fundamentais para a implementação de projectos vocacionados para a produção em ambiente sustentável. Daigneau (2005) analisa várias perspectivas para uma visão do espaço universitário no século XXI, avaliando as principais forças que influenciarão o futuro das Universidades e o impacto da sua gestão assim como a tendência sob o ponto de vista físico e humano, conforme poderemos verificar no quadro 04.003.

Tabela: 04.003

Características de influencia para o futuro das Universidades públicas em Portugal

Impedimentos às decisões	Forças de influência
Alterações demográficas	Mega construções na edificação
Custo para alunos e famílias	Flexibilidade dos espaços
Complexidade tecnológica no espaço	Função do espaço uni-direccionada
Redução no financiamento do Estado	Manutenção do espaço
Sustentabilidade ambiental	O espaço físico não influencia o aluno

Fonte: Elaboração própria. Dados, Daigneau, W.A. (2005)

Na actualidade a gestão de recursos das Universidades não passa por construções pensadas no sobredimensionamento nem na intemporalidade, pois vivemos momentos de transformação onde se desaconselha qualquer opção do tipo "a forma segue a função". Os mementos de mudança e de adaptação começam a vincar toda a estrutura social, onde o paradigma do espaço a construir ainda será algo que não se conhece em pormenor e a Universidade tenderá a encontrar soluções de contacto algo diferenciadas, como trataremos mais à frente neste trabalho de investigação, a complexidade tecnológica do espaço universitário, mais concretamente nas áreas de investigação obrigará a uma reformulação e uma forma diferente de compreender esta questão da Universidade e o território ponderando uma estratégia diferenciada no conceito de ensino universitário no futuro. Também a sustentabilidade das condições ambientais têm influenciado de uma forma geral o conceito de edifício universitário, ou campus, na medida em que isso poderá influenciar os seus espaços hoje e até os do futuro (Daigneau, 2005).

Campos (2010) aborda a Multiversidade (*multiversity*) como algo que corresponde a uma terminologia que nos transmite o paradigma da diversidade de actividades que se praticam na Universidade, tanto ao nível organizacional como no desenho do

seu espaço, obrigando a que ela, nas suas dimensões se destaque significativamente, dificultando a comunicação no espaço.

Acompanhando o pensamento de Kerr (2006), este afirma que a Universidade é uma instituição em transformação na actualidade, sendo assim um assunto de grande debate e produção científica, permanecendo, hoje em dia, grandes duvidas acerca do seu futuro como instituição. As acutilantes alterações da sociedade da comunicação que se verificam no cotidiano, assentam em formatos tecnológicos inovadores e que dificilmente se compreenderá, pelo menos num futuro próximo se não viremos a desenvolver a ideia de um ensino universitário virtual.

No entanto, nem todos partilham da mesma opinião, ou pelo menos não lhe dão o mesmo valor científico, O'Conner e Benett (2005, p.29) citam,

> Os conceitos de ensino à distância, de ensino electrónico e outros, representam hoje novos desafios para as universidades. Mas, estas universidades virtuais não conseguem oferecer aos seus alunos a interacção informal que existe numa aprendizagem cara-a-cara, que se faz no campus e na sala de aula, que estimula o ensino, muito para alem da experiencia formal de aprendizagem.

Todo a instrução superior, actualmente está perante um conceito emergente acerca dos formatos de ensino aos seus alunos, com base numa maior flexibilidade e colaboração, baseados no estudo de problemas e de projectos (Jamieson, 2005). Esta nova forma de ensinar já é fisicamente notória ao nível da Universidade, e nos campus universitários, dentro dos seus edifícios através de meios e logística de comunicação e informação no sentido de alinhar o espaço físico com a centralidade pedagógica. É notória a necessidade de projectos cujo objecto seja a renovação e a reabilitação de infra-estruturas de forma funcional de edifícios antigos e desocupados do Estado ou outras entidades, cuja função seja a educação e formação com base num programa eficaz associado (Wohlers, 1995).

Hilton (2002) a este propósito propõe uma reflexão e entende que as Universidades e o ensino superior em geral necessitam de uma redefinição objectiva e clara, apontando quais as forças de rotura e as oportunidades para ter em conta uma "revolução" no ensino. Quando refere rotura, pretende dar corpo à ideia da necessidade que a Universidade tem de dar um passo em frente neste processo que em certa medida altera toda a sua estrutura de gestão, seja ao nível dos recursos humanos ou da logística, apontando uma visão abrangente a, pelo menos,

duas formas de encarar esta mudança, ou seja, por um lado as consequências de uma ligação de um conjunto de forças de ruptura e por outro, aproveitando-as e entendendo-as como oportunidades para a mudança que como refere se localizam em etapas de ruptura importantes e que se interligam no conteúdo, ou seja, um elevado avanço das tecnologias de informação associado ao desenvolvimento do espaço virtual, uma visível facilidade de acesso ao conhecimento e o surgimento de novos profissionais ligados e essas transformações. Quanto às oportunidades que são oferecidas para uma mudança, estamos perante a possibilidade de explorar novos modelos de comunicação, tal como a protecção da propriedade intelectual através do processo de digitalização.

O avanço tecnológico poderá efectivamente distanciar-se ou aproximar-se independentemente da reacção e aproveitamento que se poderá tirar dele, tirando partido duma relação que se quer aceitável entre a inovação, a tecnologia e a sustentabilidade. A este respeito Berté (2014) comenta que estas três variáveis são na actualidade um objectivo dos ambientalistas e que se poderão subdividir em múltiplas temáticas quando falamos de uma interacção entre a Universidade e a comunidade no avanço e no fomento de sociedades sustentáveis.

A entidade educadora sustentável, no caso a Universidade, pode permitir uma constante relação e troca de conhecimentos entre os indivíduos e o ambiente, de modo que os processos de aprendizagem se estabeleçam com o meio, no sentido de torna-lo integrador, adequando-se arquitectonicamente, ser redesenhado de acordo com as novas finalidades (Secad/Mec, 2010).

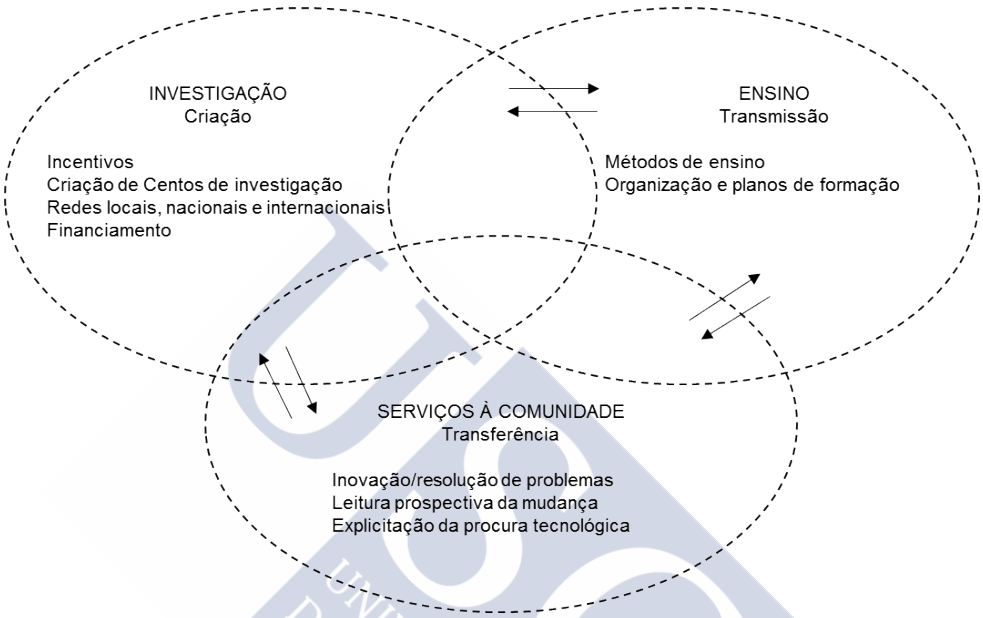
A Universidade na sua variante de produção de conhecimento, centrada no ensino e na pesquisa, começa a ver-se confrontada dom o fenómeno da transdisciplinaridade ao nível científico e tecnológico no sentido de direccionar a investigação vocacionada para a produção, o que parece imprescindível para uma melhor compreensão do processo da sua transição para a sustentabilidade (Couto et al. 2005).

A figura 04.002 adapta-se, em certa medida, á ideia que suporta o estudo que temos vindo a desenvolver e que se caracteriza, numa primeira análise, pelas fases que consideramos importantes para o processo de relação da Universidade com a comunidade instalada no micro espaço geográfico e que tem como objectivo transformar-se numa força integradora que poderá caracterizar a transdisciplinaridade da Universidade à sociedade (Nicolescu, 1997).

Figura 04.002

Universidade e mutação no modo de produção de conhecimentos

Contexto de aplicação centrada nos problemas e na evolução transdisciplinar



Fontes: Elaboração própria. Dados, Couto, et al. (2005)

Na conjuntura e segundo Couto et al. (2005) a **investigação** caracteriza-se no essencial pela criação de conhecimento, é através dela que a Universidade se impõe com a objectividade de novas ideias e conceitos que colidam com as necessidades do espaço na passagem para o desenvolvimento sustentável numa interacção sociedade / natureza e assim emergirem outras concepções em áreas mobilizadoras que proponham avanços em domínios que impliquem, como citam Couto et al. (2005 p.12) «não apenas a criação de novo conhecimento, mas também de novas ideias quanto à reorganização do conhecimento existente, num quadro de interacção multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, orientado para a aplicação». Reforçando esta ideia investigação orientada para a utilização, Santos e Filho (2008, p.53) citam.

> A pesquisa-acção consiste na definição e execução participativa de projectos de pesquisa, envolvendo as comunidades e organizações sociais populares a braços com problemas cuja solução pode beneficiar dos resultados da pesquisa. Os interesses sociais são articulados com os interesses científicos dos pesquisadores e a produção do conhecimento científico ocorre assim estreitamente ligada à satisfação de necessidades dos grupos sociais.

Torna-se importante neste processo relacionar a mobilização de investigadores e docentes universitários (Stephan, 1996) no sentido de tornar para a Universidade esta questão da pesquisa/acção uma prioridade atribuindo-lhe quase que um papel de extensão construindo uma alternativa que socialmente marque a utilidade social da Universidade (Santos e Filho, 2008).

Torna-se de resto fundamental saber como, sob o ponto de vista organizacional, em que medida poderão ser avaliadas estas inovações e quais os riscos nesta gestão do conhecimento descentralizado, transformando esta visão da tarefa da Universidade cujo capital humano e científico afecto à investigação poderão de certa forma tornar esta descentralização sustentável (Couto et al. 2005).

No que toca ao **ensino** e à transmissão de conhecimento, Conceição e Heitor (1999) entendem como importante centrar a questão em torno do problema que queira uma abordagem ao desenvolvimento sustentável, ou seja, introduzir novos desenhos nas metodologias incentivando uma organização multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar dentro dos planos pedagógicos. A relação do ensino com a comunidade ou espaço geográfico determinado poderá ser impelida através de uma acção social com base em projectos de intervenção comunitária como instrumentos complementares de formação e ferramentas que permitam reconfigurar problemas existentes.

Couto, et al. (2005) transmitem a ideia da força integradora como caracterizadora da transdisciplinaridade que, como cita Theophilo (2014, pp.1/19) «Trata-se de uma postura de respeito pelas diferenças culturais, de solidariedade e integração à natureza» é nesta conjuntura que a Universidade se enquadra num formato de transição sob o ponto de vista das funções e da organização, porque a força integradora que caracteriza a transdisciplinaridade assenta na abertura da Universidade à sociedade em geral e muito concretamente aos espaços mais distanciados dos grandes centros urbanos e de um litoral que ignora a sua existência. Nos domínios de intersecção do ensino com outras variáveis estrutura-

se uma atenção mais detalhada, como por exemplo, o ensino e a investigação, onde salientamos o elevado contributo que a investigação poderá dar ao ensino ao nível das competências úteis na relação da Universidade com os agentes locais (Couto, et al. 2005).

Os **serviços à comunidade** vêem-se como importância vital num futuro próximo (Santos e Filho, 2008). E que Couto, et al. (2005) confirmam designando como extensão ou transferência tecnológica dizendo que ganham uma importância acrescida no contexto de desenvolvimento sustentável, na medida em que cada vez mais é necessário dar respostas às exigências sociais para a resolução de problemas, no caso para apoio necessário e urgente ao interior do país tendo em conta a sua incapacidade de produzir riqueza através do seu potencial, confirmado por Santos e Filho (2008, p.52), «(…) atribuindo às universidades uma participação activa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural.»

Assim, estes serviços transformaram-se numa forma de comunicação com a comunidade em certa medida eficaz, permitindo a interacção necessária com os vários autores, como sejam, empresas, organismos públicos, privados, etc. No entanto acresce algo também importante a ser construído e que colide directamente com as pessoas representativas dos espaços locais e regionais, no sentido de reter um problema que tem vindo a remeter esses espaços quase que ao anonimato que é o despovoamento e a desertificação (Passos, 2008).

A Universidade tem como problema principal interagir com estes espaços tal como os actores intervenientes com necessidades de inovação de base científica e tecnológica e que na generalidade incidem nas decisões, sejam com base nas tecnologias, ou nas soluções inovadoras (Couto, 2000).

A importância das tecnologias e a sua capacidade de localmente resolver problemas está directamente ligada ao processo de sustentabilidade e não se confina somente ao interior da Universidade, extravasa as suas paredes e estende-se ao exterior, onde é mais necessária numa atitude de transdisciplinaridade para a resolução de problemas com contornos localizados.

A abertura da Universidade à comunidade assim como à sociedade em geral implica um diálogo comunicacional onde os actores agem num caminho único quanto aos seus objectivos, a formação, que per si requerem reajustamentos nas estruturas organizativas convencionais (Couto et al. 2004).

4.3.2 PRODUÇÃO INOVADORA À DIMENSÃO DA REALIDADE REGIONAL E LOCAL

O desenvolvimento regional e local sofreu grandes transformações nos últimos anos, provocado pelo declínio de muitas regiões, por um lado, reflexo da crise que se vive, mais acentuadamente de há uns anos a esta parte e por outro pelo desinteresse das populações nos espaços mais afastados do litoral.

O desenvolvimento endógeno no espaço local e regional entende-se como um processo de crescimento económico que implica uma capacidade de absorção da região gerado pela economia regional e assim fomentar o emprego induzindo o local para a acumulação do conhecimento, da inovação e das competências tecnológicas, acentuando o aumento da produtividade (Filho, 2001). Federwisch e Zoller (1986) abordam o tema do desenvolvimento regional e local de forma algo diferente, conforme a tabela 04.004 dividindo-o em duas tendências uma de natureza indutiva e outra dedutiva,

Tabela: 04.004

Tendências para o desenvolvimento local e regional (segundo Federwisch e Zoller)

Tendência	Especificação
Indutiva	Estudos específicos no sentido de demonstrar as particularidades das áreas determinantes de cada caso de desenvolvimento local.
Dedutiva	Partir de uma dinâmica das organizações territoriais, baseada na produção em grande escala com vantagens para a pequena produção baseada na produção flexível.

Fontes: Elaboração própria. Dados, Federwisch e Zoller (1986)

Com base na tabela 04.004 anterior poderemos elaborar uma leitura de preocupação nesta questão da produção em espaços locais e regionais no sentido em que os dois demonstram uma vontade óbvia na resolução quanto ao desenvolvimento como um factor determinante. Relativamente a este assunto, Filho (2001, 266) cita,

> É interessante notar que há um certo consenso, entre estas duas tendências, em reconhecer que há alguns anos haveria uma abertura de janelas de oportunidades para que regiões e locais fora dos grandes eixos de aglomeração fordista, ou fora da dualidade centro-periferia, pudessem engendrar processos de desenvolvimento.

Considerando a dualidade centro/periferia e por analogia reportarmos ao território português como litoral/interior onde basicamente a problemática e o declínio da produção em espaços locais e regionais é a mesma (Passos 2008), poderemos repensar o debate e abordar o facto de estar em causa na actualidade a reestruturação e estruturação regional e local baseadas nas tecnologias e na intensificação dos novos conceitos de inovação (Filho, 2001).

Quando falamos de desenvolvimento local e regional interessa definir o mais exacto possível o que poderemos entender como localidade ou região. Lopes (1995) justifica que se trata de uma entidade objectiva, concreta e que com alguma ligeireza se identifica, percebendo que se trata de uma qualquer região natural, no entanto, não é mais do que uma estratégia para classificação de uma ideia ou um modelo que poderá permitir diferenciar espacial e geograficamente um objecto de estudo. O mesmo autor preocupa-se em fazer a distinção entre espaço regional e local, referindo que a questão fundamental não se prende com o factor dimensão, sob o ponto de vista da área ou superfície terrestre, como seria o caso da região, mas sim a factores de contiguidade, ou seja, considera que o espaço local pode definir-se a partir de um conjunto de dados económicos localizados de forma dispersa, porque segundo, Lopes (1995, p.104) «o que dá unidade ao espaço são as suas características e a natureza das relações de interdependência».

Em Portugal e durante muito tempo a esta parte mantem-se a ideia que o desenvolvimento se estruturava nos princípios da industrialização e urbanização, pela produção em massa nas grandes zonas urbanas, beneficiando da economia interna de escala tal como a economia de aglomeração, ou seja, todo o investimento se centrava em espaços urbanos e seus acessos em detrimento do

espaço mais localizado no interior do país. As empresas remetem os investimentos para o litoral do país, condicionando a gestão do mercado de trabalho, tal como as estratégias de investigação e desenvolvimento (Cabugueira, 2000).

Neste contexto e segundo Mendes (2008) as Universidades públicas ou privadas e no que toca à educação, numa proposta educativa inovadora, terão que ser instrumentos fundamentais para a utilização do conhecimento como factor de competitividade e de criação de riqueza, sendo este o paradigma de uma economia global iminente e à qual será muito difícil nos afastarmos sendo a sua característica fundamental a inovação. O valor económico do conhecimento no espaço regional depende do seu investimento em actividades produtivas, enquanto a sua adequabilidade para gerar produtos e serviços diferenciados, atractivos e competitivos, constitui o catalisador da inovação, em sentido lato.

O Instituto de Empreendedorismo Social - IES (2014) identifica dez pontos de referência importantes para o desenvolvimento nas especificidades locais essenciais para o enquadramento no nosso trabalho de investigação.

Tabela: 04.005

Dados práticos para a inovação social no micro-espaço geográfico regional e local
1 - Apostar no empreendedorismo e na inovação, percebendo que dimensões podem tomar a inovação social, quais os actores chave do sector na região
2 – Agilizar as acções relacionadas com a inovação social desenvolvendo um quadro de definições, métodos de avaliação e indicadores que permitam uma aposta assertiva e sólida no sector
3 – Ingressar no conhecimento identificando tendências nos potenciais de produção, redesenhando os seus produtos ou serviços no sentido de aumentar o seu valor económico, preservando a competitividade
4 – Desenvolver uma estratégia de especialização promovendo uma estratégia global de inovação de forma a aprofundar e acelerar o sector
5 – Desenvolver estratégias de colaboração e capacitação facilitando as hipóteses de implementação prática das novas iniciativas que favoreçam as hipóteses de sucesso das organizações e dos novos empreendedores
6 – Promover plataformas de inovação para a transição desenvolvendo esforços de investigação, discussão e experimentação de soluções direccionadas para a resolução de um qualquer desafio social
7 – Desenvolver incubação direccionada à inovação social para a catalisação do impacto social através da co-criação de ideias e projectos entre empreendedores sociais e restantes sectores
8 – Promover um Cluster ou parque de Inovação Social através de iniciativas que permitam criar condições de logística e dinâmicas para o desenvolvimento medidas sociais inovadoras
9 – Criar uma zona económica especial para a inovação social transformando num factor de diferenciação regional fortalecido com incentivos fiscais
10 – Promover a partilha e integração regional no contexto internacional que permita a captação de recursos e exportação dos negócios sociais suportados em rede com outras regiões internas e externas

Fontes: Elaboração própria. Dados, IES (2014)

Na tabela 04.005, aparecem um conjunto de medidas que sob o ponto de vista da atitude local e regional lograrão ser tomadas no sentido da promoção da sustentabilidade com base na inovação e empreendedorismo, não obstante outras poderem ser abordadas e consideradas no contexto.

Com base na leitura da Tabela 04.005 conseguiremos retirar algumas ideias de potenciais benefícios que possam colidir com as intensões da finalidade desta investigação que levamos a cabo.

Numa visão de potenciais benefícios destas acções no espaço geográfico mais afastado do litoral e das zonas urbanas, considerando que – (1) a sociedade civil suportará ser envolvida no problema e também no encontro da solução, tal como o seu envolvimento na criação de uma cultura de empreendedorismo social; (2) ao nível do relacionamento com a inovação social permitirá, uma análise sistemática de propostas e iniciativas, aumentando a eficácia e eficiência de qualquer investimento, optimizando capacidades e recursos, sejam humanos ou materiais; (3) poder-se-á avaliar por antecipação quaisquer que sejam as alterações sociais, tal como estender o conhecimento, aumentando a oferta de produtos e serviços; (4) tenderá a uma maior afirmação da inovação e empreendedorismo social ao nível local e regional num rumo mais sustentável permitindo uma alternativa ao serviço público, tendo por base a sociedade civil; (5) maior capacidade para a implementação de iniciativas inovadoras que com o apoio da Universidade optimizará o espaço com base na criação de riqueza, de ideias e investigação; (6) capacitar e envolver a sociedade regional e local nos desafios sociais com a abertura em novos mercados, desenvolvendo uma economia aberta através de valor partilhado; (7) aumento das iniciativas sociais e consequente número do emprego na região [re] desenhando as soluções para os desafios do espaço, aumentando a atractividade regional para investimento com base em novas ideias; (8) melhoramento de conexão entre os vários segmentos, aumentando o número de empregos associados a um aumento de massa crítica; (9) aumento do desenvolvimento económico diversificando o potencial exportador da região; (10) maior impacto social através de diferentes regiões, possibilitando a transição e alargamento de conhecimento regional.

Mendes (2008), a propósito da oferta que os espaços locais e regionais oferecem sob o ponto de vista da procura, afirma que a qualidade de vida é prosseguida como um desejo cada vez mais apetecível por um número crescente de profissionais altamente qualificados, e como algumas regiões pequenas e isoladas apresentam trunfos significativos neste campo. Encontram aí uma vantagem que pode ser aproveitada para impulsionar a inovação nestas regiões pela colaboração que estes quadros podem prestar e pela dinâmica que podem induzir.

Em que medida a Universidade pública ou o ensino superior em geral poderão apoiar o desenvolvimento das regiões tal como referimos nos parágrafos anteriores? A RSU (Responsabilidade Social da Universidade) tem, como complemento das suas funções básicas de ensino, pesquisa e extensão, apoiar ao desenvolvimento da intelectualidade humana para que esta exerça em pleno a cidadania suportada em acções criativas capazes de construir sociedades responsáveis, e economicamente sustentáveis (Ribeiro e Magalhães, 2014). Ribeiro e Magalhães (2014, p.135) citam,

> A RSU, enquanto conjunto de acções colectivas da universidade em prol do desenvolvimento da comunidade e também de seus pares directos, é um conceito multifacetado porque está directamente atrelado ao modelo de universidade e à forma como esta se organiza enquanto instituição, ou seja, como está constituído o *ethos* académico e a governança. A universidade, portanto, acaba por definir a finalidade do conhecimento por ela produzido, quase sempre a partir de pressões do campo social, político e económico.

Pretende assim compreender a finalidade do conhecimento assumida pela Universidade ao nível da sua responsabilidade social, assim como os desafios para o século XXI face ao seu compromisso no sentido de contribuir para a sustentabilidade local e regional nas suas variantes da economia e do desenvolvimento.

A este respeito, Macedo (2005) menciona que a Universidade deve cumprir a sua função, no entanto ela poderá ultrapassar essa missão que usualmente se remete à produção, reprodução, divulgação e conservação do conhecimento, mas também tornar a sua actividade de pesquisa numa orientação para a resolução de problemas locais e regionais de forma a dar resposta às necessidades da comunidade no sentido de contribuir para o crescimento da economia local e consequentemente a promoção da sua qualidade de vida. Partindo do princípio que a Universidade forma ao mais elevado nível a qualificação do indivíduo do ponto de vista técnico, científico e humano, transformando-se num profissional e cidadão. Para Herrera (2009) a responsabilidade social assume actualmente um perfil que ultrapassa aquilo que sempre entendemos como relevância social. A RSU faz a relação entre o conhecimento gerado na própria Universidade, seja, o científico, tecnológico, humanístico e artístico e as necessidades locais ou mesmo globais,

donde que, sob o ponto de vista ético ela responde integralmente às solicitações socias de forma adequada e efectiva. Estamos perante um paradigma, a Universidade reveste-se de novas responsabilidades no compromisso social tal como no seu relacionamento com os parceiros a fim de fortalecer a gestão social e o que politicamente considerarão democrática.

4.4 O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL SUSTENTÁVEL ATRAVÉS DA PRODUÇÃO CIENTIFICA DA UNIVERSIDADE

Provavelmente o mundo académico e político terá que redefinir a estratégia para as instituições de ensino superior e muito concretamente as Universidades. A pressão que as sociedades em geral exercem sobre elas obrigará a alterações profundas a todos os níveis para que desta forma melhor sirvam as necessidades da sociedade contemporânea (Campos, 2010). Relativamente a este assunto Delanty (2001) dizia que a Universidade é uma instituição onde ainda se podem encontrar reunidas quatro actividades, pesquisa/investigação, ensino, profissionalização e crítica intelectual, contudo, as alterações nas sociedades obrigarão a uma reavaliação quanto à importância de cada uma delas que passarão também pelas infra-estruturas que compõem o chamado campus. A este propósito O'Connor (2005) refere que em alguns casos, nas infra-estruturas existentes é preferível não optar por intervenções de manutenção, atendendo a que, no que toca a tendências deve ser analisado o modo como as presentes e futuras instalações poderão responder aos tempos da actualidade na sua forma e localização tendo em conta que algumas preocupações de instalação e ambientais, entre outras, têm influencia na construção geral das infra-estruturas da Universidade, cabendo-lhes ponderar de que forma é que os princípios da sustentabilidade poderão influenciar os actuais espaços, assim como os do futuro, considerando também importante, a sua localização na geografia.

A Universidade é por isso uma instituição em transformação e que reflecte algumas preocupações na produção científica da actualidade, permanecendo grandes dúvidas quanto ao seu futuro no que toca ao impacto destas alterações, o que aliás tem sido muito pouco discutido, principalmente quanto à organização dos seus espaços e para que, independentemente das alterações, continue a exercer e fortalecer a sua missão, encarando as mudanças na tecnologia da modernidade e o fácil acesso ao conhecimento (Campos, 2010).

Biddison, et al. (1998) encaram estas tecnologias como algo que fez desenvolver uma ideia de ensino universitário virtual, onde o espaço como dimensão física se altera de forma substancial. Os conceitos de ensino à distância, assentes em tecnologias, obrigam, hoje a desafios à Universidade, não obstante a possibilidade

da virtualidade a que nos referimos e sob o ponto de vista da relação e da interacção informal, não seja tão óbvia.

Fig. 04.003

Exemplo Salas de Aula em Universidades - "O antes e o depois"



Fontes: Elaboração própria. Dados, Imagens acedidas em: https://www.google.pt

O ensino universitário debate-se actualmente frente a uma emergente teoria sobre a forma de ensinar os seus alunos. Teorizada sobre o conceito de maior flexibilidade que facilita a colaboração centrada no aluno, baseada no estudo de problemas e projectos (Jamieson, 2005).

Segundo Cal (2006) os estímulos da reabilitação ou mesmo da remodelação podem reflectir-se em trabalho levado a cabo nos edifícios existentes adaptando os espaços com base na redistribuição dos diferentes usos de forma mais apoiada, resultando na necessidade de repensar as infra-estruturas dedicadas ao ensino universitário de forma a torná-las mais flexíveis e enquadradas nas necessidades da actualidade. Os espaços remodelados ou reabilitados terão que contemplar opções de sustentabilidade.

Quando abordamos o tema da evolução tecnológica na comunicação da Universidade, pensamos no que ela poderá contribuir para o desenvolvimento do território, transitando o conhecimento científico e tecnológico a uma velocidade que há bem pouco tempo seria impensável, como se estivéssemos perante uma sala de

aula à distância (Passos, 2008). Kasten (2014) cita «a educação à distância é só o começo de uma revolução que vai mudar o futuro da sala de aula, a educação, o trabalho e a vida das pessoas como um todo». Para o autor a grande vantagem deste formato de transmissão do conhecimento é, numa primeira análise o baixo custo, no sentido em que o espaço que na actualidade se disponibiliza para o relacionamento pedagógico poderá ser substancialmente reduzido, ganhando obviamente escala no contexto, tendo a acessibilidade como um grande benefício, permitindo o processo de estudo e aprendizagem ao ritmo de cada um, tal como a customização da comunicação em rede poder ser uma vantagem para o investigador assim como para o estudante ou produtor numa procura mais rápida e eficiente do conhecimento (Kasten, 2014).

Britto (2009) entende que a Universidade terá que prescindir da sua postura tipicamente reactiva às mudanças que vão ocorrendo à sua volta, e passar a ter uma atitude pró-activa, ou seja, uma postura na direcção do empreendedorismo, preocupando-se na forma como a tecnologia e os novos formatos de comunicação e informação se podem transferir para o sector produtivo inserido na sociedade em geral e muito concretamente nos espaços menos favorecidos pela sua influência. Reforçando esta ideia de contemporaneidade da Universidade, Brito (2009, p.201) menciona,

> A Universidade deve manter inabalada a sua liberdade académica, não devendo submeter-se às necessidades do mercado, mas não pode ignorá-lo nem temê-lo; ao contrário, é necessário conhecê-lo e estabelecer relações constantes com o mercado em termos de suas exigências e solicitações de capacitação profissional.

A gestão das Universidades deverá encontrar um ponto de equilíbrio entre um conjunto de habilidades, a capacidade de comunicação e o potencial do trabalho colectivo de forma a compatibilizar as finalidades através de uma postura empreendedora em todas as suas actividades (Brito, 2009).

Importa perceber quais as transformações que precisam as nossas Universidades relativamente ao seu papel de ensino, pesquisa e extensão, no sentido de poderem vir a ter um maior protagonismo e responsabilidade na resolução de problemas socioeconómicos do nosso país. Segundo David, et al. (2014) a extensão universitária apresenta-se com as condições necessárias para criar o contacto com a sociedade estabelecendo formas e estratégias para conhecê-la, para que seja

possível encontrar soluções que contrariem as assimetrias do território e na diferenciação de oportunidades acentuada entre o litoral e o interior. Levantam-se algumas questões a este propósito da extensão ser ou não uma função da Universidade no que toca ao ensino e à pesquisa. Sousa (2001) a este propósito refere que a ausência de clareza que envolve o conceito provoca maior desvalorização dentro da própria Universidade. Existe de facto uma ligação forte entre extensão, ensino e pesquisa na complementaridade entre estas variáveis e na importância que a extensão universitária tem na relação mais estreita com a sociedade, acentuada na partilha do saber científico com as comunidades locais e regionais. No Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (2001, p.5) abordou-se,

> A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade académica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento académico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

Esta corrente, que estabelece a troca de saberes organizados entre o académico e o popular terá como efeito a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade portuguesa ao nível do território no seu interior local e regional. Assim, a democratização do saber académico e a participação efectiva da comunidade na actuação da Universidade, além de instrumentalizadora deste processo dialéctico de teoria e prática, também a extensão se transforma num trabalho interdisciplinar que favorece a incorporação do lado social (FORPROEX, 2001).

A abordagem de Rocha (2008) quanto à importância da relação entre a extensão, o ensino e a pesquisa, refere que, aportando referencias para uma melhor compreensão da finalidade efectiva da extensão da Universidade, juntamente com o espectro social que envolvam as comunidades locais e regionais e em conjunto com outras entidades que se identifiquem com o problema, entre outras, também as ONG's (Organizações Não-Governamentais), definam e elaborem projectos e

programas que comprometam os actores numa intensão de sucesso comum, como afirma Rocha (2008, p.118),

> Sob este aspecto, os interesses sociais são articulados com os interesses científicos dos pesquisadores e a produção de conhecimento científico ocorre assim estreitamente ligada à satisfação de necessidades dos grupos sociais que não têm poder para pôr o conhecimento técnico e especializado ao seu serviço pela via do mercado.

Encontrar uma forma mais assertiva para que a Universidade possa exercer estas três variáveis numa atitude de tripla função de forma equilibrada e transversal, mas acima de tudo com a obtenção de resultados que vão de encontro aos objectivos traçados pelos projectos e programas delineados, seria uma tarefa algo satisfatória. Dagnino (2010) encontra na tecnologia social uma via possível como a definição de metodologias desenvolvidas na interacção com a comunidade e representam soluções de transformação social que na sua medida emergem da discussão dos actores a fim de procurar soluções para problemas dentro de uma determinada comunidade local ou regional, tendo em conta as suas características.

Fernández e Maciel (2010) referem-se à tecnologia social como uma alternativa frente à tecnologia convencional, facilitando os caminhos nas solicitações da sociedade e suas soluções no encontrar de um modelo de desenvolvimento que permita um processo de inclusão, tendo como protagonista, a comunidade.

Existe actualmente uma necessidade de reinventar a Universidade frente às mudanças que ocorrem no mundo actual, tal como temos vindo a referir ao longo deste trabalho de investigação. A actualidade na área das tecnologias de comunicação e informação, associadas à organização em rede são realidades, as quais seguramente não poderão evitar. A aproximação da Universidade à sociedade é cada vez mais um facto, fazendo da sua actuação um contributo para a solidificação de um espaço público dentro dela através de uma política democrática. A extensão universitária tem um papel fundamental na construção deste paradigma do conhecimento que é a aproximação da excelência ao serviço do espaço que representa a comunidade (Rocha, 2008).

Alberto (2009) acerca do conceito de Desenvolvimento local e regional refere-o como sendo o resultado da integração da variável “espaço” na discussão e que assim se associa a uma referência espacial em concreto, a região. Lopes (1984)

indica que, no pressuposto de que a organização espacial e o desenvolvimento se encontram exactamente relacionados, tendo em conta que por um lado cria mobilidade e acesso e por outro maiores oportunidades para a utilização dos recursos, faz com que se transforme em algo importante no processo.

É efectivamente a definição de desenvolvimento como um movimento ascendente de todo um sistema social e que neste contexto a que geograficamente chamamos de local e região, se caracteriza por um conjunto de factores endógenos e ainda por um conjunto de elementos exógenos iniciados pelas políticas públicas inseridas no sistema (Myrdal, 1974).

Blakely (1994) menciona o desenvolvimento como o esforço levado a cabo por uma comunidade nos usos dos seus recursos físicos, sejam humanos, sociais ou económicos, na perspectiva de dar sentido a um sistema auto-sustentado, com o objectivo de criar mais e melhores empregos e desta forma combater a desertificação e o despovoamento. Casado et al. (2012, p.633) cita,

> As Universidades, como criadoras e disseminadoras de conhecimento, constituem-se em potenciais agentes de práticas de desenvolvimento sustentável e responsabilidade social (…) é possível afirmar que uma maior contribuição é necessária para atender as solicitações das populações, fazendo-se premente uma maior participação no processo de desenvolvimento sustentável das suas regiões.

Neste contexto, as Universidades são instituições que por força das circunstâncias se definem como os agentes mais indicados pela capacidade, pela apetência e sentido de responsabilidade, gerando ideias e acções que procurem minimizar situações de instabilidade social nas áreas da produção, economia e avanço tecnológico através da excelência em diversas áreas da sociedade (Casado et al. 2012). Para Riedi (2004) a Universidade terá a capacidade de dominar técnicas e gerar conhecimentos nas diversas áreas do saber transmitindo-as com eficácia à sociedade. Desta forma, Riedi (2004) entende que esta abordagem é abrangente quanto à responsabilidade social das instituições, muito particularmente da Universidade pública numa perspectiva de optimização dos seus recursos e da intervenção social estruturada e organizada. A Universidade, tal como a actual conjuntura social, política e económica, depara-se com factores que limitam algumas áreas fundamentais de actuação que em certa medida foram herdadas de um passado não tão distante no tempo como poderemos pensar.

Klark (2006) expressa algumas ideias que traduzem esse facto e que assentam essencialmente na criação de modelos pedagógicos inovadores adaptados às realidades em contexto de globalização que equacionem problemas complexos, numa atitude empreendedora e de responsabilidade social. A viabilização da empregabilidade transforma-se também numa questão de importância fundamental baseada numa formação intensiva em conhecimento teórico-prático e abrangente nas populações. Acrescenta assim aos atributos da Universidade a prestação de serviços à comunidade, gerando conhecimento e transformação em todos os domínios, numa atitude socialmente responsável.

As Universidades passam actualmente por uma segunda revolução (Etzkowitz, 2003) onde o desenvolvimento social e económico é parte integrante da sua missão e que a transforma na chamada Universidade empreendedora. Clark (2006) fundamenta este conceito através de alguns pontos de referência importantes e que passa por um corpo docente de excelência e empreendedor, preparado para encarar os novos desafios, suportados por uma gestão virada para os resultados e valorizadora de novas ideias que alimentem uma cultura empreendedora que seja aberta à mudança articulando um trabalho de interacção com a sociedade na inovação e na transferência tecnológica para uma maior e melhor abertura a novos projectos e investimentos.

Não obstante, e considerando mais de trinta anos, as tecnologias de informação e comunicação não serem uma prioridade a ter em conta, Friedmann e Weaver (1979) já então entendiam que a questão chave para o desenvolvimento local e regional não tem como base de evolução atrair o investimento externo, necessitando de centrar-se nas condições e capacidades internas de transformação produtiva regional, onde o desenvolvimento evolui através de procedimentos e recursos endógenos.

Teremos por isso o exemplo de recurso endógeno ou territorialista, que assenta no desenvolvimento que se forma no interior da região numa optimização clara dos recursos naturais internos através do seu capital social e se traduz na valorização dos padrões culturais locais, permitindo uma exploração moderada e sustentável (Diniz, 2004).

Situar-se no centro decisório da região é efectivamente uma perspectiva que Diniz (2004) nos dá, na medida em que enfatiza a proximidade com os actores locais permitindo maior eficácia e eficiência com base no aproveitamento de dinâmicas comunitárias já existentes, promovendo redes económicas dentro da própria região,

o que impulsiona estratégias de desenvolvimento locais, permitindo ao espaço geográfico local e regional ser encarado como suporte de actividades produtivas auto-suficientes e sustentáveis.

A iniciativa da comunidade em contexto de produção pauta-se pela inovação como ponto de referência para o desenvolvimento. Torna-se por isso importante gerar condições que a potenciem tal como uma entidade produtora com base em empresas inovadoras (Simões, 2005) através da capacidade dos territórios e sua promoção para o fomento do potencial local e regional de inovação.

Desta forma, a importância da Universidade através da sua capacidade de Investigação e Desenvolvimento (I&D) em contexto de produção poderá implementar extensões laboratoriais de investigação em áreas críticas e necessitadas de apoio, como sendo zonas do interior profundo do país, com o objectivo da criação de emprego, riqueza e estabilidade (Blakely, 1994).

A Universidade no seu "braço de apoio à aprendizagem" determina algumas condicionantes que se estruturam a partir de princípios em contexto pedagógico e de formação que obrigam à introdução da tecnologia que desafia os principais interlocutores deste processo de desenvolvimento, ou seja, aqueles que em primeira análise serão os impulsionadores desta actual forma de comunicação cujo resultado é a produção no [re] desenhar do espaço geográfico local e regional (Passos, 2008).

Bidarra (2009) quanto à introdução da tecnologia ao serviço da aprendizagem e formação, propõe a envolvência activa dos formandos nos processos que sob o ponto de vista técnico-pedagógico obriga a distinguir o que é relevante do acessório, envolvendo-os numa outra dimensão onde quem aprende é, simultaneamente quem pode produzir de forma a adaptar os conteúdos às suas necessidades, sendo que, esta aprendizagem é sustentada em meios tecnológicos caracterizados pela capacidade de integrar múltiplos média, ou seja a chamada *"comunicação em rede"*. Bidarra (2009) refere que, contudo não é suficiente expor o formando à tecnologia e suas potencialidades, torna-se assim fundamental o recurso a um modelo pedagógico que assegure a eficácia dos processos cognitivos e em simultâneo proporcione a apreensão dos conhecimentos, tendo como base uma estratégia pedagógica adequada com validade científica, sendo essa é a tarefa da Universidade.

4.4.1 A RELAÇÃO DO INDIVÍDUO COM OS NOVOS FORMATOS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO E INVESTIGAÇÃO

Cabe à Universidade criar condições de competitividade territorial que motive o desenvolvimento que não se remete única e exclusivamente à economia, mas também à capacidade de produzir riqueza tal como aos aspectos sociais, e de atrair população e gerar a criação de emprego, pois a economia deverá ser analisada em contexto territorial global que compreenda as mudanças do tempo e se adapte não somente a uma vivência social, económica e política diferente e competitiva, mas também a uma nova forma de comunicar e produzir excelência (Lopes, 1998).

Valério e Bazzo (2006) entendem que face a estas alterações de comportamento social no território, o papel da ciência e da tecnologia tenta construir uma reflexão sobre os impactos que provocam no modo de vida das pessoas, que segundo os mesmos autores assentam em referências básicas que se tocam. Os estudos CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade) onde a aproximação entre as variáveis pressupõe um modelo social em construção, pois esta nova e emergente ordem de relação entre elas será onde a sociedade irá tomar o maior partido, reflexo do crescente impacto das inovações científicas e tecnológicas. A presença constante da C&T (Ciência e Tecnologia) do nosso cotidiano vai conferindo novos significados para os valores humanos que se caracterizam como relevantes.

Segundo Kohn e Moraes (2007) na actualidade o caminho da sociedade transforma-se num processo de transições, de mudanças dentro de si própria, sejam na forma de agir, de pensar ou até de se relacionar suportada em mecanismos que incentivaram essas modificações, o que nos leva a pensar que essas transformações estarão directamente ligadas às mudanças tecnológicas das quais a sociedade se apropria no sentido de se desenvolver através da propagação da informação suportada em meios tecnológicos, onde tudo passa a acontecer dentro de um universo virtual.

Para Castells (1999) as habilidades de uma determinada sociedade ou comunidade no domínio das tecnologias e no seu uso, no sentido de tirar o seu maior potencial e partido, demonstram a capacidade de imprimir um ritmo acelerado e enquadrado no tempo. Os suportes digitais possibilitam ter uma nova dimensão de tudo aquilo que nos rodeia, desde os produtos até ao processamento de dados. Mas mais do que

isso, permite ter uma visão política, económica e social globalizada, sendo que a sua maior importância no contexto deste trabalho de investigação incide na sua competência e comunicação em rede, possibilitando todo o tipo de informação a todo o instante (Kohn e Moraes, 2007). No entanto Marcondes (2007) defende que a esfera da comunicação pública virtual é efectivamente um idealismo ou mesmo, uma utopia, sendo que, uma sociedade focada no capital não alcançará uma esfera de igualdade social e humana. Assim, Castells (1999) afirma que as tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos e esse desenvolvimento dá-se efectivamente na sociedade.

Na actualidade a tecnologia digital já faz parte da vida das pessoas e quase que imperceptivelmente atrelando-se às actividades usuais da sociedade. Recuero (2007) a este propósito refere que a rede é um conjunto de procedimentos entre pessoas ou grupos e a internet, intermediada por dispositivos e ferramentas como os computadores ou outras. A rede é formadora de laços sociais e é parte integrante nas comunicações das organizações que motivam o surgimento de novos padrões de estrutura e de público estreitada pela velocidade de estabelecer contacto entre vários emissores e receptores. Kurth (2007) não é receptivo a uma reestruturação da sociedade assente nestas tecnologias de informação e comunicação, demonstrando que estamos perante um aumento de competitividade entre as pessoas, tanto como membros sociais que correm o risco de expor a sua vida, nomeadamente construções de autores que perdem os seus direitos autorais, tal como informações de sigilo que se perdem pela rede, entre outros.

Mattelart (2002) entende que o carácter fenomenológico dos novos paradigmas da sociedade actual, conhecida como tecnológica ou pós-moderna, deverá ser entendido como ambivalente, sendo ao mesmo tempo um novo instrumento de poder e uma abertura para a diferenças. Na visão de Lyotard (2000) trata-se do momento da cultura após as transformações que afectam os jogos da ciência, da literatura e das artes, reforçando a ideia que o saber será afectado nas suas principais funções, como sendo, as pesquisa e a transmissão de conhecimentos.

O relacionamento estreitado em rede necessita de uma explicação mais profunda e tão breve quanto possível sob o ponto de vista da construção do conhecimento indefinida entre homens e máquinas, acentuando a construção de uma memória social, ou seja, o ciberespaço.

Ruano (2013) refere que o desenvolvimento tecnológico criou um grande impacto nas inovações do mercado, permitindo um acesso à informação extremamente

rápido. As alterações assinaláveis em todas as áreas da sociedade são notáveis, sejam no comércio, na saúde, na indústria, na educação e não menos importante, no comportamento, donde que nos leva a acreditar que estamos perante uma nova geração tecnológica, que de forma visível vai determinar novos formatos de vida, de trabalhar e de interagir. Ruano (2013, p.1/2) a este propósito, cita,

> Nesta geração a nova economia ou sociedade do conhecimento cuja origem assenta na globalização, é responsável pelas mudanças que causaram um grande desenvolvimento nas sociedades. O modelo de desenvolvimento social baseia-se nas novas tecnologias de informação através das quais se comunica, se produz conhecimento e se gera riqueza a vários níveis.

Na visão da autora (Ruano, 2013) a sociedade tende a ser menos exclusiva, mais participativa e mais competitiva na tentativa de alcançar o progresso tecnológico que supera em muito a criatividade humana. Mas nessa ânsia de alcançar o objectivo não temos em conta as suas implicações sociais relacionadas com os hábitos, percepções, conceitos, limites morais, políticos e individuais que estão directamente ligados a uma degradação galopante do mundo como sendo a fome, deterioração do meio ambiente, armas nucleares e a manipulação genética.

Nos últimos anos, através da reformulação das políticas de ciência e tecnologia, Portugal superou o seu atraso científico desenvolvendo um sistema intimamente ligado a um problema nacional orientado para dar respostas a questões específicas locais ou regionais e integrar-se num sistema internacional e consequentemente global. Segundo Heitor (2015, p.2) «só em 2007 é que a despesa bruta em I&D em Portugal atinge e ultrapassa 1% do PIB (produto interno bruto), tendo resultado entre outros aspectos, no aumento da capacidade de formar e educar os mais jovens.»

Lundvall e Johnson (1994) através de uma simples ideia desafiam os lugares comuns, propondo uma economia da aprendizagem em substituição de uma economia do conhecimento, diferenciando os dois conceitos na perspectiva dinâmica. Na justificativa observam efectivamente que existem conhecimentos que se consideram importantes, no entanto também existem outros que se tornam menos importantes. Dentro do espectro do conhecimento não existe somente a sua criação, mas também a sua destruição, donde que teremos que observar o processo de aprendizagem como importante não pensando somente na

acumulação de conhecimento. A este propósito Ross (2006) entende quanto à aprendizagem, como a construção do conhecimento, pressupondo entendê-lo tanto como produto quanto como processo, não considerando importante no caso apenas a quantidade de conteúdo, mas a capacidade de pensar, interagir, o que é capaz de fazer, interpretar e compreender. O conhecimento está directamente ligado à possibilidade de continuar aprendendo, assim enquanto se aprende não se pode atender apenas ao conteúdo do conhecimento, mas também como se organiza e actua para aprender.

Heitor (2015) acentua o facto de nas sociedades da aprendizagem as pessoas e instituições adquirirem experiência no tempo, ora, isto implica que qualquer visão sobre um sistema científico deverá ser compreendido num contexto social e histórico em que cada momento influencia e contribui para explicar as decisões e acontecimentos ocorridos anteriormente.

Heitor, Horta e Mendonça (2014) identificam seis principais períodos que caracterizam o sistema português de ciência e tecnologia conforme tabela 04.006.

Tabela: 04.006

Períodos identificativos relativos à evolução do sistema C&T português

Períodos	Características
1 - Até 1967	**Vestígios de uma fase científica**: Previa a concessão de incipientes de I&D em sistema adverso ao conhecimento científico, onde as Universidades eram bloqueadas pelo Estado Novo.
2 - 1967 / 1985	**O início do planeamento científico**: Criação do primeiro sistema de ciência e tecnologia com base na atribuição de bolsas na expectativa de uma mudança tecnológica linear.
3 – 1985 / 1995	**O despertar tardio da base científica**: A integração de Portugal na CEE (EU) e o lançamento das bases para um sistema de I&D organizado. A rigidez institucional da Universidade levou ao aparecimento de instituições de interface para transferência flexível de tecnologia e contratação de investigadores.
4 – 1995 / 2005	**O esforço de aproximação à média europeia**: Criação do Ministério da Ciência e Tecnologia inicia o sistema nacional de C&T. Implementação de exercícios de avaliação internacional e independente assim como das unidades de I&D. Formação de RH altamente qualificados.
5 – 2006 / 2010	**O reforço da massa crítica e a superação do atraso científico**: Investimento em C&T com a qualificação de RH em I&D. Capital humano promotor do investimento do sector privado em ciência. Reforço da internacionalização e das parcerias entre academia e empresas.
6 – 2011 / 2015	**A crise internacional e a divergência com a Europa**: Redução do investimento público e privado em C&T e I&D. Alterações das regras e procedimentos de avaliação.

Fontes: Elaboração própria. Dados Heitor, Horta e Mendonça (2014)

É relevante o decrescer do investimento em 2011 conforme demonstra a tabela 04.006, tal como refere Heitor (2015, pp.24-25)

> As alterações políticas em Portugal levam um corte significativo do apoio público a essa base. De forma também abrupta, o investimento privado acompanha esse desincentivo e é significativamente reduzido (…) todos, Universidades e cientistas, criticaram as novas políticas fundadas na ignorância e no preconceito, assentes na fúria de destruir o que estava bem feito e tinha garantido o sucesso da ciência e a superação do atraso científico português.

A crise da Universidade pública apresenta-se como sendo global, assenta por isso no fenómeno da descapitalização. Abordado o tema por Santos (2008) a perda de prioridade da Universidade nas políticas de financiamento público do Estado foi antes de mais o resultado da perda geral de prioridade das políticas sociais em geral que reflecte um modelo de gestão pública e económica neoliberal, ou até o desenvolvimento económico de globalização neoliberal que internacionalmente se impôs a partir dos anos 1980.

É neste fenómeno de globalização que Portugal terá que ter em conta como formação identitária, nunca se irá sentir tanto como actualmente ter vindo a reduzir o espaço disponível para estratégias nacionais grandemente diferenciadas. Paralelamente, vivemos momentos de evolução tecnológica na comunicação e informação. São efectivamente estes avanços que levarão a crer numa aceleração do conhecimento e na natural descentralização dos sistemas de aprendizagem e auto aprendizagem, no sentido em que as fronteiras geográficas têm cada vez menos peso nestes formatos de comunicação.

Estas novas ferramentas poderão destruir as barreiras espaciais do passado com reflexos nos sistemas políticos, sociais e económicos, atribuindo talvez uma nova ordem aos sistemas de globalização e relação entre as várias culturas humanas locais e regionais (Caraça, 2008).

Barracho (2001) por sua vez entende que o fácil acesso á informação espacial das sociedades vem dar algum sentido ao conhecimento desta organização, possível distribuição e gestão de recursos, sejam eles quaisquer numa lógica científica e de rigor. Estes avanços nas tecnologias ligadas aos estudos espaciais das sociedades, têm permitido uma análise mais aprofundada acerca da gestão dos espaços e das necessidades inerentes, donde que, neste horizonte de um mundo demasiado vasto e extenso, em que o "longe era visto como longe", se foi convertendo num mundo de proximidades. É importante encarar a geografia humana impondo-se um "saber pensar o espaço", permitindo aos homens poderem organizar e determinar uma coerente distribuição dos recursos numa consciência espacial que não se confine ao estreito espaço da vida do quotidiano. Estas questões da geografia na actualidade estão cada vez mais presentes no debate público, mesmo quando não são á primeira vista reconhecidas como tal, pois da urbanização á abrangência mundial, do ambiente á cidadania, estes pontos são efectivamente contemporâneas e inevitavelmente ligadas ao domínio da informação existente na geografia e consequentemente a uma rigorosa distribuição das infra-estruturas culturais.

Actualmente, as sociedades modernas terão que assumir uma informação transversal e intersectorial. A constituição e desenvolvimento de redes de informação no contexto actual de relação social exigem do estado uma atenção e uma procura de soluções que permitam alargar tanto quanto possível esta variável que conduzirá obviamente a uma evolução e descentralização cultural.

O tempo moderno pauta-se pela velocidade do ritmo da sua própria transformação paralelamente a um desenvolvimento e aperfeiçoamento das tecnologias de informação e de comunicação. Melo (2002) pensa que hoje, em plena era de globalização, uma sociedade moderna e desenvolvida caracteriza-se pela sua capacidade de integrar e dinamizar circuitos de informação envolvendo a sua massa humana.

É nesta procura que todas as sociedades modernas se centram, tentando encontrar da forma mais eficaz possível uma rede de informação cada vez mais perfeita (Touraine, 2005).

A internet e as tecnologias digitais fizeram emergir um novo paradigma social, como sociedade do conhecimento ou sociedade em rede estruturada no poder de informação (Castells, 2003), vivemos num mundo onde o fluxo de informações está em permanente mudança e com uma intensidade avassaladora, determinando-se como um curso flexível e fluido, sempre em expansão e mudança. Um universo de abrangência espacial, onde não existem barreiras de tempo e de espaço e a comunicação se faz numa fracção de segundos. Hargreaves (2003) entende que o processo de aprendizagem desmultiplica-se em que o espaço físico da escola no novo paradigma deixa de ser local exclusivo para a construção do conhecimento e a preparação do cidadão para a vida activa.

Qualquer indivíduo, independentemente do seu estatuto pessoal ou social pode aceder a todo e qualquer tipo de informação, no entanto a realidade não será sempre a mesma, por um lado porque nem todos têm acesso, por outro porque o fácil acesso não implica rigor na informação e muito menos aprendizagem. No caso e para que tal seja possível é importante que o indivíduo elabore a desconstrução do seu conhecimento no intuito de o reconstruir sob o ponto de vista cognitivo, pois o que caracteriza esta revolução tecnológica a que assistimos e na qual o indivíduo está plenamente envolvido não se pauta como sendo o centro do conhecimento e da informação, mas sua aplicação no processamento entre a inovação e os seus usos. As novas tenologias da informação não são apenas ferramentas para se aplicar, mas acima de tudo processos para se desenvolver (Castells, 2003).

Ausubel (1982) julga que efectivamente se está vivendo uma revolução tecnológica que se tem desenvolvido ao longo do tempo e não se vislumbra no tempo e no espaço o seu fim. O grande desafio à sabermos como esta quantidade de informação poderá contribuir para a democratização do conhecimento, no intuito de atingir aprendizagens significativas de forma a ser interiorizada e compreendida pelo sujeito.

4.4.2 A INTERACÇÃO DO INDIVÍDUO COM A UNIVERSIDADE NUM PROCESSO DE APRENDIZAGEM E DE DISTANCIAMENTO FÍSICO

As tecnologias assumem um papel de destaque e influência em todos os segmentos sociais, dando uma nova visão na estrutura. Vivemos portanto numa sociedade em rede e que por consequência admite uma nova economia, na qual a tecnologia de informação é considerada uma ferramenta fundamental na sua manipulação e construção do conhecimento pelos indivíduos (Coutinho e Lisboa, 2011). Como refere Castells (1999, p.21) «a geração, processamento e transmissão de informação torna-se principal fonte de produtividade e poder».

O poder que referimos estrutura-se essencialmente na capacidade económica e apresenta três características básicas, sendo elas a polifuncionalidade, flexibilidade e redes descentralizadas (Lojkin, 2002). Para Takahashi (2000) a sociedade da informação não trata de modas, representa mudanças substanciais na sociedade e na sua organização económica, tal como um paradigma técnico-económico. Esta fase social poderá ser considerada um fenómeno global, porque em certa medida afecta todas as actividades públicas e económicas com base em informação disponível. Trata-se por isso de uma forma fácil e agilizada de fluxo de informação que se pode mover para qualquer sentido, desde a grande urbe até à pequena localidade. Também se estrutura dentro de uma amplitude de informação e integração que permite reduzir as distâncias geográficas e acima de tudo, promover um substancial aumento dos níveis de informação ao indivíduo.

Este paradigma assume características que visam entender a base material desta nova sociedade que se desenha ou [re] desenha e que Castells (2002) atribui como características principais que expomos na tabela 04.005.

Tabela: 04.007

Principais características da sociedade da comunicação e informação segundo Castells

Informação é a sua matéria-prima: Relação simbiótica e complementar entre tecnologia e informação. Diferenças entre as alterações sociais anteriores em que as variáveis eram independentes
Capacidade de penetração dos efeitos das novas tenologias: Influência que os meios tecnológicos exercem na vida social, económica e política da sociedade
Lógica de redes: Facilidade de interacção entre pessoas, podendo ser implementada em todos os tipos de processos e organizações
Flexibilidade: Poder de reconfigurar, alterar e reorganizar as informações
Convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado: O contínuo processo de convergência entre os diferentes campos tecnológicos numa lógica comum de produção da informação

Fontes: Elaboração própria. Dados, Castells (2002)

A actual sociedade sujeita-se a profundas mudanças nos formatos de comunicação entre instituições e pessoas, tendo em conta que se devendo ao potencial das novas ferramentas as pessoas têm possibilidade de comunicar através da Internet, incluindo o facto que a partilha poder ser feita por um sem número de utilizadores em tempo real. Estamos portanto perante uma realidade que não vem aí, já cá está e se vai desenvolvendo quase que como um vírus social que faz despoletar um novo dicionário escrito e verbal associado à educação on-line, redes sociais, redes electrónicas, sociedade em rede, ciberespaço, e-moderação, web social ou comunidade virtual, enfim uma quantidade de suportes que se têm vindo a desenvolver ao longo do tempo e com uma velocidade estonteante (Lisbôa e Coutinho, 2011).

Tomamos como exemplo as comunidades virtuais que Mussoi, Flores e Behar, (2007) definem como sendo uma forma de estabelecer relações com outros, criando pequenos grupos, comunidades e seguidamente atingir o ponto de civilização. Em termos de conceito a comunidade faz parte integrante do processo evolutivo da sociedade. Este fenómeno traduz-se como uma aglomeração cultural formada pelo contacto de um grupo de indivíduos no ciberespaço, os quais

partilham valores, interesses, metas e posturas de apoio mútuo através de interacção e troca de conhecimentos e experiências. No caso concreto que tratamos estas comunidades virtuais se aplicariam ao contacto sistemático entre a Universidade e a as comunidades mais afastadas e desfavorecidas do apoio intelectual e científico no sentido de anular o vazio geográfico e partilhar conhecimentos dentro de um universo *on-line*, transformando o fenómeno de comunicação em interactividade autodefinida organizada em torno de um interesse comum, numa atitude pedagógica de partilha de conhecimentos (Schlemmer, 2005). Lévy (1999) nesta temática entende a criação das comunidades virtuais como um dos três princípios que orientaram o aparecimento do ciberespaço, sendo que os restantes são a interconexão e a inteligência colectiva.

A comunidade virtual assenta num sem número de afinidades, interesses e conhecimentos sobre projectos mútuos num processo de cooperação ou de troca, independentemente das proximidades geográficas, favorecendo a reciprocidade. Palácio (1996) enumera alguns elementos que podem identificar e caracterizar uma comunidade virtual como sejam o sentimento de pertença, o tempo de permanência, a formação de laços sociais, o carácter corporativo, a territorialidade, formas próprias de comunicação e a necessidade de um propósito comum. Dentro deste conjunto de expectativas que as comunidades virtuais nos oferecem e para o tema que tratamos neste trabalho de investigação, daremos maior atenção à noção de territorialidade, que como citam as autoras Lisbôa e Coutinho (2011, p.5-6).

> (…) caracteriza uma comunidade tradicional, relacionada unicamente à proximidade física, e que, quando se trata das comunidades virtuais, tem seu leque ampliado, estendendo-se ao ciberespaço, com o objectivo de agregar pessoas que partilham de interesses comuns e não mais exclusivamente através da proximidade física, o que, de certa forma, permite que as discussões alcancem um número maior de pessoas dispersas geograficamente nesta imensa aldeia global.

Desta forma, e segundo Castells (2002), os utilizadores destas redes podem fornecer apoio efectivo, tornando o processo de comunicação mais alargado e podendo contribuir para a sociabilidade do ciberespaço, no caso que tratamos, um estreitamento de relações entre a Universidade e a região ou comunidade. Portanto, a internet contribui na aproximação entre as pessoas e estabeleceu laços sociais através da virtualidade da comunicação e como refere Bireme (2006)

convém ter em conta que nem toda a comunidade virtual pode ser considerada uma comunidade de aprendizagem, poderemos por isso considerar que poderá considerar-se também uma reunião de pessoas num determinado local.

É importante concordar com o exposto, estamos a viver uma revolução tecnológica, no entanto a grande dúvida consiste em como vamos gerir esta evolução e quantidade de informações que não se diluem, mas muitas vezes ultrapassam os limites da nossa compreensão no tempo e no espaço. Em que medida estaremos perante uma ferramenta que, através do seu poder, poderá contribuir para a democratização do conhecimento, visando aprendizagens significativas onde é preciso entender um processo de modificação em vez de uma postura vista de fora e observável, e reconhecer a importância que os processos mentais e de experiência de vida têm nesse desenvolvimento intelectual, basearem-se por isso numa reflexão específica sobre a aprendizagem.

No processo de relação na comunicação à distância, interessa ter em conta uma aprendizagem significativa na qual são necessárias duas condições. Em primeiro lugar, o receptor precisa ter uma disposição para aprender; em segundo, o conteúdo técnico/científico apreendido tem que ser potencialmente considerável, ou seja, ele tem que ser lógico e psicologicamente significativo, sendo que, o significado lógico depende somente da natureza do conteúdo que numa primeira análise consideramos a produção direccionada no espaço geográfico local e regional (Ausubel, 1982).

A essência do conhecimento assenta na informação, no entanto a sua obtenção está directamente ligada ao universo intelectual, é entendida como a capacidade que o receptor tem perante esse saber e a forma como desenvolve essa competência, relacionando os seus múltiplos aspectos em função de um tempo e espaço cruzando-o com outros conhecimentos e utilizá-los na sua vida prática e quotidiana (Pelizzari et al., 2002).

O conhecimento propagado através da internet permitiu a sua propagação para além das portas da Universidade assim como dos espaços, sejam físicos ou geográficos, permitindo vínculos sociais sem necessariamente estarem ligados fisicamente; estamos perante o novo espaço, ou seja, o ciberespaço.

Para Levy (1998) confrontamo-nos com um novo meio de comunicação onde todos podem ser produtores de conhecimentos.

Um outro tipo de sociedade e do mundo estruturam-se, definindo-se na base das tecnologias num nível elevado tendo em conta a sua diversidade, complexidade e

velocidade de disseminação. Tal como refere Souza et al. (2010, p.17) «O homem não mais ocupa o centro da história, esgotado o Antropocentrismo – pelo menos é isso o que nos garantem os arautos dos novos tempos – cedendo lugar à tecnologia multiforme e omnipresente numa nova sociedade tecnocêntrica.»

Souza et al. (2010) no contexto indicam que a quantidade múltipla dos meios de comunicação acaba por vulgarizar os relatos históricos deparando-nos com uma situação totalmente ficcionada da realidade, marcada pelo distanciamento crítico e isento de reflexão, colocando-nos frente a um presente que se transforma continuamente em futuro.

Os impactos sociais e económicos deste avanço tecnológico que se transformou no conceito de sociedade da informação, mas que ao mesmo tempo alterou alguns formatos na vida das pessoas sob o ponto de vista da vivência social contemporânea (Lima, Pinto e Laia, 2002), leva-nos a acreditar que quando Lévy (1993) mostra algum cepticismo quanto a estes impactos provocados pelas tecnologias, baseia-se no facto de não serem tão visíveis como numa primeira análise poderemos pensar pela razão de não apresentarem vida própria nem sequer autonomia social, assumindo que o ser humano continuará a ser o protagonista deste teatro que é a informação electrónica. Lima, Pinto e Laia, (2002, p.90) a este respeito citam,

> Hoje, assistimos o delineamento de um novo perfil profissional que deve passar por um processo de contínua actualização, onde as novas tecnologias informacionais se tornam imprescindíveis. A flexibilidade torna-se condição de sobrevivência, mas a exigência de uma constante mudança do conhecimento do profissional gera uma sobrecarga excessiva para o trabalhador, cujas estruturas psíquica, cognitiva e física não se alteram no mesmo ritmo das novas tecnologias informacionais.

Souza et al. (2010) referem que a apropriação de novas linguagens tecnológicas no processo evolutivo em várias áreas sociais, nomeadamente, educação, trabalho, gestão, etc., vem desestruturar os modelos que durante muito tempo foram adoptados, incluso aquele que estava directa ou indirectamente ligado ao processo de aprendizagem, ensino e formação, donde que é importante rever as repercussões de tudo isso sobre o modo de aprender e como as instituições universitárias estão a lidar com o novo quadro social.

O ensino à distância, virtual, aprendizagem electrónica, e-learning, entre outras, caracterizam-se pelas tecnologias e aparecem como paradigmas definidores dos sistemas de comunicação assim como dos métodos de uma nova educação que, em certa medida, é ditada pelas leis do mercado global onde se busca justificar um novo mercado educativo, também ele globalizado e que no parece algo inevitável tendo em conta o contexto social e político actual. O que torna quase indiscutível a relação das tecnologias com os meios de comunicação na actualidade sem os quais não seria possível realizar-se a educação à distância, isto é, para além dos limites do espaço físico da escola. Não obstante, o fenómeno não se caracteriza por mais uma etapa histórica da evolução mas como referem as autoras Souza et al. (2010, p.12)

> Nas origens da moderna EaD, a condição tecnológica sempre esteve associada a dois objectivos fundamentais: a superação de limitações geográficas, espaciais e temporais, e a democratização da educação, como bem público, viabilizando a inclusão de parcelas socialmente marginalizadas do sistema de ensino convencional.

Martins (2008) entende que o uso das tecnologias de informação no ensino superior levou a cabo práticas educacionais ao nível do paradigma da educação à distância. A utilização das ferramentas disponíveis no mercado incentivou um modelo pedagógico que se começa a banalizar principalmente pela sua capacidade interactiva, o que tem vindo a modificar o modo de organização das sociedades no século XXI que vivencia mudanças consideráveis na infra-estrutura de diversos sectores sociais, com maior predominância na economia e cultura. No entanto Castells (2003) alerta para que o sistema educacional à distância terá que ter em conta as suas metodologias, tanto práticas como educacionais, isto porque o desequilíbrio educacional existente nas sociedades instruídas pode ter como consequência a exclusão digital que poderá reflectir-se num conjunto de pessoas, principalmente as que residem no interior, tenderiam por isso a ser excluídas do acesso ao uso de tecnologias de informação e comunicação.

4.5 RECURSOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA UNIVERSIDADE DESCENTRALIZADA EM INFRA-ESTRUTURAS SUSTENTÁVEIS

O fenómeno da globalização tal como o desenvolvimento dos recursos ao nível das tecnologias alteram o cenário educacional e muito concretamente das Universidades, o que coloca algumas questões de relevo como sendo a comunicação infra e intercultural. Embora a ciência e investigação beneficie dos avanços tecnológicos, é importante ter em conta questões relacionadas com infra-estruturas que permitam a eficiência e democratização do ensino universitário (Reis, 2005). Ferrater (1997) aborda o tema da Universidade virtual que se distingue do ensino presencial pelo facto de permitir a interacção dos seu membros, não obstante ser necessário repensar as práticas pedagógicas, pois coloca desafios, muitos dos quais terão a ver directamente com os currículos.

A Universidade enfrenta actualmente uma nova forma de transmitir o saber, dotada da necessidade de se flexibilizar e centrada no estudo de problemas. Como refere Campos (2010, p.50) «Esta nova doutrina pedagógica tem já consequências visíveis ao nível da realidade física dos campos universitários e dos seus edifícios, através da distribuição de meios de comunicação, de informação e das suas tecnologias nos espaços da Universidade».

A centralidade do espaço físico da Universidade deveria ser alinhada com a centralidade pedagógica através do surgimento de projectos de edifícios reabilitados e restaurados no sentido de renovar e actualizá-los funcionalmente optimizando os espaços para funções ligadas à formação ou à educação universitária (Wohlers, 1995). Campos (2010) levanta a questão quanto à revolução profunda e abrangente nas metodologias do ensino e aprendizagem universitário vem questionar a questão dos espaços necessários e adaptados tal como a forma de os usar. Sobre este assunto Passos (2008, pp.136-137) cita,

> Todos os objectos edificados deverão servir e funcionar no sentido de suprir as necessidades do utilizador tendo em conta o seu contexto e a sua finalidade.
>
> Na actual conjuntura, suponho que o importante tende cada vez menos a ser as dimensões (sob o ponto de vista de área geográfica de implantação, seja na planimetria como na altimetria) mas as potencialidades de comunicar através das

novos formatos e novos saberes, interpretando uma evolução que incide no essencial na relação da investigação com a produção e o mundo envolvente. Estamos perante um equívoco quanto a esta função e nas proporcionalidades das dimensões relativamente á geografia que Portugal ocupa na Europa e no Mundo.

Portanto, a ideia de que estes sobredimensionamentos irão permitir uma projecção internacional assim como uma qualidade sob o ponto de vista da investigação é algo enganador tendo em conta que estas Universidades, pelo seu carácter de centralismo e centralização do saber não têm desenvolvido, entre muitas funções, a de extravasar o sentido da investigação, ou seja, ir para além das portas de entrada, criando uma força não penetrável dentro de uma infra-estrutura em muitos casos megalómana e centralizadora.

Hilton (2002) no seu trabalho refere que a missão das Universidades sofre uma necessidade de redefinição, de tornar as infra-estruturas adaptadas conforme tabela 04.008.

Tabela: 04.008

Forças de rotura e oportunidades na redefinição da Universidade pública

Forças de rotura	Oportunidades
Um visível avançar das tecnologias de informação e comunicação	Possibilidades de explorar novos modelos de comunicação e aprendizagem
O desenvolvimento do espaço virtual e consequente acesso ao conhecimento	Aperfeiçoamento na protecção dos direitos de autor e da propriedade do conhecimento,
A variação gerada na sociedade relativamente às características e conhecimentos dos novos profissionais	

Fontes: Elaboração própria. Dados, (Hilton, 2002)

A comunidade é algo que temos vindo a referir ao longo deste trabalho de investigação porque está intimamente ligada ao processo de socialização. Interessa

portanto referir que recursos para a implementação de uma comunidade virtual e que assenta no desenvolvimento do espaço virtual e por isso ao acesso ao conhecimento. São organizações que ocorrem pelo enquadramento institucional (Illera, 2007). Dias (2009) acerca deste assunto entende que a criação de uma comunidade virtual de aprendizagem, onde os actores envolvidos no processo não se encontram fisicamente no mesmo espaço, estrutura-se *on-line*, contrariamente ao que acontece nos métodos convencionais, presenciais através de professores e alunos em contacto no mesmo espaço físico.

O lugar que a e-formação ocupa na Universidade será um dos caminhos para que se construa uma relação optimizada e construtiva com o espaço mais distanciado. Os recursos humanos superam a sua importância relativamente às infra-estruturas pois são o único elemento de contacto directo com o formando e nesse sentido o espaço físico passa para um plano quase que secundário (Ardizzone, 2003).

Hashimshony e Haina (2006) afirmam existirem factores que efectivamente podem definir a Universidade do futuro tendo em conta a necessidade de reestruturar o seu papel quanto às necessidades sociais da contemporaneidade.

Novos padrões de ensino e aprendizagem têm sido afectados pelo processo de aprendizagem nos últimos anos e como temos vindo a referir se deve ao avanço das tecnologias de comunicação e informação que se reflecte num rápido acesso ao conhecimento. Estas melhorias tecnológicas criaram opções na construção de uma representação virtual da Universidade e do seu potencial científico. Consideramos portanto o ensino à distância e a aprendizagem electrónica como a hipótese de aprender sem relacionar o tempo e o lugar. Kumar (1997) a este respeito tem uma opinião mais humanista afirmando o lado informal da Universidade, tal como o espírito universitário são importantes na vida do aluno e do professor, onde os espaços físicos são um fundamental complemento, no entanto uma combinação entre os espaços físicos e virtuais pode oferecer a solução, trazendo para dentro da Universidade a própria comunidade e atribuindo a esta maior responsabilidade social tornando os limites do campus penetráveis e atractivos para o público em geral. Desta forma e em termos de arquitectura, tendo em conta possíveis efeitos de mudanças institucionais na estrutura física da Universidade, estas, segundo Hashimshony e Haina (2006) devem ser pensadas em função das alterações visíveis que vivem no universo da tecnologia, tal como as actividades de sua função e que poderão ser distribuídas por cinco variáveis

importantes na sua definição, ou seja, dimensão, configuração espacial, imites e acessibilidades e localização, conforme detalhado na tabela 04.009.

Tabela: 04.009

Análise do impacto para possíveis características espaciais da Universidade futura

Variáveis	Especificação
Dimensão	O total de área construída, exclusiva de espaços entre edifícios com três bases de mudança que poderão afectar a dimensão da Universidade no futuro, 1 – Redução ou eliminação de espaço sem necessidade de grandes salas de aula atendendo à comunicação e biblioteca virtual 2 – Deslocação de espaços edificados para fins de instalações de uso doméstico, como, dormitórios, espaços desportivos, etc. 3 - As relações estreitadas com o mundo exterior podem afectar a dimensão da Universidades de duas formas opostas, 3.1 - As relações com o exterior poderão obrigar à importação novas funções e desta forma um aumento das infra-estruturas edificadas 3.2 – Outras funções poderão ser exportadas e anexadas aos serviços externos e desta forma a dimensão da Universidade poder ser reduzida
Configuração espacial	O terreno destinado às instalações físicas da Universidade poderá deixar de ser pensado como uma mega estrutura. Haverá uma tendência acentuada da deslocação do aluno para estudos fora do campus universitário.
Limites e acessibilidades	Ter em conta que os limites poderão ser considerados no seu aspecto físico como conceitual. Abrir as instalações à comunidade alterando a estrutura da Universidade, afectando os limites tal como integrar a massa humana interna na vida da comunidade fazendo das instalações universitárias a ponte para o público em geral
Organização funcional	A pesquisa e o conhecimento poderão ter um papel importante na funcionalidade e sua organização devido à utilização múltipla das instalações (multifuncionalidade) reforçado com a possibilidade de poder estudar e trabalhar em diferentes lugares. Poderão ser implementadas estruturas interdisciplinares com base nas novas tecnologias de comunicação, dando lugar a edifícios multifuncionais.
Localização	A Universidade deverá ser um local de interconectividade, simbolizada pela crescente colaboração e abertura com a comunidade seja urbana, local ou regional.

Fontes: Elaboração própria. Dados, Hashimshony e Haina (2006)

Hilton, Hashimshony e Haina (2002, 2006) têm uma visão técnica quanto ao planeamento da implementação física do espaço para uma Universidade, ou extensão no século XXI e esta estrutura deve resultar da ponderação pormenorizada de várias perspectivas de planeamento estratégico para o seu desenho físico que segundo os autores resulta da ponderação de algumas perspectivas como podemos verificar na Tabela 04.010.

Tabela: 04.010

Análise do impacto para possíveis características espaciais da Universidade futura

Variáveis	Especificação
O espaço físico e o espaço virtual	Na possível Universidade do futuro as actividades irão decorrer entre dois espaços, físicos e virtuais o que obrigará a compreender sob o ponto de vista do design e da arquitectura que tipo de adaptação será fundamental.
As relações com a produção externa	Maiores e mais diversificadas no futuro, na maioria das Universidades, exigindo que ela seja capaz de planear o seu espaço físico implementando a mobilidade e possibilitando a sua deslocação ao espaço fora do seu alcance.
Abertura à comunidade	A Universidade deverá adoptar no seu plano estratégico o grau de integração com a comunidade que se assume como algo importante no processo e na definição de um modelo de desenvolvimento e organização do seu espaço.

Fontes: Elaboração própria. Dados, Hilton (2002) e Hashimshony e Haina (2006)

Butin (2000) quanto à Universidade e sob o ponto de vista das infra-estruturas numa óptica do futuro pode surgir em resultado da adopção de diferentes aspectos estratégicas de planeamento, como sendo, ensino virtual, e um estreito relacionamento com a comunidade, independentemente da sua localização. Tem isto directamente a ver com o ponto acima mencionado na Tabela 04.009, a **dimensão**, aquela que entendemos pertinente para o trabalho de investigação que desenvolvemos. A disposição e a organização espacial de uma Universidade ou extensão universitária terão que se adaptar em função das perspectivas do

planeamento estratégico traçado, no entanto é visível que no tempo actual a tendo em conta a conjuntura quanto ao desenvolvimento das tecnologias, as instalações universitárias terão que encara a situação entre duas variáveis possíveis, ou seja, a centralização do desenho físico universitário que implicará uma concentração de serviços, ou à descentralização do espaço, sendo este o propósito da ideia de responsabilização da Universidade no processo de desenvolvimento e produção local e regional.

Não será possível dizer muito acerca da Universidade do futuro que entendemos mais próximo do alguns julgaria há alguns anos a esta parte, no entanto é importante ter em consideração que terá que ter um compromisso de relacionamento com a comunidade e muito objectivamente com os espaços geográfico mais afastado da área de conforto.

Como refere Butin (2000) se tivermos em conta as opções de inter-conectividade, de abertura com a indústria e outras instituições de conhecimento e abertura à comunidade, são dados que certamente valorizam um espaço para a Universidade, no entanto esta terá que ser construída na área urbana ou integrada na zona de influência das instituições. A grande dúvida nasce quando olhamos com maior profundidade o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e de transporte. Nesta conjuntura teremos que ver a universidade do futuro minimizando a importância da proximidade física e da localização. A implementação e planeamento estratégico da Universidade na sua missão, agora e no futuro poderão ter que optar por diferentes quanto aos seus desenhos sob o ponto de vista físico do espaço e da sua localização.

4.5.1 A IMPLEMENTAÇÃO SUSTENTADA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A **extensão universitária** é uma das funções sociais da Universidade, realizada por meio de um conjunto de acções dirigidas à sociedade, as quais devem estar indissociavelmente vinculadas ao ensino e à pesquisa. A sua finalidade é a promoção, o desenvolvimento social e a garantia dos valores democráticos de igualdade de direitos e de participação, o respeito à pessoa e à sustentabilidade das intervenções no ambiente e está intimamente voltada ao compromisso social, cabendo-lhe fazer a ligação entre a pesquisa e a acção. A extensão traduz-se na Universidade inserida num contexto social (Passos, 2008).

Silva (1997) refere que extensão universitária é, na realidade, uma forma de interacção que deve existir com a comunidade na qual está inserida. É uma espécie de ponte de comunicação entre a instituição e os diversos sectores da sociedade. Funciona como uma via de dois sentidos, em que a Universidade leva conhecimentos e a assistência à comunidade, e recebe dela influência positiva como retroalimentação (necessidades, anseios, aspirações) e também aprendendo com o saber dessas mesmas comunidades. Ocorre, na realidade, uma troca de conhecimentos, em que a universidade também aprende com a própria comunidade sobre os seus valores e a cultura. Através da extensão, influencia e também é influenciada pela comunidade, ou seja, possibilita uma troca de valores entre si e o meio.

Araújo (2010) transmite que, face às alterações deste novo milénio teremos que ter uma visão diferente da forma como funciona o mundo. A rápida transformação dá-se no sentido da mundialização, da busca de raízes locais que se determina pela globalização económica e pela reestruturação dos formatos de produção, sendo assinalada por transformações modelares.

O cidadão terá que ser incluído nas transformações sociais, atribuindo-lhe novas capacidades intelectuais. A extensão universitária poderá desenvolver de forma interdisciplinar e integradora. Como integradora e como formadora do cidadão profissional poderá privilegiar a produção e combater as desigualdades sociais tal como as assimetrias territoriais. Consolida por isso uma actividade de ensino e pesquisa em função das solicitações e necessidades locais (Scheidemantel, 2004).

A relação da extensão universitária com a comunidade é de extrema importância para ambas as partes e será desta simbiose de saberes que surge a produção de conhecimento crítico. Gurgel (1986) vem afirmando que o estudo da extensão universitária, enquanto elemento de ligação entre a instituição de ensino superior e o meio social de sua implantação, não é de todo encorajador pelo simples facto de que o preconceito ainda não validar cientificamente a extensão, no entanto esta deverá ser entendida como um espaço possibilitador da ligação com o sujeito produtor, no sentido do intercâmbio de conhecimento no qual a Universidade aprenda também o saber popular, dar-lhe o sentido crítico e consequentemente daí nascer o resultado de um trabalho em conjunto.

Silva (2000) parte do pressuposto da existência de três abordagens de extensão universitária, ou seja, funcionalista, crítica e processual que entende darem uma visão abrangente da função social da instituição. Na perspectiva **funcionalista** predomina a ideia apenas de atribuição de diplomas traduzidos em cursos assim como serviços assistenciais, onde a extensão é entendida como a parte resgatadora da Universidade relativamente àqueles que estão fora do alcance da sua área de domínio. A perspectiva **crítica** vê a extensão universitária como algo que não tem domínio sobre a sua própria existência, ou seja, não tem vida própria, no entanto o que lhe dá consistência é o comprometimento entre a realidade, o ensino e a pesquisa. Importa por isso que a Universidade entenda que é essencial que estas três variáveis se encaixem e se tornem cúmplices na produção e disseminação do conhecimento. A perspectiva **processual**, embora considerando alguns conceitos da visão crítica como seja a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, a extensão assume uma função socialmente institucional e assim também um espaço próprio de organização política e estrutural da Universidade. Desta forma e relativamente à extensão Silva (2000. p.104) cita «a tarefa institucional principal a que se refere vai na direcção da alimentação do ensino e da pesquisa com os dados da realidade».

Silva (2000) entende que se acredita quando a Universidade como um todo adoptar o discurso implícito na extensão e atingir a responsabilidade da prática social intrínseca, esta deixaria de existir e seria compreendida apenas como um veículo orientador entre a Universidade e a sociedade.

Novas formas de compreender a extensão universitária consideram que esta segue na perspectiva da produção do conhecimento e que a relação da Universidade coma sociedade deve ser um trabalho social com uma utilidade definida onde o

produto se determina como variável importante no desenvolvimento e transformação social (Melo, 2003).

A este propósito, Santos (2004, pp. 53-54) cita,

> A área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a Universidade e, de facto, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da Universidade deve conferir uma nova centralidade às actividades de extensão (com implicações no curriculum e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação activa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural.

Santos (2004) entende a extensão universitária, ou terceira função, como um acto social protagonizado pela Universidade que terá que ir de encontro, no essencial, aos interesses da sociedade e das populações, envolvendo grande parte das instituições incluso o Estado. Para que a extensão cumpra efectivamente este propósito não poderá ser orientada para actividades rentáveis ou com o espírito de negócio. Santos (2001) considera como libertador o conhecimento que pensa as consequências dos seus actos baseado na reciprocidade entre os sujeitos, onde a solidariedade e a participação estão efectivamente presentes fazendo emergir as potencialidades da extensão universitária, acentuando as características agregadoras na potencialidade da sua formação.

Na extensão universitária os desafios para a ciência são muitos, multifacetados e complexos que ultrapassam a dimensão cognitiva, passando para o patamar político, social e económico principalmente quando são orientados e desenhados para a resolução de problemas que envolvem os produtores e utilizadores do conhecimento (Klark e Dickson, 2003).

Couto (2000) aborda o tema sugerindo que a comunidade científica se confronta com desafios sociais que transcendem o espaço universitário no sentido de criar motivação intelectual, apelando à cooperação e responsabilização global, incluindo no contexto a extensão. Estimular também os sistemas de inovação e das suas organizações criando oportunidades aos actores com visão de acção estratégica, será um meio fundamental de legitimação da ciência e da investigação ao serviço

da produção. Entende também que o desenvolvimento sustentável implica uma mudança no conhecimento através de uma abordagem sistémica assente num novo formato para a definição dos problemas, identificando soluções e implementando acções a fim de apoiar e incentivar valores de produção e interacção entre o investigador e o produtor. Galloppin (2001) concebe tal caminho como mudança que afecta pressupostos básicos que produzem a mesma qualidade de originar efeito sobre critérios de verdade e de avaliação, renovando o processo em algo eminentemente social, alterando o exercício da ciência num processo de aprendizagem envolvido com um conjunto de actores ligados a necessidades, objectivos e a contextos espaciais e culturais diferenciados.

A dinâmica de aprendizagem social, segundo Clark e Dickson (2003) assume uma dimensão estratégica para a ciência e suas organizações tendo em conta que produz conhecimento científico e tecnológico socialmente útil, por isso adaptado às necessidades de produção, o que leva a pensar que o desenvolvimento sustentável actualmente carece de inovação para a solução de problemas socias.

Sob o ponto de vista da investigação mais orientada para a inovação através da extensão universitária, entende Couto (2000) que se trata de uma consequência de ordem prática, pois uma das questões colocadas por Brooks (1993) é, se normalmente a ciência estará vocacionada para a resolução de problemas práticos, ou seja, problemas que se prendem com a vida mundana e do cotidiano e se este lado de intervenção prática na sociedade não penaliza a estrutura que em si é vocacionada para a investigação científica e tecnológica. No entanto, Lundvall (1992) julga relevante no processo a conceptualização dos sistemas de inovação, justificando o interesse de uma divisão de trabalho entre organizações que desenvolvem actividades de aprender para produzir (*learning-by-producing*) e as que envolvem outras actividades, aprendizagem através da pesquisa (*learning-by-searching*) e aprender explorando (*learning-by-exploring*). Esta visão e divisão nas especializações são, na opinião de Lundvall (1992), fundamentais para a vitalidade dos sistemas de inovação no sentido de assegurar a criação de diversidade e de oportunidades como forças de transformação, asseguradas pela extensão da Universidade transpondo desafios e problemas práticos que o desenvolvimento sustentável propõe que, como expõe Annan (2003), são desafios epistemológicos de relevância social com a necessidade de criação de conhecimentos nos domínios de interacção dos vários sistemas inerentes.

4.6 OPTIMIZAÇÃO DO ESPAÇO LOCAL E REGIONAL PARA UMA LÓGICA DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO E INOVADOR À ESCALA GLOBAL

Para uma visão de desenvolvimento e optimização territorial sustentável, Storper (1997) refere que durante os últimos anos presenciamos várias intensões de descentralização de competências e de políticas económicas, o que nos leva a pensar em algo como o "*local*", ou seja, o espaço geográfico que normalmente está remetido ao anonimato. O sinal desta transformação social com tendência à preocupação da localidade dá-se em países com democracias mais experientes e maduras (Noguera, 2010), onde as sociedades assumem uma função pró-activa e dinâmica relativamente a esta questão pondo em funcionamento políticas e decisões estratégicas que contrariem a inércia da preocupação social quanto ao conceito de local, donde que, e muito provavelmente esta tendência para a descentralização tenha adoptado um vocábulo anglo-saxónico "*devolution*" dando expressão às comunidades locais e regionais e a sua vontade de se desenvolver, actuando como território produtivo com base numa sociedade, da qual querem fazer parte (Tur, 2013). Também Beer et al. (2003) nos descrevem o ambiente territorial como a capacitação que permite criar soluções eficazes para contrariar os problemas de uma comunidade local e regional contribuindo para impulsionar as suas potencialidades a fim de alcançar objectivos. No entanto, esta situação é notória quando elaborada a partir de um quadro de reflexão que inclua a determinação de um modelo adequado (Storper, 1997).

A consolidação do reconhecimento da descentralização como forma democrática e adequada para uma autonomia local e regional, através de programas estratégicos concentrados no desenvolvimento endógeno, fornecem a oportunidade para que os espaços geográficos locais e regionais sejam munidos de estruturas e ferramentas para se transformarem em promotores do seu desenvolvimento (Noguera, 2009).

Em aproximação ao desenvolvimento regional e ao conceito de espaço geográfico que surge entre o final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, esta nova ideia de região aparece indissociavelmente aliada ao esgotamento da visão funcionalista do desenvolvimento e á emergência de um novo formato de gestão a que alguns chamaram de territorialista, ou desenvolvimento endógeno (Ribeiro e Santos, 2005). Maillat (1995) a este propósito entende que esta nova aproximação ao

desenvolvimento local e regional é de todo o resultado da crise do princípio funcionalista, pautando-se este pela incapacidade de explicar as estruturas produtivas nos espaços geográficos ou regiões, daí sustentarem o conceito de desenvolvimento do modelo endógeno local, sendo a sua evolução um paradigma que parte da ideia de que o sistema produtivo se transforma, utilizando o potencial de desenvolvimento existente nos espaços geográficos.

No entanto grande parte dos territórios locais ou regionais não aproveitou as oportunidades, isto por estar concentrada em resultados de curto prazo, não atendendo às necessidades dos cidadãos e numa perspectiva de futuro dando respostas a carências que evitassem o cenário actual que se remete ao subdesenvolvimento, despovoamento e desertificação.

O espaço local e regional como constructo social, ou seja, socialmente produzido através da criação de um modelo idealizado na observação, relacionando-a com uma organização de ideias teóricas irá definir as determinações do modo de produção através da acção dos agentes locais (Ferreira, 2007). A constatação de que toda a realidade envolve forma e conteúdo leva Lefevre (1994) a acreditar que o espaço social apresenta três categorias gerais, designadamente, "*forma, função e estrutura*", sendo que, a articulação entre estas variáveis após análise, permite revelar um conteúdo socio espacial dissimulado nestas particularidades.

Paralelamente ao exposto por Lefevre (1994) quanto aos três pilares de apoio ao espaço local e regional, entendemos a opinião de Carvalho, Leitão e Silva (2001) relativamente à importância da economia global que se encontra numa fase de progressão e de alguma forma tem realçado os espaços geográficos mais afastados dos centros urbanos, reabilitando-os no sentido em que, de alguma forma colocou obrigatoriamente todo o espaço em contacto através do acesso facilitado às redes de comunicação que lhe garante a visibilidade, proporcionando-lhe a possibilidade de quebrar o isolamento físico. A partir de um ponto de vista teórico Tur (2013) aponta que à escala local e regional é possível a preparação de soluções ideais aos problemas inerentes aos espaços confrontados com o isolamento e todas as dificuldades que daí advêm através dos impulsos das potencialidades, no sentido de alcançar uma situação de desenvolvimento sustentável, partindo de um reconhecimento rigoroso da realidade de cada caso sustentado por um modelo que será desenvolvido no território local e que assentará numa estratégia partilhada pelas instituições locais, Estado e Universidade.

É importante abordar a questão de um crescimento local e regional sustentável que, segundo Albuquerque (2004), assenta nos princípios do desenvolvimento através de projectos concentrados na obtenção de uma sociedade local capaz e competente para obter um diálogo sólido com a globalização, gerando segurança e qualidade de vida que permita a residência e evite o despovoamento. Confirmando o princípio, Morgan (2004) entende que a partir desta alternativa as sociedades locais e mais desfavorecidas na geografia do país, poderão assumir um projecto para o futuro, partilhado pelos agentes locais que terão que se comprometer com o seu desenvolvimento e gestão numa atitude de territorialidade.

Segundo Santos (2001) a territorialidade faz parte integrante das análises sobre espaços delimitados na geografia e dentro de um mundo globalizado dando o significado à palavra como sendo sinónimo de "*pertencer àquilo que nos pertence*", o que, por analogia e neste contexto, Santos (2001, p.19) cita «a ideia de territorialidade pressupõe também a preocupação com o destino na construção do futuro, o que, entre os seres vivos é privilégio do homem».

Da territorialidade ao desenvolvimento local sustentável é notório que em pleno século XXI com questões sociais por resolver, em que a capacidade de transformação da tecnologia (Vasquez Barquero, 2002) alvitra que seja o momento de optar por sociedades locais co-responsáveis e por governos que dêem prioridade à criação de espaços de sustentabilidade. No tempo o desenvolvimento dos espaços locais sustentáveis poderá ser uma realidade no território nacional, conseguindo um futuro mais equilibrado e próspero nos espaços da geografia portuguesa mais afastados do litoral, portanto mais esquecidos (Noguera e Morcillo, 2012).

Importa dar maior relevância ao desenvolvimento local e regional e no contexto uma entrega clara à globalização à escala nacional e internacional sob pena de corrermos o risco de marginalizar e perder de vista as pessoas, se não se revisarem as políticas de desenvolvimento local e regional com maior atenção ao interior do país que de forma análoga será uma realidade internacional. Lopes (2002) sustenta a tese de que na actualidade esta questão é indispensável e terá que ser uma realidade, pois poderá exercer um papel fundamental como elemento crítico dos efeitos de uma transformação social e principalmente económica desregulada, transformando-se também em instrumento regulador dos efeitos da própria globalização. A este propósito, Lopes (2002, p. 16) faz menção,

> Temos de nos aproximar o mais possível das pessoas, assumindo como objectivo, no quadro dos valores humanos, o Desenvolvimento Local, ou o Desenvolvimento Regional, orientando a globalização para o aproveitamento dos recursos endógenos; para ter presentes as pessoas. E é necessário fazê-lo sobretudo enquanto a maioria, conscientemente ou apenas passivamente, aceitar que a onda de globalização se propaga pacificamente, sem freio e sem rédeas.
> Será possível que os objectivos da globalização ultrapassem os meros desejos de crescimento? Será possível impor o desenvolvimento ao crescimento, deixando a este o papel de instrumento, nunca o de objectivo? Será racional abdicar do exercício da regulação?

Com base na ideia de globalização que praticamente abrange todas as áreas sociais, da economia à ciência, importa discutir em que medida o desenvolvimento local e regional endógeno inserido no cenário globalizado com base em actos de gestão e políticos possibilitem a promoção na variante económica de forma sustentável. Santos (2009) sugere que a envolvência dos actores sociais residentes é efectivamente fundamental para o desenvolvimento local e regional, justificando que representam a actuação de possíveis e futuras empresas dentro de um mesmo território, no caso que tratamos, em localidades ou regiões, estas organizações apoiadas pelas instituições do poder político local e pela Universidade ou extensão, entre outras possíveis, interagem, cooperam e traçam estratégias de desenvolvimento e crescimento económico. Barquero (2001) expõe que num contexto actual o papel do progresso endógeno, ou seja, tem origem e desenvolve-se no interior local e regional e, por isso, torna-se um meio extraordinariamente importante sob o ponto de vista da análise.

O modelo endógeno mostra-se uma solução que projecta no plano de produção o ideal de sustentabilidade e desta forma políticas que valorizem os recursos e capacidades das estruturas locais e regionais. A este propósito Ribeiro e Santos (2005, p.6) expõem.

> Os recursos são os *inputs* da actividade económica de um território. Por si próprios, poucos recursos, públicos ou privados, são produtivos. Todavia, algumas regiões podem apresentar-se bem dotadas de recursos e carecerem de competências. As competências resultam da capacidade de combinar recursos, de modo a que a realização das tarefas ou actividades se desenvolva a um nível elevado de

> eficiência. O desenvolvimento da actividade económica, em geral, requer a combinação e coordenação do conjunto de recursos existentes na região.

Assim, a produção de bens reclama a conjugação de recursos financeiros, humanos, tecnológicos e reputação que expressem uma realidade de cada local ou região em concreto (Ribeiro e Santos, 2005).

Os padrões mais recentes do desenvolvimento local e regional têm vindo a valorizar as características endógenas do território que são determinantes para o seu desenvolvimento, tendo os actores locais como actores fundamentais (Natário, Braga e Rei, 2010). Assim, as potencialidades produtivas e o património das regiões têm uma oportunidade de exploração no presente e no futuro para o desenvolvimento sustentável enquanto processo inovador a promover e a desenvolver formas de valorizar os recursos endógenos, criando por isso riqueza.

Lowe, Murdoch e Neil (1995) constatam que a força dinâmica na abordagem endógena no desenvolvimento do espaço menos favorecido, propício à pobreza, assenta no crescimento pelo aproveitamento dos recursos específicos de uma determinada região, sejam naturais, humanos, culturais, e acima de tudo iniciativas locais fomentando a capacidade e a superação da exclusão social como prioridade.

O desenvolvimento local endógeno, segundo Storper (1990), trata efectivamente o desenvolvimento não considerando porém a diversidade das respostas relativamente ao universo global, ou seja, importa ter em conta toda uma estrutura social que para além do espaço local também influencia a sua dinâmica, não sendo possível tratar do assunto de forma isolada, mas inserida em contexto. Barquero (1998) afirma que o pensamento endógeno para o desenvolvimento é a única opção possível. Esta abordagem do tem como referencia o argumento de duas alternativas colocadas pelos desafios da globalização, por um lado adoptar uma estratégia de desenvolvimento endógeno atraindo investimentos externos, pelo outro, adoptar uma estratégia de desenvolvimento local, defendendo a tese de que o desenvolvimento endógeno é uma via limitada e de possibilidades de abrangência muito reduzidas que confronte efectivamente com o processo de globalização (Ribeiro e Santos, 2005).

Barquero (1998) menciona que os recursos que compõem este potencial de desenvolvimento local podem ser de ordem económica, com uma estrutura produtiva com capacidades diversas, desde a tecnológica passando pela inovação

de forma a criação um mercado de trabalho e com mão-de-obra qualificada, com recursos naturais e infra-estruturas (Jara, 1996).

A globalização poderá ser uma das grandes responsáveis da nova visão da construção espacial onde é notória a redefinição de algumas regiões que poderão ser integradas ou desintegradas do contexto global, isto é, numa perspectiva de análise quanto às condições intrínsecas, sejam na dimensão técnica, comercial, financeira ou cultural. Segundo Diniz (2002) são estas as condições que o espaço local e regional terá que apresentar para fazerem parte do fenómeno contemporâneo da globalização que vem modificando as estruturas produtivas, as relações técnicas e sociais e os padrões organizacionais, institucionais, locais e regionais. De acordo com Harvey (2011) este processo representa o resultado condicionante das aceleradas e radicais mudanças tecnológicas, delimitadas pela rivalidade capitalista que independentemente dos homens e das estruturas continuam a impor-se na sociedade do conhecimento.

Matias (2014) aponta o conhecimento científico e tecnológico como base para o desenvolvimento dos territórios através de políticas públicas com uma intervenção efectiva dos ensino superior e a Universidade em concreto, no sentido de incentivar a pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Há novas e complexas interacções entre conhecimento e território que, segundo Boisier (2005), será onde encaixa a inovação, aprendizagem colectiva, conhecimento táctico e codificado, regiões cognitivas, etc., sendo o desenvolvimento da inovação e sua disseminação em acontecimentos que nascem das interacções e da aprendizagem estabelecidas e desenvolvidas num determinado sistema através dos seus agentes.

O potencial de desenvolvimento através da inovação no território, que segundo Oliveira (2003), necessita que verifiquemos as oportunidades e o envolvimento histórico de cada território e que se torna fundamental analisar estes momentos e obstáculos através de oito pontos-chave que apresentam coincidências entre si, a saber: a mobilização da população local e a coesão social; a cultura e a identidade do território; as actividades e os empregos; a imagem do território; as migrações e a inserção social e profissional; o meio ambiente; a gestão dos espaços e dos recursos naturais; a evolução de tecnologias; a competitividade; e o acesso aos mercados.

Nesta questão do desenvolvimento ao nível local e regional, Oliveira (2003) enquadra a sensibilização, onde se diluem numa avançada e crescente

globalização de um sistema organizado face a redes que ultrapassam as fronteiras político-administrativas. No entanto através de uma sensibilização circunscrita e eficaz é possível criar um mercado local e regional com base em políticas tecnológicas e de desenvolvimento que, segundo Echeverri (2009), se dá através de uma estratégia centrada no reconhecimento das potencialidades internas nos espaços locais e regionais, contribuindo com os intentos da integração do território. A base desta abordagem reside na estratégia de aproveitar ao máximo os recursos disponíveis no âmbito local, além de conceder primazia às vantagens de cada espaço, ou seja, o capital natural, humano, financeiro, social e político. Esta concepção privilegia os componentes, fluxos, dinâmicas e redes locais em áreas definidas pela intenção de formular projectos integrados de desenvolvimento que permita abordar as possibilidades de integração e interacção com outros espaços a partir de suas próprias potencialidades.

Carvalho (2009) desenvolveu um modelo de capacidade inovadora local constituída por três linhas orientadoras que pretendem ter uma visão mais alargada acerca da questão, sendo a **estratégia** como a forma de analisar os elementos à competição através da criação de valor pela inovação; a **cooperação** em ligar redes de comunidades para ajudar ao nível da inovação; analisando os elementos das acções conjuntas de colaboração e interacção que conectem as organizações e a base do sistema de ciência e tecnologia (C&T); e a **concentração** acentua as características do espaço marcantes para a organização com importância geográfica sob o ponto de vista dos aspectos associados a condições estruturais da base de C&T. Carvalho (2009) parte do princípio que quanto maior for a intensidade de cada uma destas variáveis (estratégia, cooperação e concentração) maior será a capacidade inovadora local e regional.

O processo de globalização insere-nos num universo onde não existem condicionantes de comunicação, no entanto Tolosa (1972) considera que nos modelos de desenvolvimento, a dimensão espacial implica critérios de avaliação que estejam directamente ligados aos problemas vindos dos desequilíbrios sectoriais espaciais, em que se considerará pertinente ter em linha de conta não somente as dimensões geográficas de cada país, como a problemática que cada caso envolve.

O desenvolvimento local e regional imbuído num processo de escala global pode ser entendido como um fenómeno que surge com a evolução dos meios de comunicação e transportes que ao longo do tempo se tornaram mais rápidos,

eficientes e eficazes, contribuindo assim para a promoção de desenvolvimento endógeno produtivo local e regional com base num projecto em constante evolução que envolva todos os agentes económicos locais, criando um sistema integrado de produção que espelhe a identidade ou características de uma localidade ou região (Santos, 2009). Embora a globalização sugira uma padronização espacial, suas implicações em níveis locais e regionais deverão, segundo Pontes (2007), ser entendidas à imagem das especialidades sociais, económicas, políticas e culturais de cada parcela da superfície terrestre, pois no estádio da globalização um dos conceitos que sofreu maior impacto foi efectivamente a região, seja ao nível da escala, ou pela sua operacionalização. Santos (1985), quanto a esta questão do espaço local e regional e sua integração num mundo global, sugere que se torna necessário considerarmos as suas influências externas, no sentido da valorização do território dentro da concepção globalizante que permita assumi-la como um todo. Neste contexto o espaço local e regional é definido como a articulação concreta das relações de produção num determinado num dado local.

O novo modelo de desenvolvimento caracteriza-se por um regresso à esfera local, pois é a partir daí que segundo Calheiros (2003) devem ser definidas e aplicadas as políticas de desenvolvimento. Langevin (1990) refere que o local pode girar em torno de um projecto global construído ao nível micro regional valorizando os recursos locais transformando a cultura num foco mobilizador entre aqueles que partilham um determinado património comum, ou seja, um desenvolvimento económico a partir da base.

A este propósito Calheiros (2003) menciona,

> Enquadrar os diversos aspectos primordiais que caracterizam o desenvolvimento local: mobilização e coordenação dos recursos endógenos, solidariedade entre espaços contíguos, defesa de um desenvolvimento integrado (tendo em atenção os aspectos económicos, sociais e culturais) e inclusão do território no espaço global.

Tofler (1983), antecipando uma sociedade no futuro, aborda a problemática de forma objectiva quando refere que, jamais na história a distância representou tão pouco, tal como os laços das pessoas com os lugares foram tão numerosos frágeis e transitórios, reforçando a ideia que no essencial as características culturais e económicas são as mais pertinentes na sociedade actual.

O desenvolvimento tecnológico verificado nas últimas décadas tal como a mundialização dos mercados criaram um novo formato de homem e de sociedade em geral, tendo em conta que a actual realidade económica e cultural entram-se num estado transitório, onde a preocupação incide no reforço das vantagens territoriais, tendo como pano de fundo a competitividade. Por isso poder-se-á investigar acerca da relação entre o local e o global (Toffler, 1983).

Na relação destas duas variáveis que se remetem ao universo global e o local impõe-se uma relação de afastamento e aproximação, sendo que o global é determinado pela sua força na abrangência, dita portanto as regras a que se terão que submeter os espaços locais e regionais que sob o ponto de vista da geografia modelam o território nacional. Neste contexto Senn (1990) é de opinião que os agentes locais e regionais têm por função criar as condições necessárias para a captação de investimentos que permitam desenvolver actividades económicas que potenciem os espaços locais e regionais e motivem, em certa medida, a sua influência no espectro global e desta forma criar um sistema de relacionamento dialéctico entre as dinâmicas das partes (locais e regionais). Senn (1990, p.2) reforça a ideia quando refere que «se poderá reconhecer no sistema global de referência o horizonte de crescimento de uma economia local; e na multiplicidade de economias locais o motor de funcionamento e de organização do sistema económico local». As transformações locais e regionais à luz da globalização formulam um pensamento de análise com base na teoria do espaço geográfico. Silveira (2010) considera que tal esquema deveria ter em linha de conta alguns aspectos importantes no processo, nomeadamente, heranças socio-espaciais, nova divisão do território e seus impactos nas regiões, novos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação, o papel do Estado e a repartição do poder, o crescimento regional, a vulnerabilidade e a pobreza, serão sem dúvida a questão central que leva ao pensamento do assunto, não como um problema, mas no essencial como uma realidade contemporânea.

Silveira (2006) refere que, no período da globalização dão-se severas alterações de funções no território e que significam, simultaneamente, transformações regionais das estruturas de configuração dos espaços locais e regionais num todo, donde que, é importante entender a forma mais ou menos cuidada como se instalam essas transformações da actualidade. Estamos, segundo Silveira (2006) perante outro tipo de problemas que indicam a necessidade de abandonar as abordagens mais preocupadas com os limites geográficos e pensar mais seriamente naquelas

orientadas para os processos. Desta forma, entende-se que a região exerce um papel de controlo sobre a sociedade como um todo que, como cita Silveira (2006, p.75)

> Como um conceito dinâmico e não como uma categoria que cristaliza os conteúdos do passado. A região deveria ser entendida como uma categoria esposada com a história do presente, pois, caso contrário nos afastamos do entendimento do nosso tempo e de alcançar a eficácia política

A região, ou o espaço geográfico local que, como temos vindo a referir abre o caminho para globalização e que nesta relação poderá existir uma dialéctica de parceria e aproveitamento das virtudes de ambos os conceitos, desenvolve-se por isso a articulação territorial onde a produção e o desenvolvimento endógenos partem do próprio território pela mobilização dos recursos materiais e humanos aí existentes. Segundo Calheiros (2003) este exemplo territorialista, desenvolvimento geo-centrado ou endógeno que é contrariado cujo fundamento teórico são as incapacidades locais e regionais nas suas políticas de gestão tendo em conta a desagregação espacial, ou seja, a divisão do território em litoral e interior, obrigaram a uma perda de funcionalidade e autonomia. Com base neste pretexto, Calheiros (2003, p.20) cita,

> O que se pretende com este paradigma é um tipo de desenvolvimento que não seja determinado e/ou dirigido por "*inputs*" externos, ou seja, reclama-se o direito às diferenças derivadas das circunstâncias da história, da cultura, das instituições e da dotação de recursos das comunidades locais/regionais.

Nos últimos quarenta anos dinâmicas sociais e políticas em Portugal, provocadas pelo crescimento global foram incapazes de estruturar um desenvolvimento local e regional auto-sustentado no espaço geográfico do interior (Calheiros, 2003).
Henriques (1990) pensa por isso que o princípio territorialista circunscreve como objectivo prioritário a satisfação das necessidades básicas de toda a população de uma porção territorial através de um uso integral dos seus próprios recursos e que para a obtenção desse fim, este paradigma defende o envolvimento dos agentes produtivos desse território com base numa escala de valores que expressamos na tabela 04.011.

Tabela: 04.011

Escala de valores modeladores do espaço local e regional para o desenvolvimento

Satisfação das necessidades básicas dos elementos da sociedade, sob o ponto de vista quantitativo e qualitativo
Desenvolvimento determinado pela população do território fundamentado na mobilização dos recursos humanos, materiais e institucionais
Desenvolvimento igualitário e cumulativo assente no desenvolvimento do espaço geográfico local e regional tendo em conta as potencialidades, recursos e habilidades da população
Desenvolvimento fundamentado e motivado para um elevado grau de autodeterminação do território
Privilegiar o desenvolvimento das pessoas através de mecanismos sociais, com maior incidência na responsabilização do papel da Universidade pública

Fontes: Elaboração própria. Dados, Henriques (1990)

A visão desta perspectiva territorialista ou endógena que se baseia na mobilização dos agentes modeladores referidos por Henriques (1990) e que visam a adopção de medidas para a produção e criação de emprego, assenta em alguns vectores alicerçais para intervenção que, entre outros poderemos referir, o reforço de competência decisórias endógenas, a promoção da identidade cultural, a mobilização de recursos locais e regionais, a diversificação sectorial e funcional, a promoção das soluções tecnológicas, ou a difusão da inovação regional endógena.

Face ao paradigma territorialista para concretização destas estratégias de política local e regional que segundo Henriques (1990) passam pelo funcionamento destes espaços como agentes de polos mais agrupados criando condições para a valorização dos recursos endógenos, evitando a saída do valor acrescentado e que para tal é necessário criara sinergias de desenvolvimento à volta do entusiasmo e participação dos agentes locais no processo, contribuindo assim para travar o despovoamento e a desertificação.

Calheiros (2003) faz notar que tendo em linha de conta a crescente mobilização das sociedades locais e regionais através dos recursos estratégicos, (humanos, materiais, institucionais, etc.) ao Estado é exigido a garantia de condições externas

que permitam alancar efeitos de mobilização e animação local através de actos legislativos e institucionais adequadas. Cabe ao poder local uma tarefa de fomento e mediador de projectos integrados que envolvam agentes locais e externos, entre os quais a extensão da Universidade pública no seu papel de investigadora e de orientadora que promova estratégias baseadas em projectos abrangentes concretos, organizados em torno de finalidades precisas no sentido de mobilizar a produção local e regional.

O desenvolvimento destas comunidades mais desfavorecidas, e tal como temos vindo a referir ao longo deste trabalho de investigação se remetem ao interior do território nacional, requere uma grande capacidade para desafiar o modelo económico em curso e em simultâneo acreditar que este é um caminho possível para o seu desenvolvimento económico e social (Carvalho, 2000).

Calheiros (2003) diz-nos que o desenvolvimento endógeno é possível nas regiões do interior quando recusa a imitação de modelos externos que normalmente são desadequados às realidades e necessidades locais e regionais, assumindo ela um modelo mais consentâneo com os seus objectivos porque o conceito base do desenvolvimento endógeno consiste na mobilização de todos os recursos locais e regionais preparados para serem agentes inovadores.



CAPÍTULO 5

DESENHO DO ESTUDO EMPÍRICO

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

5.1 RESUMO DO CAPÍTULO

A discussão temática que apresentamos neste capítulo confina-se a um conjunto de variáveis que permitem compreender o papel da Universidade pública como elemento de ligação ao mundo produtivo mais afastado da sua área de influência, o que obriga a uma reflexão algo mais aprofundada que não somente uma reestruturação administrativa.

Desta forma, pretendemos uma abordagem justificativa à organização e procedimentos que levaram a cabo todo o processo de investigação com base numa metodologia descritivo-explicativa que se organizou em dois eixos (eixo I e eixo II) de recolha de informação e dados.

Assim, tentamos dar uma visão, tão exaustiva quanto possível dos passos que consideramos importantes no processo de desenvolvimento do trabalho de organização e utilização de registos de referência.

O capítulo, sobre desenho empírico, apresenta as etapas da investigação acerca dos procedimentos metodológicos para a recolha e tratamento de dados, no sentido de dar corpo à finalidade da tese de doutoramento que consiste em analisar a visão da Universidade como elemento importante para a reconstrução do futuro.

Descrevemos os procedimentos empíricos usados visando a identificação de elementos fundamentais para o estudo sob o ponto de vista da opinião de grupos com perfil previamente seleccionado e que se caracterizam como indivíduos, homens e mulheres com experiência universitária e que por conveniência e estratégia são advindos de bases de dados residentes em empresas e instituições públicas que se caracterizam pela sua abrangência geográfica no território nacional. Também procedemos à recolha de dados estatísticos através de entidades acreditadas, INE, PORDATA, GPEARI, DGEEC, etc.

Os resultados alcançados, indicados e discutidos na sua apresentação no capítulo 5.5, permitem constatar que as Universidades portuguesas não respondem aos problemas sociais inerentes à problemática diversificada e visível no interior do país e muito concretamente na sua optimização sob o ponto de vista humano, da produção, do combate ao despovoamento e à desertificação, como se verifica através dos dados discutidos, não somente reflexo das opiniões dos intervenientes

activos respondentes aos nossos questionários mas também através dos dados residentes em plataformas oficiais e acreditadas que explanamos ao logo da apresentação e discussão dos resultados.

Pretendemos desta forma tirar conclusões determinantes para identificar o problema previamente definido assim como discutir formatos transversais a soluções possíveis. Além da procura da demonstração da clareza dos factos e dos dados recolhidos, optamos pela orientação de metodologia nas especificações de Freixo (2012).

5.2 INTRODUÇÃO

Deveremos entender uma investigação como um processo no qual se trata de obter conhecimento na área de estudo que é o tema. Para que esse conhecimento seja uma realidade estamos perante a necessidade de formular um desenho que se adeqúe a essa mesma investigação e que colida no essencial com os objectivos traçados ou a natureza do tema investigado (Pérez, 2008).

Buendia (1997) refere que os investigadores deverão abordar o problema formulado em paralelo com os objectivos e resolvê-lo através de métodos eficazes.

Apresentamos as opções metodológicas seguidas na realização do estudo empírico, enquadrando os objectivos e questões do estudo, o desenho da investigação, o processo de identificação e selecção dos inquiridos assim como a descrição detalhada dos procedimentos metodológicos adoptados no estudo, tanto ao nível qualitativo como ao nível quantitativo tal como a apresentação e discussão dos resultados.

5.3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Uma análise do trabalho desenvolvido nos últimos quarenta anos do ensino universitário e superior no tocante á sua descentralização e contributo para o desenvolvimento da sustentabilidade produtiva em Portugal e comparando esse trabalho com a objectividade nos resultados, no que toca ao seu funcionamento e na sua relação e contributo com a micro geografia produtiva, será uma provável orientação para a solução de alguns problemas locais e regionais que provocam a apatia no desenvolvimento desses espaços mais afastados dos grandes centros urbanos.

A universidade deveria ter um papel importante no processo de integração e optimização desse espaço normalmente esquecido ou entendido como menos importante no processo de desenvolvimento do país, quando poderá no mínimo ser um espaço auto sustentável no seu potencial natural.

O estreitamento do saber na sua excelência investigadora e numa relação íntima com a região afastada, assim como das suas populações, poderá ser uma solução para a optimização da produção local e regional assim como uma potencial contrariedade á desertificação e despovoamento.

Com base no [RE] desenho e numa optimização dos recursos tecnológicos de comunicação actuais, propõe-se ser um factor decisivo para colmatar essa lacuna social que se arrasta desde a existência. Poderemos no entanto associar a esta questão um número substancial de variáveis que por si de encadeiam e se induzem no agravamento do problema. Não somente a questão se prende com infra-estruturas, estas serão um assunto posterior que emergem da necessidade de uma organização estrutural e obviamente a disponibilidade da Universidade quanto á sua própria descentralização desinteressada e obviamente empreendedora.

Numa ponderação apurada acerca desta problemática, poderemos formular as questões pertinentes às quais pretendemos dar algumas respostas. Nestas reflexões e tomando como referencia os ensinamentos da revisão da literatura levada a cabo nos anteriores capítulos, onde nos empenhamos para conhecer em detalhe os fenómenos do abismo contemporâneo entre o litoral e o interior que no

tempo se arrasta desde sempre, com maior agravamento nos últimos quarenta anos, leva-nos a levantar as seguintes questões:

a) Será a Universidade parte responsável pelo fenómeno do subdesenvolvimento e abandono do interior dos pais?
c) Que medidas tomam as Universidades e muito concretamente as públicas para contrariar tal fenómeno?
d) Em que ponto a Universidade e muito concretamente a pública poderão influenciar o desenvolvimento produtivo do interior?
e) É importante que a Universidade influencie a produção do micro-espaço geográfico através da sua influência investigadora?
f) Será possível, através das Universidades e o ensino superior em geral, contrariar o processo de despovoamento e desertificação do interior do país?

Assim, entendemos que a actual Universidade portuguesa não responde às necessidades que o país enfrenta sob o ponto de vista da produção descentralizada dos centros urbanos. Donde que, teremos que propor novos formatos da sua intervenção no terreno, sustentados em espaços e micro espaços geográficos suportados na descentralização do segmento crítico de investigação e excelência da Universidade portuguesa e do ensino superior em geral, reflectindo a optimização de recursos locais e regionais produtivos num processo normal de apropriação, contrariando por isso a desertificação e o despovoamento e logicamente, fomentando a produção.

5.4 METODOLOGIA

Este estudo, em termos metodológicos transmite uma ideia de percurso com uma finalidade a atingir em que os processos vão sendo aprofundados e enriquecidos (Cohen et al. 2007). Segundo Graue e Walsh (1998), o objectivo da investigação é, conhecer cada vez mais o mundo de modo a transformá-lo num lugar melhor.

Descrever as características que tratamos do fenómeno e suas relações, são objectivos prioritários da nossa investigação, no entanto, consta uma preocupação fundamental quanto a esta questão que assenta nos factores determinantes que contribuem para a ocorrência desse mesmo fenómeno, aprofundando tanto quanto possível o conhecimento desta realidade. Pensamos que qualquer metodologia se depara com variáveis e precedentes que podem no entanto alterar os formatos estratificados em princípios que por vezes colidem com as "normas" estipuladas e necessitam de uma abordagem algo mais abrangente. Maxuell (1996), não acredita haver um único desenho para a metodologia da investigação. Uma boa metodologia para um estudo, tal como um bom desenho para um barco, deve ajudá-lo a atingir o destino de modo seguro e eficiente.

Com base neste princípio de pensamento trataremos uma metodologia de abordagem que visa essencialmente compreender a situação de comunidade ou comunidades inseridas em contexto geográfico do interior do país caracterizada como um fenómeno passível de estudo e investigação, procurando justificar as assimetrias e propondo mudanças assentes num [re] desenho desses mesmos espaços sob o ponto de vista da estrutura e do pensamento, confrontando com a busca de razões que justifiquem, ou de certa forma expliquem este fenómeno. Assim, esta investigação orienta-se nos resultados obtidos através da descoberta da estrutura do assunto e a sua dinâmica, identificando aspectos relevantes da realidade para análise, assim como descrevendo-o através da interpretação das variáveis expostas para explicação deste comportamento.

O desenvolvimento da pesquisa através de variáveis de estudo quantitativas e qualitativas visa essencialmente atingir objectivos concretos para proposta de soluções teóricas e de exemplo, a fim de desvendar os problemas teórico-metodológicos que norteiam o trabalho e que por razões óbvias e devidamente

explicitadas anteriormente nos remetem à dificuldade de apreensão do objecto de estudo e desta forma tentar, tanto quanto possível propor soluções para o problema, compreendendo-o e detalhando-o efectivamente, descrevendo as características correspondentes ao fenómeno, identificar os factores que o determinam e contribuem, serão a base orientadora desta pesquisa.

A metodologia proposta assenta no essencial em análise de dados estruturados, aplicando uma metodologia **descritiva**, porque ocorre reflectindo a necessidade de uma análise e interpretação dos fenómenos assim como a sua dinâmica, identificando aspectos relevantes, tentando tanto quanto possível aprofundar o conhecimento de uma realidade com o estudo em curso, estabelecendo relações entre as variáveis, procedendo à colecta de dados através de referências estatísticas residentes em plataformas acreditadas cientificamente que se dividem em suportes variados distribuindo-se entre textos escritos, livros, revistas, suportados em documentos de papel, suportes digitais e sítios (*sites*) observados através da internet.

Também através de questionários *on-line* construídos com a finalidade de recolher opinião para estudo, reunido através de um conjunto de indivíduos ou grupos cuja selecção e procura incidiu na experiência académica universitária junto de entidades oficiais procurando assim obter informação válida quanto ao objectivo da investigação que tem como finalidade levantar opiniões de um conjunto previamente seleccionado de indivíduos.

Teve como referência importante de orientação na investigação descobrir a existência de associação entre variáveis, com incidência na relação da abrangência do espectro científico da Universidade e ensino superior e a sua importância no desenvolvimento do interior do país ao nível da produção na micro geografia, tal como a sua importância no processo de desertificação e despovoamento. A nossa pesquisa, em certa medida ultrapassa a componente descritiva, não somente se limitando à determinação da relação entre variáveis pretendendo por vezes determinar a natureza dessa mesma relação aproximando-a da explicativa, proporcionando uma nova visão do problema anteriormente apresentado, colidindo esta pesquisa com a procura de indicadores que se identifiquem com a actuação prática, assumindo a forma de levantamento que nos remete para uma metodologia **explicativa**, porque também o seu objectivo será descrever, tratando de procurar uma explicação das variáveis em causa, identificando os factores que contribuem para a ocorrência dos fenómenos, tentando aprofundar tanto quanto possível o

conhecimento da realidade na razão e no porquê das coisas. Pretende ser a continuação da pesquisa descritiva tendo em conta que necessita de uma descrição tão detalhada quanto possível no intuito de determinar e aprofundar o problema ou fenómeno. Neste contexto, a experiência explicativa apoiou-se em outros métodos, aproximando os seus resultados o mais possível da realidade e dos objectivos do trabalho.

Desta forma e tendo em conta prioritária os objectivos da nossa investigação, poderemos encarar esta metodologia como **descritivo-explicativa.**

5.4.1 JUSTIFICAÇÃO DA METODOLOGIA

Este item da investigação levou-nos a optar por uma estratégia de pesquisa baseada em dois eixos de recolha de informação que nos permite um planeamento mais suportado nos assuntos e nos conteúdos para a elaboração do trabalho, evitando o "espaço" para o desvio a áreas temáticas que consideramos de menor interesse para a nossa investigação.

Entendemos o sentido figurado de "eixo" como a ideia principal do nosso trabalho de recolha de dados, ou seja, e no caso em concreto, o objectivo de cada um dos suportes para obter informação válida e acreditada para a nossa investigação.

Através de cada eixo temático definiremos os parâmetros a serem seguidos na estruturação da pesquisa. Desta forma:

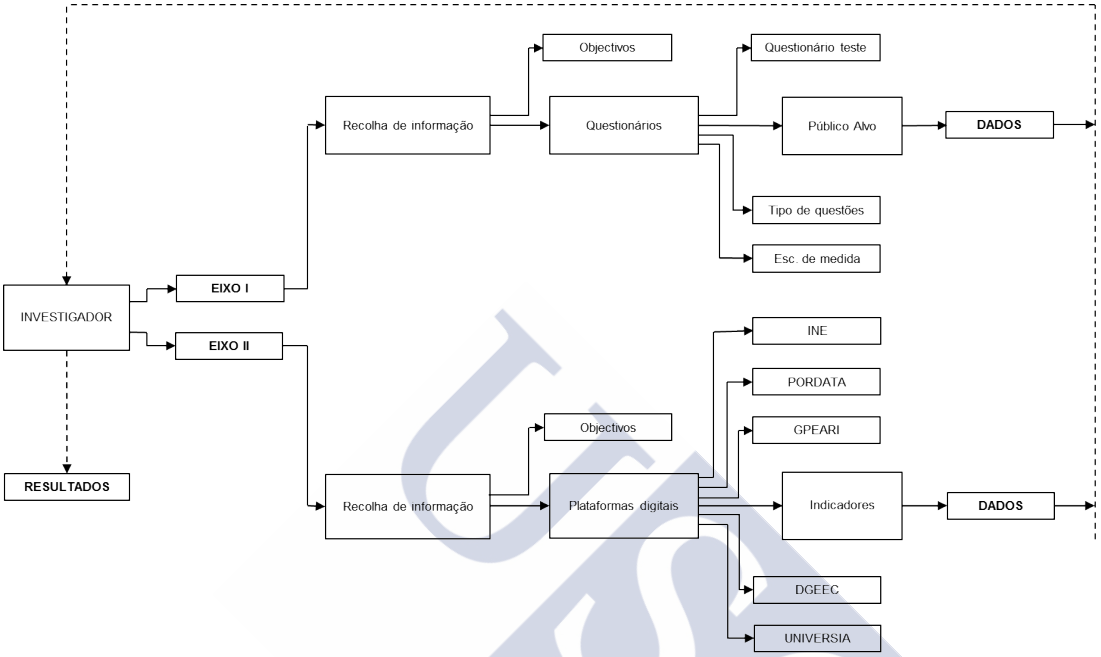
a) **Eixo I**, orientado através dos questionários pois compreendemo-los como um melhor formato de recolha de informação e opinião que pensámos como básica para os nossos propósitos e objectivos formulados.
b) **Eixo II**, orientado através de plataformas digitais acreditadas que funcionam como informação complementar de importância vital para os propósitos da pesquisa com base em dados que consideramos cientificamente de rigor.

As técnicas e a gestão que empregamos relativamente aos dados provenientes dos factos observados no decurso da colheita foram analisadas segundo uma lógica e uma ligação com o objecto de estudo e do problema proposto, descrevendo os fenómenos e analisando a relação entre as variáveis.

Criamos então uma estrutura de organização de pesquisa e recolha dos dados assente em dois eixos como já referimos anteriormente, tal como nos mostra o fluxograma da Figura, 05.001.

Figura: 05.001

Fluxograma orientador para recolha de dados por eixos de investigação



Fontes: Elaboração própria

Importa referir que o nosso pensamento organizativo exposto no fluxograma da Figura 05.001 se estrutura segundo dois eixos, e por razões que se prendem com a necessidade de um desenho de investigação que, embora algo diferenciado permitiu-nos atingir os objectivos, retirando de ambos as elações e conclusões necessárias na colheita de dados através de duas técnicas que em nosso entender se complementaram e deram de alguma forma consistência às conclusões finais da investigação.

No **eixo I** optamos pelos questionários dirigidos a um público cujo perfil se enquadra em características essencialmente académicas, como sendo, indivíduos, homens ou mulheres com experiência universitária, independentemente de já terem terminado a sua formação académica ou não.

Tendo em conta a finalidade, utilizaram-se instrumentos de medida e desenho de investigação de finalidade quantitativa, a sua análise se apoia no uso do estudo de

dados que pretendem abranger um grupo mais reduzido de indivíduos (mostra) tendo como referência um grupo mais abrangente (população) (Gomez et al., 1996).

A **recolha de informação** através desta ferramenta (**questionário**) que incluímos no eixo I tem como **objectivo** principal obter dados que permitam ligar a parte teórica da investigação à parte empírica que no caso se traduz na forma de melhor compreender o fenómeno tendo em conta o tipo de investigação (Hill e Hill, 2005). Com base nestes objectivos para a recolha de informação, entendemos que foi através dos questionários levados a cabo que obtivemos dados que de algum modo permitiram testar adequadamente as hipóteses da investigação, pelo facto de a maioria das variáveis a medir partirem das questões neles contidos.

Assim, testamos adequadamente as hipóteses operacionais, especificadas a partir da hipótese geral criando uma ligação entre a parte teórica e a parte empírica da investigação, relação que naturalmente estava esboçada antes da utilização do questionário.

Tentamos tanto quanto possível alinhar a utilização dos questionários com os objectivos da investigação, no sentido de recolher as opiniões dos inquiridos dando corpo e consistência ao problema que suporta o nosso trabalho.

Existe efectivamente uma relação directa e importante esta entre os questionários e as hipóteses formuladas, cujo resultado foi em certa medida veículo para o cumprimento dos objectivos da investigação, pelo menos numa parte substancial.

Neste processo de recolha de informação levamos a cabo a elaboração de um **questionário teste** enviado a indivíduos cujo conhecimento técnico-científico é certificado e que teve como objectivo detectar a informação relevante e os tipos de respostas que poderiam ser dadas, de modo que a construção dos questionários estruturados incluísse o maior número de informação importante para a investigação, obtendo daí resultados ajustados.

Na elaboração das questões tomamos como importante para a finalidade do trabalho que propomos a aplicação de **questões de opinião** dicotómicas e fechadas**.** A opinião dos indivíduos era fundamental para a análise do trabalho não obstante a subjectividade atribuída a este formato de abordagem. No entanto, os respondentes e dentro da escolha dicotómica poderão optar por uma das alternativas porque se referem a questões de facto, tal como a situações bem claras e onde sabemos que existem opiniões consolidadas por parte dos respondentes e do qual quisemos tirar o máximo partido sob o ponto de vista do

números de adesão ao questionário e a celeridade na resposta (Mattar, 1994). Quanto às questões fechadas de escolha múltipla procuramos que os respondentes optassem por uma de cinco respostas possíveis através de listas pré-estabelecidas para que indiquem aquela que melhor se adapta à sua opinião.

Quanto ao estabelecimento de uma **escala de medida** dos nossos questionários que se balizam entre as questões dicotómicas (de facto) e escolha múltipla fechadas, apresentamos a escala de Likert como forma de medida em que o inquirido se dispõe a estar, ou não, de acordo com uma afirmação ou optou por uma de cinco variáveis como forma de opinião.

Desta forma, entendemos ser o questionário a ferramenta de recolha de informação primária, que, como refere Buendía (1997) não necessitam de pessoas especialmente preparadas para a recolha de informação, podendo-se evitar as entregas personalizadas, enviando-se por correio, ou por correio electrónico que no nosso caso foi distribuído aos respondentes através de um formulário associado a um banco de dados relacional para armazenamento das informações fornecidas pelos inquiridos. Posteriormente esses dados foram exportados para uma aplicação informática *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) apoiada pelo Excel (Sistema de cálculo para sistema operacional Microsoft Windows)* no sentido de possibilitar a leitura dos dados, execução de gráficos, com base nas informações sistematizadas. Permitiu-nos assim maior rapidez na entrega e na recepção dos resultados e assim, poder abranger um grande número de inquiridos, mantendo mais facilmente a sua confidencialidade e anonimato.

Nesta situação o indivíduo poderá responder com maior rigor e sinceridade, admitindo uma informação mais equilibrada consentindo que muitos inquiridos respondam um mesmo conjunto de questões. Permite por isso, respostas mais exactas face às perguntas formuladas. A mesma autora Buendía (1997) refere também que existem possíveis inconvenientes neste formato de recolha de dados e que se prendem directamente com a forma como nos dirigimos aos inquiridos, no caso que tratamos, por correio electrónico através de questionários *on-line.* E tendo em conta que os questionários não são entregues de forma personalizada, muitos poderão não ser respondidos. A eficácia na resposta aos questionários depende da forma como eles são redigidos, adequadamente e perceptivelmente. Poderão também, os inquiridos, não responder de forma sincera, pelo facto de não terem qualquer fiscalização.

O conteúdo das respostas pode estar directamente ligado ao estado de disposição do inquirido, podendo este não responder em função do momento e não em função da sua opinião sobre o problema. Não obstante, julgamos ser este o método de abordagem à opinião o mais ajustado ao nosso estudo, tendo em conta o problema que tratamos e que certamente emerge ao longo de todo o trabalho de investigação.

No **eixo II**, tal como no eixo I, a **recolha de informação** foi um dado importante para o trabalho de investigação que estruturamos com vista aos **objectivos** e foi desenvolvido através da pesquisa em **plataformas digitais** *on-line* acreditadas para o efeito, sendo que, e não obstante as pesquisas científicas serem actualmente desenvolvidas pelo uso de estratégias de colecta de dados tradicionais e já consolidadas, que normalmente se norteiam por questionários, entrevistas, observação, o experimento, o grupo focal, entre outras, com pequenas variações, têm sido estas as técnicas básicas de colecta de dados mais frequentes, não obstante e no tempo, serem ainda extremamente ricas e importantes no processo de pesquisa e investigação (Backer, 1997), entendemos como pertinente o enquadramento destes dois procedimentos de recolha de dados no sentido de enriquecer tanto quanto possível o nosso trabalho de investigação.

Quanto às **plataformas digitais** convém referir que é recomendável uma avaliação e critério de selecção rigorosos quanto à obtenção de documentos que se pretende sejam científicos e de rigor. A evolução e acesso às informações através da internet possibilitou-nos a oportunidade de encontrar informações e dados situados em diferentes lugares, num espectro abrangente em países e culturas, no entanto e como já referimos é de todo importante que as fontes sejam credíveis e sustentadas sob o ponto de vista científico e da veracidade dos factos.

Desta forma e tendo em conta estes cuidados, a nossa pesquisa passou por várias entidades, a exemplo temos as bibliotecas universitárias que como sabemos formulam políticas de selecção e aquisição de bibliografia, sejam livros, periódicos e outras fontes de informação mais ou menos interessante para o nosso trabalho, passam por processos de selecção que normalmente é levada a cabo pelos bibliotecários. Quando se utilizam fontes de consulta como índices ou bases de dados de determinadas instituições, como sejam, instituições estatísticas certificadas, onde a responsabilização da colecta e análise dos dados resultantes

geralmente têm um critério de selecção com o factor de relevância e qualidade implícitos.

Aquando da pesquisa através destas plataformas e que serviu para complementar e enriquecer o trabalho desenvolvido na presente tese de doutorado, tomaram-se uma série de precauções que entendemos serem importantes para a justificação e complemento da metodologia aplicada no trabalho (Blattmann e Tristão, 1999).

É por isso importante reconhecer o autor e a sua autoridade, o seu registo bibliográfico; que assunto aborda, sua profundidade e abrangência; se o conteúdo é factual ou de opinião; se facilmente pode ser verificado a quem se destina; se informa, exemplifica ou simplesmente julga; qual a instituição provedora da informação, se académica, governamental, militar etc.; actualidade do documento, isto é, medir a sua relevância quando se trata de informação de caracter estatístico e se é possível saber a que período de abrangência é actualizado. Entre outros, e em nossa opinião estes foram os cuidados mais relevantes para uma informação segura aquando da recolha de informação para o trabalho que levamos a cabo.

Na obtenção de **indicadores** relevantes para o complemento do nosso trabalho, procuramos através de plataformas digitais elementos que nos permitissem uma tarefa de rigor, nomeadamente **INE – Instituto Nacional de Estatística**, é uma Instituição Pública que tem como missão produzir e divulgar informação estatística oficial de qualidade, promovendo a coordenação, o desenvolvimento e a divulgação da actividade estatística nacional (INE, 2015); **PORDATA** – **Base de Dados de Portugal Contemporâneo**, é uma instituição que dá corpo à recolha, organização, sistematização e divulgação da informação sobre múltiplas áreas da sociedade para Portugal, Municípios e países europeus através de estatísticas divulgadas e provenientes de fontes oficiais certificadas (PORDATA, 2015); **GPEARI – Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais**, garantem o apoio à formulação de políticas estratégicas e Operacionais com base em instrumentos de planeamento e resultados dos sistemas e organizações (GPEARI, 2015); **DGEEC – Direcção Geral de Estatística da Educação e Ciência**, Serviço central da administração directa do Estado, tem por missão garantir a produção e análise estatística da educação e ciência; **UNIVERSIA – Rede de cooperação universitária**, rede de relação universitária Ibero-americana.

Tal como se refere no nosso fluxograma da Figura 05.001, tornou-se sobremaneira importante a ligação desta metodologia aplicada através de dois eixos de execução sob o ponto de vista do enriquecimento e da quantidade de elementos que serviram para uma melhor visão dos resultados.

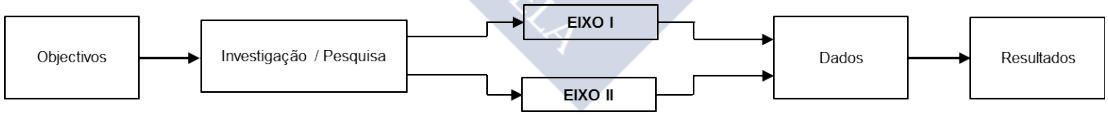
Por um lado entendemos que resultados directos ou de primeiro nível (eixo I), como os questionários, são elementos de consulta e análise fundamentais para o objectivo do estudo, assim como as elações e conclusões tiradas através da sua leitura, reflexo da confrontação de opiniões dos inquiridos.

Por outro, que consideramos de complementar ou segundo nível (eixo II) e tendo em conta a sua proveniência oficial e certificada colheram-se dados residentes nas suas plataformas oficiais e acreditadas informações e dados que apoiaram também elas a análise e conclusões no trabalho em curso.

Relacionamos estes dois formatos de recolha de dados e em síntese coube-nos criar "pontes" de relacionamento e de interacção sustentada que em certa medida se complementa e dá frutos importantes para a compreensão do fenómeno que sintetiza de certa forma a figura 05.001 e se transforma em algo mais simples, conforme poderemos verificar através da figura 05.002.

Figura: 05.002

Fluxograma orientador para recolha de dados por eixos de investigação



Fontes: Elaboração própria

Após a recolha e tratamento de dados segundo o nosso processo orientador de dois eixos de execução, pensamos ter atingido os propósitos aos quais nos propusemos que foram os resultados com base em **objectivos** bem determinados e definidos para uma **investigação e pesquisa** assentes em **dois eixos**

determinantes para o processo de recolha de **dados** no sentido de atingir os **resultados** que permitiram conclusões e uma apresentação e discussão de forma a admitir propostas e ideias sustentadas.

No nosso trabalho de pesquisa sob o ponto de vista metodológico entendemos como importante interagir e agregar valor aos processos de geração, transferência e uso de dados em qualquer ambiente. Investigar e avaliar recursos e produtos de conhecimento, trabalhar com fontes científicas de qualquer natureza desde que acreditadas, processar a informação registada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de colecta, processamento, armazenamento, difusão e seu uso.

É importante referir que durante a aplicação prática da informação e recolha de dados através das tecnologias e das metodologias científicas fundamentadas em métodos e técnicas de conveniência para o trabalho, demonstraram de facto uma mudança irreversível, geraram necessidades das quais não podemos prescindir, no entanto e ao longo desta pesquisa através de uma metodologia mista entendemos como fundamental agregar as duas fontes de informação, sem as quais não seria possível consolidar os resultados que são o propósito desta tese de doutoramento.

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

5.4.2 PÚBLICO-ALVO E AMOSTRA

O público-alvo em estudo e que no **eixo I** é tratado através de questionários é constituído por um conjunto de sujeitos sobre os quais assenta a nossa investigação, retirados de uma população específica através de uma **amostragem intencional** representativa na tentativa de fazer uma sondagem de opinião. Neste sentido levamos a cabo um trabalho que consistiu em interrogar um subconjunto da totalidade ou universo da população alvo do nosso trabalho, no pressuposto de que a análise final possa dar uma ideia de opinião dessa totalidade da população ou universo, ou seja, podermos assumir uma opinião generalizada através da sondagem à amostra.

Transversalmente a esta técnica foi nosso propósito inquirir um subconjunto, considerando as suas opiniões representativas de todo o universo, tal como referimos anteriormente, através de uma técnica de amostragem. Consideramos por isso que a este subconjunto que tratamos se designa como amostra (Freixo, 2012).

A população ou universo estudada está constituída por indivíduos, (homens e mulheres) que de certa forma tenham experiência universitária já concluída ou em curso e que em substancial maioria seja proveniente do interior do país.

Dentro deste universo seleccionamos uma amostra de aproximadamente 447 indivíduos, sem considerarmos como importante para a nossa investigação o género. Dada a complexidade da amostragem tal como a forma de conseguirmos aceder a esta população alvo, criamos uma estratégia de divulgação através de elementos representativos de instituições que reunissem as determinadas condições:

a) Instituições que disponibilizassem nos seus quadros indivíduos (homens ou mulheres) com experiência universitária
b) Que parte ou o todo representativo dessas instituições fossem abrangentes no território nacional
c) Que as ditas instituições utilizassem meios de comunicação internos assentes em TIC, Internet, Intranet, redes sociais, entre outras

d) Que em cada uma dessas instituições fosse nomeado um interlocutor com acesso às bases de dados internas

Após estes requisitos serem cumpridos e seleccionadas as instituições, nomeadamente, Portugal Telecom (empresa de serviço público nacional), Direcção de rede social (instituição de serviço do Estado a nível nacional), Universidade da Beira Interior, UBI (ensino universitário do Estado), Escola Superior Gallaecia, ESG (Ensino universitário privado) e Escola Superior de Educação, ESE (Ensino superior do Estado). Após um primeiro briefing com os interlocutores nomeados, procedeu-se a reuniões preparatórias e de selecção de indivíduos que preenchessem as respectivas condições anteriormente citadas.

Seguidamente e de forma faseada os interlocutores enviaram para cada uma das amostras de inquiridos previamente seleccionados os questionários, não obstante serem acompanhados de uma nota da parte dos interlocutores no sentido de sensibilizar os potenciais respondentes à adesão do projecto.

Após a delimitação da população alvo e no intuito de generalizar os resultados do estudo de investigação, importou demarcar a população acessível especificando os critérios de selecção que foram definidos com cuidado em função das características dos sujeitos.

Esta selecção da amostra trata de uma população indefinida que foi seleccionada em função da sua acessibilidade que no caso se caracteriza por **conveniência** apoiada em interlocutores que, em conjunto com o investigador determinou estratégias para aceder a ela utilizando uma técnica de amostra por **bola de neve**, ou seja utilizamos um método para população específica, no caso indivíduos, homens ou mulheres com experiência universitária, e que em certa medida oferece uma maior dificuldade de contacto (Spreen, 1992).

Esta técnica foi aplicada tendo em conta a utilização de interlocutores a através destes a acesso a uma população específica que em conjunto se torna relativamente difícil e dispendioso a sua aglomeração.

O método estrutura-se segundo uma ligação entre os membros que no caso são indivíduos com experiência universitária, donde que, a estratégia assenta na técnica do contacto com um interlocutor, ou seja, indivíduos pertencentes ao grupo, no caso à população alvo do estudo (Faugier e Sargeant, 1997), assim,

a) Delimitar da população-alvo

b) Determinar a quantidade de população acessível
c) Definir os critérios de selecção em função das características dos sujeitos
d) Definir o plano de amostragem
e) Determinar o tamanho da amostra
f) Recrutar os sujeitos segundo o plano estabelecido juntamente com os interlocutores e junto das instituições

Na amostra foram incluídas o maior número de sujeitos possível que correspondessem ao perfil anteriormente traçado considerando o objectivo do estudo, a homogeneidade do fenómeno as técnicas para apresentação de resultados utilizadas ao nível da importância e a força do efeito esperado.
Os nossos questionários foram distribuídos por correio electrónico através dos interlocutores (como anteriormente referido) incentivando o seu preenchimento e distribuíram-se em duas fases (Questionário A; Questionário B) para número possível de inquiridos por entidade através dos seus interlocutores que consideramos a dimensão da população tendo em conta que foi por nós determinado o perfil de interesse para o estudo separados pelas entidades previamente contactadas e devidamente acordadas. De seguida e em tempo útil obtivemos as respostas relativas aos respectivos questionários, conforme Tabela: 05.001.

Tabela: 05.001

Resultados de respostas a questionários por população e entidades

Entidades	População por entidade (N)	Amostra por entidade (n)			
		Questionário A		Questionário B	
PT	180	112	62,2%	74	41,1%
SS	105	87	82,9%	62	59,0%
ESE	92	68	73,9%	45	48,9%
UBI/ESG	70	61	87,1%	40	57,1%
Total	**447**	**328**	**73,4%**	**221**	**49,4%**

Fontes: Elaboração própria / Huot (2002)

Como podemos verificar na tabela 05.001 inspirada nos princípios de Huot (2002) que sugere um formato que nos permite ter uma ideia da dimensão da amostra, onde a letra "N" corresponde à dimensão da população e a "n" representa a amostra, revela-nos que o número de inquiridos por cada uma das entidades disponibilizado para dar resposta aos questionários enviados via correio electrónico esteve algo abaixo da sua totalidade, com maior adesão no questionário A, pese embora seja mais longo e necessite de uma maior concentração da parte dos inquiridos. Pensamos que por se tratar de ser o primeiro enviado pesou no empenho dos respondentes.

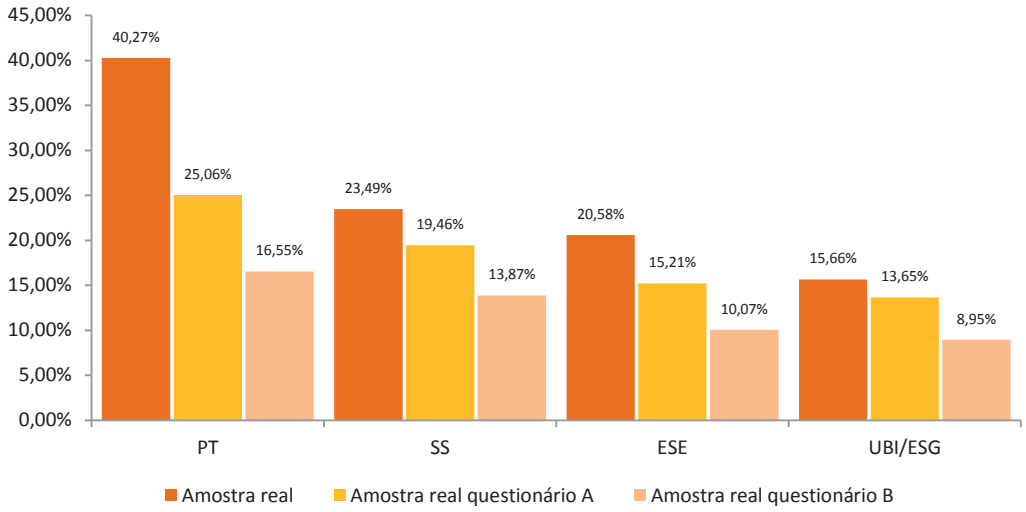
No questionário A e relativamente ao total da amostra por entidade, verificamos que a "PT" (empresa nacional de telecomunicações) aderiu em maior quantidade de respondentes, não obstante e dentro do perfil por nós estruturado se disponibilizasse maior número de inquiridos (N=180) absorvendo 62,2% relativamente ao questionário "A" e 41,1% ao questionário "B" (n=112 e n=74).

Não obstante as entidades SS, ESE e UBI/ESG, embora com uma menor disponibilidade de população enquadrada no perfil, 105, 92 e 70 inquiridos respectivamente, apresentam uma adesão mais acentuada comparativamente aos totais da sua população, nomeadamente, 82,9%, 73,9% e 87,1% no questionário A e 59,0%, 48,9% e 57,1% relativamente ao questionário B. Quanto aos totais de respondentes aos questionários "A" e "B", 73,4% e 40,4%, verifica-se uma acentuada diferença de adesão.

O resultado de N=180 referente a "PT" destaca-se dos demais devido ao facto de a entidade em causa ser abrangente na geografia nacional tal como no seu patamar de recursos humanos ter elevado número de quadros médios e superiores (Engenheiros, Arquitectos, Economistas, Juristas, etc.). As entidades "SS" e "ESE" oferecem valores de ordem algo inferiores (N=105 e N=92) devendo-se tal, em nossa opinião ao menor número de variedade de inquiridos que se enquadram no perfil traçado, não obstante também estas serem abrangentes na geografia. Quanto à entidade "UBI/ESG", a mais reduzida adesão e tratando-se de instituições privadas é compreensível o menor número de inquiridos tendo em conta o menor número de professores e alunos inscritos na organização, no entanto alertamos para o número destacado de respondentes de amostra (n) de 87,1% e 57,1% respectivamente.

Figura: 05.003

Gráfico comparativo por entidade (amostra real questionários A e B) com a população real eleita por entidade

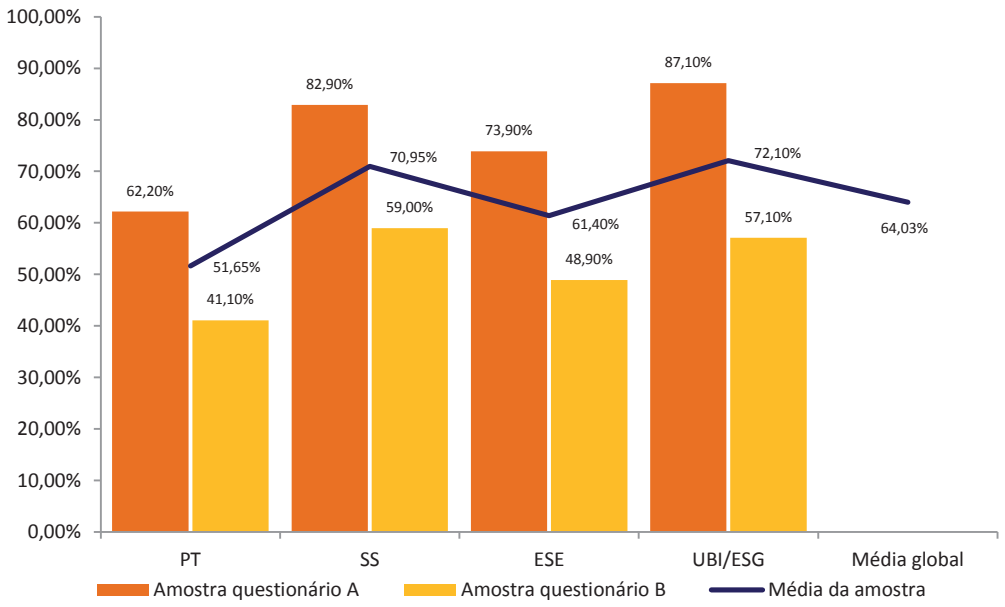


Fontes: Elaboração própria

No gráfico da Figura 05.003 pode-se observar que, não obstante a população eleita na entidade "PT" (40,27%) seja substancialmente superior aos restantes na proporcionalidade, é notória uma menor adesão à resposta dos questionários, comparativamente às outras entidades. Cabe no entanto referir que, a entidade "UBI/ESG" é aquela que embora apresentasse um menor número de indivíduos como população eleita (15,66%), teve uma resposta aos questionários propostos de amostra "A" e "B" mais eficaz, sensibilizadora e abrangente, 13,65% e 8,95%, efectivamente.

Figura: 05.004

Gráfico comparativo percentual dos questionários A e B
Média entre os questionários e global



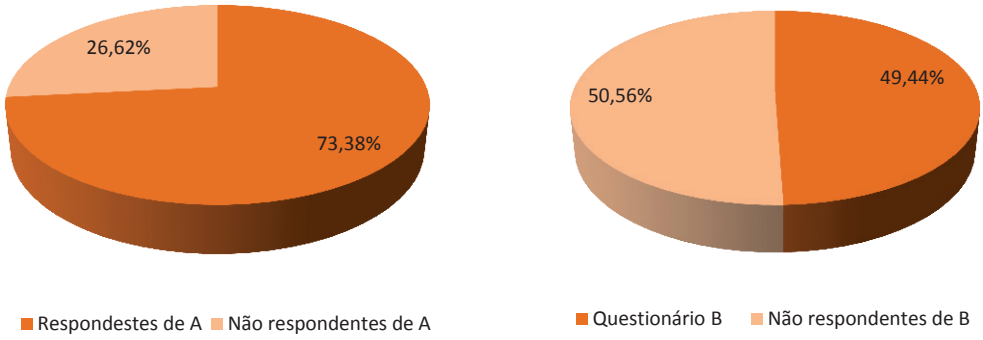
Fontes: Elaboração própria

No gráfico da Figura 05.004 e relativamente às respostas aos questionários A e B é, conforme anteriormente referido, notória a percentagem de adesão da entidade "UBI/ESG" pelas razões já apontadas, não obstante a sua diminuta participação nas respostas aos questionários.

De salientar uma média de participação global bastante acentuada (64,03%) o que, relativamente ao universo determinado de 447 indivíduos eleitos, poder-se-á considerar uma resposta bastante aceitável de 328 no questionário A e 221 no questionário B. Dados que poderemos comparar no gráfico da Figura 05.005.

Figura: 05.005

Gráfico comparativo dos questionários A e B de inquiridos respondentes e não respondentes relativamente à amostra teórica (N=447)



Fontes: Elaboração própria

Como se pode verificar no gráfico da figura 05.005 o número de respondentes no questionário "A", comporta uma dimensão bastante aceitável (73,38%) relativamente a um universo de inquiridos eleitos (N=447).

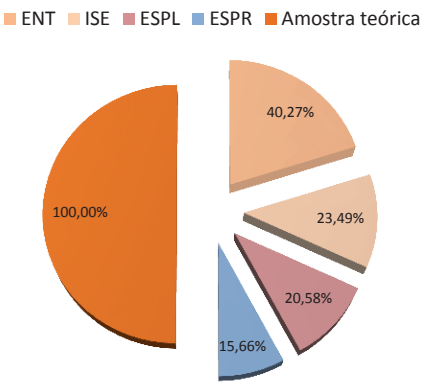
No que toca ao questionário "B", a aceitação por parte dos inquiridos oferece uma amostra menos relevante relativamente ao mesmo universo de inquiridos eleitos, não obstante o valor em certa medida ser aceitável para estudo e ponderação.

Interessará no entanto ter uma visão mais abrangente do estudo quantitativo relativamente ao resultado dos questionários, no sentido de podermos verificar a dimensão da amostra relativamente ao universo de inquiridos assim como avaliar comparativamente à amostra real, tal como expresso no gráfico da figura 05.006.

Figura: 05.006

Percentagem de participação total e por entidade

Entidade	Inquiridos por entidade
PT	180
ISS	105
ESE	92
UBI/ESG	70
Amostra teórica	**447**



Fontes: Elaboração própria

Os dados disponíveis na Figura 05.006 transmitem-nos a ideia de, relativamente ao total de eleitos com o perfil adequado (447 indivíduos) relativos aos dois questionários distribuídos (A e B) a selecção por cada uma das entidades reflectiram uma percentagem de solicitados para responder aos questionários proporcional à sua dimensão, não somente como entidades públicas e de serviço público, mas também relativamente à sua própria dimensão na geografia.

Tendo em conta o perfil do processo de recolha de dados, entendemos como mais ajustada ao nosso trabalho uma **amostra intencional**, pois interessou-nos a opinião do conjunto de elementos, ou a parte do todo, no entanto não é representativa. Não nos dirigimos ao conjunto de elementos que representam os indivíduos cujo perfil tratamos, mas tendo em conta o perfil dos interlocutores, ou seja, aqueles que justificamos como sendo os representantes, no caso chefias, partimos do princípio que a sensibilização influenciou em certa medida a participação da amostra.

Determinamos como perfil fundamental da nossa amostra, indivíduos, homens e mulheres que tenham experiência universitária, preferencialmente cursos superiores concluídos e que tenham uma visão crítica quanto a este assunto. Interessa para o assunto sua área de residência tal como de nascença, não sendo

considerável para o estudo a idade. No caso a diversidade é uma mais-valia para o resultado final da análise.

5.4.3 TÉCNICAS EMPREGADAS

Porque ao longo de todo o trabalho e principalmente na revisão da literatura, como poderemos verificar nos capítulos 1 a 4, a bibliografia consultada serviu como suporte de informação e esclarecimento de dados importantes compreensão mais aprofundada, no intuito de uma mais eficaz discussão do problema.

O apoio da pesquisa no contexto do trabalho obrigou a assegurar que os dados obtidos fossem analisados com profundidade no sentido de detectar qualquer incoerência ou contradição, confrontando-os cuidadosamente e buscando-os em fontes oficiais certificadas e seguras.

De acordo com Bogdan e Biklen (2005) a procura de materiais documentais deverá ser exaustiva pois o acesso a documentos e registros possibilitam ao investigador informações estrategicamente importantes. Segundo Stinger (2007) entre estes materiais documentais a que os investigadores podem aceder permite a recolha de dados e informações que consintam valorizar e consolidar as evidências provenientes de outras fontes. Desta forma e complementando a pesquisa bibliográfica e não obstante a natureza das fontes ser algo diferenciada, a leitura com base em documentos, assenta essencialmente em material que pode ser trabalhado sob o ponto de vista da análise de acordo com os objectivos da pesquisa. Enquanto na procura de dados através da bibliografia as fontes são constituídas principalmente por material "impresso" e que reside sobretudo nas bibliotecas, sejam físicas ou digitais, as pesquisas em documentos caracterizam-se assim, como fontes mais diversificadas e dispersas.

No nosso trabalho de investigação o apoio de uma pesquisa documental permitiu-nos organizar a informação disponível que se encontrava disseminada, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta com base em material que ainda não recebeu nenhuma análise em profundidade, seleccionando, tratando e interpretando a informação em "bruto", extraindo algum sentido, conferindo-lhe certo valor dentro do trabalho de investigação.

Tal como as orientações que detalham este tipo de pesquisa, também foi tido em conta a forma de gestão das fontes de informação atribuindo-lhes valor de primeiro e segundo nível, tal como já referimos anteriormente relativamente ao eixo I e eixo

II, sendo que os primeiros são aqueles que não receberam qualquer tratamento de análise, no caso os questionários citados no **eixo I**. Os segundos são aqueles que consideramos já terem sido analisados, tais como, relatórios de pesquisa, tabelas estatísticas, etc., citados no **eixo II**.

Os questionários, segundo Oliveira (2011) transformam-se num instrumento importante e muito utilizados na recolha de dados, pois fornecem auxílios exactos do que se quer conhecer, seja objecto, acontecimento ou assunto num tempo bastante razoável. Pretendemos com este tipo de abordagem recolher informações com base numa série de questões planificadas e ordenadas que foram respondidas em plataforma digital (*on-line)* pelos sujeitos, sem a presença do entrevistador.

Com uma abordagem aos indivíduos pesquisados por fases para a implementação das questões que por conveniência se traduziram em questões fechadas, o questionário permitiu-lhes uma resposta mais objectiva.

Entendemos ser este método o processo de recolha de dados que permitiu realçar um maior número de perguntas e questões que se consideraram relevantes relativamente às características e dimensão do assunto que desejamos observar, permitindo assim transformar em dados a informação comunicada por cada indivíduo. Na sua elaboração, os questionários tiveram em conta um aspecto importante e fundamental e tem directamente a ver com a forma como se enunciam as questões, imprimindo a cada uma delas o formato tão exacto quanto possível a fim de permitir sucesso de acordo com a finalidade para a qual a informação vai ser utilizada tendo em conta o público-alvo envolvido no estudo assim como os aspectos relevantes (Stringer, 2007). Na sua elaboração tivemos em consideração as recomendações de Cohen et al. (2007), a saber;

a) Tipo de questões a serem feitas aos inquiridos
b) Tipo de respostas apropriadas
c) Escalas de medida a usar
d) Métodos de análise das informações

Tomamos por isso estas recomendações que trataremos mais à frente neste capítulo. Privilegiamos na elaboração do questionário as seguintes medidas;

a) Questões de resposta fechada
b) Clareza e objectividade

c) Escala de resposta que não suscitasse dúvida
d) Não utilizamos questões complexas

A este propósito Tuckman (2005) no que toca à informação a incluir na nota introdutória do questionário e a qual tivemos em conta, recomenda;

a) Objectivo do questionário
b) Objectivo da investigação
c) Protecção a conceder ao sujeito (anonimato)
d) O endosso e aprovação do estudo
e) A legitimidade do investigador
f) O pedido de cooperação

Não obstante, entendemos que o questionário, como meio de captação de opinião e no caso do presente trabalho, teve em consideração as vantagens e desvantagens deste processo de recolha de dados, assumindo as considerações citadas por Reis (2010) expressas e adaptadas na tabela 05.002.

Tabela: 05.002

Vantagens e Desvantagens da aplicação de questionário

Vantagens	Desvantagens
Satisfação da exigência da representatividade	O inquirido não conhece a pessoa que elaborou o questionário
Instrumento mais económico de recolha de dados no tempo de aplicação, análise e número de inquiridos envolvidos	A taxa de retorno de respostas costuma ser baixa
Menor enviesamento nas respostas	Falta de controlo na condução das respostas
Possibilidade de quantificar numa multiplicidade de dados e de proceder a numerosas análises de correlação	Acréscimo de informação complementar
Facilidade de analisar dados	Processo de construção do questionário que o inquirido pode considerar longo
Os inquiridos sentem-se mais seguros no que toca ao anonimato das respostas	Não permite o esclarecimento de dúvidas nas questões colocadas
A ausência do entrevistador faz com que o inquirido não se sinta inibido nas respostas	Não pode ser aplicado a inquiridos analfabetos (situação que no caso não se coloca tendo em conta o público-alvo previamente seleccionado)

Fontes: Elaboração própria. Dados, adaptado de Reis (2010)

Entendemos ser o questionário a ferramenta de recolha de informação primária, que, como refere Buendía (1997) não necessitam de pessoas especialmente preparadas para a recolha de informação, podendo-se evitar as entregas personalizadas, enviando-se por correio, ou por correio electrónico, como é o nosso caso, permitindo maior rapidez na entrega e na recepção dos resultados e assim, poder abranger um grande número de inquiridos, mantendo mais facilmente a confidencialidade e anonimato do respondente. Nesta situação o indivíduo poderá responder com maior rigor e sinceridade. Admite uma informação mais equilibrada consentindo que muitos inquiridos respondam um mesmo conjunto de questões. Permite por isso respostas mais exactas face às perguntas formuladas. A mesma autora Buendía (1997) refere também que existem possíveis inconvenientes neste

formato de recolha de dados e que se prendem directamente com a forma como nos dirigimos aos inquiridos, no caso que tratamos, por correio electrónico através de questionários *on-line* e tendo em conta que os questionários não são entregues de forma personalizada, muitos poderão não ser respondidos.

A eficácia na resposta aos questionários depende da forma como eles são redigidos adequadamente e perceptivelmente. Poderão também, os inquiridos, não responder de forma sincera, pelo facto de não terem qualquer fiscalização. O conteúdo das respostas pode estar directamente ligado ao estado de disposição do inquirido, podendo este não responder em função do momento e não em função da sua opinião sobre o problema.

Nos questionários enviados e utilizando questões adaptadas ao problema anteriormente citado, pretendemos recolher de uma forma global, informação sobre a opinião dos inquiridos acerca do papel da Universidade no apoio à produção e desenvolvimento social. Organizamos da seguinte forma a sua elaboração:

Foram elaborados dois tipos de questões inseridas em dois blocos, A e B, conforme Figura 05.011.

Aquando da elaboração dos questionários preparamos as variáveis de estudos que nos fornecessem dados relativos aos inquiridos e que foram comuns a todos os questionários tendo em conta que o público-alvo da amostra não diferenciava nas características que, como referimos anteriormente foram previamente seleccionadas de forma intencional através dos interlocutores tal como referimos anteriormente.

Assim,

a) Uma pequena introdução explicando os propósitos dos questionários, sua finalidade e aplicação
b) Referência ao anonimato do respondente
c) Instrução para preenchimento

Seguidamente foi elaborado um bloco de informação referente aos dados pessoais do inquirido, nomeadamente,

a) Naturalidade
b) Género
c) Idade

d) Formação académica (parametrizada entre o ensino profissional e o pós-doutoramento)
e) Local de nascimento, duas opções (litoral ou Interior)
f) Contacto correio electrónico (opcional)

Conforme anteriormente referido a máscara ou página frontal utilizada em todos os questionários era comum, tal como o referencial da finalidade dos próprios questionários. Sob o ponto de vista temático, os questionários foram organizados da seguinte forma;

Dimensão e construção dos questionários

Bloco A Compõe-se por um conjunto de questões distribuídas por cinco grupos de questionários (A1 a A5) e estruturam-se segundo a escala de Likert onde os inquiridos especificaram seu nível de concordância com uma afirmação através de escolha múltipla com valores, que no caso foi de cinco itens.

Avaliar a opinião dos inquiridos acerca de:

A1; 10 itens (A1_1 a A1_10)
Descentralização da Universidade sobre o ponto de vista da abrangência geográfica e da comunicação.

A2; 15 itens (A2_1 a A1_15)
Atitude social da Universidade e do ensino superior em geral quanto à importância do resultado da sua produção de excelência no desenvolvimento local e regional a fim de avaliar o fenómeno do despovoamento e desertificação.

A3; 5 itens (A3_1 a A3_5)
Atractivos que levariam a exercerem a profissão ou habilidades condizentes com a formação académica na área de naturalidade

A4; 5 itens (A4_1 a A4_5)
Potencialidades e interesses sociais, políticos e económicos da sua área de n***at***uralidade

A5; 5 itens (A5_1 a A5_5)
Responsabilidade da Universidade na intervenção para o desenvolvimento local e regional através das suas habilidades científicas e de investigação

Bloco B Compõe-se por um conjunto de questões fechadas "de facto" onde os inquiridos descreveram seu nível de concordância com uma afirmação através de escolha múltipla com valores, que no caso foi de cinco itens. (B1 a B5):

Avaliar a opinião dos inquiridos acerca da:

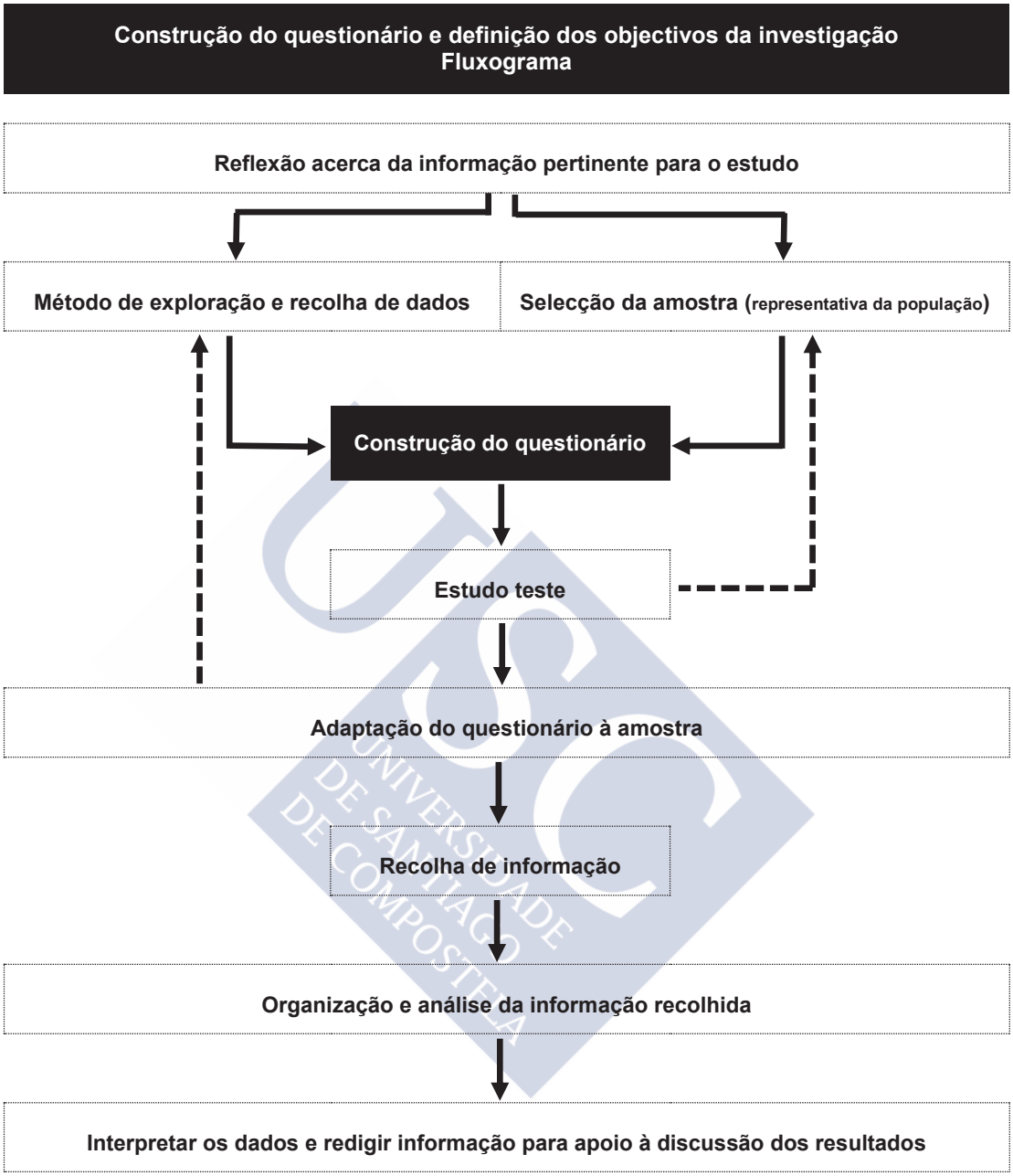
B1; 17 itens (B1_1 a B1_17)
Importância da experiência académica e científica da Universidade no processo desenvolvimento local e regional

B2; 20 itens (B2_1 a B2_20)
Dimensão física das Universidades adaptadas e descentralizadas, apoiadas nos recursos científicos e nas tecnologias de informação e comunicação.

B3; 5 itens (B3_ a B3_5) –
Oferta formativa promovida pela Universidade descentralizada e direccionada para os jovens naturais.

A construção do questionário teve em conta as etapas que a figura 05.007 tenta demonstrar.

Figura: 05.007



Fonte: elaboração própria. Dados, Bravo e Eisman (1998)

Aquando da elaboração do questionário teve-se em conta a medição de alguns dados indicadores considerados importantes para o processo e que Hoz (1985) estrutura segundo três passos importantes;

a) Determinar a informação relevante relativamente ao problema de investigação;
b) Ajustar a elaboração das questões de forma adequada e relevantes nas respostas dos sujeitos, sejam **fechadas,** abertas ou mistas, dependendo da alternativa que se lhes possa oferecer;
c) Aplicação de um estudo-teste que permita detectar informação relevante e os tipos de respostas que são dadas para que a construção do questionário não deixe nenhum aspecto importante sem ser incluído.

No nosso trabalho em concreto foram elaboradas questionários como meio de recolha de dados de opinião com base numa **amostra intencional**, solicitando aos sujeitos respostas escritas, faseadas no tempo e distribuídas por etapas. Tiveram como finalidade determinante analisar atitudes e opiniões dos sujeitos para amostra, como trataremos em pormenor mais adiante.

Como é usual, estes questionários foram elaborados pelos sujeitos sem qualquer intervenção da nossa parte, no entanto e contrariamente ao que se usa no caso, todos os questionários foram enviados por correio electrónico (*e-mail*) com preparação prévia através de uma estrutura de indivíduos estrategicamente localizados e que fizeram parte do nosso **estudo teste**.

Tentamos por isso elaborar os nossos questionários com duas finalidades, através de medidas **objectivas** detectando factos, ou seja, as características dos indivíduos quanto a sexo, idade, formação académica etc., como medidas **subjectivas** que compreendem as atitudes dos indivíduos e que fazem referencia ao que as pessoas pensam, sentem e julgam relativamente a determinados assuntos (temas) que são referidos na Tabela 05.003 e que se estruturam nos **objectivos** e **sub-objectivos** da nossa investigação, compreendendo estas medidas de opinião, de satisfação, de percepção e de valores, tal como as intensões de comportamento.

Os nossos questionários assentam em **respostas estruturadas** e organizam-se em **perguntas fechadas**, ou seja, aquelas em que os inquiridos e respondentes escolhem como suas respostas entre duas ou mais opções, sendo este tipo de questões apresentadas como uma lista pré-estabelecida de respostas possíveis, de entre as quais lhe pedimos para indicar a que melhor corresponde à resposta que deseja dar. Estamos assim perante respostas fechadas de **escolha múltipla**, conforme o exemplo da figura 05.008.

Figura: 05.008

Exemplos de perguntas fechadas inseridas nos questionários de apoio ao desenvolvimento de trabalho de investigação

Exemplo (1) de pergunta fechada

31 – Tradicionalmente os objectivos da Universidade são o ensino e a investigação. Considera que a prestação de serviços á comunidade poderá ser um terceiro objectivo obrigatório?

Mark only one oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não

Exemplo (2) de pergunta fechada

1 - A Universidade pública produz, através da sua massa crítica e de investigação profissionais de elevada qualidade técnica e científica

Mark only one oval.

- ◯ 1 - Discordo totalmente
- ◯ 2 - Discordo
- ◯ 3 - Indeciso
- ◯ 4 - Concordo
- ◯ 5 - Concordo totalmente

Fonte: elaboração própria

Os questionários aplicados neste trabalho de investigação inspiram-se segundo os princípios de Hoz (1985) quando refere que são instrumentos para recolha de dados construídos por um conjunto de questões mais ou menos amplo que se podem considerar relevantes de acordo com as características e amplitude do que se deseja investigar.

Tentaremos por isso adaptar os questionários aplicados segundo o potencial que esta ferramenta nos proporciona adequando-o como instrumento de investigação à **população alvo** do nosso trabalho, garantindo o anonimato que, nesta matéria, se transforma numa condição de autenticidade.

Aquando da sua construção, não limitamos o nosso intuito num acumular de questões em jeito de livre arbítrio, fazendo o conteúdo responder a pressupostos colocados pelo problema, pelas hipóteses e variáveis da investigação, como poderemos verificar ao longo da revisão da literatura. Desta forma quanto ao conteúdo dos questionários referentes à nossa investigação, poderemos distinguir

duas grandes categorias de questões, as que se debruçam sobre os **factos** e as que se debruçam sobre as **opiniões**, atitudes, preferências, etc.

Segundo Freixo (2012) **factos** constituem toda a informação detida pelos sujeitos que poderá ser susceptível de ser conhecida de outra forma que não somente através do questionário, ou seja, questionar o indivíduo sobre assuntos que fazem parte da sua própria rotina, opiniões, atitudes, preferências, diluindo-se por uma grande diversidade que corresponde a questões de opinião.

A tabela 05.009 dá uma visão, ainda que não exaustiva do tipo de questões (de facto e de opinião) incluídas nos nossos questionários de investigação.

Figura: 05.009

Exemplos que questões de facto e de opinião inseridas nos questionários de apoio ao desenvolvimento de trabalho de investigação

Exemplo de questão de facto (Comum aos questionário dos Blocos A e B)

Que Universidade frequentou?

Exemplo de questão de opinião (Questionário Bloco B)

35 – Entende que cada Universidade deveria representar uma região?

- Sim
- Não

Fonte: elaboração própria

Os questionários que fizeram parte integrante da nossa investigação e enquadram-se num método de amostragem de opção racional que se baseia na selecção pelo investigador de um determinado tipo de indivíduo em função de determinadas características. A sua construção assentou na reflexão com base informativa expressa na figura 05.001 (fluxograma) e tem como objectivo principal testar a hipótese geral da investigação apoiada por sub-objectivos que pretendem testar hipóteses mais específicas, conforme Tabela 05.003.

Tabela: 05.003

Objectivos e Hipóteses da Investigação

Objectivo Principal	**Sub-Objectivos**
Hipótese Geral da Investigação	**Hipóteses Específicas da Investigação**
Testar a hipótese de a Universidade e o ensino Superior públicos serem parte responsável pelo fenómeno de subdesenvolvimento, abandono e anonimato do interior do país	1 – A Universidade pública pode influenciar o processo de desenvolvimento e produção do micro-espaço geográfico do interior do país através da sua influência investigadora e científica
	2 – A Universidade pública pode, através da sua influência investigadora e científica minorar o processo de despovoamento e desertificação do interior do país

Fontes: Elaboração própria. Dados Hill e Hill (1998)

Com base na Tabela 05.003 podemos verificar quais as **variáveis** principais da investigação que pretendemos levar a cabo segundo o objectivo principal e que poderá ser medida através do questionário que foi construído para o efeito. Os sub-objectivos indicam o caminho para a melhor construção do questionário.

Quanto ao formato de escalas incluímos no nosso trabalho dois tipos de perguntas pré-formatadas, sejam, dicotómicas (exemplo: **Sim / Não**) e perguntas de escolha múltipla da escala de **Likert** (exemplo: **Muito mau / Mau / Razoável / Bom / Muito bom**) que é uma escala de medida que permite ao sujeito expressar em que medida está em desacordo ou acordo com cada um dos enunciados propostos e onde a pontuação total dá a indicação da atitude ou opinião do sujeito. Aplicamos na escala de Likerte cinco níveis de igual amplitude, donde que, a análise dos dados provenientes deste tipo de escala se baseia normalmente em resultados somados a partir de um número de itens.

Figura: 05.010

Exemplos de perguntas na escala de Likert inseridas nos questionários de apoio ao desenvolvimento de trabalho de investigação

Exemplo (1) de pergunta escala de Likert de escolha múltipla com resposta sobre avaliação

3 - A abrangência do ensino universitário deverá ultrapassar o espaço físico que limita o campus universitário

Mark only one oval.

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Ideciso
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

Exemplo (2) de pergunta escala de Likert de escolha múltipla com resposta sobre avaliação

18. **Uma relação da Universidade pública mais próxima da realidade afastada do contexto urbano**

Mark only one oval per row.

	1 Muito fraco	2 Fraco	3 Razoável	4 Bom	5 Muito bom

Fonte: elaboração própria

Tendo sido elaborados os questionários deste trabalho de investigação com base numa amostra intencional e estrategicamente distribuída através de uma hierarquia de contactos assentamos nosso **estudo teste** num grupo constituído por uma subamostra da população confinado a **doze indivíduos** sem dar qualquer relevância ao sexo que opinaram sobre os dados importantes e assim permitiram uma correcção na elaboração destes testes. Tivemos por isso atenção à concepção e escolha do melhor formato sob o ponto de vista da apresentação, clareza e objectivos das questões assim como a boa performance na ergonomia visual.

Obtivemos resultados importantes e relevantes através da realização do levantamento de dados indicadores ao nível da opinião quanto aos conteúdos, assim como no tempo de resposta aos questionários.

A cada um dos **inquiridos teste** (subamostra) foi enviado um exemplar de cada questionário que faria parte integrante do trabalho geral solicitando também uma

apreciação geral dos conteúdos. De salientar que este grupo de indivíduos fazem parte do grupo geral da amostra intencional.
Em anexo solicitamos também a apreciação acerca das seguintes questões:

a) Quanto tempo levou a completar o questionário
b) Se as instruções eram claras e objectivas
c) Se alguma questão era pouco clara ou ambígua. Se tal aconteceu apontar quais e porquê
d) Se sentiu relutância na resposta a alguma questão em concreto
e) Se entendeu algum tópico como mais relevante
f) Se considerou o formato do questionário atraente (de salientar que os formatos apresentados está pré-formatados na plataforma *on-line*)
g) Indicação de algum comentário que entenda importante

Desta forma, entendemos que o estudo teste é importante no sentido em que nos permitiu uma revisão formal dos questionários quanto à descoberta de problemas essenciais para a sua construção, principalmente quanto à sua relevância, clareza e compreensão das perguntas aplicadas.

Aproveitando as vantagens disponibilizadas pela capacidade de comunicação em rede através da influência potencial da internet para a realização da nossa pesquisa sem necessidade de *software* ou qualquer aplicação local, onde a *web* aparece como ferramenta para apoio e de importância básica, encontramos o formato que mais se adaptou a uma aplicação de pesquisa, suas etapas e fluxos de informação. No contexto, as novas tecnologias oferecem novas oportunidades no trabalho onde o desenvolvimento da opinião em rede e os actores funcionam de forma idêntica a qualquer outro tipo de levantamento, seja digital, analógico ou de contacto, actuando sobre este pretexto os intervenientes activos, nomeadamente, o pesquisador, o inquirido e a internet.
Estas plataformas serviram como elementos de medida de opinião e métrica para que os objectivos da investigação fossem atingidos tão aproximado quanto possível. Conforme anteriormente referido, a elaboração dos questionários para a matéria em estudo organizaram-se segundo uma hierarquia de interesses com base na sua construção, pois é de um processo de construção que tratamos.
Na composição dos questionários que serviram de apoio ao nosso trabalho de investigação, estruturamos uma série de passos para a sua elaboração que

entendemos ser a área geral da investigação dando-lhe suporte e consistência através dos objectivos a que se propõe, reforçando com as várias hipóteses e métodos para analisar os dados obtidos, atribuindo-lhe várias secções ou compartimentos que não pretendem ser estanques mas sim transversais e complementares.

O pesquisador busca o conhecimento e dados de referência que reflictam trabalho baseado na informação segura e de actualidade. Sendo a fonte de informação, é o mais importante dado neste processo de pesquisa sem ser considerado um actor passivo. No entanto, o grande desafio do pesquisador é o facto de ter que conseguir motivar os inquiridos para que estes não somente forneçam suas opiniões, mas que o façam de forma rápida e efectiva, através de respostas honestas e confiáveis.

Consideramos as plataformas em rede, ou seja a internet, o veículo que envolve tecnologias que escapam aos actores reais do processo, substituindo entrevistadores, questionários via correio assim como digitação de dados que normalmente fazem parte do processo de pesquisa tradicional, entendemos por isso que as probabilidades de erro no processo diminuem substancialmente.

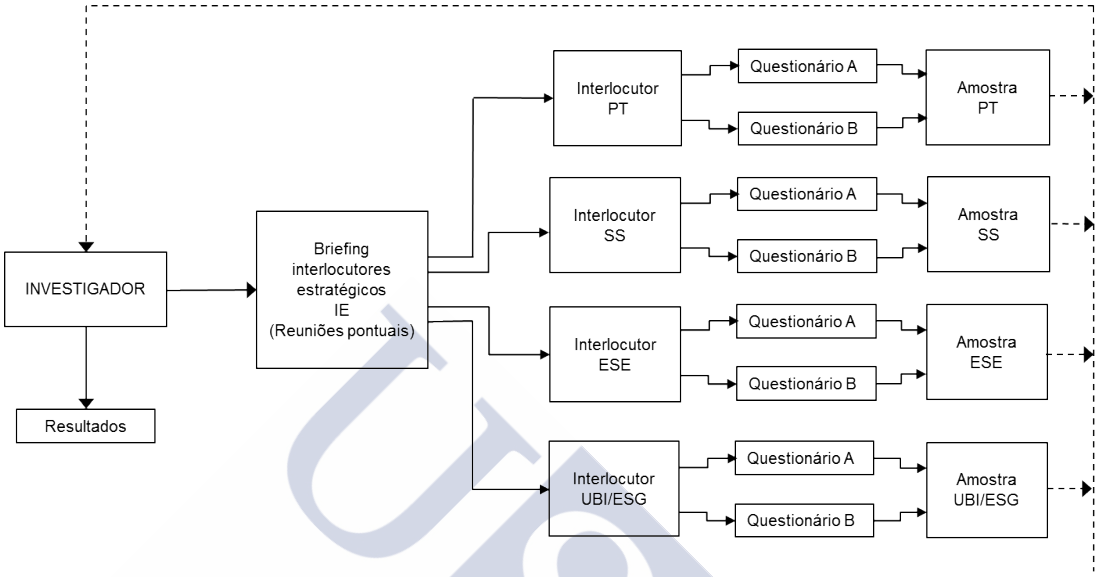
Através da utilização deste processo de recolha de opinião sob forma de questionário, entendemos que o nosso trabalho ganha força e vigor sob o ponto de vista do rigor e da fiabilidade. Conforme anteriormente extrapolamos com algum detalhe, no processo para a utilização das TIC na recolha de dados de opinião por questionário verificamos que não se tratou apenas de o automatizar e disponibilizá-lo *on-line* com realce para a celeridade da comunicação, mas acima de tudo tornar todo o processo interactivo no envolvimento de todas as variáveis, desde a selecção da população a questionar até ao retorno dessa informação.

Entendemos por isso que o uso da internet em meios científicos de investigação destaca decorrências do poderoso método de processamento, armazenamento, recuperação e comunicação de dados, possibilitado pela telemática.

A Figura 05.011 dá-nos uma visão do processo de distribuição e recolha de informação dos nossos questionários, desde a interacção entre entrevistador e interlocutores representantes das instituições nomeadas, até à recepção dessa informação e dados para posterior tratamento e discussão.

Figura: 05.011

Fluxograma de distribuição e recolha de dados por questionários através de plataforma on-line



Fontes: Elaboração própria

O trabalho de recolha de dados junto desta população-alvo elaborou-se através das instituições citadas, sabendo que, por um lado têm nos seus quadros disponível este perfil associado a indivíduos que em certa medida têm acesso imediato e por outro, que cada uma das entidades ou elemento representativo solicitados tivesse um conhecimento em pormenor da finalidade e interesse dos questionários.

Assim, para o sucesso desta operação estruturou-se um método de comunicação cujos protagonistas interlocutores tiveram um papel determinante para o sucesso.

Como já anteriormente se referiu estamos perante questionários que são distribuídos a sujeitos com o perfil indicado e cujo preenchimento se procedeu através de correio electrónico (*e-mail*). A estratégia encontrada para que os sujeitos da amostra aderissem ao projecto reflecte-se numa divulgação através da hierarquia, ou seja, através da sensibilização da chefia, o que em certa medida facilita o trabalho empírico por parte do investigador.

Estamos perante uma população algo numerosa à qual seria de todo difícil se não impossível atingir para a recolha de uma opinião ou determinado tipo de informação, donde que, entendemos esta opção como uma solução.

Recorremos também ao uso de TIC no processo da colecta de dados com base numa cuidadosa utilização. Entendemos estes meios virtuais e disponíveis na rede *"on-line"* serem também uma proposta metodológica da investigação. Esta ferramenta proporcionou a possibilidade de realizar um conjunto de informações através de suportes de armazenamento para investigação de carácter científico transversais a portais ou páginas virtuais como apoio à pesquisa de dados e outras informações úteis.

Desta forma, procedeu-se a um levantamento de estudos científicos, académicos e ocorrências sobre a temática que tratamos na troca de informações, acessos a bases de dados científicos, avaliação e estudo sobre debates entre pesquisadores, etc. No caso da nossa investigação o uso de fontes electrónicas de informação tornou-se imprescindível no intuito de buscar, descobrir e checar os dados de forma rápida, seja no âmbito nacional ou internacional.

Assim, o uso da internet permitiu em certa medida a expansão das informações, pois o trabalho de inventariar dados, quaisquer que sejam, obriga ao percurso de vários caminhos, em fontes distintas no sentido de comparar transversalmente um conjunto de informação necessária à pesquisa. Tal medida facilitou o acesso à informação tendo em conta não somente a quantidade como também a substancial diminuição de custos, pois de outra forma não seria possível.

As grandes quantidades de informação obtida sobre possíveis autores, bibliotecas digitais, Universidades, entidades oficiais, etc. poderiam gerar alguma desorganização na gestão e no enquadramento, donde que, procedemos a um processo simples de organização e divisão de dados. Desta forma, tivemos oportunidade de através de uma colecta assim como a disseminação da informação obtida sem limitações pelas restrições do tempo, custo e distâncias, poder aceder a todas as plataformas de informação disponíveis, sendo perfeitamente possível conseguir resultados num curto espaço de tempo trabalhando com vários temas e autores em simultâneo e no pressuposto ser viável um cruzamento de dados mais rápido e eficaz. Como fontes de informação, entre os instrumentos de pesquisa, as bases de dados electrónicos têm um papel fundamental, como sendo bases de dados referenciais onde se relacionam referências bibliográficas de assuntos do nosso interesse, cujo conteúdo abrange a descrição dos dados de artigos,

periódicos, etc. Geralmente introduzem o assunto com uma hiperligação (*link*) em anexo para acesso ao texto integral. Existem bases de dados referenciais, específicas e multidisciplinares. As específicas são mais complexas, com maior variedade de escolha e introduzem uma pesquisa mais eficaz. Através das referências bibliográficas permite-nos aceder a texto integral através de uma pesquisa livre na uma busca de recursos mais genéricos acedendo a uma selecção do campo de pesquisa assim como o acesso a uma hiperligação para o resumo como também texto integral. As multidisciplinares permitem, como utilizadores definir um perfil, torna-se por isso mais abrangente e admite uma pesquisa de qualidade através de referências bibliográficas associadas a citações, impacto e competência, consentindo uma busca através do texto integral, tal como recursos mais específicos.

As bases de dados de texto integral, além de incluir todas as informações dadas numa base referencial, dão também acesso imediato ao texto completo do artigo. Transmitem menos exigências, dando uma visão da pesquisa mais generalizada através de referências bibliográficas ou texto integral buscando recursos mais específicos através de auxiliares de pesquisa, ou seja, operadores lógicos booleanos (e; ou; não/sem) e truncatura (?; *).

Desta forma e para efeitos de pesquisa necessitamos de levantamentos bibliográficos para a conclusão da nossa revisão da literatura cuja realização se elabora mais facilmente através de pesquisas retrospectivas ou por assuntos bem definidos nos bancos de dados que normalmente contêm resumos (*abstracts*) e textos *on-line* na íntegra.

Coloca-se muitas vezes a questão de custos a realizar ao longo da pesquisa, variando um pouco em função do tipo de bases de dados, os serviços prestados pelas bibliotecas, assim como a instituição detentora do apoio ao desenvolvimento da investigação exige eventuais pagamentos, o que normalmente acontece.

Sob o ponto de vista do desenvolvimento para a pesquisa de dados de interesse para o nosso trabalho, determinaram-se aspectos favoráveis no que concerne ao uso da *internet* e através desta, todas as estruturas de informação em rede no que toca à flexibilidade que tal suporte oferece ao pesquisador dando oportunidade de obter documentos na íntegra (hipertextos) assim como aceder a bases de dados *on-line* com maior comodidade e agilidade, ou seja, ganhando tempo e permitindo uma gestão de recursos de horário que em tudo beneficiou a disponibilidade pessoal.

5.4.4 ANÁLISE DE DADOS

Após a recepção dos resultados dos questionários antecipadamente enviados por correio electrónico, procedeu-se à sua análise e certificação acerca dos dados no sentido de extrair tanto quanto possível informação fundamental para o problema a investigar. De salientar também que no percurso foi levado a cabo a captação de elementos suportados em bases de dados certificadas, também eles importantes para o desenvolvimento da investigação, tal como referido no capítulo 5.4.1.

A este propósito, Gomez et al. (1996), p.197) refere: «Trata-se de um conjunto de manipulações, transformações, operações, reflexões e comprovações que realizamos sobre os dados a fim de extrair significado relevante em relação a um problema de investigação»

Quanto ao processo de análise de dados, procedemos às seguintes etapas:
Revisão e filtragem dos dados obtidos através dos questionários, no sentido de detectar qualquer erro que eventualmente possa condicionar a sua leitura assim como a certificação da fiabilidade dos dados obtidos através das entidades produtoras de dados estatísticos competentes.

Codificação das respostas recolhidas dos questionários, salvaguardando possíveis utilizações estatísticas e de informação no futuro. Procedemos também à tabulação dos dados recolhidos de forma a realizar uma ordenação sistemática e representá-los em tabelas e gráficos no sentido de facilitar a sua leitura.

Quanto ao tratamento estatístico dos dados efectuamos as operações referentes à análise documental descritiva do tratamento dos questionários através do cálculo estatístico mais representativo, como sendo, médias, percentagens e desvio-padrão. Além de aplicações de cálculo associadas ao Windows Vista, utilizamos como ferramenta apropriada de análise tratamento estatístico o **IBM SPSS Statistics 20 para Windows.**

5.5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados que dão corpo ao nosso trabalho de apresentação e análise, os quais iremos descrever ao longo deste capítulo, estruturam-se segundo duas formas de pensamento que se complementam para a construção da finalidade a que se propõem, estando alicerçadas nas linhas orientadoras dos objectivos gerais e específicos que anteriormente se descriminaram.

A temática que tratamos não se poderia construir somente com uma abordagem pública, através de uma amostra ou outra estratégia que assentasse na opinião de um determinado grupo. Interessaria uma visão mais abrangente do espectro de dados disponíveis para construirmos a formulação de uma possível abordagem ao problema. Donde que, entendemos como importante e fundamental um alargamento do nosso arco de informação no sentido de construirmos uma ideia tão precisa quanto possível das variáveis que estão inerentes ao assunto.

A construção de dois eixos de pesquisa permitiu a montagem de uma base de dados que, por um lado, nos dá a visão pragmática e objectiva dos dados estatísticos do Estado e das instituições por ele acreditadas, e por outro, a visão de uma amostra pré-definida e com um perfil bem determinado.

Entendemos ser esta associação de informação que enriquece o nosso trabalho atendendo ao seu perfil que em certa medida não deixa de ser contextualizado em dois planos, político-social e socioeconómico, permitindo atender a duas formas de encarar o problema formulado e que se centra basicamente na Universidade, no espaço e no Estado.

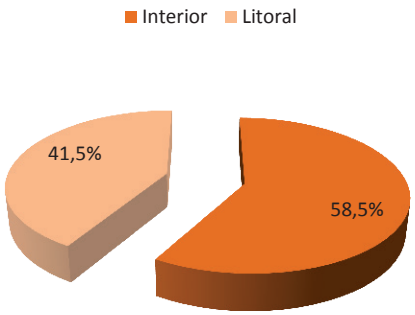
A compreensão destas variáveis transmissoras de informação, permitiu-nos elaborar um estudo crítico mais assertivo e consequentemente mais eficaz sob o ponto de vista dos resultados. Assentamos por isso a nossa pesquisa em pessoas e entidades e nesta conjugação de opiniões e valores entendemos ter atingido os objectivos do nosso trabalho de investigação.

No nosso estudo tivemos em conta algumas variáveis de classificação que se referem às características dos inquiridos e das quais entendemos como importante para a orientação do nosso trabalho ter uma visão do universo da nossa amostra, nomeadamente o género, a habilitação académica e a sua dispersão na geografia.

Figura: 05.012

Percentagem de respondentes por região de nascimento

Região de nascimento	
Litoral	Interior
127	179
Total de inquiridos	
306	



Fontes: Elaboração própria

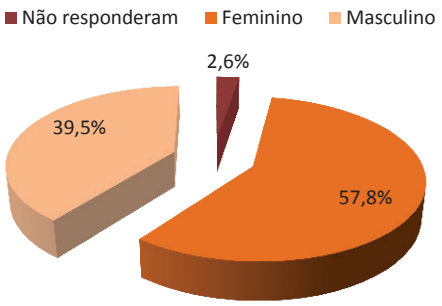
O gráfico da Figura 05.012 realça o número de inquiridos que tiveram como região de nascimento o litoral (41,5%) ou o interior (58,5%). Apoiamos este indicador através de questionário A1 tendo em conta, ser este o que no todo teve um maior número de respondentes (306), o que permitiu uma avaliação mais acreditada e uma conclusão que dentro do perfil traçado ao longo dos contactos com os interlocutores foi efectivamente positiva.

Não obstante, o género não ter sido uma variável fundamental para o nosso estudo, atendendo a que a opinião era abrangente a ambos os sexos, julgamos pertinente a explanação relativamente a esta diversidade na variável.

Figura: 05.013

Percentagem de respondentes por género

Género		
Sem resposta	Feminino	Masculino
8	177	121
Total de inquiridos		
306		



Fontes: Elaboração própria

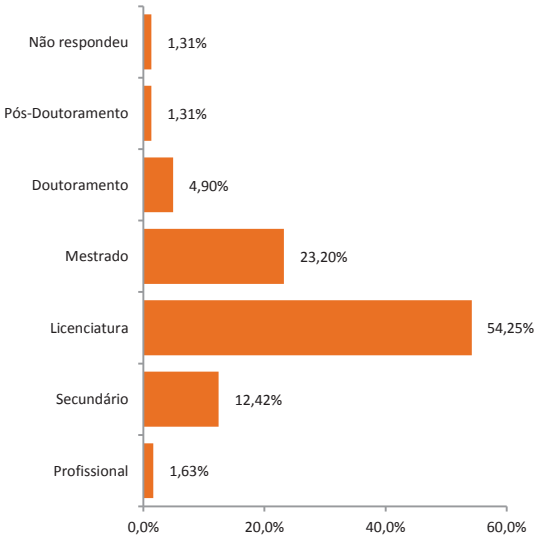
Como é notório no gráfico da Figura 05.013 o número de mulheres é substancialmente superior com 57,8% relativamente a 39,5% de homens, partindo de uma ausência de resposta de 8% de inquiridos relativamente a N=306.

Uma das variáveis para o processo de desenvolvimento e conclusões desta tese de doutoramento enquadra-se na variável "formação académica" que como tivemos oportunidade de referir anteriormente se enquadrava em indivíduos (homens e mulheres) com experiência universitária, preferencialmente já concluída. Daí e com base nos dados do questionário A1, obtivemos os seguintes resultados;

Figura: 05.014

Percentagem de respondentes por formação académica

Formação académica	
Curso profissional	5
Curso secundário	41
Licenciatura	166
Mestrado	71
Doutorado	15
Pós-Doutorado	4
Não respondeu	4
Total de inquiridos	
306	



Fontes: Elaboração própria

Como tem sido abordado ao longo deste trabalho de investigação e dentro do público-alvo previamente seleccionado através do contacto com os interlocutores e dentro da metodologia adoptada, através da leitura do gráfico exposto na Figura 05.014, podemos certificar o sucesso da finalidade a que nos propusemos quanto à formação académica dos inquiridos no intuito destes prestarem uma informação para o estudo com alguma certeza e rigor na comunicação.

Desta forma e como é possível verificar, o número de inquiridos com formação de licenciatura e superior é notório, com maior incidência nos licenciados (54,25%) e nos mestrados (23,20%) não excluindo também alguns doutorados e pós-doutorados (4,90% e 1,31%) respectivamente.

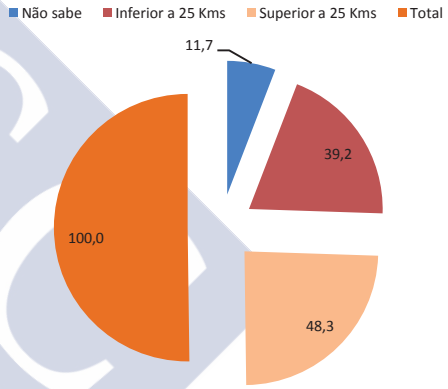
Entre outros propósitos, nos nossos questionários, procuramos também a opinião dos inquiridos acerca da importância da abrangência geográfica da Universidade no território, nomeadamente no sentido de minimizar as contrariedades de uma comunicação fácil a fim de permitir abordar o espaço através da sua massa crítica e de investigação.

Também entendemos como importante para a nossa investigação ter a percepção de uma amostra de inquiridos dentro do nosso universo que nos desse uma ideia de qual a distância da área de naturalidade até ao campus universitário mais próximo, tomamos por isso como medida aceitável para o estudo das variáveis 25 quilómetros por razões que mais à frente denunciaremos, aquando da nossa discussão acerca do tema. Desta forma, o gráfico da Figura 05.015 dá-nos uma ideia dessa distribuição.

Figura: 05.015

Percentagem de respondentes com residência superior e inferior a 25 Km da sua área de naturalidade

Distância		
Sem resposta	Inf. 25 Km	Sup. 25 Km
14	47	58
Total de inquiridos		
120		



Fontes: Elaboração própria

Neste ponto da investigação de perfil quantitativo e tal como abordamos anteriormente entendemos utilizar a técnica do questionário associado a outras técnicas que temos vindo a referir ao longo do capítulo e que se prende com a utilização de eixos de pesquisa e dos quais este é parte integrante do eixo I.

Os questionários, associados a outras ferramentas e cujos conteúdos pretendemos como básicos para nos apoiar aos objectivos da investigação porque são um instrumento de recolha de dados tipicamente quantitativos. A sua análise apoia-se no uso de estatística que desejam chegar a resultados através de pequenas quantidades de elementos (mostra) a um ponto de referência mais amplo e definitório (população) (Buendía, 1997).

Propõe-se como objectivo para discussão, a explanação de dados que apoiem o conhecimento sobre as Universidades portuguesas, suas características sob o ponto de vista da estrutura, organização e humanos e outros elementos importantes para o estudo e análise de dados por comparação.

Não obstante o universo de estudo se confine a uma escolha geoestratégica de relação litoral e interior, optamos por expressar estes dados ao universo universitário do território nacional a fim de obtermos uma visão mais alargada da realidade e desta forma podermos elaborar uma análise de variáveis mais abrangente.

A localização das Universidades públicas portuguesas na geografia, divide-se em duas grandes fases sob o ponto de vista histórico e de função, sejam, Universidades do litoral e do Interior como sugere o mapa geográfico sinóptico em baixo da através da Figura 05.016.

Figura: 05.016

Mapa Geográfico sinóptico de Portugal Continental - Divisão NUTSII
Localizações Universidades públicas e Polos portuguesas



Fonte: Elaboração própria / INE (Instituto Geográfico e Cadastral)

As Unidades Territoriais Estatísticas de Portugal designam as sub-regiões em que se divide o território português, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Maio de 2003.

O Regulamento instituiu uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS). No caso expresso trata-se de NUTSII – Portugal Continental: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve. Fazem parte também de NUTSII, as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores que não são incluídas no estudo de investigação desta tese de doutoramento.

Na Tabela 05.004 refere todos os docentes e discentes do ensino universitário público em Portugal (2005/2006 a 2010/2011). Pretende desta forma localizar assimetrias que visam sustentar teoricamente parte integrante deste trabalho de investigação.

Os dados expostos têm como suporte para elaboração e compilação uma investigação e recolha de dados em plataformas e bases de dados como INE (2012) GPEARI (2012) e Universia (2012).

Os dados referentes á Universidade de Lisboa incorpora toda a área da grande Lisboa onde se lecciona ensino universitário público representada pelas Universidades, U. Lisboa; Universidade Técnica de Lisboa; Universidade Nova de Lisboa; ISCTE, Academia de Força Aérea; Academia Militar e Instituto Superior de Segurança Interna.

Tabela 05.004

Docentes e discentes do ensino universitário público em Portugal até 2010/2011

	2005/2006		2006/2007		2007/2008		2008/2009		2009/2010		2010/2011	
	Doc.	Disc.	Doc.	Disc.	Doc.	Disc.	Doc.	Disc.	Doc.	Disc.	Doc.	Disc.
Évora	612	7500	632	6397	635	6910	621	7766	646	7633	662	8086
Algarve	385	3818	351	3802	343	3907	327	3825	364	3964	807	4354
Coimbra	1608	1989	1594	1908	1542	1992	1522	2017	1494	2086	1494	2313
B. Interior	605	5421	624	5424	628	6058	637	5883	664	5960	637	6494
Lisboa	6190	7320	6105	7323	6142	7425	6110	7405	6269	7785	5977	8149
Minho	1212	1513	1183	1468	1127	1540	1126	1482	1129	1569	1163	1710
U.T.M.A.D	562	6599	544	6510	520	7056	503	7173	511	7405	540	7109
U. Porto	2394	2611	2390	2601	2321	2718	2293	2737	2308	2862	2293	2869
U. Aveiro	833	9349	751	9051	752	9481	773	9021	777	9781	1004	1055

Fonte: Elaboração própria. Dados, INE (2011)

Compreender a evolução das Universidades portuguesas públicas no tempo, sob o ponto de vista das suas características, sejam físicas ou humanas, tem como finalidade estruturar um fio condutor para que possamos objectivar as discussões fundamentais para o processo de desenvolvimento do estudo.

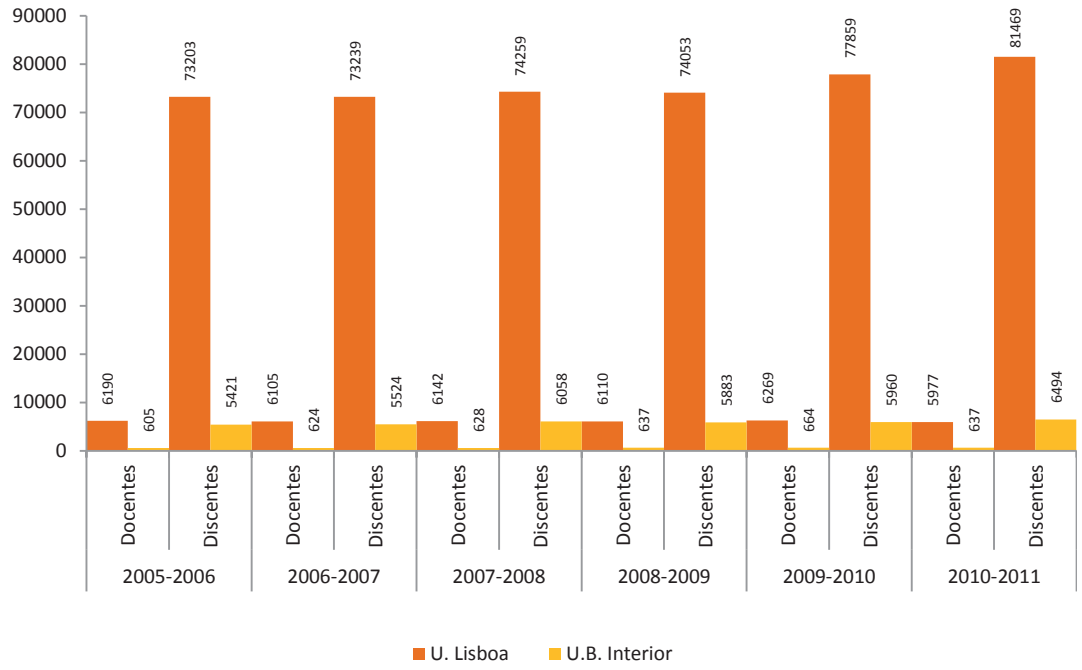
O histórico das Universidades permitirá compreender também a implantação na geografia, embora possa parecer menos adequado esse raciocínio.

Muitas Universidades públicas portuguesas poderão estar sobredimensionadas relativamente, não somente ao número de alunos como também á sua contribuição para o desenvolvimento produtivo local e regional, se não, vejamos em termos de número de docentes e alunos detalhadamente na Tabela 05.004 anterior.

Tendo como referencia duas situações díspares, nomeadamente a Universidade da Beira Interior e a Universidade de Lisboa. Quando referimos Universidade de Lisboa tendemos a indicar todo o ensino Universitário que abrange a grande Lisboa, onde se lecciona ensino universitário público representada pela Universidade de Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, ISCTE, Academia de Força Aérea, Academia Militar e Instituto Superior de Segurança Interna. Não houve necessidade de detalhar pormenores tendo em conta esta, não ser objecto de estudo do trabalho de investigação. Poderemos verificar uma assimetria que determina igualmente as grandes diferenças que se acentuam por razões óbvias sob o ponto de vista da densidade populacional mas também pelo processo de movimento populacional interno que se transforma num fenómeno natural e projecta o interior para um processo conhecido de despovoamento e desertificação.

Figura: 05.017

Dados comparativos referentes a professores e alunos
Universidades grande Lisboa e Beira Interior



Fontes: Elaboração própria. Dados DGEEC/MEC e PORDATA (2013)

Lisboa é a capital do Distrito e da Área Metropolitana de mesmo nome. É ainda o principal centro da sub-região estatística da Grande Lisboa, possuía, em 2011, uma população de 547 631 habitantes e uma área metropolitana envolvente que ocupa cerca de 2 870 km², abrigando quase 2,9 milhões de habitantes. A sua área metropolitana concentra 27% da população do país. A Região de Lisboa, que abrange do estuário do Tejo ao norte da Península de Setúbal, apresenta um PIB superior à média da União Europeia, que faz desta a região a mais rica de Portugal, mas com a peculiaridade da sua economia se concentrar, sobretudo, em serviços. O concelho de Lisboa tem 83,84 km² de área, e apresenta uma densidade demográfica de 6 531,9 habitantes./Km².

A Beira Interior é uma das regiões incluídas na proposta de sete regiões para a Regionalização de Portugal. Resulta da moderna união da antiga província da Beira Baixa, com a Beira Serra, parte da antiga província da Beira Alta correspondente, grosso modo, ao distrito da Guarda (exceptuando os concelhos de

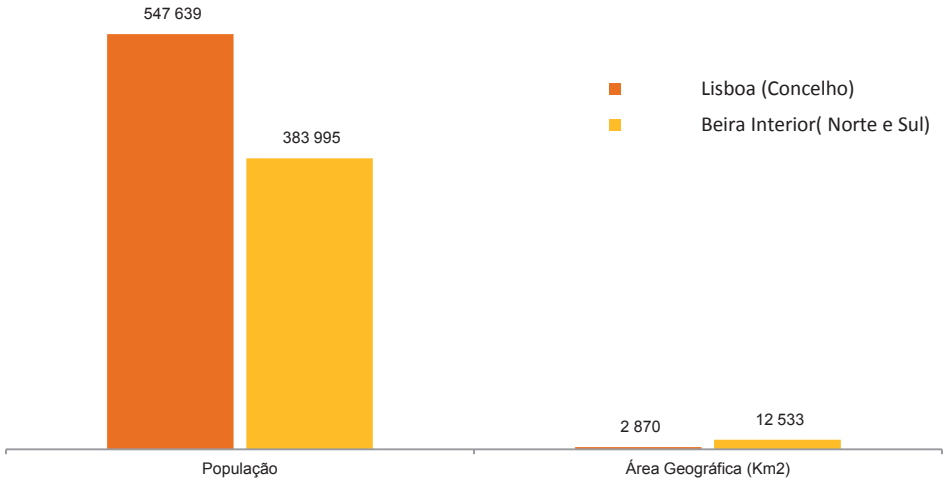
Vila Nova de Foz Côa e de Aguiar da Beira), das regiões de Trás-os-Montes e Alto Douro e Beira Litoral, respectivamente). Ocupa uma área correspondente a 12 533 Km² e contabiliza 383 995 habitantes (INE, 2013).

A questão em análise trata o reforço da necessidade de compreender e articular as áreas geográficas referidas e tão diferenciadas em termos de oferta percebendo se eventualmente a Universidade da Beira Interior responde a questões importantes como o desvio de pessoas, na sua maioria jovens do interior para o litoral. Donde que, entendemos como fundamental a reflexão acerca da possibilidade de criar sinergias para evitar esse fenómeno, ao qual a actual conjuntura organizativa da Universidade pública não consegue, efectivamente.

Esta menor abrangência geográfica da Universidade, nomeadamente estas Universidades que referimos como alvo do nosso estudo, não se confina á sua própria função como transmissora do saber, mas acima de tudo da inoperância no que toca ao combate a problemas fundamentais de estabilização das populações situadas nas regiões mais afastadas da urbe e do litoral e consequentemente contrariar o seu despovoamento e desertificação.

Figura: 05.018

Dados comparativos referentes a áreas em Km2 e Nº de habitantes por região do Concelho de Lisboa e Beira Interior



Fontes: Elaboração própria. Dados INE (2013)

As últimas décadas têm sido caracterizadas por acentuadas modificações no nosso território sendo que, só muito recentemente se tem tido em conta o valor social e económico das cidades de dimensão mais reduzida, ou seja cidades de média dimensão, assim como a sua importância no desenvolvimento, ainda que de um modo difuso e não sustentado por uma profunda reflexão teórica e metodológica que se reflecte há longos anos nos resultados que vêm sendo conhecidos.

O importante neste processo de reconhecimento coincide com a importância sob o ponto de vista da funcionalidade destes espaços que entendemos como mais reduzidos e suas condições de oferta para o apoio às transformações dos sistemas de produção neste espaço geográfico, ou seja a optimização do potencial da produção em micro geografia.

Contrariando este princípio estaremos perante um processo devastador de desertificação populacional - que já há algum tempo a esta parte se faz notar - para os grandes centros urbanos que se situam em grande parte no litoral.

Branco et al. (2010) referem que o problema da desertificação tem um impacte maior nos países em desenvolvimento onde a agricultura de subsistência tem consequências graves como a subnutrição e a fome, no entanto, a desertificação também afecta os países desenvolvidos pela sua má gestão territorial e políticas inadequadas.

A crise que se vive em grande parte dos países do mundo, da Europa e muito particularmente em Portugal vêm precisamente demonstrar isso.

Portugal terá que debater-se com um problema de fundo que reside no facto do processo de imigração interior/litoral se verificar mais acentuadamente, não obstante e segundo os censos provisórios 2011 a população portuguesa crescesse 2%, nos últimos 10 anos. A realidade é que as famílias portuguesas estão cada vez mais pequenas, pois entre 2001 e 2011, o número de pessoas que vivem sozinhas aumentou 37,3% (LUSA, 2012). E é principalmente no interior sul do país que esse isolamento das famílias mais se sente, como refere Casimiro (2011, p.1) "A vivência familiar solitária domina toda a metade interior do Continente, a maior parte no Alentejo Litoral e Algarve e alguns municípios das regiões autónomas".

Poder-nos-íamos atrever dizer que se trata de um problema efectivo de desertificação que tem como consequência a saída dos jovens de casa das famílias, na procura de mais e maiores oportunidades pelo facto da incapacidade do interior do país oferecer apoios, que por vezes se centram no papel da

Universidade como veículo do "saber" e do "saber fazer" e para o qual esta poderá contribuir sobremaneira para a diminuição do problema (Passos, 2008).

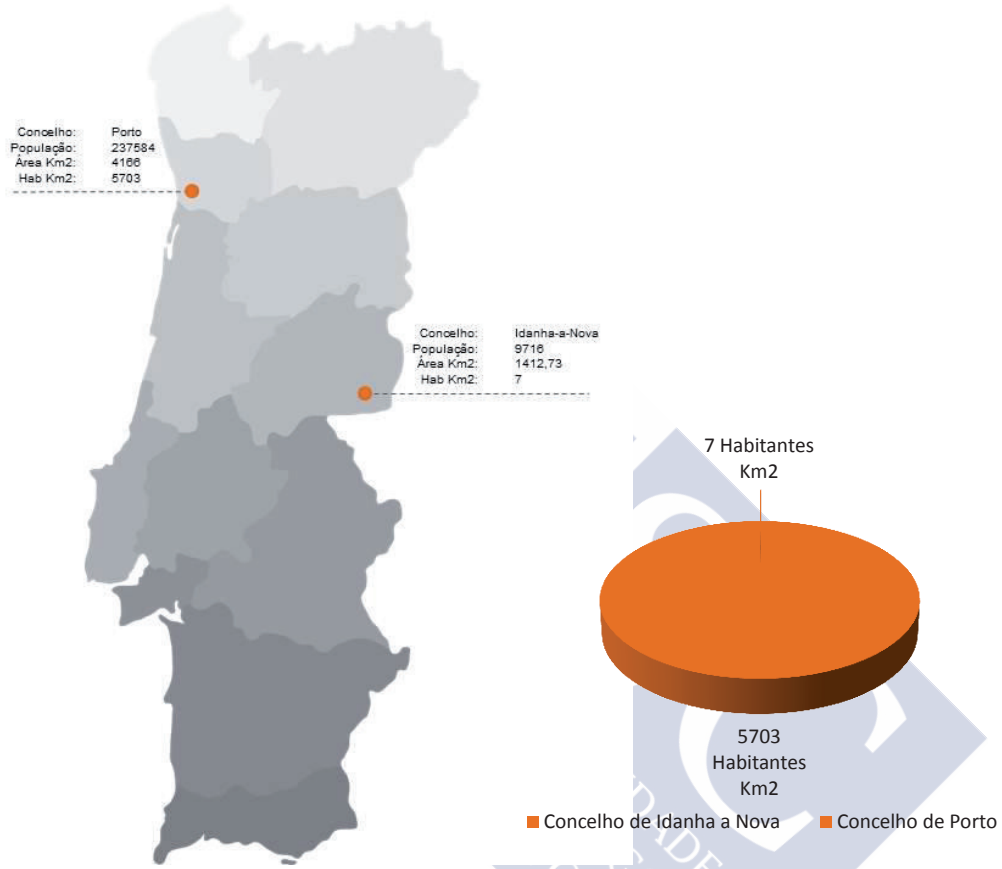
O despovoamento registado no interior do país deverá aproximar-se cada vez mais do litoral nos próximos anos. A maior concentração da população deverá incidir nas regiões do Porto, Lisboa ou Algarve, que curiosamente, a evolução notável será comparável a um deslocamento do interior para o litoral, reduzindo substancialmente o potencial geográfico do nosso país. Tudo isto nos remete para a reflexão acerca das motivações que levam os jovens a manter-se na sua terra de origem no sentido de proporem o seu desenvolvimento aquando o términus da sua carreira académica numa atitude de territorialidade (Mendes, 2012).

O fenómeno de territorialidade traduz-se na formação de processos identitários locais, ou seja, terá que se entender que qualquer pessoa, independentemente da sua idade ou sexo, terá que obrigatoriamente se identificar com o espaço geográfico que o acolhe e de certa forma este oferece-lhe algo, apontando assim, uma dinâmica espaço, homem, caso contrário deixa de existir o sentimento de territorialidade, porque este pressupõe obviamente a construção do futuro como sendo o privilégio de qualquer homem (Barracho e Dias, 2010).

Em Portugal, esta questão encontra-se cada vez mais esvanecida no tempo, a relação Interior Litoral, marca cada vez mais as populações agudizando acentuadamente o fenómeno do despovoamento.

Figura: 05.019

Mapa Geográfico sinóptico comparativo dos Conselhos do Porto e Idanha-a-Nova



Fonte: Elaboração própria. Dados, APD - Associação Portuguesa de Demografia (2012)

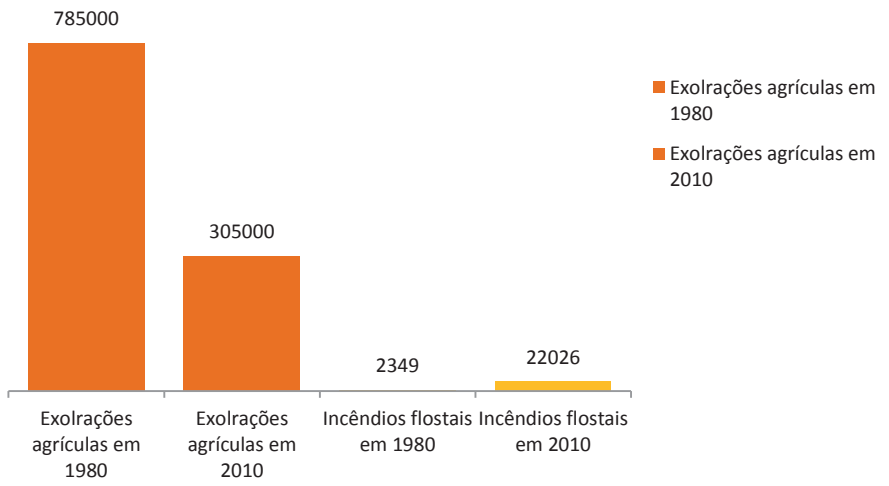
A realidade fica clara quando se olha para os dados que a Figura 05.019 refere e verificamos que concelhos como Idanha-a-Nova, comparativamente a um concelho como o Porto, por exemplo, se transforma numa informação comparativa quase assustadora e que tem como previsão ser mais agravada, quando verificada num país com uma área geográfica de aproximadamente 92 mil Km2.

O aumento do número de idosos é efectivamente um indicador de despovoamento do interior. Outros indicadores importantes da falta de população no interior do país podem ser encontrados em referências como as explorações agrícolas e no número de incêndios nos últimos 30 anos, que determinamos como referência temporal

orientadora neste trabalho de investigação. Não será suficiente a prova de despovoamento do interior com base em dados que somente abordam a variável diminuição populacional, pois isso transporta também outros interesses na área de conforto, ou até um desinteresse e tendência de diminuição das taxas de natalidade, por razões visivelmente óbvias, assentes no facto de as populações não confiarem na segurança do futuro e cultivarem cada vez mais o espectro social do conforto, reduzindo visivelmente as taxas de natalidade (Mendes, 2012).

Figura: 05.020

Dados comparativos referentes a explorações agrícolas e incêndios 1980/2010



Fontes: Elaboração própria. Dados APD (2012)

A Figura 05.020 demonstra a veracidade da realidade que se vive e que se continuará a viver se não se tomarem medidas que se prendam com políticas de investimento humano, optimização de recursos e de relação das Universidades públicas e o interior produtor do país.

O decréscimo no espaço geográfico na área da agricultura reflecte precisamente esse processo de despovoamento que temos vindo a referir e que entre outras assimetrias tem, como exemplo, causado um elevado número de incêndios

florestais, sendo este um indicador fulminante para a prova do acentuado despovoamento do território nas últimas dezenas de anos.

Os números são certamente comprovativos e preocupantes, já que remetem Portugal para um dos principais países da Europa e perecer de um processo de desertificação e despovoamento do interior precoce, que contraria todas as estatísticas até há meia dúzia de anos a esta parte.

Se não vejamos, segundo a APD (2012) uma projecção apresentada em Fevereiro, indicava que em 2030 haverá no país duas pessoas com mais de 65 anos para cada jovem com menos de 15, relação que passará a ser de 2,67 para um em 2050, sendo actualmente 1,29 para um.

Projecções publicadas pelo INE (2009) (Instituto Nacional de Estatística) apontavam para que, sem emigração nem imigração, a população portuguesa irá descer mais de 2 milhões de pessoas nos próximos 50 anos, ficando-se pelos 8,1 milhões de habitantes em 2060.

Como refere Mendes (2012), embora a baixa de fecundidade tenha sido uma tendência geral nos países ocidentais, Portugal aparece como único caso onde essa realidade se mantém. Comparativamente com outros países do sul da Europa, como Espanha ou Itália, estes já começaram a recuperar a taxa de fecundidade.

Este será também um desafio para as Universidades portuguesas e que se irá estender já no século XXI porque a globalização e a competitividade são variáveis que fazem parte do problema e a Universidade no seu papel de elemento social empreendedor terá que ser parte integrante e mediadora da sua solução.

Hoje joga-se com a competitividade das Universidades, não somente a nível europeu mas também no mundo. Novos desafios e procura de actos criativos são referências que têm norteado as suas intensões. No entanto, a centralidade continua a ser uma maior preocupação, obrigando os jovens a deslocar-se das suas áreas de residência e no pior cenário, a não voltar.

Encontramo-nos num país que por si já é reduzido na sua dimensão geográfica e que a curto espaço de tempo poderá vir a ser menor, devido ao acentuado despovoamento e á ineficácia do trabalho das instituições para travar esse fenómeno provocado pelas assimetrias sociais nomeadamente as Universidades públicas. Campos (2010) refere que a economia baseada no conhecimento, como princípio orientador do desenvolvimento económico das sociedades do século XXI, conta com as Universidades e com o seu importante papel na criação e na divulgação do saber.

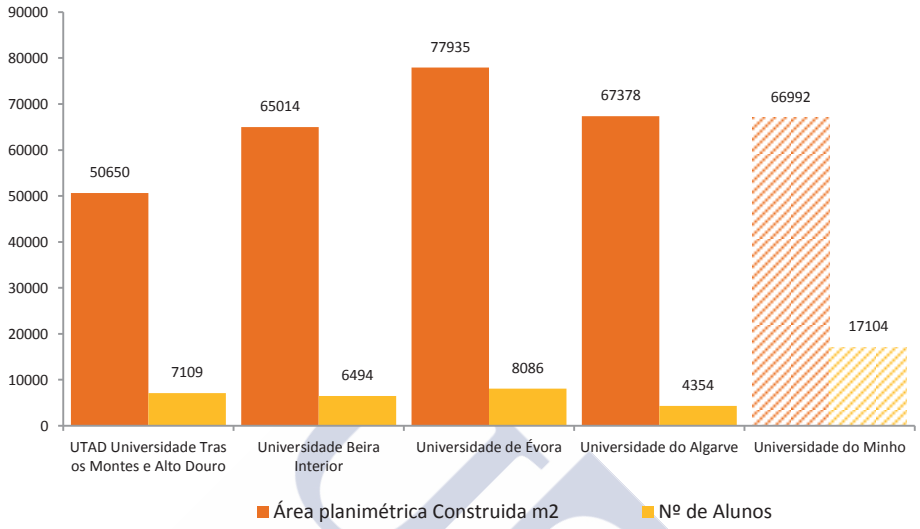
As Universidades portuguesas encaram situações sobremaneira assimétricas no que toca á sua relação com alunos e população que através dos tempos não tem vindo a alterar-se. O espaço universitário público é um dos recursos mais onerosos da gestão universitária, pelo que, as Universidades deverão adoptar procedimentos de orientação deste recurso que conduzam a uma melhoria contínua da sua gestão e da sua utilização, como refere Campos (2010).

Edificar uma Universidade tem implicações de gestão de espaço e planeamento extremamente importantes, donde que, o desenho da Universidade desde a sua projecção até á concepção, será efectivamente um valor acrescentado no que toca á sua determinação e garantia de eficiência no futuro, se não vejamos as características das Universidades ou campus universitários que tomamos como objectos do nosso estudo, comparando com uma universidade (no caso Universidade do Minho, Braga) mais próxima do litoral como poderemos verificar na Figura 05.021. Compreenderemos que a relação espaço construído / número de alunos é fundamental para a percepção da problemática e uma possível análise que fundamente algumas opções teóricas no futuro. É efectivamente essa, uma das questões que trata esta tese de doutoramento.

A Figura 05.021, mostra-nos uma evidente assimetria entre os espaços que consideramos edificados, medidos planimetricamente e calculados através da contabilização gráfica suportada em *software* próprio para o efeito.

Figura: 05.021

Dados comparativos referentes a alunos das Universidades do interior e a área edificada por comparação com a Universidade do Minho



Fontes: Elaboração própria / Dados INE (2013)

De salientar que consideramos área edificada como sendo a que corresponde á implantação no espaço geográfico, não consideramos por isso o interior de edifícios ou pavilhões.

A Universidade portuguesa deverá actuar dentro da região que opera e que tem como missão a descentralização com base numa dinâmica impulsionadora para um melhor desenvolvimento local no processo de produção e na melhor cidadania, minorando os problemas locais a regionais com base numa administração de recursos mais moderna e eficiente.

O fortalecimento das regiões e do território despovoado como anteriormente referido, tem como suporte a Universidade, sua componente de excelência e capacidade de investigação assente numa territorialidade e num mundo tão global como o actual, com um sentido de destino e construção de um futuro cada vez mais cooperante entre a ela e o espaço geográfico mais afastado dos centros de decisão, e consequentemente menos privilegiado.

As Universidades no geral, e muito em concreto as do interior, são objecto do nosso estudo e investigação remetendo-nos a um pensamento transformador quanto á sua finalidade.

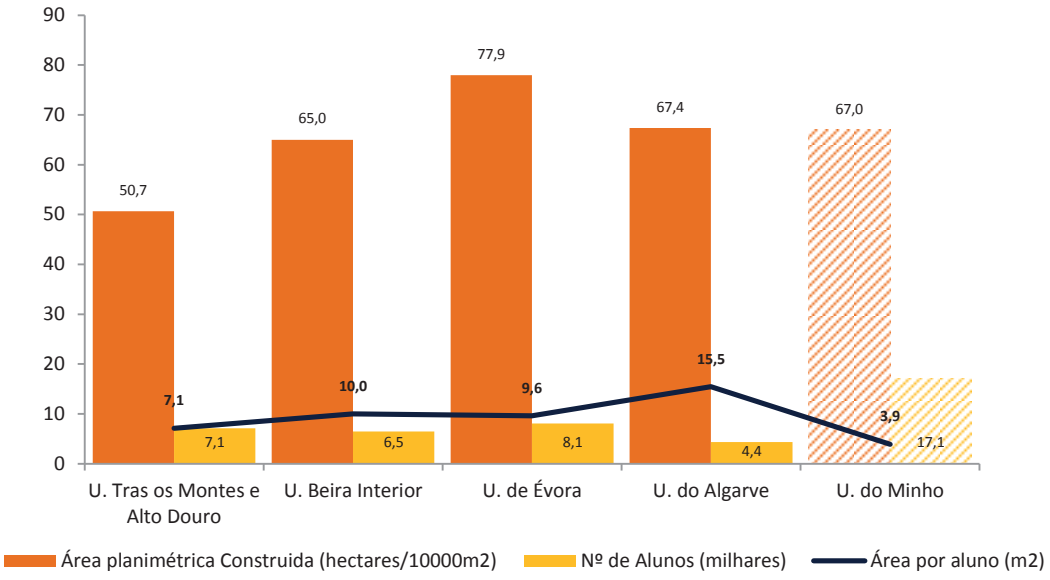
Como se poderá verificar na Figura 05.021, estamos perante uma desproporção algo acentuada entre a área edificada e o número de alunos de cada uma das Universidades localizadas no interior do país, cujo estudo comparativo elaborado através de dados referentes a alunos das Universidades do interior, a área planimétrica edificada de cada uma delas e em resultado disso, a visualização gráfica da área distribuída por cada aluno separadamente por m2.

Para uma melhor visualização comparativa entre as Universidades citadas (interior) com a Universidade do Minho que geograficamente faz a “ponte” entre o litoral e o interior (ver Figura 05.016), verificamos que os valores que tratamos são substancialmente diferentes.

Poderemos considerar um equilíbrio no número de alunos afectos a cada uma das Universidades. No entanto, através do estudo comparativo elaborado com os dados disponíveis referentes a alunos (INE, 2013), a área planimétrica edificada de cada uma delas e cujo resultado poderemos ter uma visualização gráfica da área distribuída por m2 a cada aluno separadamente, provocando alguma discrepância quanto á ocupação para infra-estruturas de cada uma delas, assim como a distribuição do espaço distribuído em área por aluno, salientando que, os indicadores referenciados quanto á Universidade do Algarve terão que ter em conta o facto de neste caso, assim como no caso da Universidade de Aveiro, esta não referenciada, as instalações em infra-estruturas se diluem pelos cursos universitários e cursos do politécnico, pelo que, essa separação seria praticamente impossível numa lógica da finalidade da investigação conforme Figura 05.022.

Figura: 05.022

Dados comparativos referentes às Universidades do interior e a Universidade do Minho
Áreas planimétricas / nº de alunos / área por aluno



Fontes: Elaboração própria. Dados INE (2013)

Poderemos também verificar e analisar dados referentes á Universidade do Minho que entendemos como justa comparação, dado tratar-se de uma Universidade com data de construção muito aproximada de qualquer das que estão implantadas no interior do território e também não estar exactamente no litoral.

Impõe-se obviamente uma análise do problema algo diferenciada de outras situações, nomeadamente de Universidades edificadas em centros urbanos anexos ao litoral. A questão que se coloca consiste efectivamente em sabermos se esta desproporcionalidade entre o número de alunos e as áreas referentes às infra-estruturas se equilibra e respondem à resolução das assimetrias sociais para as quais foram construídas, nomeadamente a desertificação, a produção e o despovoamento do território que cada vez se acentua mais, essencialmente no interior do país.

Teremos que entretanto repensar a verdadeira missão das Universidades públicas portuguesas neste século XXI, principalmente no seu relacionamento com as comunidades, nomeadamente aquelas que se situam no interior. Pensamos que

novos impactos no desenho do espaço físico das Universidades se impõe como uma das medidas a tomar para uma optimização directamente relacionada com a produção local.

Tendencialmente, as Universidades têm vindo a ser construídas ou ampliadas nos espaços de maior índice populacional e que em Portugal se remete ao litoral. Para tal, entendemos como fundamental analisar esses dados e compará-los entre si e com a Universidade do Minho, por exemplo, no sentido de compreender a necessidade de redesenhar os espaços e adaptá-los de forma a criar um relacionamento efectivo entre o saber dos residentes locais e regionais numa atitude transversal á Universidade, às populações e á produção.

Tabela: 05.005

Evolução do nº de alunos nas Universidades do interior 2005 / 2011

Universidades Alvo	Área m2	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
U. TAD	50650	6599	6510	7056	7173	7405	7109
U. Beira Interior	65014	5421	5524	6058	5883	5960	6494
U. Évora	77935	7500	6397	6910	7209	7666	8086
U. Algarve	67378	3818	3802	3907	3825	3964	4354
U. Minho	66992	15130	14682	15400	14821	15690	17104

Fontes: Elaboração própria. Dados INE e PORDATA (2012)

O gráfico da Figura 05.022 tal como a Tabela 05.005 mostram-nos a evolução do número de alunos das Universidades do interior do país em comparação com as áreas edificadas actuais e correspondentes à área destinada a ensino, salientando algum diferencial no que toca, por exemplo e por comparação, aos valores relacionais entre as Universidades de Évora e Algarve, no entanto demonstra também um equilíbrio realçado na evolução de alunos inscritos.

O que neste quadro, se poderá acentuar como dados fundamentais para análise, será a ineficácia desta solução, tendo em conta que também a Universidade do

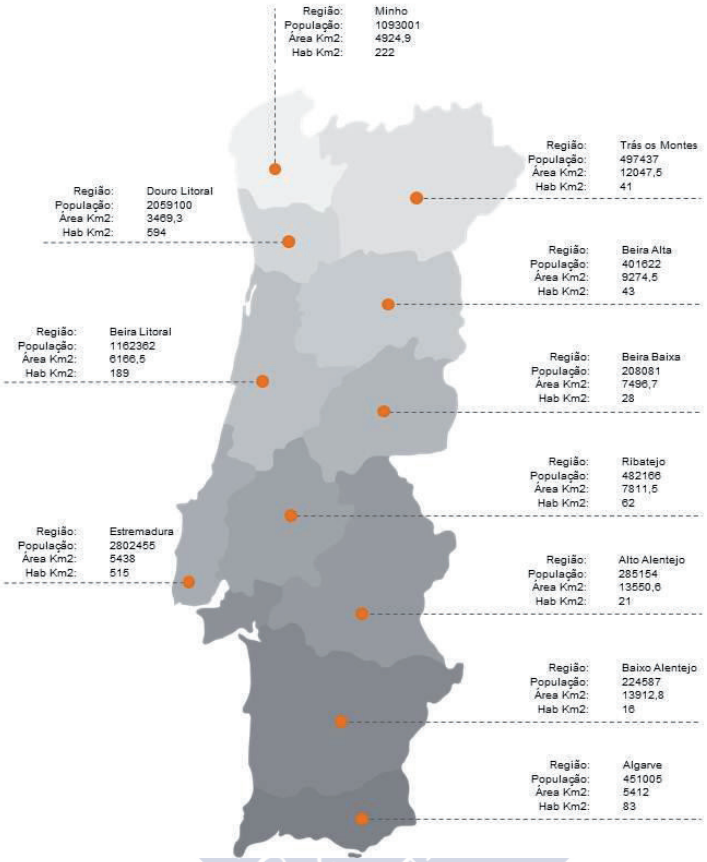
Minho (Braga e Guimarães) é caracterizada por uma evolução igualmente equilibrada, no entanto, a relação "área planimétrica edificada / alunos inscritos" torna-se menos acentuada, não obstante esta Universidade se encontrar também ela no interior Norte, fazendo a "ponte" entre o interior profundo e o litoral, o que determina que durante os anos lectivos 2005/2006 até 2010/2011 não se notasse uma evolução no sentido de alterar valores relativos á retenção da população no interior, sendo que e após uma verificação apurada poderemos considerar que as Universidades objecto do nosso estudo não estão a obter resultados no sentido de adaptar as suas infra-estruturas ao número de alunos inscritos, ou até às suas opções de interesse para estudo académico.

Este mundo que se pretende cada vez mais global, depara-nos com a problemática da territorialidade que obviamente nos remete a limites geográficos e consequentemente a tudo aquilo que poderemos fazer nele. É neste contexto que se pretende dar a entender que a Universidade pública, como sendo aquela que transpira maior responsabilidade neste campo, assumisse um papel de territorialidade que se traduzisse no incentivo á formação de processos identitários locais considerando a sua capacidade científica e de sapiência (Barracho e Dias, 2010).

Neste contexto, pretende-se que o uso do território motive uma formação socio-espacial, anexando as propriedades e condições necessárias á organização entre os indivíduos e os lugares (Innerarity, 2006), sendo que esta relação poderá efectivamente gerar um processo de apropriação que fomente o sentimento de aproximação entre os homens e a geografia, num processo de aprendizagem e produção, onde a universidade pública terá que ter um papel fundamental, contrariando uma situação no interior do país que se vem agravando ao longo dos tempos, como demonstra o mapa gráfico sinóptico da Figura 05.023.

Figura: 05.023

Mapa Geográfico sinóptico das Regiões de Portugal Continental
Dados de referência



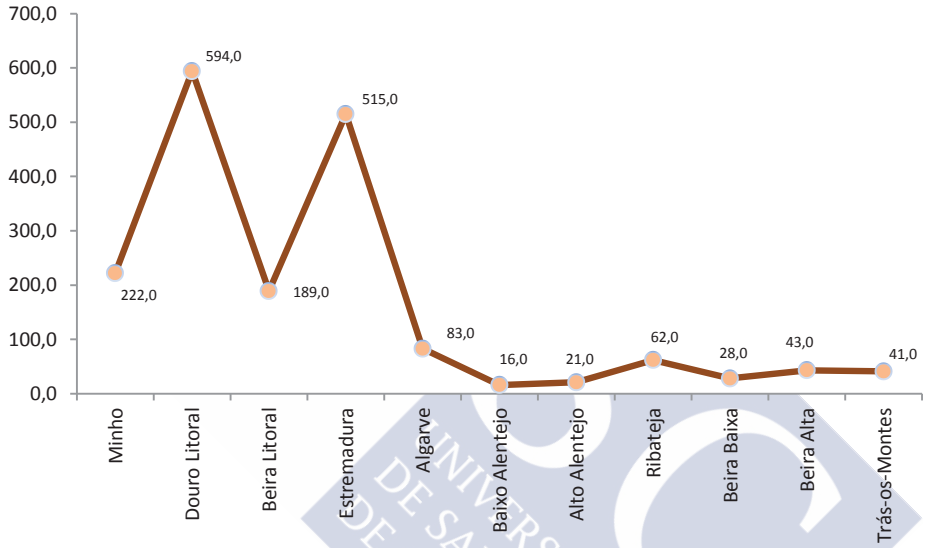
Fonte: Elaboração própria. Dados, APD; INE; PORDATA (2013)

O mapa sinóptico gráfico da Figura 05.023 remete-nos para um pensamento de profunda consternação quanto ao deslocamento das populações em direcção do litoral do país. Questão que nas Universidades mais recentes não se têm notado contrariar, não obstante as suas áreas edificadas terem, ao longo dos anos vindo a aumentar substancialmente. Donde que, a relação investimento/densidade populacional, não parte de uma lógica da proporcionalidade. Existe a consciência de que o controlo de factores que influam o planeamento e construção do espaço universitário, não seja algo de todo fácil, no entanto existem dimensões de realidades locais e humanos que poderão influenciar sobremaneira esta projecção

no tempo e no espaço, apoiando as decisões para uma boa caracterização desta área edificada que falamos e de seu ambiente externo e interno.

Figura: 05.024

Dados comparativos elaborado através da recolha referentes às populações regionais Nº habitantes por Km2



Fontes: Elaboração própria. Dados, INE e PORDATA (2013)

Na Figura 05.024 poderemos verificar uma acentuada diferença entre o interior e o litoral no que toca á distribuição populacional do país quanto ao número de habitantes por Km2.

O processo de migração interna e segundo dados do INE (2013) assenta em assimetrias que têm fundamentalmente a ver com a economia política do país e com maior destaque na migração das populações do interior para os concelhos de Lisboa e Porto, incluso nas regiões de Douro Litoral e Estremadura.

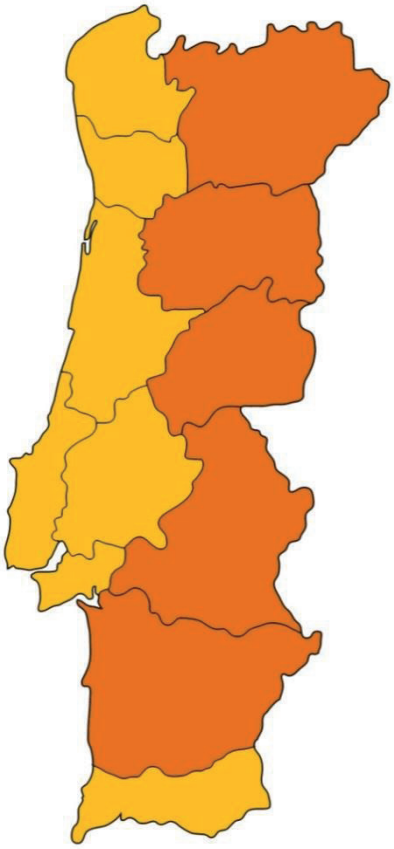
Mas no entanto, poderá a Universidade pública portuguesa contribuir um pouco mais para travar este processo eminente de despovoamento do interior? - A realidade é que o espaço que poderemos considerar “despovoado” em Portugal

ocupa aproximadamente 70% do território, como poderemos comprovar no gráfico da Figura 05.024 e na Figura 05.024a. Esta questão também toca de perto a Universidade pública portuguesa. As Universidades construídas há aproximadamente quarenta anos a esta parte, como sejam, Universidade do Minho, Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro, Universidade do Interior e Universidade do Algarve, assim como as sucessivas alterações da de Évora no alargamento das suas infra-estruturas, tiveram como um dos objectivos fundamentais travar este processo de despovoamento do interior do país.

Estão muito longe de cumprir esse objectivo, independentemente de ser notório o desenvolvimento das estruturas e infra-estruturas destas Universidades públicas na abrangência física construída na geografia, conforme se verifica na Figura 05.022, anteriormente descrito.

Figura: 05.024a

Dados comparativos referentes às áreas do Litoral e Interior
Km2 / População / Nº habitantes / Km2



LEGENDA

	Área Km2	População	Hab. / Km2
	25.400	7.567.918	298
	64.094	2.099.052	33

Fonte: Elaboração própria. Dados IGP e INE (2011)

É muito reduzida a indústria no interior do país, confinando-se unicamente a pequenos índices domésticos e pouco mais. Para esta problemática seria importante a função da Universidade pública, motivando a produção local e regional, como temos vindo a referir ao longo deste trabalho de investigação. Consideramos por isso, uma situação de área geográfica inoperante num país de reduzidas dimensões.

Não obstante a população portuguesa ter aumentado 2% nos últimos 10 anos (INE, 2011) estamos perante uma descida substancial relativamente á década anterior que foi de 5%. Em termos demográficos e segundo dados referidos nos Censos

(INE, 2011) a última década indica-nos que a região do Alentejo volta a perder população, registando uma diminuição de cerca de 2,5% face a 2001. A região Centro regista igualmente uma redução no número de habitantes, menos 1% face á década anterior. As restantes Regiões mantêm sensivelmente a mesma população, á excepção do Algarve que denota aumento algo significativo, 14,1%.

Figura: 05.025

Evolução da população residente em Portugal Continental, 1981 / 2011

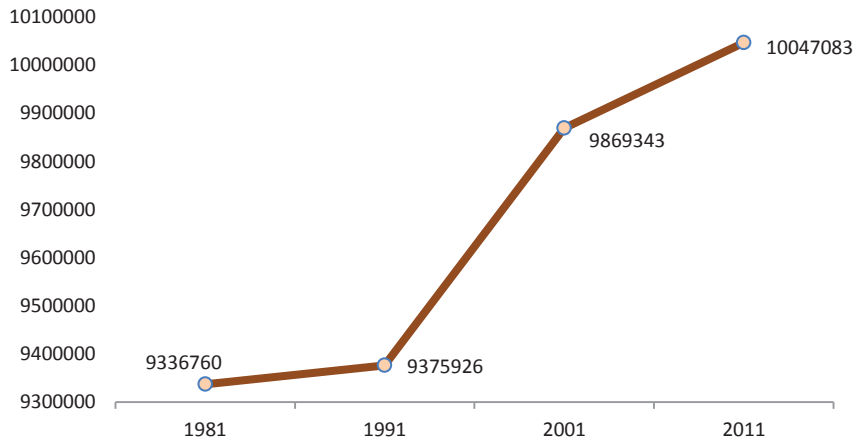


Tabela: 05.006

Evolução do nº de alunos nas Universidades do interior 1981 - 2011

População residente				Variação					
				Nº			%		
1981	1991	2001	2011	81-91	91-01	01-11	81-91	91-01	01-11
9.336.760	**9.375.926**	**9.869.343**	**10.047.083**	**39.166**	**493.417**	**177.740**	**0,42**	**5,26**	**1,8**

Fontes: Elaboração própria. Dados INE (2013)

A evolução da população por região na última década reforça o padrão já evidenciado na anterior. Continuou a assistir-se à perda de população nas regiões do interior e ao efeito de concentração nas regiões do litoral, embora os maiores crescimentos da população tenham sido registados nas zonas que envolvem Lisboa e em praticamente toda a região do Algarve.

As Universidades portuguesas em geral, e principalmente as públicas, terão que agora e no futuro pensar que a sua extensão terá que ser uma forma de se tornar útil verdadeiramente á sociedade e a uma realidade conjuntural actual e assente numa crise emergente e global. Essa propriedade deverá ter um papel fundamental para o desenvolvimento da localidade sob o ponto de vista de variáveis tão importantes como sejam o processo de aprendizagem e a produção. Desta forma, não terá que somente encarar a sua existência numa linha de pensamento que se confina ao ensino e á investigação, mas também incluir na sua receita social a extensão, ou seja, estender o seu braço do saber para fora do seu espaço de resguardo, no caso, o campus universitário, aproximando-as da comunidade efectivamente.

Segundo Costa (2005, p.1) «a extensão consiste na disponibilização do que a Universidade normalmente faz através dos seus corpos docentes e discentes para a comunidade». Encarando esta definição como lógica, entendemos por isso ir um pouco mais longe e afirmar que o menos importante neste processo de abrangência da Universidade pública para o bem e desenvolvimento social, será a adaptação das infra-estruturas, nomeadamente ao nível das instalações e de logística. Esta extensão de que falamos, não pretende mostrar-se como um prolongamento da Universidade pública dentro de uma lógica geográfica que mantenha a sua influência no espectro urbano, mas sim um afastamento até ao micro espaço geográfico.

Propomos que se entenda este processo de “extensão universitária” como um processo educativo normal, seja cultural e científico obviamente. No entanto este terá que articular o ensino e a investigação criando um fenómeno transformador na relação da Universidade com o meio social produtor.

Nesta perspectiva, as Universidades e polos correspondentes do nosso estudo pretenderam ultrapassar essa lacuna geoestratégia. Ora, temos verificado ao longo dos anos que nem sempre os resultados se revelam positivos nesta variável que consideramos como fundamental no combate ao processo de despovoamento da zona interior do país.

Não obstante este fenómeno estar directamente ligado a uma cadeia de opções estruturais subjacentes às políticas sociais e económicas, levadas a cabo durante estes últimos quarenta anos, poderemos verificar que a população portuguesa tem aumentado segundo dados divulgados pelo INE (2013) como se poderá ler no na Tabela 05.006, no entanto a variação exposta nos últimos censos (INE, 2011) é efectivamente mais reduzida relativamente aos últimos dez anos, como também está delineado na mesma Tabela, donde que e dada a conjuntura, a tendência será efectivamente a redução dos índices populacionais no interior do país.

A movimentação da população, segundo os censos INE (2011), centra-se nas áreas litorais, como temos vindo a referir ao longo deste documento de investigação. Esta movimentação abrange a grandes cidades, como Lisboa, Porto e Coimbra, em direcção, principalmente aos seus concelhos limítrofes e desta forma, serem os concelhos mais visados neste processo migratório da população vinda de outros.

O despovoamento de interior do país é um fenómeno que poderá ser devidamente e estrategicamente evitado, desde que sejam adoptadas políticas correctas e que processem um equilíbrio de investimento estudado e inteligente.

Os centros urbanos concentram a população numa estreita faixa que se limita ao litoral do país, como referimos anteriormente, no entanto e conforme o pensamento dos problemas gerados por este fenómeno acabarão por contribuir para inverter a situação. Existem vários países da Europa onde já é visível essa inversão. Algumas regiões já estão a recuperar e a renascer, em resultado de adopção de políticas nesse sentido, mas em boa medida, devido ao gigantismo das cidades do litoral (Mendes, 2012). Em Portugal ainda se vive a euforia da cidade, mas no momento e tendo em conta a actual conjuntura, já se começa a ter em linha de importância o valor da qualidade de vida que de momento é muito pouco compatível com os grandes centros urbanos. Começamos efectivamente a notar um maior interesse dos mais jovens pelo espaço rural.

Neste contexto, a Universidade pública portuguesa terá que assumir uma particular responsabilidade, não obstante podermos pensar que esta não seria uma tarefa mais “virada” para o seu trabalho social.

A extensão da Universidade pública começa a ser um veículo para a resolução do problema no que toca ao desenvolvimento local e regional com base num processo de desenvolvimento científico e que logicamente contribua para a produção local e regional.

A Tabela 05.007 transmite-nos uma ideia de aproximação geográfica das Universidades públicas portuguesas e seus polos ou faculdades, e muito particularmente daquelas que são se situam no interior do país, quanto á dispersão das suas extensões. Ora, á excepção da Universidade de Évora, poderemos confirmar a centralidade das Universidades do interior, donde que, não se apura por parte destas instituições uma abrangência física e geográfica que permita concluir um combate efectivo à desertificação e ao despovoamento visível do interior do território, o que de certa forma contraria o nosso objectivo de estudo, concluindo por isso que se impõe a necessidade de criar sinergias no sentido de propostas tão abrangentes quanto possível no que toca á influencia da Universidade pública no espaço e micro espaço geográfico, com incidência efectiva no interior do país.

Tabela: 05.007

Universidades públicas e Polos universitários portuguesas NUTS II

Universidade	Região	Localização	Campus / Polos	Localização	Distª Km
U. Évora	Alto Alentejo	Évora	Mitra	Colégio da Mitra	-
			Alter do Chão	Alter do Chão	**90**
			Beja	Beja	**80**
			Estremoz	Estremoz	**47**
			Évora	Évora	-
			Marvão	Serra S. Mamede	**122**
			Monsaraz	Monsaraz	**54**
			Sines	Sines	**168**
			Castelo de Vide	Castelo de Vide	**121**
			Fª do Alentejo	Fª do Alentejo	**76**
U. Algarve	Algarve	Faro	Saúde	Faro	-
			Portimão	Portimão	**71**
			Penha	Faro	-
			Gambelas	Faro	-
U. Coimbra	Beira Litoral	Coimbra	Coimbra	Coimbra	-
U. B. Interior	Beira Baixa	Covilhã	Polo I	Covilhã	-
			Polo II	Covilhã	-
			Polo III	Covilhã	-
			Polo IV	Covilhã	-
U. Lisboa	Estremadura	Lisboa	Lisboa	Lisboa	-
U. Minho	Minho	Braga	Braga	Braga	-
			Guimarães	Guimarães	**23**
U.T.M.A.D	T. M. A. Douro	Vila Real	Vila Real	Vila Real	-
			Chaves	Chaves	**125**
U. Porto	Porto	Porto	Polo I	Porto	-
			Polo II	Porto	-
			Polo III	Porto	-
U. Aveiro	Aveiro	Aveiro	Aveiro	Aveiro	-

Fontes: Elaboração própria. Dados INE e PORDATA (2013)

As regiões do Interior do país perdem a sua população jovem através das migrações internas assim como a emigração para outros países da Europa, provocando um despovoamento acentuado e que reflecte um vazio espacial num país que por si, já é geograficamente pequeno, no entanto e conforme Tabela 05.006 anteriormente exposto, averiguamos que esta realidade nem sempre se certifica se compararmos os dados de referência que o gráfico exposto na Figura 05.026 nos dá a conhecer.

Ora, numa lógica de abrangência geográfica na extensão da Universidade, deveríamos verificar na zona geográfica abrangida pela Universidade de Évora, (Alto e Baixo Alentejo), por exemplo, que os valores acentuadamente menores no que toca ao processo de despovoamento e tendo em conta a sua abrangência geográfica, nomeadamente através dos seus polos de ensino, com uma área edificada planimétrica construída de aproximadamente 77.935 m2, conforme Figura 05.021 anterior, remete-nos para um pensamento de combate efectivo ao despovoamento, o que efectivamente não acontece, se olharmos o quadro comparativo entre a área geográfica correspondente e por comparação entre as regiões de NUTS II, que são unidades territoriais estatísticas de Portugal e designam as sub-regiões em que se divide o território português, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Maio de 2003. O Regulamento instituiu uma nomenclatura comum das unidades territoriais estatísticas (NUTS).

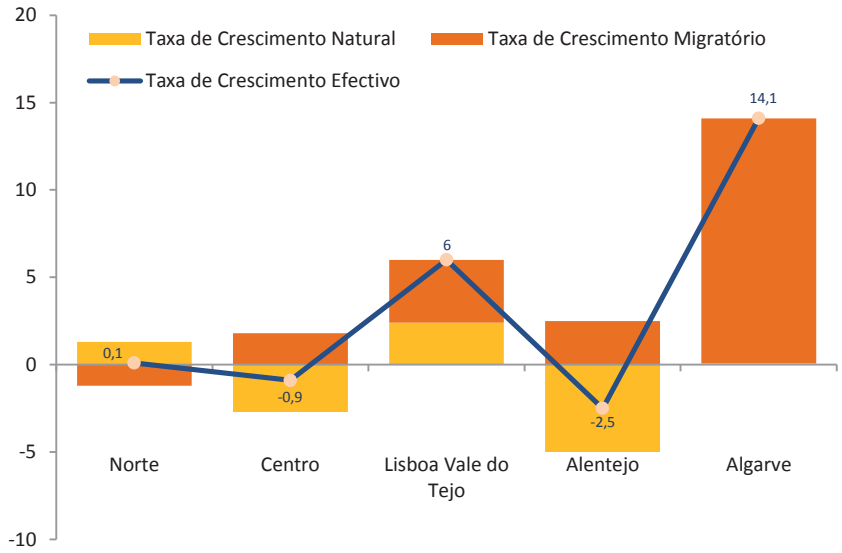
Num estudo levado a cabo pelo INE (2011) havia sido constatado um forte impacte que as migrações exerceram no crescimento da população portuguesa no período intercensitário 1991/2001, não obstante ser notório um crescimento da população se olharmos para os resultados definitivos dos censos de INE (2011), no entanto será objectivo referir que em Portugal estas modificações são normais, sobretudo como resultado da alteração dos fluxos migratórios no decorrer da década de 90, em que Portugal, país tradicionalmente de emigração, passou a ser um país de mais forte imigração (Carrilho e Patrício, 2002).

Segundo os resultados dos Censos (INE, 2011), Portugal revela uma taxa de crescimento da população de 2% relativamente a 2001, (INE, 2002), valor fortemente influenciado por uma taxa de crescimento migratório que abrangeu os 1,8%, valores que resultam da decomposição da variação populacional nas suas componentes de saldo natural e de saldo migratório, este obtido como residual da

diferença entre a variação populacional e o saldo natural, durante o período intercensitário 2001-2011, segundo a mesma fonte.

Figura: 05.026

Taxas de Crescimento, Natural e Migratório (%) no período intercensitário 2001-2011 - NUTS II.



Fontes: Elaboração própria. Dados INE (2013)

A região do Alentejo voltou a perder população, (cerca de 2,5%) face a 2001, bem como a região do centro, com défice populacional na cas dos 1%. A região do Norte manteve praticamente a população que tinha na última década, continuando a apresentar saldo positivo a região do Algarve (14%), segundo informação do INE.

As assimetrias regionais encontradas nas taxas de crescimento efectivo das suas populações são ainda mais notórias quando analisadas individualmente, assim como as suas taxas de crescimento natural e migratório.

No tocante às taxas de crescimento natural e segundo o artigo publicado elo, INE (2013, p.63), no período intercensitário, verificou-se nas NUTSII do Continente algumas assimetrias com as regiões do centro (-2,7%), Alentejo (-5,0%), perdendo população efectiva tendo em conta o seu saldo natural, enquanto o Algarve e

Lisboa apresentam valores de um crescimento natural 0,1% e 2,4% respectivamente. Simultaneamente, todas as NUTSII do Continente registaram taxas de crescimento migratório de valor positivo, verificando-se a mais elevada no Algarve, 14%.

Não obstante, as regiões do Centro e do Alentejo, as taxas de crescimento natural negativas, não conseguiram ser compensadas pelas taxas de crescimento migratório na região do Alentejo que desta forma perdeu efectivos populacionais.

Na perspectiva de uma leitura mais simplificada, poderemos verificar na Tabela 05.008, este fenómeno de taxas migratórias em Portugal (NUTSII) no período censitário 2001 – 2011, onde se conclui que na relação directa entre as taxas de crescimento natural e migratório, a taxa efectiva que aponta para resultados negativos está efectivamente localizada no Alentejo.

Tabela: 05.008

Taxas Migratórias Inter NUTS II (%)

NUTSII	Taxa de crescimento Natural	Taxa de crescimento Migratório	Taxa de crescimento Efectiva
Norte	1,3	- 1,2	0,1
Centro	- 2,7	1,8	- 0,9
Lisboa Vale Tejo	2,4	3,6	6,0
Alentejo	- 5,0	2,5	- 2,5
Algarve	0,1	14,0	14,1

Fontes: Elaboração própria. Dados INE (2013)

Face aos resultados expostos poderemos apurar que a região do Alentejo será a que mais afectada se encontra neste fenómeno de despovoamento, confirmando-se que o Algarve por força da importância do crescimento migratório, não apenas superou a taxa de crescimento natural negativo como se revelou como a NUTSII onde a taxa de crescimento efectivo foi a mais elevada.

Também como refere INE (2012) as disparidades regionais nas taxas de crescimento, nomeadamente na sua componente migratória, implicariam uma análise mais detalhada dos fluxos migratórios a nível de NUTSII, tarefa dificultada pela diversidade de fenómenos a considerar (migrações externas e migrações internas, por NUTSII) e pela escassez de fontes estatísticas disponíveis em Portugal.

Com base nos resultados obtidos, poderemos verificar que segundo os dados estatísticos revelados nos Censos de 2011 (INE, 2011) a região mais afectada pelo despovoamento do interior do país é efectivamente a região do Alentejo, onde paradoxalmente a abrangência de espaço geográfico ocupado pela construção de infra-estruturas universitárias em sede e polos é o mais elevado do país.

A Tabela 05.007 poderá dar-nos uma ideia dessa abrangência geográfica das Universidades públicas portuguesas com base nos NUTSII de Portugal Continental e tendo como referencia a localização dos seus polos afastados da sede a uma distância igual ou superior a 25 Km.

Desta forma, poderemos verificar que comparativamente á área geográfica planimétrica construída assim como á cobertura geográfica planimétrica a Universidade de Évora deveria apresentar valores substancialmente diferentes e certamente superiores às restantes Universidade do interior, numa lógica comparativa.

Tabela: 05.009

Dados de referência das Universidades do interior

NUTS	Universidade afecta	Polo com afastamento = ou > 25 Km	Máxima abrangência geográfica Km	Área planimétrica construída m2	Taxa de crescimento efectiva % NUTSII
II – Norte Vila Real	U. Trás Montes Alto Douro	Chaves	125	50650	0,1
		M. Douro			
II – Centro Covilhã	U. Beira Interior	-	-	65014	0,9
II - Alentejo Évora	U. Évora	Cº de Vide	168	77935	- 2,5
		Marvão			
		Alter Chão			
		Estremoz			
		Monsaraz			
		Fª. Alentejo			
		Beja			
		Sines			
II -Algarve Faro	U. Algarve	Portimão	71	67378	14,1

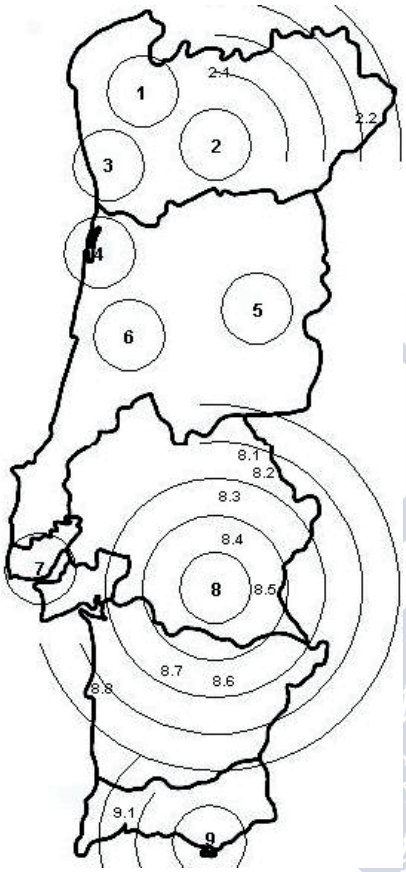
Fontes: Elaboração própria. Dados INE e PORDATA (2012)

Em NUTS II – Alentejo, situado na cidade de Évora, poderemos verificar um maior afastamento de polos, nomeadamente, uma abrangência geográfica de 168 quilómetros da sede.

A dispersão geográfica e de infra-estruturas desta Universidade não tem conseguido evitar um processo de despovoamento notório, como refere a Tabela anterior, sendo que, estes dados se referem aos Censos de 2011 (publicação em Agosto de 2012), o que nos permitirá concluir e tendo em conta a actual conjuntura, que o futuro nos reserva valores substancialmente mais elevados, tendo como referencia um natural processo de migração para o litoral do país e emigração para países Europeus como se tem vindo a verificar nos últimos anos.

Figura: 05.027

Abrangência das Universidades públicas e seus polos com distância > a 25 Kms



Universidade	Polo c/ distância> 25 Km
1 - Minho	
2 - Trás-dos- Montes Alto Douro	2.1 – Chaves
	2.2 – Miranda do Douro
3 - Porto	
4 - Aveiro	
5 - Beira Interior	
6 - Coimbra	
7 – Lisboa	
8 - Évora	8.1 - Cº de Vide
	8.2 - Marvão
	8.3 - Alter Chão
	8.4 - Estremoz
	8.5 - Monsaraz
	8.6 - Fª. Alentejo
	8.7 - Beja
	8.8 - Sines
9 - Algarve	9.1 - Portimão

Fonte: Elaboração própria

A Figura 05.027 transmite-nos uma ideia da abrangência das Universidades públicas e seus polos, sendo que, tomamos como referencia os polos com um afastamento igual ou superior a 25 quilómetros, medida que entendemos como razoável para determinar uma área de abrangência que consideramos pertinente para cada uma das Universidades públicas portuguesas.

Desta forma poder-se-á confirmar graficamente que as Universidades públicas que se estendem pelo litoral são aquelas que não consideraram os seus polos além de uma distância linear igual ou superior a 25 quilómetros, traçando círculos concêntricos á sua sede.

Poderemos averiguar também que das Universidades públicas localizadas mais acentuadamente no interior, nomeadamente, Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro (2), Beira Interior, (5) e Évora, (8), não têm como referência espacial uma alargada abrangência geográfico através dos seus polos, á excepção da Universidade de Évora que pauta pela distribuição geográfica mais acentuada, estendendo-se pelo Alto e Baixo Alentejo e que curiosamente se arrasta até ao litoral Sul, nomeadamente a Sines (8.9).

Tentaremos por isso ter como referência de estudo esta situação e fenómenos adjacentes que nos determinem algumas orientações no sentido de consolidar o nosso estudo e discussão assente na possível, ou não, eficácia desta estratégia que em nosso entender pouco ou nada tem servido os objectivos fundamentais de combate ao despovoamento.

Uma aposta clara nas alterações de fundo, na abrangência da responsabilidade politica e social da Universidade pública, reflectirá uma evolução no sentido da criação de sinergias que efectivamente contrariem, não somente um visível processo de despovoamento e desertificação do interior do país como também assumam um papel preponderante no processo de produção.

A criação de um modelo teórico que altere o funcionamento da Universidade pública sob o ponto de vista estrutural e de abrangência geoestratégica, irá privilegiar, alianças directas com o produtor, a autonomia do espaço produtivo, aprendizagem organizada e a confiança na optimização de um espaço geográfico que está condenado ao despovoamento e desertificação.

Entendemos uma Universidade pública que não somente se dedique ao ensino e á investigação, mas que se estenda no espaço em forma de extensão. Apelamos por isso á compreensão da Universidade com o sentido da multiversidade protagonizada por Kerr (1995), sendo que aprenderemos com um modelo universitário Inglês, (humanista e centrado no ensino), o modelo Francês, (funcionalista e centrado na formação profissional) e no modelo Alemão, (privilegiando a pesquisa em associação com o ensino).

Desta forma e acentuando um estreitamento na relação com a comunidade numa atitude estratégica e abrangente, ou seja, ao nível local e regional, as Universidades portuguesas centralizarão a responsabilidade política e social que lhes é inerente e compete.

A Universidade contemporânea não deveria ter muros nem paredes, ou se os tivesse que fossem simbólicos e transparentes. A ideia de uma Universidade

moderna remete-nos para uma organização cada vez mais integrada às redes globais flexíveis que nos permitam uma crítica assertiva e construtiva sob forma de produção. Segundo Ribeiro (2005), poderemos identificar que o desenvolvimento científico e tecnológico suporta a modernidade e por conseguinte o sentido da Universidade pública que ele defende é uma aposta na modernização.

Vivemos num contexto de mudança da sociedade, com uma acentuada evolução sob o ponto de vista da informação e das tecnologias. O recurso a ferramentas e suportes informáticos fazem cada vez mais parte integrante da vida dos estudantes, professores e investigadores, incluso o cidadão comum.

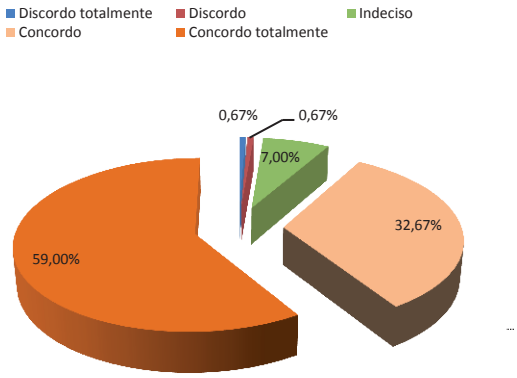
As respostas dadas ao questionário *on-line* sobre a importância da comunicação em rede no sentido de estreitar relações e conhecimentos com base nas tecnologias de comunicação no apoio a uma relação mais aproximada da Universidade pública com outros espaços do território para melhorar a compreensão dos problemas locais mais afastados dos centros urbanos, manifestam uma significativa opinião que indicia de forma mais ou menos generalizada a compreensão de um futuro mais virado para a importância da comunicação em formato das novas tecnologias, nomeadamente as redes sociais de comunicação. O gráfico da Figura 05.028 dá-nos uma visão, ainda que não exaustiva da população, na sua maioria, com formação superior e experiencia no que toca á utilização das ferramentas *online* de comunicação no processo de desenvolvimento, atribuindo uma total concordância de 59,0%, uma concordância de 32,7% em contraponto com uma muito menor valorização á ideia de discordância respectivamente 0,7%.

Ainda poderemos verificar um acentuado número de inquiridos com dúvidas acerca desta questão, de 7,0%.

Figura: 05.028

(A1_10) Opinião acerca dos novos formatos de comunicação "TIC" para a Universidade do futuro (N=306)

Nível de Importância		Quantidade
1	Discordo totalmente	2
2	Discordo	2
3	Indeciso	21
4	Concordo	98
5	Concordo totalmente	177
Total		**300**



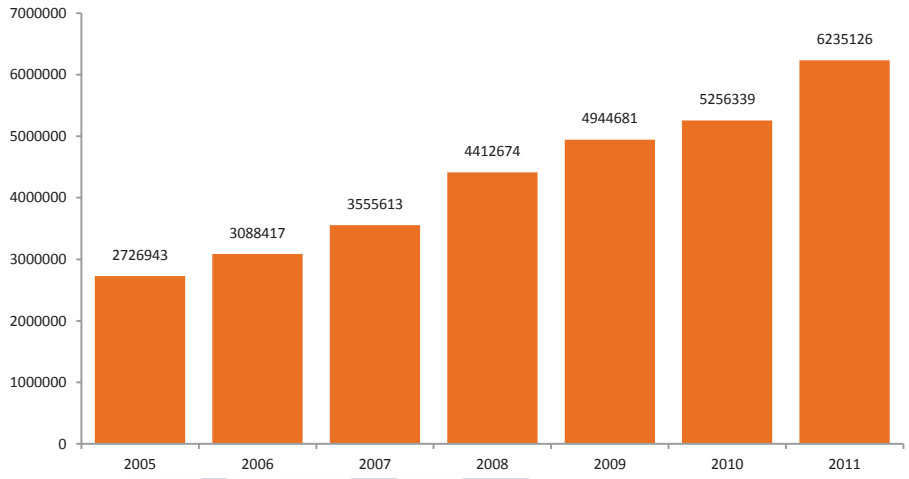
Fontes: Elaboração própria

As bibliotecas *online* assim como as plataformas de informação têm sido a fonte de publicações científicas mais utilizada nos últimos anos e que suportam a informação necessária para o conhecimento num mundo cada vez mais global e em contacto.

Em Portugal essa evolução tem sido uma visível realidade que se acentua nos últimos anos, paradoxalmente ao estado económico do país. Encontramo-nos num dos lugares mais destacados na utilização destas ferramentas de informação e comunicação, pois segundo informação do INE (2013) 56,6% das famílias em Portugal Continental têm acesso á rede de informação em BD (Banda Larga) e 63,7% têm PC (*Personal Computer*), obviamente em detrimento de outros valores, também eles fundamentais e que somente agora se fazem sentir, nomeadamente uma crise que poderá colocar em causa esta evolução tecnológica em formato de consumo.

Figura: 05.029

Número de Downloads de periódicos científicos levados a cabo pelas Universidades públicas portuguesas - 2005 a 2011



Fontes: Elaboração própria. Dados Costal et al. (2012)

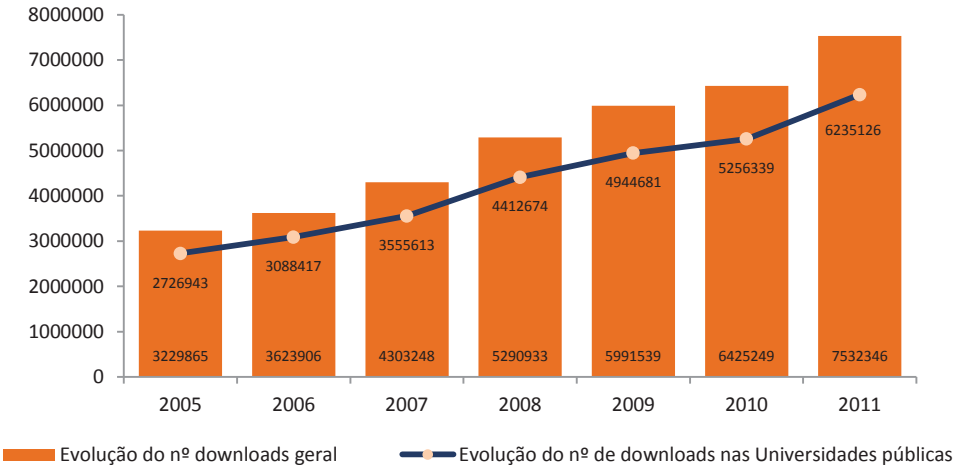
Com base numa leitura objectiva do gráfico da Figura 05.029, poderemos verificar essa evolução na categorização destas ferramentas de informação no mundo da comunicação. Demonstram por isso, a importância devastadora que os recursos científicos electrónicos assumem através das bibliotecas *on-line (b-on*) no processo aprendizagem e de investigação em Portugal e num pensamento á escala, também na Europa e no Mundo.

Os fornecedores de conteúdos a estas plataformas de informação electrónica vão ciclicamente melhorando a oferta e ampliando a abrangência de conteúdos das várias áreas científicas, ultrapassando os interesses das comunidades académicas, alargando assim á sociedade em geral. Estamos portanto, deparados com uma tendência crescente ao nível da utilização *on-line* e de downloads das produções científicas assim como um aumento substancial das suas publicações.

O gráfico da Figura 05.030, dá-nos uma visão da utilização de *downloads* de artigos científicos e outros levados a cabo pelas comunidades académicas do ensino universitário público português, confrontando-o com o geral. O que nos leva a compreender da importância destas ferramentas de pesquisa para os estudantes e investigadores.

Figura: 05.030

Número de Downloads de periódicos científicos levados a cabo pelas Universidade públicas Portuguesas e em geral 2005 - 2011



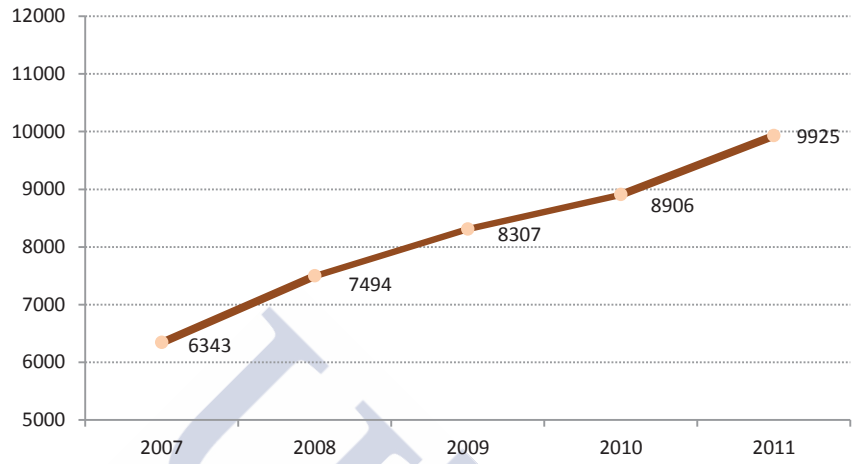
Fontes: Elaboração própria. Dados Costal et al. (2012)

O número de artigos com afiliação portuguesa e com base no artigo exposto pelos mesmos autores (Figura 05.029) tem vindo a aumentar de uma forma progressiva nos últimos anos.

Foram localizados 40.975 artigos indexados na *WoS* (*Web of Science*), com afiliação de autores portugueses, publicados nos cinco últimos anos até á data de 2011.

Figura: 05.031

Evolução do nº de artigos científicos portugueses indexados na *WoS* - 2007 - 2011



Fontes: Elaboração própria. Dados Costal et al. (2012)

Não obstante um rácio em final de 2010 de 121,3 publicações científicas por 100 Mil habitantes em Portugal (GPEARI/MCTES, 2012), caberá agora reflectir acerca de uma questão sobremaneira relevante neste processo de desenvolvimento – Será tão marcante no processo de aculturação e desenvolvimento do país, uma Universidade pública tão eficaz quanto o espaço físico que ocupa na geografia, onde a grandiosidade e conforto das suas infra-estruturas, independentemente da sua excelência e massa crítica, nem sempre reflectem os resultados que se pretendem importantes para a realidade social? - Esta é uma questão pertinente, porque é também sobre este assunto que trata esta tese de doutoramento.

Para isso, poderemos verificar na Tabela 05.010 que se traduz numa possível leitura acerca de alguma desproporcionalidade entre a abrangência geográfica planimétrica das Universidades públicas portuguesas do interior do país e as suas infra-estruturas construídas que, tal como referimos foram obtidas através de uma leitura gráfica *on-line* já anteriormente citada e que entendemos por conveniente introduzir um elemento comparativo, no caso a Universidade do Minho.

Tabela: 05.010

Abrangência geográfica planimétrica das Universidades do interior e Infra-estruturas construídas

Universidade	Área de implantação construída Km2	Abrangência geográfica Km = ou > 25 Km	Prod. Cientifica PC - 2011	Nº Docentes 2010-2011	Nº Discentes 2010-2011
U. Évora	7,8	168	975	662	8086
U. Algarve	6,7	71	1697	807	4354
U. Beira Interior	6,5	-	891	637	6494
U. Trás Montes A. Douro	5,0	125	1188	540	7109
U. Minho	6,7	-	3957	1163	17104

Fontes: Elaboração própria. Dados INE, PORDATA e GPEARI (2014)

No que toca a uma distribuição por comparação, poderemos verificar, a título de exemplo, que a Universidade do Minho que se situa na cidade de Braga e que foi construída num tempo aproximado das nossas Universidades do interior, sejam, Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro, Universidade Beira Interior, Universidade Évora e Universidade do Algarve, encontra um maior equilíbrio área construída / nº de discentes, porque além de uma oferta mais variada de cursos também ela se aproxima do litoral e se encontra inserida em contexto urbano de maiores dimensões geográficas, permitindo assim um "salto" mais rápido para novas ofertas de trabalho.

As Universidades públicas portuguesas pretendem estar numa permanente atitude de desconstrução e desnivelamento através pela amostragem se tornar visível e consequentemente garantir a sua sobrevivência. A preocupação principal destas Universidades que falamos, passa por a desconstrução e multiplicação. Vão-se descentralizando na tentativa de garantir a sobrevivência, criando cada vez mais unidades não autónomas, que como pretensão óbvia deveriam ter já dado resultados significativos quanto ao processo de despovoamento e produção do micro espaço geográfico, principalmente do interior e no espaço afastado dos centros urbanos.

Poremos em causa a ideia de quanto maior a "organização", no caso a Universidade, melhor a qualidade. Assim, teremos também que reflectir acerca de

algumas questões fundamentais que terão que se enquadrar numa conjuntura actual e que reflectem uma crise alargada á Europa e ao Mundo.

Kerr (1995) refere que a Universidade americana muito grande poderá ser como o dinossauro que foi extinto porque ficou cada vez maior e, assim, sacrificou a flexibilidade evolucionária de que precisava para enfrentar as condições em mudança. Independentemente da segmentação da Universidade portuguesa, esta terá que evoluir no sentido da diversificação e da implementação espacial tão abrangente quanto possível. No entanto, esta ramificação terá que obviamente responder às necessidades efectivas da problemática social vigente na sociedade portuguesa e não aos preconceitos e egocentricidades da ocupação pelo poder da abrangência e domínio territorial.

A Tabela 05.011 poderá dar-nos uma visão mais clara desta assimetria relativamente ao investimento científico e criação de massa crítica nos pontos mais deficitários sob o ponto de vista da produção e do despovoamento que, aliás, são pontos de referência que temos vindo a abordar durante este capítulo.

Poderemos por isso confirmar que a região do Alentejo tendencialmente será o espaço geográfico com maior défice de diplomados na proporção da área geográfica nacional que ocupa, 31.605 Km2, o que traduz 0,1 diplomados por Km2 e uma percentagem de 0,23% de diplomados relativamente á população residente de 757.302 habitantes (INE, 2011), não obstante a zona do Alentejo, NUTS II, ser abrangida somente pela Universidade de Évora. No entanto esta Universidade que falamos é aquela que mais se distribui pelo espaço geográfico em polos universitários e consequentemente em área planimétrica construída (6,7 Km2) e um número acentuado de área planimétrica por aluno, 9,6 m2 (ver gráfico da figura 05.022).

Se comparada por exemplo, esta realidade com a realidade da zona Norte e segundo a NUTS II, poderemos verificar que existe uma acentuada diferença em termos de indicadores, o que permitirá referir que a abrangência geográfica não poderá somente assentar numa análise de valores pela entidade ocupacional do espaço e sua determinação em termos de valor físico, mas teremos entretanto de olhar mais atentamente aos resultados obtidos por cada uma das Universidades públicas portuguesas.

Tabela: 05.011

Dados referentes às populações por NUTS II

NUTS II	Universidades residentes	Área geográfica NUTS II (km2)	População Residente	Diplomados Universidade pública - 2010/2011
Norte	U. do Minho	21.286	3.689.682	14.016
	U. Trás-os-Montes Alto Douro			
	U. do Porto			
Centro	U. Aveiro	28.199	2.327.755	8.621
	U. Coimbra			
	U. Interior			
Lisboa e Vale do Tejo	U. Lisboa	3.002	2.821.876	14.341
	U. Técnica de Lisboa			
	U. Nova de Lisboa			
	ISCTE			
	Academia de Força Aérea			
	Academia Militar			
	I. S. Segurança Interna			
Alentejo	U. Évora	31.605	757.302	1.723
Algarve	U. Algarve	4.797	451.006	1.707

Fontes: Elaboração própria. Dados INE, PORDATA e GPEARI (2013)

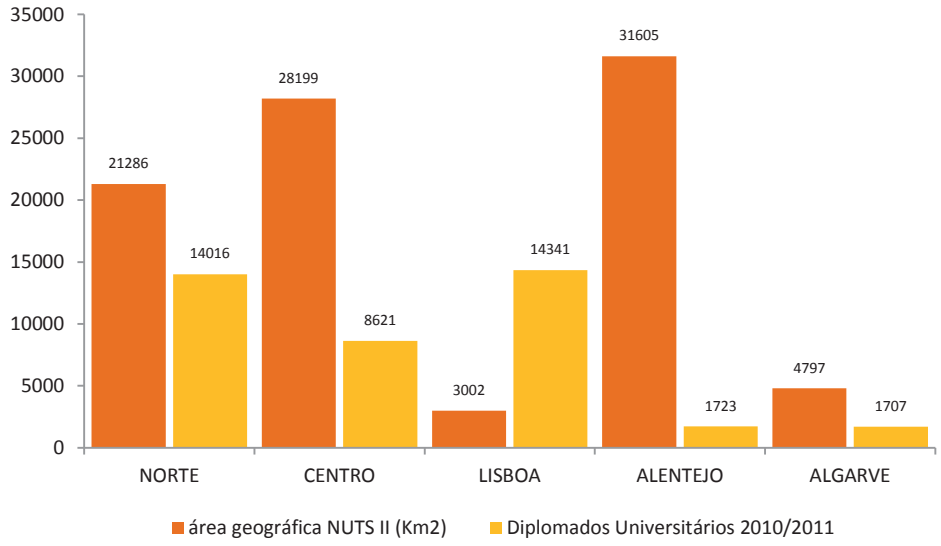
É notória uma acentuada diferença entre as áreas correspondentes a cada região NUTS II e o número de diplomados, tendo em conta variáveis importantes como o desenvolvimento do litoral contrapondo com o despovoamento do interior, donde que, os valores tidos como referencia demonstram uma necessidade estratégica no tocante ao apoio para uma intervenção da Universidade pública em contexto. No entanto, será pertinente referir que os valores abaixo representados nos colocam algumas questões deveras importantes, nomeadamente o facto de podermos confirmar exactamente uma maior abrangência demográfica no litoral do país,

assim como uma contínua vontade da deslocação populacional mais jovem para o litoral. Desta forma, poderemos constatar que nos últimos quarenta anos as Universidades públicas instaladas no interior do país não têm criado sinergias de forma a contrariar aquilo que teremos que entender como sendo um verdadeiro problema ligado ao processo de despovoamento, como temos vindo a tratar durante este capítulo, não obstante as políticas que têm vindo a ser introduzidas ao longo deste tempo não tenham desenvolvido defesas no sentido de minorar esta questão.

O gráfico da Figura 05.032 transmite-nos a realidade actual quanto á relação existente entre o espaço geográfico de cada região NUTS II (Km2) e o número de diplomados durante o ano de 2010/2011.

Figura: 05.032

Gráfico comparativo áreas NUTS II e número de diplomados nas Universidades geograficamente afectas



Fontes: Elaboração própria. Dados, INE (2012)

Poderemos assim, verificar uma acentuada assimetria relativamente aos diplomados nas Universidades públicas do litoral e do interior.

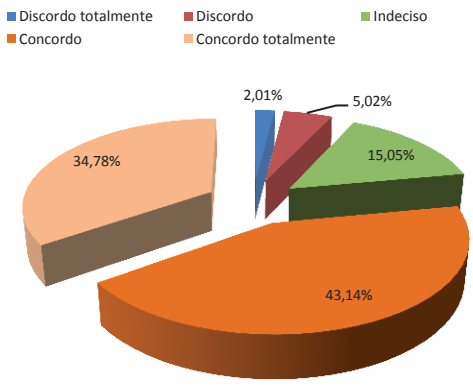
A propósito desta problemática, pudemos constatar que, principalmente no interior do país a opinião dos inquiridos através de questionário, no caso a grande maioria, quadros superiores e outros, opinam positivamente para a implementação relativamente ao propósito da Universidade pública ser representada descentralizadamente para uma melhoria substancial no desenvolvimento local e regional relativamente aos grandes centros urbanos.

Tendo como referencia o número de 306 inquiridos (N=306), pudemos verificar nos resultados do gráfico da Figura 05.033, uma acentuada opinião, 43,14% e 34,78% no sentido da representatividade da Universidade pública num formato descentralizado dos grandes centros urbanos, pois desta forma iria ser beneficiada a produção local e regional. A representação da opinião de indecisos estabelece-se nos 15,05%, remetendo os de opinião contrária para 2,01% e 5,02% respectivamente.

Figura: 05.033

(A1_5) Níveis de importância na representação da Universidade pública no espaço local e regional (N=306)

Nível de Importância		Inquiridos
1	Discordo totalmente	6
2	Discordo	15
3	Indeciso	45
4	Concordo	129
5	Concordo totalmente	104
Total		**299**



Fontes: Elaboração própria

A Figura 05.033 reforça a ideia da necessidade de compreender a opinião de um público muito próximo da realidade, pois num universo de 306 inquiridos distribuídos em grande parte pelo interior do país, poderemos verificar uma opinião

quase generalizada da importância que, por um lado as populações dão ao papel da Universidade como importante interlocutor entre o ensino e a produção e por outro, a visível necessidade de compreender esta Universidade que falamos como um segmento importante no contexto de aprendizagem e produção local e regional.
De salientar também que tratamos com inquiridos cuja formação académica dificilmente é inferior á licenciatura porque entendemos este ser um público-alvo com a experiencia no ensino universitário e superior avalizada para uma opinião mais formada e consistente no que toca á aprendizagem e á experiencia. Donde que, o diferencial se traduz nos resultados expressos na Tabela 05.012 e que se resumem num universo de 306 inquiridos em que 54,25% são licenciados, 23,2% mestrados, 4,9% de doutorados, 12,42% com ensino secundário e 1,63% de ensino profissional respectivamente. Poderemos verificar também que o número de inquiridos de naturalidade do interior do país se sobrepõe ao litoral, 58,50% e 41,51% respectivamente (dados já anteriormente referidos na Figura 05.014).

Tabela: 05.012

Tabela comparativa quanto ao Grau académico dos inquiridos e Naturalidade Litoral / Interior (N=306)

Licenciados	Mestrados	Doutorados	Pós-Doutorados	Secundário	Profissional	Litoral	Interior
54,25%	23,20%	4,90%	1,31%	12,42%	1,63%	41,50%	58,50%

Fontes: Elaboração própria

Campos (2010) refere que o final do seculo XX obrigou-nos a observar o ensino superior de acordo com uma nova perspectiva, baseada na opção de modernizar, dar maior funcionalidade e maior flexibilidade aos espaços e à gestão dos mesmos para atender a populações e públicos diferenciados.
Nesta perspectiva teremos que pensar a Universidade pública do século XXI como um elemento social que terá que pensar na sua missão como o interlocutor activo no campo do ensino e da investigação, no entanto, esta Universidade que falamos terá que se tornar mais económica e flexível sob o ponto de vista físico e da

funcionalidade. Estas soluções resultam, quase sempre, de uma análise integrada e multidisciplinar do projecto, baseada no domínio total do projecto e também da sua informação que assim permite uma aplicação eficaz das soluções ou recomendações apontadas nestes trabalhos científicos.

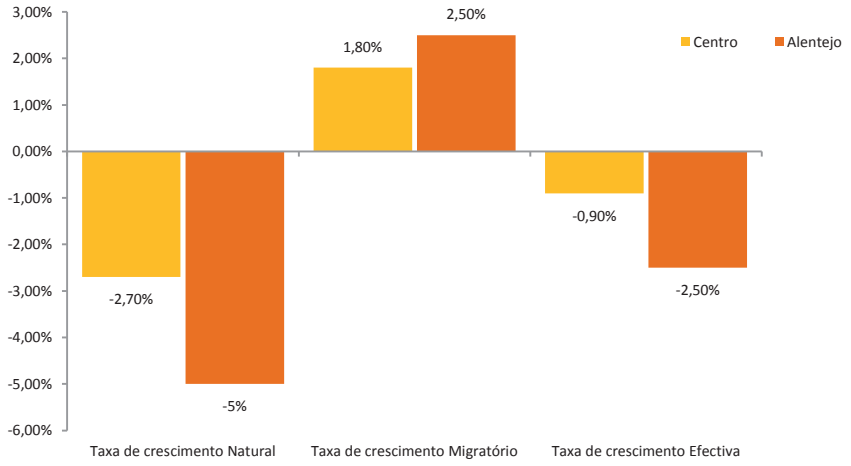
Desta forma e tendo em conta que tratamos uma área geográfica do país específica e confinada ao interior, voltamos a confrontar situações que determinem a opinião das populações residentes nestes espaços e os indicadores fornecidos por instituições de análise e levantamento credíveis, como sejam o INE, PORDATA, DGES e DGEEC, donde que, se poderá concluir que a opinião do público em geral e muito concretamente da área geográfica que estamos a tratar se confina ao facto de a migração do interior do país para o litoral ainda não ter deixado de ser uma realidade em Portugal de há quarenta anos a esta parte.

Encontramos por isso como termo comparativo o exemplo do Alentejo e Centro (NUTS II) que se têm demonstrado as regiões do país mais afectadas por este fenómeno de despovoamento através da leitura da Figura 05.034 quanto á sua taxa migratória, como já foi abordada no anterior capítulo.

Seleccionamos por isso o quadro de referência das taxas migratórias referentes aos Censos 2011 e publicadas em Agosto de 2012 a termo definitivo, relativas às regiões do Centro e Alentejo (INE, 2012).

Figura: 05.034

Taxas Migratórias Centro e Alentejo NUTS II (em %) – Censos 2011



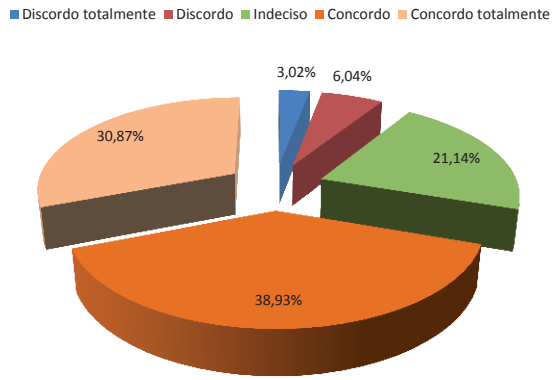
Fontes: Elaboração própria. Dados INE (2011)

Propomos a análise mais confrontada com a opinião específica conseguida através de questionário no intuito de visualizar os dois quadros para comparação a fim de estes nos darem uma ideia mais pormenorizada entre a realidade em 2012 através do levantamento exaustivo dos Censos 2011 e o rácio de uma parcela de opinião pública (amostra) focada num público com perfil académico superior e com maior incidência de residência no interior-centro do país, conforme poderemos verificar no gráfico da Figura 05.035.

Figura: 05.035

(A1_6) Opinião acerca da descentralização da Universidade pública e sua contribuição para a produção local e regional (N=306)

Nível de Importância		Inquiridos
1	Discordo totalmente	9
2	Discordo	18
3	Indeciso	63
4	Concordo	116
5	Concordo totalmente	92
Total		**298**



Fontes: Elaboração própria

Como confirmam os resultados das Figuras 05.034 e 05.035 e porque tratamos o espaço geográfico do país com maior índice de despovoamento, poderemos concluir que, embora não sendo uma opinião generalizada, esta situação é algo contraditória. Ou seja, a realidade não é directamente proporcional á vontade da amostra, que tendo em conta a sua opinião e no universo possível, entendem que a possível descentralização da Universidade como motor do processo de produção e do desenvolvimento é uma realidade, se tivermos em conta que os inquiridos são

licenciados e superior na sua grande maioria. Trata-se por isso de um fenómeno que terá que compreender-se sob o ponto de vista da estratégia.

Se verificarmos o gráfico da Figura 05.035, notamos que o maior número de inquiridos, aproximadamente 38,93% e 30,87% entende que a descentralização do espectro da Universidade pública poderá contribuir para o desenvolvimento local e regional, donde que, poderemos verificar por comparação que esta opinião contraria o gráfico da Figura 05.034, por exemplo com a taxa de crescimento efectiva de -0,9% no Centro e -2,5% no Alentejo (NUTS II) respectivamente. Estamos portanto, perante uma situação que poderá requerer alguma reflexão no que toca á função da Universidade pública fora dos centros urbanos e principalmente na possível estratégia de implantação na geografia. No entanto, não poderemos esquecer por exemplo que na região do Alentejo a Universidade pública de Évora se distribui efectivamente pela geografia através dos seus polos, abrangendo um raio no terreno de 168 Km aproximadamente, como se pode verificar na Tabela 05.009.

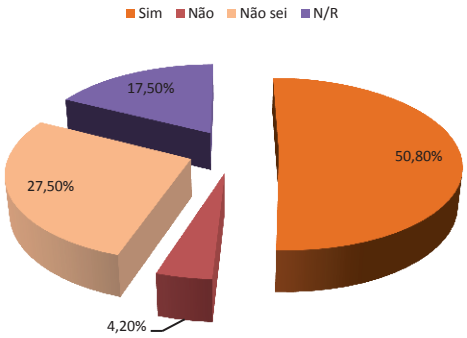
Ainda relativamente a esta realidade, propomos uma visualização da abordagem à amostra da Figura 05.035a para que possamos tirar algumas conclusões sob o ponto de vista da opinião da população quanto a esta questão, que por estranho que pareça contraria de certa forma a realidade no terreno. Desejamos por isso elaborar uma aproximação mais enquadrada no público-alvo que é nossa amostra e que, como temos vindo a referir ao longo do trabalho, compõe-se por um grupo de indivíduos (homens e mulheres) com experiencia no ensino superior.

Assim, e recolhendo algumas opiniões do nosso público-alvo a este respeito, solicitamos através de questões directas (escolha múltipla) a opinião dos inquiridos quanto à sua possível vontade face à possibilidade, enquanto académicos, de estudar na sua região de naturalidade.

Figura: 05.035a

(B1_8) Recolha de opinião acerca da vontade da representação da Universidade próxima das populações (N=120)

Nível de Importância		Inquiridos
1	Sim	61
2	Não	3
3	Não sei	13
4	N/R	21
Total		**99**



Fontes: Elaboração própria

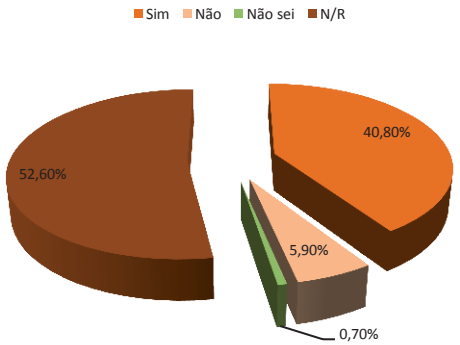
Dentro da mesma linha orientadora de opinião dos inquiridos, colocamos mais algumas questões de opinião (Sim, Não, Não sei) no sentido de confirmar a vontade dos inquiridos em verem um ensino universitário mais perto, tirando daí o melhor partido da Universidade como mentora da dinâmica e desenvolvimento local e regional.

È visível a reacção positiva dos respondentes quanto a esta questão e dentro do espectro da opinião 50,80% respondem positivamente, embora 27,50% reajam negativamente à questão, 17,50 têm dúvida.

Figura: 05.036

(B3_2) Recolha de opinião acerca da importância da proximidade da Universidade no apoio à produção local (N=152)

Nível de Importância		Inquiridos
1	Sim	62
2	Não	9
3	Não sei	1
4	N/R	80
Total		**152**



Fontes: Elaboração própria

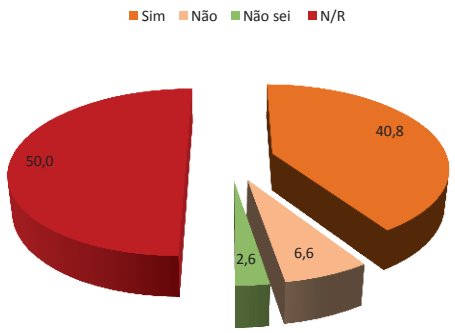
Na Figura 05.036 e não obstante uma ausência significativa de respostas relativamente à população, 52,60%, é notório que a maioria dos inquiridos respondentes tem uma opinião positiva, 40,80%, tendo uma resposta negativa de 5,90% relativamente à aproximação da Universidade à sua naturalidade (área de nascimento). De salientar que os inquiridos entendem a Universidade como um factor importante no processo de desenvolvimento local.

A este respeito tentamos encontrar uma resposta da parte da nossa amostra relativamente à opinião no que toca à sua sensibilidade quanto à formação oferecida pela Universidade que mais se aproxima geograficamente e se essa formação é condizente com as necessidades locais.

Figura: 05.037

(B3_4) Recolha de opinião acerca da oferta formativa dada pela Universidade mais próxima da região (N=152)

Nível de Importância		Inquiridos
1	Sim	62
2	Não	10
3	Não sei	2,6
4	N/R	76
Total		**152**



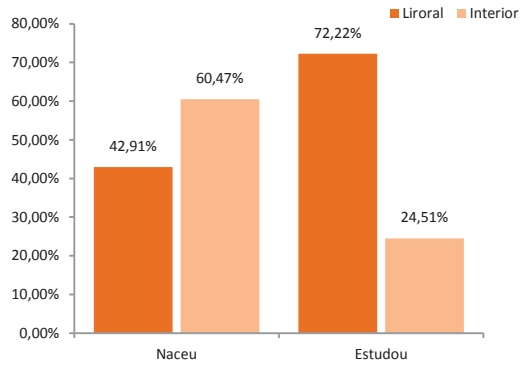
Fontes: Elaboração própria

Face ao número de solicitados para dar resposta à questão expressa na figura 05.037 e não obstante um acentuado número de não respondentes, 50,0%, o maior número de respostas afirmativas, 40,8%, concorda com o facto de que a Universidade mais próxima da sua região responde às necessidades de formação. No entanto e após a verificação de inquiridos que estudaram em Universidades do interior e do litoral, conclui-se uma acentuada diferença nos números que apresentamos na Figura 05.038.

Figura: 05.038

(A1) Recolha de dados comparativos a nascença e estudo litoral e interior (N=306 / 296)

Nasceu		**Estudou**	
Litoral	Interior	Litoral	Interior
127	179	221	75
Total		**Total**	
306		296	



Fontes: Elaboração própria

Com base em dados dos questionários verificamos que na nossa amostra, o número de indivíduos (homens e mulheres) nascidos no interior é superior aos nascidos no litoral, no entanto o número de indivíduos que estudaram no litoral é substancialmente superior aos que estudaram no interior, sendo que se conclui que, independentemente do resultado expresso na figura 05.037 e apesar de, com base na opinião dos inquiridos, a Universidade mais próxima das suas regiões oferecerem formação que vai de encontro às suas necessidades, o litoral continua a ser o mais procurado para os estudos universitários.

Em modo de conclusão e através do gráfico da Figura 05.038 verificou-se que os inquiridos da amostra cuja naturalidade é o interior do país têm como objectivo académico aderir ao litoral. Podemos pensar que as Universidades públicas desta zona do país terão que encontrar novos formatos para que o processo de despovoamento não seja tão acentuado como o que notoriamente se verifica.

Poderemos também reflectir acerca da abrangência da Universidade pública sob o ponto de vista da geografia. Assim, se essa abrangência tem correspondido á procura durante os últimos quarenta anos em Portugal, reflectindo obviamente um número de diplomados proporcional ao investimento implícito, poderemos falar numa Universidade pública sustentável sob o ponto de vista da produção, ou melhor, da relação entre esta e o produtor. Teremos que remeter o nosso pensamento para o sentido de território para que desta forma possamos designar esta atitude como um acto de apropriação ou territorialidade.

Tentaremos demonstrar através desta ideia de territorialidade que a Universidade pública portuguesa, ainda resiste a esse tão malfadado estigma que lhe minimiza essa credibilidade sob o ponto de vista da utilidade pública e que no essencial permita contribuir para uma melhoria substancial no interior do país.

O facto é que o conceito de território não é mais do que a designação de um local ou área geográfica ocupada por uma pessoa ou um grupo de pessoas e reside neste conceito a ideia de propriedade, pois a Universidade portuguesa, funciona segundo esta ideia de propriedade, o que por vezes a leva a esquecer que o lado exterior é tão, ou mais importante que o interior, independentemente de todos os protocolos, ligações científicas e comerciais que possam existir entre ela e o mundo exterior aos muros que a limitam fisicamente.

As nossas Universidades públicas situadas no interior do país têm como uma das funções que lhe foram confiadas aquando da sua implantação na geografia portuguesa, de certa forma a optimização do espaço no interior do país sob a forma de produção e rentabilização através da interacção entre as populações e a investigação, evitando, tanto quanto possível, um processo visível de despovoamento e consequente desertificação. Ora, isso começa a não se notar, pese embora a sua existência ultrapasse os quarenta anos, sendo a sua criação e edificação nestas datas respectivamente - UTAD/1986; UBI/1973, EU/1559 e UA/1979. De salientar que embora a Universidade de Évora faça parte da história do século XVI, as grandes alterações de fundo ao nível da sua abrangência geográfica e infra-estruturas foram após 1974 (Barracho e Dias, 2010).

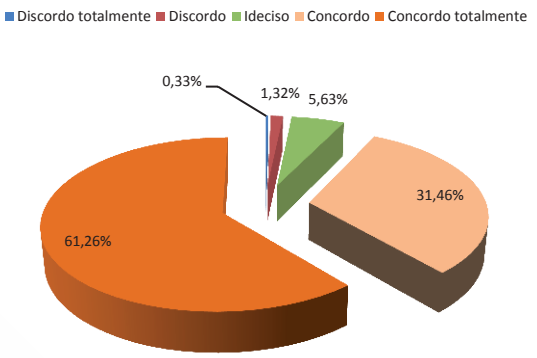
O espaço físico da Universidade deverá ser directamente proporcional ao seu desenvolvimento estratégico, por isso, a necessidade de um planeamento eficaz e actual terá que ser uma realidade. Os espaços estratégicos das Universidades públicas terão que ter em conta variáveis importantes sob o ponto de vista da funcionalidade e que decerto tenha directamente a ver com os objectivos.

Numa abordagem à amostra, detivemos a opinião dos inquiridos a este respeito que expressa na Figura 05.039 e dá uma clara opinião de total acordo quanto a esta questão, 61,26% e 95.0% e que se prende com o facto de a Universidade ter que demonstrar um maior empenho fora dos seus limites físicos e humanos.

Figura: 05.039

(A1_3) Opinião acerca da abrangência do ensino universitário fora do seu limite físico (N=306)

Nível de Importância		Inquiridos
1	Discordo totalmente	1
2	Discordo	4
3	Indeciso	17
4	Concordo	95
5	Concordo totalmente	185
Total		**302**



Fontes: Elaboração própria

Neste início de século, as Universidades públicas, e muito concretamente as do interior, terão que enfrentar novos desafios e como missão fundamental provar a necessidade da sua existência (Campos, 2010). Estes desafios estão objectivamente associados a alterações de fundo na conjuntura social e económica fundamentalmente, á qual a Universidade em geral não poderá ser indiferente se tiverem em conta alguns pontos fundamentais e críticos na análise quanto á problemática do seu futuro no processo de produção e abrangência da investigação como sejam; **Geográfica -** O processo de apropriação do território como motor de desenvolvimento e produção em contexto de investigação; **Populacional -** Alterações demográficas que colidem com o esvaziamento de candidatos ao ensino superior e que se irão reflectir sobremaneira no interior do país; **Social -** Prioridades na estrutura hierárquica dos saberes e do "saber fazer"; **Económica -** Limitações financeiras na atribuição do estado ao ensino público, incluso o ensino universitário; **Tecnológica -** Visível crescimento dos novos formatos de ensino virtual.

O nosso país padece de um problema que afecta as populações mais afastadas dos centros urbanos e que tem como consequência principal o visível despovoamento do seu interior. Impõe-se por isso criar condições de afectação das populações, e acima de tudo as mais jovens nos espaços geográficos confinados ao interior. Ora essa condição somente se poderá verificar, ou até minimizar se

efectivamente se criarem condições reais em contexto de produção, motivando por isso um processo de apropriação e de territorialidade. O papel da Universidade pública terá que ser fundamental neste processo tendo em conta a sua capacidade de investigação e excelência.

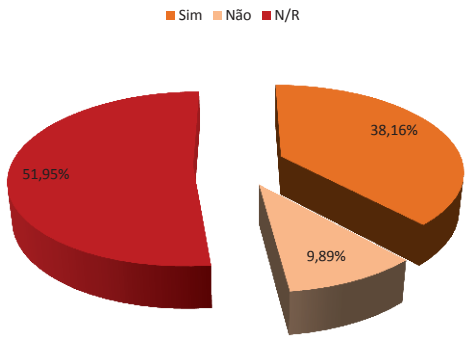
A grande questão que se coloca, está directamente ligada ao facto de todos termos que entender que a deslocação possível da Universidade pública no espaço geográfico terá que determinar a sua influência nesse mesmo espaço, não sendo o factor determinante para esse processo a necessidade das infra-estruturas inerentes a uma universidade mas sim a sua representatividade sob o ponto de vista dos recursos que esta poderá disponibilizar, sejam humanos, científicos ou outros. O seu papel nesta lacuna da sociedade portuguesa mostra-se fundamental e prioritário. Estamos perante uma verdadeira miopia política neste aspecto, incentivar uma I&D no sentido de estimular o desenvolvimento regional e a inovação, desenvolvendo plataformas de conhecimento e que incentivem o desenvolvimento e produção local com base numa sustentação da economia do conhecimento localizada nas zonas mais afastadas da área que circunscreve a própria Universidade no seu sentido físico e espacial.

Abordamos uma outra questão que poderá de certa forma certificar a necessidade das populações no reconhecimento da responsabilidade da Universidade pública no espaço mais afastado dos centros urbanos e de decisão, se não vejamos a Figura 05.040.

Figura: 05.040

(B3_5) Recolha de opinião acerca aproximação da Universidade às regiões no seu potencial de investigação local (N=152)

Nível de Importância		Inquiridos
1	Sim	58
2	Não	15
3	Não sei	-
4	N/R	79
Total		**152**



Fontes: Elaboração própria

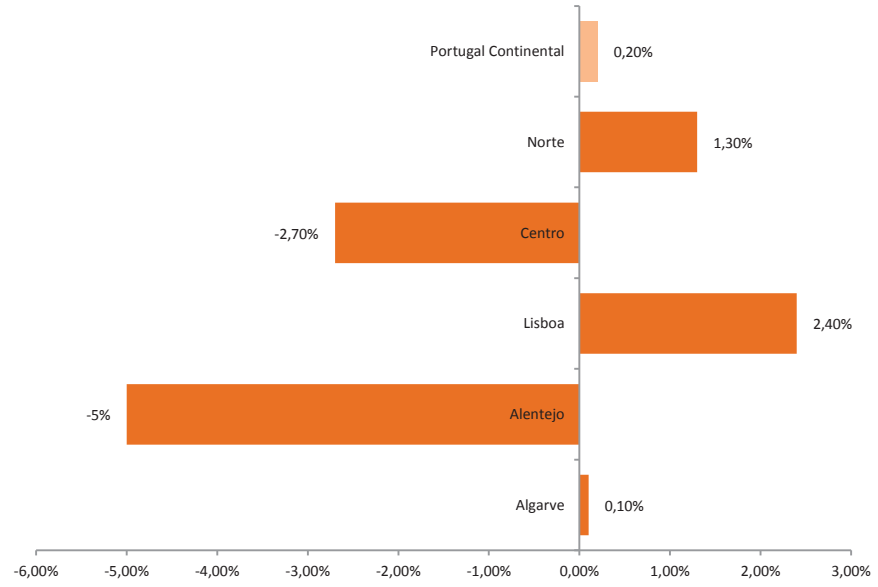
No número de inquiridos, poderemos verificar uma visível tendência a indivíduos sem opinião formada acerca deste assunto, 51,95%, o que em certa medida se torna compreensível, pois é um problema que nunca foi colocado mas que todos têm consciência da sua existência. Não obstante 38,16% dos inquiridos responderam positivamente à questão colocada.

A alteração na demografia de Portugal Continental na sua dinâmica populacional e humana tem-se demonstrado algo instável neste contexto. As disparidades regionais encontradas nas taxas de crescimento efectivo das suas populações são ainda mais notórias quando analisadas individualmente as suas componentes, ou seja, taxas de crescimento natural e migratório.

No que se refere às taxas de crescimento natural, no período intercensitário (INE, 2011), verificou-se nas NUTS II do Continente alguma disparidade. As regiões Centro (-2,7%), Alentejo (-5,0%) perdem efectivos por via do saldo natural, enquanto as restantes regiões apresentam taxas de crescimento natural positivas que variam entre os 0,1% no Algarve e os 2,4% em Lisboa, como se poderá verificar no gráfico da Figura 05.041.

Figura: 05.041

Taxas de Crescimento, Natural, no período intercensitário 2001-2011 - NUTS II.

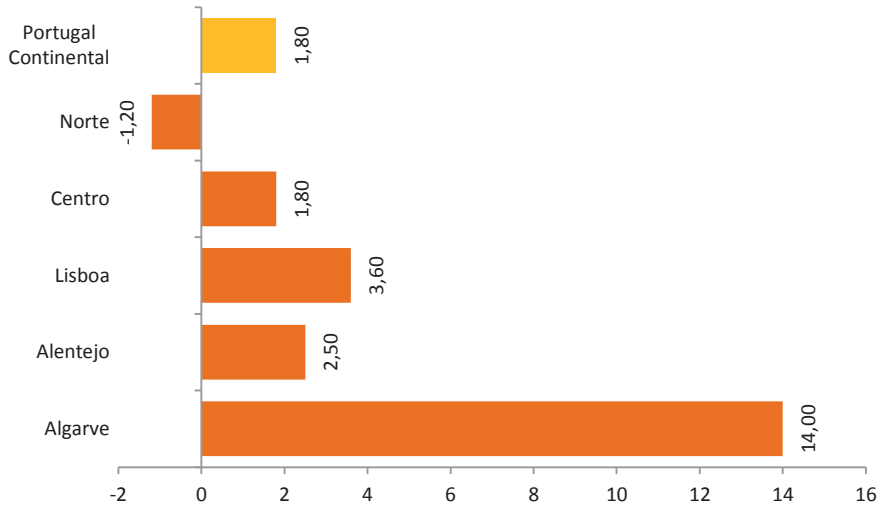


Fontes: Elaboração própria. Dados, INE (2012)

Simultaneamente, quase todas as NUTS II registaram taxas de crescimento migratório de valor positivo, com excepção da região Norte onde se verificou uma taxa de crescimento migratório de valor negativo, -1,2%, entre as NUTS II que registaram crescimentos migratórios positivos. O valor mais elevado verificou-se no Algarve (14,0%), como veremos no gráfico a seguir no gráfico da Figura 05.042 que refere os dados recolhidos em fontes definitivas de população residente Intercensitárias, 2001-2011, Portugal, NUTS II (á excepção da Região Autónoma dos Açores e da Madeira), NUTS III e Municípios (INE, 2012).

Figura: 05.042

Taxas de Crescimento, Migratório (em %), no período Intercensitário 2001-2011, NUTS II



Fontes: Elaboração própria. Dados, INE (2012)

As taxas de crescimento natural negativas verificadas na região Alentejo e na região centro não conseguiram ser compensadas pelas taxas de crescimento migratório, pelo que perderam efectivos populacionais, como poderemos comprovar nos gráficos das Figuras 05.041 e 05.042.

Consideramos por isso importante reflectir acerca da necessidade de revermos a relação da Universidade pública afecta ao interior do país acerca da afluência de alunos e consequentemente o contributo destas Universidades para o desenvolvimento do interior, seja na óptica da produção como no trabalho e de evitar um flagelo que tem vindo a dividir o país em duas grandes áreas bem determinadas, o Interior e o Litoral

No que toca á afluência de alunos às Universidades públicas, poderemos verificar através da Tabela 05.013 que, também nesta matéria o problema se vai agudizando e a opção académica dos jovens vem sendo o litoral, em detrimento e com maior gravidade na zona do Alentejo.

Tabela: 05.013

Evolução de afectação de alunos às Universidades do interior 2001 a 2012

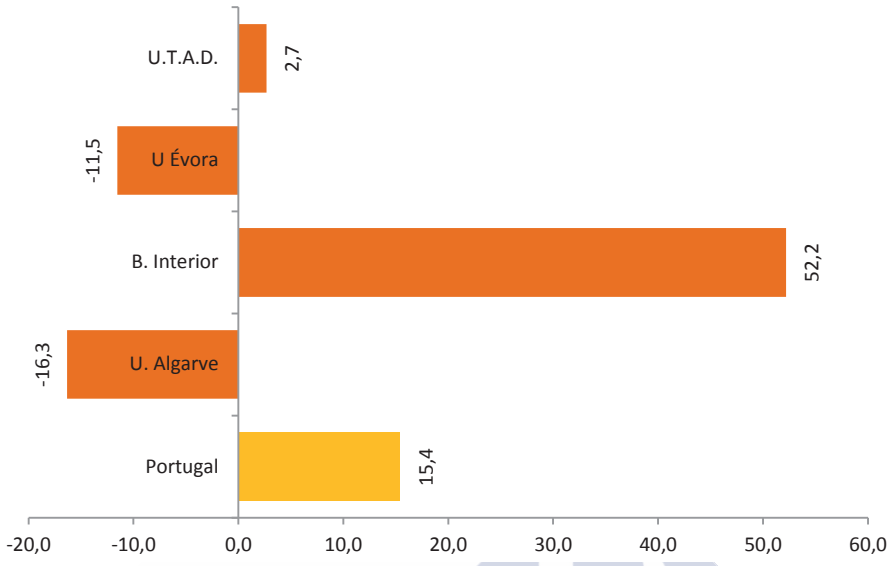
Algarve		**Beira Interior**		**Évora**		**U.T.A.D**	
2001/2002	2011/2012	2001/2002	2011/2012	2001/2002	2011/2012	2001/2002	2011/2012
4772	3993	4397	6692	8090	7157	9099	7290

Fontes: Elaboração própria. Dados, DGEEC (2012)

O decréscimo de alunos universitários inscritos nas Universidades do interior não se torna um fenómeno desconhecido ou até com necessidade de uma análise profunda. A realidade está alargada a toda a geografia do pais e certamente a toda a Europa Comunitária e está directamente ligado ao fenómeno de crise social que hoje todos vivemos de uma forma ou de outra e com a qual estaremos confrontados durante os próximos anos.

Figura: 05.043

Taxas de Crescimento Natural (em %), no período escolar 2001-2012, NUTS II



Fontes: Elaboração própria. Dados, INE (2012)

No gráfico da Figura 05.043 poderemos verificar uma acentuada descida de afectação de alunos nas Universidades do Algarve, (-16,2%) e na Universidade de Évora, (-11,5%), não obstante a subida substancial por comparação da Universidade da Beira Interior, no entanto teremos que registar que esta subida se deve a uma aposta da Universidade na promoção de cursos da área da saúde, incluso curso de medicina, o que propicia a entrada de alunos na tentativa de um emprego mais seguro. No entanto não poderemos considerar esta situação como um avanço na resolução do problema do despovoamento, tendo em conta que estes estudantes são elementos móveis, ou seja, no final do seu curso têm como destino profissional o litoral do país e aos países estrangeiros com maior oferta de empregos.

Como se refere anteriormente, as Universidades do interior do país terão que apostar em estratégias que permitam a residência efectiva das suas populações criando sinergias que propiciem a entrada de outras populações e que obviamente consubstanciem a vontade de residir.

Não poderemos de qualquer forma falar de Universidade pública, sem que para isso tenhamos de a compreender inserida em contexto. No nosso estudo esse mesmo contexto está directamente ligado a formatos de gestão social que terá que cortar certamente com modelos do passado, apostando assim nos seus recursos humanos e em projectos que incluam o empreendedorismo voltando a Universidade para fora do seu espaço físico, que se revela acima do necessário.

A realidade, é que se começa a entender esta Universidade como sendo uma perspectiva da produção em massa, uma forma de exportação de produto de excelência, tendo em conta que os nossos alunos universitários em áreas de saber actualizadas pautam pela excelência no estrangeiro, principalmente na área da saúde e varáveis. Ora, esta questão, sob o ponto de vista do investimento, reflecte um problema de enquadramento do profissional superior na geografia, ou seja e tendo como referencia o nosso país, temos mais profissionais formados do que espaço geográfico disponível e obviamente confinado ao litoral, donde que, em nossa opinião, o problema efectivo encontra-se na distribuição dos recursos disponíveis na geografia e não na quantidade desses mesmos recursos residentes.

Na nossa perspectiva, o ensino universitário em Portugal padece de um problema que se liga directamente á produção e ao enquadramento no que toca á actual conjuntura social e política. Existe demasiado academismo em detrimento do empreendedorismo, concluímos por isso que é uma questão cultural, de incentivo e orientação enquanto estudantes e potenciais empreendedores.

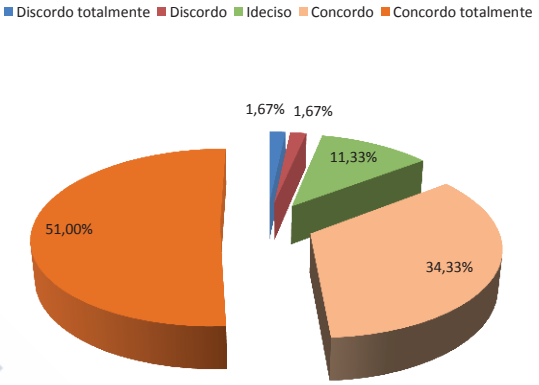
O empreendedorismo para a Universidade continua a ser algo pouco compreendido limitando os propósitos da produção ou até ao incentivo dela. Por isso a investigação tem também a sua cota-parte de responsabilidade nesta questão e a Universidade portuguesa necessita ver isso como um indicador importante para o futuro, principalmente no interior do país. Desta forma, os docentes e discentes das Universidades em geral e muito particularmente das Universidades do interior terão que repensar muito seriamente a sua postura sob o ponto de vista social e económico, que optimizar as margens de risco que têm disponíveis, sem que para isso tenhamos que enquadrar a Universidade portuguesa na dúvida da necessidade da sua própria existência.

Desta forma, numa abordagem à nossa amostra de inquiridos, verificamos que são de opinião quase generalizada, 51,00% e 34,33% de que a Universidade como instituição social tem responsabilidades sociais e políticas na conjuntura e que não deverão esquecer sobremaneira.

Figura: 05.044

(A1_9) A Universidade tem responsabilidade política e social da Qual não se pode distanciar (N=306)

Nível de Importância		Inquiridos
1	Discordo totalmente	5
2	Discordo	5
3	Indeciso	34
4	Concordo	103
5	Concordo totalmente	153
Total		**300**



Fontes: Elaboração própria

Segundo António (2007, p.9), cita,

> A expansão voltada para fora das Universidades (praxis sociedade) e a expansão voltada para dentro (praxis criativa, formar alunos para lidarem com ambientes incertos) são o coração de um conceito revisto da Universidade, no qual a pesquisa se torna uma arte de co-criação da realidade e a aprendizagem se torna uma liberdade imbuída. Necessitamos de uma Universidade que convide o futuro e também o visite, que não replique a praxis corrente, mas que actue como um parceiro em diálogo, uma parteira e uma casa para indivíduos empreendedores e comunidades de criação.

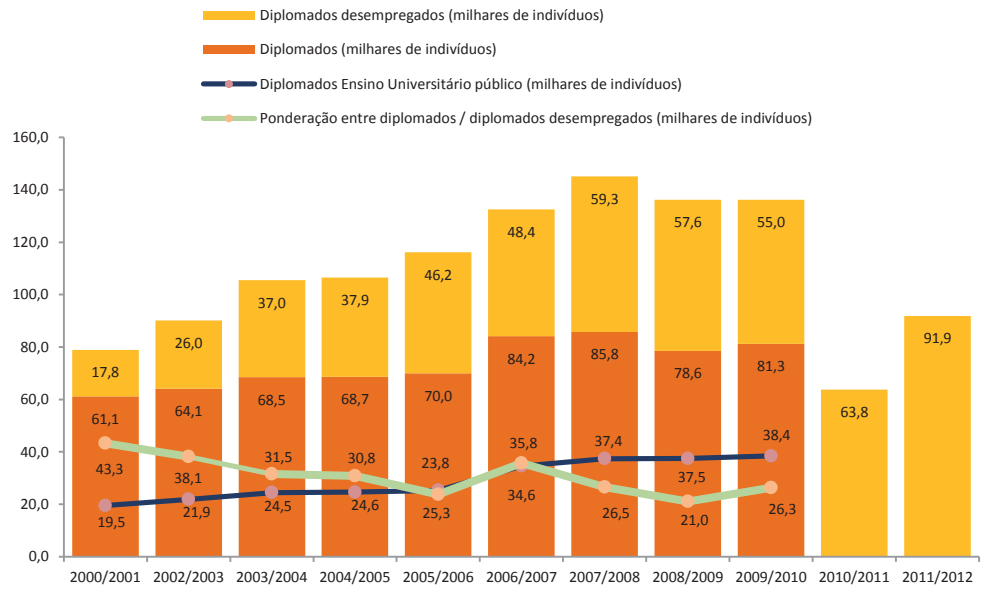
Nas últimas décadas verificaram-se por todo o mundo mudanças profundas nas estruturas económicas, sociais, demográficas e culturais que colocaram grandes desafios às Universidades tradicionais não sendo em Portugal uma situação muito diferente. Os governos começam a indagar a finalidade dos gastos dos dinheiros pelas Universidades públicas e a verdadeira finalidade da massificação do ensino universitário em Portugal, tentando por isso certificar a qualidade do produto "produzido" pelo ensino superior, como refere também António (2007).

Remetendo o nosso estudo a um tempo de quarenta anos a esta parte, poderemos reflectir se sob o ponto de vista social, as reformas universitárias produziram verdadeiramente um esperado novo conceito que, seria uma Universidade mais caracterizada pela pesquisa e pela praxis, virando este ensino para uma maior perspectiva do negócio e da produção.

Nestes anos, as reformas levadas a cabo nas Universidades públicas em Portugal não contribuíram de todo para uma alteração do conceito, tal como temos vindo a referir ao longo deste capítulo.

Figura: 05.045

População do ensino superior e universitário. Confrontação de dados de referência Níveis de emprego e desemprego nacional NUTSII



Fontes: Elaboração própria. Dados, INE e PORDATA (2012)

O gráfico da Figura 05.045 determina algumas variáveis importantes sob o ponto de vista da análise quanto às populações universitárias finalistas ou que já tenham finalizado os seus cursos e a respectiva comparação relativa aos números que nos

mostram uma situação algo dúbia quanto ao futuro dos jovens após a sua finalização académica.

Se o ponto de partida é o número de diplomados da NUTS II, poderemos considerar que no ano lectivo 2009/2010 Portugal continental diplomava aproximadamente 38.500 alunos e do ensino Universitário público, 47,2% desse total de diplomados do país, pertencendo às Universidades do interior respectivamente, Universidade do Algarve, 0,1%, Universidade de Évora, 2,58%, Universidade da Beira Interior, 3,93% e Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, 5,88% respectivamente. Assim, temos 12,5% do universo de diplomados em Universidades públicas portuguesas, o que se demonstra certamente pouca substância para o efeito (INE e PORDATA, 2012).

As recentes alterações no ensino superior e universitário que consequência da Declaração de Bolonha em 1999 que pretendera atribuir á Europa uma capacidade mais competitiva, tendo como pano-de-fundo uma orientação de profunda no melhoramento no processo ensino aprendizagem Não se tem demonstrado mais que uma grande espera para uma grande mudança num processo irreversível de globalização.

As instituições do ensino superior acabaram por ser empurradas para uma reestruturação que em nada veio alterar ou até melhorar o processo, tendo em conta que o esperado não era mais do que uma profunda transformação com contornos muito indefinidos sob o ponto de vista social.

O caminho para dar corpo a este processo, que se pensava mais rápido na sua implementação, está ainda longe de chegar ao fim, no entanto entendemos que as Universidades públicas poderão ser o motor para este modelo que colide com o aprender e ensinar através da sua massa crítica e da sua capacidade de investigação. A criatividade e inovação são modelos de referência importantes para que as Universidades portuguesas sejam eficazes e competitivas dentro e fora do país, numa atitude pró-activa e de empreendedorismo.

A inovação assente numa gestão eficaz criará sinergias e uma fonte privilegiada na comunicação com as organizações que a circunscrevem, permitindo-a ir tão longe na geografia quanto possível, saindo do espaço que a determina fisicamente e que consequentemente limita a sua importante e obrigatória intervenção social sob o ponto de vista da evolução e produção.

As Universidades têm-se esforçado numa dinâmica empreendedora com base em iniciativas que se reflectem nos resultados da *I&D* que usualmente se desenvolvem

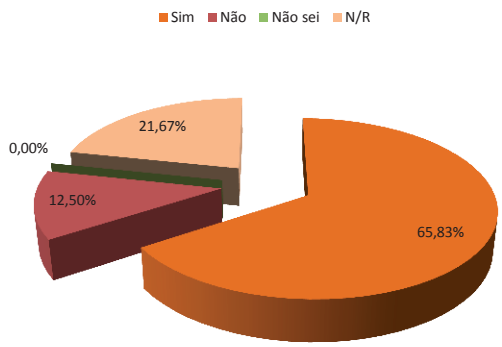
internamente, assim como os trabalhos com a criação dos *spin-offs* académicas. Não obstante, e no que toca ao desenvolvimento nos espaços geográficos mais remetidos ao interior, não se tem notado esse desenvolvimento, nem sequer algo que demonstre empreendedorismo, pois a Universidade pouco ou nada é notada no interior do país, obrigando-nos a pensar que efectivamente, também nós entendemos o litoral como grande aposta da Universidade e uma prometedora incubadora de empresas e da sua promoção.

Interessou-nos por isso saber em que medida a população em geral enquadra a Universidade pública num nível de importância fundamental para o desenvolvimento da sua região de origem.

Figura: 05.046

(B2_8) Recolha de opinião acerca da importância da investigação universitária fora da sua área influencia (N=120)

Nível de Importância		Inquiridos
1	Sim	79
2	Não	15
3	Não sei	-
4	N/R	26
Total		**120**



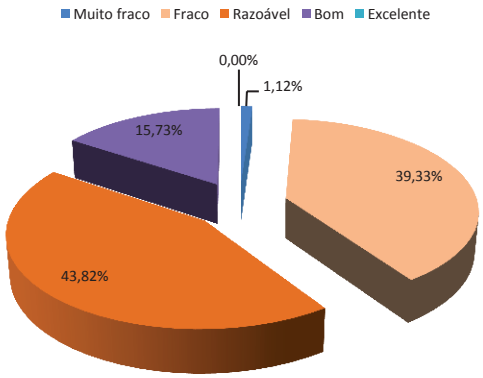
Fontes: Elaboração própria

Face aos resultados é claro que os inquiridos tendencialmente mostram uma opinião clara para uma descentralização da Universidade no seu perfil de investigação e certamente fora da sua área de influência ou conforto. No entanto, entendemos como pertinente fazer outro tipo de abordagem aos inquiridos no sentido de termos uma visão mais clara quanto a esta opinião que consideramos importante para as conclusões.

Figura: 05.047

(A2_3) Recolha de opinião acerca da atitude social da Universidade e sua capacidade empreendedora (N=89)

Nível de Importância		Inquiridos
1	Muito fraco	1
2	Fraco	35
3	Razoável	39
4	Bom	14
5	Excelente	-
Total		**89**



Fontes: Elaboração própria

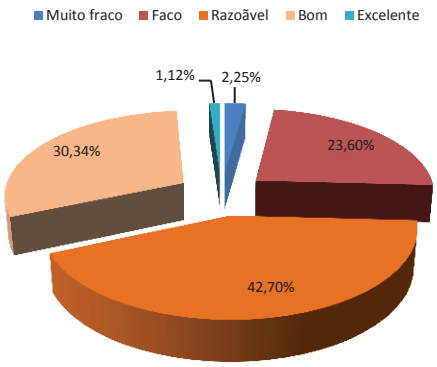
Se verificarmos com alguma atenção, através dos gráficos das Figuras 05.046 e 05.047 poderemos compreender que os resultados obtidos se demonstram algo equilibrados sob o ponto de vista da opinião. Por um lado e quanto à importância da investigação universitária na comunidade, ou seja, fora da sua área de influência física, os inquiridos opinarem afirmativamente em 65,83% e negativamente com 12,50%, confirmando esse desânimo quando confrontados com a questão inversa e relativamente à atitude social da Universidade acentuando como razoável 43,82% e fraca 39,33%.

Ainda no contexto da função social da Universidade pública e sabendo que esta tem um papel fundamental para o desenvolvimento das zonas do Interior do país, ao nível do progresso e consequentemente ao nível económico. Para uma melhor e mais detalhada informação relativamente aos quadros anteriores e tendo em conta que se trata de uma questão bastante idêntica, pese embora com resultados algo diferentes por parte dos inquiridos, faremos uma reflexão conjunta e verificaremos que, se a opinião acerca do facto se a Universidade deverá dedicar-se mais ao desenvolvimento do interior do país através da sua capacidade investigadora.

Figura: 05.048

(A2_4) Recolha de opinião acerca do interesse por parte da Universidade no envolvimento dos seus recursos no desenvolvimento social (N=89)

Nível de Importância		Inquiridos
1	Muito fraco	2
2	Fraco	21
3	Razoável	38
4	Bom	27
5	Excelente	1
Total		**89**



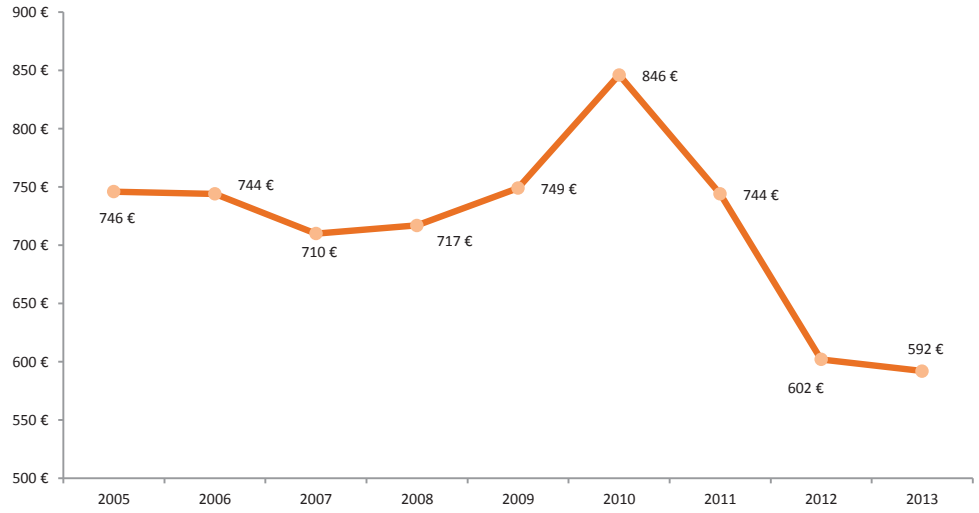
Fontes: Elaboração própria

Sabendo que a nossa amostra assenta num conjunto de indivíduos com perfil determinado antecipadamente e que tem como preceito a experiência académica superior ou universitária, entendemos que sob o ponto de vista da opinião acerca do envolvimento da Universidade, através dos seus recursos humanos e de investigação, poderemos considerar que tendo em conta um valor de 42,70% de um bom desempenho e 30,34% de um razoável desempenho acaba por ser um resultado algo promissor para o futuro.

A Universidade é sem dúvida um foco de investimento no qual teremos que efectivamente apostar sem que para isso se efectivem absurdos financeiros, valorizando as infra-estruturas, adaptando-as e apostando seriamente na massa crítica produzida pelas Universidades. Poderemos assim verificar que nos últimos anos não se notou uma variação visível nos quadros de orçamentos privativos para as Universidades públicas no geral e que de forma gradual e proporcional se verificou na atribuição em linha descendente das verbas do orçamento de Estado para o funcionamento das Universidades públicas portuguesas, como mostra a Figura 05.049 acerca da Evolução da dotação do OE (Orçamento de Estado) em Milhões de €uros para Orçamento de Funcionamento das Universidades públicas 2005 a 2011 (CRUP, 2013).

Figura: 05.049

Orçamento para funcionalidade das Universidades públicas 2005 – 2013 (milhões de €)



Fontes: Elaboração própria. Dados, CRUP (2013)

A verificar-se uma queda substancial do apoio financeiro do Estado às Universidades públicas em geral, e nas quais incluiremos obrigatoriamente as Universidades do interior, e sabendo que parte dessas verbas se destinam ao alargamento, conservação e dotação de recursos aos espaços geridos pelas instituições e que nos anos mais próximos o papel da Universidade pública portuguesa poderá sofrer mutações que alterem o seu funcionamento, terá esta que encontrar sinergias por forma a visionar soluções que permitam minimizar custos de manutenção e utilização dos espaços, encontrando recursos que possibilitem manter a presença da Universidade pública como o motor da excelência e da investigação. A questão económica transformou-se no centro das preocupações sob o ponto de vista da sustentabilidade das nossas Universidades em geral e muito concretamente as do interior, não somente porque provavelmente serão as mais afectadas pela crise económica e de apoio do estado, como também a possível reflexão acerca de alguns indicadores objectivos fundamentais que pouco ou nada abonam em seu favor, como temos vindo a constatar durante este capítulo.

Segundo Chaves (2009) o processo de transferência de conhecimento da Universidade para o mercado envolve diferentes actores que actuam de forma diversificada. Ora, no nosso propósito, sem dúvida que a Universidade pública é um dos actores centrais nessa transferência de conhecimentos para o mercado e no caso, um mercado vazio de oportunidades, mais concretamente, o interior do país.

A Universidade empreendedora terá que encarar a evolução tecnológica como um facilitador do caminho para a abrangência na geografia, principalmente no interior do país, impondo-se como um actor efectivo na transferência do conhecimento científico numa atitude de incentivo á produção local e regional.

As opções do ensino distribuído têm sido motivo de reflexão acerca dos processos do ensino aprendizagem construídos e suportados em rede que de facto não necessitam de infra-estruturas sobredimensionadas, podendo mesmo ser adaptadas, permitindo a partilha interpessoal de experiencias diversificadas, pessoais e em tempo real entre o objecto e a *I&D* da Universidade. Este propõe-se ser um dos muitos processos que articulado com contextos variados, metodologias diversificadas e abordagens pedagógicas abrangentes, poderão ser agrupados aos ambientes de suporte AED (Ambientes de Ensino Distribuído).

Salientamos a importância da Universidade pública na cumplicidade deste processo sob o ponto de vista da responsabilidade, supervisão e pedagógica, vocacionada para a investigação e produção, ultrapassando as distâncias espaciais e temporais, melhorando efectivamente o contacto em ambiente de produção e pesquisa.

É neste contexto que a flexibilidade nas múltiplas tecnologias e suportes de comunicação e difusão da informação poderão encarar um ambiente de aprendizagem e comunicação em (EAD), não obstante, estes ambientes poderem integrar múltiplas tecnologias sem que para isso tenhamos que recorrer a infra-estruturas sobredimensionadas, podendo localmente adaptar-se o espaço ao estritamente necessário.

Este suporte que propomos como reflexão para uma possível relação entre a Universidade pública e o espaço geográfico mais distanciado, pretende alargar e valorizar os recursos distintos de um campus universitário, ultrapassando por isso a sala de aula ou centro de investigação através de toda a diversidade de soluções associadas á aprendizagem e transmissão de experiencias de forma individual ou em grupo, não afastando ou desvalorizando todo o processo cognitivo em questão.

Baseados em princípios de aprendizagem construtivistas e objectivistas, *Constructive learning enviroments* (CLE) e segundo Jonassem (1997) pressupõem

a relevância do processo de comunicação e interacção em contexto de aprendizagem.

Ora, em nossa opinião poderá efectivamente transformar-se em conhecimento de interacção científica e de produção se atendermos ao volume de utilizadores das ferramentas disponíveis de comunicação e transmissão na informação em rede.

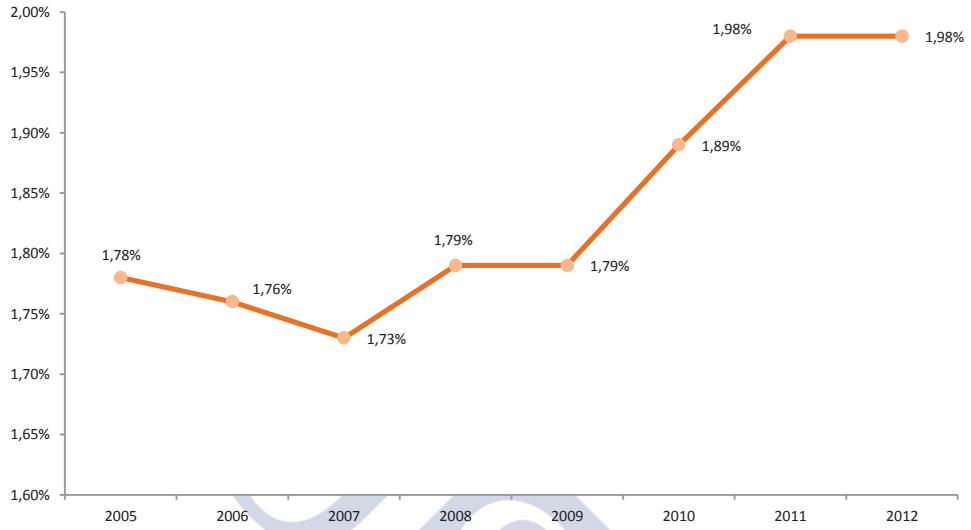
Em Setembro de 2012, Portugal acumulava 2,4 Milhões de utilizadores de internet e 16,6 Milhões de números activos de telefone móvel com acesso á rede (PT, 2013), no entanto na actualidade a FO (fibra óptica) começa a ser uma realidade que subscreve um avanço significativo no que toca á velocidade de rede e dados. Os 14,3% Dos clientes internet já têm acesso á rede através dessa tecnologia. O 91,7% da população residente em Portugal é cliente de uma qualquer rede móvel, o que automaticamente lhe permite ter acesso a redes disponíveis de internet (PT, 2013).

A evolução nesta matéria diga-se, rede de voz, vídeo e dados, caracteriza-se como assustadora (entenda-se, revolucionária), devendo ser uma constatação real da vida dos portugueses e assim também ser caracterizada como uma mais-valia no processo de relação da Universidade pública com as populações mais afastadas dos centros urbanos, essencialmente o interior do país.

Nos desafios para o espaço que a Universidade pública ocupa, poderemos visualizar alguns dados de referência (Figura 05.050) que permitam compreender esta ferramenta de comunicação como um possível formato de apoio ao desenvolvimento e produção do futuro que efectivamente se avizinha próximo e ao qual teremos que nos adaptar.

Figura: 05.050

Evolução comparativa relativa à população portuguesa do universo universitário público relativamente á utilização e afectação às redes de dados internet

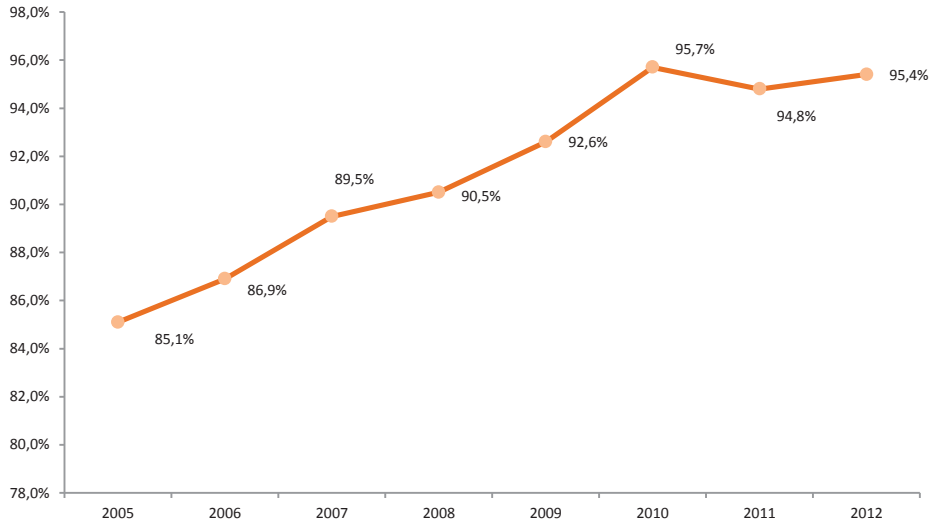


Fontes: Elaboração própria. Dados, INE e PORDATA (2013)

O universo académico afecto às Universidades públicas portuguesas corresponde a uma fatia substancial de tráfego de dados em rede relativamente á população portuguesa e que se traduz numa visível quantidade de *downloads* científicos, o que demonstra desde já uma apetência natural para esta ferramenta que se torna cada vez mais, de extrema utilidade ao nosso objectivo de investigação.

Figura: 05.051

Evolução das Universidades que utilizam a internet como ferramenta de estudo e investigação, comparativamente ao total do universo académico universitário público



Fontes: Elaboração própria. Dados, INE, PORDATA e DGEEC (2013)

Como poderemos reparar na Figura 05.051, a evolução nos últimos anos de utilizadores da rede como ferramenta de trabalho para investigação e outras funções determinantes ao sucesso académico, transformou-se numa realidade visível sob o ponto de vista da abrangência, não somente humana como também e sobretudo, geográfica.

No final do ano de 2012 atingiu o ponto máximo de 95,4% relativamente ao número total de alunos e professores com acesso á rede, estes afectos às Universidades públicas, valor determinante para chegarmos à conclusão que, na geografia a questão da proximidade já não se poderá colocar. Qualquer investigador ou entidade poderá estar em constante contacto com a Universidade sem que para tal necessite se deslocar, ou deslocando-se, poder estar em constante contacto com a Universidade (DGEEC, 2012).

Compreender esta questão na veracidade académica e porque este estudo aborda as duas realidades, ou seja, uma estreita relação entre as populações locais e regionais afastadas dos centros urbanos e litoral produtor, e a excelência da Universidade investigadora, seja presencialmente ou em rede, donde que o

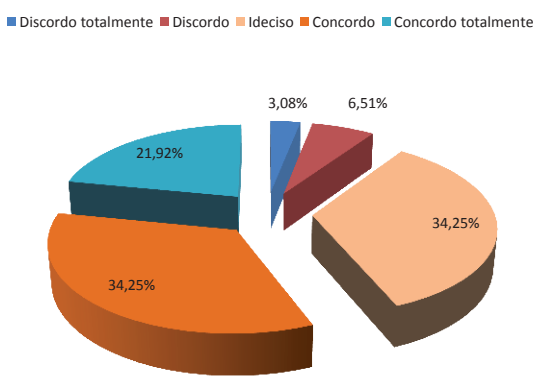
importante neste processo de comunicação e transmissão de dados seja efectivamente a personalização e a optimização das redes como fundamentais para o desenvolvimento do processo.

A este propósito e sabendo que não faria qualquer sentido compreendê-lo sem ter uma ideia da importância da quanto à dimensão física das Universidades da actualidade, tentando conhecer a percepção dos inquiridos quanto a esta questão.

Figura: 05.052

(A1_4) Recolha de opinião da possibilidade de, através das TIC, afectar o sobredimensionamento físico das Universidades (N=292)

Nível de Importância		Inquiridos
1	Discordo totalmente	9
2	Discordo	19
3	Indeciso	100
4	Concordo	100
5	Concordo totalmente	64
Total		**292**



Fontes: Elaboração própria

Num formato algo diferenciado, entendemos abordar os inquiridos através de outra questão acerca da mesma temática, confrontando-os a fim de retirarmos tanto quanto possível uma opinião mais avalizada possível.

O gráfico da Figura 05.052 é bem claro, quando nos dá a conhecer uma realidade que ao longo desta tese temos vindo a debater quanto ao processo de desenvolvimento das Universidades públicas portuguesas, e muito em particular as Universidades do interior.

Os respondentes a esta questão não deixam qualquer dúvida acerca da visão que indivíduos avalizados no dão como referencia, respondendo afirmativamente a este fenómeno de procedimento para o futuro relativamente à influência que as TIC

terão na dimensão física das Universidades, afirmando positivamente com 42,40%, 40,90% às variáveis positivas da questão. No entanto deveremos registar que 22,90% destes inquiridos ainda estão indecisos quanto a este ponto.

Com estes novos formatos de comunicação e transmissão de dados, o uso do espaço poderá ser efectivamente afectado, não somente a nível físico mas também ao nível de custos. Aquele espaço que reconhecemos como algo sobredimensionado poderá alterar-se e assim ter uma maior intervenção na geografia. O século XXI irá determinar as diferenças e as variáveis que provocarão, não deixando por isso de ter em conta a necessidade do espaço físico como elemento determinante para o conceito.

O que poderá efectivamente contribuir para a diferenciação da Universidade no século XXI? - Que espaço ela encontrará na geografia? - Curiosamente, essa é uma dúvida que se coloca. Como referimos no capítulo anterior, as tecnologias de comunicação, informação e transporte de dados, serão determinantes para a orientação desta ideia nova de espaço universitário.

A Universidade pública terá que apropriar-se, "tomar conta" do seu espaço geográfico, encontrar o seu público-alvo, assumir um papel mais interventivo sob o ponto de vista social, económico e político, assumir que o seu trabalho também está nas pessoas e na terra onde elas vivem, no seu espaço de residência.

As Universidades públicas têm sem dúvida uma poderosa influência na transformação e no crescimento do espaço que as envolve, no entanto, esse não é o objecto no propósito desta tese de doutoramento, mas sim reflectir acerca do facto de esta Universidade que falamos ter que obrigatoriamente ultrapassar essa barreira geográfica e passar a ser sustentável no planeamento do seu espaço e este ser perfeitamente enquadrado no século XXI. Terá por isso que planear estrategicamente o espaço que ocupará na geografia, através de uma análise integrada e objectiva com base em indicadores bem definidos acerca das capacidades desse mesmo espaço sob o ponto de vista da potencialidade local de produção, não obstante as condicionantes ao nível das infra-estruturas e acessibilidades através de uma análise dos espaços habitáveis localizados e de relevância, que permitam uma nova definição de funcionalidade.

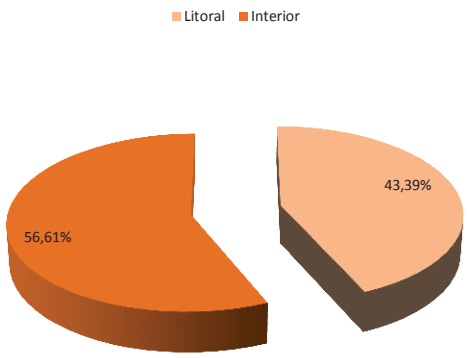
Entre 2005 e 2012 o Estado encerrou aproximadamente 3.720 escolas, grande maioria, escolas referentes ao 1º Ciclo de escolaridade. As razões apontadas é a falta de alunos, pois segundo a política de concentração de alunos em novos centros escolares e de fecho de escolas com menos de 21 alunos passou a ser

uma realidade. O interior tem sido efectivamente a zona do país mais afectada com esta situação, aproximadamente 63,3% das escolas encerradas, com maior penalização para os distritos de Portalegre, 9,5%, e Évora com 9,3%, não excluindo outros distritos, também eles fortemente penalizados com esta medida, Beja com 8,6%, Lisboa, 7,3%, Bragança com 7,4%, (ME, 2012).

Figura: 05.053

Escolas do primeiro ciclo Interior/Litoral encerradas de 2005 a 2012

Litoral	Nº	Interior	Nº
V. Castelo	162	Bragança	277
Braga	265	Portalegre	352
Porto	264	Évora	347
Coimbra	217	Beja	320
Leiria	201	Guarda	245
Lisboa	273	Santarém	262
Total	**1382**	**Total**	**1803**



Fontes: Elaboração própria. Dados: Lusa/SOL – Ministério da Educação (2012)

No sentido de minorar este impacto sob o ponto de vista da optimização das infra-estruturas, poderá levar a encarar a situação como resposta a uma adaptação descentralizada da Universidade pública com base numa arquitectura e design adaptados e um apoio assertivo das tecnologias de comunicação.

Nesta questão, a gestão destes espaços colide com a gestão local e regional, ou seja, a autarquia. Donde que, a relação Estado, Universidade e Poder local, é uma referência fundamental para que esta questão se desenvolva e “ganhe corpo” numa

atitude pró-activa e dinâmica para a optimização do espaço local e regional e que essa mesma produção se oriente segundo princípios de resolução de problemas.
O gráfico da Figura 05.053 também nos indica uma substancial fatia de disponibilização de espaços edificados na zona do Interior do país, 56,61% e do Litoral de 43,39%, o que facilita de certa forma a finalidade deste estudo.
Segundo a mesma fonte (ME, 2012), no terceiro trimestre de 2011 o SIIE (Sistema de Informação dos Imóveis do Estado) refere um número substancial de espaço edificado e terrenos disponíveis, considerando assim uma área substancial que poderá ser obviamente optimizada.

Tabela: 05.014

Ocupação de imóveis do Estado até 3º trimestre de 2011
Sistema de Informação dos Imóveis do Estado (Ministério das Finanças)

Situação	Edificado		Terrenos		Totais	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Disponíveis	1.346	9	239	15	1.578	10
Ocupados	12.877	91	1.363	85	14.240	90
Total	**14.223**	**100**	**1.595**	**100**	**15.818**	**100**

Fontes: Elaboração própria. Dados, SIIE (2011)

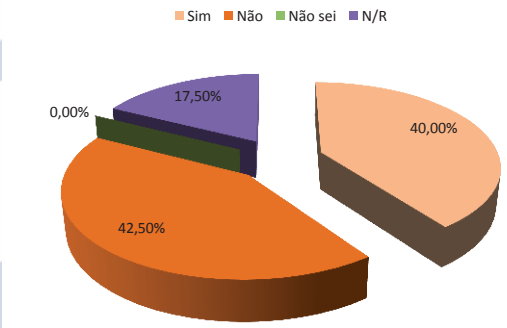
Como é possível verificar na Tabela 05.014, a disponibilidade de imóveis do Estado assegura um projecto de descentralização assente em infra-estruturas disponíveis, não obstante a intervenção e adaptação tenham que ser uma realidade, no entanto, a questão espaço físico construído, ou a construir não se colocaria num projecto de implementação sob o ponto de vista da comunicação com o produtor local e regional.
Abordamos um tema de discussão que se baseia na teoria da regionalização, ou seja, uma partilha mais em pormenor do território Nacional de forma a compreendermos se as populações do interior sentem a necessidade de

proximidade da Universidade pública na sua componente de colaboração com a produção local, seja material ou intelectual, levantamos por isso a questão que a seguir mostramos na Figura 05.054 que pretende, de certa forma, medir o interesse nesta problemática num público que por experiência própria conhece a Universidade pública e as suas potencialidades, sejam investigadoras como de produção de excelência.

Figura: 05.054

(B2_18) Opinião acerca da possibilidade de cada região ser representada por uma Universidade pública (N=306)

Nível de Importância		Inquiridos
1	Sim	48
2	Não	51
3	Não sei	-
4	N/R	21
Total		**120**



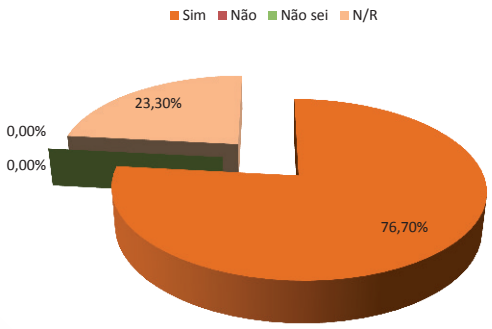
Fontes: Elaboração própria

Poderemos efectivamente constatar que a tendência nesta questão se inclina para uma equilíbrio entre as partes, ou seja, a resposta negativa resume-se a 42,50%, relativamente à resposta positiva de 40,00%. Não obstante dois pontos importantes a salientar, o número de não respondentes, 17,50% e 0,0% de respostas “Não sei”. Ainda relativamente a este ponto, que de todo consideramos importante para a compreensão do tema que se prende com a sustentabilidade da Universidade pública descentralizada subjacente a uma possível regionalização, entendemos abordar os mesmos indivíduos com outra questão pertinente e que da mesma forma aborda o tema da descentralização da Universidade pública.

Figura: 05.055

(B2_17) Opinião acerca da melhor adaptação das Universidades públicas aos espaços locais e regionais (N=120)

Nível de Importância		Inquiridos
1	Sim	92
2	Não	-
3	Não sei	-
4	N/R	28
Total		**120**



Fontes: Elaboração própria

Não obstante a questão exposta na Figura 05.054 ter como resposta um equilíbrio acentuado entre "Sim" e "Não", verificamos que a mesma finalidade no que toca à formulação da questão da Figura 05.055 e que aborda basicamente o mesmo assunto a resposta do "Sim" é arrasadora, 76,70% com ausência de opinião no item "Não" e "Não sei", e maior evidencia para o "Não/Responde", 23,30%.

No entanto, a questão, que tendencialmente se coloca como sendo uma abordagem á regionalização sob o ponto de vista da funcionalidade da Universidade pública, não tocando assuntos que tenham a ver com questões de fundo do processo que foi tratado sob o ponto de vista político e social através de um referendo levado a cabo em Novembro de 1998, a partir de meados da década de 1990, a discussão em torno da Regionalização em Portugal intensificou-se, tendo-se chegado à conclusão que era necessário e urgente pôr em marcha o processo de Regionalização de Portugal Continental. Assim, já em 1991, tinha sido aprovada a Lei-quadro das Regiões Administrativas (Lei nº 56/91, de 21 de Agosto que definia os órgãos de poder a criar em cada região (Juntas Regionais e Assembleias Regionais), as respectivas competências e atribuições, a forma como as Regiões iriam ser instituídas, e o seu regime eleitoral, apenas não definindo o número de regiões a criar e a sua delimitação. Durante os anos seguintes, houve um aceso debate sobre a delimitação de um mapa regional para Portugal Continental. Porém, aquando da revisão constitucional de 1997, a instituição em

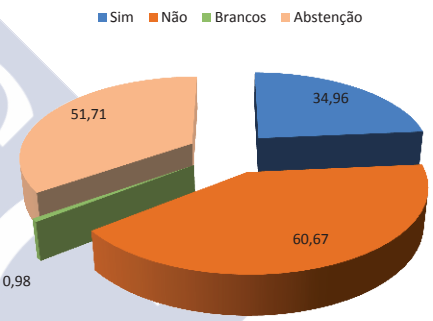
concreto das regiões em Portugal passou a ser obrigatoriamente alvo de referendo. Este passo é visto por muitos regionalistas como uma tentativa para travar o avanço do processo regionalista em Portugal.

Em 1997, são apresentados dois mapas para a divisão regional, no qual o que ganhou o "Não" com (60,9%) dos votos, contra apenas (35,0%) do "Sim" e a questão da regionalização ficou adiada, como refere a Figura 05.056.

Figura: 05.056

Resultado do referendo de 8 de Novembro de 1998
"Concorda com a instituição em concreto das Regiões administrativas?"

Sim	Não	Brancos	Abstenção
1.458.132	2.530.802	40.675	4.465.743



Fontes: Elaboração própria. Dados, CNE (Comissão Nacional de Eleições)

Permaneceu no entanto a sensação de que o problema nem sequer mobilizava seriamente o país. De resto, a abstenção foi muito elevada (51,70%) e não permitiu sequer atingir o patamar necessário para tornar o resultado vinculativo.

"O mapa apresentado foi um erro tremendo e um dos principais motivos da derrota do Sim". Ferreira (1999) refere que, tal como muitos outros apoiantes da causa, já na altura mostrava muita desconfiança sobre o processo como a questão foi apresentada e defendida. Aliás, esta regionalização em Portugal Continental, na Constituição da República Portuguesa é uma realidade da vontade de muitos, desde 1976.

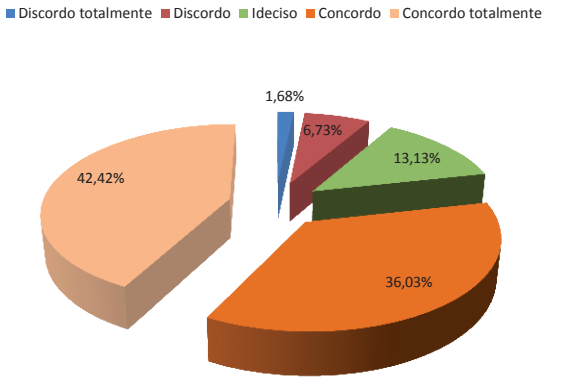
Tentamos mais uma vez, junto da nossa amostra obter uma opinião que indiciasse esta relação entre a Universidade e a comunidade local e regional. No entanto

entendemos como importante desagregar a intenção da questão e não conotá-la com o processo de regionalização.

Figura: 05.057

(A1_8) Opinião acerca da representação universitária em comunidades (N=306)

Nível de Importância		Inquiridos
1	Discordo totalmente	5
2	Discordo	20
3	Indeciso	39
4	Concordo	107
5	Concordo totalmente	126
Total		**297**



Fontes: Elaboração própria

A Figura 05.056 confirma e reforça de certa forma a ideia de opinião acerca da possibilidade da Universidade pública ter um outro papel para além do que a determina no seu espaço de influência, ou seja, uma representação dentro de um novo enquadramento físico e humano.

O resultado representado na Figura 05.057 mostra-se positivo da parte dos inquiridos e ainda se mostra mais optimista, 42,42% e 36,03% de respostas positivas, o que em complemento aos resultados da Figura 05.055, dá uma ideia de pleno acordo quanto às afirmações propostas a reflexão, não obstante e no caso, a dúvida seja algo diminuta, 13,13%.

Inserida numa sociedade em profunda mudança e da qual é parte integrante, a Universidade portuguesa estará sujeita a pressões sem precedentes. O relacionamento com a comunidade, numa perspectiva de valorização recíproca, terá que ser uma realidade sob o ponto de vista dos objectivos e da dinâmica social. A Universidade terá como missão, não somente criar a excelência, mas

também procurar os formatos mais adaptados de se difundir na geografia utilizando todas as ferramentas que tem ao seu alcance para demonstrar a sua importância no contexto de produção em espaços fora do seu próprio espaço, num espírito de inovação empreendedorismo e capacidade de adaptação.

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

SINTESE E CONCLUSÕES

Segundo os objectivos previamente definidos no início da tese pretendia-se, com a investigação desenvolvida:

Perceber o entrosamento da Universidade portuguesa com o espectro social, numa interacção de conhecimentos.

Compreender as perspectivas económicas e políticas que se desencontram dos interesses reais da produção descentralizada e para a qual a universidade na sua componente investigadora e de utilidade pública poderá ser uma mais-valia.

Compreender a universidade como uma variável positiva no desenvolvimento social e económico.

Pensar nos espaços produtivos e nas variáveis possíveis para a sua sustentabilidade.

Estudar enquadramentos sustentáveis numa relação directa entre a universidade e a entidade comunitária produtiva em contexto geográfico, reforçando sinergias que estendam as responsabilidades e saberes da investigação universitária, desde a grande urbe até ao micro espaço geográfico com base em [RE] desenhos adaptados a uma realidade tecnológica de comunicação actual, contrariando o fenómeno emergente da inoperância produtiva do despovoamento e desertificação do micro espaço geográfico.

Analisar a Universidade portuguesa na abrangência da sua função prática através de uma revisão literária tão abrangente quanto possível, tendo em

conta os pressupostos de transformação actuais e no futuro. Objectivo este que foi subdividido em distintos objectivos específicos:

a. Valorizar a abrangência geográfica das Universidades portuguesas no seu contributo para o mundo produtivo descentralizado, descrevendo suas características e funcionalidades
b. Investigar comparativamente os funcionamentos e as funcionalidades estruturais das Universidades e ensino superior portugueses sob o ponto de vista geoestratégico.
c. Contextualizar a relação física entre o elemento produtor e a Universidade investigadora em contexto de produção e apropriação, tentando compreender o fenómeno do despovoamento e desertificação.
d. Encontrar uma articulação entre infra-estruturas adaptadas e o espaço geográfico no sentido de responder às dificuldades sociais de optimização produtiva descentralizada.

Finalmente reflectir acerca do trabalho desenvolvido e suas conclusões tirando o melhor partido da investigação e dos seus resultados, que têm como intensão prioritária, compreender o papel da Universidade no processo de desenvolvimento do espaço geográfico remetido ao anonimato do interior de Portugal. Confrontar, através dos dados e opiniões avalisados esta competência que cabe à excelência da pesquisa e investigação que julgamos serem as Universidades os seus protagonistas e principais actores. Este último objectivo foi igualmente subdividido em objectivos específicos:

a. Interpretar e compreender dados e informações estatísticas residentes em plataformas oficiais e do Estado, no sentido de valorizar a relação da Universidade portuguesa e o desenvolvimento local e regional.
b. Obter, através de ferramentas para o efeito, nomeadamente os questionários) a opinião de um público-alvo previamente determinado acerca da importância da Universidade no contexto social, económico e da cidadania.

c. Formular opinião acerca da importância da Universidade como instituição interventiva no processo de desenvolvimento dos espaços mais afastados do litoral através de um processo geográfico de apropriação.
d. Obter dados suficientes e pertinentes para a elaboração de uma pensamento de actuação da Universidade pública para contrariar um processo de despovoamento e desertificação do interior do país com base na optimização dos recursos e produção.

Na prossecução dos objectivos acima enunciados foi elaborado um plano de investigação do qual se recolhem, agora, as principais conclusões a que se chegou em cada uma das variáveis analisadas.

UNIVERSIDADE, ESPAÇO E CONHECIMENTO

UNIVERSIDADE, GEOGRAFIA, SOCIEDADE E PRODUÇÃO

O modelo de Universidade portuguesa actual, enquanto infra-estrutura e espaço de conhecimento deve, face ao contexto socioeconómico que o país atravessa, ser repensado.

Partindo desta premissa procuramos, ao longo desta tese, reflectir sobre alguns tópicos que relacionam o papel da Universidade na geografia, a nível nacional, regional e local, perspectivando esta instituição como promotora da equidade geográfica e social. Também as relações que esta estabelece com a sociedade foram tidas em conta, já que assumimos a Universidade como um espaço em que através a actividade científica e investigadora, se encontra em excelentes condições de potenciar a produção local e regional.

No que concerne às relações estabelecidas entre a Universidade, geografia, sociedade e produção, estrutura-se uma ligação transversal da Universidade com o espaço que faz repensar as dimensões e os enquadramentos associados às funcionalidades e aos novos formatos de comunicação, tendo como ideia um caminho para o futuro, com os objectivos culturais, limites geográficos e humanos

do próprio país. Esta terá que criar uma relação entre a urbanidade e o território com uma nova forma de comunicar e de compreender o espaço em que se insere e onde vai intervir, assumindo as tecnologias como forma de aproximação com o mundo real no sentido de compreender a geografia numa perspectiva de projecto e investigação, dando corpo a uma Universidade contemporânea. Poderemos compreender que o ensino universitário começa a tomar formas algo diferenciadas daquelas a que normalmente nos habituaram.

As tecnologias e um acelerado sistema de informação/acção motivarão a apropriação em micro espaço local e regional sendo factores determinantes para o interesse na produção em comunidade atribuindo ao conhecimento e á investigação uma função também economicista e prática no que toca á optimização do espaço geográfico, com preocupações sociais e socioeconómicas, assentes em atitudes e intervenções sustentáveis com base num processo de territorialização.

UNIVERSIDADE PÚBLICA E A EQUIDADE DA DIMENSÃO GEOGRÁFICA

A Universidade obrigar-se-á a pensar num processo transversal estas relações, considerando diferentes tipos de espaço físico, (o perceptivo, e o cognitivo) reestruturando as dimensões dos edifícios universitários públicos da modernidade através de uma construção ou reabilitação útil e adaptada às necessidades locais, sejam de maior ou menor dimensão, geográfica ou cultural, pensada nas arquitecturas, nos designs e no ambiente, como três variáveis importantes no processo de construção da Universidade edificada e adaptada.

Entramos no século XXI com desafios que se prendem com a globalização que afectará as Universidades públicas portuguesas e isso terá que ver em muito com a sua localização geográfica num plano de estudo geoestratégico.

A UNIVERSIDADE PÚBLICA, A [RE] ORGANIZAÇÃO GLOBAL E A CIDADANIA

Assumir que estamos perante novos e difíceis desafios para as Universidades públicas portuguesas, forçadas a fazer, ainda face às actuais adversidades e que se avizinham como longas no tempo. Dificuldades económicas e financeiras que se poderão alargar sem dúvida param questões de carácter social e de conflito.

Constata-se uma realidade de enquadramento físico das Universidades portuguesas para que a sua função de equilíbrio social se estenda tanto quanto possível na geografia do país.

Imputar à Universidade a assunção de novas funções e a transformação das que têm sido tradicionalmente atribuídas, propondo espaços fundamentais para um tratamento eficaz quanto á evolução e consequentemente á produção. Atribuir a importância de palavras-chave como, globalização, competitividade, inovação e empreendedorismo, no sentido de orientar a ciência e a sua comercialização no século XXI, são outros dos caminhos possíveis.

Incutir a influência universitária para a resolução de alguns problemas que se prendem com o processo produtivo e do desenvolvimento na geografia nacional ao nível local e regional, transformando como pertinente a sua relevância no relacionamento com a comunidade, numa perspectiva de valorização recíproca numa atitude de missão com base em estruturas organizadas e descentralizadas. Contribuir para incorporar as necessidades dos que não têm acesso ao conhecimento científico, mas que poderão contribuir, decisivamente, para o desenvolvimento do país e a afirmação da cultura residente, seja local ou regional, numa atitude de produção, minimizando o processo de despovoamento visível e galopante no interior do país, valorizando o tripé básico em que se apoia uma Universidade, pesquisa, ensino e extensão universitária.

Caberá á Universidade pública articular o saber científico e a realidade conjuntural. O universo académico terá que envolver-se mais no processo social, económico e cultural com aquilo que de mais precioso tem, a ciência e os resultados que emergem da investigação e do trabalho dos seus investigadores, ajustando-se a um processo de globalização que na actualidade se determina como sendo aquilo que constitui uma das dinâmicas fundamentais da evolução das sociedades e do mundo contemporâneo.

A DIMENSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA PORTUGUESA NA GEOGRAFIA

Actualmente, verificamos que os interesses políticos têm sido os principais factores para a construção de edifícios universitários no espaço, tendo em conta valores

estéticos e de enquadramento que somente marcam a passagem por este ou aquele político, esta ou aquela política ou, forma de estar na moda social.

A Universidade deverá partilhar conhecimentos e interesses num formato de aprendizagem mútua e de valor cultural que se vai validando no mundo real. No entanto, impõe-se o direito cultural e esse é assumido primeiramente pela "colectividade", pelo pequeno núcleo residente num minúsculo lugar geográfico criando o equilíbrio entre o homem, o espaço e a sua topografia.

A MOBILIDADE DA UNIVERSIDADE PUBLICA EM CONTEXTO ECONÓMICO

No atual contexto económico torna-se necessário compreender o porquê dos espaços destinados á Universidade como instituição e alcançar a razão da dimensão que eles ocupam na geografia.

À Universidade pública cabe um papel de elevada responsabilidade, alterar a sua postura e alterar as estratégias de cumplicidade e negócio, orientando-se para a defesa dos interesses públicos, nomeadamente aqueles que de uma forma ou de outra não conseguem aproximar-se da sua área de influência.

É indispensável uma descentralização policêntrica e abrangente ao território de forma a abarcar a competência de todas as pessoas, com maior atenção às populações do interior. Desta forma, a Universidade pública portuguesa terá um papel fundamental neste processo de desenvolvimento e optimização do espaço através do seu braço científico e investigador, ou seja, sua capacidade científica para se estender até esse espaço, tendo como objectivo um processo de adaptação cuja finalidade não será mais do que o desenvolvimento local e regional.

Dar importância à criação de comunidade de práticas, em que o processo de aprendizagem se torna fundamentalmente no fenómeno social e é colocado no contexto da experiência vivida e da participação na sociedade, situando os indivíduos como participantes activos na vida prática da comunidade, caracterizando a participação social como processo de aprendizagem.

O ESPAÇO PARA A INVESTIGAÇÃO NA PRODUÇÃO LOCAL E REGIONAL

Confrontamo-nos, assim, com a necessidade da criação de novos formatos de comunicação que permitam uma aproximação geográfica. Na actualidade o ponto de partida de uma análise sociológica já não poderá ser uma sociedade considerada entidade fechada dentro das suas fronteiras. A Universidade terá como papel fundamental a preservação da cultura local acrescentando um esforço no sentido de apoiar o seu desenvolvimento através do potencial científico e de investigação, pensando na importância dos efeitos da proximidade geográfica para o desenvolvimento local e regional, compreender a importância da interacção entre o espaço como potencial travando o despovoamento.

Olhar a importância da investigação académica na relação da Universidade e o local a desenvolver ao nível das actividades económicas e do seu potencial, estabelecendo condutas de projectos conjuntos que envolvam pesquisadores, académicos e residentes concentrando novos formatos de investigação no espaço e micro espaço geográfico no sentido da descentralização, dando lugar a uma investigação mais aproximada do interior através de formas inovadoras de produzir, valorizando projectos sustentáveis que extravasem a Universidade sob o ponto de vista da geografia e cruzem saberes numa atitude estratégica e de conveniência para o desenvolvimento dos potenciais produtivos locais e regionais numa flexibilidade e organização adequadas.

RELAÇÃO UNIVERSITÁRIA E INOVAÇÃO PRODUTIVA EM REDE

Os sistemas de inovação têm criado condições de relação entre as Universidades públicas, os governos locais e regionais e as empresas. No entanto, esta relação tem-se mostrado insuficiente no sentido em que, como temos vindo a referir, não resolve os problemas de fundo, nomeadamente no interior do país. As transformações tecnológicas de comunicação permitem articular a Universidade e o espaço geográfico mais afastado, num processo educativo, científico e produtivo, ampliando uma relação de trabalho e produção. Este fluxo poderá estabelecer uma troca de saberes sistematizados, entre académico e popular terá por isso como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a

realidade local e regional, a democratização do conhecimento académico e a participação efectiva da comunidade na actuação da Universidade pública.

A perspectiva da tripla hélice (TH) defende que a Universidade tenderá a desempenhar um papel na sociedade de relevância e de inovação. Este modelo revela uma relação entre os diferentes actores (Estado, Universidade e Indústria), no entanto, tal conjugação de valores implica uma transformação interna de cada uma delas. As políticas de desenvolvimento local protagonizadas pela Universidade pública, ou pela sua orientação, poderão ser os meios para atingir determinados objectivos numa atitude pedagógica, científica e orientada para a investigação.

A questão fundamental para o desenvolvimento local e regional com a integração da investigação universitária prende-se com uma evolução da ciência regional que arrasta consigo uma ideia de natureza territorial no sentido de articular estreitamente a abordagem às dinâmicas de desenvolvimento.

TRANSVERSALIDADE CIENTÍFICA E INVESTIGADORA

Como vimos, a Universidade depara-se com novos desafios que implicam uma renovação sob o ponto de vista da sua utilidade social, as últimas décadas envolveram profundas mudanças porque a sociedade assim o impôs através da demonstração das suas necessidades.

Entender a Universidade pública como factor de equilíbrio entre a excelência e a produção e que essa produção esteja vocacionada para a resolução de alguns problemas sociais, como a desertificação do interior do país, o despovoamento e a produção nesses espaços geográficos quanto à optimização das suas potencialidades, respectivamente.

Deve-se pensar uma Universidade pública descentralizada na sua componente investigadora, empreendedora e sustentável, estruturando ideias para uma atitude social arrojada e com necessidade de renovação.

DESENHO PARA UM MODELO ORIENTADOR DE VALORIZAÇÃO CIENTÍFICA

Igualmente se impõe desenhar um modelo orientador de valorização científica, cujos princípios residem essencialmente no sucesso económico proporcionado pela

inovação e aproveitamento das tecnologias, ligado ao conceito de Universidade descentralizada, ou seja, uma instituição que se estende e se dedica simultaneamente ao ensino, à pesquisa e à extensão e que de certa forma termina sendo uma simbiose entre os vários modelos que vincam a personalidade de ensino universitário, ou seja, um modelo de multiversidade.

Criar um desenho possível para descentralização universitária nas suas variantes da investigação e produção que optimizem os espaços locais e regionais sob o ponto de vista da produção. Essa responsabilidade passa para a própria Universidade pública, que em consonância com o Estado e o potencial detectado, produzirá efeitos de colisão na produção local e regional.

A UNIVERSIDADE PÚBLICA INVESTIGADORA NOS ÚLTIMOS QUARENTA ANOS

Por sua vez, nas ultimas quatro décadas, a Universidade concentrou-se na sua prestação sob o ponto de vista dos objectivos, porque a sua sobrevivência dependeu deles efectivamente, sendo obrigada a esquecer porém a sua função social e de construção não respondendo às verdadeiras necessidades do país no que toca á sua fragilidade social e não se destaca nos espaços mais afastados fisicamente da sua abrangência geográfica.

A produção científica processa-se a um nível global, acompanhando um processo de evolução que, cada vez mais coexiste com a globalização numa convergência de ideias na procura de um resultado para um objectivo comum, o qual também tem o contributo do nosso país neste processo de evolução europeia. Poderemos retirar daqui algumas elações no que toca ao assunto e que se direcciona para a optimização do trabalho investigador e simultaneamente produtivo das Universidades através dos seus investigadores e cientistas, o que poderá dar alguma consistência á ideia de uma possível readaptação do modelo triple hélice (TH).

AS INFRA-ESTRUTURAS E OS NOVOS FORMATOS DE COMUNICAÇÃO

No que concerne às infra-estruturas, no actual contexto económico e organizacional, os sistemas e as tecnologias de informação desempenham um

papel sobremaneira preponderante, sendo por vezes a grande dificuldade residente na gestão desse mesmo recurso tecnológico enquadrado nas várias áreas de relacionamento, sejam culturais, de negócio ou outros. Estamos perante novos desafios e competitividade que obrigam a uma outra visão das instituições, nomeadamente da Universidade pública a da sua abrangência no espaço geográfico nacional dentro daquilo que na actualidade se chama de mercado electrónico. A criação de ambientes interactivos, que poderão ser presenciais e até virtuais propõem-se à reformulação de condições de partilha de informação estratégica e científica à semelhança de comunidades de prática. Estes espaços interactivos serão áreas readaptadas que permitam a comunicabilidade através das tecnologias disponíveis, a ideia de e-learning poderá ser uma referência. No entanto e sabendo que neste processo de ensino á distância caberá efectivamente no contexto, revela-se como fundamental a finalidade de se estruturar através do contacto Universidade/comunidade de forma presencial com apoio de ferramentas on-line que permitam um relacionamento simultaneamente personalizado e através das Tecnologias de Informação e Comunicação.

As familiaridades com as tecnologias de informação e comunicação (TIC) em Portugal têm-se desenvolvido sobremaneira nos últimos anos, transformando-nos num dos maiores consumidores da Europa.

A Universidade pública, no século XXI confronta-se, pois, com desafios e temas que poderão colocar em causa a sua própria identidade se não assumir um papel preponderante na sociedade do desenvolvimento. Desta forma, como poderá a Universidade adaptar-se a um mundo globalizado, em que o Estado cada vez mais é uma entidade com menos potencial subsidiário, num contexto supostamente globalizado. Em que medida esta Universidade se tornará sustentável?

As tecnologias de informação e comunicação poderão ser um forte elo de ligação das Universidades ao mundo real, social, ou académico, contextualizando-a uma realidade que provavelmente lhe retirará um estatuto identitário não conformista e crítico, provavelmente focando-se no seu ensino, sendo esta uma questão que porá em causa a independência de pensamento dos seus professores, estudantes e investigadores, provocando impactos no seu resultado final incitando a uma competitividade interuniversitária em detrimento da excelência, transformando-a num negócio e nunca num bem público.

A MISSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO FUTURO

A UNIVERSIDADE PÚBLICA PORTUGUESA E O MODELO EUROPEU

Por tudo o que anteriormente referimos, importa repensar a missão futura da universidade.

Universidade Europeia e muito concretamente a portuguesa, arrastam consigo responsabilidade representativa intelectual e científica dos Estados e das populações, encontram-se precisamente nesta encruzilhada de desafios e decisões às quais também não consegue dar respostas. Nomeadamente o facto de pensarmos se a Universidade actual, numa conjuntura que encerra em si uma série de problemas, entre eles a incerteza quanto aos projectos europeus, incluso o processo Bolonha, o qual começa a demonstrar algumas fragilidades face a uma crise económica e financeira que actualmente abala os modelos sociais de grande parte dos países da EU e coloca em causa a capacidade das Universidades entrarem num debate sobre modelos de desenvolvimento e paradigmas civilizacionais.

O processo de Bolonha limita-se a um tratado que termina com a unificação do espaço único europeu no que toca ao ensino superior envolve um complexo e longo processo, que consistiu em distinguir o que existe de positivo na possibilidade de docentes e alunos num espaço europeu comum e com o mesmo sentido de oportunidades. No entanto este assunto visto e aprofundado, poderemos, através de uma análise superficial concluir com os resultados disponíveis apresentam menos sucessos sob o ponto de vista académico, no entanto, numa perspectiva tecnocrata de Bruxelas, as estatísticas melhoram e o défice público diminui, o que sob o ponto de vista de resultados seria óptimo.

Tenderemos a reforçar a ideia da importância da Universidade pública como o veículo do consenso das ideias e das profundas decisões num futuro global e enquadrado numa atitude de união e transversalidade das Universidades europeias no geral, encarando o século XXI como um desafio a enfrentar. Não obstante a procura de uma Universidade diversificada e empreendedora que transforme um futuro diferente para a sua função no seu posicionamento no mundo da aprendizagem num formato competitivo, traçando caminhos de transformações dinâmicas e de mudança estável face a uma concepção inovadora de gestão e

pesquisa que consigam fazer colidir as suas ideias em contextos institucionais específicos e em ambientes descentralizados da sua realidade física. Nesta matéria a grande questão será sempre o tipo de financiamento para a investigação. No entanto somente se consegue uma Universidade de elite com base num financiamento sólido e numa confiança na prática das Universidades, independentemente de serem públicas ou privadas, criando mecanismos de fiscalização e de controlo que permitam a sua distribuição numa base da competência

As Universidades na actualidade tentam responder a este desafio social com mudanças estruturais e criação de outras variáveis de ensino a fim de criar sinergias estratégicas para fontes alternativas de financiamento no mercado, que por exemplo nos Estados Unidos é uma realidade.

UMA UNIVERSIDADE DE EXCELÊNCIA ADAPTADA AOS NOVOS DESAFIOS

Actualmente o processo de informação determina celeridade nos juízos do panorama socioeconómico em que actualmente se enquadra a sociedade portuguesa, encaminhando-nos para um avanço desmesurado da ciência num mundo de incertezas e desconfiança relativamente às lideranças e às decisões.

Universidade pública será uma realidade no futuro envolvendo-se na problemática social tanto quanto possível, no sentido de permitir uma cumplicidade para a promoção de alternativas na resolução de uma crise circunscrita a várias áreas da sociedade, nomeadamente no espaço geográfico mais afastado da sua área de conforto. A economia baseada no conhecimento exige efectivamente um elevado capital humano e um empenho da parte da Universidade no sentido da criação da eficiência na proposta de produtos e serviços, transferindo capacidades cognitivas para a produção, micro produção e empregabilidade assim como na optimização do espaço geográfico descentralizado e desviado dos grandes centros urbanos, acentuando uma função eficaz e optimizada.

Neste mundo cada vez mais global, á Universidade cabe uma tarefa que se associa à inovação e competitividade, sendo a sua importância fundamental para o desenvolvimento social e económico das sociedades e muito particularmente da sociedade portuguesa, o investimento no ensino superior ao nível da investigação e na ciência torna-se fundamental para esta questão.

A UNIVERSIDADE PÚBLICA EM CONTEXTO GEOGRÁFICO LOCAL E REGIONAL

A interacção entre as Universidades e a sociedade está a mudar. O processo de globalização, assente nas tecnologias de comunicação, altera por completo a relação entre a produção e a investigação. O espaço geográfico local e regional surge como centro de muitas preocupações porque é crescente o seu visível despovoamento e desertificação.

Numa visão de futuro, Portugal terá que ver o investimento e a produção com maior profundidade e abrangência dentro dos seus limites geográficos, não limitando o todo á capital, sob pena de remeter grande parte do pais fora do processo de desenvolvimento, confinando-o ao vazio, como temos vindo a verificar durante os últimos anos com o encerramento e centralização de grande parte das instituições ligadas à economia.

A Universidade no espaço geográfico e no futuro, em contexto político, cultural e histórico nas funções que exerce, poderá assumir uma importância singular na dinâmica dos processos de desenvolvimento local e regional, articulados com a utilização desses espaços, tendendo a ocupar uma posição fundamental e empreendedora a nível das tecnologias, da inovação tecnológica, de produção, ciência e cultura, não obstante a valorização fundamental neste processo de mudança assente no desenvolvimento socioeconómico.

A UNIVERSIDADE PUBLICA GEOGRAFICAMENTE DESCENTRALIZADA

É, neste sentido, essencial investir na aplicabilidade prática da investigação, de forma à obtenção de resultados em termos da evolução da produção, conciliando o papel da Universidade como centro de inovação, gestão científica e de conhecimento com a prestação de serviços de formação.

Vivemos numa fase em que o poder político reflectido nos Estados e nos governos se depara com o facto importante da fraqueza política.

Haveria que repensar a interdependência entre as instituições e o Estado de forma coordenada em formatos de cooperação que permitissem uma gestão local e regional, apoiando-o que lhe tem sido particularmente difícil, colidindo com o desempenho das tarefas públicas e delegando na Universidade pública, como organização de excelência, o papel de mediador no sentido de evitar um decurso de fragmentação e descoordenação com os vários actores intervenientes no processo de descentralização. Quando atribuímos à Universidade pública a

responsabilidade de coordenação do processo, tenderemos a referir que a ideia de região teria que ser pautada como uma solução emergente, independentemente do formato físico e administrativo que lhe possamos atribuir.

Será pouco provável que consigamos falar deste aspecto relacionado com as regiões e consequentemente com a produção local na geografia, sem abordarmos o processo de regionalização levada a cabo em Portugal, reflexo da integração no espaço comunitário que por si exigiu uma abertura de forma adaptada e uma compreensão plena do processo de globalização e que na actual conjuntura poderemos constatar que o quadro de atribuições e competências ao nível do micro espaço geográfico institucional assim como as suas capacidades técnicas e científicas, têm-se revelado insuficientes para fazer face á complexidade desta questão relacionada com a regionalização administrativa impondo-se como condição necessária para o desenvolvimento socioeconómico integrado e sustentado do espaço geográfico nacional mais sujeito ao despovoamento e desertificação.

Poderemos talvez afirmar que esta questão relacionada com a optimização da geografia desocupada e despovoada do nosso país e que se remete ao interior, está invariavelmente dependente da investigação e pesquisa, tal como as grandes questões que estão ligadas á nossa existência, sejam na área da saúde, da genética, da conquista espacial.

A TRANSVERSALIDADE DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Por outro lado, as Universidades terão que unir esforços no sentido de partilhar o saber científico e serem capazes de produzir com outros actores sociais massa crítica e excelência, redireccionando os saberes académicos numa partilha entre a Universidade e o espaço que a circunscreve.

Na obrigatoriedade, cabe-nos concordar com a afirmação, teremos que repensar a verdadeira função da Universidade no geral e muito particularmente da Universidade pública, a sua transversalidade ao mundo exterior, num apoio que passa pela partilha do seu saber científico, estendendo-o a um espaço mais abrangente e esquecido, vítima de políticas neoliberais que centralizam toda a sua

atenção em valores de macroeconomia e que como se tem verificado se centram no litoral.

Uma visão abrangente da função social da Universidade sob o ponto de vista da protecção no que toca ao desenvolvimento, poderá ser encarada como uma forma de se identificar com a sua própria importância, não se deixando arrastar pela ideia de uma instituição pública, demarcando-se de políticas centradas em interesses que nem sempre fazem parte da sua verdadeira função.

UNIVERSIDADE, INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO

Na base desta nossa conclusão destaca-se a necessidade de criar sinergias que difundam o desenvolvimento e o crescimento económico das regiões, e muito concretamente as que nas últimas décadas têm sido remetidas ao isolamento e esquecimento, tal como a criação de emprego no espaço geográfico que tratamos e que se centra no interior do país, sendo essencial promover o alargamento do capital humano que pressuporá uma maior envolvência junto das pessoas e das comunidades potencialmente produtivas. Neste cenário entendemos concluir que as vantagens competitivas das Universidades estão directamente ligadas á sua capacidade de produzir e dominar as ferramentas tecnológicas disponíveis no mercado numa atitude empreendedora. Cumprindo de forma mais capaz a sua missão na pesquisa, na extensão e na tecnologia entendendo-a como elemento fundamental para a evolução socioeconómica do espaço geográfico no seu todo e não no particular porque a Universidade, na condição de uma das instituições especializadas no contexto da produção do conhecimento e da realidade social, não estabelece interlocução sistemática entre formação, mundo do trabalho e desenvolvimento da sociedade.

PERSPECTIVAS ACERCA DE UMA COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL ADAPTADA E SEU IMPACTO NO FUTURO

Conclui-se que as tecnologias de comunicação antecipam por vezes a nossa imaginação, a comunicação tornar-se-á mais complexa porque tendencialmente se afastará do espaço físico da tradicional sala de aula e poderá diluir-se em espaços que muitas vezes não necessitarão mais do que um quadro interactivo, motivando assim presenças virtuais. O papel do professor assentará na gestão e mediação da informação, o que pressupõe a uma maior flexibilidade do seu saber tornando-o

mais abrangente e estender-se-á a todos os espaços sociais numa geografia que embora afastada se tornará mais próxima, donde que, as organizações passarão a um processo que integre tecnologias avançadas com projectos pedagógicos inovadores para que qualquer pessoa possa aceder ao processo aprendizagem. A nova informação que no tempo se vai encorpando e tomando formas muitas vezes assustadoras atendendo à sua velocidade e capacidade de armazenamento de dados, revela-se assim uma das grandes características da modernidade. É importante pensar-se numa Universidade transformada, com base numa realidade interpessoal que propõe também um outro tipo de atitude, virada para o debate, a cidadania e individualidade, num espaço vocacionado para a funcionalidade numa relação óptima entre esse espaço e o homem.

Uma geração nova emerge na Europa, chamam-lhe a "geração E". Transformam a Europa, sem fronteiras nem preconceitos, mas infelizmente desconhecem a história, logo estão alheios a políticas globais, concentrando-se numa actividade de culto individual, valorizando a realização e estimulação, com a responsabilidade da sua própria formação e possível mobilidade.

É importante que possamos concluir exactamente a velocidade com que as novas tecnologias condicionaram este assunto, assim como uma análise tão realista e rigorosa quanto possível, pois entre o início desta tese até à data, criou-se um abismo quase assustador nesta realidade da comunicação e que reflecte exactamente o quê, relativamente às perspectivas de comunicação organizacional adaptada e seus impactos no futuro? – Reflecte uma incerteza, na medida em que neste espaço de tempo já assistimos a uma evolução quase inimaginável na comunicação e no armazenamento de dados e informação disponíveis e acessíveis a qualquer um de nós.

A RELAÇÃO ENTRE A UNIVERSIDADE E O ESPAÇO URBANO. A IDEIA POLICÊNTRICA DO TERRITÓRIO À ESCALA ADAPTADA

No entanto, não é esta a realidade que encontramos ao analisar a localização geográfica das Universidades portuguesas. As Universidades reflectem um pouco a sua influência pela localização na geografia e a concentração quanto ao efeito da abrangência.

Com base no princípio do policentrismo e numa perspectiva para a compreensão do fenómeno, concluímos que a comunicação e o movimento que a Universidade pública permitirá com base neste princípio e raciocínio, poderão inverter a história

que se tem demonstrado obrigatória relativamente aos espaços que embora periféricos, são padecentes do esquecimento e da inevitável desertificação e despovoamento. No entanto, o que importa reter nesta informação é que numa ideia adaptada do policentrismo e tomando-a como uma possível variável orientadora do processo, poderemos concluir que a aproximação das Universidades públicas do interior do país aos espaços e micro espaços geográficos, numa atitude de construção poderá criar um modelo em certa medida alternativo áquilo que é a realidade hoje, ou seja, a concentração da ciência e do saber em torno da Universidade. Temos consciência que se focaliza na relação da estrutura do estado e da sua partilha com a sociedade e com a geografia, entendemos a problemática de forma análoga e adaptável ao mesmo princípio, não obstante se tratar de relacionamentos diferenciados. No entanto, a visão da adaptabilidade poderá ser entendida como ajustável, donde que, o policentrismo se transforma num veículo transportador do contributo para a solução.

O PROFESSOR UNIVERSITÁRIO E A INVESTIGAÇÃO NA PRODUÇÃO EM MICRO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Pensar o futuro é um exercício arriscado e por vezes fútil, tendemos no entanto a pensar sempre o que irá acontecer depois na tentativa de o controlar.

As Universidades representadas pelos seus docentes e investigadores terão que olhar o futuro como uma fase da vida científica importante a ultrapassar. Mas a conclusão é de simples leitura - cumprir objectivos é algo que ainda na actualidade se verifica no ensino universitário português e que se esconde atrás de uma manta de retalhos, a que chamam “Processo Bolonha” que é claramente uma reestruturação do ensino superior voltada para o mercado, definindo-se como chave para promover a mobilidade e empregabilidade dos jovens formados.

Relativamente a este propósito e dentro deste contexto, qual será a função do professor universitário no futuro? A Universidade pública na actualidade já funciona como uma organização administrativa e inserida num universo mais competitivo dentro de um mercado capitalista e que é avaliada segundo indicadores de produtividade e estruturada por estratégias e programas de eficiência organizacional com base nos objectivos como se fora uma outra empresa qualquer. Estaremos provavelmente perante um perfil diferenciado do papel do professor investigador universitário e nesta perspectiva do problema e no contexto poder-se-á concluir que estaremos na presença de um professor também, executor com uma

função cada vez mais vocacionada para a preparação da aprendizagem, organização e recepção de informação, orientador de grupos de trabalho. Assim, o professor investigador universitário não pode mais entender-se como um mero transmissor de conhecimentos, mas antes como um facilitador do processo de aprendizagem levado a cabo não somente através do estudante como também poderá servir os propósitos da investigação em espaços fora do âmbito geográfico da sua Universidade, apoiando e investigando para a produção e optimização dos espaços locais e regionais remetidos a uma geografia do interior.

O ESPAÇO DENTRO DO ESPAÇO – O ESTADO DA ARTE

A LOCALIZAÇÃO GEOESTRATÉGICA DA EDIFICAÇÃO UNIVERSITÁRIA ADAPTADA

Para que o vimos defendendo seja efectivo será necessário uma reorganização geoestratégica das Universidades portuguesas, partindo de um novo paradigma, ao qual chamamos O espaço dentro do espaço.

A Universidade do futuro deve ser entendida como uma instituição que subministrará formação de forma extensiva à maioria da população, ao longo de toda a vida e acessível em toda a parte do globo. Estaremos perante uma alteração substancial do conceito de Universidade. Deparamo-nos face a um novo modelo, caracterizado pela globalização, que poderá servir de forma geograficamente abrangente a todo o momento, com a possibilidade de dar respostas às solicitações em tempo útil e isso prende-se com a geografia, ou melhor, com uma simbiose perfeita entre a geografia e a tecnologia. A este propósito consideramos que as novas tecnologias por si só, não têm o condão de resolver o problema da assimetria social e económica que está adjacente à questão das necessidades do interior do país no que toca aos seus problemas de optimização produtiva.

A nova Universidade não poderá ser igual sob o ponto de vista da dimensão, será efectivamente maior, muito maior. No entanto essa dimensão não será medível na escala física, mas sim na capacidade de comunicar, será porém uma instituição que terá que se adaptar a novos mecanismos e mais flexíveis, impondo-se como um

desafio para uma nova dimensão da Universidade e muito particularmente a Universidade pública.

A localização geoestratégica para a implementação de um qualquer edifício que sirva a Universidade na sua variante de investigação e descentralização da excelência, circunscreve-se a uma actuação que não sendo necessariamente construída, desenvolve-se segundo alguns parâmetros no decurso de três fases muito concretas consideradas como fundamentais.

O APOIO À UNIVERSIDADE EM ESPAÇOS REABILITADOS

Será importante uma aproximação do espectro universitário na sua vertente científica e de investigação à geografia do interior do país no sentido de, por um lado, estudar e propor formatos da sua optimização e pelo outro, a criação de sinergias que incentivem a estadia das camadas mais jovens a esses mesmos espaços num processo de apropriação.

Quando abordamos a Universidade física como um edifício funcional, provavelmente estaremos a assumir a volumetria como um elemento menos importante neste processo de transformação que colide com as alterações nestes últimos anos e a necessidade de pensarmos numa Universidade mais humana e menos física, ou seja, a arquitectura não ser mais do que um elemento mediador interactivo entre o espaço geográfico e os homens envolvidos nos projectos fundamentais para a mudança.

Vale uma reflexão e remete-nos a um pensamento relacionado com a interacção entre vários aspectos que ultrapassam a dimensão, ou seja o “tamanho” das coisas, sejam elas materiais ou até imateriais, terão que ter efectivamente uma função social eficaz e de ir ao encontro dos objectivos para que foi criada.

O projecto de uma Universidade que vá de encontro aos espaços remetidos ao distanciamento e em certa medida ao “esquecimento” social e económico deverá relacionar-se com a sua capacidade de actuação e acima de tudo com a sua finalidade como objectivo e que na actual conjuntura e nas finalidades está longe de ser sobredimensionada.

O ESPAÇO UNIVERSITÁRIO READADAPTADO PARA A INVESTIGAÇÃO DESCENTRALIZADA

O espaço físico estrutura-se num conjunto de valores que colocam em evidência, não somente esse mesmo espaço mas também a sua finalidade numa relação que permita o entendimento sobre o quanto a configuração espacial afecta as relações de trabalho assim como a interacção e a troca de experiencias que directa ou indirectamente influenciam o desempenho e os resultados. É possível reorganizar o espaço físico na intensão de uma estrutura corporativa descentralizada assente em grupos de trabalho num âmbito espacial ao nível da escala local, ou seja, a derivação de estruturas descentralizadas baseadas em grupos de trabalho e segmentos de importância, cuja gestão terá que fluir sempre na Universidade.

Quando pensamos na deslocação física da Universidade, teremos que compreender a extensão como uma variável fundamental para a compreensão e referi-la como uma ligação da Universidade na sua componente de excelência e investigação ao cidadão afastado geograficamente.

PERSPECTIVAS SOBRE A NOVA DIMENSÃO ADAPTADA E ESPACIAL PARA A UNIVERSIDADE PÚBLICA NO SÉCULO XXI

A Universidade hoje determina-se como um espaço sobredimensionado e dominador, terá que aumentar o seu diálogo com outras instituições e alargar-se na geografia no sentido de aceder a uma intervenção activa no desenvolvimento que não terá somente a ver com a sua evolução mas também com a participação intensificada na problemática nacional que ocorre do subdesenvolvimento do interior do país e da sua estagnação. Naturalmente e no nosso tempo, esta é uma realidade palpável, o que nos leva a pensar que provavelmente o espaço físico deixa efectivamente de ser um entrave a esta evolução inovadora que se traduz num novo formato de comunicação. Com base nesta abordagem e tendo como referencia o nosso propósito a relação entre o conhecimento, o território e as Universidades definem uma triangulação que poderá atingir os objectivos quanto às perspectivas de uma relação sustentada entre a responsabilidade da Universidade pública e o desenvolvimento local e regional, suportados certamente em infra-estruturas adaptadas.

A relação e colaboração entre as Universidades públicas e os poderes locais e regionais apoiadas nas tecnologias de comunicação, transformam-se num factor fundamental para o desenvolvimento coerente de apoio mútuo e consequentemente na aproximação de esforços para que possamos olhar o interior do país de uma forma mais integrada.

UMA VISÃO DIFERENCIADA DA IMPORTÂNCIA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

Torna-se necessário que a Universidade se transforme num pilar fundamental para o processo de inovação e na liderança de sistemas de desenvolvimento nacional através de atitudes inovadoras. Esta questão tem como referencia as transformações que consideramos fundamentais e que seriam provenientes da acção humana, onde a Universidade terá um papel fundamental como preconizadora das transformações necessárias do cenário que historicamente necessita de ser construído.

A percepção da diversificação implica um desenvolvimento de técnicas com utilização dos recursos disponíveis em determinados lugares, será por isso o início do processo de regionalização. Assim, e com base neste pensamento, poderemos concluir a importância da segmentação do território como aquilo que consideramos relevante para o desenvolvimento local e regional, não obstante e ser fundamental a intervenção da Universidade pública e sua territorialidade num conjunto de valores e atitudes que terão como resultado a reorganização e consequente optimização destes mesmos espaços e regiões.

Numa perspectiva da influência geográfica, poderá a Universidade ter em determinado local ou região a actuação que contribuirá para a sustentação das suas acções transversais a algumas variáveis importantes no processo, ou seja, o saber científico, a investigação e a realidade, obrigados a atribuir substancia e consistência à ideia de uma Universidade descentralizada e capaz de estrar inserida em realidades abrangentes ou particulares com base nas práticas de um conjunto de experiências sociais vividas pelo homem.

A RELAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA COM A COMUNIDADE E A PRODUÇÃO

A Universidade moderna presta serviços à comunidade, não limita a relação desta com o mundo empresarial que usualmente se centra no litoral do país, mas também a uma comunidade mais desfavorecida do conhecimento científico para o qual poderá dar um apoio sem dúvida importante e produtivo.

A extensão no futuro vai ter uma importância vital se nos referirmos a uma função abrangente, inovadora e empreendedora incluindo a Universidade num projecto global, onde o seu corpo de recursos científicos e de investigação se estende na geografia do país, na defesa da diversidade cultural e de produção, junto das comunidades locais e regionais. No entanto, esta extensão necessita da envolvência na participação dos problemas como das soluções sem terem que obrigatoriamente ser orientadas para actividades de negócio rentáveis convergindo num apoio solidário e de cidadania para a resolução das questões que tenham como objectivo a rentabilização do espaço em geral, cobrindo certamente aqueles que estão mais necessitados de apoio.

A viabilidade de um processo com base num projecto integrado passará efectivamente por um desenvolvimento sustentável e estimulado pelo Estado, obviamente num relacionamento estreito com a Universidade em primeira instância, estruturando projectos que tenham como finalidade integral a melhoria de certos aspectos da vida das pessoas residentes desses espaços geográficos, medidos pelo impacto que estas acções conjuntas exercem sobre as comunidades.

O CONTRIBUTO DA DESCENTRALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA PARA CONTRARIAR O DESPOVOAMENTO DO INTERIOR

Ao longo destes últimos quarenta anos em Portugal não foi possível travar o despovoamento do interior do país, não somente pelo desinteresse das populações com efeitos na estabilidade de residência geográfica, como também uma visível falta de objectivos para o futuro, situação provocada pelo desinteresse político no investimento para o território, na ineficácia das instituições universitárias e de ensino superior aproximadas, muito em particular as Universidades do interior que não conseguiram no seu conjunto criar sinergias que incutissem nas pessoas destas regiões a “vontade de ficar”. Tal situação determina o desaparecimento das áreas do território português de baixa densidade populacional e que resulta da

perda de capacidade para o desenvolvimento local de forma sustentada, onde a Universidade pública, através dos seus recursos, de excelência e investigação, deveria ter um papel de crucial importância no sentido da estratégia e da liderança e assim contrariar um ciclo de migração no país.

A UNIVERSIDADE PORTUGUESA E O ESPAÇO PRODUTIVO EUROPEU

Numa Europa mais inclusiva pretende-se associar também um crescimento inclusivo. Portugal como outros países pobres da UE terão que desfrutar desta variável importante sob pena de não conseguir respeitar as regras básicas para um crescimento económico sustentável devido a uma diminuição substancial da mão-de-obra europeia e que também se deve a uma evolução demográfica desequilibrada assente num aumento de pessoas inactivas profissionalmente.

As Universidade não somente passam a criar valor humano e de excelência como criam pontes entre esta capacidade e o meio social, indo de encontro à necessidades de forma a potenciar a produção com base na investigação, independentemente da distância geográfica.

As Universidades assumem neste contexto novas atitudes no sentido de, não somente criar valor humano na excelência, mas também tornar fundamental transferir essa capacidade para o meio social, potenciando a produção e a criatividade produtiva, mesmo que estes valores se encontrem distantes da sua geografia de abrangência, o que normalmente acontece. e tudo isto se encaixa num fenómeno de globalização onde se torna visível a razão que leva ao reaparecimento das identidades culturais em várias partes da Europa.

A MOBILIDADE NO ESPAÇO EUROPEU - EXPERIÊNCIAS E ATITUDES

A mobilidade das populações encontra-se no centro das atenções dos estados que compõem a UE, estruturando novos desafios às políticas das sociedades do século XXI nas culturas e nas pessoas, donde que, poderemos estar perante um novo paradigma ao nível da investigação, da formação e da intervenção no domínio das relações interculturais, o que poderá colocar algumas questões relativamente aos povos e o seu relacionamento cultural no que toca às identidades e aos conflitos.

Tem-se verificado um aumento substancial da mobilidade de cientistas e investigadores portugueses na Europa, incentivados por políticas neoliberais e que entroncam numa posição entendida como fundamental para as carreiras científicas, incentivando estes profissionais altamente qualificados à circulação de um mundo que já é global. As novas gerações mostram-se desinteressadas do sistema político, encaram a participação social integrando grandes causas, em organizações não-governamentais que lutem contra problemas instaurados no mundo, sejam fome, guerra, poluição, etc. Na realidade, e como temos vindo a sentir em quase todos os aspectos, sente-se uma certa ambiguidade na construção da Europa. É importante referir que, tendo uma grande abertura de espírito, esta nova geração é ao mesmo tempo extraordinariamente individualista, tentando a todo o custo realizar-se pelo prazer e pelo poder.

A Europa aumentará a mobilidade interna, alargando os territórios da circulação do conhecimento, abolindo fronteiras na difusão dos saberes independentemente do local em que se encontre, implicará assim a construção de comunidade europeia de docentes e alunos que entre si partilham vontades e resultados de aprendizagem.

A DIVULGAÇÃO DO CONHECIMENTO NA COMPONENTE CIENTÍFICA, DESCENTRALIZADA E ABRANGENTE

O ensino, a investigação e a transferência de competências, conhecimentos e tecnologia para a sociedade devem ser perseverantes para as necessidades existentes de modo a contribuir efectivamente para o desenvolvimento sustentável, transformando-se na alavanca para a inovação e competitividade das economias emergentes, fazendo parte integrante da vida das pessoas na produção científica e do conhecimento, sua difusão. A globalização na Europa sujeita-se a um processo de massificação e de democratização do acesso ao ensino superior que vive uma identidade desequilibrada que se difunde em variáveis tão diversas como, educação terciária, pós-secundária, educação fundada na investigação, educação vocacional, etc. o que implicará uma reflexão que perspective uma educação que sobreviva às mudanças.

O conhecimento através da Universidade só será útil e competitivo se desenvolver mecanismos de ligação permanente à sociedade que lhe permitam o exercício de actividades ligadas à modernização.

[RE] DESENHAR O MICRO ESPAÇO PRODUTIVO

UNIVERSIDADE ADAPTADA À GEOGRAFIA POR APROPRIAÇÃO

Trata-se pois de [Re] desenhar o micro espaço produtivo, um novo paradigma de Universidade enquadrada com o contexto socioeconómico no qual se insere.

No que poderemos compreender relativamente ao processo de apropriação da Universidade nos espaços locais e regionais tendencialmente poderá vir a ocupar uma posição fundamental na diligência desses mesmos espaços, optimizando-os através do seu espectro científico e das dinâmicas de comunicação implementando processos de inovação, nomeadamente tecnológicos, permitindo assim um plano estratégico para o desenvolvimento socioeconómico.

A ideia de território está directamente ligada ao domínio exercido dentro de uma determinada área geográfica, ou seja, a ligação directa a uma geografia política é parte integrante deste fenómeno, analisando o conceito de território através de uma perspectiva analítica e ligada à ideia de poder sobre um determinado espaço e seus recursos. A apropriação confronta-se com os princípios e valores culturais de um determinado espaço, valoriza a relação da Universidade como instituição e o espaço como elemento de intervenção.

GERIR A FORMAÇÃO E A PRODUÇÃO NUM ESPAÇO SUSTENTÁVEL

É importante que possamos compreender as relações que se fazem presentes dentro de um determinado espaço geográfico, seja na sua amplitude urbana ou rural. Para além da sua estrutura económica existe uma identificação do indivíduo com esse mesmo espaço numa partilha de relações e que em conjunto permite uma compreensão efectiva do território em que está inserido. Também a geografia física e humana nos remete para uma etapa do conhecimento social mais alargado e abrangente, sensibilizando-nos para a sua importância na detecção das assimetrias da relação entre aquilo a que poderemos chamar de interioridade. Em que medida a Universidade pública poderá influenciar o território no sentido de eliminar esta interioridade pensando acerca da relação entre o poder local e o conhecimento académico com base na produção a partir da interacção entre ela e a

sociedade baseando a discussão na interdisciplinaridade e na diversidade, valorizando o saber social como um pressuposto de desenvolvimento, remetendo essa responsabilidade para as práticas e teorias das tecnologias de informação e conhecimento?

PRODUÇÃO INOVADORA À DIMENSÃO DA REALIDADE LOCAL E REGIONAL

As propostas inovadoras feitas através das Universidades terão que ser instrumentos fundamentais para a utilização do conhecimento como factor de competitividade e de criação de riqueza, sendo este o paradigma de uma economia global iminente e à qual será muito difícil nos afastarmos sendo a sua característica fundamental a inovação.

O valor económico do conhecimento no espaço local e regional depende do seu investimento em actividades produtivas, enquanto a sua adequabilidade para gerar produtos e serviços diferenciados, atractivos e competitivos, constitui assim o catalisador da inovação, em sentido lato.

As Universidades revestem-se de novas responsabilidades no compromisso social tal como no seu relacionamento com os parceiros a fim de fortalecer a gestão dos seus recursos.

O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL SUSTENTÁVEL ATRAVÉS DA PRODUÇÃO CIENTIFICA DA UNIVERSIDADE

A Universidade é uma instituição em transformação e que reflecte algumas preocupações na produção científica da actualidade, permanecendo grandes dúvidas quanto ao seu futuro no que toca ao impacto destas alterações, donde que se torna importante fortalecer a sua missão, encarando as mudanças na tecnologia da modernidade e o fácil acesso ao conhecimento. O conceito de Desenvolvimento local e regional refere-o como sendo o resultado da integração da variável “espaço” na discussão e que assim se associa a uma referência espacial em concreto. Neste contexto, as Universidades são instituições que por força das circunstâncias se definem como sendo os agentes mais indicados pela capacidade, apetência e sentido de responsabilidade, gerando ideias e acções que procurem minimizar

situações de instabilidade social nas áreas da produção, economia e avanço tecnológico através da excelência em diversas áreas da sociedade, nomeadamente o espaço local e regional.

Teremos por isso o exemplo de recurso endógeno ou territorialista, que assenta no desenvolvimento que se forma no interior da região numa optimização clara dos recursos naturais internos através do seu capital social e se traduz na valorização dos padrões culturais locais, permitindo uma exploração moderada e sustentável.

A RELAÇÃO DO INDIVÍDUO COM OS NOVOS FORMATOS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO E INVESTIGAÇÃO

As habilidades de um indivíduo em contexto social ou comunidade no domínio das tecnologias quanto ao seu uso e no sentido de tirar o seu maior potencial e partido, demonstram a capacidade de imprimir um ritmo acelerado e enquadrado no tempo.

Os suportes digitais possibilitam ter uma nova dimensão de tudo aquilo que nos rodeia, desde os produtos até ao processamento de dados assim como uma visão política, económica e social globalizada, sendo que, a sua maior importância no contexto incide na competência e comunicação em rede, possibilitando todo o tipo de informação a todo o instante, o seu desenvolvimento a nível tecnológico criou um grande impacto nas inovações do mercado, consentindo um acesso à informação extremamente rápido, donde que, a sociedade tende a ser menos exclusiva, mais participativa e mais competitiva.

Estes novos formatos de comunicação poderão destruir as barreiras espaciais do passado com reflexos nos sistemas políticos, sociais e económicos, atribuindo talvez uma nova ordem aos sistemas de globalização e relação entre as várias culturas humanas implantadas na geografia sem barreiras entre as sociedades, permitindo uma análise mais aprofundada acerca da gestão dos espaços e das necessidades inerentes, donde que, neste horizonte de um mundo demasiado vasto e extenso, se foi convertendo num mundo de proximidades.

A INTERACÇÃO DO INDIVÍDUO COM A UNIVERSIDADE NUM PROCESSO DE APRENDIZAGEM E DE DISTANCIAMENTO FÍSICO

As tecnologias de informação e comunicação assumem um papel de destaque e influência em todos os segmentos sociais, dando uma nova visão na estrutura das sociedades emergentes. Encaramos por isso uma forma fácil e agilizada de fluxo de informação que se pode mover para qualquer sentido, desde a grande urbe até à pequena localidade. Também se estrutura dentro de uma amplitude de informação e integração que permite reduzir as distâncias geográficas e acima de tudo, promover um substancial aumento dos níveis de informação ao indivíduo.

As comunidades virtuais definem-se como sendo uma forma de estabelecer relações com outros, criando pequenos grupos, comunidades e seguidamente atingir o ponto de civilização. Em termos de conceito a comunidade faz parte integrante do processo evolutivo da sociedade, aproximando os indivíduos num processo de interacção e cognitivo. Os utilizadores destas redes podem fornecer apoio efectivo, tornando o processo de comunicação mais alargado e podendo contribuir para a sociabilidade do ciberespaço num estreitamento de relações entre a Universidade e a região ou comunidade.

RECURSOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA UNIVERSIDADE DESCENTRALIZADA EM INFRA-ESTRUTURAS SUSTENTÁVEIS

Quanto ao planeamento para a implementação física do espaço para uma representação universitária no século XXI, esta é suportada numa estrutura que deve resultar da ponderação pormenorizada de várias perspectivas de planeamento estratégico.

Para o seu desenho físico, que resulta da ponderação de alguns aspectos quanto ao seu projecto sob o ponto de vista das infra-estruturas e numa óptica do futuro que pode surgir em resultado da adopção de diferentes aspectos estratégicos de planeamento, como sendo, ensino virtual, e um estreito relacionamento com a comunidade, independentemente da sua localização. Tem isto directamente a ver com a dimensão, algo que entendemos pertinente para o assunto que tratamos, no entanto é visível que no tempo actual a tendo em conta a conjuntura quanto ao desenvolvimento das tecnologias, as instalações universitárias terão que encarar a situação entre duas variáveis possíveis, ou seja, a centralização do desenho físico

universitário que implicará uma concentração de serviços, ou à descentralização do espaço, sendo este o propósito da ideia de responsabilização da Universidade no processo de desenvolvimento e produção local e regional.

A grande dúvida será quando olharmos com maior profundidade o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e de transporte de dados e nessa conjuntura teremos que ver a universidade do futuro, minimizando a importância da proximidade física e da localização. A implementação e seu planeamento estratégico para a sua missão que lhe cabe agora e no futuro, poderão ter que optar por diferenças quanto aos seus desenhos sob o ponto de vista físico do espaço e da sua localização.

A IMPLEMENTAÇÃO SUSTENTADA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Na actualidade teremos que ter uma visão diferente da forma como funciona o mundo. A rápida transformação dá-se no sentido da mundialização, da busca de raízes locais que se determinam pela globalização económica e pela reestruturação dos formatos de produção, sendo assinalada por transformações exemplares. A extensão universitária poderá desenvolver de forma interdisciplinar e integradora e como formadora do cidadão profissional, poderá privilegiar a produção e combater as desigualdades sociais tal como as assimetrias territoriais, consolidando uma actividade de ensino e pesquisa em função das solicitações e necessidades locais.

A relação da extensão universitária com a comunidade é de extrema importância para ambas as partes e será desta simbiose de saberes que surge a produção de conhecimento crítico o seu estudo enquanto elemento de ligação entre a instituição de ensino superior e o meio social de sua implantação não é de todo encorajador e deverá ser entendida como um espaço possibilitador da ligação com o sujeito produtor, no sentido do intercâmbio de conhecimento no qual a Universidade aprenda também o saber popular, dar-lhe o sentido crítico e consequentemente daí nascer o resultado de um trabalho em conjunto.

Nesta questão de extensão universitária, ou terceira função, deveríamos entendê-la como um acto social protagonizado pela Universidade que terá que ir de encontro, no essencial, aos interesses da sociedade e das populações, envolvendo grande parte das instituições, incluso o Estado.

OPTIMIZAÇÃO DO ESPAÇO LOCAL E REGIONAL PARA UMA LÓGICA DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO E INOVADOR À ESCALA GLOBAL

Olhar a descentralização como forma democrática e adequada para uma autonomia local e regional, através de programas estratégicos concentrados no desenvolvimento endógeno atendendo às necessidades dos cidadãos e numa perspectiva de futuro, dando respostas a carências que evitem o cenário que se remete ao subdesenvolvimento, despovoamento e desertificação e que à escala local e regional é possível a preparação de soluções ideais aos problemas inerentes aos espaços, confrontados com o isolamento e todas as dificuldades que daí advêm.

Será através dos impulsos das potencialidades e na vontade de alcançar uma situação de desenvolvimento sustentável que podemos partis para um reconhecimento rigoroso da realidade de cada caso sustentado por um modelo que será desenvolvido no território local e que assentará numa estratégia partilhada pelas instituições locais, Estado e Universidade.

Da territorialidade ao desenvolvimento local sustentável é notório que em pleno século XXI com questões sociais por resolver, em que a capacidade de transformação da tecnologia propõe que seja o momento de optar por sociedades locais co-responsáveis e por governos que dêem prioridade à criação de espaços de sustentabilidade.

No tempo, o desenvolvimento dos espaços locais sustentáveis poderá ser uma realidade inovadora no território nacional, conseguindo um futuro mais equilibrado e próspero nos espaços da geografia portuguesa mais afastados do litoral.

DESENHO DO ESTUDO EMPÍRICO

Com base na ideia de globalização que praticamente abrange todas as áreas sociais, da economia à ciência, importa discutir em que medida o desenvolvimento local e regional endógeno, que é possível nas regiões do interior e que para ser exequível, terá que recusar a imitação de modelos externos que normalmente são desadequados às realidades e necessidades locais e regionais, assumindo um modelo mais consentâneo com os seus objectivos. Porque o conceito base do

desenvolvimento endógeno consiste na mobilização de todos os recursos locais e regionais preparados para serem agentes inovadores.

Em síntese, com base num problema detalhado em alguns pontos de referência e que circunscreve a importância da Universidade no processo de integração e optimização dos espaços locais e regionais remetidos ao interior do país, consultamos através de uma metodologia descritiva-explicativa as variáveis de interesse para a compreensão do problema. Dado tratar-se de um tema algo complexo e inovador sob o ponto de vista da análise social, os resultados obrigaram-se a uma descriminação partilhada em dois eixos de análise para uma melhor tomada de conhecimento do problema e sua consequente proposta de resolução. As entidades oficiais e acreditadas sugeridas ao longo da tese assim como a consulta a uma amostra através de questionários, deram-nos informação substancial para a tomada de conhecimento quanto a questões fundamentais no desenvolvimento da pesquisa.

No que diz respeito à metodologia adoptada, procurou-se enquadrá-la com a finalidade do trabalho de investigação. As técnicas empregadas para recolha e tratamento de dados, assim como para a análise e tratamento gráfico desses mesmos dados foram definidas de modo a facilitar a leitura das realidades conjunturais e disponibilizaram argumentos em número suficiente para o desenvolvimento do trabalho.

Entre as ferramentas metodológicas disponíveis privilegiou-se a realização de questionários e no tratamento estatístico de dados recolhidos de fontes oficiais oficiais. Desenhando uma estrutura conforme as necessidades para a obtenção dos resultados. Não obstante, conclui-se, *a posteriori*, que o número de questões dicotómicas poderia ter sido menor. Contudo os dados recolhidos através dos dois eixos de investigação apresentaram-se suficientes e credíveis para uma discussão esclarecedora e eficaz sob o ponto de vista da apresentação e discussão dos resultados.

Também o público-alvo inquirido através de questionário, foi previamente estabelecido e seleccionado em conformidade com a finalidade e as intenções da

investigação. A estratégia de distribuição dos questionários através das redes intranet mostrou-se eficaz, tendo-se obtido uma percentagem aceitável relativamente à amostra.

Os resultados obtidos através dos questionários mostraram-se eficazes e esclarecedores no que toca à opinião dos inquiridos e apontam que relativamente às questões relacionadas com o nosso trabalho de investigação, a média das respostas encontra-se próximo do "concordo", embora o desvio padrão apresente valores que sugerem que a maioria dos inquiridos está indeciso ou que concorda totalmente com a resposta de que a universidade tem importância fundamental para o desenvolvimento do interior do país.

Esta linha de resposta é regular neste tipo de indicadores, como se pode verificar nas questões relativas à finalidade da Universidade pública portuguesa, com um número alargado dos inquiridos a responder que discorda que a universidade tende somente a um trabalho de construção intelectual com poucos resultados ao nível da produção, embora a maioria se encontre com dúvidas a este respeito.

É um aspecto central nas respostas, seja de escolha múltipla ou dicotómicas que os inquiridos concordam totalmente que a abrangência do ensino universitário deverá ultrapassar o espaço físico que limita o campus universitário e que a maioria concorda que para apoiar efectivamente o processo de desenvolvimento do interior do país, seria importante uma Universidade pública fisicamente descentralizada através de um processo de regionalização.

É interessante verificar também que a maioria dos inquiridos concorda que os novos processos de comunicação, construção e reabilitação permitem que em qualquer espaço se represente uma Universidade, desde que se justifique a sua existência, embora neste ponto também se encontre um número elevado de indecisos ou não respondentes. Neste sentido, a maioria dos inquiridos concorda totalmente que uma Universidade pública poderá ser representada em pequenas comunidades desde que se justifique a sua presença.

Todavia, importa realçar que os inquiridos concordam totalmente que a universidade pública também tem obrigações políticas e sociais das quais não se deverá distanciar.

Por fim, entendemos importante fazer uma avaliação geral e de conjugação de resultados. Desta forma e através de uma visão abrangente entre o investigado e a realidade, conclui-se que numa primeira abordagem tratamos de um tema algo original e que através da nossa intensa investigação ao longo da revisão literária não vislumbramos informação consistente e massificada acerca do assunto, remetendo-se toda esta matéria a artigos, notas e pouca bibliografia. Concluímos portanto, tratar-se de um assunto social que por "esta ou aquela razão" não provoca o interesse dos investigadores, intelectuais e académicos da sociedade portuguesa.

Os resultados obtidos através dos mecanismos que apresentamos ao logo deste trabalho de investigação, leva-nos a acreditar que efectivamente o país divide-se quanto à matéria que tratamos e que incide numa diferenciação acentuada entre o litoral e o interior. A Universidade tem ferramentas e capacidades para destruir esta dividida pela geografia que por si já é diminuta.

Os resultados conseguidos através das entidades e das pessoas dão-nos uma leitura óbvia desta problemática que é a necessidade de [Re] Desenhar os espaços da Universidade pública e que Portugal terá que se retratar face aos desafios de um ensino superior globalizado.

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

ÍNDICE SIGLAS E ACRÓNIMOS

INICIAIS	DESCRIÇÃO
AED	Ambientes de Ensino Distribuído
APD	Associação portuguesa de Demografia
AVEA	Ambiente Virtual de Ensino Aprendizagem
C&T	Ciência e Tecnologia
CCE	Comissão das Comunidades Europeias
CLE	Constructive Learning Enviroments
CRUP	Concelho de Reitores das Universidades Portuguesas
CTS	Ciência, Tecnologia e Sociedade
DGEEC	Direcção Geral de Estatística de Educação e Ciência
DGEMN	Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGES	Direcção Geral de Ensino Superior
EaD	Ensino à Distância

EaD	Ensino à Distancia
EI	Espaços Interactivos
ESDP	*European Spatial Development Perspective*
ESE	Escola Superior de Educação
ESG	Escola Superior Gallaecia
EUROSTAT	Gabinete de Estatísticas da União Europeia
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
FSE	Fundo Social Europeu
FURBS	Forma Urbana Sustentável
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
I&D	Investigação e Desenvolvimento
I&D	Investigação e Desenvolvimento
I&DT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
IBM	International Business Machines
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IES	Instituto de Empreendedorismo Social

IGP	Indicação Geográfica Protegida
INE	Instituto Nacional de Estatística
IpC	Índice Potencial de Consumo
IRS	Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
ISCTE	Instituto Universitário de Lisboa
LUSA	Agência de Notícias de Portugal, S.A.
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação
MOPC	Ministério de Obras Públicas, Transportes e Comunicações
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE	Orçamento do Estado
OE	Orçamento de Estado
ONG	Organizações Não-Governamentais
PC	Personal Computer / Computador pessoal
PGI	Programa de Gestão e Inventariação do Património Imobiliário Público
PGPI	Programa de Gestão e Inventariação do Património Imobiliário do Estado

PIB	Produto Interno BruTo
PNPOT	Programa Nacional da Politica de Ordenamento do Território
PORDATA	Base de dados sobre Portugal contemporâneo, com estatísticas oficiais e certificadas sobre o país e a Europa
PPC	Percentagem de Poder de Compra
PROT	Planos Regionais de Ordenamento do Território
PT	Portugal Telecom
RJIES	Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior
RSU	Responsabilidade Social da Universidade
Secad/Mec	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação
SIG	Sistemas de Informação Geográfica
SIIE	Sistema de Informação dos Imóveis do Estado
SIR	Scimago Institutions Rankings
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
SS	Segurança Social
TI	Tecnologias de Informação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação

UBI	Universidade da Beira Interior
UE	União Europeia
UE27	União Europeia dos vinte e sete Estados Membros
UMIC	Agência para a Sociedade do Conhecimento
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UTAD	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douto
WoS	Web of Science

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

ÍNDICE DE FIGURAS

Código	Descrição	Página
01.001	Modelo Tripla Hélice - Etzkowitz e Leydesdotff	83
01.002	Representação gráfica inspirada no método Triple Hélice de Etzkowitz e Leydesdotff	86
01.002a	Taxa (%) de abandono precoce de educação e formação em Portugal. Total e por sexo	95
01.003	Dotações orçamentais públicas investigação e desenvolvimento (I&D) M€	100
01.004	Despesas em actividades de investigação e desenvolvimento (I&D) por sector de execução (Milhares de €)	102
01.005	Despesas em actividades de investigação e desenvolvimento (I&D) % do PIB 1982 - 2011	107
01.006	Pessoas - total (ETI) em actividade de investigação e desenvolvimento (I&D) 1982 / 2011 Quadro comparativo Portuga / Espanha	111
01.007	Pessoas - total (ETI) em actividade de investigação e desenvolvimento (I&D) 1982 / 2011 - No ensino superior Quadro comparativo Portugal / Espanha	112
02.001	Penetração na população de banda larga móvel Serviços dedicados a dados 4º Trimestre de cada ano, Número de utilizadores activos por 100 habitantes	131
02.002	Localização geográfica do ensino superior universitário público. DGES, Direcção de Ensino Superior Ministério da Educação e Ciência	133

02.003	Localização geográfica do ensino superior politécnico e universitário público. DGES, Direcção de Ensino Superior - Ministério da Educação e Ciência	134
02.004	Localização geográfica do ensino superior particular e cooperativo. DGES, Direcção de Ensino Superior Ministério da Educação e Ciência	137
02.005	Despesas em actividades de Investigação (I&D) em % do PIB (Produto Interno Bruto) por sector de execução Rácio %	147
02.006	Taxa de crescimento real do PIB - % (1996 - 2012)	148
02.007	Localização geográfica das sedes dos Distritos de Portugal Continental enquadrados na mancha de regiões, conforme Tabela 02.001	160
02.008	Dados referentes aos níveis geográficos e percentuais por distritos relevantes Litoral e Interior	161
02.009	Percentagem de Poder de compra (PPC) por município, 2011	176
02.010	Componentes de crescimento demográfico, Portugal Continental NUTS II – 2009 - 2012	180
02.011	Despesas em actividades de investigação e desenvolvimento (I&D) por sector de execução	187
02.012	Despesas em actividades de investigação e desenvolvimento (I&D) em % do PIB (Produto Interno Bruto) por sector de execução	188
02.013	Dados de referência comparativos de despesa em I&D (Milhões de Euros) e rácio (%) do PIB entre Portugal e Espanha (dados provisórios em 2012)	189
02.014	TecMinho – Plataforma Centro de E-learning Instalações da faculdade Engenharia da Universidade do Minho - Guimarães	196

02.015	Localização e fluxo de aproximação das Universidades do Interior do país com base na escala do território e o policentrismo territorial	205
02.016	Densidade populacional segundo os Censos - Número médio de indivíduos por Km2 – Dados 1960-2011	208
02.017	Número de indivíduos por Km2 em áreas pré definidas como exemplo Grande Porto, Idanha-a-Nova, Évora e Portel	209
03.001	Quadro de figuras comparativo da evolução arquitectónica e do design urbano dos Edifícios Universitários, do século XIII à actualidade	233
03.002	Fluxograma de Interacção Social por Frederic Munné (1995)	236
03.003	Quadro de referência das percentagens de alunos universitários distribuídos no território relativos a N=187.034 (dados INE – Censos 2011)	238
03.004	Escola Primária (actualmente 1ºcíclo) de quatro salas tipo granito Douro	243
03.005	Escola EB1 (Actualmente Escola do 1º Ciclo) de Chaves	244
03.006	Liceu Nacional de Beja (actualmente Escola Secundária Diogo de Gouveia)	246
03.007	Liceu Nacional de Viana do Castelo (actualmente Escola Secundária Sta. Maria Maior)	247
03.008	Planta topográfica vectorial Localização da dispersão construída no espaço interior – Distrito de Beja	260
03.009	Formas de Ocupação dos concelhos de Vila Nova de Gaia e Bragança	263

03.010	Variação (populacional, natural) migratória, Portugal NUTS II – 2008 / 2013	284
03.011	Taxas de crescimento migratório (%), Regiões de Portugal NUTS II – 2008 / 2013	285
03.012	Distribuição dos investigadores portugueses no estrangeiro por país de acolhimento (UE)	302
04.001	A cartografia como instrumento de gestão do espaço geográfico - Objecto de análise	337
04.002	Universidade e mutação no modo de produção de conhecimentos	343
04.003	Exemplo Salas de Aula em Universidades - “O antes e o depois”	354
05.001	Fluxograma orientador para recolha de dados por eixos de investigação	408
05.002	Fluxograma orientador para recolha de dados por eixos de investigação	413
05.003	Gráfico comparativo por entidade (amostra real questionários A e B) com a população real eleita por entidade	419
05.004	Gráfico comparativo percentual dos questionários A e B Média entre os questionários e global	420
05.005	Gráfico comparativo dos questionários A e B de inquiridos respondentes e não respondentes relativamente à amostra teórica (N=447)	421
05.006	Percentagem de participação total e por entidade	422

05.007 Construção do questionário e definição dos objectivos da investigação Fluxograma 431

05.008 Exemplos de perguntas fechadas inseridas nos questionários de apoio ao desenvolvimento de trabalho de investigação 433

05.009 Exemplos que questões de facto e de opinião inseridas nos questionários de apoio ao desenvolvimento de trabalho de investigação 434

05.010 Exemplos de perguntas na escala de Likert inseridas nos questionários de apoio ao desenvolvimento de trabalho de investigação 436

05.011 Fluxograma de distribuição e recolha de dados por questionários através de plataforma on-line 439

05.012 Percentagem de respondentes por região de nascimento 444

05.013 Percentagem de respondentes por género 445

05.014 Percentagem de respondentes por formação académica 446

05.015 Percentagem de respondentes com residência superior e inferior a 25 Km da sua área de naturalidade 447

05.016 Mapa Geográfico sinóptico de Portugal Continental - Divisão NUTSII Localizações Universidades pública e Polos portuguesas 449

05.017 Dados comparativos, referentes a professores e alunos Universidade da grande lisboa e Beira Interior 452

05.018 Dados comparativos referentes a áreas em Km2 e Nº de habitantes por região do Concelho de Lisboa e Beira Interior 453

05.019	Mapa Geográfico sinóptico comparativo dos Conselhos do Porto e Idanha-a-Nova	456
05.020	Dados comparativos referentes a explorações agrícolas e incêndios 1980/2010	457
05.021	Dados comparativos referentes a alunos das Universidades do interior e a área edificada por comparação com a Universidade do Minho	460
05.022	Dados comparativos referentes às Universidades do interior e a Universidade do Minho Áreas planimétricas / nº de alunos / área por aluno	462
05.023	Mapa Geográfico sinóptico das Regiões de Portugal Continental Dados de referência	465
05.024	Dados comparativos elaborados através da recolha referentes às populações regionais Nº habitantes por Km2	466
05.024.1	Dados comparativos referentes às áreas do Litoral e Interior Km2 / População / Nº habitantes / Km2	468
05.025	Evolução da população residente em Portugal Continental, 1981 / 2011	469
05.026	Taxas de Crescimento, Natural e Migratório (%) no período intercensitário 2001-2011 - NUTS II.	475
05.027	Abrangência das Universidades públicas e seus polos com distância> a 25 Kms	479
05.028	(A1_10) Opinião acerca dos novos formatos de comunicação “TIC” para a Universidade do futuro - (N=306)	482
05.029	Número de Downloads de periódicos científicos levados a cabo pelas Universidades públicas portuguesas - 2005 a 2011	483

05.030 Número de Downloads de periódicos científicos levados a cabo pelas Universidade públicas Portuguesas e em geral 2005 - 2011 484

05.031 Evolução do nº de artigos científicos portugueses indexados na *WoS* - 2007 - 2011 485

05.032 Gráfico comparativo áreas NUTS II e número de diplomados nas Universidades geograficamente afectas 489

05.033 (A1_5) Níveis de importância na representação da Universidade pública no espaço local e regional (N=306) 490

05.034 Taxas Migratórias Centro e Alentejo NUTS II (em %) – Censos 2011 492

05.035 (A1_6) Opinião acerca da descentralização da Universidade pública e sua contribuição para a produção local e regional (N=306) 493

05035.1 (B1_8) Recolha de opinião acerca da vontade da representação da Universidade próxima das populações (N=120) 495

05.036 (B3_2) Recolha de opinião acerca da importância da proximidade da Universidade no apoio à produção local (N=152) 496

05.037 (B3_4) Recolha de opinião acerca da oferta formativa dada pela Universidade mais próxima da região (N=152) 497

05.038 (A1) Recolha de dados comparativos a nascença e estudo litoral e interior (N=306 / 296) 498

05.039 (A1_3) Opinião acerca da abrangência do ensino universitário fora do seu limite físico (N=306) 500

05.040 (B3_5) Recolha de opinião acerca aproximação da Universidade às regiões no seu potencial de investigação local (N=152) 502

05.041 Taxas de Crescimento, Natural, no período intercensitário 2001-2011 - NUTS II. 503

05.042 Taxas de Crescimento, Migratório (em %), no período Intercensitário 2001-2011, NUTS II 504

05.043 Taxas de Crescimento Natural (em %), no período escolar 2001-2012, NUTS II 506

05.044 (A1_9) A Universidade tem responsabilidade política e social da qual não se pode distanciar (N=306) 508

05.045 População do ensino superior e universitário. Confrontação de dados de referência Níveis de emprego e desemprego nacional NUTSII 509

05.046 (B2_8) Recolha de opinião acerca da importância da investigação universitária fora da sua área influencia (N=120) 511

05.047 (A2_3) Recolha de opinião acerca da atitude social da Universidade e sua capacidade empreendedora (N=89) 512

05.048 (A2_4) Recolha de opinião acerca do interesse por parte da Universidade no envolvimento dos seus recursos no desenvolvimento social (N=89) 513

05.049 Orçamento para funcionalidade das Universidades públicas 2005 – 2013 (milhões de €) 514

05.050 Evolução comparativa relativa à população portuguesa do universo universitário público relativamente á utilização e afectação às redes de dados internet 517

05.051 Evolução das Universidades que utilizam a internet como ferramenta de estudo e investigação, comparativamente ao total do universo académico universitário público 518

05.052 (A1_4) Recolha de opinião da possibilidade de, através de TIC, afectar o sobredimensionamento físico das Universidades (N=292) 519

05.053 Escolas do primeiro ciclo Interior/Litoral encerradas de 2005 a 2012 521

05.054 (B2_18) Opinião acerca da possibilidade de cada região ser representada por uma Universidade pública (N=306) 523

05.055 (B2_17) Opinião acerca da melhor adaptação das Universidades públicas aos espaços locais e regionais (N=120) 524

05.056 Resultado do referendo de 8 de Novembro de 1998 "Concorda com a instituição em concreto das Regiões administrativas?" 525

05.057 (A1_8) Opinião acerca da representação universitária em comunidades (N=306) 526

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

ÍNDICE DE TABELAS

Código	Descrição	Página
01.001	Ranking Ibero-Americano SIR 2011 Universidades públicas portuguesas	76
01.002	Taxa % de abandono precoce de educação e formação em Portugal Total e por sexo	94
01.003	Linhas orientadoras para o relançamento da função da Universidade pública	98
02.001	Tabela de dados comparativos de investimento por Distrito Contas nacionais anuais (2013)	159
02.002	A relação das tecnologias nas instituições universitárias e organizações Perspectivas de Interacção entre Tecnologias de Informação e as organizações	197
02.003	A relação das tecnologias nas instituições universitárias e organizações Perspectivas de tecnologia de informação e organização	199
03.001	Os três períodos da Arquitectura da Rede de Equipamentos no Estado Novo	242
03.002	Hierarquia de regras para avaliação da gravidade do estado de conservação dos imóveis	250
03.003	Dados de referência para a potencialização relacional Universidade-comunidade	255

03.004	Distinção clássica de tipos de regiões que se referem a realidade irredutíveis segundo Pinchemel	270
03.005	Quadro de valores e actividades da extensão universitária em contexto local e regional	277
03.006	Perspectiva sobre a Universidade e o Ensino Superior do Futuro 21.000 Estudantes inquiridos em 27 países e 37 Instituições universitárias	315
04.001	Caracterização de novas abordagens para a produção local e regional, tipologias ou formas	328
04.002	Estabelecimento de mecanismos de apropriação do espaço segundo Hall (1960)	330
04.003	Características de influencia para o futuro das Universidades públicas em Portugal	340
04.004	Tendências para o desenvolvimento local e regional (segundo Federwisch e Zoller)	346
04.005	Dados práticos para a inovação social no micro-espaço geográfico regional e local	349
04.006	Períodos identificativos relativos à evolução do sistema C&T português	365
04.007	Principais características da sociedade da comunicação e informação segundo Castells	370
04.008	Forças de rotura e oportunidades na redefinição da Universidade pública	376
04.009	Análise do impacto para possíveis características espaciais da Universidade futura	378

04.010 Análise do impacto para possíveis características espaciais da Universidade futura 379

04.011 Escala de valores modeladores do espaço local e regional para o desenvolvimento 395

05.001 Resultados de respostas a questionários por população e entidades 417

05.002 Vantagens e Desvantagens da aplicação de questionário 427

05.003 Objectivos e Hipóteses da Investigação 435

05.004 Docentes e discentes do ensino universitário público em Portugal até 2010/2011 450

05.005 Evolução do nº de alunos nas Universidades do interior 2005 / 2011 463

05.006 Evolução do nº de alunos nas Universidades do interior 1981 - 2011 469

05.007 Universidades públicas e Polos universitários portuguesas NUTS II 473

05.008 Taxas Migratórias Inter NUTS II (%) 476

05.009 Dados de referência das Universidades do interior 478

05.010 Abrangência geográfica planimétrica das Universidades do interior e Infra-estruturas construídas 486

05.011 Dados referentes às populações por NUTS II 488

05.012 Tabela comparativa quanto ao Grau académico dos inquiridos e Naturalidade Litoral / Interior (N=306) 491

05.013 Evolução de afectação de alunos às Universidades do interior 2001 a 2012 505

05.014 Ocupação de imóveis do Estado até 3º trimestre de 2011 Sistema de Informação dos Imóveis do Estado (Ministério das Finanças) 522

BIBLIOGRAFIA

Agre, E. (2001). Infraestrutura e mudança institucional na Universidade interligada em rede. *Estudos Avançados,* 15 (42), 363-376. São Paulo: USP. Recuperado de http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000200020

Agudo, F. R. D. (1967). As Universidades portuguesas e a investigação científica e técnica. *Análise Social,* 6 (20/21), 127-146. Lisboa: Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Albertin, A. L. (2004). *Administração de informática: funções e fatores críticos de sucesso.* São Paulo: Atlas.

Alberto, D.; Ferreira J. (2009). *Desenvolvimento e Competitividade Regionais: Aplicação do Modelo da Tríplа Hélice à NUT III Beira Interior Sul*. Comunicação apresentada ao Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional. Funchal: Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional.

Almeida, L. S.; Vasconcelos, R. (2008). Ensino Superior em Portugal: Décadas de Profundas Exigências e Transformações. *Innovación Educativa*, 18, 23-34. México: Instituto Politécnico Nacional. Recuperado de http://dspace.usc.es/handle/10347/4434

Altman, R. I. (1975). *Environment and social behavior: privacy, personal space, territory and crowding*. Monterey: Brooks/Cole.

Amaral, A. (2005). Os desafios das instituições de Ensino Superior, *Ciclo de Conferencias do 30º Aniversário do IEP.* [Braga]: Universidade do Minho.

Amaral, A. (2008). *Evolução da autonomia e governação das universidades*. Comunicação apresentada ao Seminário Autonomia e Governança das Instituições Públicas de Ensino Superior. Lisboa: Conselho Nacional de Educação.

Amaral, A. (2012). *Políticas do Ensino Superior. Quatro temas em debate*. Col. Seminários e colóquios. Lisboa: CNE. Recuperado de http://www.cnedu.pt/files/pub/PoliticasEnsinoSuperior/4-introducao.pdf

Andy, J. L. N.; Morosini, M. C. (2006). *Inovação e Empreendedorismo na Universidade*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Annan, K. (2003). A challenge to the world's scientist. *Science*, 299 (5612), 1485. doi: 10.1126/science.299.5612.1485

António, N. S. (2007). A expansão voltada para fora das Universidades. *Revista interface Universidades.* São Paulo: USP.

António, N. S.; Teixeira, A. (2007). Necessita a sociedade das universidades? *Economia Global e Gestão*, 12 (1), 35-49. Lisboa: INDEG-ISCTE.

Antunes, F. (2005). Globalização e europeização das políticas educativas – percursos, processos e metamorfoses. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 47, 125-143. Lisboa: ISCTE.

Araújo, E. (2007). Why Portuguese Students go Abroad to do Their PhDs. *Higher Education in Europe*, 32 (4), 387- 397. New York: Routledge.

Araújo, M. J. A. (2010). Extensão universitária: Práticas sociais e científicas. *Educação*. Recuperado de http://www.webartigos.com/artigos/extensao-universitaria-praticas-sociais-e-cientificas/32017/

Ardizzone, P. (2003). *Didattiche per L'E-laerning – Metodi e strumenti per l'innovazione dell'insignamento universitário*. Roma: Carocci.

Arendt, H. (1972). *La crise de la culture*. Paris: Éditions Gallimard.

Argan, G. C. (1951). *Walter Gropius e a Bauhaus*. Torino: Einaudi.

Arnauld de Sartre, X.; Berdoulay, V. (2005). Le développement local dans la perspective du sujet géographique. *Hégoa*, 25, 5-14. Pau: Societé Environnement Territoire. Recuperado de https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00653403

Arnheim, R. (1988). *A dinâmica da forma arquitectónica*. Lisboa: Ed. Presença.

Ausubel, D.P. (1982). *A aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel*. São Paulo: Moraes.

Barata, A. M. S. J. M. (2004). *Arquitectura e Design na Ensaística de William Morris e Walter Gropius*. Dissertação de mestrado. Porto: FLUP.

Barbosa, M. (2007). A cidadania também faz parte da missão da Universidade. *Revista Portuguesa de Educação* [online], 20 (1), 249-251. Braga: CIEd – UM. Recuperado de http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872007000100010&lng=pt&nrm=iso

Barquero, A. (2001). *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística.

Barquero, L. V. (1998). *Desarrollo económico local e descentralización: aproximación a un marco conceptual*. Santiago do Chile: Cepal/GTZ.

Barracho, C. (2001). *Psicologia Social , Ambiente e Espaço - Conceitos, Abordagens e Aplicações*. Col. Epigénese desenvolvimento e psicologia. Lisboa: Instituto Piaget.

Barracho, C.; Dias, M. J. D. (2010). *O espaço e o homem*. Col. Perspectivas Multidisciplinares. Lisboa: Edições Sílabo.

Barreto, V. M.; Monastirsky, L. B. (2010). A dialética entre território e cultura na formação histórico-geográfica, uma discussão teórica: breve abordagem sobre o distrito de Guaragi – Ponta Grossa (PR). *Revista IDeAS*, 4 (2), 307-327. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Recuperado de https://doaj.org/article/4fb4164aa0a848af801b75d1fa81a555

Barrocas, S. (2007, 23 Setembro). Educação. *Revista Notícias Magazine*, 1. Porto: Jornal de Noticias.

Bauman, Z. (2007). *Modernidade e Ambivalência*. Lisboa: Relógio d'Água.

BECKER, H. S. (1997). *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec.

Beer, A.; Haughton, G.; Maude, A. (2003). D*eveloping Locally: Na International Comparison of Local and Regional Economic Development*. Bristol: Policy Press.

Bernheim, C. T.; Chaui, M. S. (2008). *Desafios da Universidade na Sociedade do Conhecimento*. Col. Forum Occasional Paper Series. Paris: UNESCO. Recuperado de http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001344/134422por.pdf

Bernoux, P. (2005). *A Sociologia das Civilizações.* Porto: Rés-Editora.

Berté, R. (2014). Tecnologia e sustentabilidade na inovação. *Gazeta do Povo. Opinião, artigos*. Recuperado de http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/tecnologiaesustentabilidadenainovacaoedprl0zrrhjuiuzz56x2hyamm. Consultado em 16/09/2015

Bessa, D. (2008). *A Crise afecta apoio à tarefa de I&D nas empresas. Dinheiro digital*, 1. Recuperado de http://www.dinheirodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=197661

Bidarra, J. (2009). Aprendizagem multimédia interactiva. In G. L. Miranda, *Ensino Online e Aprendizagem Multimédia* (pp. 352-382). Lisboa: Relógio d'Água.

Biddison, G.; Hier, T. (1998). Wringing Dollars Out Of Campus Space, Demands For Greater Efficiency And Cost Controls Part Of Higher Education. *Facilities Manager*, 14 (6). Alexandria: APPA.

Bittarello, M. B. (2008). Another Time, Another Space: Virtual Worlds, Myths and Imagination. *Journal of Virtual Worlds Research*, 11, 1-18. (s.l.): Journal of Virtual Worlds Research. doi: http://dx.doi.org/10.4101/jvwr.v1i1.282

Blakely, E. (1994). *Planning Local Economic Development.* London: Sage Publications.

Blattmann, U.; Tristão, A. M. D. (1999). Internet como instrumento de pesquisa técnico-científica na engenharia civil. *Revista ACB*. 4 (4). Florianópolis: Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina. Recuperado de http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000008167&dd1=8a1ca

Boa-Ventura, A. C.; Silva, J. M. (2011). *Blind Men and the Elephant – how to cope with european mobility financial cutbacks*. Comunicação apresentada na conferência Eracon and Carreer EU 2011, Atenas: EAEC.

Boisier, S. (2005). *Desarrollo (Local): De Qué Estamos Hablando?* Recuperado de http://abacoenred.com/IMG/pdf/boisier.pdf

Borja, J. E.; Ventayol, J. (1992). Grandes ciudades y/o áreas metropolitanas. Realidades complejas que exigem solucionem simples. In T. Font y Llovet (Dir.), *Informe sobre el gobierno local* (pp. 427-439). Madrid: MAP.

Bottomore, T. (1983). *O dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Branco, J.; Oliveira, M.; Ferreira, R.; Póvoa, O. (2010). *Desertification In Portugal: Causes, Consequences and Possible Solutions.* Elvas: Escola Superior Agrária de Elvas.

Britto, L. R. G. (2009). A Universidade do Futuro. In S. Vilela & F.M. Lajolo (Coord.), *USP 2034 : Planejando o Futuro* (187-207). São Paulo: Universidade de São Paulo.

Brooks, H. (1993). Research universities and social contract for science. In L.M. Branscomb, *Empowering Technology* (202-234). Cambridge: MIT Press.

Buarque, C. (1994). *A aventura da Universidade*. São Paulo: Paz e Terra.

Buarque, C. (1997). *La cortina de oro: los sustos técnicos y sociales de fin de siglo y un sueño para el próximo.* Col. Utopos. Brasilia: Comunica.

Buendía, L. (1997). La investigación por encuesta. La investigación observacional. En L. Buendía; P. Colás & F. Hernández, *Métodos de investigación en psicopedagogía* (120-203). Madrid: McGraw-Hill.

Bueno, W. C. (2014). Universidade e responsabilidade social. Seminário de políticas públicas integradas. *Comtexto,* Debate em 15-05-2014. Recuperado de http://www.metodista.br/maiscidadania/artigos/universidade-e-responsabilidade-social/

Butin, D. (2000). *Classrooms, 2000. Thomas Jefferson Center for Educational Design University of Virginia*. Washington: National Clearinghouse for Educational Facilities. Recuperado de http://www.edfacilities.org/

Butin, D. (2000). *Multipurpose Spaces*. Washington: National Clearinghouse for Educational Facilities. Recuperado de http://www.edfacilities.org/

Cabral, J. P. (2011). Entrevista a José Mariano Gago. *Análise Social*, XLVI (200), 388-413. Lisboa: Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Cabral, M. V.; Silva, F. C.; Saraiva T. (2008). *Cidade e Cidadania.* Lisboa: Universidade de Lisboa.

Cabrito, B. G. (1994). Contributos para a reflexão em torno da formação profissional alternada dos jovens. *EDUCA. Formação*, 2: Formações em Alternância: Conceitos e práticas. Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

Cabugueira, A. C. C. M. (2000). Do Desenvolvimento Regional ao Desenvolvimento Local. Análise de Alguns Aspectos de Política Económica Regional. *Gestão e Desenvolvimento*, 9, 103-136. Porto: UCP.

Cal, J. (2006). El Segundo High School Renovation: Design and Redesign. *Facilities Manager*, 22 (2), 6. Alexandria: APPA.

Calheiros, A. A. (2003). *Globalização e desenvolvimento local. Que futuro para os territórios desfavorecidos?*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de letras da Universidade do Porto.

Calvanovici, C. E. (2011). A inovação, a competitividade e a projecção mundial das empresas brasileiras. *Revista USP*, 89, 190-203. São Paulo: USP. Recuperado de http://rusp.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010399892011000200013&lng=pt&nrm=iso

Camacho, P. (2007, 30 Agosto). Licenciados a Crédito. *Revista VISÃO*, 32. Paço de Arcos: Medipress.

Campomori, M. J. L. (2008). O Quarto Pilar da Universidade do Futuro. *Diversa*, 7 (13). Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais. Recuperado de https://www.ufmg.br/diversa/13/artigo5.html

Campos, M. H. A. C. (2010). *O Planeamento Estratégico do Espaço Físico das Universidades Públicas Portuguesas*. Tese de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho.

Candeias, A. J. C. (1996). *Estudo demográfico da região do Alentejo.* Évora: Comissão de Coordenação da Região do Alentejo/ Direcção Regional do Planeamento e Desenvolvimento.

Cândido, C. (2004). *A Universidade e a Sociedade do Conhecimento Digital*. Comunicação apresentada ao VI Simpósio Sociedade do Conhecimento Digital. Recuperado de http://www.caosmose.net/candido/unisinos/textos

Caraça, B. J. (2008). *A Cultura Integral do Indivíduo – Conferência e Outros Escritos.* Lisboa: Gradiva.

Cardoso, E. L. (2005). *Ambientes de Ensino Distribuído na Concepção e Desenvolvimento da Universidade Flexível*. Tese de Doutoramento. Guimarães: EEUM.

Carlos, A. F. A. (Org.) (1996). *Ensaios de geografia contemporânea: Milton Santos obra revisitado*. São Paulo: Hucitec.

Carmo, R. C. (2008). Da escala ao território: para uma reflexão crítica do policentrismo. *Análise Social*, 13 (4), 775-793. Lisboa: ISC-UL.

Carvalho, L. (2000). Políticas de desenvolvimento em regiões desfavorecidas. O caso de Portalegre. *Revista Finisterra,* 36 (71), 141-142. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Doi: 10.18055/Finis1653

Carvalho, M. (2000). Cidade Global – anotações críticas sobre um conceito. *São Paulo em Perspectiva,* 14 (4), 70-82. São Paulo: Fundação SEADE.

Carvalho, N. V. (2005). *Cultura urbana e globalização*. [Guarda]: UBI. Recuperado de http://www.bocc.ubi.pt/pag/carvalho-nuno-cultura-urbana-globalizacao.pdf

Carvalho, P. G; Leitão, J.; Silva, A. R. (2001). *Desenvolvimento Rural na Sociedade do Conhecimento. Texto para discussão DGE-11/2001*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Carvalho, R. (2008). *História do Ensino em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalização até ao fim do Regime de Salazar e Caetano*. 4ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Casado, F. L.; Siluk, J. C. M.; Zampieri, N. L. V. (2012). Universidade empreendedora e desenvolvimento regional sustentável: Proposta de um modelo. *Rev. Admnistração,* 5 (Edição Especial), 633-650. Santa Maria: UFSM. DOI: 10.5902/198346597755

Casimiro, F. (2011). Há cada vez mais pessoas que vivem sozinhas. *DN, Diário de Notícias.* Lisboa: Global Media.

Castells, M. (1999). *La Era de la información: economia, sociedad y cultura*. México: Siglo Veintiuno Editores.

Castells, M. (1999). *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra.

Castells, M. (2002). A Era da Informação. *Economia, sociedade e cultura*, 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Castells, M. (2003). *A galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Castles, S. (2002). Estudar as transformações sociais. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 40, 123-148. Lisboa: ISCTE.

Castro, A. E. (2013). Investigação, Projecto DEMOSPIN. *Jornal online da Universidade de Aveiro*. Aveiro: Universidade de Aveiro. Recuperado de http://uaonline.ua.pt/pub/detail.asp?c=36053

Castro, A. E. (2013). Despovoamento do interior. «O problema é de tal dimensão que exige uma estratégia nacional». *Jornal online da Universidade de Aveiro*. Aveiro: Universidade de Aveiro. Recuperado de http://www.cafeportugal.pt/pages/dossier_artigo.aspx?id=7381

Chaves, D. C. R. (2009). *A Universidade empreendedora do século XXI: O papel estratégico da propriedade industria.* Dissertação de Mestrado. Coimbra: UC.

Choay, F. (2007). *A Regra e o Modelo, Sobre a Teoria da Arquitectura e o Urbanismo*. Lisboa: Caleidoscópio.

Christofoletti, A. (1985). As características da nova geografia. In A. Christofoletti (Coord.), *Perspectivas da geografia* (71-101). São Paulo: Difel.

Clark, B. R. (1998). *Creating entrepreneurial universities.* Oxford: Pergamon Press.

Clark, B. R. (2006). Em busca da universidade empreendedora. In J. N. Audy & M. C. Morosini (Orgs.), *Inovação e empreendedorismo na universidade* (pp. 15-41). Porto Alegre: EDIPUCRS.

Clark, W.; Dickson, N. (2003). Sustainability science: the emerging research program. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 100 (14), 8059-8061. Washington: PNAS.

Claval, P. A. (1999). A geografia cultural, 1999 o estado da arte. In Z. Rosendahl & R.L. Corrêa (org.), *Manifestações da Cultura no Espaço* (pp. 59-98). Rio de Janeiro: UERJ.

Cobban, A. B. (1992). Universities: 1100-1500. In B. R. Clark & G. R. Neave (Eds.), *The Encyclopedia of Higher Education* (p. 1245–1251). Oxford: Pergamon.

Cohen, L.; Manion, L.; Morrison, K. (2007). *Research methods in education.* 6ª ed. London: Routledge.

Cóias, V. (2004). *Reabilitação: a melhor via para a construção sustentável*. Lisboa: GECORPA.

Colomb, C. R.; Bazzo, W. A. (1998). *Educação Tecnológica Contextualizada, ferramenta essencial para o Desenvolvimento Social Brasileiro*. (s.l.): Organizacion de Estados IberoAmericanos para la educacion, la ciência y la cultura. Recuperado de http://www.oei.es/salactsi/colombo.htm

Colquhoun, A. (2005). *La Arquitectura Moderna, Una Historia Desapasionada.* Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Comissão das Comunidades Europeias (2003). *O papel das Universidades na Europa do conhecimento. Comunicação da Comissão*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias. Recuperado de http://www.aaue.pt/wp-content/uploads/2014/04/O-papel-das-universidades-na-Europa-do-conhecimento.pdf

Comissão Europeia (2003). *Working Document: The Thinking of Commission Services on Measures Regarding the Admission of Researchers.* Recuperado de http://www.uniroma1.it/internazionale/relazioni/conferenza_51203/proceedings/EHRART_ENG.pdf

Comissão Europeia (2011). *Crescimento inclusivo. Por que precisa a Europa de um crescimento inclusivo?* Recuperado de http://ec.europa.eu/portugal/temas/crescimento_inclusivo/index_pt.htm

Comissão Europeia. (2008). *Report of the ERA Expert Group: realising a single labour market for researchers*. Recuperado de http://ec.europa.eu/euraxess/pdf/research_policies/era_green_paper_eg1_lowres.pdf

Conceição, P.; Heitor, M. (1999). *Re-examining the role of European universities in the learning economy: Prospects for organizational diversification, multidisciplinary approaches, and changes towards the sustainable development*. Comunicação apresentada ao European Socio-Economic Research Conference. Brussels. Recuperado de

file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/RE_EXAMINING_THE_ROLE_OF_EUROPEAN_UNIVERSITIES_IN.pdf

Concelho de Reitores das Universidades portuguesas. (2012). *As Universidades portuguesas no centro da mudança. Promover a produção, garantir a sustentabilidade, qualificar a sociedade. Documento de trabalho / Outubro de 2012.* Recuperado de http://www.crup.pt/images/As_Universidades_portuguesas_no_centro_da_mudana_final.pdf

Contadora, M. E. P. K. (2014). *A Universidade do Século XXI Rumo ao Desenvolvimento Sustentável*. Ambiente Brasil. Recuperado de http://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao/artigos/a_universidade_do_seculo_xxi_rumo_ao_desenvolvimento_sustentavel.html

Corrêa, R. L. (1995). Espaço: um conceito chave da geografia. In I.E. Castro, *et al.* (Org.), *Geografia: conceitos e temas* (15-48). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Corrêa, R. L.; Rosendahl, Z. (Org.) (2003). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Costa, E. M.; et als. (2011). O Fenómeno da urbanização e os modelos de ocupação e gestão urbana presentes nos PDM's: Uma leitura comparativa a partir de casos de estudo para apoio à monitorização Territorial. In *As Geografias Ibéricas: analisar o passado e perspectivar o futuro.* Porto: FLUP/APG. Recuperado de http://www.mopt.org.pt/uploads/1/8/5/5/1855409/cgp_marquescostaetaldocx.pdf

Costa, F. R.; Rocha, M. M. (2010). Geografia: Conceitos e Paradigmas - Apontamentos Preliminares. *Rev. GEOMAE,* 1 (2), 25 - 56. Campo Mourão: Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão. Recuperado de http://www.nemo.uem.br/artigos/geografia_conceitos_e_paradigmas_fabio_costa_marcio_rocha.pdf

Costa, J. V. (2002). *Reformar a Educação Superior. As Novas Formações e a Universidade da sociedade do conhecimento*. Recuperado de http://www.jvcosta.net/artigos/soc-conhec1.html

Costa, M. T.; Vaz, F.; Amante, M. J. (2012). Análise da utilização e da produção científica pela comunidade académica portuguesa. Comunicação apresentada a0 Congresso nacional de bibliotecários, arquivistas e documentalistas. Lisboa: BAD.

Costa, P. S. C. (2005). Extensão: aproximando a universidade da comunidade. *Noticias Universia.* Recuperado de http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2005/12/14/454879/extenso-aproximando-universidade-da-comunidade.html

Coutinho, C. P. (2011). *TPACK: em busca de um referencial teórico para a formação de professores em tecnologia educativa*. *Revista Paidéi@*, 2 (4). Ribeirão Preto: UNIMES.

Coutinho, C. P.; Lisbôa, E. S. (2011). Sociedade da Informação e da Aprendizagem: Desafios para Educação no Século XXI. *Revista de Educação*, XVIII (1), 5-22. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Couto, A. P. (2000). *Universidade e Sistemas Regionais de Inovação. Da Periferia para o Centro da Dinâmica e Económica?* Tese de Doutoramento. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Couto, A. P.; Alves, M. C.; Carvalho, P. G.; Matos, A. F. (2005). *Universidade e Transdisciplinaridade na Transição para a Sustentabilidade: Uma análise exploratória*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Couto, A. P.; Matos, A. F.; Carvalho, P. G.; Alves, M. C. (2004). *Ciência, Inovação e Desenvolvimento Sustentável: Desafios e implicações estratégicas para a universidade*. Comunicação apresentada ao II Seminário Internacional - Rede Alfa PLanGIES. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Crowston, K.; Malone, T. W. (1994). Information Technology and Work Organization. In T. J. Allen & M. S. S. MORTON (Eds.), *Information Technology and the Corporation of the 1990*. Oxford: Oxford University Press.

Cunha, M. M. C. (2007). Infra-estruturas de suporte ao comércio electrónico entre empresas: mercados electrónicos. *Tékhne*, 8, 35-65. Barcelos: Instituto Politécnico do Cávado e do Ave.

Dagnino, R. (2010). *Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade.* 2ª ed. Campinas: Komedi. Recuperado de www.rts.org.br/bibliotecarts/publicacoes/miolo_tecnologia_social.pdf.

Daigneau, W.A.; *et al.* (2005). Planejar, projetar e Gestão do Ensino Superior Instituições. *PEB câmbio, Programa de Construção Educação* 2005/15. [s/d]: OCDE Publishing. doi: 10,1787 / 541.370.867.752

Daltoé, A. (2014). Promessas, desafios e ameaças das tecnologias digitais. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação.* Recuperado de http://bocc.ubi.pt/daltoe-andrelise-promessas-desafios-tecnologias-digitais.html

David, A. C. C; Ayala, M. P.; Rocha, A. K. L. T.; Campos, M. F. H. (2014). Diálogo de Experiências sobre Extensão Universitária e Tecnologia Social. Raízes e rumos. *Revista da Pró-Reitoria da Extensão e Cultura*, 2 (1), 155. Rio de Janeiro: USP.

Delanty, G. (1998). Rethinking the University: the Autonomy, Contestation and Reflexivity of Knowledge. *Social Epistemology: a Journal of Knowledge, Culture and Policy*, 12 (1), 103 – 113. London: Taylor & Francis.

Delanty, G. (2001). *Challenging Knowledge: The University in the Knowledge Society*. Buckingham: Open University Press.

Delgado, J. F. C. S. (2008). *A requalificação arquitectónica na reabilitação de edifícios. Critérios exigências de qualidade; Estudo de casos*. Dissertação de Mestrado. Porto: FEUP.

Delicado, A. (2008). Cientistas portugueses no estrangeiro – Factores de mobilidade e relação de diásporas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 58, 109-129. Lisboa: CIES – ISCTE.

Delors, J.; et al. (1996). *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO. Comunicação Internacional sobre a Educação para o Século XXI*. Porto: Editora ASA.

Dias, M. J. D. (2000). *Espaços de trabalho e percepção de clima organizacional: da psicologia ambiental ao comportamento organizacional*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Dias, M. L. P. M. (2009). *Projecto de criação do Instituto Superior Técnico – Universidade Virtual no Second Life*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

Dias, V. V. (1996). A Regionalização, o Desenvolvimento regional e a coesão nacional. *Nação e Defesa*, 80, 173-201. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.

Dinis, A. (2004). *Empresarialidade em Meios Rurais e Periféricos. Um Modelo Multidimensional de Análise*. Tese de Doutoramento. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Diniz, C. C. (2002). *Interdependência e Desigualdades ou notas para uma política tecnológica regionalizada no Brasil*. Belo Horizonte: Cedeplar.

Direcção Geral de Ensino superior (2008). *Reconhecimento, mobilidade e cooperação internacional. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Boa Informação para uma boa decisão*. Recuperado de www.dges.mctes.pt/

Dolabela, F. (2008). *O Segredo de Luísa*. Lisboa: Sextante.

Eagleton, T. (2003). *A Ideia de Cultura.* Col. Memórias do Mundo. Lisboa: Temas e Debates - Actividades Editoriais.

Echeveri, R. (2009). *Identidade e território no Brasil*. Brasília: IICA-SDT/MDA.

Eiriz, V.; Simões, J.; Gonçalves. M. (2007). Obstáculos à gestão do conhecimento nas escolas de gestão e economia do ensino superior público em Portugal. *Comportamento Organizacional e Gestão*, 13 (2), 164. Lisboa: ISPA.

Elia, M. M. (2001). *William Morris y la Ideología de la Arquitectura Moderna*. 2ª Ed. Col. GG Reprints. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Escudeiro, L. C. A.; et als. (2011). *A política do Espaço: Uma investigação comparativa entre a estrutura espacial e o desempenho das actividades em casas legislativas (Congresso Nacional/Brasil e Assembleia da República/Portugal).* Brasília: Grupo de Pesquisa e Extensão – CEFOR – Câmara dos Deputados. Recuperado de http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/edulegislativa/educacao-legislativa-1/posgraduacao/grupo-de-pesquisa-e-extensao gpe/projetos/Projeto_GPE.3.11APOLTICADOESPAO_umainvestigaocomparativaentreaestruturaespacial.pdf

Estigara, A.; Pereira, R. & Lewis, S. L. (2009). *Responsabilidade social e incentivos fiscais.* São Paulo: Atlas.

Etzkowitz, H.; Leysdorf, L. (1997). *Universities and the Global Knowledge Economy, a triple Helix of University-industry-Government*. London: Ed. Pinter.

Etzkowitz, H.; Peters, L. (1991). Profit from knowledge: organizational innovations and normative change in American universities, *Minerva*, 29, 133-166. London: Warners PLC.

Etzkowitz, H.; Webster, A.; Gebhardt, C.; Cantisano Terra, B. R. (2000). The future of the university and the university of the future: evolution of ivory tower to

entrepreneurial paradigm. *Research Policy*, 29, 313-330. doi:10.1016/S0048-7333(14)00202-9

Faugier, J.; Sargeant, M. (1997). M. Sampling hard to reache populations. *Journal of advanced Nursing*, 26, 790-797. Nova Jersey: John Wiley & Sons.

Federwisch, F.; Zoller, H. G. (1986). *Technologie nouvelle et ruptures regionales*. Paris: Economica.

Fernandes, J.; Mateus, R. (2011). Arquitectura vernacular: Uma lição de sustentabilidade. *Sustentabilidade na reabilitação urbana – Novo paradigma no mercado da construção*, 205-216. Guimarães: Universidade do Minho. Recuperado de http://hdl.handle.net/1822/15423

Fernández, R. M. C.; Maciel, A. L. S. (2010). *Tecnologias sociais: Experiências e contribuições para o desenvolvimento social e sustentável*. Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão. Recuperado de http://www.fijo.org.br/docs/publicacaoTS_FIJO-editbaixa.pdf

Ferrão, J. (2006). *Reconstruir o Interior destruindo a Interioridade para uma estratégia activa de inclusão de actores*. Recuperado de http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/biblioteca/outros/interioridade/2_2.html

Ferrate i Pascual, G. A. (1998). Universidad y nuevas tecnologías: el camino hacia la hiperuniversidad. In J. Porte & M. LLadanosa, *La universidad en el cambio de siglo* (173-194). Lleida: Alianza Editorial.

Ferreira, A.; Leopoldi, M. A. (2013). A contribuição da Universidade pública para a inovação e o desenvolvimento regional: A percepção de gestores e pesquisadores. *Revista GUAL*, 6, 60-82. Florianópolis: USFC. Recuperado de www.gual.usfc.br

Ferreira, S. (2011). Os desafios da Universidade europeia mediante o processo de Bolonha. Recuperado de

http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0511.pdf

Ferrreira, Á. (2007). A Produção do Espaço: Entre Dominação e Apropriação. Um Olhar Sobre os Movimentos Sociais. *Scripta Nova,* 11, 245 (15). Barcelona: Universidad de Barcelona. Recuperado de http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24515.htm

Filho, J. A. (2001). A endogeneização no desenvolvimento económico regional e local. *Planeamento e políticas públicas*, 23. Rio de Janeiro: IPEA.

Fischer, G. N. (1994). *Psicologia Social do Ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget.

França Filho, G. C. (2002). Terceiro Sector, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: Traçando fronteiras Conceituais. *Análise e Dados*, 12 (1), 9-19. Salvador: SEI.

Frantz, W.; Silva, E. W. (2002). *As funções sociais da universidade: o papel da universidade e a questão das comunitárias*. Ijuí: Ed. Unijuí.

Freixo, M. J. V. (2012). *Metodologia Científica. Fundamentos, Métodos e Técnicas*. Col. Epistemologia e Sociedade, 4ª Ed. Lisboa: Instituto Piaget.

Frias, P. (2010). *"Novos Colonos", Comunicação, representação e apropriação do espaço em mundos virtuais online. A comunidade portuguesa em Second Life*. Tese de Doutoramento Lisboa: FCSH-UNL.

Friedman, J. (1966). *Regional Development Policy.* Cambridge: MIT Press.

Friedman, J.; Weaver, C. (1979). *Territory and Function. The Evolution of Regional Planning.* London: Edward Arnold Publishing.

Fundação para a Ciência e Tecnologia (2014). O Diagnóstico do Sistema Nacional de Investigação e Inovação. *Divulgação de Ciência e Tecnologia: FCT newsletter*,

11. Recuperado de http://newsletter.fct.pt/o-diagnostico-do-sistema-nacional-de-investigacao-e-inovacao/

Fusco, R. (1984). *A Ideia de Arquitectura.* Col. Arte e Comunicação. Lisboa: Edições 70.

Gabinete de Promoção do Programa Quadro de I&DT (2015). *DS6 Europa num Mundo em Mudança – Sociedades Inclusivas, Inovadoras e Pensadoras.* Recuperado de http://www.gppq.fct.pt/h2020/h2020.php?tema=jQutVbgSVZa2LS8ZHl1IGhH01--phRaLKVOoE42MhdY

Gago, M. (2011). Entrevista por João de Pina Cabral. *Análise Social*, XLVI (200), 388-413. Lisboa: UL.

Gallopping, G. (2001). *Science and Technology, Sustainability and Sustainable Development, Economic Commission for American Latin and the Caribbean*. Recuperado de http://www.istas.ccoo.es/escorial04/material/dc12.pdf

Gasparetto, N. A. (2006). *Modelo de inclusão digital para organizações: uma prática de responsabilidade social*. Tese de Doutoramento. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

Georgen, P. (2008). Educação superior entre formação e performance. *Revista Avaliação,* 13 (3), 809-815. Campinas: Sorocaba. Recuperado de http://aforges.org/conferencia3/docs_documentos/SESSOES%20PARALELAS/3_Politicas%20de%20Planejamento%20e%20Financiamento%20da%20Educacao%20Superior/R%20Ribeiro_Educacao%20e%20Desenvolvimento.pdf

Giddens, A. (2000). *O Mundo na era da globalização*, Lisboa: Editorial Presença.

Gifford, R. (1997). *Environmental Psychology: principles and practice.* 2ª ed. Boston: Allyn & Bacon.

Gil, J. (2007, 12 Junho) A Doença da Identidade. *Revista VISÃO*, 30. Paço de Arcos: Medipress.

Gomes, R. E. (2008). O projecto arquitectónico, o homem e o espaço. *Arquitectura Revista,* 4 (2), 32-44. doi:10.4013/arq.20082.04

Gomes, R. M. (2011). *O futuro da governação do ensino superior português: Elementos para uma contra-agenda*. Comunicação apresentada ao Fórum Gestão do Ensino Superior 2011. Lisboa: UL. Recuperado de http://www.forumgestaoensinosuperior2011.ul.pt/docs_documentos/15/paineis/06/rmg.pdf

Gomes, R. M. (2012). O futuro da governação do ensino superior português: elementos para uma contra-agenda. in AAVV (org.), *Actas do I Forum de Gestão do Ensino Superior dos Países de Língua Portuguesa.* Lisboa: FORGES. Recuperado de http://www.forumgestaoensinosuperior2011.ul.pt/docs_documentos/15/paineis/06/rmg.pdf

Gómez García, M. (2007). *Formación tecnológico-didáctica del profesorado en Educación Infantil y Primaria*. Comunicação apresentada ao XII Congreso Internacional de Tecnología Educativa. Madrid: UNED.

Grande, N. R. (2001). A Universidade face aos desafios do futuro. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, 1 (1), 5. Porto: FADE. Recuperado de http://www.fade.up.pt/rpcd/_arquivo/artigos_soltos/vol.1_nr.1/00.pdf

Gropius, W.; et al. (1961). *The Theater of the Bauhaus*. Connecticut: Wesleian University.

Günther, H. (2003). Mobilidade e affordance como cerne dos estudos pessoa—ambiente. *Estudos de Psicologia (Natal), 8* (2), 273-280. Rio Grande do Norte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Gurgel, R. M. (1986). *Extensão Universitária: comunicação ou domesticação?* São Paulo: Universidade Federal do Ceará.

Halbwach, M. (1970). *Morphology Sociale*. Paris: Armand Colin.

Hall, E. T. (1960). The Silent Language in Overseas Business. *Harvard Business Review,* 60308, 87-95. Boston: Harvard Business Publishing.

Hargreaves, A. (2003). *O Ensino na Sociedade do Conhecimento: a educação na era da insegurança*. Colecção Currículo, Políticas e Práticas. Porto: Porto Editora.

Harvey, D. (2011). O enigma do capital as crises do capitalismo. São Paulo: Biotempo.

Hashimshony, R.; Haina, J. (2006). Designing the University of the Future. Ann Arbor: Society for College and University Planning (SCUP). Recuperado de http://www.scup.org/asset/49969/V34-N2-Hashimshony-Haina.pdf

Hautecouer, L. (1965). *De la Naturaleza a la abstraccion: del romanticismo al siglo XX*. Madrid: Guadarrama

Heeter, C. (1992). Being There: The Subjective Experience of Presence. *Presence: Teleoperators and Virtual Environments*. Cambridge: MIT Press.

Heitor, M. (2015). *Ciência e conhecimento na modernização de Portugal: a formulação de políticas públicas na superação do atraso científico e na democratização do acesso ao conhecimento*. Lisboa: Instituto Superior Técnico.

Heitor, M., Horta, H.; Mendonça, J. (2014). Developing human capital and research capacity: science policies promoting brain gain, technological. *Forecasting and Social Change*, 82, 6-22. Lisboa: IST.

Henriques, J.M. (1990). *Municípios e desenvolvimento.* Lisboa: Edições Escher.

Herrera, A. (2009). Responsabilidade social das Universidades. In J. C. S. Braga (Dir.), *Educação superior em tempos de transformação: Novas dinâmicas na responsabilidade social* (41-42). Porto Alegre: EDIPUCRS.

Hertzberger, H. (1999). *Lições de Arquitectura*. S. Paulo: Martins Fontes.

Hill, M. M.; Hill, A. (1998). *A Construção de um Questionário. Documento de Trabalho (Working paper) WP nº 1998/11. Dinâmica, Centro de Estudos sobre Mudança Socioeconómica.* Lisboa: FCT Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Hill, M. M.; Hill, A. (2005). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.

Hilton, J. (2006). The Future for Higher Education: Sunrise or Perfect Storm? *EDUCAUSE,* March/April 2006, 59-71. Recuperado de http://presspubs.uchicago.edu/founders/documents/a1_8_8s12.html

Hohendahl, P. U. (2014). Humboldt revisitado: educação liberal, reforma universitária, e a oposição à universidade neoliberal. *Revista Fevereiro*, 6. Recuperado de http://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=06&t=04

Hout, R. (2002). *Métodos quantitativos param as ciências humanas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Hoz, A. (1985). *Investigacion Educativa: Dicionário Ciências da Educação*. Madrid: Ediciones Anaya.

IES (Instituto de Empreendedorismo Social). (2014). *Caminho para o Desenvolvimento da Inovação e Empreendedorismo Social na AMP*. Recuperado de http://portal.amp.pt/media/documents/2015/05/26/7-InovacaoInvestimento-CaminhosDesenvInovEmpreendSocialAMP-20150525.pdf

Illeara, L. R. (2007). Como as comunidades virtuais de prática e de aprendizagem podem transformar a nossa concepção de educação. *Sisifo Revista de Ciências da Educação*, 3. Lisboa: Universidade de Lisboa.

Innerarity, D. (2010). *O Novo Espaço Público.* Lisboa: Editorial Teorema.

Jackson, P. (2003). Novos Rumos da Geografia Cultural. In R. L. Corrêa & Z. Rosendahl. (Org.), *Introdução à Geografia Cultural* (135-146). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Jamieson, P. (2005). Positioning the University Library in the New Learning Environment. *Planning for Higher Education*, 34. Ann Arbor: SCUP.

Jara, C. (1996). Planeamento do desenvolvimento municipal com participação de diferentes atores sociais. In K. A. Stiftung, *Acção local e desenvolvimento sustentável*. Coleção Debates, 11. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung.

Jesuíno, J. C. (1990). A Universidade como Organização Paradigmática. Alocução proferida na sessão de abertura do ano lectivo de 1990/1991 do ISCTE. *Revista de Gestão*, 9, 5-7. Lisboa: INDEG-ISCTE.

Jonassen, D. (1997). *Designing Constructivist Learning Environments*. In C.M Reigeluth (Ed.), *Instructional theories and models* (215-239). 2ª Ed. New Jersey: Lawrence.

Jornal de Negócios. (2014 Março 12). *Marçal Grilo defende que Portugal tem uma Universidade que pode ser "produto de exportação".* Recuperado de http://www.jornaldenegocios.pt/economia/educacao/detalhe/marcal_grilo_defende_que_portugal_tem_uma_universidade_que_pode_ser_produto_de_exportacao.html

Junceiro, J. C. (1997). *A problemática do envelhecimento na perspectiva da ecologia humana: o caso particular de Marvão*. Dissertação de Mestrado em Ecologia Humana. Évora: Universidade de Évora.

Kandinski, W. (1987). *Curso da Bauhaus*. Lisboa: Edições 70.

Kasten, M. (2014). O futuro da sala de aula com a educação à distância. *Notícias IBDIN* (09 de Abril, 2014). Recuperado de http://www.ibdin.com.br/?p=1535

Kawasaki, C. S. (1997). Universidades Públicas e Sociedade: Uma Parceria Necessária. *Revista da Faculdade de Educação*, *23* (1-2). São Paulo: USP. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551997000100013

Kerr, C. (1982). *Os usos da Universidade*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.

Kerr, C. (2005). *Os usos da Universidade. Universidade em questão*. Brasília: Editora UnB.

Kohn, K.; Moraes, C. H. (2007). *O impacto das novas tecnologias na sociedade: conceitos e características da sociedade da informação e da sociedade digital*. Comunicação apresentada ao Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria (UFSN).

Kraak, A. (2001). Policy Ambiguity and Slippage: Higher Education Under the New State, 1994-2001. In A. Kraak & M. Young (Eds), *Education in Retrospect: Policy and Implementation Since 1990* (85-120). London: University of London.

Kumar, K. (1997). The Need for Place. In A. Smith & F. Webster (Eds.), *The Postmodern University? Contested Visions of Higher Education in Society* (27–35). Buckingham: Open University Press.

Kurth, E. (2007). *A televisão incorpora as novas tecnologias de distribuição de conteúdos: uma consequência de convergência tecnológica*. Comunicação apresentada ao VIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região

Sul. Passo Fundo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

Lamas, M. R. (2006). O papel da Universidade no desenvolvimento. *Revista Contacto*, 1 (1), 155 – 166. Cabo Verde: Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. http://bdigital.unipiaget.cv:8080/jspui/bitstream/10964/214/1/Marco%20Ribeiro%20Lamas.pdf

Langevin, P. (1990). Le développement local: du mythe a la realite. *Les Cahiers du LERASS, Recherches en Sciences de la Société*, 21, 119-125. Toulouse: Laboratoire d'études et de recherches appliquées en sciences sociales.

Laufer, M. (2008). A Difusão do Conhecimento. *Interciencia,* 33 (11), 788. Caracas: Asociación Interciencias. Recuperado de http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0378 18442008001100004&nrm=iso&tlng=pt

Laurindo, F. J. B. (2002). *Tecnologia da Informação – Eficácia nas organizações*. 2ª. Ed. São Paulo: Editora Futura.

Le Corbusier, C. (1923). *Vers une architecture*. Collection de "L'Esprit Nouveau". Paris: Éditions Crès.

Le Corbusier, C. (1957). *La Charte D'Athenes*. Paris: Éditions de Minuit.

Le Corbusier, C. (1981). *Por uma Arquitetura*. 3ª Ed. São Paulo: Editora Perspectiva.

Lefebvre, H. (1979). Space: social product and use value. In J. Freiberg (ed.), *Critical Sociology: European Perspective* (285-295). New York: Irvington Publishers.

Lefevre, H. (1994). *The production of space*. Oxford: Blackwell.

Lévy, P. (1993). *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo: Ed. 34.

Levy, P. (1998). *A Inteligência Colectiva – Por uma Antropologia do Ciberespaço*. São Paulo: Loyola.

Lévy, P. (2003). *Cibercultura*. Rio de Janeiro: Editora 34.

Lewin, K. (1973). *Princípios da psicologia topológica.* São Paulo: Cultrix.

Lima L. C.; De Azevedo M. L. N.; Catani A. M. (2008). O Processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. *Revista de Avaliação do Ensino Superior*, 13 (1). Campinas: Sorocaba. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772008000100002&script=sci_arttext

Limonad, E.; Lima, I. G. (2003). Alguns desdobramentos entre o próximo e o distante. In E. Limonad (ed.), *Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre*, 1, 98-103. Niterói: GECEL, Grupo de Estudos de Cidade, Espaço e Lugar.

Lisbôa, E. S.; Coutinho, C. P. (2011). Comunidades Virtuais Sistematizando Conceitos. *Revista Paidéi@,* 2 (4). Santos: Universidade Metropolitana de Santos (Unimes). Recuperado de http://revistapaideia.unimesvirtual.com.br

Lojkine, J. (2002). *A revolução informacional.* São Paulo: Editora Cortez.

Lopes, A. (1984). *Desenvolvimento Regional.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Lopes, A. (2006). Encruzilhadas do desenvolvimento: falácias, dilemas, heresias. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 75, 41-61. Coimbra: UC.

Lopes, A. S. (1995). *Desenvolvimento Regional: Problemática, Teoria, Modelos*, Lisboa: F.C.G.

Lopes, A. S. (2002). Globalização e Desenvolvimento Regional. *Gestão e Desenvolvimento*, 11, 9-25. Viseu: Universidade Católica Portuguesa.

Lourenço, E. (2001). *A Europa Desencantada: Para uma mitologia europeia*. Lisboa: Gradiva.

Lowe, P.; Murdoch, J.; Neil, N. (1995). *Neil Networks in Rural Development: Beyond Exogenous and Endogenous Models*. Assen: Royal Van Gorcum.

Luckesi, C.; et al. (1998). Universidade, criação e produção de conhecimento - Fazer universidade: uma proposta metodológica. 10.ª ed. São Paulo: Cortez. Recuperado de https://www.google.pt/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF

Lundvall, B. Å. (1992). Introduction. In B.Å. Lundvall (ed), *National Systems of Innovation. Towards a Theory of Innovation and Interactive Learning* (1-22). London: Pinter.

Lundvall, B. A.; Johnson, B. (1994). The learning economy. *Journal of Industry Studies*, 1 (2), 23-42. New York: Routledge.

Lyotard, J. F. (2000). *A condição pós-moderna*. 6ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio.

Macêdo, A. R. (2005). O papel social da universidade. *Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior*, 23 (34), 7-12. Brasília: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior.

Machado, A. C. T. (2014). *Integração das Tecnologias da Informação e Comiunicação no Programa Aprendizagem do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial em S. Luís.* Tese de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho.

Machado, E. (2010). Prós e Contras do Tratado de Bolonha. *Observatório de imprensa*, 618. Recuperado de www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/pprin

Magalhães, A. M. (2006). A Identidade do ensino superior e a Universidade. *Revista Lusófona de Educação*, 7. Lisboa: Universidade Lusófona.

Magalhães, M. G. (2004). Migrações inter NUTSII e projecções regionais de população residente. *Revista de Estudos Demográficos*, 2.º Semestre 2003, 61-71. Lisboa: Departamento Nacional de Estatística.

Magina, F. F. (2011). *Gestão do conhecimento como aliado ao empreendedorismo. Gestão do Conhecimento. Empreendedorismo. Aprendizagem organizacional*. Recuperado de http://www.administradores.com.br/producao-academica/gestao-do-conhecimento-como-aliado-ao-empreendedorismo/5050/

Maillat, D. (1995). Territorial dynamic, innovative milieus and regional policy. *Entrepreneurship & Regional Development*, 7 (2), 157-165. New York: Routledge.

Manso, A. M. S. (2006). *Filosofia Educacional na Obra de Agostinho da Silva.* Tese de Doutoramento. Braga: IEPUM.

Marc, M.; Sellier, F.; Silvestre, J.J. (1982). *Politique d'Éducation et Organisation Industrielle en France et en Allemagne*. Paris: PUF.

Marcondes, V. (2007). *Novas tecnologias de conexão e o futuro da esfera pública*. Comunicação apresentada ao VIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sul. Passo Fundo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

Mariano, F. (2010. 06 Junho). Emigração portuguesa está mais qualificada. *Jornal de Notícias*. Porto: Grupo Control Invest. Recuperado de http://www.jn.pt/domingo/interior.aspx?content_id=1586730

Marques, A.; Pinto, J. E. (1985). *Estudo demográfico da região do Alentejo.* Évora: Comissão de Coordenação da Região do Alentejo.

Martins, G. (2008). *Inovações no Ensino Superior: a utilização de tecnologias de informação e comunicação nas práticas educacionais*. Comunicação apresentada ao VI Congresso português de Sociologia. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Massy, W. (2004). Markets in Higher Education: Do They Promote Internal Efficiency? In P. Teixeira; B. Jongbloed; D. Dill & A. Amaral (Eds), *Markets in Higher Education: Rhetoric or Reality?* (13-35). Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.

Matias, E. F. P. (2014). *A humanidade e suas fronteiras: do Estado soberano à sociedade global*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra.

Mattar, F. N. (1994). *Pesquisa de marketing: metodologia, planeamento, execução e análise*. 2ª Ed. São Paulo: Atlas.

Mattelart, A. (2002). *História da sociedade da informação*. São Paulo: Loyola.

Mayor Zaragoza, F. (2001). *The World Ahead: our future in the making*. Paris: UNESCO.

Melo, A. (1994). *Globalização Cultural; O que é*. Lisboa: Quimera Editores.

Melo, D. R. A. (2008). A importância da tecnologia da informação nas estratégias das organizações contemporâneas: breve revisão de literatura. *Proceedings of V Convibra*. Bahia: Universidade Federal do Amazonas / Universidade Federal da Bahia. Recuperado de http://www.convibra.com.br/2008/artigos/412_0.pdf

Melo, M. V. N. (2010). Geografia e Pós-Modernidade. *WebArtigos*. Recuperado de http://www.webartigos.com/artigos/geografiaeaposmodernidade/40813/

Melo, N. J. F. (2003). Extensão universitária e produção do conhecimento. *Revista Conceitos*, 5 (9), 13-19. Paraíba: ADUFPB.

Mendes, J. M. M. (2008). *Inovação. Contexto global. Um olhar insular.* Funchal: AREAM.

Mendes, M. F. (2012). *Repovoar Portugal. Demografia – Despovoamento avança para Portugal.* Recuperado de https://www.facebook.com/like.repovoar.portugal/?ref=nf

Mendonça, E. M. S. (2007). Apropriações do espaço público: Alguns conceitos. *Estudos e pesquisas em psicologia,* 7 (2), 296-306. Rio de Janeiro: UERJ. Recuperado de: http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/10926/8628

Mendonça, H. (2009, 10 Maio). Cultura: Tão Importante como o Petróleo. *Revista Notícias Magazine*, 52. Porto: Jornal de Notícias.

Merriam, S. B. (1998). *Qualitative research and case study applications in education*. São Francisco: Jossey-Bass.

Midlej, M. M. B. C.; Fialho, N. H. (2012). *Universidade e Região*. Artigo apresentado no II Seminário em Infra-estrutura, Organização Territorial e Desenvolvimento Local – Salvador: PROCRAD-CAPES/IPPUR-UFRJ/UCSal/UNEB. Recuperado de http://scholar.google.pt/scholar?q=universidade+e+regi%C3%A3o+moema+maria+badar%C3%B3+cartibani+midlej+nadia+hage+fialho&btnG=&hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5

Miranda, A. M.; et als (2009). A Ocupação Dispersa no Quadro dos PROT Norte, In J. Carvalho & A. C. D`Abreu (coords.), *A Ocupação Dispersa no Quadro dos PROT e dos PDM. Publicação associada ao Seminário "A Ocupação Dispersa no quadro dos PROT e dos PDM"* (17-23). Lisboa: DGOTDU.

Miranda, E. M. (2007). Ensino superior: novos conceitos em novos contextos. *Revista de Estudos Politécnicos*, 5 (8), 161-182. São Martinho: Instituto Politécnico do Cávado e do Ave.

Monteiro, A. R. (2005). *História da Educação, Uma Perspectiva.* Porto: Porto Editora.

Morais, J. J. P. (1964). Aspectos demográficos da região do Alentejo. *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, 15, 35-64. Lisboa: INE.

Moran, J. M. (2004). Perspectivas (virtuais) para a educação. *Revista Mundo Virtual. Cadernos Alenquer*, 4 (6), 31-45. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

Moreira, S.; Araújo, E. R. (2012). Elemento para uma reflexão sociológica sobre o fenómeno da mobilidade de investigadores e cientistas. *Política & Sociedade,* 11 (20). Florianópolis: UFSC. Recuperado de http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2012v11n20p227

Morgado, J. C. (2009). Processo de Bolonha e Ensino Superior num Mundo Globalizado. *Educação & Sociedade*, 30 (106), 37-62. Campinas: Centro de Estudos Educação e Sociedade. Recuperado de http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87313703003

Morgado, R. (2014, Fevereiro 18). Universidade, Ciência e Sociedade. *Jornal O Público*. Lisboa: Jornal O Público Comunicação Social SA.

Moritz, G. O. (2004). *Planeando por cenários prospectivos: a construção de um referencial metodológico baseado em casos*. Tese de Doutoramento. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

Moritz, G. O.; et al. (2010). *A Prospecção de Cenários nas Universidades: variáveis Portadoras de Futuro e a Trajectória Estratégica da UFSC para 2022*. Comunicação apresentada ao X Colóquio Internacional sobre Gestion Universitária en América del Sul. 200 Anos Bicentenário Argentino. Florianópolis: UFSC. Recuperado de http://pdi.paginas.ufsc.br/2009/10/28/breve-historico-da-ufsc

Morris, W. [1883]. Art under Plutocracy. In *The Collected Works of William Morris*, Vol. 23 (164-191). Cambridge: Cambridge University Press. Recuperado de http://dx.doi.org/10.1017/CBO9781139343152.012

Morval, J. (2009). *Psicologia Ambiental*. Col. Epigénese Desenvolvimento e Psicologia. Lisboa: Instituto PIAGET.

Moura, R. M. (2004). O papel da tecnologia de informação. In R. M. Moura & A. L. Albertin (Org), *Tecnologia de Informação*. São Paulo: Atlas.

Mourão, P. R.; Barbosa, J. M. C. (2006). As diferenças de Competitividade entre o Litoral e o Interior. *Revista TOC*, 70, 50-54. Lisboa: OTOC.

Muga, H. (2006). *Psicologia da Arquitectura.* Col. Ensaios. Vila Nova de Gaia: Gailivro.

Mussoi, E. M.; Flores, M. L. P.; Behar, P. A. (2007). *Comunidades Virtuais – Um Novo Espaço de Aprendizagem*. Rio Grande do Sul: CINTED- UFRGS. Recuperado de http://www.cinted.ufrgs.br/ciclo9/artigos/8aEunice.pdf

Myrdal, G. (1974). What is development? *Journal of Economic Issues*, VIII (4), 729-736. London: Taylor&Francis.

Natário, M. M. S.; Braga, A. M. M.; Rei, C. M. (2010). A valorização dos recursos endógenos no desenvolvimento dos territórios rurais. *Pluris.* Guimarães: Universidade do Minho. Recuperado de http://pluris2010.civil.uminho.pt/Actas/PDF/Paper580.pdf

Neto, J. G. P.; Silveira, K. C.; Souza, F. A. M.; Cavalcanti, A. C. R. (2014). Desenvolvimento Regional: A relação entre local e global na produção especial. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, 3 (1). Recife: UFPE.

Neves, V. (1998). *O Espaço, o Mundo e a Arquitectura.* Porto: Universidade Lusíada.

Nicolescu, B. (1997). *The transdisciplinary evolution of the university condition for sustainable development.* Comunicação apresentada na conferência Universities Responsibilities to Society. Bangkok: Chulalongkorn University.

Noguera, J. (2009). Pensamiento y planificación estratégica. Definición e implementación de estrategias de desarrollo. In J. Noguera; M.D. Pitarch; J. Esparcia (Eds.), *Gestión y Promoción del Desarrollo Local* (95-122). Valencia: Universitat de València.

Noguera, J. (2010). MS Comparative Country Profiles Report. *EDORA Working Paper,* 25. Valencia: University of Valencia. Recuperado de http://www.nordregio.se/edora

Noguera, J.; Morcillo, L. (2012). Analysis of the diversity of European Regions. In A. Copus e L. Hörnström (Eds), *The New Rural Europe: Towards Rural Cohesion Policy* (53-70). Nordregio Reports,11. Recuperado de http://norden.diva-portal.org/smash/get/diva2:700357/FULLTEXT01.pdf

Nóvoa, A. (2014 Abril 30). Apostar na Educação para reinventar Portugal. *Jornal de Letras Artes e Ideias*. Associação das Universidades de Língua Portuguesa. Recuperado de http://aulp.org/Apostar_na_educacao_para_reinventar_Portugal___Entrevista_a_Antonio_Novoa

Nóvoa, A. S. (2009). Educação 2021: Para uma história do futuro. *Revista Ibero-Americana de Educación*, 49, 181-199. Organización de Estados Iberoamericanos

para la Educación, la Ciencia y la Cultura, OEI. Recuperado de http://hdl.handle.net/10451/670

Nóvoa, A. S. (2012). Discurso proferido na apresentação da Declaração conjunta dos Reitores das Universidades públicas. *Diário Digital* (09.11.2012). Recuperado de www.Diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=601006

O'Connor, A. R.; Bennett, S. (2005). The Power of Place in Learning. *Planning for Higher Education*, 33 (4), 28-30. Vancouver: Society for College and University Planning.

Offe. C. (2001). Wessen Wohl ist das Gemeinwohl. In L. Wingert & K. Gunter (eds), *Gemeinwohl und Gemeinsinn: Rhetoriken und Perspektiven sozial-moralischer Orientierung* (459-488). Berlim: BBAW.

Oliveira, L. (2000). *Contributo para um debate sobre o futuro da universidade em Portugal – "Desenvolvimento económico, comercialização da ciência e recomposição dos saberes académicos: desafios á universidade".* Comunicação apresentada ao IV Congresso Português de Sociologia. Coimbra: Associação Portuguesa de Sociologia.

Oliveira, L. (2000). Desafios à Universidade: Comercialização da ciência e recomposição dos saberes académicos. *Sociologia. Problemas e Práticas,* 34, 93-116. Lisboa: ISCTE-UL.

Oliveira, L. (2013). *Contributo para um debate sobre o futuro da Universidade em Portugal*. Comunicação apresentada ao IV Congresso Português de Sociologia: Desenvolvimento económico, comercialização da ciência e composição dos saberes académicos: Desafios à Universidade. Recuperado de http://www.aps.pt/cms/docs

Oliveira, M. B. (2004). Desmercantilizar a tecnociência. In B.S. Santos (Org.), *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado* (227-250). São Paulo: Cortez.

Oliveira, M. M. (2011). *Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier.

Oliveira, R. M.; Velho, L. (2009). Benefícios e riscos da proteção e comercialização da pesquisa acadêmica: uma discussão necessária. *Ensaio*, 17 (62), 25-54. doi.org/10.1590/S0104-40362009000100003

Oliveira, S. O. (2003). Desenvolvimento Local e organização sócio - espacial. *INTERAÇÕES - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, 4 (6). Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco.

Papanek, V. (2007). *Arquitectura e Design. Ecologia e Ética*. Col. Arquitectura e Urbanismo. Lisboa: Edições 70.

Passos, H. S. (2009). *Novas arquitecturas e novos designs da universidade contemporânea em ambiente favorável e sustentado*. Dissertação de mestrado. Santiago de Compostela: Universidade Santiago Compostela.

Passos, M. M.; Moro, D. A. (2013). As Geografias e as lógicas regionais. *Boletim de Geografia*, 21 (1), 1-12. Maringá: UEM.

Pazeto, A. E. (2005). Universidade, formação e mundo do trabalho: superando a visão corporativa. *Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.*, 13 (49), 487-496. Rio de Janeiro: Fundação CESGRANRIO.

Pedro, J. B.; Vilhena, A.; Paiva, J. V. (2009). *Método de Avaliação do Estado de Conservação de Imóveis. Desenvolvimento e aplicação*. Comunicação apresentada nas Jornadas Engenharia para a Sociedade. Investigação e inovação no Laboratório de Engenharia Civil. Resumo recuperado de http://jornadas2012.lnec.pt/site_2_Cidades_e_Desenvolvimento/RESUMOS/T3_PEDRO_r040.pdf

Pelizzari, A.; Kriegl, M. L.; Baron, M. P.; Finck, N. T. L.; Dorocinski, S. I. (2002). Teoria da aprendizagem significativa segundo Ausubel. *Revista PEC*, 2 (1), 37-42.

Carvalhos: Externato dos Carvalhos. Recuperado de http://vicenterisi.googlepages.com/teoria_da_aprendizagem_Ausubel.pdf

Peltason, J. (1983). A universidade no século XXI – defendendo a torre de marfim. In *Administração universitária em época de crise; perspectivas para o ano 2000*. Salvador: Gráfica Universitária da UFBa.

Pereira, I.; Abrantes, P.; Conceição, C. P.; Gomes, M. C. (2004). Para a promoção experimental de uma cultura sociológica. *Actas dos ateliers do Vº Congresso português de Sociologia. Sociedades contemporâneas: Reflexividade e acção* (71-77). Braga: Associação Portuguesa de Sociologia. Recuperado de http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628beeaecd27_1.pdf

Pereira, S. E. F. (2006). *A difusão do conhecimento científico e da inovação em ordenamento do território*. Dissertação de mestrado. Lisboa: FCT-UNL.

Perez, M. A. N. (2008). *Diagnose da utilización e formación nas tecnoloxías da información e da comunicación dos orientadores educativos.* Tese de Doutoramento. Santiago de Compostela: Universidade Santiago Compostela.

Perroux, F. (1967). *A economia do século XX*. Lisboa: Herber.

Pimenta, P. S. P. (2006). *A Escola Portuguesa: Do "Plano dos Centenários" Á Construção da Rede Escolar no Distrito de Vila Real.* Dissertação de Mestrado. Braga: IEPUM.

Pinchemel, Ph. E G., 1997. La face de la terre. Paris. Armand Colin. 2ª edição

Pinto, H.; Amaro, J. (2014). *A inovação, o papel das Universidades e os organismos de interface: uma visão do algarve*. Comunicação apresentada ao XVI Congresso Nacional de Bioquímica (12-17). Recuperado de http://www.empreender.aip.pt/irj/go/km/docs/site-manager/www_empreender_aip_pt/conteudos/pt/centrodocumentacao/Centro%20de%20Documenta%

C3%A7%C3%A3o/A%20inova%C3%A7%C3%A3o,%20o%20papel%20das%20universidades%20e%20os%20organismos%20de%20interface%20 %20uma%20vis%C3%A3o%20do%20algarve.pdf

Pires, V. (2004). A contra-reforma Universitária: Uma Universidade diferente á possível. *Educação e Sociedade*, 25 (88), 1071-1075. Campinas: Centro de Estudos Educação e Sociedade. Recuperado de http://www.cedes.unicamp.br

Pontes, B. M. S. (2007). Região e regionalização no contexto: a região sob diferentes ópticas, no contexto do método dialético. *Cronos*, 8 (2), 489-499. Natal: UFRN.

Porter, M. E. (1996). *What is Strategy?* Boston: Harvard Business Publishing.

Porto, L. M. (2004). Tecnologia determina ou condiciona? *Revista Visões*, 3. Bela Vista: UNESP. Recuperado de http://www.fsma.edu.br/visoes/ed03/3ed_artigo4.pdf

Portoghesi, P. (1985). *Depois da Arquitectura Moderna*. Col. Arte e Comunicação. Lisboa: Edições 70.

Powell, T.C. (2001). Competitive Advantage: Logical and Philosophical Considerations. *Strategic Management Journal*, 22, 875–888. doi: 10.1002/Smj.173

Prates, J. C.; et al. (2006). A captação de recursos e o poder local. *Revista Virtual Textos & Contextos*, 5. Recuperado de file:///C:/Users/Neon/Downloads/1017-3714-2-PB.pdf

Ramos, M. C. (2012). Migrações, desenvolvimento e dinâmicas locais e regionais. In *Grande problemáticas do espaço europeu* (63-102). Porto: FLUP.

Ramos, N. (2013). *Interculturalidade(s) no espaço europeu: Viver e comunicar entre culturas*. Lisboa: CEMRI / Universidade Aberta.

Ratzel, F. (1982). El Territorio, la sociedad y el Estado. In J. G. Mendoza; J.M. Jimenez & N.O. Cantero (Orgs.), *El pensamiento geográfico. Estudio Interpretativo*

y Antologia deTextos (De Humboldt a las tendencias radicales). Madrid: Alianza Editorial.

Recuero, R. (2007). *Considerações sobre a difusão de informações em redes sociais na internet*. Comunicação apresentada ao Intercom Sul. CDROM. Passo Fundo; Intercom.

Reffatti, L. V. (2001). *Geografia/Educação e Apropriação Psicossocial dos lugares*. Trabalho de Pós-Graduação: Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Reis, F. L. (2010). *Como elaborar uma dissertação de mestrado segundo Bolonha*. Lisboa: Editora Pactor.

Reis, H. (2005). Interculturalidade, Encontros e Desencontros em Universidades Virtuais. *Actas do III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO* (517-524). Covilhã. UBI.

Reis, R. (200712 Julho). Perguntas Indiscretas. *Revista VISÃO*, 28. Paço de Arcos. Medipress.

Ribeiro, D. (1982). *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Ribeiro, J. C. (2006). Da Universidade para Região. *Universidade Plural,* 2. Recuperado de http://universidadeplural2.blogspot.pt/2006/04/da-universidade-para-regio.html

Ribeiro, J. C.; Santos J. F. (2005). *Desenvolvimento Endógeno e Política Regional*. Braga: Universidade do Minho.

Ribeiro, J. M. F. (2011). Portugal, Europa e Globalização. Como gerir as consequências do endividamento e construir alianças externas para o crescimento. *Relações internacionais*, 19 Set., 135-139. Lisboa: IPRI.

Ribeiro, R. C.; Magalhães, A. M. (2014). Política de Responsabilidade Social na Universidade. Conceitos e Desafios. *Educação, Sociedade e Cultura*, 42, 133-156. Porto: FPCE/UP. Recuperado de http://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/ESC42_10RaimundaRibeiro.pdf

Ribeiro, R. M. C. (2013). *Educação e desenvolvimento: Concepções entrelaçadas de Responsabilidade Social Universitária*. Comunicação apresentada ao Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa. Coimbra: UC. Recuperado de http://aforges.org/conferencia3/docs_documentos/SESSOES%20PARALELAS/3_Politicas%20de%20Planejamento%20e%20Financiamento%20da%20Educacao%20Superior/R%20Ribeiro_Educacao%20e%20Desenvolvimento.pdf

Richard, Y. (2014). Integração regional, regionalização, regionalismo: as palavras e as coisas. *Revue francobrésilienne de géographie / Revista francobrasilera de geografia*, 20. Paris: Confins.

Riedi, A. M. C. (2004). *Universidades empreendedoras - uma análise das Universidades pertencentes ao sistema Acafe do estado de Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado. Blumenau: Universidade Regional de Blumenau.

Rifca, H.; Haina, J. (2006). Designing the University of the Future. *Planning for Higher Education,* January-March 2006, 5-19. [s.d.]: Society for College and University Planning (SCUP).

Ristoff, D. I. (1999). *Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior*. Florianópolis: Insular.

Rivero, J. (1999). *Educación y exclusión en América Latina: reformas en tiempo de globalización*. Buenos Aires: Miño & Dávila.

Rocha, J. C. (2008). *A reinvenção solidária e participativa da universidade: um estudo sobre redes sociais de extensão universitária no Brasil*. Salvador: EDUNEB.

Rodrigues, C.; Moreira, M. J. G.; Raposo, M.; Maia, C. (2011). Debate: O Despovoamento do Interior. *Mesa do Canto* (07.10.2011). TSF, Rádio Notícias. Recuperado de http://www.tsf.pt/programas/programa.aspx?audio_id=2040787&content_id=2028609

Rodrigues, J. (1993). *Eco-Desenvolvimento. Arte, Urbanismo e Arquitectura*. Vila Nova de Cerveira: Horizonte Artes.

Rodrigues, J. (2005) Território e poder o papel da universidade pública III. *A página da Educação* (online). Recuperado de http://www.apagina.pt

Rodrigues, L. C.; Tontini, G. (1997). A universidade Empreendedora, Geração e transferência de Tecnologia como factor Agregador. *Revista Negócios*, 2 (9), 37-49. Recuperado de http://gorila.furb.br/ojs/index.php/rn/article/viewFile/523/477

Rodrigues, L. C.; Tontini, G. (2000). *A universidade empreendedora: qualidade e transferência de tecnologia como factor agregador*. Comunicação apresentada ao I Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis: INPEAU. Recuperado de https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/25934

Rodrigues, R. J. (2007). Geração e Tendências. *Revista Notícias Magazine* (28-39). Lisboa: Notícias Magazine.

Rogers, E. M. (2003). *Diffusion of innovations*. 5ª ed. New York: Free Press.

Ross, P. R. (2006). Aprendizagem e conhecimento: fundamentos para as práticas inclusivas. *Perspectiva*, 24, 273-299. Florianópolis: UFSC.

Ruano, A. (2013). *O Impacto da Tecnologia na Sociedade. Público & Reutilizável*. Recuperado de https://prezi.com/pov1m0ngz_un/impacto-da-tecnologia-na-sociedade

Sampler, J.L. (1998). Exploring the Relationship between information technology and organizational structure. In M.J. Earl (Org.), *Information Management: the organization dimension* (5-22). New York: Oxford University Press.

Santos E. V. (2009). *Globalização e Desenvolvimento Regional*. São Paulo: EGRT. Recuperado de http://seer.uniritter.edu.br/index.php/negocios/article/viewFile/119/42

Santos Rego, M. A.; Lorenzo Moledo, M. (2006). *Universidade e construción da sociedade civil*. Vigo: Xerais. Recuperado de: http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/rpe/v20n1/v20n1a10.pdf

Santos, B. S. (1999). *Pela mão de Alice. O social, e o político na pós-modernidade*. 7ª Ed. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, B. S. (2001). *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. 3ª ed. São Paulo: Cortez.

Santos, B. S. (2004). *A Universidade no século XXI:* para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez.

Santos, B. S. (2011). A Encruzilhada da Universidade Europeia. *Revista Ensino Superior,* 41. Porto: SNESup. Recuperado de http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20encruzilhada%20da%20Universidade%20Europeia_Set11.pdf

Santos, B. S.; Filho, N. A. (2008). *A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova*. Coimbra: Almedina.

Santos, I. (2008). FAP (Federação Académica do Porto). In M.I. Miguéns, *O processo de Bolonha e os seus desenvolvimentos* (69-86). Lisboa: Conselho Nacional de Educação.

Santos, M. (1985). *Espaço e método*. São Paulo: Nobel.

Santos, M. (1986). *A região concentrada e os circuitos produtivos*. Texto apresentado como parte do relatório de pesquisa do projeto O Centro Nacional: Crise Mundial e Redefinição da Região Polarizada.

Santos, M. (1988). *Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teóricos e metodológico da geografia*. S. Paulo: Hucitec.

Santos, M. (1997). *Espaço e método*. 4ª ed. Coleção espaços. São Paulo: Nobel.

Santos, M. (2001). *Território e sociedade*. 2ª Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Santos, M. (2005). *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP

Santos, M. A. (1997). *Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec.

Santos, S. M. (2002). Universidade do Minho: Missão a revisitar?. *Fórum,* 31, 29-62. Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho. Recuperado de http://www.fclb.uminho.pt/uploads/Artigo8-Nov05.pdf

Santos, S. M. (2005). *Comunicação apresentada nos encontros de Outono*. Vila Nova de Famalicão: Museu Bernardino Machado. Recuperado de http://www.fclb.uminho.pt/uploads/Artigo8-Nov05.pdf

Sartre, X. A.; Berdoulet, V. (2005). Teoria do sujeito, geografia e desenvolvimento local. *Novos cadernos NAEA*, 8 (2), 109-124. Belém: Universidade Federal do Pará.

Scheidemantel, S. E. (2004). A importância da extensão universitária: O projeto Construir. *Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária*. Belo Horizonte: Universidade Regional de Blumenau/ FURB.

Scheidemantel, S. E.; Klein, R.; Teixeira, L. I. (2004). A importância da Extensão universitária. *Anais do 2º Congresso Brasileiro da Extensão Universitária*. Belo Horizonte: Universidade Regional de Blumenau/ FURB. Recuperado de https://www.ufmg.br/congrext/Direitos/Direitos5.pdf

Schumpeter, J. (1985). *Teoria do Desenvolvimento Económico: Uma investigação sobre lucros, Capital, Crédito, juros e o Ciclo Económico*. São Paulo: Nova Cultural.

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade do Ministério da Educação (Secad/Med). (2010). Programa Mais Educação. Série Mais Educação. Cadernos Pedagógicos. MacroCampo Meio Ambiente. A Educação Integral em Escolas Sustentáveis. *CEP*, 70, 047-900, Brasília: DF. Recuperado de portal.mec.gov.br/secad. Consultado em: 7/11/2013

Secruton, R. (1983). *Estética da arquitectura*. Lisboa: Ed. 70.

Serrão, J. V. (1983). *História das universidades*. Porto: Lello e Irmão.

SESu/MEC (2001). Plano Nacional de Extensão Universitária. *Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*. Recuperado de https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB4QFjAAahUKEwi00oumjNflAhVB1RoKHSitCnk&url=http%3A%2F%2Fwww.pr5.ufrj.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_content%26view%3Darticle%26id%3D77%26Itemid%3D154&usg=AFQjCNG_jAyDf736mi8xPtO1PWQZcBbJqA&sig2=BnetDH3GPBfRSaCruNyEKg

Shlemmer, E. (2005). Metodologias para educação a distância no contexto da formação de comunidades virtuais de aprendizagem. In R. M. Barbosa, *Ambientes Virtuais de Aprendizagem*. Porto Alegre: ARTMED. Recuperado de http://recursospedagogicos.pbworks.com/w/file/fetch/60290877/Metodologias%20para%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20a.ppt

Silva, A. (2011). Da aprendizagem Colaborativa às Comunidades de Prática. Da aprendizagem Colaborativa às Comunidades de Prática. In A. J. Osório & M. Miranda-Pinto, *Infância no Digital* (187-204). Póvoa: Arca Comum. Recuperado de http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-adelina-aprendizagem-e-comunidade.pdf

Silva, J. R.; Lima, J. F.; Piffer, M. (1999). A Teoria da Polarização como Instrumento de Programação Económica e Nível Regional. *Revista de Desenvolvimento Económico*. 1 (2). Salvador: CAPES.

Silva, L. (1991). *A natureza contraditória do espaço geográfico*. São Paulo: Contexto.

Silva, M. G. M. (2000). *Extensão: a face social da universidade?* Campo Grande: Editora da UFMS.

Silva, M. T. M. M. (2008). *O Lugar Arquitectónico: Um Modelo Teórico de Interpretação*. Tese de doutoramento. Lisboa: ISCTE.

Silva, O. D. (1997). O que é extensão universitária? *Integração,* III (9): 148-9. Recuperado de http://www.ecientificocultural.com/ECC3/oberdan9.htm

Silva, P. R. (2005). *Teoria das Organizações Teoria das Organizações e Modelo Informacional e Modelo Informacional*. Tese de doutoramento. Évora: UE.

Silveira, M. L. (2006). O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. Geousp, Programa de Pós-Graduação em Geografia. São Paulo: USP.

Silveira, M. L. (2010). Região e globalização: pensando um esquema de análise. *REDES*, 15 (1), 74-88. Santa Cruz do Sul: UNISC.

Silveira, R. M. G. (1990). Região e história: questão de método. In M.A. Silva (Org.), *República em migalha: história regional e local* (17-42). São Paulo: Marco Zero.

Sílvia, E. S. (2011). *Compromisso político e social da Universidade: a criação da Divisão de Integração Universidade-Comunidade (DIUC) na UFRJ*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Recuperado de *http://www.pr5.ufrj.br*

Simão, V.; Machado, S.M.; Costa, A.A. (2004). *Resultado do estudo efectuado pelo grupo de trabalho para a Reorganização da Rede de Ensino Superior: «Bolonha: Agenda para a Excelência»*. Lisboa: MCTES.

Simões, M. J. (Coord.) (2005). *Empresarialidade em Territórios de Baixa Densidade*. Castelo Branco: Nercab.

Simões, M. J.; Santos, D.; Rato, B. (2000). Da Capacidade Institucional e da Inovação como variáveis Estratégicas do Desenvolvimento. Escola Superior de Educação de Castelo Branco. *Sociedade e Trabalho*, 11, 21-36. Lisboa: Gabinete de Estratégia e Planeamento.

Simon, I. (1997). A Universidade diante das novas tecnologias de informação e comunicação. *Jornal da USP* (12 a 18 de Maio de 1997), 2. São Paulo: USP.

Singer, P. (2001). A Universidade no Olho do Furacão. Educação Superior. *Estudos Avançados* 15 (42). São Paulo: USP. Recuperado de http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n42/v15n42a16.pdf

Sobrinho, J. D. (2007). O processo de Bolonha. *ETD - Educação Temática Digital*. Campinas, 9: *Especial Dilemas da Educação Superior no Mundo Globalizado. Sociedade do Conhecimento ou Economia do Conhecimento?*, 107-132. São Paulo: Casa do Psicólogo. Recuperado de https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/etd/article/view/1704/1548

Sodré, M. (2002). *A antropologia do Espelho: Uma teoria da comunicação linear em rede.* Rio de Janeiro: Editora Vozes.

Solà-Morales, I.; et als. (2000). *Introducción a la Arquitectura: Conceptos Fundamentales*. Barcelona: Edicions UPC.

Solimano, A. (2008). *The International Mobility of Talent: Types, Causes, and Development Impact.* Oxford: Oxford University Press.

Sousa, A. L. L. (2001). Concepção de extensão universitária: ainda precisamos falar sobre isso. In D. Farias, *Construção conceitual da extensão universitária na América Latina*. Brasília: UNB.

Souza X. S. J.; et al. (2006). A Produção do Espaço na Perspectiva da Relação Espaço-Tempo. *Revista Formação*, 13, 98-108. Bela Vista: UNESP. Recuperado de http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/837/851

Souza, A. M.; et al. (2010). Educação Superior à Distância. Comunidade de trabalho e aprendizagem em rede. Brasília: Universidade de Brasília – Universidade Aberta do Brasil. Recuperado de http://www.fe.unb.br/catedraunescoead/areas/menu/publicacoes/livros-publicados-pela-catedra/educacao-superior-a-distancia/livro-educacao-superior-a-distancia-comunidade-de-trabalho-e-aprendizagem-em-rede-ctar

Spreen, M. (1992). Rare populations, hidden populations and link-tracing designs: what end why?. *Bulletin de Methodologie Sociologique*, 36, 34-38. London: Sage Publications. Recuperado de http://bms.sagepub.com/

Stephan, P. (1996). The Economics of science". *Journal of Economic Literature*, XXXIV. Nashville: American Economic Association.

Stiglitz, J. E. (2002). *Globalization and Its Discontents*. New York: W.W. Norton & Company.

Stoer, S. R. (2004). New Forms of Citizenship, European Construction and the Reconfiguration of the University. *Higher Education Policy,* 19, 299–318. doi:10.1057/palgrave.hep.8300126

Storper, M. (1997). *The Regional World: Territorial Development in a Global Economy*. London: Guilford.

Storper, M. A. (1990). Industrialização e a questão regional no Terceiro Mundo. In L. Valadares & E. Preteceille, *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel.

Stringer, E. T. (2007). *Action research*. 3ª ed. London: Sage Publications.

Suertegaray, D. M. A. S. (2001). Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. *Scripta Nova,* 93. Barcelona: Universidad de Barcelona. Recuperado de http://www.ub.edu/geocrit/sn93

Takahashi, T. (2000). *Sociedade da informação no Brasil: Livro Verde*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia. Recuperado de http://www.inst-informatica.pt/servicos/informacao-e-documentacao/biblioteca-digital/gestao-e-organizacao/BRASIL_livroverdeSI.pdf.

Teixeira, A. M. (2008). A formação virtual permite às instituições pouparem custos em termos de instalações e infraestruturas, possibilitando atingir conjuntos populacionais mais vastos e dispersos (Entrevista, 27 Março, 2008). *Interface Universidades*. Grupo Editorial Algébrica. Recuperado de http://www.algebrica.pt/Arquivo/Newsletters/universidades/8/index.htm

Teixeira, E. (2009). Tradição e inovação: um desafio para a Universidade do século XXI. *Educação*, 32 (1), 65-70. Porto Alegre: PUCRS.

Teixeira, G. (2014). *Ser Professor Universitário*. *A Educação nos Anos Futuros*. Recuperado de http://serprofessoruniversitario.pro.br

Theophilo, R. (2014). *A transdisciplinaridade e a modernidade.* Recuperado de http://www.artefazparte.com/2014/10/a-transdisciplinaridade-e-modernidade.html

Toffler, A. (1970). *Choque do futuro*. Lisboa: Livros Brasil.

Toffler, A. (Org). (1987). *Aprendendo para o futuro*. São Paulo: Arte Nova.

Tolosa, H. C. (1972). Pólos de Crescimento: Teoria e Política Económica. In P. Haddad, *Planejamento Regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA.

Touraine, A. (2005). *Um Novo Paradigma para Compreender o Mundo Hoje,* Col. Epistemologia e Sociedade. Lisboa: Instituto Piaget.

Touriñám, J. M. (2004). Universidade, Sociedade e empresa: Orientacións estratéxicas de extensión universitária e comunicación institucional. *Eduga. Revista Galega do Ensino,* 44, 83-110. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia: Consellería de Educación e Ordenación Universitaria. Secretaría Xeral de Educación.

Trentin, S. B.; Locateli, L. (2013). A propriedade Intelectual na Universidade. *Revista Borges. Revista de Estudos Contemporâneos em Ciências Sociais Aplicadas*, 3 (2), 83-96. Florianópolis: Faculdades Borges de Mendonça. Recuperado de http://www.revistaborges.com.br/index.php/borges/article/viewFile/52/125

Tur, J. N. (2013). O Desenvolvimento Territorial Sustentável a partir da Escala Local. *Revista de desenvolvimento económico territorial*. (s.l.): Sebrae e CNM. Recuperado de http://www.portaldodesenvolvimento.org.br/wp-content/uploads/2014/06/Revista-DET-3.pdf

Turner, P. V. (1987). *Campus: An American Planning Tradition*. Cambridge: MIT Press, 350 pp.

Tylor, Y. (1979). *The Origins of Culture*. Chicago: University Chicago Press.

Universidade Europeia (2014). *Universidade do Futuro – Acessível, flexível e focada na empregabilidade.* Universidade Europeia Laureat International Universities. Recuperado de https://www.europeia.pt/noticias/universidade-do-futuro-acessivel-flexivel-e-focada-na-empregabilidade

Urry, J. (2000). *SociologyBeyond Societies – Mobilities for the Twenty First Century.* Nova Iorque: Routledge.

Valente, L. (2010). Entrevista Henry Etzkowitz, Hélice Triplice: metáfora dos anos 90 descreve bem o mais sustentável modelo de sistema de inovação. *Conhecimento & Inovação,* 6 (1). Campinas: Labjor. Recuperado de http://inovacao.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-43952010000100002&lng=pt&nrm=is

Valenti, S. M. (2005). Planning, Designing and Managing Higher Educations Institutions. *PEB Exchange, Programme on Educational Building, 2005/2015*, OECD Publishing. doi:10.1787/541370867752

Valério, M.; Bazzo, W. A. (2006). O papel da divulgação científica em nossa sociedade de risco: em prol de uma nova ordem de relações entre ciência, tecnologia e sociedade. *CTS+I, Revista Iberoamericana de Ciência, Tecnologia, Sociedad e Innovacion*, 7. Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura, OEI. Recuperado de http://www.oei.es/revistactsi/index.html

Vásquez Barquero, A. (2002). Endogenous development. Networking, innovation, institutions and cities. *Routledge Studies in Development Economics*, 26. New York: Routledge.

Vázquez Barquero, A. V. (1995). Los planes estrategicos para el desarrollo urbano. *Situación: Revista de coyuntura económica*, 3, 25-37. Bilbao: Servicio de Estudios del Banco de Bilbao.

Villar, B. C. V. (2001). *A Cidade Educadora, Nova Perspectiva de Organização e Intervenção Municipal*. Lisboa: Instituto Piaget.

Vita, S. R. (2009). *A Percepção Visual do Espaço Arquitectónico e sua Representação no Espaço Televisivo: O Caso do Castelo Rá-Tim-Bum.* Tese de doutoramento. São Paulo: Universidade S. Judas Tadeu. Recuperado de www.usj.br/biblioteca/mono_disser/mono_diss/097.pdf

Vitrúvio (1998). Livro Primeiro. In M.H. Rua (ed.), *Os dez livros de arquitectura*. Oeiras: ICIST.

Wenger, E. (1998). *Communities of Practice: Learning, meaning and identity*. New York: Cambridge University Press.

Wenger, E.; Snyder W. M. (2000). Communities of Pratice: The Organizational Frontier. *Harvard Business Review*, Jan. Feb., 139-145. Boston: Harvard Business Publishing.

Werthein, J. (2003). Aspectos Éticos da Sociedade da Informação: a marca da Unesco no debate global. *UNESDOC.* Brasília: Unesco. Recuperado de http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001540/154056por.pdf

Western, K. I. (2008). How To Define and Measure Knowledge for the Analysis of Competitiveness. *The Journal of Regional Analysis and Policy*, 38 (2), 138-144. Recuperado de http://www. jrap-journal.org/pastvolumes/2000/v38/F%2038%202%205.pdf.

Wohlers, A. (1995). *Questions on Program Characteristics*. Scottsdale: The Council of Educational Facility Planners. Recuperado de http://www.cefpi.com/cefpi/issue/issue3.html

Xavier, Â. B. (2013). Há uma identidade portuguesa na Europa? *Portugal europeu. E agora? 2º Encontro Presente no futuro*, 237-253. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Yann, R. (2014). Integração regional, regionalização, regionalismo: as palavras e as coisas. *Confins - Revue franco-brésilienne de géographie*, 20. Recuperado de http://confins.revues.org/8939?lang=pt#tocto1n3

Zanatta, B. A. (2007). A Abordagem Cultural na Geografia. *Temporis [ação]*, 1 (9). Anápolis: UEG. Recuperado de http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/temporisacao/article/view/28/46

Zarth, A.; et al. (1998). *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: UNIJUÍ.

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA